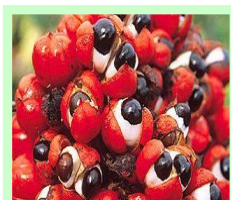




PROPOSTA DE PREÇOS MÍNIMOS SAFRA 2006/2007



Presidente da República

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ROBERTO RODRIGUES

Presidente da CONAB

JACINTO FERREIRA

Diretoria de Logística e Gestão Empresarial

SÍLVIO ISOPO PORTO - Diretor

Diretoria de Gestão de Estoques

PEDRO SÉRGIO BESKOW - Diretor

Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE - Diretor

Superintendência de Gestão da Oferta – SUGOF

CARLOS EDUARDO CRUZ TAVARES – Superintendente

PAULO MAGNO RABELO - Assistente

Gerência de Oleaginosas e Produtos Pecuários - GEOLE

JOÃO PAULO DE MORAES FILHO - Gerente

Gerência de Alimentos Básicos - GERAB

PAULO MORCELI - Gerente

Gerência de Fibras e Produtos Especiais e Regionais - GEFIP

DJALMA FERNANDES DE AQUINO - Gerente

TÉCNICOS

ALGODÃO - Djalma Fernandes de Aquino

ALHO – Mariano César Marques

AMENDOIM - Martha Helena Gama de Macêdo

ARROZ - Paulo Morceli

BORRACHA NATURAL – Humberto Lôbo Pennacchio

CAFÉ – Jorge Damião Queiroz

CASTANHA DE CAJÚ – Débora de Moura

CASTANHA DO BRASIL - Humberto Lôbo Pennacchio

CASULO DE SEDA - Humberto Lôbo Pennacchio

CÊRA DE CARNAÚBA - Débora de Moura

FELJÃO - João Figueiredo Ruas

GIRASSOL – Manuel Araújo Carvalho

GUARANÁ - Júlio D'Aparecida dos Santos

JUTA/MALVA - Júlio D'Aparecida dos Santos

LEITE – Maria Helena Fagundes

MAMONA - Martha Helena Gama e Macêdo

MANDIOCA E DERIVADOS – Karina Ladeira G. Vilar de Melo

MILHO - João Paulo de Moraes Filho

SISAL - Júlio D'Aparecida dos Santos

SOJA - João Paulo de Moraes Filho

TRIGO – Gustavo Bracale

UVA INDUSTRIAL - Mariano César Marques

Colaboradores

Superintendência de Informações do Agronegócio – SUINF

AIRTON CAMARGO PACHECO DA SILVA – Superintendente

ANTÔNIO SÉRGIO RIBEIRO CAMELO - Assistente

Gerência de Custo de Produção – GECUP

ASDRÚBAL DE CARVALHO JACOBINA – Gerente

Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras - GEASA

ELEDON PEREIRA DE OLIVEIRA – Gerente

Gerência de Informações Técnicas – GEINT

ELZA MARY DE OLIVEIRA - Gerente

INDICE	PÀG
• ALGODÃO	07
• ALHO	44
• AMENDOIM	63
• ARROZ	74
• BORRACHA NATURAL	90
• CAFÉ	100
• CASTANHA DE CAJU	116
• CASTANHA DO BRASIL	124
• CASULO DE SEDA	128
• CERA DE CARNAÚBA	132
• FEIJÃO	137
• GIRASSOL	158
• GUARANÁ	165
• JUTA/MALVA	172
• LEITE	181
• MAMONA	193
• MANDIOCA E DERIVADOS	203
• MILHO	226
• SISAL	244
• SOJA	253
• TRIGO	265
• UVA INDUSTRIAL	285

Retrospectiva da Política de Garantia de Preços Mínimos

O modelo de desenvolvimento brasileiro, iniciado em 1965, implantou uma política agrícola destinada a modernizar o setor através do estímulo à adoção de técnicas de produção com elevado índice de capital aplicado por unidade de produto, com vistas a superar o estágio de agricultura primitiva existente até então.

O período que vai até 1985 foi marcado por medidas de reformulação e regulamentação da PGPM através do Decreto-Lei nº 79, de 19/12/66 e pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR. Instituiu-se normas para fixação dos preços mínimos, que, após aprovação de voto pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) são fixados através de decreto presidencial e, criou-se regulamentos para a execução das operações de aquisição - AGF e de financiamento - EGF.

Através de mecanismos de subsídio ao crédito para custeio e comercialização, de assistência técnica, de políticas de estoques, de seguro agrícola - para proporcionar redução dos riscos ambientais e de preços mínimos - para assegurar nível de renda, buscou-se expandir a fronteira agrícola, notadamente, nas regiões sudeste e centro-oeste.

O esgotamento desse modelo se deu a partir do final dos anos 1980 e resultou na redefinição do papel do Estado provocados por fatores internos e externos. Internamente o esgotamento do modelo resultou na quebra do Estado como agente econômico planejador, investidor e empresário e pela estabilização dos preços devido ao Plano Real. Os recursos para as políticas de crédito e de preços mínimos foram severamente afetados pela escassez de recursos públicos fiscais e financeiros aplicados nas políticas agropecuárias. Externamente, o avanço do processo de internacionalização e globalização da economia exigiu o aumento da competitividade de todos os participantes do processo produtivo devido a maior integração produtiva, comercial e financeira com o resto do mundo.

A partir do início dos anos 90 a operacionalização da PGPM e seus instrumentos AGF e EGF passam por importantes mudanças.

- A PGPM passou a depender de dotações fiscais e a disputar recursos cada vez mais escassos, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a criação do Orçamento das Operações de crédito (OOC) (Decreto Lei nº 79, de 19/12/66);
- foi instituído em 1991 o Preço de Liberação dos Estoques – PLE;
- adota-se a conversão automática do Crédito de Custeio em EGF/COV (safra 1991/92);
- cria-se o EGF Especial ou EGF para Formação de Estoque Regulador (safra 1991/92);
- cria-se o Prêmio de Liquidação do EGF ou PL (safra 1991/92);
- é instituída a Equivalência em Produto (safra 1993/94);
- elimina-se a correção do crédito e dos Preços Mínimos pela Taxa Referencial;
- elimina-se a Equivalência em Produto, que fica mantida apenas nos contratos de securitização das dívidas (safra 1995/96);
- cria-se o leilão de Prêmio de Equalização (1995);
- cria-se o PEP – Prêmio de Escoamento de Produto (estoque privado) e o VEP – Valor para Escoamento de Produto (estoque

público), que são subvenção econômica concedida pelo governo aos adquirentes de produtos, pelo Preço Mínimo (1996);

- elimina-se a modalidade de financiamento EGF/COV (safra 1996/97);
- institui-se o Contrato de Opção de Venda (safra 1996/97);
- cria-se a Linha Especial de Comercialização ou Linha Especial de Crédito (safra 2003/04);
- lança-se o Contrato de Opção de Compra (Plano Agrícola e Pecuário 2004/05);
- cria-se o Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agropecuário Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP) (Plano Agrícola e Pecuário 2004/05);

Em 2004 a CONAB substitui o Banco do Brasil na operacionalização da PGPM e foi dispensada de divulgar normas e procedimentos relacionados às operações de EGF, cabendo ao CMN as deliberações, ao BACEN o estabelecimento das normas e ao Banco Brasil as atividades de regulamentação, controle e fiscalização (Resolução nº 3.208 do BACEN, de 24/06/2004).

Apresentação e Diretrizes Gerais

As dificuldades orçamentário-financeiras do Governo Federal, originadas com a Constituição Federal de 1988, e a mudança na orientação da política de comércio exterior, iniciadas com o Governo empossado em 1990, minaram as bases do funcionamento do modelo de política e foram, paulatinamente, reduzindo sua efetividade e credibilidade.

Os ciclos naturais de baixas e altas ocasionados pela sazonalidade da produção e a concentração temporal da oferta foram quebrados com a abertura da economia e a intensificação das importações e exportações gerando um novo padrão de comportamento de preços que passam a sofrer influência direta das condições do mercado internacional. Nessa conjuntura, o mecanismo oficial de sustentação de preços perde sua capacidade de operar como regulador dos preços no mercado interno exigindo da política oficial a subvencionar o diferencial de preços de parte da safra nacional, cujos produtos estejam com sua competitividade comprometida.

Neste novo ambiente macroeconômico, o instrumento oficial de sustentação de preços perdeu consistência, tornando-se caro e ineficiente ao demandar um nível de intervenção no mercado agrícola que extrapola largamente a capacidade operacional da máquina do Governo, além de impor enorme ônus aos cofres públicos.

Em anos recentes da década de 2000, à exceção do ano de 2005, os preços internos de determinados produtos agrícolas foram suficientes para manter os produtores capitalizados inibindo a necessidade de aporte de recursos por parte do Governo Federal. Entretanto esta fase de bonança deu lugar a uma séria crise no meio rural brasileiro a partir de 2005 que deverá estender-se pelo ano de 2006. Dentro desse quadro geral a necessidade de aporte de recursos para a sustentação dos preços internos extrapola a capacidade orçamentária do poder público, mesmo que os preços mínimos propostos sejam mantidos iguais aos de anos anteriores.

Os parâmetros para elaboração das propostas obedecem a critérios distintos levando-se em consideração se os produtos são sujeitos à competição internacional ou se são dependentes da oferta interna. Avaliam-se as necessidades de consumo, de exportação, de importação, de estoques, os preços internos e internacionais atuais e futuros, os preços de paridade no mercado doméstico, os custos de produção variável e total e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

Os estudos desenvolvidos pelos técnicos da Conab abrangem os seguintes produtos de maior expressão econômica: Algodão em caroço e em pluma; Arroz com casca longo fino e longo; Café arábica e conilon; Feijão anão cores, preto e macacar; Leite; Mandioca raiz, Farinha e Polvilho/Goma; Milho em grãos e Soja em grãos. Com menor expressão econômica cita-se: Alho; Amendoim, Borracha natural, Carnaúba (cera); Castanha do Brasil com casca e amêndoa; Castanha de Caju; Casulo de Seda; Girassol; Guaraná; Juta-Malva embonecada e beneficiada, Mamona; Milho de Pipoca; Sisal bruto e beneficiado e Sorgo.

ALGODÃO
PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO
SAFRA 2006/2007

Djalma Fernandes de Aquino

1 - INTRODUÇÃO

Cabe a Conab elaborar estudos e apresentar propostas para fixação de Preços Mínimos para os produtos agrícolas a cada ano safra. Este trabalho tem como objetivo auxiliar na formulação da proposta de preço mínimo para o algodão e seus subprodutos, assim, a expectativa é de que as informações aqui elencadas sirvam para mostrar a todos os segmentos de Governo e, principalmente aos cotonicultores brasileiros a situação vivenciada pelos mercados, nacional e internacional, além de sinalizar as perspectivas do produto no futuro próximo.

2 - PANORAMA INTERNACIONAL

No Quadro I, é possível observar o histórico da área plantada com algodão no mundo nos últimos cinco anos. O forte incremento da área ocorreu a partir da safra 2002/03, foram três anos de crescimentos sucessivos atingindo o pico no ano safra 2004/05, quando foram semeados cerca de 35,82 milhões de hectares. Tal fato acabou gerando o maior volume de produção de pluma colhido em todos os tempos, cerca de 26,209 milhões de toneladas (Quadro II). Os efeitos sobre o mercado foram danosos uma vez que acarretou forte retração nos preços internacional e significativo aumento nos estoques mundiais de passagem totalizando 11,238 milhões de toneladas contra 8,865 milhões remanescentes da safra anterior.

QUADRO I
ESTIMATIVA DE ÁREA PLANTADA COM ALGODÃO NO MUNDO - (Em mil ha)
PRINCIPAIS PAÍSES PLANTADORES

PAÍSES/SAFRA	jan/06				
	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
MUNDO	33,870	30,348	32,454	35,820	34,903
India	8,730	7,400	8,000	9,000	8,900
Estados Unidos	5,596	5,029	4,858	5,284	5,545
China	4,820	4,184	5,110	5,690	5,100
Africa - Continental		4,865	4,796	5,553	5,288
Paquistão	3,130	2,800	3,092	3,190	3,150
Uzbequistão	1,430	1,420	1,400	1,456	1,450
Brasil	0,748	0,735	1,100	1,179	0,826
Turcomenistão	0,500	0,490	0,480	0,500	0,700
Turquia	0,693	0,700	0,710	0,700	0,600

Fonte: USDA/CONAB

Elab: Conab

Em termos percentuais o incremento da área na safra 2004/05, em relação à safra anterior foi da ordem de 10,4%, ou seja, algo em torno de

3,366 milhões de hectares. Aumentos mais significativos ocorreram na Índia, China, Estados Unidos, e também no Continente Africano.

Em decorrência dos fatores já mencionados, os cotonicultores mundiais optaram pela redução de área na safra 2005/06, que de acordo com o relatório do mês de janeiro/06, emitido pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – USDA, totalizou 34,903 milhões de hectares. Ainda de acordo com aquele departamento de agricultura, a produtividade média de pluma observada foi ligeiramente inferior à da safra passada (732kg/ha na safra 2003/04 e 701kg/ha na safra 2005/06), resultando em um volume de produção equivalente a 24,463 milhões de toneladas (Quadro II), ou seja, a produção mundial foi menor em cerca de 1,746 milhões de toneladas.

QUADRO II
PRODUÇÃO MUNDIAL DE ALGODÃO EM PLUMA - (Em mil t)
PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES

PAISES/SAFRA	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
MUNDO	21,501	19,215	20,741	26,209	24,463
China	5,313	4,921	4,855	6,314	5,334
Estados Unidos	4,421	3,747	3,975	5,062	5,164
Índia	2,678	2,308	3,048	4,137	4,050
Paquistão	1,807	1,698	1,687	2,460	2,123
África - Continente	1,749	1,648	1,653	1,984	1,888
Uzbequistão	1,067	1,002	0,893	1,132	1,219
Brasil	0,766	0,847	1,309	1,299	1,002
Turquia	0,865	0,910	0,893	0,904	0,773

Fonte: USDA/CONAB

Elab: Conab

Outro componente importante no contexto do quadro de suprimento mundial da matéria-prima, diz respeito ao consumo. Nos últimos anos o desempenho do crescimento tem sido sistemático. De acordo com o USDA, no ano safra 2005/06, a indústria têxtil mundial demandará 25,092 milhões de toneladas de pluma, número este que representa, em relação ao período anterior, um crescimento de 6,1%, ou algo equivalente a 1.437 milhão de toneladas. Nos últimos cinco anos o aumento da demanda em valores absolutos foi de 4,556 milhões de toneladas, ou seja, 22,1%.

Também no mesmo período (últimos cinco anos), o consumo de algodão na China cresceu 68,5%, isto é, passou de 5,715 milhões de toneladas no ano safra 2001/02, para 9,632 milhões de toneladas ora previstos para 2005/06, Quadro III. Como a sua produção é insuficiente para atender a demanda interna, as indústrias de fiação são obrigadas a recorrerem ao mercado internacional importando a pluma de outros países, em especial dos Estados Unidos, seu principal fornecedor e, de vários outros países, inclusive do Brasil. Torna-se oportuno ressaltar que em 2005, o maior cliente do Brasil foi a China, sendo embarcadas 77,5 mil toneladas de pluma para aquele País. Para o ano safra 2005/06, a previsão é de que as indústrias de fiação irão adquirir, no mercado internacional, cerca de 3,592 milhões de toneladas.

QUADRO III
CONSUMO MUNDIAL MUNDIAL DE ALGODÃO EM PLUMA - (Em mil t)
PRINCIPAIS PAÍSES CONSUMIDORES

PAÍSES/SAFRA	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Mundo	20,536	21,404	21,355	23,655	25,092
China	5,715	6,510	6,697	8,382	9,632
Índia	2,890	2,896	2,939	3,222	3,701
Paquistão	1,851	2,047	2,09	2,341	2,558
Estados Unidos	1,676	1,584	1,354	1,457	1,306
Turquia	1,339	1,372	1,350	1,524	1,535
Brasil	0,805	0,800	0,930	0,910	0,900
Indonésia	0,501	0,490	0,468	0,490	0,501

Fonte: USDA/CONAB

Elab: Conab

Em relação à safra 2004/05, o comércio internacional do algodão no ano safra 2005/06, deverá, no encerramento do seu período (31/07/2006), apresentar um fortíssimo crescimento de 26,7% nas operações de importação e um não menos expressivo aumento de 19,4% nas exportações. Como não poderia deixar de ser, mais uma vez o destaque, no caso das importações, sem dúvida será os chineses, que vêm comprando grandes quantidades ao longo do ano devendo encerrar o período com incremento de 158,4%, passando de 1,390 milhão para 3,592 milhões de toneladas.

O aumento das importações, por parte da China, está diretamente ligado ao expressivo incremento do consumo das indústrias têxteis e também em consequência, da redução da área e produção, obtida pelos cotonicultores daquele país no ano safra 2005/06.

No processo de exportação os números constantes no quadro IV, apontam para a liderança dos Estados Unidos, cujas projeções até o encerramento do ano safra 2005/06 indicam um incremento de 13,8% em relação aos embarques efetuados no ano safra 2004/05. Assim, o volume negociado deverá passar de 3,137 para 3,571 milhões de toneladas. Na sequência aparecem os países do continente africano que em sua totalidade deverão fechar o período com um montante de vendas estimadas em 1,535 milhão de toneladas, onde o principal exportador é Burkina, cujas vendas deverão somar 0,316 milhão de toneladas.

Na lista dos grandes países exportadores mundiais aparecem ainda os Uzbequistão, na segunda posição com 0,969 milhão de toneladas, Austrália cujo desempenho em relação ao período anterior deverá totalizar cerca de 47,4%, somando, portanto, 0,642 mil toneladas, logo em seguida o Brasil cujos embarques totalizaram 0,385 milhão de toneladas, com isto, cresceu 18,1%. Chama a atenção a desenvoltura das exportações indianas. O USDA prevê que elas crescerão cerca de 157,1%, isto é, passarão de 0,152 milhão de toneladas verificadas no período 2004/05, para 0,392 milhão de toneladas em 2005/06. Essa maior participação da Índia, no mercado exportador, foi em decorrência do excesso de oferta no mercado interno nos dois últimos anos, ocasionado pelo aumento da produção. Como a quantidade de matéria-prima demandada pela indústria local manteve-se inferior ao volume ofertado, a saída foi partir para o mercado de exportação.

QUADRO I V
EXPORTAÇÃO MUNDIAL DE ALGODÃO EM PLUMA - (Em mil t)
PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES

PAÍSES/SAFRA	jan/06				
	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Mundo	6,316	6,601	7,238	7,554	9,021
Estados Unidos	2,395	2,591	2,995	3,137	3,137
Uzbequistão	0,762	0,740	0,675	0,860	0,969
Austrália	0,681	0,578	0,470	0,436	0,642
Brasil	0,109	0,175	0,331	0,391	0,385
Grécia	0,218	0,25	0,267	0,25	0,316
Burkina	0,142	0,158	0,207	0,212	0,283
Índia	0,013	0,012	0,152	0,152	0,392

Fonte: USDA/CONAB

Elab: Conab

Os efeitos sobre o mercado, provocado pela redução da produção mundial de pluma na safra 2005/06, só agora começam a apresentar resultados positivos sob o ponto de vista dos produtores. Em agosto de 2005, quando efetivamente iniciou o ano safra, os negócios efetuados nos mercados futuro e disponível, aqui representados pela Bolsa de Nova Iorque e Índice "A" de Liverpool, estavam sendo efetivados à razão de US\$ 48,21 e 53,98 cents/ libra-peso. Comparando as cotações do mês de janeiro/06 com as de agosto/05, observa-se que a recuperação no mercado futuro foi da ordem de 15,2%, e no disponível, de 9,0%, ver Gráfico I.

O impacto no aumento dos preços só não foi maior até agora e também não será muito significativo até o final de julho (fim do ano safra) devido ao grande volume de estoques de passagem, ora estimados em 11,055 milhões de toneladas Quadro V, com a agravante de que os Estados Unidos, o maior exportador mundial prevê uma recomposição dos seus estoques, onde no final do período deverá totalizar 1,502 milhões de toneladas.

Contudo, esta projeção poderá não se confirmar, haja vista a mais recente medida tomada pelo congresso americano que em 01/02/2006, votou pelo corte dos subsídios concedidos pelo governo dos Estados Unidos aos exportadores de algodão. Esta medida entrará em vigor (depois de sancionada a lei pelo presidente George W. Bush), a partir de agosto/06. Até lá se acredita que os exportadores daquele país irão atuar fortemente no mercado, ofertando grandes volumes de produto que ainda poderão ser vendidos a preços módicos haja vista o benefício do subsídio que ainda é de direito. Os possíveis reflexos destas ações poderão se fazer sentir no mercado mundial de algodão, mais precisamente nos preços que poderão não apresentar a desenvoltura traçada a partir dos indicativos de preços futuros da Bolsa de Nova Iorque no período de março a julho próximo.

QUADRO V
ESTOQUES MUNDIAL DE PASSAGEM ALGODÃO EM PLUMA - (Em mil t)
PRINCIPAIS PAÍSES DETENTORES

PAÍSES/SAFRA	2001/02	2002/03	2003/04	jan/06	
				2004/05	2005/06
Mundo	11,347	9,217	8,865	11,238	11,055
China	3,772	2,852	2,789	2,300	2,186
Índia	1,116	0,781	0,911	1,848	1,978
Estados Unidos	1,622	1,172	0,763	1,206	1,502
Austrália	0,496	0,283	0,195	0,425	0,425
Paquistão	0,710	0,491	0,442	0,845	0,698
Turquia	0,334	0,297	0,278	0,367	0,367
Uzbequistão	0,2	0,222	0,201	0,283	0,337

Fonte: USDA/CONAB

Elab: Conab

Quanto à safra 2006/2007, o International Cotton Advisory Committee - ICAC, em seu relatório publicado no mês de fevereiro/06, prevê que haverá um ligeiro incremento de área equivalente a 2,5%, devendo passar de 34,802 para 35,711 milhões de hectares o que equivale, em valores absolutos, a mais 0,909 milhão hectares. Com relação à produção, a projeção é de discreto aumento, cerca de 1,1%, podendo totalizar 25,43 milhões de toneladas ante as 25,15 milhões de toneladas colhidas em 2005/2006. Ou seja, o diferencial em valores absolutos é de mais 0,280 milhão de toneladas.

Segundo aquela entidade, cerca de 85% no incremento da área do algodão, na safra 2006/2007, deverá ficar distribuído apenas entre dois países asiáticos, ou seja, China e Índia que cultivarão a mais, 0,500 e 0,270 milhão de hectares, respectivamente.

A produção mundial de algodão em pluma para a temporada será de acordo com aquela entidade 4% superior ao montante colhido na safra 2005/06, devendo ficar no patamar de 25,43 milhões de toneladas Quadro VI. Para os Estados Unidos o ICAC prevê redução na produção. De acordo com o que consta em seu relatório ela passará de 5,16 para 4,58 milhões de toneladas ou -11,2%. Parte desta redução está atrelada ao menor índice de produtividade projetado em 845 kg/ha de pluma, contra 931 kg/ha da safra passada. Também foi indicado um ligeiro recuo no cultivo da área, algo em torno de 0,13 milhão de hectares.

QUADRO - V I
SUPRIMENTO MUNDIAL DE ALGODÃO EM PLUMA
PREVISÃO - (Em Milhões t)

Fevereiro/2006

DISCRIMINAÇÃO	2005/06 (1)	2006/07 (2)
EST. INICIAL	10,42	11,20
PRODUÇÃO	25,15	25,43
IMPORTAÇÃO	8,85	8,73
OFERTA TOTAL	44,42	45,36
CONSUMO	24,38	25,12
EXPORTAÇÃO	8,85	8,73
PERDAS	(0,06)	(0,05)
ESTOQUE FINAL	11,25	11,56

Fonte: ICAC. Elaboração: CONAB

(1) - Estimativa (2) Previsão

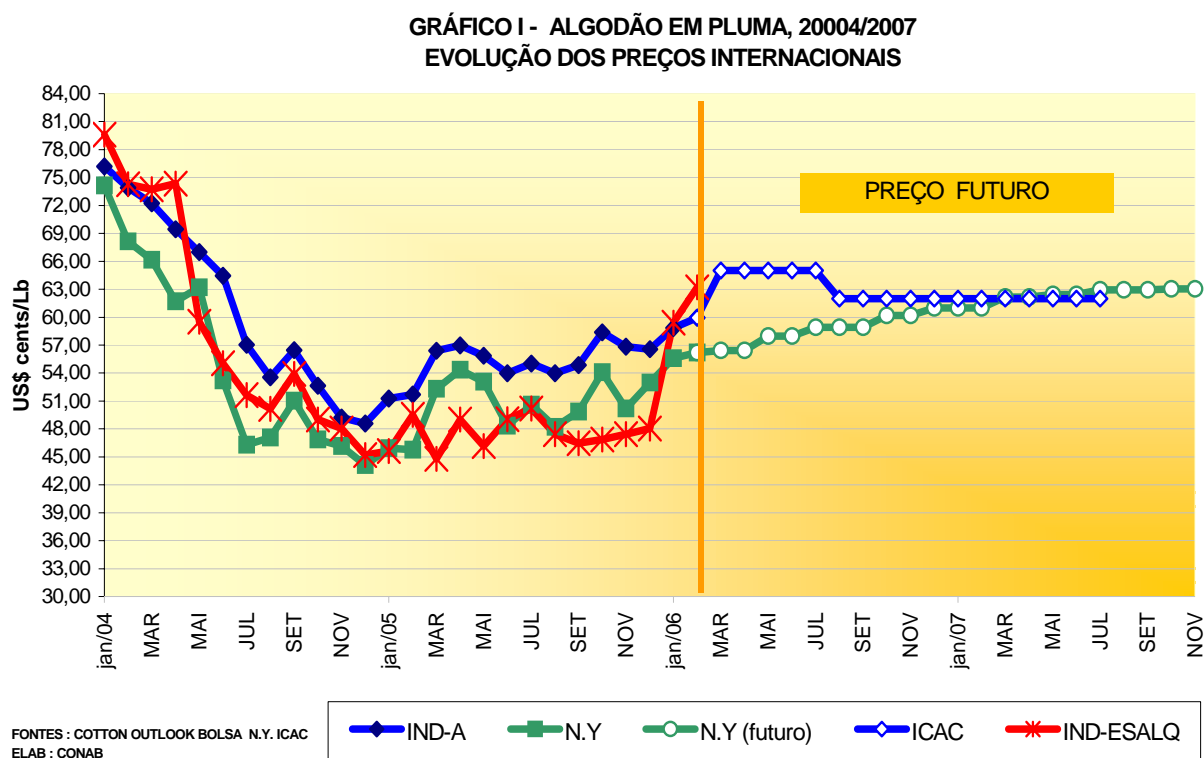
Ainda de acordo com o ICAC, o consumo mundial de algodão na próxima temporada deverá apresentar crescimento de 3,0%. A estimativa é de que as indústrias têxteis absorvam o montante de 25,12 milhões de toneladas contra 24,38 milhões demandadas no período 2005/06 (Quadro VI). O aumento do consumo será comandado pelos países asiáticos, China Índia e Paquistão que juntos deverão consumir cerca de 15,9 milhões de toneladas, algo equivalente a 63,2% de toda demanda mundial.

Havendo confirmação do aumento da produção mundial, mesmo que em pequeno volume, a tendência do comportamento do preço médio de comercialização para safra 2006/07, projetado pelo ICAC, é de ligeira redução, devendo situar-se em aproximadamente em US\$ 62,00 cents/lb, contra a média de US\$ 65,00 cents/lb estimados para a safra 2005/06 (de agosto/05 a janeiro/06 a média do índice "A" cotlook totalizou US\$ 56,36 cents/lb). A produção mundial sob a ótica daquela entidade será superior ao consumo, como resultado final, teremos um ligeiro incremento de 2,7% nos estoque de passagem que foram mensurados em 11,56 milhões de toneladas.

Mesmo que o preço médio projetado pelo ICAC, para a safra 2005/06, não se confirme, vale enfatizar que o mercado mundial está em franca recuperação, tal fato vem ocorrendo desde agosto de 2005, oportunidade em que os contratos negociados na Bolsa de Nova Iorque apontavam para o valor de US\$ 48,21 cents/lb, quanto ao mercado físico, o produto estava sendo comercializado a US\$ 53,98 cents/lb. Quando da divulgação dos mais recentes dados do ICAC, ocorrida no princípio de fevereiro, não se observou nenhuma alteração expressiva na cotação do produto em ambos os mercados. No momento (1ª quinzena de fev/06), os contratos de 1ª entrega da NYBOT, estão indicando preços médios em torno de US\$ 56,19 cents/lb, enquanto que o Índice "A" Cotlook trabalha na linha de US\$ 60,40 cents/lb. Ou seja, no período, ambos apresentaram consideráveis incrementos, 16,6% e 11,9%, respectivamente.

O mercado internacional de algodão vivencia um momento de preços considerados razoáveis. Apesar das cotações atuais guardarem uma distância

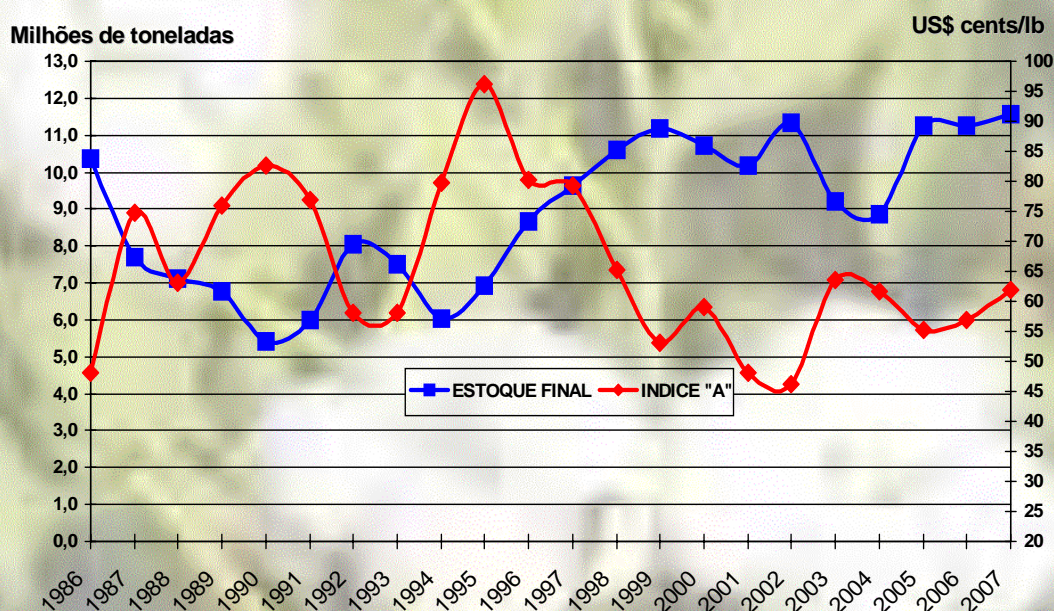
expressiva das médias históricas (algo em torno de US\$ 75,00/80,00 cents/ libra-peso, verificadas nos anos 80 e 90 do recente século XX), não se pode dizer que os mesmos sejam ruins, até se diria que eles encontram-se em uma zona de convergência que satisfaz os dois principais elos da cadeia; os demandantes e ofertantes da matéria-prima, com tendência de permanecerem neste patamar na comercialização da safra 2006/07. Sinalização nesse sentido pode ser conferida no Gráfico I, onde foram utilizados os indicativos de preços futuros da Bolsa de Nova Iorque, até novembro de 2007 e a projeção de preço médio, elaborada pelo ICAC, até agosto do mesmo ano.



A relação “estoque versus consumo”, que havia diminuído no ano safra 2004/05, para 44,0%, voltou a crescer no período 2005/06, passando para 46,1%. Para a próxima temporada a tendência é que ela permaneça no mesmo patamar. Ressalta-se que o mercado de algodão é muito influenciado por este indicador.

Outro importante indicador utilizado para o acompanhamento do mercado, que exerce forte influência na formação dos preços, sobretudo, os de mercado futuro, é a “relação estoque versus preços”. No gráfico II, pode-se observar que, em anos de estoques elevados, os preços normalmente ficam retraídos, e, em anos de estoques baixos, os preços tendem a se elevar. Relativamente ao ano safra 2006/2007, o que se verifica no gráfico II é uma tendência de crescimento dos preços em ano de elevação dos estoques, no caso, ambas as projeções feitas pelo ICAC.

GRÁFICO II - ALGODÃO EM PLUMA
RELAÇÃO ESTOQUE FINAL x PREÇO MUNDIAL



Fontes: USDA., Estimativa Preço 2007 ICAC

Elaboração: CONAB

2.1 – MERCOSUL

2.1.1 – Produção e Mercado

Por dois anos consecutivos os países membros desse bloco promoveram aumentos significativos nas áreas cultivadas com a cultura do algodão, sendo que na última temporada o número final consolidado foi da ordem de 1.835,6 mil hectares, ver no Quadro VII. Em função das condições pouco favoráveis observadas por ocasião da comercialização do produto, ao longo de 2005, os dois principais produtores de algodão do Cone Sul, Argentina e Brasil, optaram pela redução de área na corrente safra 2005/06. Tal situação foi provocada por fatores diversos como, o excesso de produto no mercado mundial, a forte desvalorização do dólar frente ao real, fato ocorrido no Brasil, além dos elevados estoques mundiais de passagem observados nos últimos dois anos.

A redução do cultivo no Brasil foi a mais expressiva, cerca de 30%, na Argentina, totalizou 23,4% aproximadamente. No Paraguai verificou-se um incremento, 8,8%. Assim, a área total da safra 2005/06, somou 1.408,9mil hectares contra 1.835,6 mil hectares cultivados anteriormente, ou seja, retração de 23,2%, que em valores absolutos significa um montante de 426,7 mil toneladas. Neste contexto, a Argentina deixou de semear cerca de 95,2 mil hectares, em relação ao que foi cultivado na safra passada.

Conforme indicado no Quadro II, o volume de produção para os países do Mercosul na safra 2005/06 é de 1.226,7 mil toneladas, já contabilizado

aí uma previsão de redução na produtividade do Paraguai, de aproximadamente 30% em decorrência da irregularidade climática observada nas lavouras (falta de chuva e altas temperaturas no mês de janeiro, atingindo as plantas que estavam na fase final de frutificação).

Em se tratando da Argentina, o comportamento do clima tem sido irregular, com chuvas intensas no mês de dezembro em algumas regiões produtoras localizadas nas províncias de Santa Fé e Chaco. Também foi verificado problema pontual relacionado à ocorrência de granizo. Em janeiro a ausência de precipitações pluviométricas em determinadas regiões produtoras provocou stress hídrico nas plantas, fato que se estendeu por toda a 1ª quinzena de fevereiro na Região Central e sul do País. Em contrapartida, nas regiões Norte e Nordeste daquele país, a situação climática é favorável para o desenvolvimento das lavouras.

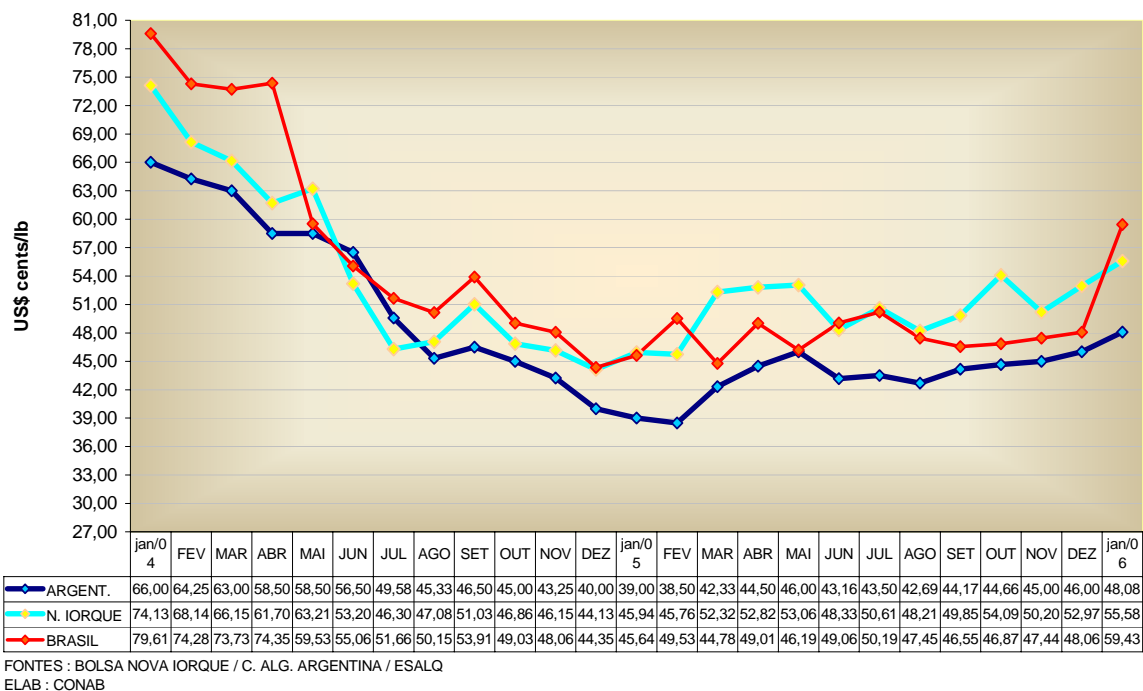
Diante desse quadro, pode-se afirmar que a estimativa acima indicada de 1.226,7 mil toneladas poderá ser alterada, pois, há indícios de perdas ainda não mensuradas. Quanto ao Brasil, sabe-se que as grandes extensões de áreas ocupadas com a cultura estão localizadas na região Centro-Oeste aonde as precipitações pluviométricas vêm ocorrendo normalmente, favorecendo o pleno desenvolvimento das plantas que se encontram de forma predominante no estágio de desenvolvimento vegetativo.

Até o final de fevereiro, aproximadamente 25% da área cultivada no Paraguai deverá estar colhida. Na Argentina, as lavouras encontram-se no estágio de floração e frutificação. No Brasil, os trabalhos de colheita deverão ser iniciados no Estado do Paraná e na Região sul do Mato Grosso do Sul, no princípio de março.

No mês de fevereiro/06, a comercialização com o mercado externo vem ocorrendo em níveis de preços equivalentes a US\$ 52,00/53,00 cents/ libra-peso, para o produto FOB Paraguai, no mercado interno o produtor está comercializando o algodão em caroço à razão de US\$ 0,33/0,35/kg, algo equivalente a US\$ 4,95/5,25/ @. Em anos anteriores, grande parte da produção paraguaia era destinada ao mercado brasileiro. Contudo, a partir da alteração da alíquota do Pis/Cofins, em maio/2004, que passou de 2,65% para 9,25%, as vendas para o Brasil ficaram menos atrativas, contudo, ao longo de 2005 foram vendidas para as indústrias têxteis brasileiras, cerca de 8.370 toneladas. Atualmente os maiores volumes exportados por aquele país tem como destino os países asiáticos e da América do Sul, no caso, Venezuela e Peru.

Na Argentina, os preços estão em ascensão, Gráfico III. O valor médio em janeiro, para o produto de boa qualidade, Grado C -1/2, estava cotado FOB Buenos Aires à razão de US\$ 48,08 cents/lb. No final da 1ª quinzena de fevereiro o mercado oscilava entre US\$ 52,00/53,00 cents/lb. Para o produto de qualidade inferior, Grado D -1/2, as respectivas cotações eram: US\$ 42,08 e 44,00/45,00 cents/lb. A título de ilustração, no gráfico III, encontra-se demonstrado o comportamento dos preços do produto nos mercados da Argentina, Brasil e mercado futuro de Nova Iorque, cuja abrangência do período vai de janeiro/04 a janeiro/06.

GRÁFICO - III
ALGODÃO PLUMA - 2004/2006
COMPARATIVO DE PREÇOS - BRASIL, ARGENTINA e NOVA IORQUE



QUADRO - VII
ALGODÃO - MERCOSUL
COMPARATIVO DE ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE
SAFRAS - 2004/2005 e 2005/06

fev/06

PAÍSES	ÁREA (Em mil ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)						PRODUTIVIDADE (kg/ha)		
	2004/05	2005/06	VAR (%)	Algodão em pluma			Caroço de algodão			2004/05	2005/06	VAR (%)
				2004/05	2005/06	VAR (%)	2004/05	2005/06	VAR (%)			
BRASIL	1.179,4	825,8	-30,0	1.298,7	1.002,5	-22,8	2.128,9	1.596,2	-25,0	2.906	3.147	8,3
ARGENTINA	406,2	311,1	-23,4	145,3	131,4	-9,6	301,6	273,0	-9,5	1.100	1.300	18,2
PARAGUAI	250,0	272,0	8,8	66,0	92,8	40,6	134,0	192,8	43,9	800	1.050	31,3
MERCOSUL	1.835,6	1.408,9	-23,2	1.510,0	1.226,7	-18,8	2.564,5	2.062,0	-19,6	2.220	2.334	5,2

FORNTE : /CONAB/SUGOF/INTA/SAGYPA/IICCA/MAG/MERCADO/USDA/ICAC

ELAB: CONAB

Nota: Produtividade expressa em algodão em caroço.

2.1.2 – Suprimento

Com um volume de produção estimado em 1.226,7 mil toneladas, estima-se que no decorrer do ano safra 2005/06, a oferta total do produto, no âmbito do Mercosul, deverá ser menor do que a verificada no período anterior, porém pode ser classificada como tranqüila uma vez que está estimada em 1.857,8 mil toneladas, quantidade mais do que suficiente para fazer frente às necessidades da demanda interna, formada pelos itens consumo e exportação, Quadro VIII.

O consumo doméstico do Mercosul para 2005/06 está avaliado em 1.040 mil toneladas, configurando-se ligeiramente inferior ao do ano anterior.

Parte do excesso da oferta total será direcionada para exportação, cujo volume de embarque direcionado a terceiros países, está atualmente estimado em de 418,0 mil toneladas. Se confirmada esta previsão, teremos em princípio uma ligeira redução, algo em torno de 7,6% em relação ao volume efetivamente embarcado no ano de 2005. O Brasil deverá liderar o processo de exportação com 361,0 mil toneladas, seguido do Paraguai com aproximadamente 57,0 mil toneladas. Quanto à Argentina não há previsão de exportação extra bloco, uma vez que o volume de produção, ora estimado em 131,4 mil toneladas é inferior às necessidades de demanda da indústria têxtil local, no momento avaliado em cerca de 140,0 mil toneladas.

Com relação às importações mencionadas no Quadro VIII, a projeção inicial é de que serão adquiridas de terceiros países, cerca de 171,0 mil toneladas. As compras deverão integralmente ser feitas pelas indústrias de fiação localizadas no Brasil.

Quanto aos estoques de passagem, a previsão é de que em relação ao ano safra 2004/05, haverá redução momentaneamente prevista em 13,0 %, ou seja, passará de 40,1 para 399,8 mil toneladas, no período 2005/06, haja vista os fatos conjunturais já relatados, notadamente pela forte retração da produção.

Para o ano-safra 2006/2007, as projeções iniciais do ICAC, observadas a partir de relatório divulgado em fevereiro/06, indicam que a produção no Mercosul será maior, devendo totalizar 1,368 milhão de toneladas, representando em termos percentuais um incremento de 11,5% aproximadamente, quando comparado com o montante estimado para a corrente safra.

Com relação às exportações, referida entidade projeta um montante de 527,0 mil toneladas. No que diz respeito ao consumo interno está indicado no referido relatório que as indústrias de fiação irão demandar algo equivalente a 1,0 milhão de toneladas.

QUADRO - V I I I
ALGODÃO EM PLUMA
SUPRIMENTO DO MERCOSUL

(Fev/06 Em mil)

DISCRIMINAÇÃO	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05(1)	2005/06(2)
EST. INICIAL	286,4	198,4	236,8	429,6	460,1
PRODUÇÃO	879,5	968,5	1.530,0	1.510,0	1.226,7
IMPORTAÇÃO	35,3	96,4	71,7	27,5	171,0
OFERTA TOTAL	1.201,2	1.263,3	1.838,5	1.967,1	1.857,8
CONSUMO	875,0	868,0	1.050,0	1.055,0	1.040,0
EXPORTAÇÃO	127,8	158,5	358,9	452,0	418,0
ESTOQUE FINAL	198,4	236,8	429,6	460,1	399,8

Elab: CONAB

FONTE: CONAB/ABIT/SINDITEXTIL/IICA/ INTA/SAGYP/USDA/COTTON OUTLOOK

(1) - Estimativa

(2) - Previsão

3 - PANORAMA NACIONAL

3.1 – Produção e Números de postos de Trabalho ocupados na atividade

Produção Brasileira de Algodão em Pluma na Safra 2005/2006 será Menor

A pesquisa realizada pela Conab na última semana de janeiro/2006, objetivando o acompanhamento da safra de verão 2005/2006, contemplou toda a Região Centro-Sul e mais dois Estados da Região Nordeste, Bahia e Maranhão. No caso das UFs, não pesquisadas, foram repetidos os números da safra passada, haja vista que as precipitações pluviométricas ocorridas na maioria dos estados nordestinos têm sido insuficientes para a realização do plantio, fato que deverá ocorrer até o mês de março nas regiões do semi-árido e até abril no agreste.

Torna-se oportuno ressaltar que o resultado numérico da atual pesquisa ficou próximo dos números estimados no levantamento de dezembro, mais precisamente aqueles constantes na coluna do limite superior que previa uma estimativa de plantio de 823,9 mil hectares e produção de pluma equivalente a 986,7 mil toneladas. No presente trabalho, a previsão de área plantada (números ainda não definitivos) para a safra 2005/06, ficou estipulada em 825,8 mil hectares contra 1.179,4 mil hectares semeados na safra anterior, caracterizando uma redução média de 30,0%. Quanto à produção, a estimativa é de que sejam colhidas na corrente safra cerca de 1.002,5 mil toneladas de pluma, ou seja, redução de 22,8% em relação as 1.298,7 mil toneladas colhidas na safra 2004/05.

O único Estado onde os números atuais extrapolaram as previsões efetuadas em dezembro/05 foi o Mato Grosso, cuja previsão de plantio estimada naquela oportunidade era, na melhor das hipóteses, de 284,5 mil hectares. Entretanto, na presente pesquisa, os números estão apontando 325,2 mil hectares, ainda não totalmente definidos, uma vez que na semana em que foi realizado o trabalho de campo, o plantio das áreas de safrinha ainda não havia sido concluído.

A mudança de comportamento dos produtores foi baseada no fato de que eles estavam apostando mais na cultura da soja. Entretanto, nos dois últimos meses, dezembro/janeiro, o mercado da oleaginosa não esboçou nenhuma reação positiva nos preços, mesmo estando em período de entressafra. No que diz respeito ao algodão observou-se, no mesmo período, uma melhora na cotação do produto, e de acordo com os atuais indicadores de mercado, a tendência é de que na média, eles sejam ligeiramente superiores aos verificados na comercialização da safra passada, haja vista o menor volume de produção ora previsto. Outro aspecto favorável à cultura do algodão pode ser creditado à ligeira redução dos custos de produção na corrente safra.

A expressiva redução de área e, conseqüentemente da produção Brasileira de Algodão, prevista para a safra 2005/06, teve como causas principais os seguintes fatores:

a) – Excesso de produção e os constantes indicativos de elevado volume dos estoques mundiais de passagem que contribuíram ao longo do ano, para manutenção dos preços internacionais em níveis pouco remuneradores.

b) – Expressiva perda de renda provocada pela desvalorização do dólar frente ao real vez que parte substancial do custo de produção do algodão é

atrelado à moeda americana. Boa parte dos insumos utilizados no plantio da safra 2004/05 foi adquirido ao câmbio de R\$ 3,00 do mês de agosto/04. Após um ano e três meses, quando estavam sendo iniciadas as atividades de plantio da safra 2005/06, a moeda americana estava cotada em R\$ 2,25, Gráfico IV, o que dá um percentual de recuo aproximado de 25%. No mesmo período, os preços do produto no mercado interno recuaram cerca de 30,0%.

c) – Agentes financeiros impuseram fortes restrições para liberação de novos créditos devido à falta de garantia a dívidas contraídas na safra passada e ainda não liquidadas.

d) – Empresas privadas, tradicionais fornecedoras de insumos, adotaram critérios restritivos na seleção de seus clientes, haja vista que boa parte dos produtores não quitou compromissos assumidos na safra passada.

Torna-se oportuno ressaltar que, no momento em que os produtores se preparavam para iniciar o plantio da nova safra, a situação conjuntural do mercado era extremamente desfavorável, pois, não havia liquidez no mercado, os preços estavam fortemente aviltados, a oferta de recursos financeiros quer sejam eles, oriundos de agentes financeiros ou do setor privado ficaram escassa. Por fim, grande parte dos produtores encontram-se endividados e descapitalizados.

Desta feita, torna-se importante esclarecer que a área que deixou de ser plantada com algodão no Brasil, cerca de 353,6 mil hectares, foi utilizada pelos vários Estados produtores para o cultivo da soja que também teve seu espaço reduzido, devendo ser ocupada por outras culturas. Vale ressaltar que na Região Centro-Oeste é prática comum fazer rotação de área, utilizando a dobradinha soja e algodão. Na corrente safra, o agricultor está plantando soja em áreas de algodão, pois o efeito residual de adubação, que permanece no solo, propicia ao produtor significativa redução no custo de produção da oleaginosa.

Cabe, ainda, esclarecer que o algodão também perde espaços importantes nos Estados de Goiás e São Paulo para a cultura da Cana-de-açúcar, com maior intensidade e, do milho, de forma menos expressiva.

Neste contexto, a produção de caroço de algodão deverá totalizar cerca de 1.596,2 mil toneladas, quantidade mais do que suficiente para atender a demanda do mercado interno que oscila entre 1.000,0/1.100,0 mil toneladas. Ressalta-se que a confirmação destes números fica condicionada a continuidade das boas condições de clima que até então vêm se verificando nas principais regiões produtoras do País. Houve, no entanto, algumas exceções onde se verificaram intensas precipitações pluviométricas durante todo mês de dezembro e princípio de janeiro, caso específico do Distrito Federal e Região do Entorno que é formada por municípios vizinhos pertencentes aos Estados de Goiás e de Minas Gerais, sendo importantes produtores de algodão. Nessas localidades, as plantas não desenvolveram, satisfatoriamente, havendo casos em que os produtores tiveram que fazer replantio.

Mesmo com estes pequenos percalços, os dados do levantamento apontam uma produtividade média de 3.147 kg/ha de algodão em caroço ou 1.214 kg/ha de pluma, superando os níveis de produtividades obtidos na safra passada de, respectivamente 2.906 e 1.101 kg/ha de algodão em caroço e algodão em pluma.

Nos Estados da Região Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso, e norte de Mato Grosso do Sul) e Região Oeste da Bahia, as lavouras se encontram em sua maioria, na fase de desenvolvimento vegetativo.

Em São Paulo, Paraná e Região Sul do Mato Grosso do Sul, as plantas se encontram no estágio final de desenvolvimento vegetativo, floração de forma predominante e início de frutificação.

Quadro I X
ALGODÃO EM CAROÇO
COMPARATIVO DE ÁREA, PRODUTIVIDADE E PRODUÇÃO
SAFRAS 2004/2005 E 2005/2006

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 04/05	Safra 05/06	VAR. %	Safra 04/05	Safra 05/06	VAR. %	Safra 04/05	Safra 05/06	VAR. %
NORTE	1,4	-	(100,0)	3.429	-	(100,0)	4,8	-	(100,0)
TO	1,4	-	(100,0)	3.450	3.450	-	4,8	-	(100,0)
NORDESTE	330,9	309,6	(6,4)	2.671	2.745	2,8	883,8	849,7	(3,9)
MA	9,0	5,4	(40,0)	2.400	3.330	38,8	21,6	18,0	(16,7)
PI	15,0	15,0	-	675	675	-	10,1	10,1	-
CE	10,2	10,2	-	630	630	-	6,4	6,4	-
RN	18,4	18,4	-	555	555	-	10,2	10,2	-
PB	19,5	19,5	-	795	795	-	15,5	15,5	-
PE	3,7	3,7	-	525	525	-	1,9	1,9	-
AL	8,1	10,2	25,6	370	370	-	3,0	3,8	26,7
BA	247,0	227,2	(8,0)	3.300	3.450	4,5	815,1	783,8	(3,8)
CENTRO-OESTE	658,4	428,2	(35,0)	3.280	3.588	9,4	2.159,4	1.536,2	(28,9)
MT	451,6	325,2	(28,0)	3.420	3.630	6,1	1.544,5	1.180,5	(23,6)
MS	58,9	31,8	(46,0)	3.060	3.660	19,6	180,2	116,4	(35,4)
GO	143,7	69,0	(52,0)	2.925	3.360	14,9	420,3	231,8	(44,8)
DF	4,2	2,2	(48,0)	3.435	3.400	(1,0)	14,4	7,5	(47,9)
SUDESTE	132,5	71,1	(46,3)	2.273	2.459	8,2	301,2	174,8	(42,0)
MG	54,2	30,4	(44,0)	2.610	2.535	(2,9)	141,5	77,1	(45,5)
SP	78,3	40,7	(48,0)	2.040	2.520	17,6	159,7	97,7	(38,8)
SUL	56,2	16,9	(69,9)	1.395	2.249	61,2	78,4	38,0	(51,5)
PR	56,2	16,9	(70,0)	1.395	2.250	61,3	78,4	38,0	(51,5)
NORTE/NORDESTE	332,3	309,6	(6,8)	2.674	2.745	2,7	888,6	849,7	(4,4)
CENTRO-SUL	847,1	516,2	(39,1)	2.997	3.388	13,0	2.539,0	1.749,0	(31,1)
BRASIL	1.179,4	825,8	(30,0)	2.906	3.147	8,3	3.427,6	2.598,7	(24,2)

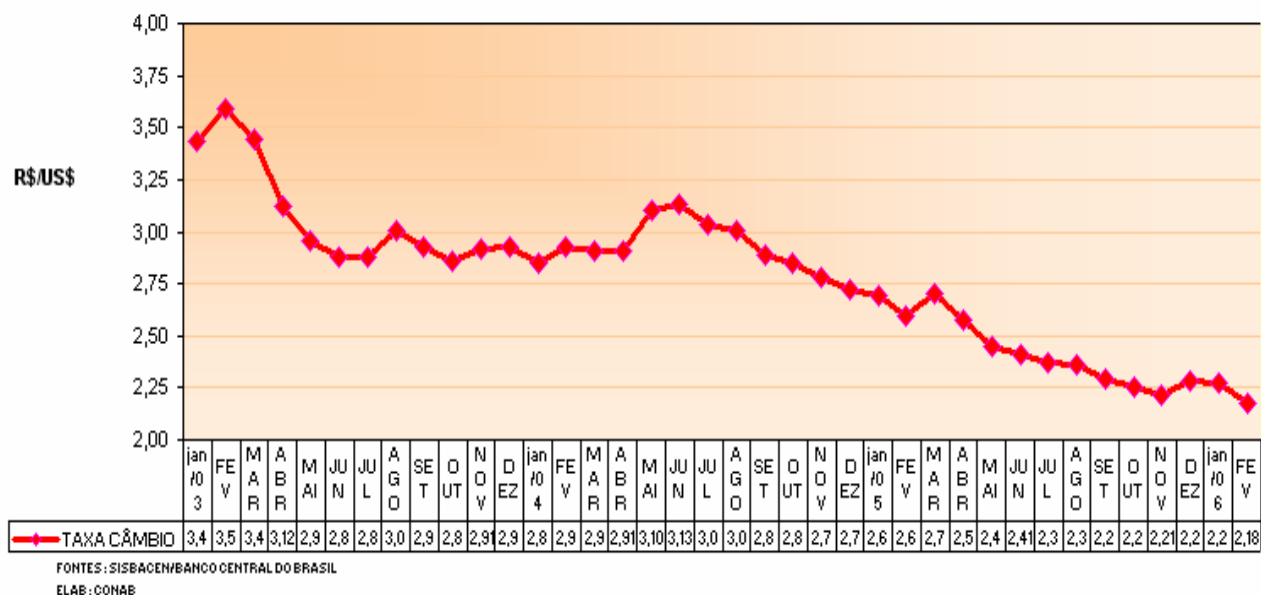
FONTE: CONAB - Levantamento: Jan/2006.

Quadro X
ALGODÃO EM PLUMA
COMPARATIVO DE ÁREA, PRODUTIVIDADE E PRODUÇÃO
SAFRAS 2004/2005 E 2005/2006

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 04/05	Safra 05/06	VAR. %	Safra 04/05	Safra 05/06	VAR. %	Safra 04/05	Safra 05/06	VAR. %
NORTE	1,4	-	(100,0)	1.286	-	(100,0)	1,8	-	(100,0)
TO	1,4	-	(100,0)	1.259	1.259	-	1,8	-	(100,0)
NORDESTE	330,9	309,6	(6,4)	1.030	1.068	3,7	340,7	330,5	(3,0)
MA	9,0	5,4	(40,0)	900	1.249	38,8	8,1	6,7	(17,3)
PI	15,0	15,0	-	223	223	-	3,3	3,3	-
CE	10,2	10,2	-	208	208	-	2,1	2,1	-
RN	18,4	18,4	-	183	183	-	3,4	3,4	-
PB	19,5	19,5	-	262	262	-	5,1	5,1	-
PE	3,7	3,7	-	173	173	-	0,6	0,6	-
AL	8,1	10,2	25,6	122	122	-	1,0	1,2	20,0
BA	247,0	227,2	(8,0)	1.284	1.356	5,6	317,1	308,1	(2,8)
CENTRO-OESTE	658,4	428,2	(35,0)	1.240	1.384	11,6	816,3	592,6	(27,4)
MT	451,6	325,2	(28,0)	1.289	1.405	9,0	582,1	456,9	(21,5)
MS	58,9	31,8	(46,0)	1.169	1.409	20,5	68,9	44,8	(35,0)
GO	143,7	69,0	(52,0)	1.112	1.277	14,8	159,8	88,1	(44,9)
DF	4,2	2,2	(48,0)	1.305	1.292	(1,0)	5,5	2,8	(49,1)
SUDESTE	132,5	71,1	(46,3)	847	928	9,6	112,2	66,0	(41,2)
MG	54,2	30,4	(44,0)	979	951	(2,9)	53,1	28,9	(45,6)
SP	78,3	40,7	(48,0)	755	912	20,8	59,1	37,1	(37,2)
SUL	56,2	16,9	(69,9)	493	793	60,9	27,7	13,4	(51,6)
PR	56,2	16,9	(70,0)	492	794	61,4	27,7	13,4	(51,6)
NORTE/NORDESTE	332,3	309,6	(6,8)	1.031	1.068	3,6	342,5	330,5	(3,5)
CENTRO-SUL	847,1	516,2	(39,1)	1.129	1.302	15,3	956,2	672,0	(29,7)
BRASIL	1.179,4	825,8	(30,0)	1.101	1.214	10,3	1.298,7	1.002,5	(22,8)

FONTE: CONAB - Levantamento: Jan/2006.

Gráfico I V
EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO DE COMPRA
PERÍODO 2003/2006



Estimativa de Área Plantada e do Número de Trabalhadores Ocupados na Lavoura de Algodão

O algodão é uma cultura de grande importância socioeconômica para o Brasil, pois gera renda e centenas de milhares de empregos no campo, abastece o mercado interno e ainda contribui, de forma positiva, na formação do saldo da balança comercial do país, vez que nos últimos anos se tornou um dos grandes exportadores mundiais da fibra. Ainda sobre o aspecto socioeconômico, vale enfatizar que o algodão é cultivado por dois sistemas de plantio, o tradicional, que em maior ou menor escala abrange todos os estados, notadamente os do Nordeste, Paraná, parte de São Paulo e Região Sul do Mato Grosso do Sul. Na outra ponta surge a forma de cultivo mecanizada com predominância nos Estados de Mato Grosso, Goiás, Região Norte do Mato Grosso do Sul e Sudoeste da Bahia.

No sistema de cultivo tradicional, a atividade é grande geradora de mão-de-obra no campo, pois ocupa cerca de duas pessoas/hectare por um período aproximado de sete meses (preparo do solo a colheita), ou seja, é uma cultura típica do modelo de agricultura familiar, cuja receita obtida por ocasião da comercialização da produção é utilizada como importante complemento de renda das famílias. Quanto às áreas mecanizadas, a relação é de uma pessoa para quatro hectares, como o plantio é feito em grandes extensões, a quantidade de pessoas envolvidas diretamente na atividade acaba sendo muito expressiva, senão vejamos:

Conforme consta no Quadro XI, na safra 2004/05, entre empregos efetivos e temporários, tivemos cerca de 715,2 mil pessoas ocupadas diretamente com a atividade no período que abrange o preparo do solo à colheita. Deste total, aproximadamente 480,2 mil pessoas estavam desenvolvendo suas atividades em lavouras com emprego de mão de obra intensiva e outras 234,9 mil no sistema mecanizado. Dada a redução de área verificada na safra 2005/06, a previsão é de que cerca de 234,6 mil pessoas ficarão fora do processo produtivo.

A região Centro-Sul foi a mais afetada (notadamente os Estados do Paraná, Mato Grosso e São Paulo), uma vez ficaram fora da atividade aproximadamente 197,9 mil trabalhadores. Quanto à região Nordeste, a redução

tende a ser menos expressiva, 36,8 mil pessoas, (porém ficou concentrada na região de Guanambi e adjacências, localizada na Bahia) uma vez que não houve expressivo recuo da área plantada no Estado da Bahia. Quanto aos demais estados, ainda não foi definida a área de plantio para a safra em questão, devendo ocorrer somente em abril.

Além de utilizar intensiva mão de obra no campo, o algodão gera emprego e renda nas usinas de beneficiamento e indústrias de fiação e têxteis. Além da fibra que é o seu principal subproduto de maior valor econômico, e do óleo destinado aos consumos humano e industrial, verifica-se a utilização de outros subprodutos para alimentação animal, tais como o farelo de algodão de alto valor nutritivo, e também a folhagem, aproveitada como forragem para a alimentação de rebanhos bovinos, caprinos e ovinos, através de pastoreio, função de vital importância para o binômio lavoura/pecuária, que tem grande abrangência e influência econômica para a região nordeste.

Quadro XI
ESTIMATIVA DE ÁREA PLANTADA, E DO NÚMERO DE TRABALHADORES OCUPADOS NA LAVOURA DE ALGODÃO
BRASIL - SAFRAS 2004/05 e 2005/2006

fev/06

U.FEDERAÇÃO	ÁREA (em mil ha) 2004/05			EMPREGOS (em mil) 2004/05			ÁREA (em mil ha) 2005/06			EMPREGOS (em mil) 2005/06		
	Total	Mecan.	Conv.	Total	Mecan.	Conv.	Total	Mecan.	Conv.	Total	Mecan.	Conv.
TO	1,4	1,4	-	0,4	0,4	-	-	-	-	-	-	-
MA	9,0	9,0	-	2,3	2,3	-	5,4	5,4	-	1,4	1,4	-
PI	15,0	-	15,0	30,0	-	30,0	15,0	-	15,0	30,0	-	30,0
CE	10,2	-	10,2	20,4	-	20,4	10,2	-	10,2	20,4	-	20,4
RN	18,4	-	18,4	36,8	-	36,8	18,4	-	18,4	36,8	-	36,8
PB	19,5	-	19,5	39,0	-	39,0	19,5	-	19,5	39,0	-	39,0
PE	3,7	-	3,7	7,4	-	7,4	3,7	-	3,7	7,4	-	7,4
AL	8,1	-	8,1	16,2	-	16,2	10,2	-	10,2	20,4	-	20,4
BA	247,0	209,0	38,0	128,3	52,3	76,0	227,2	209,0	18,2	88,7	52,3	36,4
N/NORDESTE	332,3	219,4	112,9	280,8	54,9	225,8	309,6	214,4	95,2	244,1	53,6	190,4
PR	56,2	22,5	33,7	73,1	5,6	67,4	16,9	6,8	10,1	22,0	1,7	20,3
MG	54,2	29,8	24,4	56,2	7,5	48,8	30,4	16,7	13,7	31,5	4,2	27,4
SP	78,3	31,3	47,0	101,8	7,8	94,0	40,7	16,3	24,4	52,9	4,1	48,8
MT	451,6	442,6	9,0	128,7	110,6	18,1	325,2	318,7	6,5	92,7	79,7	13,0
MS	58,9	53,0	5,9	25,0	13,3	11,8	31,8	28,6	3,2	13,5	7,2	6,4
GO	143,7	136,5	7,2	48,5	34,1	14,4	69,0	65,6	3,5	23,3	16,4	6,9
DF	4,2	4,2	-	1,1	1,1	-	2,2	2,2	-	0,6	0,6	-
CENTRO - SUL	847,1	719,9	127,2	434,4	180,0	254,4	516,2	454,8	61,4	236,5	113,7	122,7
BRASIL	1.179,4	939,3	240,1	715,2	234,9	480,2	825,8	669,2	156,6	480,6	167,3	313,1

FONTE: Conab, Associações de Produtores, Cooperativas, Órgãos de Assist Técnica e Extensão Rurais Oficial e privada, Produtores e mercado.

Elaboração: CONAB

Mecan: Mecanizada - Conv: Convencional

3.2 – Suprimento

3.2.1 – Brasil Oferta e Demanda de Algodão em Pluma em 2005.

Com os novos números obtidos no 3º levantamento de safra, realizado em janeiro/06, a Conab procedeu às devidas alterações no quadro de suprimento de algodão em pluma. Na oportunidade, foram lançados os números definitivos e relativos às operações de importação e exportação, observadas ao longo de 2005, e processadas as devidas modificações relativas ao ano de 2006, conforme pode ser observado no Gráfico V e Quadro XII.

Relativamente ao ano de 2005, os números finais de importação de algodão em pluma fecharam em 37,6 mil toneladas e dispêndio de US\$ 41,16 milhões, ressalta-se que este foi o menor volume importado pelo Brasil nos últimos 20 anos. Os principais fornecedores da matéria-prima foram: Estados

Unidos, Paraguai e Nigéria com, respectivamente, 19,7, 8,4 e 4,6 mil toneladas cada.

Quanto às exportações, as mesmas constituíram-se em recorde absoluto. No decorrer do ano, o Brasil embarcou 390,9 mil toneladas, e gerou um montante de receita equivalente a US\$ 449,7 milhões. Aproximadamente 46 países (Quadro XIII), adquiriam algodão do Brasil, porém, o destaque especial vai para: China, Paquistão, Indonésia, Japão e Argentina que na oportunidade compraram, respectivamente, 77,5, 76,3, 47,2, 27,9 e 20,7 mil toneladas cada. Como resultado final tivemos um saldo positivo na balança do Algodão de 353,3 mil toneladas e receita de US\$ 408,6 milhões.

O consumo final em 2005 ficou estimado em 910,0 mil toneladas. Torna-se oportuno frisar que o saldo total das exportações de subprodutos derivados do algodão tais como fio, tecidos e vestuário foi positivo. Em 2004 o Brasil exportou 151.839 toneladas contra 159.629 toneladas observadas em 2005, ressalta-se que o desempenho positivo ocorreu somente no setor de vestuário. Como resultado final, observa-se que em 2005 o Brasil terminou o ano com um volume de estoques de passagem equivalente a 275,1 mil toneladas, quantidade esta suficiente para atender as necessidades de demanda em um período de 2,5 meses, isto é, até a metade do mês de março vindouro. A partir daí começa a entrar no mercado pequenas quantidades de produto colhido no Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, como também produto importado do Paraguai.

3.2.2 – Brasil Oferta e Demanda de Algodão em Pluma, estimativa para 2006.

Quanto ao ano de 2006, a Conab prevê um volume de produção de 1.002 mil toneladas e forte aquecimento das importações que objetivam complementar o abastecimento interno. Ressalta-se que no mês de dezembro a previsão de compras no mercado externo era de 221,0 mil toneladas, entretanto, em razão da nova estimativa de produção, foi necessário fazer ajustes nos números, que ao final, apontaram para 196,0 mil toneladas de pluma.

Relativamente às previsões de vendas no comércio internacional, para o ano de 2006, trabalha-se com uma expectativa de que deverá ser embarcada para o exterior, praticamente a mesma quantidade observada em 2005, ou seja, ficou estimada em 385,0 mil toneladas. Torna-se oportuno informar que até o dia 31/01/2006, os registros de negócios, em bolsas, com vistas à exportação de produto da safra 2005/06, já totalizavam cerca de 340,0 mil toneladas, representando cerca de 88,0% da quantidade ora prevista para embarque.

Um dos fatores impeditivos ao maior crescimento das exportações no ano de 2006 é o câmbio haja vista que os preços no mercado internacional são considerados satisfatórios. Contudo, a forte desvalorização do dólar frente ao real iniciada a partir de junho/2004 (Gráfico II), vem dificultando o processo de exportação, até torná-lo inviável, sob o ponto de vista financeiro. No momento, a paridade de exportação FOB Paranaguá – PR, encontra-se no limite inferior ao preço recebido no mercado interno.

Com relação ao estoque de passagem para 2005, a previsão, a priori, é de que o Governo não irá formar estoques, haja vista a indisponibilidade de recursos. Dessa forma, estima-se que na passagem do ano o montante de algodão em poder da iniciativa privada totalize cerca de 482,1 mil toneladas, quantidade equivalente a 4,6 meses do total de aproximadamente US\$ 290,7 milhões.

Com relação ao consumo, a previsão inicial é de que a indústria nacional irá demandar cerca de 900,0 mil toneladas da matéria-prima. Este número poderá ser até maior caso as previsões governamentais de crescimento do PIB, em 2006, sejam confirmadas em 4,5%. Outros dois fatores importantes que poderão contribuir para o incremento do consumo, são a) Eleição majoritária que será realizada no 2º semestre, normalmente neste tipo de evento cresce a demanda por tecidos para a fabricação de camisetas, bonés, faixas e outros adereços de campanha b) Haverá aumento da massa salarial proveniente do reajuste do salário mínimo que entra em vigor, a partir de abril próximo, neste sentido, a estimativa é de que serão injetados na economia, aproximadamente, mais R\$ 12,0 bilhões.

Resumindo, o Quadro XII, de oferta e demanda de algodão para o ano de 2006, encontra-se bastante apertado uma vez que para suprir a demanda interna de consumo, mais exportação, e ainda contar com um volume de estoque mínimo de passagem da ordem de 188,6 mil toneladas o país terá que importar, conforme já foi dito anteriormente, cerca de 196,0 mil toneladas de pluma. Assim, a possibilidade de intervenção do Governo, no sentido de formar estoques, é praticamente nula, na melhor das hipóteses poderá haver intervenção via utilização dos instrumentos PEP ou PROP, objetivando a equalização do custo de transporte do produto, da zona de produção, para os centros de consumo.

QUADRO - X I I
SUPRIMENTO DE ALGODÃO EM PLUMA - BRASIL
(2002 a 2006 - Mil ton.)

	Fev/06					
DISCRIMINAÇÃO	2002	2003	2004	2005(1)	2006(2)	CENÁRIO 2007(3)
O F E R T A	1.009,8	1.061,6	1.500,8	1.576,1	1.473,6	1.521,6
Estoque Inicial	176,0	95,2	86,2	239,8	275,1	188,6
Produção	766,2	847,5	1.309,4	1.298,7	1.002,5	1.223,0
- Centro/Sul	677,1	710,3	1.010,0	956,2	672,0	820,0
- Norte/Nordeste	89,1	137,2	299,4	342,5	330,5	403,0
Importações	67,6	118,9	105,2	37,6	196,0	110,0
D E M A N D A	914,6	975,4	1.261,0	1.301,0	1.285,0	1.330,0
Consumo Interno	805,0	800,0	930,0	910,0	900,0	930,0
Exportações	109,6	175,4	331,0	391,0	385,0	400,0
Estoque Final	95,2	86,2	239,8	275,1	188,6	191,6
Meses de Consumo	1,2	1,1	2,3	2,5	1,8	1,7
Desp. com Importação	64,2	134,0	162,2	41,2	214,4	120,3
Rec. com Exportação	92,0	188,5	406,1	449,7	442,9	460,1

Fonte: CONAB/ SECEX/SRF-MF/ SINDITEXTIL-ABIT/COOPERATIVAS

ELABORAÇÃO: CONAB

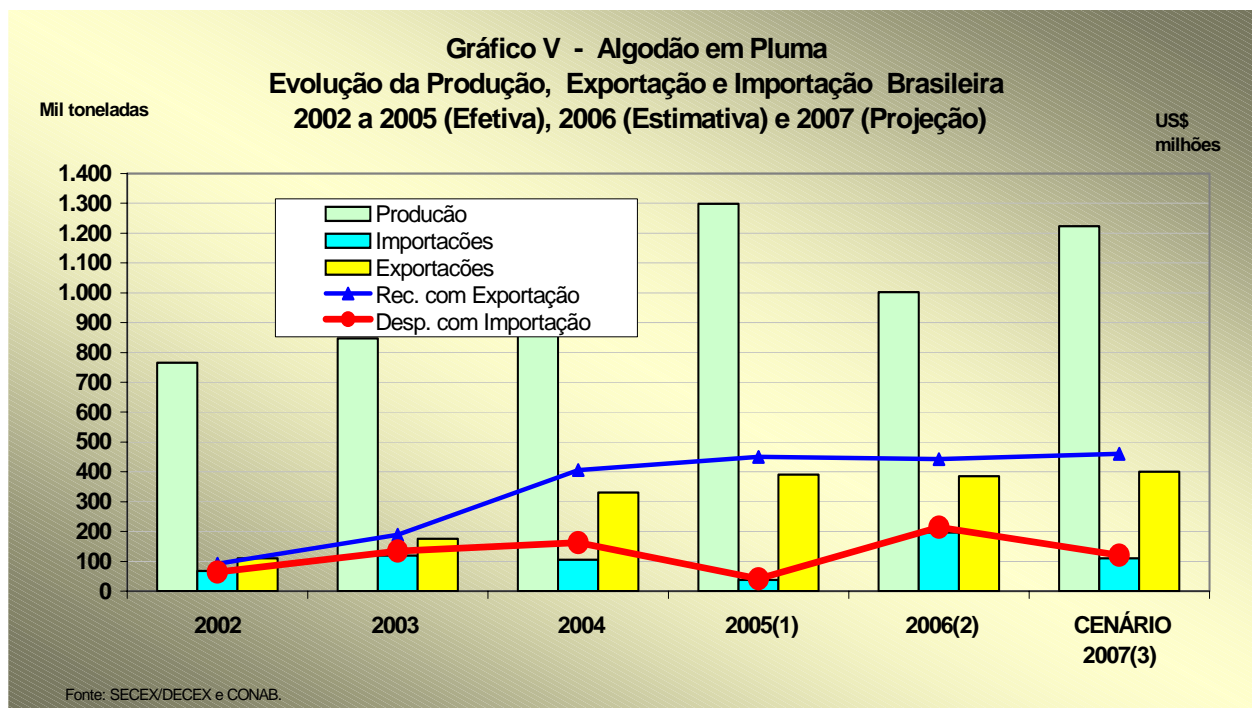
(1) preliminar (2) estimativa (3) Projeção

Quadro XIII
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR PAÍS
JANEIRO a DEZEMBRO/2005

Descrição do País	Quantidade (t)	Valor US\$1000FOB	Preço Médio US\$/t	Participação (%)	
				Quantidade	Valor
ALEMANHA	4.289	5.253	1.224,7	1,1	1,2
ANGOLA	1	1	1.001,7	0,0	0,0
ARABIA SAUDITA	460	572	1.243,0	0,1	0,1
ARGENTINA	20.707	22.533	1.088,2	5,3	5,0
AUSTRALIA	438	556	1.270,7	0,1	0,1
BANGLADESH	1.936	2.249	1.161,7	0,5	0,5
BELGICA	4.300	5.222	1.214,4	1,1	1,2
BOLIVIA	2.782	3.009	1.081,7	0,7	0,7
CHILE	1.797	1.861	1.035,5	0,5	0,4
CHINA	77.532	90.156	1.162,8	19,8	20,0
CINGAPURA	626	741	1.184,1	0,2	0,2
COLOMBIA	25	31	1.258,8	0,0	0,0
COREIA, REPUBLICA DA (SUL)	20.130	23.010	1.143,0	5,1	5,1
COREIA, REP. POP. DEMOCRATICA (NORTE)	5.293	6.046	1.142,1	1,4	1,3
EL SALVADOR	335	402	1.202,2	0,1	0,1
EQUADOR	550	648	1.178,5	0,1	0,1
ESLOVENIA	49	61	1.242,3	0,0	0,0
ESPANHA	813	911	1.120,5	0,2	0,2
ESTADOS UNIDOS	15.486	17.518	1.131,1	4,0	3,9
FILIPINAS	987	1.084	1.098,4	0,3	0,2
FRANCA	196	221	1.124,3	0,1	0,0
GRECIA	612	728	1.189,1	0,2	0,2
GUATEMALA	48	52	1.075,9	0,0	0,0
HONG KONG	1.940	2.179	1.123,0	0,5	0,5
INDIA	1.501	1.742	1.160,0	0,4	0,4
INDONESIA	47.260	54.922	1.162,1	12,1	12,2
ITALIA	15.880	19.010	1.197,1	4,1	4,2
IUGOSLAVIA	111	118	1.069,2	0,0	0,0
JAPAO	27.960	32.561	1.164,6	7,2	7,2
MALASIA	1.085	1.374	1.266,6	0,3	0,3
MAURICIO	742	890	1.198,9	0,2	0,2
MEXICO	47	127	2.700,0	0,0	0,0
PAISES BAIXOS (HOLANDA)	43	51	1.189,7	0,0	0,0
PANAMA	146	184	1.256,6	0,0	0,0
PAQUISTAO	76.272	86.245	1.130,8	19,5	19,2
PARAGUAI	100	116	1.157,4	0,0	0,0
PERU	5.125	6.167	1.203,2	1,3	1,4
PORTUGAL	6.636	7.747	1.167,4	1,7	1,7
REINO UNIDO	74	90	1.212,5	0,0	0,0
TAILANDIA	16.085	18.835	1.171,0	4,1	4,2
TAIWAN (FORMOSA)	17.271	19.704	1.140,9	4,4	4,4
TUNISIA	713	856	1.200,4	0,2	0,2
TURQUIA	7.729	8.520	1.102,3	2,0	1,9
UCRANIA	3.039	3.441	1.132,4	0,8	0,8
VENEZUELA	223	260	1.164,5	0,1	0,1
VIETNA	1.490	1.609	1.079,8	0,4	0,4
VIRGENS, ILHAS (BRITANICAS)	99	122	1.234,6	0,0	0,0
TOTAL	390.963	449.731	1.150,3	100,0	100,0

Fonte: Aliceweb

Elaboração: CONAB/DIGEM/SUINF/GEINT



3.2.2 – Brasil oferta e Demanda de Algodão em Pluma – Projeção para 2007.

Para o ano safra 2006/07, construiu-se um cenário a partir de informações veiculadas no mercado interno e instituições internacionais. Dessa forma ficou projetado, a princípio, um incremento na produção de 22%, passando para 1.223 mil toneladas. Esse montante, somado à previsão de importação de 110,0 mil toneladas, será suficiente para atender a demanda total interna de consumo mais exportação, totalizando, assim, 1.330,0 mil toneladas. Vale ressaltar que, mesmo com o incremento nesse nível, o quadro de oferta e demanda permanecerá muito ajustado, haja vista que a previsão dos estoques de passagem, ao final do citado ano safra, será praticamente idêntica ao do período anterior.

Especificamente no que tange às exportações, projeta-se para o ano vindouro, maior participação do algodão brasileiro no mercado mundial, Quadro XII e Gráfico V, pois, há uma perspectiva de ligeira melhora dos preços internacionais em 2007 Gráfico II, influenciada pela expectativa de um razoável crescimento do consumo mundial, sem contudo haver a mesma contrapartida no crescimento da produção que segundo as atuais estimativas deverá ser mínima. A soma destes fatores resultaria na manutenção dos estoques de passagem praticamente no mesmo volume observado no encerramento do ano safra 2005/06.

Outro fator importante que vale a pena ser mencionado diz respeito a recente aprovação de lei no congresso americano que elimina os subsídios concedidos por aquele governo aos exportadores de algodão a partir de agosto de 2006. Como os Estados Unidos é o país que lidera as exportações mundiais do produto em cerca de 40%, a retirada dessa ajuda certamente tornará o seu produto menos competitivo no mercado externo, com isto, os preços mundiais tenderão a melhorar. Dessa forma, o produto oriundo dos demais países produtores tenderão a ficar mais competitivos, e nesse caso a expectativa é de que o Brasil, que já é o quarto maior exportador mundial, deverá experimentar incrementos em suas exportações. É claro que qualquer desempenho neste

sentido fica condicionado a uma melhora na taxa de câmbio, de forma a permitir que o produtor venha obter lucros na atividade.

3.3 – Mercado

3.3.1 – Algodão em Caroço

3.3.1.1 – Ano 2005

Foi um ano extremamente difícil para os produtores de algodão, principalmente para os pequenos produtores que comercializaram a produção da safra 2004/05 na forma de algodão em caroço junto às cooperativas ou usinas de beneficiamento a preços ligeiramente inferiores ao valor mínimo estabelecido pelo Governo Federal, em R\$ 13,40/@ Gráfico VI. O preço médio de venda em 2005 situou-se na faixa de R\$ 13,22/@, não cobrindo ao menos o custo variável de produção.

O desempenho negativo dos preços tem como base as baixas cotações do algodão em pluma que também permaneceram abaixo do preço mínimo do Governo no período de novembro/04 a dezembro/05. Como o mercado de algodão em caroço é diretamente influenciado pelo de pluma, está aí a razão pela qual o desempenho dos preços do algodão em caroço ficou aviltado ao longo de todo ano de 2005.

Além dos prejuízos financeiros imputados aos produtores no momento da comercialização da produção, foram contabilizadas perdas expressivas na produção, ocasionada pela forte estiagem verificada nos Estados do Paraná, São Paulo, e na Região Sul do Estado do Mato Grosso do Sul.

No Paraná, as perdas contabilizadas foram da ordem de 40%. Em São Paulo, o índice médio ficou próximo de 25%, e na Região Sul do Mato Grosso do Sul, o volume produzido ficou inferior à safra anterior em 30%.

É oportuno esclarecer que na maioria das áreas cultivadas nos Estados acima mencionados, a colheita é manual, e o custo oscilou entre R\$ 2,50 a R\$ 3,00 por arroba de algodão em caroço, representando cerca de 19 a 22% do valor de venda.

Com relação à situação da safra 2005/06, até o momento, os indicativos de clima são de normalidade na maioria das regiões produtoras, assim, os produtores esperam colher a produtividade no ato da colheita dentro dos parâmetros normais.

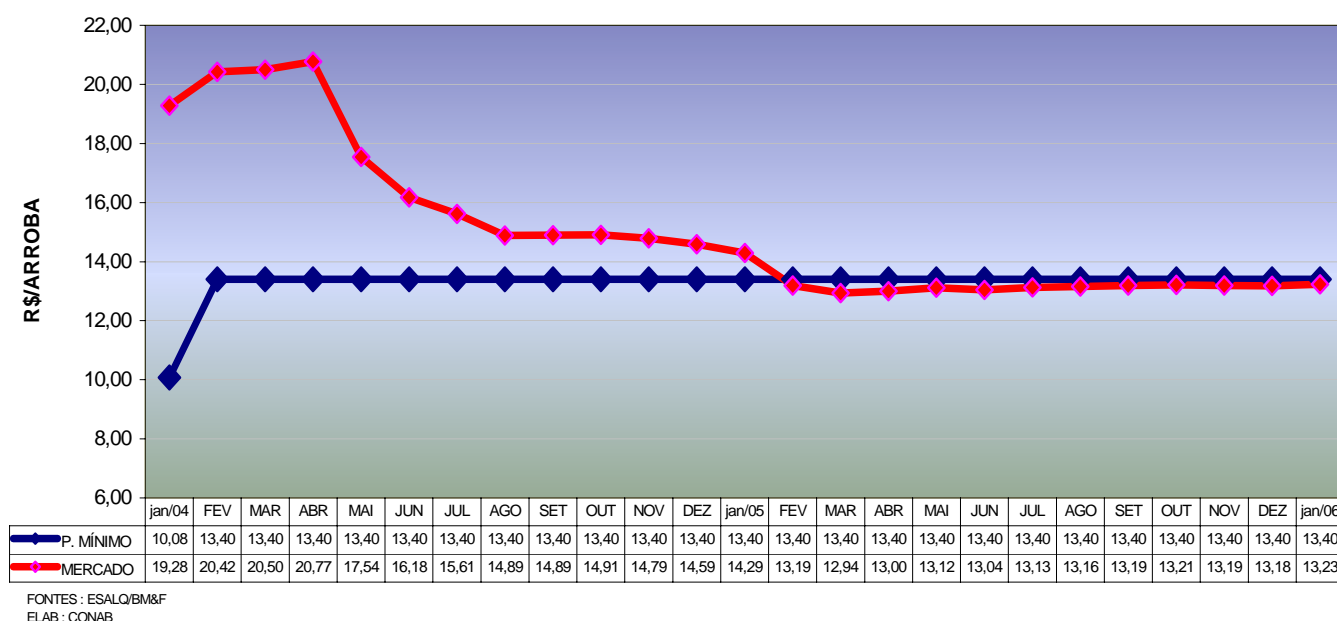
No tocante à comercialização a tendência é de que os preços do algodão em caroço fiquem ligeiramente superiores ao valor mínimo estabelecido pelo Governo Federal, haja vista que o mercado irá trabalhar com um volume de produção inferior à demanda do mercado. Neste sentido, já se observa no mercado de pluma um aquecimento dos preços no mês de janeiro e fevereiro/06. Os reflexos no mercado de algodão em caroço deverão ser sentidos no momento da comercialização do produto que deverá começar a ser colhido no princípio de março próximo.

3.3.1.2 – Ano 2006

Para a safra 2006/2007, os indicadores de mercado apontam para uma relativa situação de normalidade, ou seja, a situação deverá ser menos

traumática uma vez que não há previsão significativa de aumento na produção mundial, e a tendência do Brasil é de continuar exportando algodão em pluma, fato que necessariamente forçará os produtores a produzirem mais matéria-prima, objetivando atender o consumo interno e a demanda externa, conforme já comentado anteriormente. A melhora no mercado de pluma certamente trará vantagens para o produtor que comercializa o algodão em caroço, tornando-o mais próspero.

GRÁFICO V I
ALGODÃO CAROÇO - 2003-4/2006
EVOLUÇÃO PREÇOS INTERNOS



3.4 – Algodão em Pluma

3.4.1 – Ano 2005

Definitivamente foi um dos anos mais difíceis para o cotonicultor brasileiro, além de enfrentar problemas de perdas de produto em decorrência de fatores climáticos adversos (estiagem na fase de floração e frutificação) em várias regiões produtoras do país (inclusive no pólo produtivo de Rondonópolis e adjacências, onde normalmente não ocorre esse tipo de anomalia), eles se depararam com um mercado extremamente complicado, onde os efeitos do excesso da produção interna e mundial e da desvalorização cambial contribuíram, sobremaneira, na formação do preço do produto no mercado interno que se manteve aviltado durante todo o ano.

De acordo com o índice Esalq, o valor médio do produto em 2005, colocado no pátio da indústria em São Paulo, livre de ICMS, foi de R\$ 38,27/@. No auge da comercialização da safra do Centro-Oeste e Bahia (agosto a novembro), a cotação desceu ao nível de R\$ 34,67@, ou seja, 22/2% abaixo do valor mínimo estabelecido pelo governo. Conforme pode ser observado no gráfico VII, ao longo do ano, os preços do produto, no mercado interno, sempre se posicionaram abaixo do preço mínimo estipulado em R\$ 44,60/@.

Objetivando garantir renda mínima ao produtor o Governo Federal, a partir de janeiro de 2005, passou a intervir fortemente no mercado de algodão em

pluma, realizando, em primeira instância, leilões de Prêmio de Escoamento de produto – PEP, de Contratos Privados de Opção de Venda – PROP e por último atuou de forma direta comprando pequenas quantidades diretamente dos produtores. O instrumento utilizado neste caso foi o AGF.

Em que pese todo o esforço do governo, os preços não reagiram, somente vindo ocorrer, a partir do final de dezembro/2005, oportunidade em que a Conab divulgou o resultado do 2º Levantamento da safra 2005/06, e do quadro de oferta e demanda de algodão em pluma onde ficou caracterizada a redução da produção e a estimativa de forte incremento das importações em 2006, caracterizando uma situação de escassez do produto no decorrer do ano.

Neste sentido, torna-se oportuno lembrar que, até janeiro/2006, os indicadores de comercialização da safra 2004/05 obtidos a partir dos registros de negócios efetuados em bolsas, totalizavam cerca de 1.075 mil toneladas, que em termos percentuais corresponde a 82,7% do montante produzido, sendo 398,5 mil toneladas para exportação e 676,5 mil toneladas para o mercado interno.

3.4.2 – Ano 2006

Em função dos fatores já amplamente mencionados abrangendo a situação conjuntural dos mercados interno e externo, a tendência é de que os cotonicultores brasileiros consigam no mercado interno, nível de preços melhores do que aqueles observados no ano passado. Neste sentido, a cotação média dos meses de janeiro/fevereiro06, medida pelo índice Esalq, apresentou uma considerável recuperação no fechamento. Os valores ficaram ligeiramente superiores àqueles garantidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

No quadro XIII-A, contém um exercício de análise de rentabilidade, onde fica demonstrado que, se o mercado continuar operando ao longo de 2006 com preços próximos ao mínimo estabelecido pelo governo, o cotonicultor terá em relação ao custo variável de produção a rentabilidade positiva (no citado exemplo) de 3,5%/ha ou R\$1,61/@ de pluma. Mas, para os produtores que fizeram a opção pela cultura da soja, mantendo-se os níveis de preços atuais, a rentabilidade comparada ao custo variável de produção será menor, algo em torno de 1,1%, ou R\$ 0,23/sc.

QUADRO XIII A

ANÁLISE DE RENTABILIDADE - MATO GROSSO

ALGODÃO VERSUS SOJA

ITENS	Unidade	ALGODÃO	SOJA
1 - Produtividade/ha	@ ou sc 60kh	96	50
2 - Preço FOB - MT	R\$/unidade	45,60	21,00
3 - Receita - produção (1*2)	R\$/ha	4.332,00	1.050,00
4 - Receita - caroço	R\$/ha	289,82	-
5 - Receita Bruta (3+4)	R\$/ha	4.621,82	1.050,00
6 - Custo Variável	R\$/ha	4.467,22	1.038,50
7 - Rentabilidade (5-6)	R\$/ha	154,60	11,50
8 - Rentabilidade (7/2)	@ ou sc 60kh/ha	1,61	0,23
7 - Rentabilidade (5/6)	%	3,5%	1,1%

Fonte/Elab: Conab

Quantos ha de soja pelo custo de 1 ha de algodão 4,30

Receita da área de soja 4.517,00

Contudo, o principal fator que vai balizar os preços no mercado interno, ao longo desse ano, será o valor da paridade de importação, haja vista a grande quantidade de produto prevista para ser importada no decorrer do ano. E aí neste caso, mais uma vez entra a questão à taxa de câmbio, cujo modelo atual aponta para a desvalorização excessiva do dólar, tornando os preços de aquisição do produto no mercado externo, cada vez mais atrativos, fato que obriga os produtores brasileiros a comercializarem o seu produto a preços, no mínimo, iguais ao do produto importado.

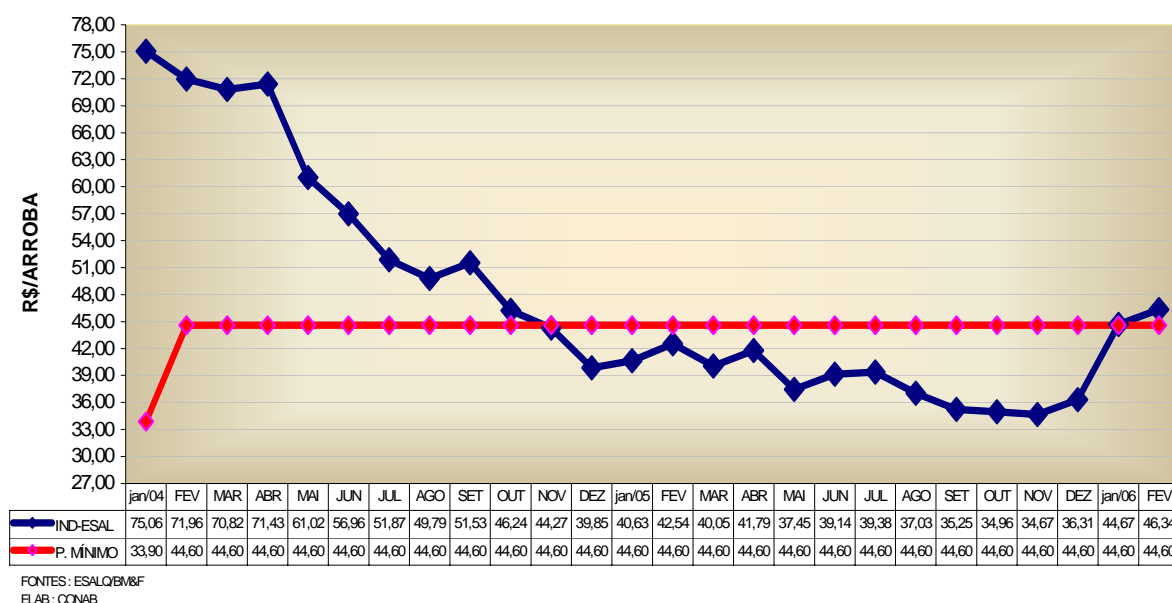
Outro fator que deverá de certa forma pressionar ainda mais a paridade de importação é o provável aumento da oferta dos estoques de algodão de origem americana que deverá ser comercializado no mercado mundial pelos seus exportadores até o dia 31/07/2006, ainda com preços subsidiados.

Outros aspectos importantes a ser levado em consideração pelos produtores brasileiros são os indicativos de preços futuros da Bolsa de Nova Iorque e do ICAC ilustrados no gráfico I, onde o comportamento das curvas a partir de janeiro/06, indica clara tendência de aumento. Na Bolsa de Mercadoria e Futuros – BM&F, os contratos negociados no dia 17/02/2006, com data de vencimento nos meses de maio, julho, outubro e dezembro/06, foram fechados com os respectivos níveis de preços: US\$ 61,50, 57,00, 58,00 e 58,70 cents/lb.

Comparando-se os indicadores de comercialização da safra brasileira 2004/05, com a 2005/06, em períodos idênticos, chega-se à conclusão que o volume de vendas efetuadas no período atual apresenta maior desempenho,

indicando que o processo encontra-se em estágio bastante adiantado, senão vejamos: Até o mês de fevereiro/05, o volume de negócios envolvendo produto da safra 2004/05, registrado em Bolsas totalizava 352,5 mil toneladas, quantidade esta equivalente a 27,1% da produção total estimada em 1.298,7 mil toneladas. Na oportunidade, a destinação do produto ficou assim distribuída: aproximadamente 67,2%, ou algo em torno de 236,6 mil toneladas, para o mercado externo e 115,9 mil toneladas, ou 32,8%, comercializadas com o mercado interno. Na safra atual (com previsão de 1.002,5 mil toneladas), foram registradas, até 31/01/06, cerca de 446,6 mil toneladas que corresponde a 44,5% da produção, sendo 339,7 mil toneladas destinadas à exportação e 106,9 para consumo interno.

GRÁFICO - VII
ALGODÃO PLUMA - 2004/2006
EVOLUÇÃO PREÇOS INTERNOS



4 - AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Conforme determinado pelo MAPA, ao longo de 2005, a Conab realizou intervenções no mercado de algodão, via diversas modalidades de instrumentos, a saber:

Nos meses de janeiro e fevereiro/05, a Conab realizou edições semanais, de leilões de Prêmio para Escoamento de Produto – PEP, objetivando garantir o escoamento do remanescente de produto da safra 2003/04. Entre os dias 05/04/2005 a 26/07/2005, a empresa voltou a fazer novos leilões de PEP, desta feita para amparar produto colhido na safra 2004/05, Quadro XV. No Quadro XVI, é possível observar o resumo da atuação do Governo Federal com essa modalidade de instrumento onde o montante ofertado totalizou 237,1 mil toneladas e o negociado, 197,7 mil toneladas. A aceitação do instrumento foi considerada bastante positiva por parte dos produtores uma vez que ela atingiu o percentual de 83,3%. Os dispêndios do Governo com a subvenção totalizou cerca de R\$ 71.5 milhões, nesse caso, o benefício recebido pelo produtor foi de aproximadamente R\$ 5,42/@.

QUADRO - X I
PEP DE ALGODÃO EM PLUMA - SAFRA
LEILÕES REALIZADOS EM

UF- Origem	Quantidade kg			%	Valor R\$/Kg da Subvenção
	Ofertado	Negociado	Saldo		
BA	8.100.000	6.197.000	1.903.000	76,51%	1.794.878,00
GO	14.120.000	14.102.500	17.500	99,88%	5.923.050,00
MG	2.880.000	1.471.800	1.408.200	51,10%	618.156,00
MS	2.200.000	2.043.000	157.000	92,86%	858.060,00
MT	37.350.000	37.340.000	10.000	99,97%	10.585.830,00
SP	350.000	0	350.000	0,00%	0,00
Total	65.000.000	61.154.300	3.845.700	94,08%	19.779.974,00

Fonte/elaboração:

QUADRO - X V
PEP DE ALGODÃO EM PLUMA - SAFRA 2004/2005
LEILÕES REALIZADOS EM 2005

UF- Origem	Quantidade kg			%	Valor R\$/Kg da Subvenção
	Ofertado	Negociado	Saldo		
BA	44.800.000	40.913.000	3.887.000	91,32%	15.932.370,00
DF	1.700.000	500.000	1.200.000	29,41%	210.000,00
GO	30.000.000	26.605.000	3.395.000	88,68%	10.678.840,00
MA	2.000.000	2.000.000	-	100,00%	840.000,00
MG	13.600.000	11.644.000	1.956.000	85,62%	3.929.170,00
MS	17.300.000	15.107.000	2.193.000	87,32%	6.315.620,00
MT	24.300.000	24.295.000	5.000	99,98%	7.362.550,00
PR	23.200.000	9.963.000	13.237.000	42,94%	4.154.460,00
SP	15.200.000	5.478.000	9.722.000	36,04%	2.300.760,00
Total	172.100.000	136.505.000	35.595.000	79,32%	51.723.770,00

Fonte/Elab: Conab

QUADRO - X
PEP DE ALGODÃO EM PLUMA - SAFRA 2003/04
LEILÕES REALIZADOS EM

UF- Origem	Quantidade kg			%	Valor R\$/Kg da Subvenção
	Ofertado	Negociado	Saldo	Negociado	
BA	52.900.000	47.110.000	5.790.000	89,05%	17.727.248,00
DF	1.700.000	500.000	1.200.000	29,41%	210.000,00
GO	44.120.000	40.707.500	3.412.500	92,27%	16.601.890,00
MA	2.000.000	2.000.000	-	100,00%	840.000,00
MG	16.480.000	13.115.800	3.364.200	79,59%	4.547.326,00
MS	19.500.000	17.150.000	2.350.000	87,95%	7.173.680,00
MT	61.650.000	61.635.000	15.000	99,98%	17.948.380,00
PR	23.200.000	9.963.000	13.237.000	42,94%	4.154.460,00
SP	15.550.000	5.478.000	10.072.000	35,23%	2.300.760,00
Total	237.100.000	197.659.300	39.440.700	83,37%	71.503.744,00

Fonte/Elab:

Outro instrumento (lançado pelo governo em 2005) utilizado pelo Governo Federal foi o Contrato de Opção de Venda - PROP que é uma subvenção econômica (prêmio) concedida em leilão público ao segmento consumidor que se dispõe a adquirir (em data futura) determinado produto diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço de exercício fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo governo, utilizando-se, para isso, de lançamento, em leilão privado, de contrato privado de opção de venda.

Em 2005, a Conab realizou oito edições de leilões dessa modalidade, oportunidade em que foram ofertados 11.620 contratos de 27 toneladas cada e arrematados 10.082, algo em torno de 272,2 mil toneladas, montante este que corresponde à cerca de 21,0% do volume produzido na safra 2004/05. A aceitação por parte dos agentes de mercado situou-se no nível de 86,7%. A subvenção paga pelo governo totalizou aproximadamente, R\$ 135,0 milhões, algo equivalente a R\$ 7,44/@.

QUADRO - XV II
ALGODÃO EM PLUMA - CONTRATOS PRIVADOS DE OPÇÃO DE VENDA - PROP
LEILÕES REALIZADOS EM 2005

UF-Origem	Contratos (Unid = 27000kg)			% Negociado	Valor R\$/Kg da Subvenção
	Ofertado	Negociado (Unid)	Negociado (kg)		
BA	1.960	1.960	52.920.000	100,00%	26.136.000,00
GO	1.500	1.500	40.500.000	100,00%	19.507.500,00
MA	40	20	540.000	50,00%	270.000,00
MG	575	343	9.261.000	59,65%	78.637.500,00
MS	890	434	11.718.000	48,76%	5.859.000,00
MT	6.455	5.825	157.275.000	90,24%	4.630.500,00
PR	50	0	0	0,00%	0,00
SP	150	0	0	0,00%	0,00
Total	11.620	10.082	272.214.000	86,76%	135.040.500,00

Fonte/Elab: Conab

Com a realização dos leilões de PEP e PROP, cujo montante negociado totalizou cerca de 469,9 mil toneladas o Governo Federal e agentes do mercado esperavam reação positiva nos preços, trazendo-os pelo menos ao patamar do preço mínimo, valor este que viria beneficiar indistintamente todos os produtores de algodão do Brasil, garantindo-lhes renda e a certeza da continuidade das atividades no ano seguinte.

Infelizmente não foi essa a realidade que se verificou, prova disto foi a considerável redução de área plantada na corrente safra 2005/06. Entretanto, se não fosse a atuação do governo, provavelmente a situação teria sido pior, (haja vista a excessiva oferta do produto no mercado, provocado pela produção de duas safras recordes e consecutivas) uma vez que aqueles produtores que participaram diretamente dos leilões de PEP e PROP puderam adicionar ao aviltado preço de mercado, significativos valores de subvenções concedidas pelo Governo, fazendo com que o preço final por eles recebido, se aproximasse do valor mínimo estabelecido pelo Governo Federal.

Ainda no ano de 2005, o Governo Federal realizou aquisições diretamente dos produtores, neste caso o instrumento utilizado foi o AGF, cujas operações foram direcionadas a pequenos produtores, parte deles pertencentes ao segmento da agricultura familiar. Dada a escassez de recursos, e, no intuito de atender o maior número de agricultores, a Conab limitou as aquisições em até 15 toneladas por pessoa. Vale ressaltar que o número de produtores atendidos nesta operação totalizou no mínimo 300 pessoas.

Nesta modalidade, foram compradas 4.481 toneladas nos Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo, e o número de produtores beneficiados nesta operação foi de no mínimo 300 pessoas. Conforme consta no Quadro XVIII, o montante de recursos desembolsado pelo Governo foi da ordem de R\$ 13,3 milhões. Atualmente o montante de estoque público de algodão em poder da Conab, totaliza 4.557 toneladas.

QUADRO - X V I I I
ALGODÃO EM PLUMA - AQUISIÇÃO DO GOVERNO FEDERAL - AGF
OPERAÇÕES REALIZADAS EM 2005

ESTADO	Quantidade (kg)	Valor Estimado (R\$) das Aquisições
Mato G. Sul	648.453	1.928.066,70
Paraná	784.103	2.331.399,33
São Paulo	3.049.278	9.066.518,90
Total	4.481.834	13.325.984,93

Fonte/Elab: Conab

5 - PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO

Os preços mínimos a serem fixados para o algodão em caroço e pluma devem funcionar como elemento estimulador da produção, uma vez que o País precisa manter e criar novos empregos no campo, gerar renda e excedentes exportáveis, objetivando inclusive, o melhor desempenho da balança comercial.

Na elaboração da proposta dos preços mínimos, foram levados em consideração os indicadores econômicos constantes nos Quadros XIX e XX, a saber, a) - média anual do preço do algodão em caroço, pago ao produtor no Paraná b) - preço atual do algodão em caroço também no Paraná c) - preços do algodão em pluma (média anual e valor atual), posto no pátio da indústria de fiação em São Paulo (índice ESALQ) d) - paridade de importação para o produto colocado CIF indústria e região de produção no Mato Grosso, em operação com *drawback*, com base no preço futuro de Nova Iorque 1ª entrega média de janeiro/06 e) - paridade de exportação FOB Paranaguá – PR e produtor com base no índice “A” Cotlook, média de janeiro/2006 e f) - custo variável de produção, levantado pela Conab, em janeiro de 2006, nas Regiões Sul e Norte do Estado do Mato Grosso que resultou no valor de R\$ 17,97/@ de algodão em caroço e R\$ 44,08/@ de pluma.

Ressalta-se que o pacote tecnológico aplicado ao atual custo de produção difere bastante daquele que vinha sendo utilizado em anos anteriores. Objetivando comparar o valor do custo de produção entre o ano anterior e o atual, a Conab lançou no novo pacote, os preços de insumos e serviços relativos ao mês de janeiro/05, obtendo assim, o valor de R\$ 20,99/@ para o algodão em caroço e R\$ 52,29/ para a pluma.

Em relação ao custo variável de produção de 2005, os valores de 2006 apresentaram recuos significativos, 14,39% para o algodão em caroço e 15,70% no caso do algodão em pluma. De acordo com trabalho de acompanhamento de preços realizados sistematicamente pela Conab, foram constatadas significativas reduções nos preços de praticamente todos os componentes do custo de produção, menos os combustíveis e lubrificantes, observar Quadros XXI a XXV.

Com relação aos valores de paridades, observa-se que no caso da exportação, em ambos os exercícios feitos, considerando as taxas de câmbio de R\$ 2,20 e R\$ 2,35, os valores recebidos pelos produtores FOB porto R\$ 37,61/@

e R\$ 40,17/@ são inferiores ao preço de comercialização no mercado interno R\$ 44,67. No que diz respeito à paridade de importação, os custos de internalização, nos casos aqui exemplificados são superiores ao preço do produto no mercado doméstico, configurando-se, assim, uma situação confortável para o cotonicultor brasileiro.

Nos últimos anos a cotonicultura brasileira passou por grandes transformações, saindo da condição de grande importador mundial para a de exportador. No período de 2.000 a 2.005, a receita auferida totalizou US\$ 1.323 milhões, para 2006 a previsão é de mais US\$ 442,9 Milhões, atualmente o Brasil ocupa a posição de 4º maior exportador mundial da matéria-prima para outros mercados graças a um arrojado trabalho levado a efeito pelos vários elos da cadeia, tais como: a pesquisa, os produtores, indústrias de fiação, setor exportador, e os governos federal e estaduais, que não mediram esforços em apoiar o setor produtivo de forma diversificada, seja através de renúncia fiscal, incremento de preços mínimos e apoio no processo de comercialização por intermédio da utilização de instrumentos de intervenções diversos.

Com a queda na produção, em 2006, o Brasil voltará a importar grande quantidade de matéria-prima, estima-se que as indústrias de fiação terão que adquirir no mercado externo, cerca de 196,0 mil toneladas de pluma para complementação da demanda, implicando em um volume de dispêndio de aproximadamente US\$ 214,4 milhões. Em termos de área e de empregos na atividade significa que com este volume de importação o Brasil deixou de plantar 160.000 mil hectares, o que implicou em uma perda de 40.250 postos de trabalho em lavouras mecanizadas.

Nos últimos anos a cotonicultura nacional avançou de forma muito positiva na medida em que no período de sete anos (1999 a 2005), experimentou um significativo aumento da produção em 150%, reduzindo drasticamente as importações em 87%, economizando importantes volumes de divisas, voltou ao mercado internacional na condição de exportador (incremento de 902%), ocupando a 4ª posição no cenário mundial, gerou empregos e renda no campo, é detentor de um dos melhores níveis de tecnologia no sistema de produção fato que permitiu ganhos valiosos na produtividade fazendo com que o produto brasileiro conseguisse ser competitivo no mercado internacional, em que pese a precariedade da infraestrutura do país, que dificulta e onera o produto a partir da porteira da fazenda. O que se busca na presente proposta é não só preservar estas conquistas, mas também avançar cada vez mais em busca da nossa independência pela matéria-prima, recuperando já na próxima safra 2006/07, os 234,6 mil postos de trabalhos perdidos na corrente safra.

Concluindo, proponho que os atuais preços mínimos em vigor sejam integralmente mantidos para a próxima safra 2006/07.

6 - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

O preço do algodão no mercado nacional em 2006 tende para uma ligeira recuperação em relação aos valores verificados em 2005, com isto a comercialização da safra no mercado interno se dará em um ambiente mais favorável ao produtor. Contudo, a questão cambial, pelo que se vislumbra, continuará de forma indireta exercendo pressão sobre os preços no mercado interno, quer seja dificultando as operações de exportação, provocando aviltamento dos valores recebidos pelos produtores ou facilitando as importações,

fazendo com que o produto adquirido no mercado externo chegue até o pátio da indústria no Brasil mais competitivo.

Neste caso, poderá haver necessidade de intervenção por parte do Governo Federal, mediante a utilização de PROP. Contudo, os indicativos de quantidades e de valores serão determinados no transcorrer da comercialização do produto.

Outro instrumento, que poderá ser utilizado de forma pontual é o AGF, objetivando a aquisição de produto diretamente de pequenos produtores. Trata-se de um instrumento de fácil acesso e de simples operacionalização. Somente deverá ser utilizado, se os preços de mercado estiverem abaixo do preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal.

ANEXOS

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab

QUADRO X I X
PREÇOS MÍNIMOS 2006/2007
PARÂMETROS PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS, EM REAIS POR UNIDADE

Í T E N S				ALGODÃO - BRASIL		CAROÇO
UNIDADE				- EM CAROÇO	- EM PLUMA	DE ALGODÃO
				15 kg	15 kg	15 kg
CUSTO DE PRODUÇÃO VARIÁVEL	Safra 05/06	Pac. tecn. 2006 Preço 2005		20,99	52,29	-
	Safra 06/07	Pac. tecn. 2006 Preço 2006		17,97	44,08	-
	Variação %			(14,39)	(15,70)	-
PREÇO PAGO AO PRODUTOR ⁽¹⁾	Média Anual			13,22	33,40	-
	Atual			13,23	39,57	3,45
PREÇO MÍNIMO	Em vigor			13,40	44,60	2,37
	Proposto			13,40	44,60	2,37
	Variação %			0,00	0,00	0,00
PREÇO NO ATACADO PRINCIPAL PRAÇA ⁽²⁾	Preço Mínimo Composto	Atual		-	49,70	-
		Proposto		-	49,70	-
	Média de Mercado	Anual		-	38,27	-
		Atual		-	44,67	-
PREÇOS DE PARIDADE	ATACADO	CIF ⁽³⁾	Importação	-	45,44	-
		FOB ⁽⁴⁾	Exportação	-	37,61	-
	PRODUTOR	CIF	Importação	-	40,32	-
		FOB	Exportação	-	32,42	-

(1) Algodão em caroço-PR, Algodão em pluma-MT sem restituição de ICMS.

Câmbio R\$ 2,20

(2) Principal praça de comercialização: São Paulo.

(3) Paridade import algodão em pluma c/ Draw Back calculada com base cotação Nova Iorque, contrato 1ª entrega média janeiro de 2006 (US\$ 55,63).

(4) Paridade de Exportação algodão em pluma FOB paranaguá - PR, calculada com base no Índice "A" Cotlook média de janeiro 2006 (US\$ 58,22).

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab

QUADRO X X
PREÇOS MÍNIMOS 2006/2007
PARÂMETROS PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS, EM REAIS POR UNIDADE

Í T E N S				ALGODÃO - BRASIL		CAROÇO
UNIDADE				- EM CAROÇO	- EM PLUMA	DE ALGODÃO
				15 kg	15 kg	15 kg
CUSTO DE PRODUÇÃO VARIÁVEL	Safra 05/06	Pac. tecn. 2006 Preço 2005		20,99	52,29	-
	Safra 06/07	Pac. tecn. 2006 Preço 2006		17,97	44,08	-
	Variação %			(14,39)	(15,70)	-
PREÇO PAGO AO PRODUTOR ⁽¹⁾	Média Anual			13,22	33,40	-
	Atual			13,23	39,57	3,45
PREÇO MÍNIMO	Em vigor			13,40	44,60	2,37
	Proposto			13,40	44,60	2,37
	Variação %			0,00	0,00	0,00
PREÇO NO ATACADO PRINCIPAL PRAÇA ⁽²⁾	Preço Mínimo Composto	Atual		-	49,70	-
		Proposto		-	49,70	-
	Média de Mercado	Anual		-	38,27	-
		Atual		-	44,67	-
PREÇOS DE PARIDADE	ATACADO	CIF ⁽³⁾	Importação	-	48,54	-
		FOB ⁽⁴⁾	Exportação	-	40,17	-
	PRODUTOR	CIF	Importação	-	43,30	-
		FOB	Exportação	-	34,88	-

(1) Algodão em caroço-PR, Algodão em pluma-MT sem restituição de ICMS.

Câmbio R\$ 2,35

(2) Principal praça de comercialização: São Paulo.

(3) Paridade import algodão em pluma c/ Draw Back calculada com base cotação Nova Iorque, contrato 1ª entrega média janeiro de 2006 (US\$ 55,63).

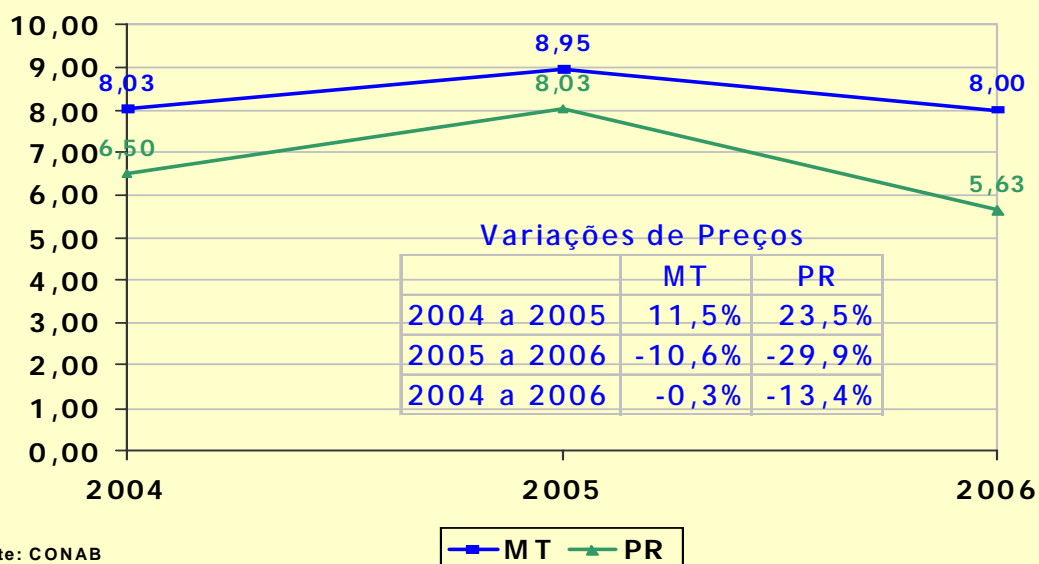
(4) Paridade de Exportação algodão em pluma FOB paranaguá - PR, calculada com base no Índice "A" Cotlook média de janeiro 2006 (US\$ 58,22).

Quadro XXI Preços pagos pelos Produtores Variações percentuais médias

		2005/2004	2006/2005	2006/2004
SEMENTES	PR	20,4	-17,2	-0,8
	MT	12,9	-20,1	-10,4
FERTILIZANTES	PR	7,5	-14,0	-7,9
	MT	7,7	-20,3	-14,3

Fonte: CONAB

Quadro XXII Semente de Algodão R\$/kg



Quadro XXIII
Preços pagos pelos Produtores
Variações percentuais médias

		2005/2004	2006/2005	2006/2004
AGROTOXICOS	PR	1,1	-22,7	-21,7
	MT	7,8	-26,0	-20,3
INSETICIDAS	PR	-1,8	-27,0	-28,5
	MT	8,8	-27,9	-21,6
HERBICIDAS	PR	1,9	-22,2	-20,7
	MT	7,6	-23,3	-18,2
FUNGICIDAS	PR	5,9	-16,3	-11,3
	MT	6,3	-26,9	-21,6

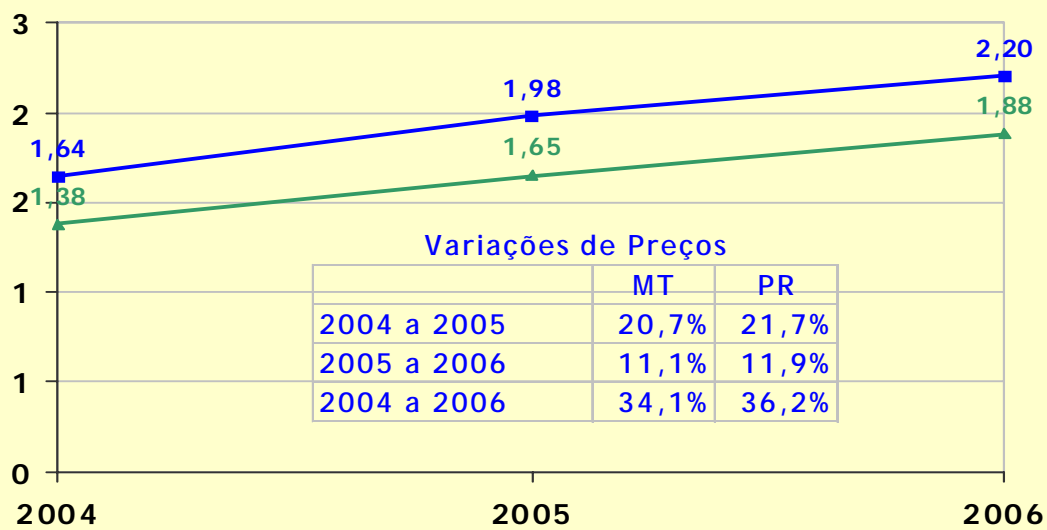
Fonte: CONAB

Quadro XXIV
Preços pagos pelos Produtores
Variações percentuais médias

		2005/2004	2006/2005	2006/2004
MAQUINAS	PR	13,1	-5,7	6,5
	MT	11,5	-3,8	7,0

Fonte: CONAB

Quadro XXV Óleo Diesel R\$/litro



Fonte: CONAB

—■— MT —▲— PR

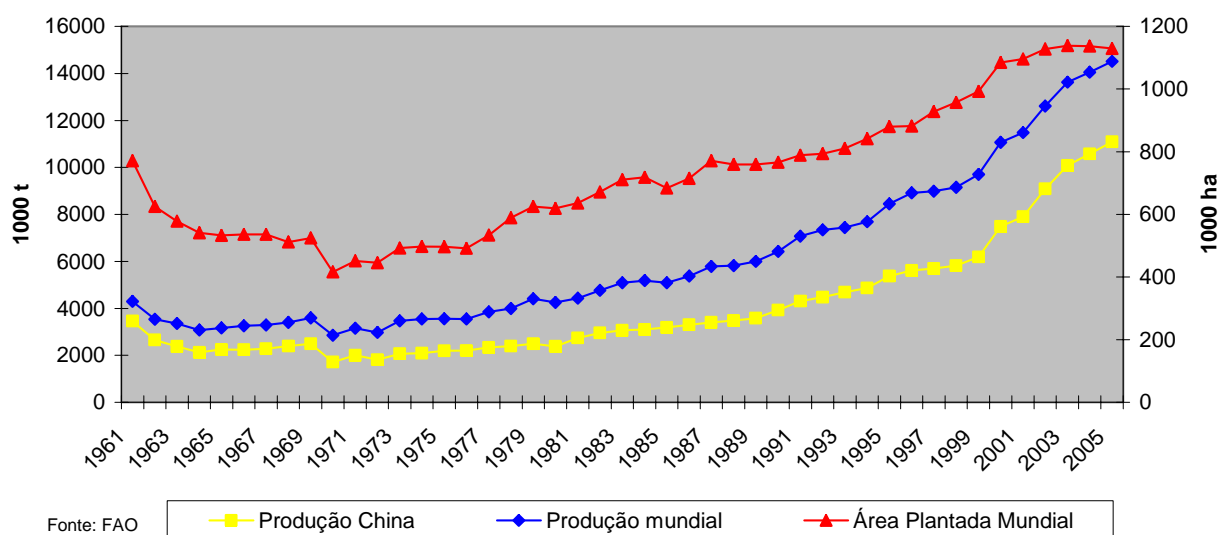
ALHO
PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO
SAFRA 2006/2007

Mariano César Marques

Panorama Internacional

A produção mundial de alho, depois de se manter estagnada na década de 60, atingiu a menor produção do período – 1961 a 2005 – em 1970, quando foram produzidas 2,8 milhões de toneladas e vem crescendo desde então. Em 2005 foram produzidas 14,5 milhões de toneladas; o histórico da produção e da área plantada no mundo está no Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 - Evolução da Produção Mundial e da China de Alho (1000 t) e da Área Plantada Mundial (1000 ha)



Foi acrescentada a produção chinesa para se ter uma idéia do peso deste país, que já foi responsável por quase 90% do total mundial, e hoje ainda detém mais de 75%. Visualmente não fica claro se o aumento da produção durante o período deve-se mais a ganhos de rendimento ou expansão da área plantada. Na tabela 1 a seguir, tem-se a taxa de crescimento exponencial da produção e da área plantada dos principais países produtores.

Tabela 1 - Taxas exponenciais de crescimento - 1961/2005

País	produção	área plantada
Mundo	3,58%	1,95%
Argentina	2,82%	0,80%
Brasil	3,18%	0,42%
China	3,55%	1,64%
Egito	2,06%	1,29%
Índia	4,52%	4,02%
Coreia	6,23%	3,88%
Rússia	7,81%	3,55%
Espanha	0,91%	0,60%
EUA	7,54%	6,10%

Fonte: Resultados econométricos a partir de dados da FAO

Assim, a produção mundial cresce a uma taxa de 3,58% ao ano no período, enquanto que a área plantada a uma taxa de 1,95% ao ano; desta forma, pode-se concluir que houve ganhos no rendimento. Alguns países, como a Rússia, os Estados Unidos e a Coreia tiveram um forte crescimento de produção, pois partiram de uma base menor e os seus hábitos alimentares foram se modificando, o que os levou a demandar mais alho. O Brasil teve uma boa taxa de crescimento da sua produção e o menor índice entre os países produtores no que se refere à taxa de crescimento da área plantada.

Na tabela 2 a seguir tem-se a evolução da produção mundial de alho entre 2000 e 2005.

Tabela 2 - Evolução da Produção Mundial de Alho (1000 t)

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Argentina	149	135	126	127	127	143
Brasil	84	102	114	123	86	88
China	7.486	7.894	9.080	10.078	10.578	11.094
Egito	267	215	216	216	216	162
India	525	497	500	500	500	500
Coreia	474	406	391	379	379	350
Rússia	195	228	230	219	220	230
Espanha	163	183	177	189	158	145
EUA	253	267	256	283	283	237
Demais Países	1.475	1.551	1.514	1.516	1.502	1.566
Produção mundial	11.071	11.478	12.606	13.630	14.048	14.515

Fonte: FAO

A Argentina está recuperando a sua produção, que atingiu seu ponto mínimo em 2002; o Brasil teve seu ponto de pico em 2003 e desde este ano vem decaindo; a China continua expandindo o cultivo; Egito, Índia, Coreia, Espanha e EUA têm decréscimo na sua produção. A participação percentual de cada um destes países na produção mundial é objeto da tabela 3.

Tabela 3 - Evolução da Participação % dos Principais Produtores

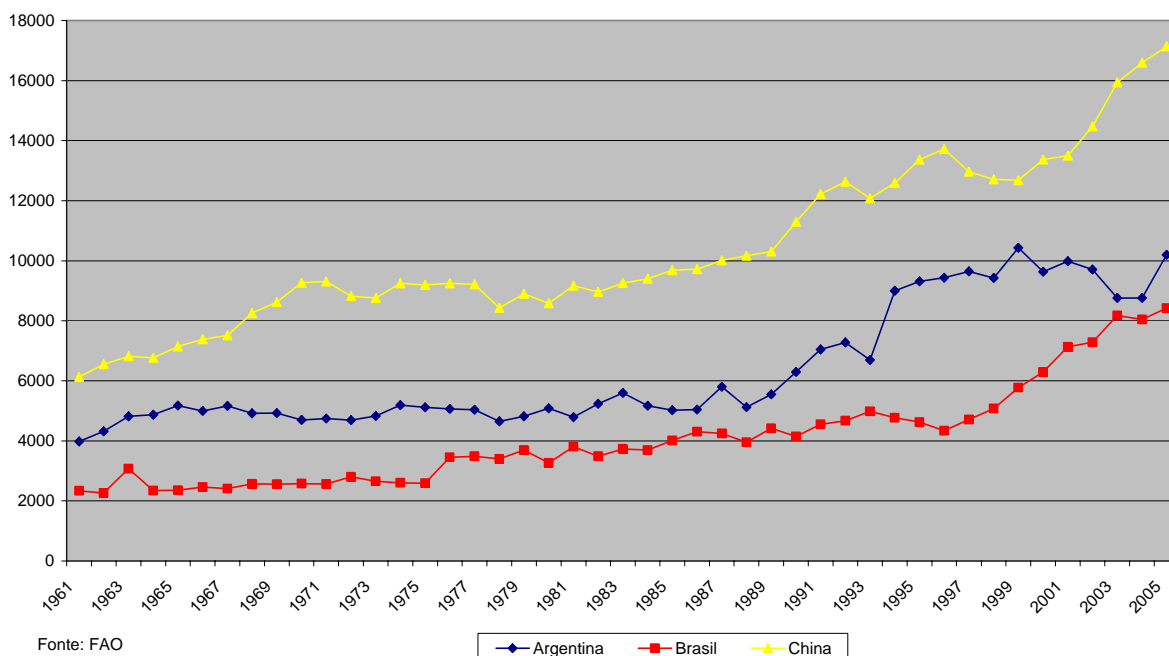
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Argentina	1,35%	1,17%	1,00%	0,93%	0,90%	0,98%
Brasil	0,76%	0,89%	0,91%	0,90%	0,61%	0,61%
China	67,62%	68,77%	72,03%	73,94%	75,30%	76,43%
Egito	2,41%	1,88%	1,71%	1,58%	1,54%	1,12%
India	4,74%	4,33%	3,97%	3,67%	3,56%	3,44%
Coreia	4,29%	3,54%	3,10%	2,78%	2,70%	2,41%
Rússia	1,76%	1,99%	1,83%	1,61%	1,57%	1,58%
Espanha	1,47%	1,59%	1,40%	1,39%	1,12%	1,00%
EUA	2,29%	2,32%	2,03%	2,08%	2,02%	1,63%
Demais Países	13,32%	13,51%	12,01%	11,12%	10,69%	10,79%
Produção mundial	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: FAO

Tirando a China, estes países listados são responsáveis em média por mais de 12% da produção mundial; o peso da China é grande em termos mundiais, o que faz deste país o principal ator no comércio internacional do alho. Note-se que a participação dos demais países produtores vem diminuindo, acompanhando a tendência dos demais produtores listados.

Como se verá adiante, os principais fornecedores de alho para o Brasil são a Argentina e a China. No Gráfico 2 tem-se a evolução do rendimento em quilogramas por hectares destes dois países e do Brasil.

Gráfico 2 - Evolução do Rendimento do Alho (kg/ha), da Argentina, do Brasil e da China



Vê-se que o rendimento brasileiro é bem inferior ao dos seus fornecedores do produto. A China tem fortes ganhos de rendimentos em um período de 45 anos, chegando a mais de 17 mil quilos por hectare em 2005. O pico de rendimento do alho argentino ocorreu em 1999, quando se colheu em média 10.432 quilos por hectare. O Brasil, em média, ainda não conseguiu vencer a barreira dos 10.000 quilos por hectare, embora, como se verá a seguir, alguns Estados brasileiros já tenham ultrapassado este limite. Chama a atenção a grande diferença de rendimento entre a China e os outros dois países. No início da série, o rendimento chinês era quase o triplo do brasileiro e tinha um ganho em torno de 50% com relação ao rendimento argentino. O Brasil tem uma expansão no seu rendimento médio entre 1996 e 2003 e a Argentina entre 1993 e 1999.

Na tabela 4 tem-se a evolução do rendimento médio por país entre 2000 e 2005.

Tabela 4 - Evolução do Rendimento Mundial do Alho (kg/ha)

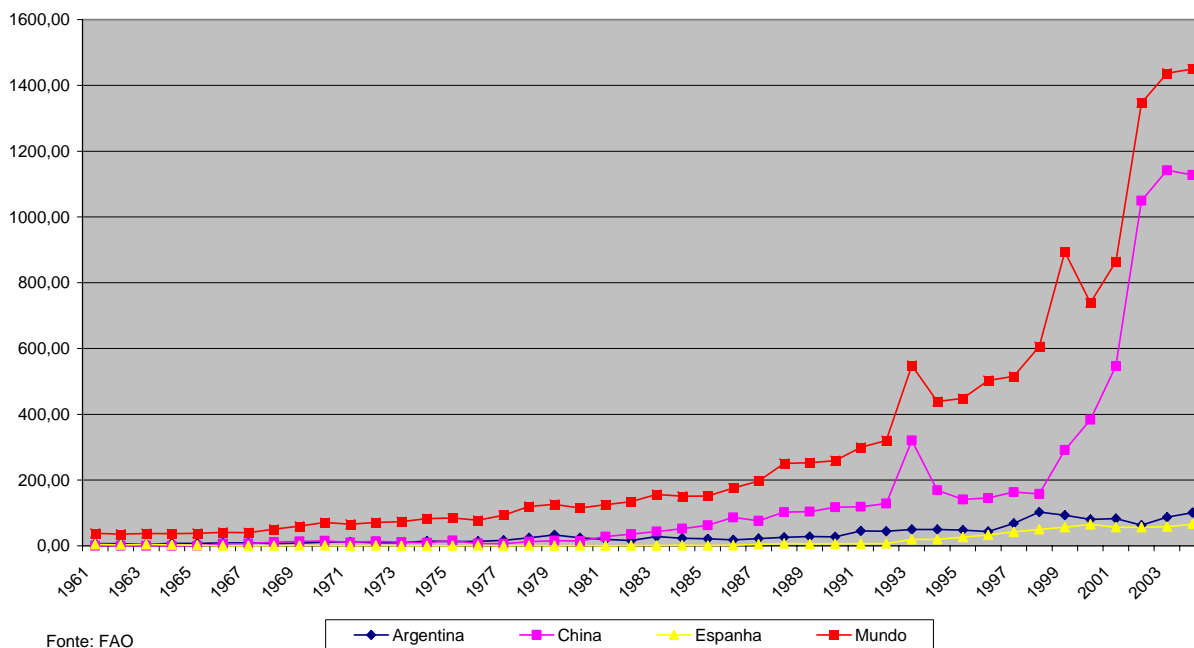
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Argentina	9.629	9.983	9.706	8.759	8.759	10.195
Brasil	6.292	7.129	7.282	8.174	8.044	8.423
China	13.372	13.496	14.472	15.938	16.600	17.139
Egito	21.289	23.173	23.226	23.226	23.226	22.678
Índia	4.210	4.140	4.167	4.167	4.167	4.167
Coreia	10.556	10.949	11.799	11.432	11.432	12.069
Rússia	6.939	7.643	7.702	7.390	7.333	8.214
Espanha	7.160	7.614	7.797	8.038	7.229	8.072
EUA	17.979	18.707	19.313	19.992	19.992	18.527
Mundo	10.206	10.478	11.180	11.966	12.355	12.854

Fonte: FAO

No período em tela, a maioria dos países produtores teve ganhos; Egito, Estados Unidos e China são os que apresentam maior rendimento, sendo a Índia detentora do menor. É importante observar que, dependendo do espaçamento no plantio, um rendimento baixo significa bulbos de alho pequenos, com uso industrial e preços menores. É considerado bom um rendimento acima de 8 mil quilogramas por hectare. Esta marca só não é alcançada pela Índia.

As exportações mundiais estão no Gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3 - Evolução das Exportações Mundiais de Alho (1000 t)



A China tem participação crescente nestas exportações. A partir de 1993, assume a liderança; Argentina e Espanha também são atores deste comércio, embora com um peso menor. Deve ser notado que o comércio mundial aumenta mais na década de 90, impulsionado pela China. Entre 2000 e 2004, as exportações mundiais totalizaram cerca de 1,5 milhão de toneladas, sendo 1,1 milhão exportada pela China. Estes números estão na Tabela 5, a seguir.

Tabela 5 - Evolução das Exportações Mundiais de Alho (1000 ton)

Países	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Argentina	93,14	80,08	82,26	62,38	86,71	100,64
China	290,85	383,86	546,51	1049,40	1142,24	1127,83
França	13,75	14,05	17,39	18,15	13,83	12,31
Malásia	16,59	10,71	13,36	21,52	34,50	50,42
Espanha	56,63	65,07	56,78	56,75	57,87	65,99
Demais Países	422,63	185,48	147,37	138,40	102,49	92,43
Mundo	893,60	739,26	863,66	1346,59	1437,63	1449,62

Fonte: FAO

Excetuando-se a França, os outros países exportadores vêm aumentando de modo suave a quantidade exportada. A Argentina mantém um patamar de exportações constante; a China teve um crescimento de 287,77% nas

suas exportações, se se considera os extremos da série; a Espanha teve um aumento de 16,53%. Estes países são os exportadores tradicionais de alho. A participação percentual no mercado exportador está na tabela 6 a seguir.

Tabela 6 - Evolução da Participação % dos Principais Exportadores

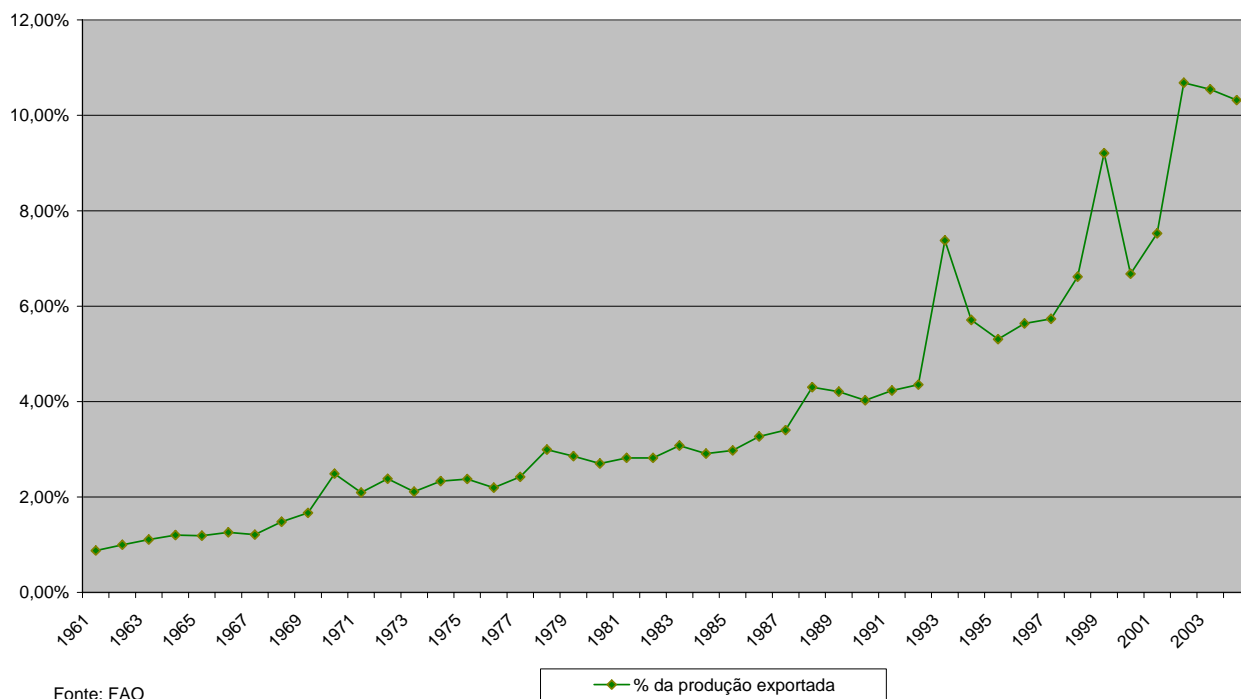
Países	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Argentina	10,42%	10,83%	9,52%	4,63%	6,03%	6,94%
China	32,55%	51,93%	63,28%	77,93%	79,45%	77,80%
França	1,54%	1,90%	2,01%	1,35%	0,96%	0,85%
Malásia	1,86%	1,45%	1,55%	1,60%	2,40%	3,48%
Espanha	6,34%	8,80%	6,57%	4,21%	4,03%	4,55%
Demais Países	47,30%	25,09%	17,06%	10,28%	7,13%	6,38%
Mundo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: FAO

O peso percentual dos outros países exportadores decresce ao longo do período, até ser muito pequeno no total exportado; Argentina, Espanha e França vêm diminuindo suas participações; somente Malásia e China têm aumentado os seus peso entre 2000 e 2004. Pode-se dizer que a China agora domina o mercado, pois em 2003 quase chegou a ter 80% do mercado mundial.

No gráfico 4 a seguir tem-se quanto do alho produzido se exporta, em termos percentuais.

Gráfico 4 - Percentual da Produção Mundial de Alho Exportada (%)

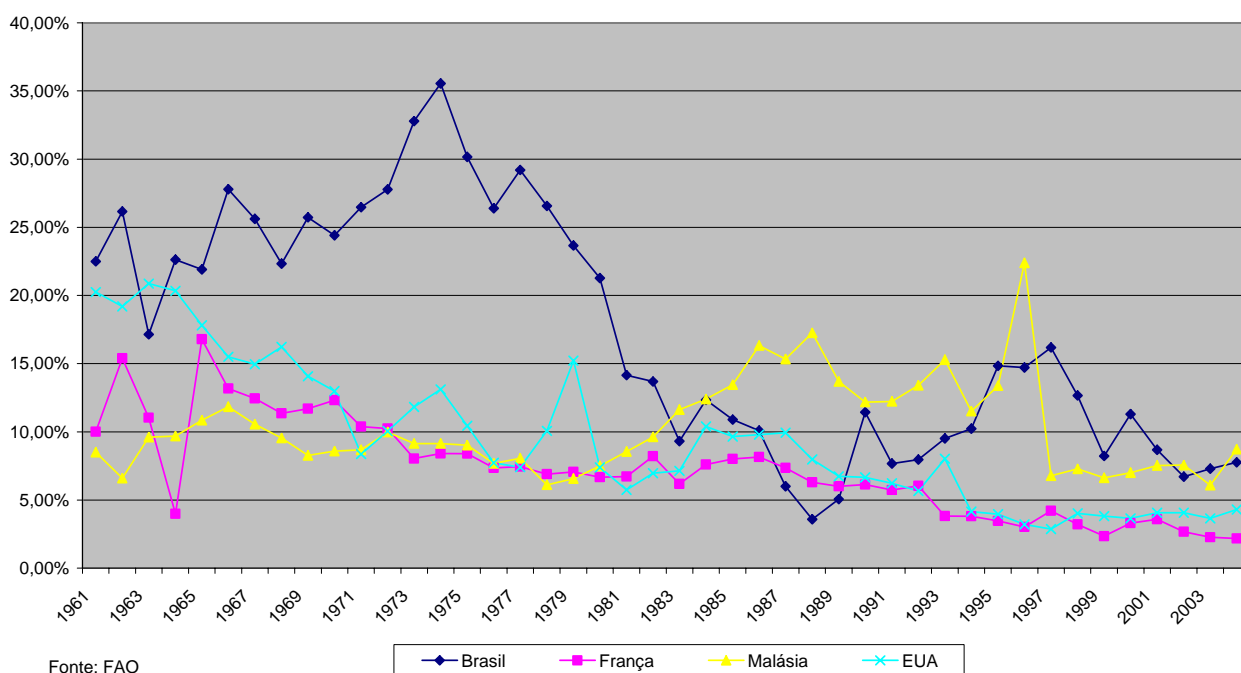


Só a partir de 2002 que mais de 10% do total produzido foi exportado; isso quer dizer que, atualmente os países exportadores – leia-se China – estão mais voltados para o comércio exterior do que antes. O salto se deu a partir de 1992, quando se exportava apenas 4,36% do que se produzia. No ano seguinte, quase dobrou o patamar, exportando-se 7,38%. Houve uma queda a seguir, mas sempre

acima de 5%. Se se leva em conta o período de 44 anos, isto é, de 1961 a 2004, a taxa exponencial de crescimento das exportações foi de 8,94%; Argentina teve um crescimento de 6,79% e a China de 14,03%.

No que se refere às importações, o Brasil já foi maior importador de alho do planeta, como se pode notar no gráfico 5 a seguir.

Gráfico 5 - Evolução da participação percentual do Brasil, França, Malásia e EUA nas Importações Mundiais de Alho



O país já foi responsável por cerca de 35% das importações mundiais em 1974; até a década de 80 em média mais de 20% das importações eram brasileiras. Diminui sua participação desde então, situando-se em torno de 10%, com um pique de 16,19% em 1997, chegando em 2004 com cerca de 9% das importações mundiais. Os Estados Unidos também tinham forte participação no início da série, com 20% do total mundial e decrescem até chegarem a ser responsáveis por 4,30% das importações em 2004. A França é outro grande importador que está diminuindo o seu peso no total importado. A Malásia atualmente é o maior mercado importador de alho; sua maior participação deu-se em 1996, quando internalizou 22,38% do total mundial comercializado.

Por outro lado, uma menor participação no mercado mundial não quer dizer que necessariamente o país esteja importando menos. Na tabela 8, tem-se a importação mundial de alho entre 1999 e 2004.

Tabela 7 - Evolução das Importações Mundiais de Alho (1000 ton)

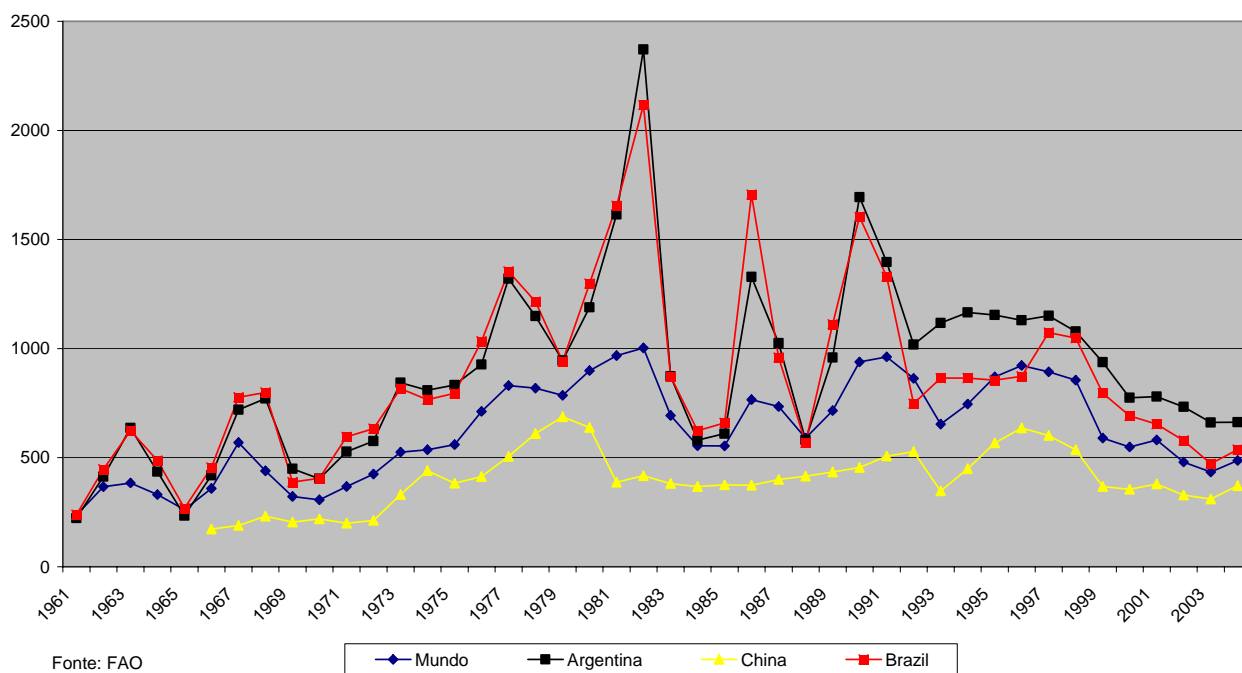
Países	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Brasil	93,5	88,9	77,8	79,3	91,6	101,2
França	26,6	26,0	32,2	31,7	28,5	28,2
Alemanha	12,9	12,9	12,4	13,5	16,2	16,8
Itália	20,3	24,2	27,8	28,3	31,8	31,8
Japão	26,3	29,2	28,9	25,9	27,6	28,8
Malásia	75,2	55,1	67,6	89,4	76,3	113,7
Rússia	20,3	19,0	17,1	27,1	49,1	43,7
Tailândia	0,0	0,0	0,1	15,7	44,7	55,5
EUA	43,4	28,7	36,6	48,2	45,8	56,1
Vietnã	6,6	16,3	5,0	67,4	91,6	81,4
Demais Países	810,7	487,0	592,1	757,3	751,6	746,7
Mundo	1135,5	787,4	897,5	1183,8	1254,9	1304,0

Fonte: FAO

Assim, o Brasil, apesar de diminuir sua participação, está aumentando suas importações; ao passar de 93,5 mil toneladas em 1999 para 101,2 mil toneladas em 2004 nota-se um aumento percentual de 8,24% no total importado. Há um aumento em geral das importações; analisando-se apenas 2004, os 5 principais mercados, por ordem de importância foram Malásia, Brasil, Vietnã, Estados Unidos e Tailândia.

O alho é um produto que não tem o seu preço cotado em Bolsas de Mercadorias; assim, uma aproximação dos seus preços internacionais são os preços médios de exportação. O gráfico 6 a seguir dá uma idéia da evolução destes preços.

Gráfico 6 - Evolução do Preço Médio de Exportação dos Principais Países Exportadores e do Preço Médio de Importação do Brasil (US\$/t)



Foi incluído o preço médio de importação do Brasil, de modo a ser comparado com o preço médio de exportação argentino; estes coincidem durante quase todo o período até 1992. A partir de 1993 começa a entrar o alho chinês no

Brasil de forma mais forte – neste ano, a China foi responsável por 27,36% da quantidade importada pelo Brasil -, o que gera um descolamento das trajetórias.

Nota-se no gráfico uma tendência de queda de preços, puxado pela China. Os preços mundiais estão num patamar de menos de US\$ 500,00 a tonelada em 2004; o alho argentino foi negociado no final da série a US\$ 662,00 a tonelada e o chinês a US\$ 372,00 a tonelada; o preço médio de importação do Brasil foi de US\$ 537,00 a tonelada. A dependência brasileira do alho argentino fez o país pagar até US\$ 2116,00 a tonelada em 1982, quando a Argentina era responsável por mais de 90% das importações brasileiras. A sequência de preços mundiais segue de um modo geral o jogo de oferta e demanda, capitaneada pelos preços chineses.

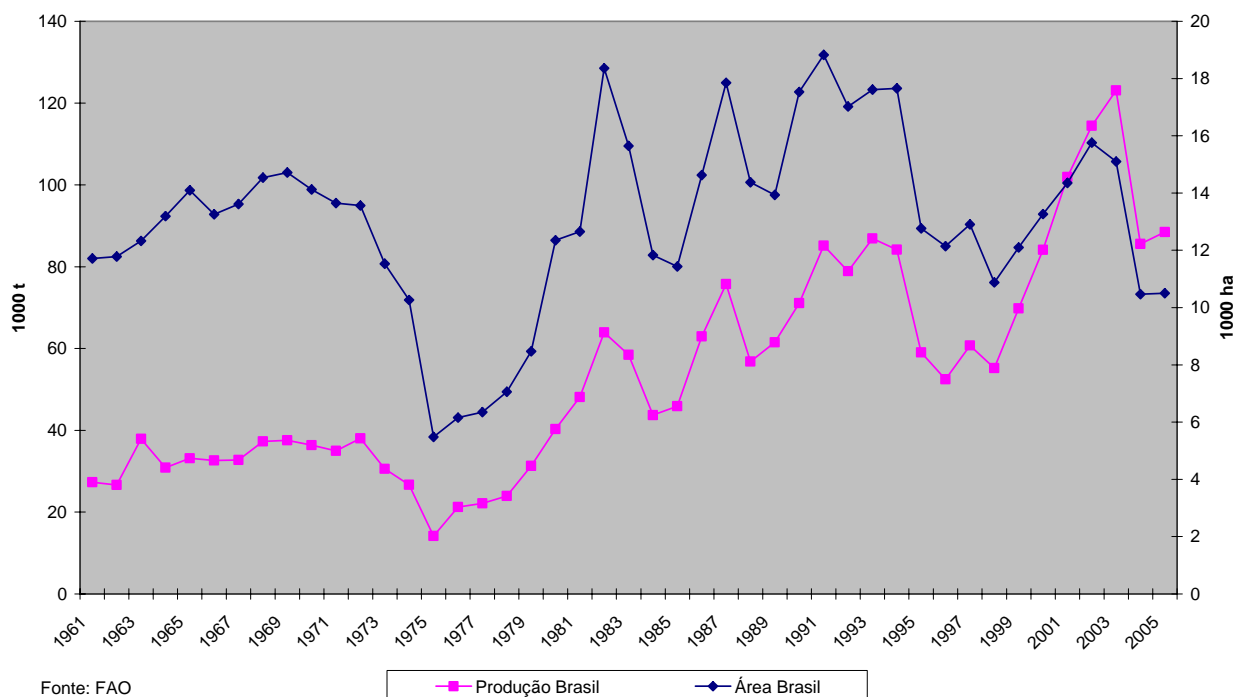
Cenários

Ao se considerar uma taxa exponencial de crescimento, é possível uma previsão. Assim, espera-se em 2006 que a produção mundial seja de 15 milhões de toneladas, sendo a da China em torno de 11,4 milhões de toneladas e a da Argentina de 147 mil toneladas. Em relação aos preços médios de exportação, pode-se afirmar que há um equilíbrio de curto prazo nos preços mundiais em torno de US\$ 500,00 a tonelada. No que se refere à China, a tendência é que os preços se estabilizem em US\$ 350,00 a tonelada.

Panorama Nacional

A produção de alho no Brasil entre 1961 a 2005 começa em um patamar de 27 mil toneladas, atinge o seu mínimo de 14 mil toneladas em 1975 e chega a um máximo de 123 mil toneladas em 2003. Conforme se explicitou anteriormente, o país já foi um grande importador; em meados da década de 70 houve um esforço para se diminuir a dependência da importação para as necessidades nacionais. Com a abertura ao comércio exterior, eliminaram-se as licenças prévias e a importação passou a ser livre. Em 1993, a China entrou de forma acentuada no mercado brasileiro, praticando preços bem abaixo dos outros países concorrentes, nomeadamente Argentina e Espanha. A partir de 1996 entrou em vigor uma tarifa antidumping que está em vigor até agora. O efeito do alho chinês barato em 1993 refletiu-se numa baixa produção em 1996 (52 mil toneladas), conforme o gráfico 7 a seguir.

Gráfico 7 - Evolução da Produção (1000 t) e da Área Plantada (1000 ha) de Alho no Brasil



Estando o mercado interno mais protegido, foi-se produzindo cada vez mais, até chegar ao pico de 2003. Em 2005 o país produziu 85,7 mil toneladas. A taxa exponencial de crescimento anual da produção brasileira ao longo do período é de 3,18%.

Ao se dividir esta produção por Unidade da Federação de 2000 até 2005, tem-se a tabela 8, com a respectiva participação percentual de cada Estado no total produzido na tabela 9. Em 2005, Minas Gerais despontou como o principal produtor, saindo de 11 mil toneladas em 2000 para cerca de 26 mil toneladas; seu pico ocorreu em 2003 – 33,8 mil toneladas. O segundo maior produtor foi o Rio Grande do Sul, que deteve o primeiro lugar entre 2000 e 2002, quando produziu 28,4 mil toneladas. Juntos, estes Estados são responsáveis por mais da metade do alho produzido no país.

Tabela 8 - Evolução da Produção de Alho no Brasil por U.F. (ton)

UF	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	84141	101925	114436	123099	85597	85695
CE	91	90	90	81	74	65
BA	8462	11872	13167	13963	6867	7432
MG	11017	20541	26669	33830	26927	25829
ES	4550	2673	3003	1834	1384	1304
SP	1283	1460	1089	1365	1630	640
PR	2210	3333	4037	3692	3280	2958
SC	20909	20861	15296	15656	11428	12350
RS	24435	24639	28391	25572	19558	20613
GO	10206	13590	19525	24272	12820	12593
DF	683	2711	2936	2700	1528	1911

Fonte: IBGE

Goiás também tem representatividade neste quadro. É responsável por mais 12% do total brasileiro, com um pico de produção 2003: 24,3 mil toneladas. A Bahia é o único Estado do Nordeste que tem a cultura, produzindo em torno de 10% do total nacional.

Tabela 9 - Evolução da Participação % dos Principais Produtores

UF	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Brasil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
CE	0,11%	0,09%	0,08%	0,07%	0,09%	0,08%
BA	10,06%	11,65%	11,51%	11,34%	8,02%	8,67%
MG	13,09%	20,15%	23,30%	27,48%	31,46%	30,14%
ES	5,41%	2,62%	2,62%	1,49%	1,62%	1,52%
SP	1,52%	1,43%	0,95%	1,11%	1,90%	0,75%
PR	2,63%	3,27%	3,53%	3,00%	3,83%	3,45%
SC	24,85%	20,47%	13,37%	12,72%	13,35%	14,41%
RS	29,04%	24,17%	24,81%	20,77%	22,85%	24,05%
GO	12,13%	13,33%	17,06%	19,72%	14,98%	14,70%
DF	0,81%	2,66%	2,57%	2,19%	1,79%	2,23%

Fonte: IBGE

A liderança mineira deve-se basicamente a ganhos de rendimento, conforme explicitado na tabela 10. Observa-se que a produtividade média é baixa; só Goiás e Minas Gerais conseguiram obter mais de 10.000 quilos por hectare. Nestes dois Estados o cultivo se dá sob pivô, o que aumenta bem o rendimento, mas também o custo de produção.

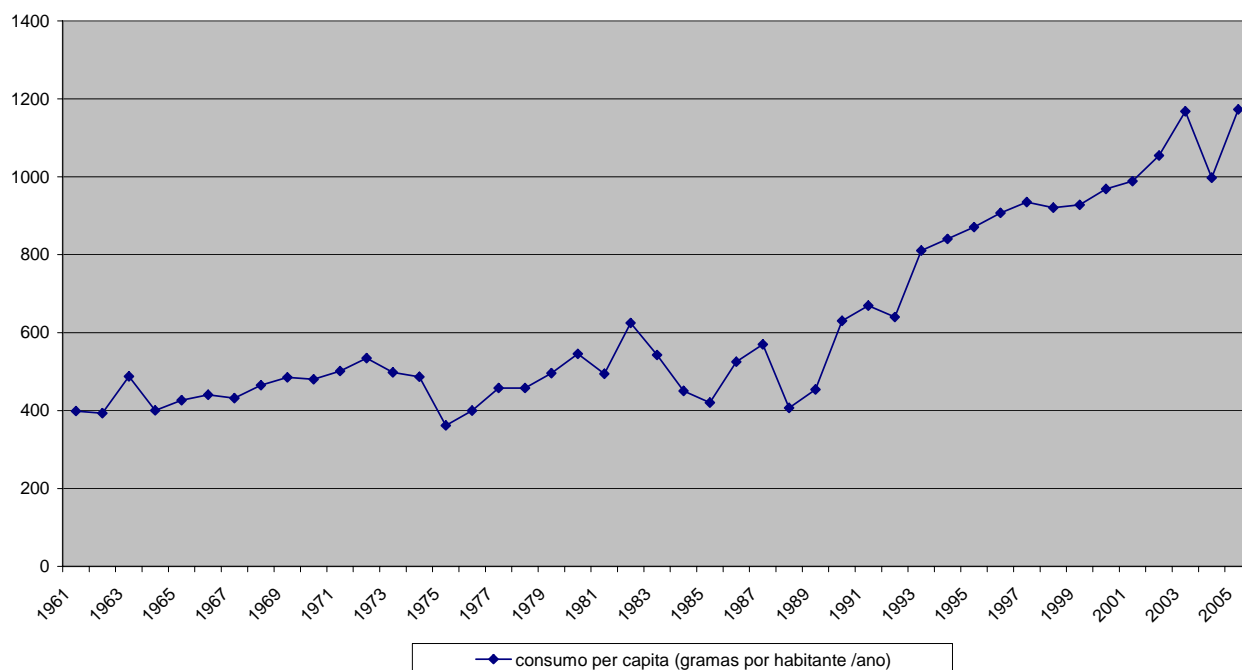
A tabela 8 evidencia uma produção relativamente espalhada pelo país, o que dá períodos diferentes de plantio, colheita e comercialização. O calendário do alho é objeto da tabela 11 a seguir. Nota-se que a Região Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste tem os períodos em comum. Isto porque na região do Cerrado brasileiro é que está plantado o alho. A comercialização no país ocorre durante o ano inteiro; o período que concentra mais entrega do produto no mercado vai de agosto a novembro para as Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, que são responsáveis por cerca de 55% do total produzido. Os outros 45%, da Região Sul tem seu período de forte comercialização entre janeiro e abril. Junho e julho são meses de comercialização fraca, independentemente da origem do alho.

Tabela 11 - Calendário do Alho													
Operação	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
Plantio													
Sudeste e Centro-Oeste													
Nordeste													
Sul													
Colheita													
Sudeste e Centro-Oeste													
Nordeste													
Sul													
Comercialização (%)													
Sudeste e Centro-Oeste	5%	0%	0%	0%	0%	0%	5%	15%	20%	25%	20%	10%	
Nordeste	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	20%	25%	25%	20%	10%	
Sul	15%	25%	20%	20%	10%	5%	0%	0%	0%	0%	0%	5%	

Fonte: Associação Nacional dos Produtores de Alho - ANAPA

O consumo per capita brasileiro de alho já ultrapassou um quilograma por habitante/ano, tendo atingido cerca de 1,2 quilo em 2005, conforme o gráfico 8.

Gráfico 8 : Evolução consumo brasileiro per capita
(gramas por habitante /ano)



Ainda é cedo para se afirmar que o consumo está estabilizado. Nota-se que o crescimento maior deu-se a partir da década de 90, podendo ser um reflexo do aumento do consumo de refeições fora de casa, que tendem a ser mais condimentadas.

No que se refere ao comércio exterior, a evolução da Balança Comercial do produto, incluindo alho para sementeira, alhos frescos ou refrigerados e alho em pó entre 2000 e 2005 está na tabela 12.

Tabela 12 : Evolução da Balança Comercial do Alho

Período	Exportação			Importação		
	Valor (US\$1000)	Quantidade (t)	Preço Médio (US\$/kg)	Valor (US\$1000)	Quantidade (t)	Preço Médio (US\$/kg)
2000	34,0	27,1	1,25	58.127,1	89.557,0	0,65
2001	93,4	72,7	1,29	51.800,6	78.702,0	0,66
2002	219,3	290,6	0,75	46.869,9	80.276,3	0,58
2003	23,4	28,1	0,83	44.099,5	92.674,0	0,48
2004	26,3	46,4	0,57	49.245,5	102.544,1	0,48
2005	661,4	832,4	0,79	74.958,7	133.669,2	0,56

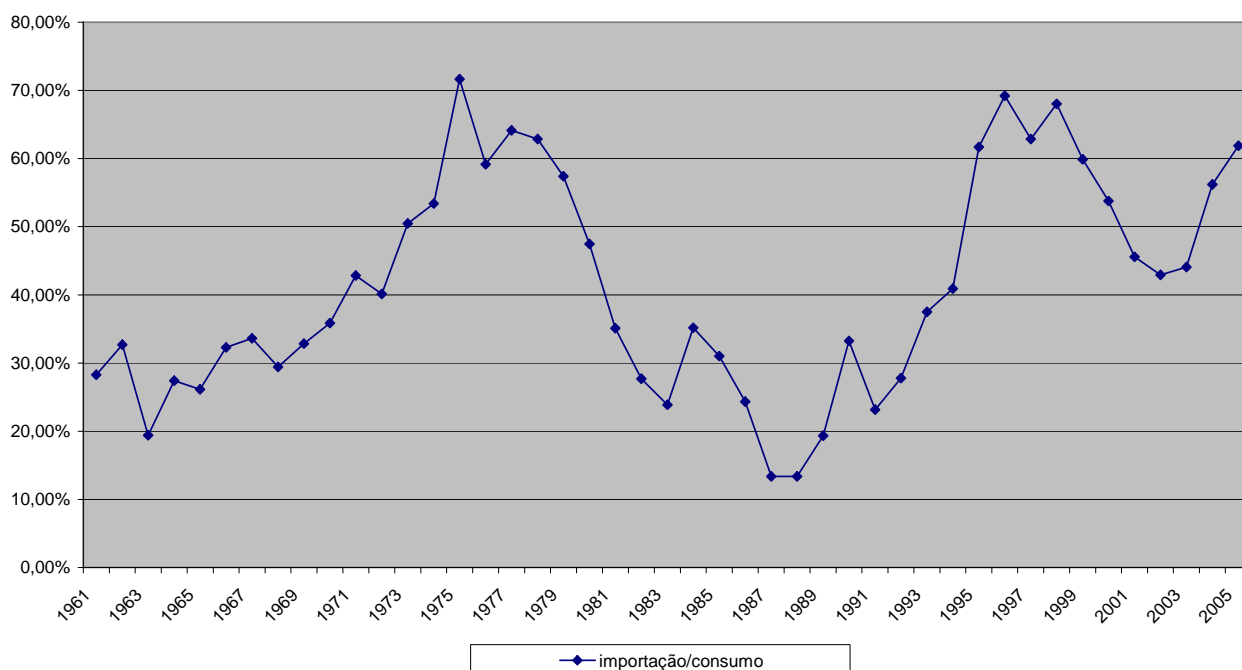
Fonte: SECEX - Aliceweb

Obs: inclui alho para sementeira, alhos frescos ou refrigerados e alho em pó

O país é um importador líquido; o peso maior é dos alhos frescos ou refrigerados. Nota-se uma tendência de estabilidade nos preços em torno de US\$0,55 por quilograma.

A quantidade importada vem aumentando, atingindo o seu pico de 133,7 mil toneladas no final da série, com o país gastando cerca de setenta e cinco milhões de dólares para internalizar o produto. Por sua vez, o país depende muito desta importação para fazer frente às suas necessidades de consumo, como está explicitado no gráfico 9.

Gráfico 9: Evolução da relação importação/consumo (%)



O país já chegou a importar mais de 70% do seu consumo em 1975, chegando próximo deste percentual em 1996 e 1998. Entre 1987 e 1988 registrou os seus menores índices de dependência com o alho importado, que foi responsável por pouco mais de 10% do consumo. Depois do segundo pico de 1988, reduziu-se gradativamente o peso do alho importado, atingindo o seu novo ponto de vale em 2002, quando a relação foi de 43%; em 2005 esta relação foi de 62%.

Argentina e China praticamente dividem o mercado brasileiro. O primeiro foi responsável por mais da metade do total importado até 2004, quando foi ultrapassado pela China, pelo que se observa na tabela 13 a seguir. Note-se que o alho chinês é objeto de uma tarifa antidumping de US\$0,48/kg.

Tabela 13: Principais Países Exportadores de Alho Fresco ou Refrigerado

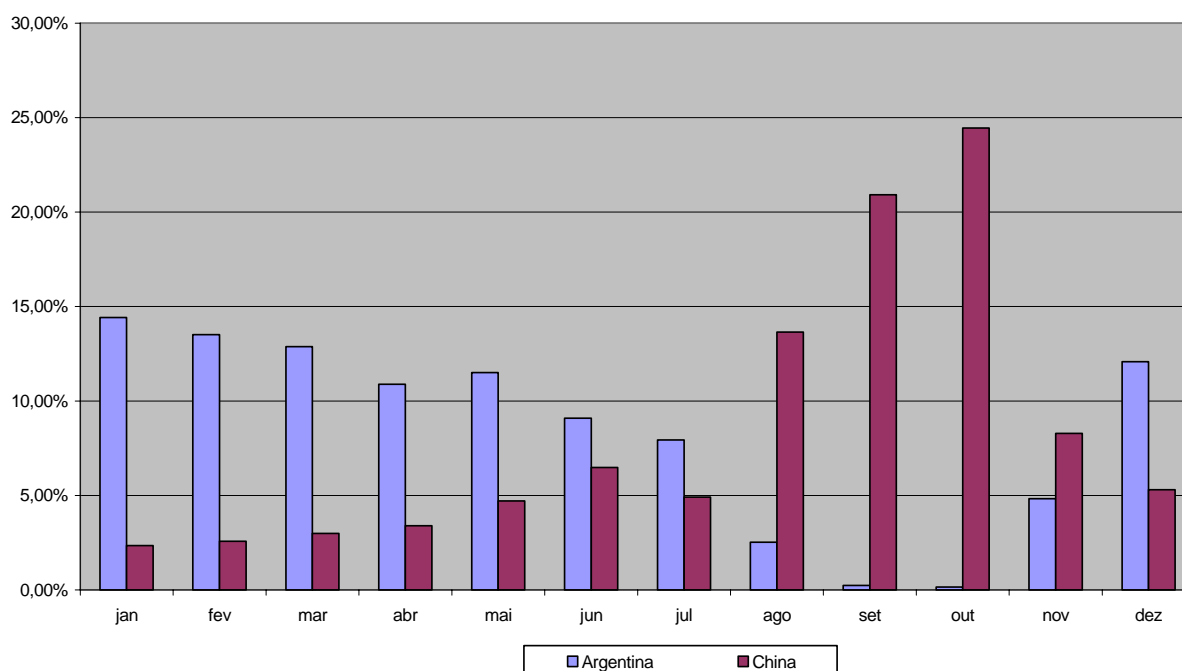
Anos	Países	Valor (US\$1000)	Quantidade (t)	Preço Médio (US\$/kg)	Part. %	
					Valor	Quantidade
2000	Argentina	36.074,3	56.565,0	0,64	63,19%	63,69%
	Espanha	10.794,0	16.519,9	0,65	18,91%	18,60%
	Outros	10.223,4	15.722,5	0,65	17,91%	17,70%
2001	Argentina	39.798,9	59.809,2	0,67	78,21%	76,85%
	China	7.899,4	13.049,0	0,61	15,52%	16,77%
	Outros	3.190,3	4.969,3	0,64	6,27%	6,39%
2002	Argentina	25.635,2	41.658,2	0,62	55,78%	52,51%
	China	16.577,2	31.273,7	0,53	36,07%	39,42%
	Outros	3.748,3	6.402,1	0,59	8,16%	8,07%
2003	Argentina	31.113,6	56.024,1	0,56	71,97%	61,19%
	China	11.199,1	33.410,0	0,34	25,91%	36,49%
	Outros	916,0	2.130,7	0,43	2,12%	2,33%
2004	Argentina	34.561,0	65.222,3	0,53	71,75%	64,47%
	China	11.085,0	31.010,9	0,36	23,01%	30,65%
	Outros	2.519,7	4.930,4	0,51	5,23%	4,87%
2005	Argentina	39.154,8	55.585,9	0,70	53,28%	41,93%
	China	31.052,5	71.768,3	0,43	42,26%	54,13%
	Outros	3.275,5	5.226,5	0,63	4,46%	3,94%

Fonte: SECEX - Aliceweb

Esta tarifa vigora até 2006, quando poderá ser renovada ou não; em caso de não renovação, haverá um forte desestímulo à produção, pois o preço médio de importação do alho chinês é bem inferior ao argentino.

A distribuição das importações mensais está no gráfico 10, a seguir.

Gráfico 10 - Distribuição percentual média entre 2000 e 2005 da internalização do alho argentino e chinês



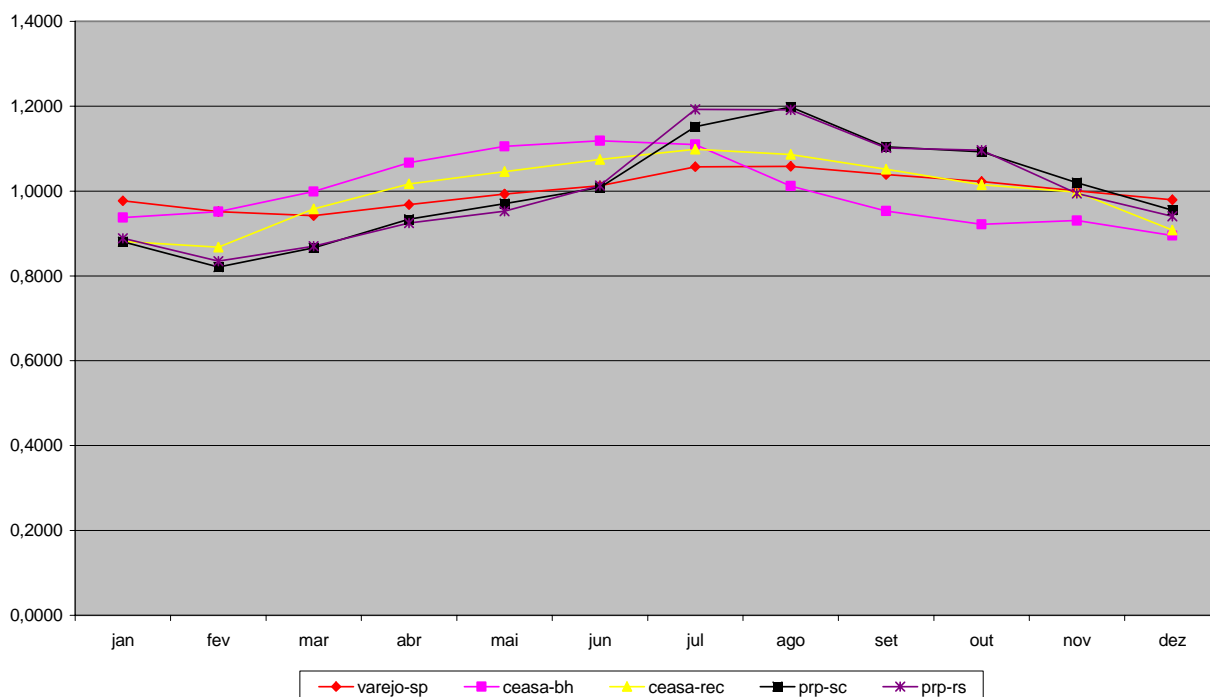
O alho argentino começa a entrar no Brasil em novembro, indo até agosto do ano seguinte, o que coincide com o período de comercialização da Região Sul, havendo competição entre eles. A entrada do alho chinês é mais concentrada entre agosto e dezembro, concorrendo com o alho produzido nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Note-se que os dois países quase não competem entre si, pois o forte da Argentina é o mês final do segundo semestre e o primeiro semestre do ano seguinte, enquanto que a China internaliza o seu alho no país a partir do segundo semestre.

Ao se considerar a taxa de crescimento de 3,18% ao ano da produção brasileira, estima-se que o país produza 91 mil toneladas em 2006. Supondo-se uma exportação de 300 toneladas e diminuindo 5,2 mil toneladas para semente tem-se uma disponibilidade inicial de 85 mil toneladas. Mantendo-se o mesmo consumo per capita estimado em 2005, isto é, 1173 gramas de alho por habitante ano e adicionando-se a projeção da população brasileira para 2006 em 186,7 milhões de habitantes, tem-se um consumo estimado de 219 mil toneladas, o que gera uma possibilidade de se importar 133,3 mil toneladas, que seria praticamente o mesmo nível importado em 2005.

Preços

Em função da complementaridade regional, tanto da produção, como da importação, não se espera grandes variações nos preços. De fato, a sazonalidade dos preços reais, nos diferentes níveis, é relativamente pequena, como se depreende do gráfico 11.

Gráfico 11: Evolução dos índices reais de sazonalidade nos diferentes níveis de comercialização

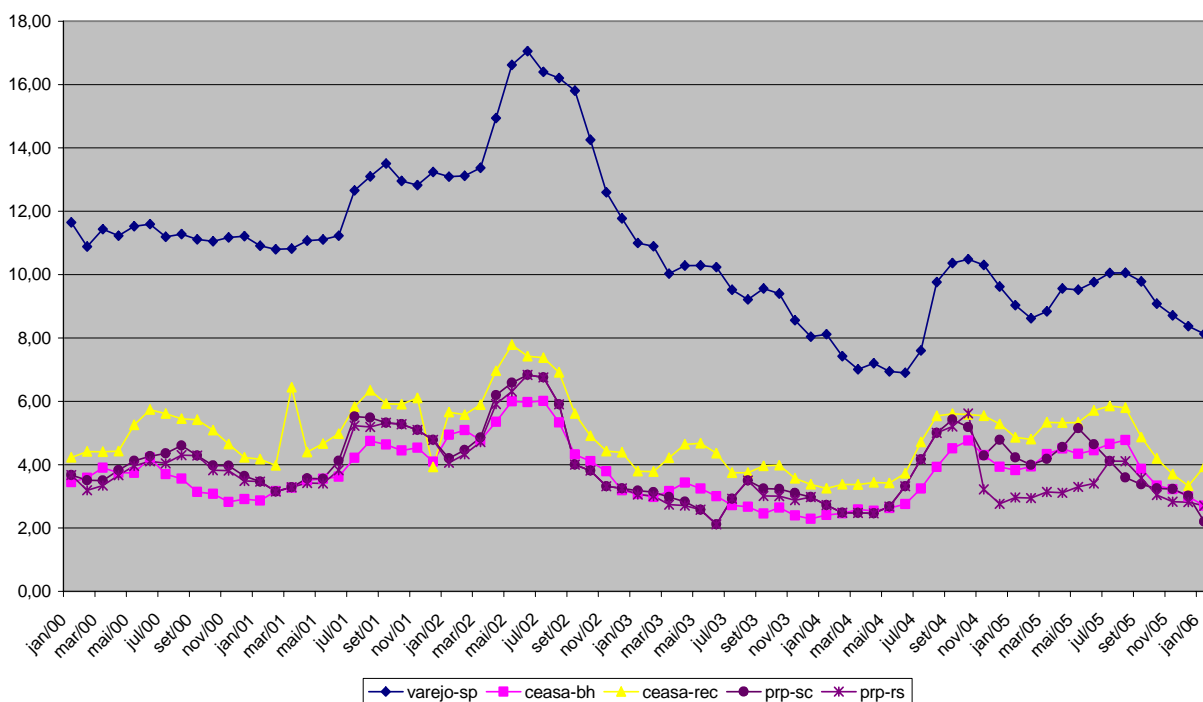


Escolheu-se como parâmetro de preços o varejo na cidade de São Paulo; para o atacado, as CEASAS de Recife e Belo Horizonte; e os Preços

Recebidos pelos Produtores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O maior índice acima da média sazonal foi coincidente com o período de pouca comercialização, isto é, de junho a agosto, nos três níveis. O menor reflete o período mais forte de comercialização, isto é, fevereiro para os produtores e a CEASA de Recife, março para o varejo e dezembro para a CEASA de Belo Horizonte. O resultado diferente entre as CEASAs reflete a sua localização: Belo Horizonte está próxima a uma região produtora, que pode mandar mais facilmente o seu produto para ser comercializado ali, podendo ser dezembro um mês de estoques no mercado atacadista. Já Recife está longe de qualquer centro produtor, não tendo pressões de oferta por parte de uma região produtora próxima.

Os preços reais mostram uma clara tendência de queda nos três níveis (gráfico 12). Observe-se a distância entre atacado e varejo; claro que isto reflete todo um custo de processamento do alho para o consumidor final. Já entre o preço recebido pelo consumidor e o atacado há uma margem menor, em função de um processamento mínimo para revenda.

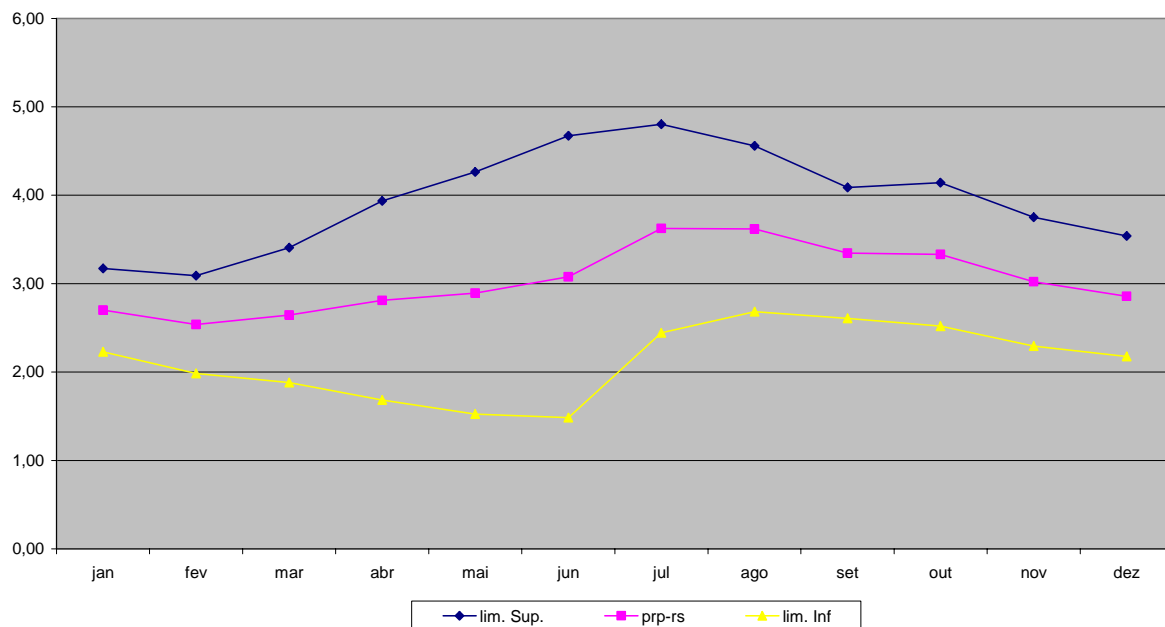
Gráfico 12 - Evolução dos preços reais do alho no produtor, atacado e varejo (R\$/kg)



A previsão dos preços para 2006 é a que se segue. O preço de janeiro é o observado nas praças. Baseando-se nos índices de sazonalidade calculados, projeta-se o preço até dezembro de 2006, tendo como intervalo de confiança um desvio-padrão. No gráfico 13 tem-se a projeção dos preços recebidos pelo produtor no Rio Grande do Sul.

Assim, espera-se que o preço fique em torno de R\$2,60/kg nos meses de fevereiro e março, no pico da comercialização no Estado. No atacado, tomou-se

Gráfico 13 - Projeção dos Preços Recebidos pelo Produtor no RS para 2006 (R\$/kg)



como base a CEASA de Belo Horizonte, que tem os preços menores (gráfico 14).

Espera-se que os preços estejam em média a R\$2,90/kg em termos reais durante o ano de 2006. No que se refere ao varejo, espera-se que os preços em São Paulo em média situem-se ao equivalente a R\$8,30/kg (gráfico 15). Leve-se em conta que a unidade comercializada tomada como referência no varejo é a embalagem de 200 gramas.

Gráfico 14 - Projeção do preço para 2006 do alho nacional na CEASA - Belo Horizonte (R\$/kg)

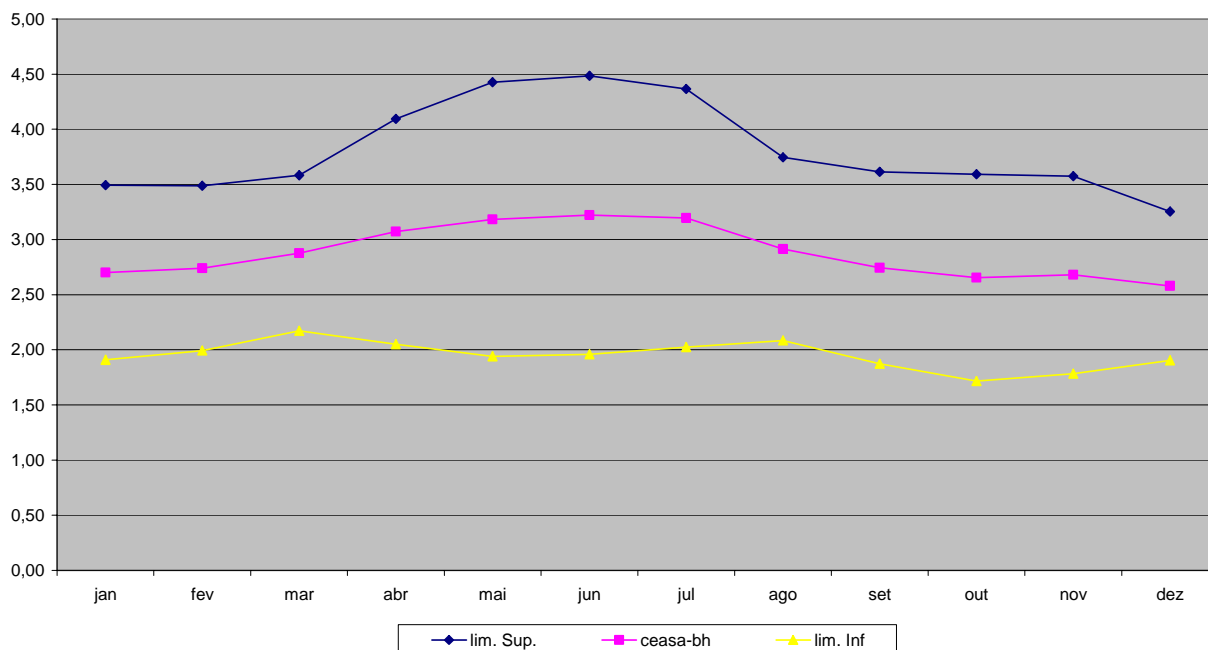
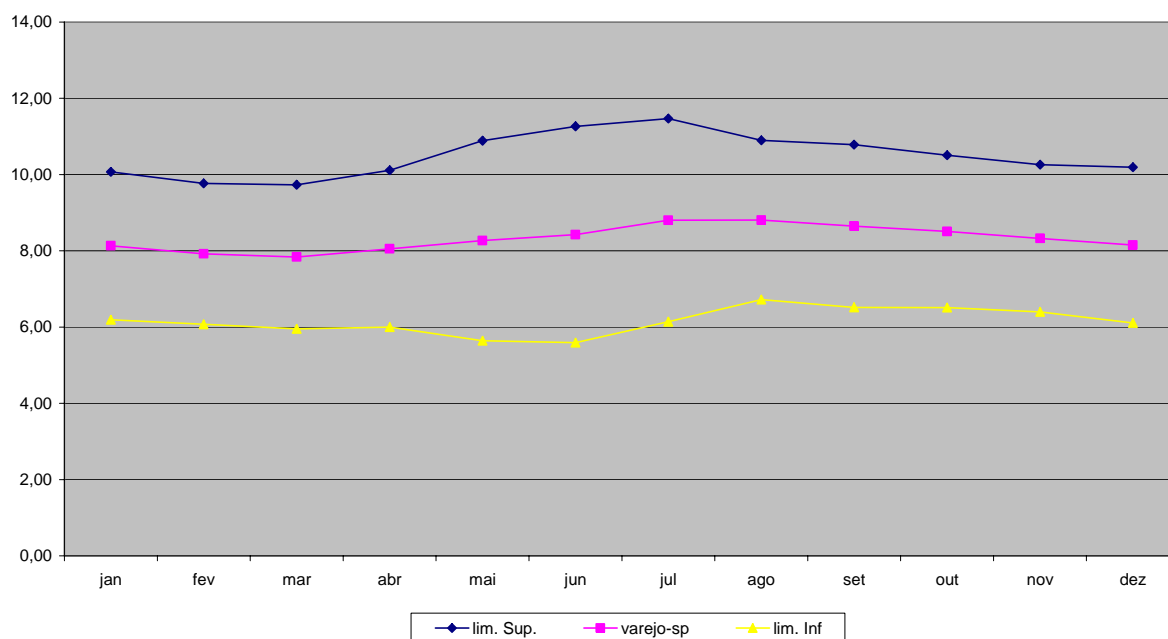


Gráfico 15 - Projeção de Preços para 2006 no Varejo em São Paulo (R\$/kg)



Receita do Produtor

Na tabela 14, a seguir está uma estimativa da receita média real por hectare dos produtores gaúchos e catarinenses.

Tabela 14 - Renda média real do produtor no RS e SC ((R\$/ha)

U.F	anos	Preço médio		Rendimento	Alho		Receita			Variação Percentual (%)
		Tipo 5	Indústria	médio	Indústria	Tipo 5	Indústria	Tipo 5	Total	
		(R\$/kg)	(R\$/kg)	(kg/ha)	(R\$/ha)	(R\$/ha)	(R\$/ha)	(R\$/ha)	(R\$/ha)	
RS	2000	3,52	0,88	5.895	589,51	5.305,55	519,18	18.690,33	19.209,50	-
	2001	3,42	0,85	5.700	569,95	5.129,56	487,03	17.532,92	18.019,94	-6,19%
	2002	4,95	1,24	6.191	619,08	5.571,72	766,24	27.584,65	28.350,89	57,33%
	2003	2,81	0,70	6.398	639,78	5.758,02	449,71	16.189,47	16.639,18	-41,31%
	2004	2,59	0,65	6.309	630,90	5.678,13	408,05	14.689,86	15.097,91	-9,26%
	2005	3,07	0,77	6.402	640,16	5.761,40	491,00	17.675,97	18.166,97	20,33%
SC	2000	3,70	0,92	7486	748,62	6.737,59	691,99	24.911,66	25.603,65	-
	2001	3,48	0,87	7472	747,17	6.724,53	649,52	23.382,70	24.032,22	-6,14%
	2002	5,12	1,28	5176	517,63	4.658,68	662,17	23.837,94	24.500,11	1,95%
	2003	2,93	0,73	7299	729,88	6.568,95	534,86	19.254,95	19.789,81	-19,23%
	2004	2,69	0,67	7583	758,33	6.824,95	509,61	18.346,10	18.855,71	-4,72%
	2005	4,28	1,07	8239	823,88	7.414,94	880,96	31.714,64	32.595,61	72,87%

Fonte: elaborado a partir das tabelas anteriores

Notas: considera-se que 10% do total produzido é alho indústria, que vale 25% do alho tipo 5

O produtor do Rio Grande do Sul teve o pico da sua receita média real em 2002; esta decaiu bastante em 2004, quando chegou no seu mínimo e iniciou uma lenta recuperação em 2005, em um patamar inferior ao do início da série. Já o de Santa Catarina obteve o seu maior ganho no final da série, em 2005. O ano de 2004 também foi ruim para os produtores do Estado.

O que se percebe é que não só os preços, como também o rendimento dos produtores catarinenses são maiores do que dos gaúchos, conforme a tabela 15, a seguir.

Tabela 15 - Diferença % entre o RS e SC

Anos	Preço médio	Rendimento	Receita total
2000	4,96%	26,99%	33,29%
2001	1,73%	31,09%	33,36%
2002	3,35%	-16,39%	-13,58%
2003	4,25%	14,08%	18,94%
2004	3,90%	20,20%	24,89%
2005	39,41%	28,70%	79,42%

Fonte: elaborado a partir da Tabela 14

Apesar de tanto o preço médio, como o rendimento de Santa Catarina serem maiores, em 2002 a renda do produtor do Rio Grande do Sul foi superior, em função do ganho de rendimento. Assim, fica clara a importância da produtividade na renda do produtor, que pode mais do que compensar um preço menor.

Atuação Governamental

A CONAB atua neste produto por meio do EGF/SOV, que é concedido para produtores, cooperativas de produtores rurais, indústrias e beneficiadores. Na tabela 16 a seguir está o total de financiamento em EGF entre 1999 e 2003.

Tabela 16- Financiamentos Concedidos a Produtores e Cooperativas (EGF)

Ano	U.F	Nº de Contratos	Total Financiado (R\$ 1.000,00)
1999	ES	1	10
Total		1	10
2000	SP	5	2.549
Total		5	2.549
2001	SP	1	288
	PR	1	354
	RS	17	77
Total		19	719
2002	RS	29	171
Total		29	171
2003	GO	1	1.350
	MG	1	400
	RS	19	228
Total		21	1.978

Fonte: Banco Central do Brasil

O total financiado ainda é tímido em relação à produção de alho. Uma possível razão é a falta de informações do produtor. Ainda assim, nota-se um avanço; os produtores gaúchos, que estão de um modo geral em pequenos módulos de produção, são os que mais contratos realizaram, a partir de 2001. O ano em que houve mais dispêndio por parte do setor público foi 2000, concentrado em São Paulo. Espera-se que mais produtores tenham acesso a este tipo de crédito.

Proposta de Preço Mínimo

O custo variável de produção do alho em São Gotardo – MG – calculado pela CONAB é de R\$2,00/kg, para o alho curado. Considerando-se que o preço recebido pelo produtor nesta praça é R\$2,50, o seu custo variável está coberto. Este alho chega em São Paulo, na CEAGESP, a R\$3,20/kg, sem contar a margem do atacadista; a média de preços observados em janeiro de 2006 no atacado em São Paulo foi de R\$4,53. Assim, este preço ao produtor não está gravoso.

Ao se fazer o mesmo raciocínio com os preços médios de importação, o alho proveniente da China (média de US\$0,50/kg) chega na CEAGESP (utilizando-se um câmbio de US\$1,00 = R\$ 2,20) a R\$ 4,03/kg; este mesmo produto chegaria em São Gotardo a R\$2,12/kg, o que evidencia a competitividade do produto nacional com relação ao importado (mantendo-se a taxa antidumping).

Na tabela 17 tem-se a evolução dos preços-mínimos para o produto entre 2000 e 2005. Pela tabela, observa-se que o preço-mínimo proposto para o alho é de R\$2,00/kg.

Tabela 17 - Evolução do Preço-mínimo do alho (R\$/kg)

Anos	Preço-Mínimo	Var.%
2000	0,97	-
2001	1,26	29,90%
2002	1,30	3,17%
2003	1,55	19,23%
2004	1,76	13,55%
2005	1,89	7,39%
2006	2,00	5,82%

Fonte: CONAB

Nota: o preço de 2006 é o proposto

O que se espera com este preço-mínimo é dar um incentivo ao produtor, cobrindo o seu custo variável. Pelo que se viu anteriormente, o cenário provável é que os preços recebidos pelos produtores sejam de R\$2,60/kg em 2006.

Deve se acrescentar que o alho é um produto intensivo em mão-de-obra, empregando cinco trabalhadores por hectare. Neste sentido, o seu cultivo ajuda a empregar os trabalhadores rurais.

**AMENDOIM
PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO
SAFRA 2006/2007**

Martha Helena Gama de Macêdo*

1 – Panorama Internacional

1.1 - Mercado Mundial

O amendoim é um produto consumido mundialmente. Cerca de 8 milhões de toneladas anuais de grãos destinam-se ao consumo como alimento “in natura” ou industrializado, e de 15 a 18 milhões são esmagados para fabricação de óleo comestível.

Suas inigualáveis qualidades de sabor e aroma o colocam como um dos principais produtos de confeitaria, para consumo de grãos torrados, fritos ou cozidos, ou como ingrediente na elaboração de doces, balas, bombons e pastas. Além de sua atratividade para consumo, o amendoim tem grande importância alimentar, pelo seu alto valor energético e nutricional. Cada 100 gramas fornecem 580 calorias e seu óleo contém altos níveis de ácidos graxos insaturados. O amendoim é ainda uma rica fonte de proteínas (25% da massa dos grãos) e vitamina E (antioxidante), além de conter vitaminas do complexo B, ácido fólico, e minerais como cálcio, fósforo, potássio e zinco.

O Japão, a Indonésia e os países europeus importam anualmente cerca de 1 milhão de toneladas de grãos para confeitaria. Os Estados Unidos e a China, além de produtores, são grandes consumidores de amendoim como alimento. Juntos consomem cerca de 3 milhões de toneladas. Nos Estados Unidos, além de outras utilizações em confeitaria, cerca de 500 mil toneladas são destinadas especificamente à fabricação da pasta ou manteiga de amendoim (“peanut butter”), consumida diariamente em sanduíches em substituição às manteigas ou margarinas convencionais.

A Índia, a China, os Estados Unidos, a Nigéria, a Indonésia e o Senegal são os maiores produtores. Já a China, os Estados Unidos e a Argentina são os maiores exportadores, devido à qualidade dos grãos, e o Japão e a Europa, os maiores importadores. Alguns Países da África já foram grandes produtores de amendoim, mas devido as guerras, as áreas de plantio foram completamente desarticuladas, tendo apenas uma pequena escala da oferta mundial.(vide tabela 1).

*Técnica da Companhia Nacional de Abastecimento – martha.macedo@conab.gov.br (61)312.6254

Tabela 1

AMENDOIM
PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PAÍSES E PARTICIPAÇÃO DO BRASIL
 (Em milhões de t)

PAÍSES	1997/98-2001/02 Média	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06 Previsão
CHINA	12,61	14,82	13,42	14,34	13,80
ÍNDIA	6,77	6,20	7,70	6,80	6,60
E.U.A	1,71	1,51	1,88	1,95	2,19
SENEGAL	0,74	0,26	0,45	0,57	0,70
SUDÃO	0,37	0,37	0,37	0,37	0,37
ARGENTINA	0,43	0,32	0,31	0,59	0,38
BRASIL	0,18	0,18	0,22	0,31	0,32
ÁFRICA DO SUL	0,14	0,06	0,12	0,06	0,09
NIGÉRIA	0,00	0,00	1,51	1,52	1,52
INDONÉSIA	0,00	0,00	1,13	1,15	1,17
ARGENTINA	0,00	0,00	0,31	0,59	0,38
OUTROS	7,24	7,59	5,03	5,48	5,48
TOTAL	30,19	31,31	32,45	33,73	33,00

OBS.: A participação do Brasil foi respectivamente, 0,6%, 0,6%, 0,7%, 0,7% e 0,7%.

Fonte.: USDA - Estimativas de Janeiro/2006.

As principais variedades plantadas no Brasil são:

IAC-Caiapó – Desenvolvida pelo Instituto Agrônomo, objetivando oferecer alternativa para aumento de rentabilidade ao produtor de amendoim, associa alta produtividade a um custo menor, tornando o preço final do produto mais acessível tanto para o mercado interno como para exportação. Cultivar lançada oficialmente em 1996 vem confirmando seu desempenho de campo, bem como mostrando importantes qualidades de interesse para a indústria de confeitaria. O IAC-Caiapó é composto de cinco linhagens irmãs obtidas por seleção genealógica do cruzamento entre o acesso de germoplasma 5329, da coleção do IAC, e o cultivar Tatuí.

Considerando-se a relação custo/produtividade, o produto de amendoim pode esperar significativo aumento na rentabilidade com o plantio dessa cultivar, em relação a outras variedades. Em condições normais de cultivo, sua produtividade é superior ao da cultivar Tatu em 25-30%.

A diferença se faz ainda maior em relação às perdas (principalmente excesso de chuvas) sofridas pelo cultivar precoce na época da colheita. O IAC-Caiapó possui vagens pequenas, com casca de espessura fina, onde cada vagem aloja dois grãos bem desenvolvidos, o que propicia maior rendimento no descascamento. Em cada unidade de 25 kg. do cultivar Tatu. Isso representa uma vantagem média de 15% no beneficiamento.

No início das experiências desta variedade, para o setor de indústria de confeitaria, no processo de torração dos grãos o maior teor de óleo produzido trouxe

alguns obstáculos operacionais, hoje superados, com uma melhor qualidade dos produtos.

Os grãos da cultivar apresentam relação ácida oléico/ácido linoléico (O/L) próximo de 2,0, contra uma relação ao redor de 1,0 do amendoim tradicional. Quanto maior a relação O/L, maior o período para que o amendoim apresente oxidação (rancificação), ou seja, maior será a “vida de prateleira” do produto.

Outro fator importante de qualidade é a redução da frequência de contaminações por aflatoxina, atribuída às seguintes características do cultivar:

- 1 – Ciclo mais longo, adiando a colheita para época mais propícia à secagem de campo;
- 2 – Dormência das sementes, propiciando colheitas sem a presença de amendoins “brotados”, que são altamente suscetíveis às infecções por *Arpegillus* (fungos produtores da aflatoxina);
- 3 – Resistência a doenças de folhas e eficiente granação, resultando em maior proporção de vagens e grãos sadios, portanto mais protegidos de infecções por esses fungos.

Runner – Seu destaque está na sua consagração no mercado internacional, por ser semelhante aos grãos de outros países exportadores, como Argentina, Estados Unidos e China. Com maior tamanho e uniformidade de grãos, essas cultivares são mais atraentes para a indústria, o que resulta em ampliação dos benefícios econômicos, porque, têm despelação mais fácil e no processo industrial os grãos menores são descartados.

É uma variedade rasteira e tem um ciclo de 125 a 130 dias, cor clara, tamanho médio e rendimento de 18 a 20 kg de grãos por saca de 25 kg de amendoim em casca. Sua colheita pode ser totalmente mecanizada, por arrancamento e enleiramento.

O Runner tem alto desempenho e é recomendado para áreas com boa distribuição de chuvas e para lavouras tecnificadas. Também requer solos bem preparados e adubados. Em boas condições, sua produtividade pode ultrapassar 6.500 kg/hectare. É uma boa alternativa para a rotação com cana.

É importante salientar que, para atingir o potencial produtivo, as regiões devem contar com boa disponibilidade de chuvas, além de um controle total de pragas e doenças e, também, equilíbrio da fertilidade do solo.

Valência (cultivar Tatu) – Se caracteriza pelas vagens alongadas, com 3 a 4 grãos de pele vermelha e sabor ligeiramente adocicado, atendendo à preferência do consumidor brasileiro. As regiões produtoras do Estado de São Paulo abastecem esse mercado através das indústrias de confeitaria, que utilizam preferencialmente os amendoins de boa qualidade e aparência (tipo HPS, ou seja, grãos manualmente selecionados), tanto para a elaboração de produtos *in natura* como nos processados em doces.

Constatou-se, em testes recentes, que grande parte das sementes utilizadas pelos produtores desse tradicional cultivar não apresentam boa qualidade,

pois geram plantas com granação deficiente e grãos de tamanho reduzido, pouco atraente para o comércio de HPS. Observou-se, ainda, que as plantas são menos vigorosas obrigando o produtor a aumentar a densidade de semeadura na linha, para se ter uma boa produtividade.

Agora, o Instituto Agrônomo oferece aos produtores de amendoim a oportunidade de terem à disposição, sementes melhoradas desse cultivar, com a denominação de IAC-Tatu-ST.

As sementes de IAC-Tatu-ST são melhoradas no Instituto Agrônomo, mediante um trabalho de manutenção da pureza genética. A sigla ST (utilizada para diferenciá-lo do “Tatu” comum) significa “seleção por tamanho”, e refere-se ao trabalho de obtenção das sementes genéticas, a fim de produzirem grãos de melhor qualidade (mais granados e de tamanho médio maior), sem perder em demais características da variedade.

A diferença observada entre a variedade IAC e amostras de sementes “Tatu”, encontradas em cultivo nas regiões produtoras, sugerem que o uso contínuo e por longo tempo de sementes de tamanho reduzido, sem controle adequado da pureza genética, podem ter causado uma degeneração varietal.

O quadro 1 mostra o resultado de testes comparativos de “IAC-Tatu-ST”, com dois lotes de sementes de “Tatu” comum de origens diferentes, cujos dados foram confirmados por produtores que experimentaram as sementes IAC:

Quadro 1. Produtividade e distribuição dos grãos por tamanho, obtidos nos testes comparativos em localidades do Estado de São Paulo. Médias de 4 repetições.

Cultivar	Produtividade		Grãos produzidos(2)	
	Kg/ha	Índice(1)	Peneira < 18	Peneir > 22
			96,00%	
IAC-Tatu-ST	2.685	100	20,7	48,8
IAC-comum 1	2.583	96	26,4	32,9
IAC-comum 2	2.448	91	35,9	23,1

1 . Índice da produtividade obtida, em relação ao IAC-Tatu-ST;

2 . Distribuição dos grãos por tamanho, utilizando peneiras padronizadas.

O cultivar IAC-Tatu-ST possui características semelhantes as do “Tatu” comum quanto a estrutura das plantas, precocidade (0 a 100 dias de ciclo) tipo de vagens, aparência e cor da pele das sementes. As vagens tendem a apresentar diâmetro ligeiramente maior, mas, a principal vantagem está na sua granação, produzindo quase 50% de grãos de maior tamanho (peneira igual ou maior que 22). Nos testes demonstrados, o “Tatu” comum apresentou proporções mais reduzidas

desses grãos, entre 23,1 e 32,9%, ou seja, para cada tonelada de grãos produzidos pelo IAC-Tatu-ST, há um aumento de 150 a 250 kg de grãos de melhor qualidade para HPS, em relação ao cultivar comum.

Para que o produtor de amendoim possa sempre contar com sementes de IAC-Tatu-ST de boa qualidade, evitando o plantio de sementes impuras ou geneticamente degeneradas, recomendam-se as seguintes medidas:

1 . Aquisição de sementes melhoradas, de origem conhecida, certificada ou fiscalizadas, produzidas com a necessária pureza varietal e com controle de gerações;

2 . Como o uso sistemático de sementes de menor tamanho para plantio tende a reduzir a proporção de grãos maiores produzidos, é importante que se evite essa prática. Entretanto, para que o produtor de amendoim não venha a ser onerado pelo uso de sementes “graúdas”, ele poderá utilizar, para o plantio da sua produção comercial, sementes de peneira 20, de preferência, ou eventualmente 18 e 19, desde que, para a próxima safra, recorra novamente às sementes melhoradas.

O cultivar IAC-Tatu-ST é precoce, portanto, sujeito a ser colhido em época de alta umidade quando plantado logo no início da estação das águas, como ocorre comumente nas regiões produtoras do Estado de São Paulo. Para assegurar a obtenção de sementes de melhor qualidade, ainda que resulte em ligeiro decréscimo na produtividade, sugere-se retardar a sua época de plantio, efetuando-se a semeadura entre a segunda quinzena de novembro e a primeira quinzena de dezembro. Isso possibilita sua colheita entre o fim de fevereiro e início de março, reduzindo os riscos devido ao excesso de chuvas, no término do ciclo do cultivar.

1.2 – Preços Internacionais

Os preços internacionais do amendoim evoluíram a partir da safra 2001/02, em consequência da elevação do consumo no Continente europeu e Japão, e da queda da produção nos países africanos devido às constantes guerras. (vide abaixo Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1

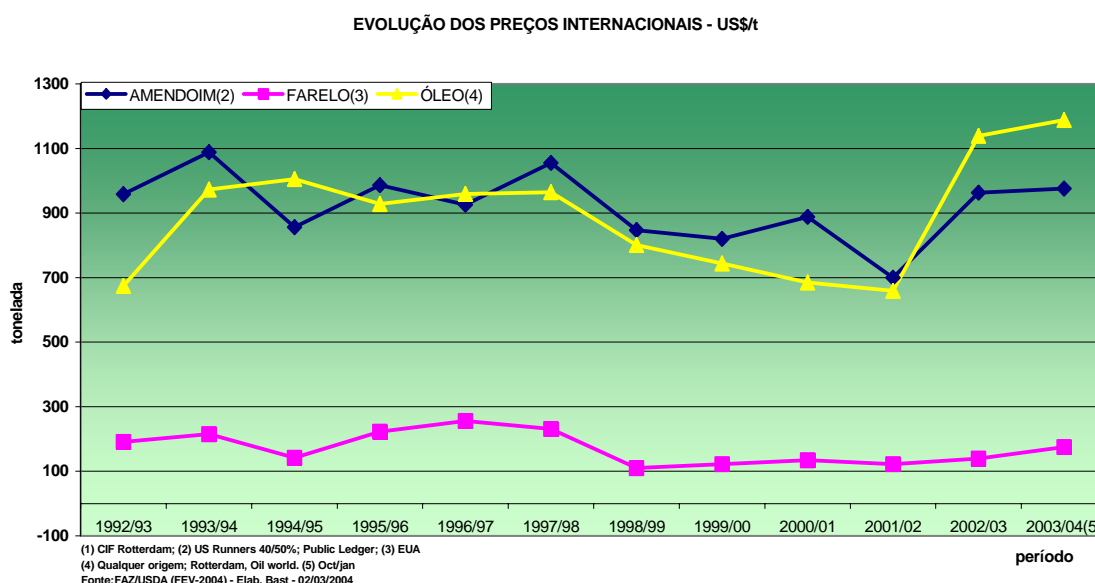
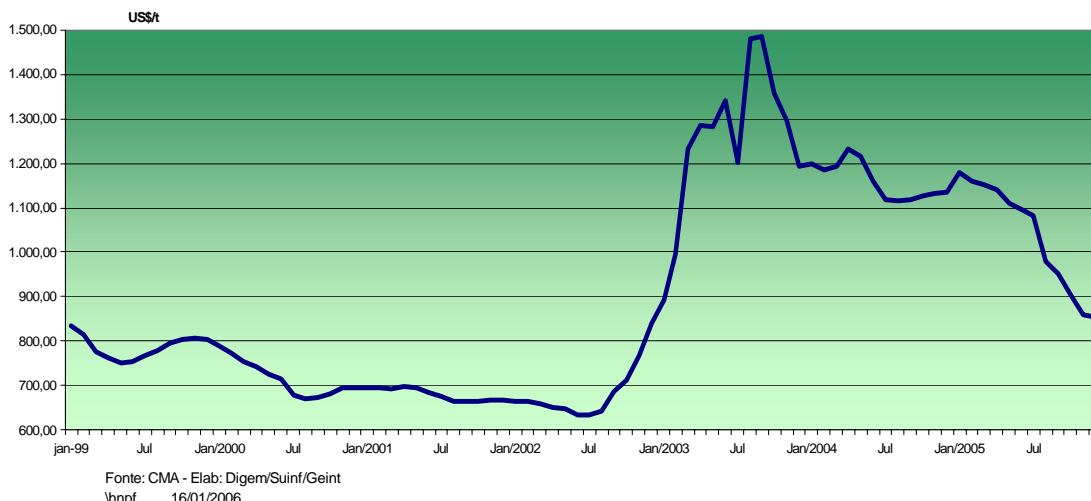


Gráfico 2



ÓLEO DE AMENDOIM - QUALQUER ORIGEM
PREÇOS NO DISPONÍVEL
ROTTERDAM
1999 a Dez/2005



2 -

Panorama Nacional

2.1 - Produção Nacional

O Brasil possui plenas condições naturais (clima e solo) para produzir amendoim de boa qualidade. A produção vem crescendo bastante, recuperando o longo período de estagnação dos últimos 05 (cinco) anos. Com o cultivo das variedades de amendoim Ranner e Caiapó, de ciclos longos, e o grande investimento em equipamentos mecanizados, tanto para o plantio como para a colheita, foram reduzidos em muito os custos de produção.

O consumo nacional de amendoim é da ordem de 100 mil toneladas de grãos por ano, com tendência para crescimento. O produto é conhecido e consumido de norte a sul do País, mas a oferta de uma ampla gama de petiscos e confeitos industrializados à base de amendoim é concentrada no Estado de São Paulo, onde se localizam as grandes áreas de produção agrícola.

A exportação “in natura” começou a crescer, mas é necessário muito investimento. Os resíduos do grão do amendoim são submetidos a altas temperaturas para eliminar a aflatoxina e melhorar a condição do farelo, com isso as expectativas para as exportações são promissoras devido à melhoria das condições fitossanitárias.

Jaboticabal – São Paulo, desde de 2004 está em operação o maior armazém atacadista de amendoim existente do mundo. Com 240 metros de comprimento, 84 metros de largura e 12 metros de altura, com área de mais de 20 mil m², com capacidade estática para 37,5 mil toneladas, hermeticamente fechado, o armazém será pioneiro na movimentação “in natura” em “big-bags”, de 550 a 600 quilos.

Anteriormente o amendoim era armazenado úmido, porém com as novas tecnologias, já mencionadas anteriormente, o produto fica com 8% de umidade, não existindo o perigo da aflatoxina. O amendoim hoje tem grande espaço a ser ocupado em outras regiões, como por exemplo, no Sudeste e no Centro Oeste sua produtividade vem crescendo muito (4.500 kg por ha), com as novas variedades Ranner e Caiapó financiado, pelas grandes Cooperativas. O lado ruim é que os pequenos foram obrigados a saírem da competitividade, vivendo na periferia do negócio.

A safra total colhida em 2004/05 foi de 301,7 ultrapassando a safra de 2003/04 em 35,6% que foi de 176,3 mil toneladas, para a safra 2005/06 a previsão de safra em relação à 2004/05 é 286,7 mil toneladas, 5% a menos principal fator de queda está relacionado a baixos preços que não cobrem o custo de produção do amendoim, desestimulando os produtores a plantar, preferindo arrendar as suas terras para os usineiros além de um real forte em relação ao dólar, reduzindo, assim, a competitividade na exportação. O Brasil tem duas safras do amendoim. A 1ª safra 2005/06, das águas, estimada em 229,1 mil toneladas por hectare, inferior em 6,3 mil toneladas a produção de 2004/05. (vide Tabela 2).

Tabela 2

AMENDOIM TOTAL (1ª e 2ª SAFRA)									
COMPARATIVO DE ÁREA, PRODUTIVIDADE E PRODUÇÃO									
SAFRAS 2004/2005 E 2005/2006									
REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 04/05	Safra 05/06	VAR. %	Safra 04/05	Safra 05/06	VAR. %	Safra 04/05	Safra 05/06	VAR. %
NORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NORDESTE	9,2	9,2	-	1.185	1.304	10,0	10,9	12,0	10,1
MA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CE	0,6	0,6	-	1.167	1.167	-	0,7	0,7	-
RN	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PB	1,1	1,1	-	1.000	909	(9,1)	1,1	1,0	(9,1)
PE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SE	1,2	1,2	-	1.167	1.167	-	1,4	1,4	-
BA	6,3	6,3	-	1.222	1.413	15,6	7,7	8,9	15,6
CENTRO-OESTE	11,8	12,1	2,5	2.822	2.810	(0,4)	33,3	34,0	2,1
MT	7,1	7,1	-	2.803	2.803	-	19,9	19,9	-
MS	4,2	4,2	-	2.905	2.905	-	12,2	12,2	-
GO	0,5	0,8	60,0	2.400	2.375	(1,0)	1,2	1,9	58,3
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUDESTE	99,4	86,7	(12,8)	2.472	2.579	4,3	245,7	223,6	(9,0)
MG	9,8	4,6	(53,1)	2.000	2.000	-	19,6	9,2	(53,1)
ES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SP	89,6	82,1	(8,4)	2.523	2.611	3,5	226,1	214,4	(5,2)
SUL	9,1	9,9	8,8	1.297	1.727	33,2	11,8	17,1	44,9
PR	4,5	5,3	17,8	1.733	2.000	15,4	7,8	10,6	35,9
SC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS	4,6	4,6	-	870	1.413	62,4	4,0	6,5	62,5
NORTE/NORDESTE	9,2	9,2	-	1.185	1.304	10,0	10,9	12,0	10,1
CENTRO-SUL	120,3	108,7	(9,6)	2.417	2.527	4,6	290,8	274,7	(5,5)
BRASIL	129,5	117,9	(9,0)	2.330	2.432	4,4	301,7	286,7	(5,0)

FONTE: CONAB - Levantamento: Jan/2006.

A 2ª safra, ou safra da seca apresenta produção de 57,6 mil toneladas, cultivada em uma área de 31,0 mil hectares. (vide Tabela 3 e Gráfico 3 abaixo).

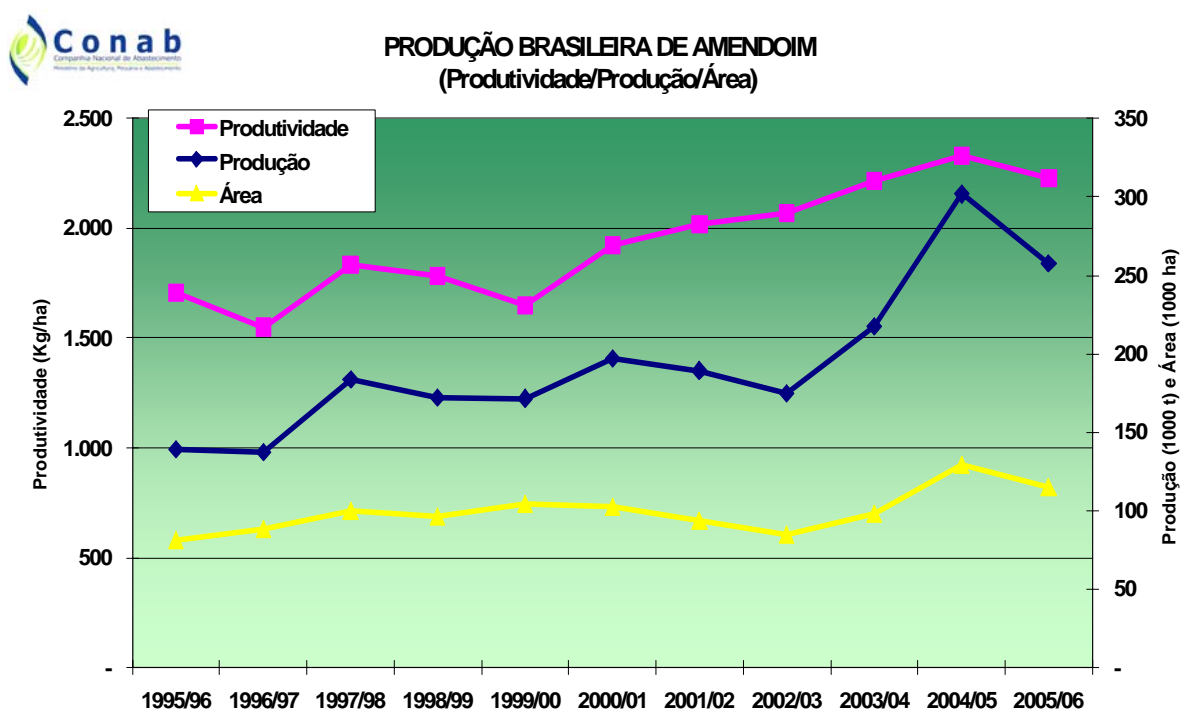
Tabela 3

AMENDOIM 2ª SAFRA
COMPARATIVO DE ÁREA, PRODUTIVIDADE E PRODUÇÃO
SAFRAS 2004/2005 E 2005/2006

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 04/05	Safra 05/06	VAR. %	Safra 04/05	Safra 05/06	VAR. %	Safra 04/05	Safra 05/06	VAR. %
NORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NORDESTE	9,2	9,2	-	1.185	1.304	10,0	10,9	12,0	10,1
MA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CE	0,6	0,6	-	1.200	1.195	(0,4)	0,7	0,7	-
RN	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PB	1,1	1,1	-	975	895	(8,2)	1,1	1,0	(9,1)
PE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SE	1,2	1,2	-	1.200	1.180	(1,7)	1,4	1,4	-
BA	6,3	6,3	-	1.230	1.415	15,0	7,7	8,9	15,6
CENTRO-OESTE	7,1	7,1	-	2.803	2.803	-	19,9	19,9	-
MT	7,1	7,1	-	2.796	2.796	-	19,9	19,9	-
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUDESTE	14,7	14,7	-	1.803	1.748	(3,1)	26,5	25,7	(3,0)
MG	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SP	14,7	14,7	-	1.800	1.750	(2,8)	26,5	25,7	(3,0)
SUL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NORTE/NORDESTE	9,2	9,2	-	1.185	1.304	10,0	10,9	12,0	10,1
CENTRO-SUL	21,8	21,8	-	2.128	2.092	(1,7)	46,4	45,6	(1,7)
BRASIL	31,0	31,0	-	1.848	1.858	0,5	57,3	57,6	0,5

FONTE: CONAB - Levantamento: Jan/2006.

Gráfico 3



Paridade

PREÇO PAGO AO PRODUTOR – COM CASCA (em R\$)

Centro de Produção	Un.	Períodos anteriores			Semana atual		
		12 meses	1 mês	1 semana	Média atual	Composto atacado	Preço Mínimo
Ribeirão Preto	25kg	27,00	20,00	18,00	17,50	21,32(1)	16,10
Tupã	25kg	28,00	20,00	18,00	17,50	21,32(1)	

Notas: (1) São Paulo/SP

2.2 - Comportamento dos Preços

Pressão de baixa com o mercado ofertado. Apesar do grande volume exportado, a demanda para o mercado interno foi tímida para o segundo semestre de 2005, com as principais indústrias, chegando a 2006, com seus depósitos em torno de 30% de espaços comprometidos com o amendoim safra 2004/05 (estoque de passagem). Desta forma, foi necessário liquidar estes “velhos”, liberando, assim, espaço para receber o amendoim da safra 2005/06.

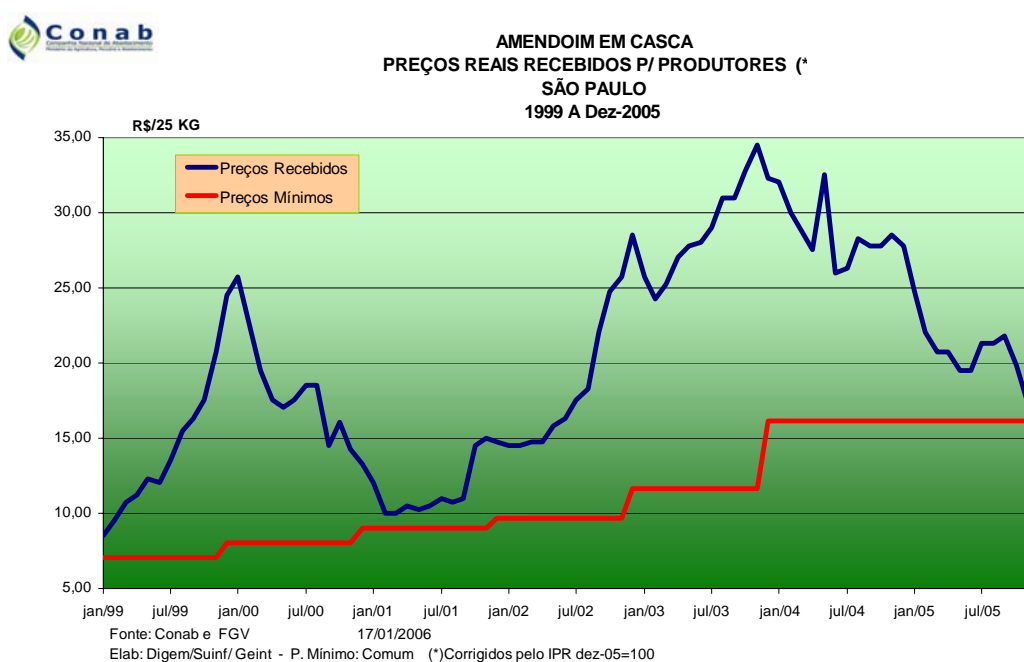
Sem a renovação do crédito agrícola, boa parte dos produtores de amendoim necessitam, neste primeiro instante, fazer caixa no início da safra para saldar compromissos, principalmente com os custos operacionais de colheita que não são parcelados, tais como a mão de obra dos diaristas no arranquio, quando não é lavoura mecanizada. Além do aumento nos preços do açúcar, no final de dezembro/05 houve uma natural retração no preço do amendoim para doces, fazendo com que o produtor vendesse seu produto a baixos preços. Espera-se que com o reajuste do novo mínimo, para R\$ 350,00, a partir de abril, com vencimento

em maio, mais a copa do mundo e festas juninas, assim como a proximidade das novas safras de açúcar, que o preço do amendoim venha a ser mais bem remunerado.

O gráfico 4 apresenta o preço real do amendoim na praça de São Paulo, no período de janeiro de 1999 a julho de 2005. Os preços recebidos pelos produtores e os preços mínimos foram decompostos pelo IPR com base em dezembro de 2005. Observa-se uma queda do valor do produto entre maio de 2000 até novembro de 2001, quando o valor real voltou a crescer. O preço mínimo vem perdendo valor desde janeiro de 1999, tendo recomposto parte deste valor quando da entrada em vigor, em maio/2003, do último preço mínimo.

Até a entrada da nova safra 2005/2006, a expectativa é de predominância dos atuais patamares de preços. Essa situação deverá estimular o plantio do produto. O preço pago ao produtor é de R\$ 17,50 a saca de 25 kg produto com casca e no atacado, produto sem casca está em R\$ 123,33 a saca de 50 kg e com casca, R\$ 42,00 a saca de 25 kg.

Gráfico 4



3 – Proposta de Preço Mínimo

Houve mudança na metodologia da Conab no cálculo do custo de produção (vide tabela 4), diferente da utilizada no ano passado, com outra base. Até que se faça um levantamento para comparação mais afinada, propõe-se manter o preço mínimo vigente, até porque o amendoim dentro da política agrícola só é amparado por EGF - Empréstimos do Governo Federal que só serve como parâmetro de empréstimo, não impactando diretamente na renda do produtor.

Tabela 4

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

FREÇOS MÍNIMOS 2006/2007 - PRODUTOS REGIONAIS
PARÂMETROS PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS, em Reais/unidade

FREÇOS MÍNIMOS 2006/2007														
PARÂMETROS PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS, em Reais/unidade														
PRODUTOS	UNIDADE	INSTRUMENTOS PGPM	CUSTO DE PRODUÇÃO		Var. %	PREÇO PRODUTOR		PREÇOS DE PARIDADE				PREÇO MÍNIMO		Var. %
			VARIÁVEL					ATACADO		PRODUTOR		VIGOR	PROPÓSITO	
								CIF	FOB	CIF	FOB			
			05/06	06/07		MÉDIA ANUAL	ATUAL	Import	Export	Import	Export			
AVENDOIM	25Kg	EGF	15,24	18,83	23,56	21,13	17,50	-	21,32	-	31,56	16,10	16,10	-

Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF

Câmbio: R\$2,35/US\$

(*) (1) Cernambi virgem com 53% de DRC (2) Refere-se ao GEB-1 (3) Cernambi virgem com 86% de DRC.

(**) Custo de Beneficiamento (1) Fibra (2) Fios

3.1 - Impactos Esperados

- . Que os preços mínimos funcionam como referencial de preços em programas de estímulo ao plantio e apoio dos produtores.
- . Que sirvam de parâmetro para a concessão de financiamentos de custeio.
- . Que amparem os produtores contra os efeitos de acentuados declínios de preços.
- . Que propiciem condições mínimas necessárias para a manutenção dos pequenos produtores no campo.
- . Que servem como instrumento de sustentação de renda para os pequenos produtores que utiliza a força de trabalho familiar.
- . Que evitem problemas no abastecimento interno, visto que atualmente a produção está muito ajustada ao consumo.

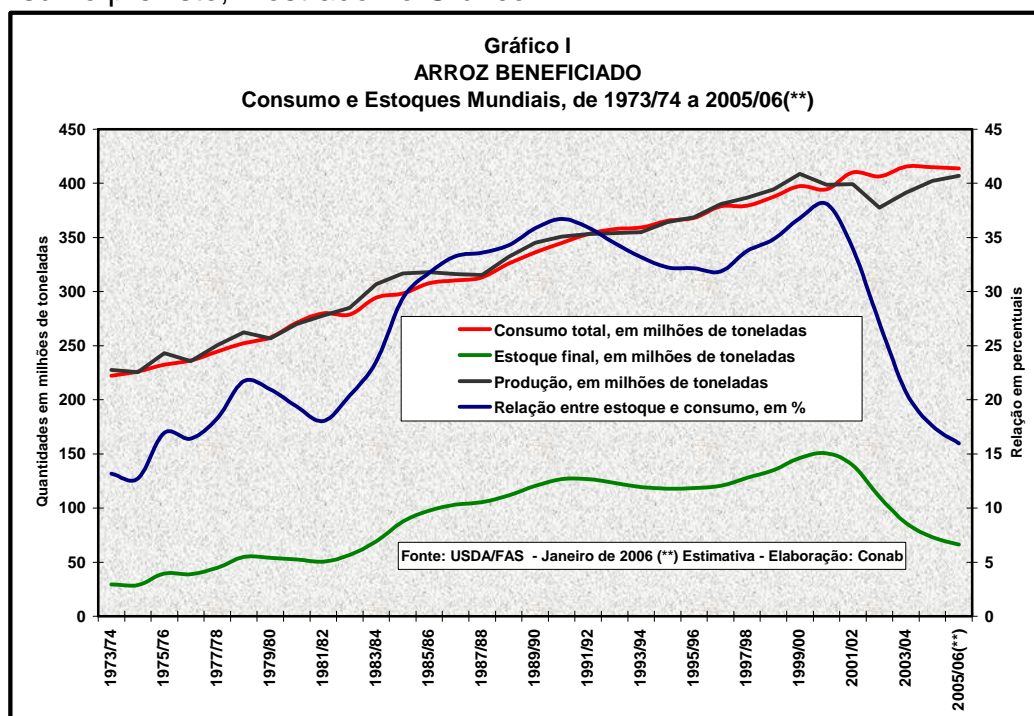
ARROZ EM CASCA NATURAL PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO SAFRA 2006/2007

Paulo Morceli

1. Panorama Internacional

1.1 – Mercado (oferta e demanda)

Tomando os dados divulgados pelo *USDA*, na publicação *World Markets and Trade*, em janeiro de 2006, vê-se que a produção mundial da safra 2005/06 foi estimada em 406,9 milhões de toneladas de arroz base beneficiado. Como o consumo foi calculado em 413,8 milhões de toneladas, resultou em 6,9 milhões de toneladas de déficit. A produção aquém do consumo que vem ocorrendo a partir da safra 2000/01 tem reduzido o estoque de passagem, sendo que atualmente está estimado em 66,1 milhões de toneladas, correspondendo a 15,97% do consumo previsto, mostrado no Gráfico I.



Na safra 1973/74, início da série mostrada no Gráfico I, a produção foi de 227,6 milhões de toneladas, o consumo 222,4 milhões e o estoque final, 29,3 milhões de toneladas, de modo que a relação estoque x consumo era de 13,17%. Com o decorrer dos tempos a produção e o consumo foram evoluindo e a necessidade de formar estoques, para contrapor possíveis desabastecimentos ou por políticas protecionistas, os estoques de passagem foram incrementados, de modo que na safra 2000/01, para a produção de 398,7 milhões de toneladas e consumo de 394,6 milhões, o estoque de passagem foi de 150,4 milhões de toneladas, e a relação estoque x consumo chegou a 38,11%. Na safra 2002/03, devido a problemas climáticos que ocorreram em importantes países produtores, fez com que a produção caísse para 377,5 milhões de toneladas e o consumo, tendo

atingido 406,5 milhões, obrigando, desta forma, a reduzir o estoque de passagem para 110,3 milhões de toneladas ou 27,13% do consumo. Desde então os estoques vêm sendo reduzidos ano a ano, atingido os 15,97%, conforme relatado anteriormente.

No período sob análise, ou seja, 1973/74, até o atual, a produção cresceu 78,78%, correspondendo a 2,46% ao ano. O consumo teve incremento de 86,06%, ou 2,69% ao ano, portanto, superior à produção. A despeito da redução do estoque de passagem, que vem ocorrendo nos últimos anos, a mesma continua 125,60% superior ao início da série e, a relação entre consumo e estoque fica superior à safra 1973/74.

Como pode ser visto no Quadro I, esse fenômeno vem ocorrendo basicamente na China, pois em função da recente política de industrialização de sua economia, o suprimento de água e mão-de-obra para os arrozais vêm sendo redirecionados para as cidades. A safra 1999/2000 esse país transferiu 98,5 milhões de toneladas de arroz beneficiado, em estoques, para a safra seguinte. Para a campanha 2005/06, estima-se que o estoque final seja de apenas 27,2 milhões de toneladas, ou seja, redução de 72,39% no período de seis safras. De um modo geral, os demais principais *players* desse produto não têm modificado substancialmente a composição de seu quadro de suprimento. Em termos mundiais a redução do estoque final foi de 84,4 milhões de toneladas ou 56,08% no período compreendido entre as safras 2000/01 a 2005/06.

1.2 – Preços Internacionais

Considerando que a China é o maior produtor e consumidor mundial de arroz, a redução acentuada de seus estoques de passagem tem grande peso na expectativa dos preços internacionais. No Gráfico II são mostrados os dados de estoque de passagem e preços do arroz tailandês 100%B e, do americano longo tipo 2, com 4% de quebrados, no período que vai da safra 1982/83 a 2005/06. Nota-se que em 1995/96, com o estoque final em 118,4 milhões de toneladas, os preços foram de US\$ 450 e US\$ 362 por tonelada, respectivamente. Com a elevação dos estoques para 150,4 milhões de toneladas, em 2000/01, os preços caíram para US\$ 184 e US\$ 274. Atualmente, com o estoque estimado em 66,1 milhões de toneladas os preços voltam a subir, atingindo US\$ 295 e US\$ 290, retratando que de certa forma os preços sofrem influências do volume de estoques.

Os preços dos EUA merecem um comentário à parte, já que nas três últimas safras caíram de US\$ 358 na safra 2003/04, para US\$ 295, por tonelada no período de agosto de 2005 a janeiro de 2006, mesmo com os sinais de redução do estoque de passagem. Tal fato ocorreu em vista desse país estar com um estoque substancial, correspondendo a 31,58% do consumo. Anteriormente foi adotada uma política mais agressiva para as vendas externas. Na safra 2000/01 exportou apenas 2,6 milhões de toneladas, passando para 3,0 milhões de toneladas na safra

Quadro I
ARROZ BENEFICIADO
Balanco de Oferta e Demanda dos Principais Países do Mundo - Ano safra 1998/99 a 2005/06 - em mil toneladas

	CHINA	ÍNDIA	INDONÉSIA	BANGLADESH	VIETNÃ	TAILÂNDIA	EUA	MUNDO
Ano safra 1998/1999								
1-Estoque inicial	93.000,0	9.906,0	5.985,0	400,0	560,0	1.050,0	769,0	128.146,0
2-Produção	139.100,0	86.000,0	32.147,0	19.854,0	20.108,0	15.589,0	5.798,0	394.064,0
3-Importação	178,0	0,0	3.729,0	2.500,0	0,0	0,0	358,0	24.941,0
4-Suprimento total (1+2+3)	232.278,0	95.906,0	41.861,0	22.754,0	20.668,0	16.639,0	6.925,0	547.151,0
5-Consumo	133.570,0	81.154,0	35.033,0	21.854,0	15.763,0	8.900,0	3.587,0	387.467,0
6-Exportação	2.708,0	2.752,0	0,0	0,0	4.555,0	6.679,0	2.644,0	24.941,0
7-Demanda total (5+6)	136.278,0	83.906,0	35.033,0	21.854,0	20.318,0	15.579,0	6.231,0	412.408,0
8-Estoque final (4-7)	96.000,0	12.000,0	6.828,0	900,0	350,0	1.060,0	694,0	134.743,0
9- Relação estoque X consumo	71,87	14,79	19,49	4,12	2,22	11,91	19,35	34,78
Ano safra 1999/2000								
1-Estoque inicial	96.000,0	12.000,0	6.828,0	900,0	350,0	1.060,0	694,0	134.743,0
2-Produção	138.936,0	89.700,0	32.800,0	23.066,0	20.926,0	16.500,0	6.502,0	408.674,0
3-Importação	278,0	136,0	1.500,0	638,0	0,0	0,0	308,0	22.846,0
4-Suprimento total (1+2+3)	235.214,0	101.836,0	41.128,0	24.604,0	21.276,0	17.560,0	7.504,0	566.263,0
5-Consumo	133.763,0	82.670,0	35.400,0	23.766,0	16.000,0	9.300,0	3.846,0	397.772,0
6-Exportação	2.951,0	1.449,0	0,0	0,0	3.370,0	6.549,0	2.847,0	22.846,0
7-Demanda total (5+6)	136.714,0	84.119,0	35.400,0	23.766,0	19.370,0	15.849,0	6.693,0	420.618,0
8-Estoque final (4-7)	98.500,0	17.717,0	5.728,0	838,0	2.477,0	1.711,0	811,0	145.645,0
9- Relação estoque X consumo	73,64	21,43	16,18	3,53	15,48	18,40	21,09	36,62
Ano safra 2000/2001								
1-Estoque inicial	98.500,0	17.717,0	5.728,0	838,0	2.477,0	1.711,0	811,0	145.645,0
2-Produção	131.536,0	84.871,0	32.960,0	25.086,0	20.473,0	17.057,0	5.941,0	398.174,0
3-Importação	270,0	0,0	1.500,0	401,0	0,0	0,0	413,0	24.414,0
4-Suprimento total (1+2+3)	230.306,0	102.588,0	40.188,0	26.325,0	22.950,0	18.768,0	7.165,0	568.233,0
5-Consumo	134.356,0	75.851,0	35.583,0	24.958,0	16.500,0	9.250,0	3.676,0	394.073,0
6-Exportação	1.847,0	1.686,0	0,0	0,0	3.488,0	7.271,0	2.602,0	23.638,0
7-Demanda total (5+6)	136.203,0	77.537,0	35.583,0	24.958,0	19.988,0	16.521,0	6.278,0	417.711,0
8-Estoque final (4-7)	94.103,0	25.051,0	4.605,0	1.367,0	2.962,0	2.247,0	887,0	150.522,0
9- Relação estoque X consumo	70,04	33,03	12,94	5,48	17,95	24,29	24,13	38,20
Ano safra 2001/2002								
1-Estoque inicial	94.103,0	25.051,0	4.605,0	1.367,0	2.962,0	2.247,0	887,0	150.522,0
2-Produção	124.306,0	93.340,0	32.960,0	24.310,0	21.036,0	17.499,0	6.714,0	399.072,0
3-Importação	304,0	0,0	3.500,0	313,0	0,0	0,0	420,0	27.813,0
4-Suprimento total (1+2+3)	218.713,0	118.391,0	41.065,0	25.990,0	23.998,0	19.746,0	8.021,0	577.407,0
5-Consumo	134.581,0	87.611,0	36.382,0	25.553,0	17.000,0	9.400,0	3.850,0	410.068,0
6-Exportação	1.963,0	6.300,0	0,0	0,0	3.245,0	7.245,0	2.955,0	27.979,0
7-Demanda total (5+6)	136.544,0	93.911,0	36.382,0	25.553,0	20.245,0	16.645,0	6.805,0	438.047,0
8-Estoque final (4-7)	82.169,0	24.480,0	4.683,0	437,0	3.793,0	3.116,0	1.216,0	139.360,0
9- Relação estoque X consumo	61,06	27,94	12,87	1,71	22,31	33,15	31,58	33,98
Ano safra 2002/2003								
1-Estoque inicial	82.169,0	24.480,0	4.683,0	437,0	3.793,0	3.116,0	1.216,0	139.360,0
2-Produção	122.180,0	71.820,0	33.411,0	25.187,0	21.527,0	17.198,0	6.536,0	377.471,0
3-Importação	258,0	0,0	2.750,0	1.112,0	0,0	0,0	458,0	27.550,0
4-Suprimento total (1+2+3)	204.607,0	96.300,0	40.844,0	26.736,0	25.320,0	20.314,0	8.210,0	544.381,0
5-Consumo	134.800,0	79.860,0	36.500,0	26.100,0	17.500,0	9.460,0	3.534,0	406.510,0
6-Exportação	2.583,0	5.440,0	0,0	0,0	3.795,0	7.552,0	3.847,0	27.550,0
7-Demanda total (5+6)	137.383,0	85.300,0	36.500,0	26.100,0	21.295,0	17.012,0	7.381,0	434.060,0
8-Estoque final (4-7)	67.224,0	11.000,0	4.344,0	636,0	4.065,0	3.302,0	829,0	110.321,0
9- Relação estoque X consumo	49,87	13,77	11,90	2,44	23,23	34,90	23,46	27,14
Ano safra 2003/2004								
1-Estoque inicial	67.224,0	11.000,0	4.344,0	636,0	4.065,0	3.302,0	829,0	110.321,0
2-Produção	112.462,0	88.280,0	35.024,0	26.152,0	22.082,0	18.011,0	6.420,0	391.382,0
3-Importação	1.122,0	0,0	650,0	801,0	0,0	0,0	477,0	27.116,0
4-Suprimento total (1+2+3)	180.808,0	99.280,0	40.018,0	27.589,0	26.147,0	21.313,0	7.726,0	528.819,0
5-Consumo	135.000,0	85.380,0	36.000,0	26.700,0	18.000,0	9.470,0	3.656,0	415.679,0
6-Exportação	880,0	3.100,0	0,0	0,0	4.295,0	10.137,0	3.309,0	27.116,0
7-Demanda total (5+6)	135.880,0	88.480,0	36.000,0	26.700,0	22.295,0	19.607,0	6.965,0	442.795,0
8-Estoque final (4-7)	44.928,0	10.800,0	4.018,0	889,0	4.152,0	1.706,0	761,0	86.024,0
9- Relação estoque X consumo	33,28	12,65	11,16	3,33	23,07	18,01	20,82	20,69
Ano safra 2004/2005(*)								
1-Estoque inicial	44.928,0	10.800,0	4.018,0	889,0	4.152,0	1.706,0	761,0	86.024,0
2-Produção	125.363,0	85.310,0	34.250,0	25.900,0	22.627,0	17.070,0	7.455,0	402.153,0
3-Importação	600,0	0,0	500,0	800,0	0,0	0,0	405,0	28.291,0
4-Suprimento total (1+2+3)	170.891,0	96.110,0	38.768,0	27.589,0	26.779,0	18.776,0	8.621,0	516.468,0
5-Consumo	135.100,0	83.110,0	35.850,0	26.900,0	18.500,0	9.480,0	3.886,0	415.108,0
6-Exportação	700,0	4.500,0	0,0	0,0	5.100,0	7.250,0	3.526,0	28.291,0
7-Demanda total (5+6)	135.800,0	87.610,0	35.850,0	26.900,0	23.600,0	16.730,0	7.412,0	443.399,0
8-Estoque final (4-7)	35.091,0	8.500,0	2.918,0	689,0	3.479,0	2.046,0	1.209,0	73.069,0
9- Relação estoque X consumo	25,97	10,23	8,14	2,56	18,81	21,58	31,11	17,60
Ano safra 2005/2006(**)								
1-Estoque inicial	35.091,0	8.500,0	2.918,0	689,0	3.479,0	2.046,0	1.209,0	73.069,0
2-Produção	127.400,0	85.000,0	34.900,0	26.700,0	22.500,0	17.900,0	7.088,0	406.876,0
3-Importação	600,0	0,0	800,0	500,0	0,0	0,0	425,0	26.136,0
4-Suprimento total (1+2+3)	163.091,0	93.500,0	38.618,0	27.889,0	25.979,0	19.946,0	8.722,0	506.081,0
5-Consumo	135.200,0	81.000,0	35.600,0	27.250,0	19.000,0	9.490,0	4.049,0	413.842,0
6-Exportação	700,0	3.500,0	0,0	0,0	4.500,0	7.000,0	3.838,0	26.136,0
7-Demanda total (5+6)	135.900,0	84.500,0	35.600,0	27.250,0	23.500,0	16.490,0	7.887,0	439.978,0
8-Estoque final (4-7)	27.191,0	9.000,0	3.018,0	639,0	2.579,0	3.456,0	835,0	66.103,0
9- Relação estoque X consumo	20,11	11,11	8,48	2,34	13,57	36,42	20,62	15,97

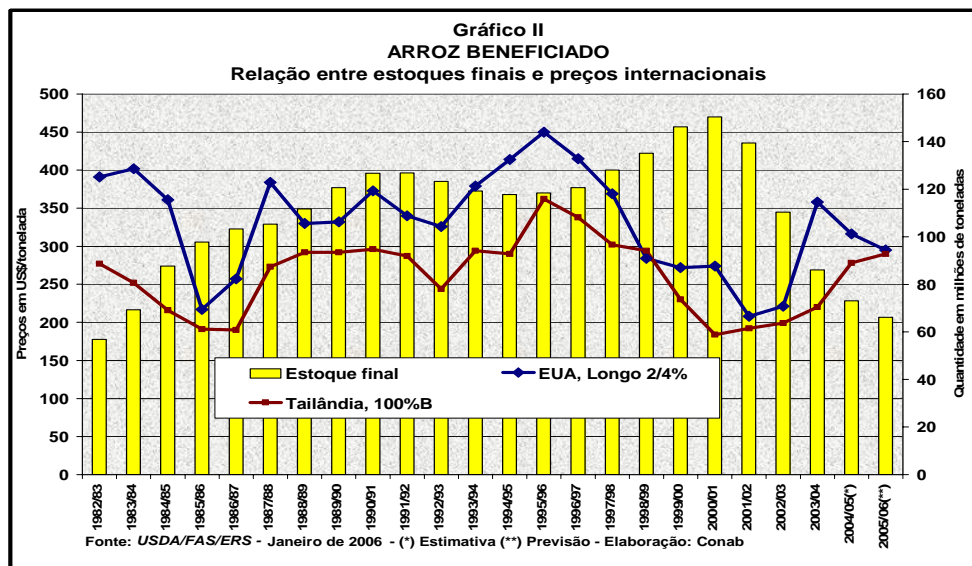
Fonte: Dados básicos: USDA/FAS - 12/JAN/2006

Elaboração: Conab/Sugof - Atualizado em 20/JAN/2006

Nota: Nas eventuais diferenças, a oferta e a demanda foram ajustado de modo a preservar o estoque final.

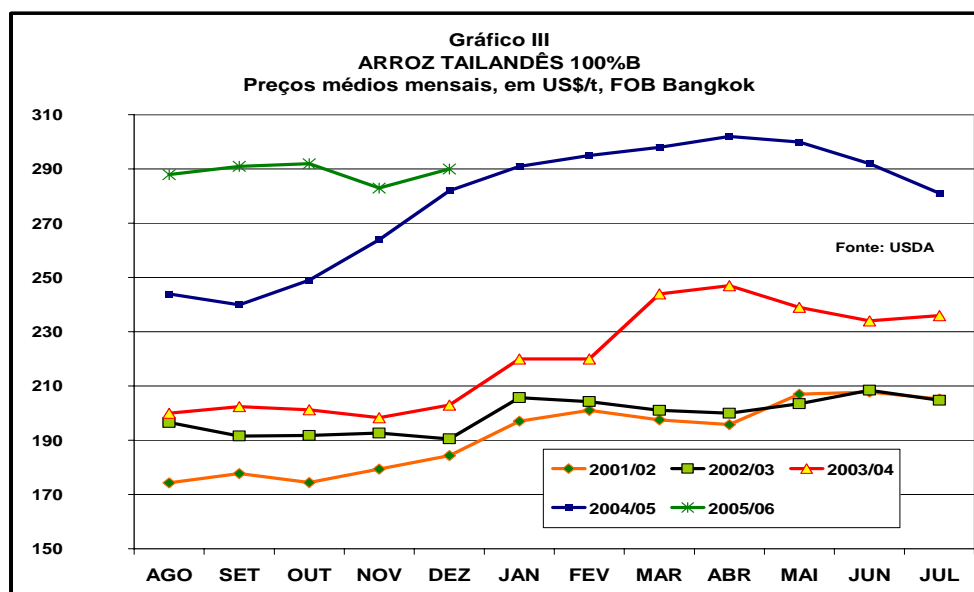
(*) Estimativa; (**) Previsão.

seguinte, subindo para 3,8 milhões na outra, posteriormente para 3,3 milhões. A seguir passou para 3,3 milhões, depois, para 3,5 milhões e atualmente estima-se que chegará a 3,8 milhões de toneladas. Em se confirmando as previsões da presente safra, os EUA deverão ficar com 835,0 mil toneladas, o que corresponde a 20,62% do consumo de um ano.



Analisando o que vem ocorrendo nas cinco últimas safras e tomando por base os preços do arroz tailandês 100%B, FOB Bangkok, no Gráfico III fica caracterizado que os preços atuais estão no mais alto patamar. Na safra passada, no período de entressafra da Tailândia, o arroz chegou a ter média mensal de US\$ 302 por tonelada, caindo no início dessa safra.

Atualmente encontra-se na fase de preços ascendentes. Espera-se para os próximos meses mais movimentos de elevação de preços, provavelmente atingindo valores superiores aos da safra passada.

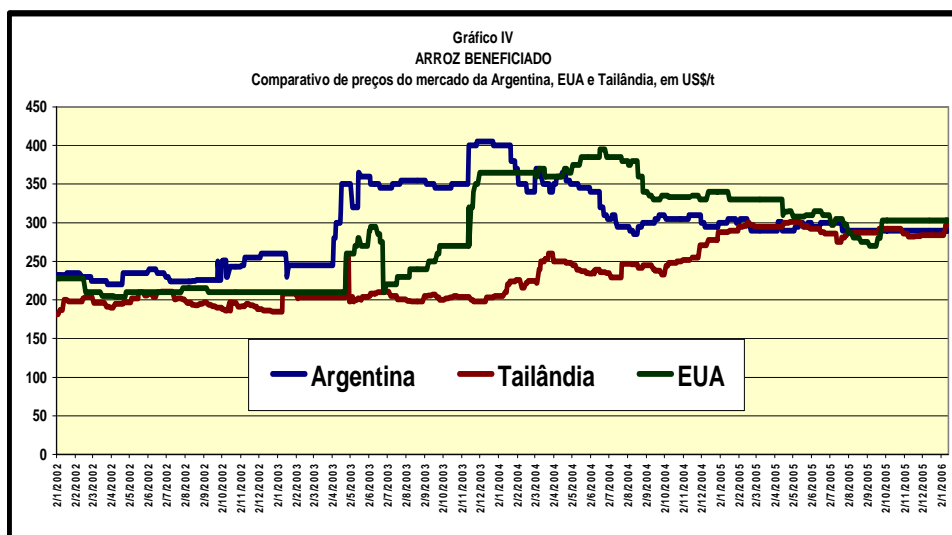


1.3 – Mercosul

Seguindo a mesma fonte anteriormente citada, prevê-se que no final da safra 2005/06 restará um estoque de passagem, no Mercosul, na ordem de 2.322,8 mil toneladas base arroz beneficiado, representando 14,63% do consumo da região, conforme o Quadro II. Analisando essas últimas safras percebe-se que normalmente o estoque de passagem é da ordem de 10% do consumo. Na relação atual, pode-se considerar que a mesma é um tanto elevada para os padrões da Região e pelo custo de transporte no tempo dessa mercadoria. Com o volume atual, espera-se que ocorra pressões de oferta, fazendo com que os preços sofram deságios. Entretanto, essa safra terá bem menos dificuldades de mercado do que a safra 2004/05, quando o estoque final foi de 3.387,8 mil toneladas, correspondendo a 21,18% do consumo naquele ano, sendo o mais alto estoque de passagem de todos os tempos.

Na safra 2002/03, em função do baixo estoque de passagem e da redução da oferta interna, o Brasil recorreu ao mercado internacional, com vem fazendo regularmente. Como a Argentina e o Uruguai tinham reduzido a produção, o suprimento foi complementado com arroz da Tailândia e dos EUA. No ano comercial de março de 2003 a fevereiro de 2004, foram importadas 1.601,6 mil toneladas de arroz base casca, com a Argentina enviando 250,6 mil toneladas, o Paraguai 4,8 mil toneladas, Uruguai 663,8 mil toneladas e os demais exportadores enviando mais 682,4 mil toneladas, ou 41,45% do total. Na safra 2005/06 a situação é bastante diferente, já que o Mercosul tem um volume importante de estoques, com preços bastante competitivos em relação ao mercado nacional, tendo a seu favor a TEC, que inviabiliza a entrada de qualquer produto que não seja do bloco econômico. Da estimativa de importação de 700,0 mil toneladas a Argentina deverá disponibilizar para o Brasil 303,6 mil toneladas, o Paraguai 50,4 mil toneladas, o Uruguai mais 342,8 mil toneladas. Já os terceiros países, aqueles fora do bloco do Mercosul, apenas 3,3 mil toneladas.

No Gráfico IV são mostrados os preços praticados na Argentina, Tailândia e EUA, no período de 02 de janeiro de 2002 a 31 de janeiro de 2006. Vê-se que até início de abril de 2003, embora os preços tivessem oscilações, era em menor amplitude. Posteriormente, os preços da Argentina tiveram forte elevação, atingindo US\$ 405 por toneladas em meados de dezembro de 2003, seguidas pelos EUA, enquanto o arroz tailandês continuava sendo negociado a preços significativamente menores, formando um grande *gap* (US\$ 370 para o Argentino e US\$ 260 para o tailandês) sendo minimizado, a partir do início do ano de 2005, com os preços da Tailândia sofrendo incremento, e os preços da Argentina e dos EUA, tendo



pequenas reduções. Em meados de maio de 2005, estes preços estavam praticamente alinhados, com a média aproximando-se de US\$ 308 por tonelada, sendo mantidos com pequenas oscilações, até o presente momento, onde estão variando entre US\$ 290 e US\$ 310 por tonelada.

Quadro II
ARROZ EM CASCA
Balanço de Oferta e Demanda dos PAÍSES DO MERCOSUL - Ano safra 2000/01 a 2005/06 - em mil toneladas

	BRASIL	ARGENTINA	URUGUAI	PARAGUAI	MERCOSUL
Ano safra 2000/2001					
1-Estoque inicial	2.435,3	375,4	247,1	0,0	3.057,8
2-Produção	10.195,6	872,3	1.030,0	106,0	12.203,9
3-Importação	961,8	20,0	0,0	17,9	999,7
4-Suprimento total (1+2+3)	13.592,7	1.267,7	1.277,1	123,9	16.261,4
5-Consumo	11.838,2	361,5	142,9	123,9	12.466,5
6-Exportação	32,4	581,5	1.051,5	0,0	1.665,4
7-Demanda total (5+6)	11.870,6	943,0	1.194,4	123,9	14.131,9
8-Estoque final (4-7)	1.722,1	324,7	82,7	0,0	2.129,5
9- Relação estoque X demanda	14,51	34,43	6,92	0,00	15,07
Ano safra 2001/2002					
1-Estoque inicial	1.722,1	324,7	82,9	0,0	2.129,7
2-Produção	10.392,6	712,3	940,0	110,5	12.155,4
3-Importação	919,1	16,9	0,0	15,0	951,0
4-Suprimento total (1+2+3)	13.033,8	1.053,9	1.022,9	125,5	15.236,1
5-Consumo	12.205,9	376,9	142,9	125,4	12.851,1
6-Exportação	36,8	206,2	678,6	0,0	921,6
7-Demanda total (5+6)	12.242,7	583,1	821,5	125,4	13.772,7
8-Estoque final (4-7)	791,1	470,8	201,4	0,1	1.463,4
9- Relação estoque X demanda	6,46	80,74	24,52	0,08	10,63
Ano safra 2002/2003					
1-Estoque inicial	791,1	470,8	201,5	0,0	1.463,4
2-Produção	10.367,6	718,5	905,7	110,5	12.102,3
3-Importação	1.642,6	27,7	0,0	15,0	1.685,3
4-Suprimento total (1+2+3)	12.801,3	1.217,0	1.107,2	125,5	15.251,0
5-Consumo	11.911,8	407,7	142,9	125,4	12.587,8
6-Exportação	27,9	269,2	878,6	0,0	1.175,7
7-Demanda total (5+6)	11.939,7	676,9	1.021,5	125,4	13.763,5
8-Estoque final (4-7)	861,6	540,1	85,7	0,1	1.487,5
9- Relação estoque X demanda	7,22	79,79	8,39	0,08	10,81
Ano safra 2003/2004					
1-Estoque inicial	861,6	540,0	85,8	0,1	1.487,5
2-Produção	12.807,4	1.141,6	1.262,9	125,4	15.337,3
3-Importação	1.195,6	15,4	0,0	15,0	1.226,0
4-Suprimento total (1+2+3)	14.864,6	1.697,0	1.348,7	140,5	18.050,8
5-Consumo	12.775,0	423,1	142,9	120,9	13.461,9
6-Exportação	116,2	452,3	1.035,7	19,4	1.623,6
7-Demanda total (5+6)	12.891,2	875,4	1.178,6	140,3	15.085,5
8-Estoque final (4-7)	1.973,4	821,6	170,1	0,2	2.965,3
9- Relação estoque X demanda	15,31	93,85	14,43	0,14	19,66
Ano safra 2004/2005(*)					
1-Estoque inicial	1.973,4	821,6	170,1	0,0	2.965,1
2-Produção	13.200,0	1.050,8	1.214,3	110,5	15.575,6
3-Importação	808,8	15,4	0,0	15,0	839,2
4-Suprimento total (1+2+3)	15.982,2	1.887,8	1.384,4	125,5	19.379,9
5-Consumo	13.236,8	438,5	142,9	74,7	13.892,9
6-Exportação	441,2	500,0	1.107,1	50,8	2.099,1
7-Demanda total (5+6)	13.678,0	938,5	1.250,0	125,5	15.992,0
8-Estoque final (4-7)	2.304,2	949,3	134,4	0,0	3.387,9
9- Relação estoque X demanda	16,85	101,15	10,75	0,00	21,18
Ano safra 2005/2006(**)					
1-Estoque inicial	2.304,2	949,2	134,4	0,0	3.387,8
2-Produção	11.470,6	1.015,4	1.175,7	110,5	13.772,2
3-Importação	1.029,4	0,0	0,0	15,0	1.044,4
4-Suprimento total (1+2+3)	14.804,2	1.964,6	1.310,1	125,5	18.204,4
5-Consumo	13.544,1	453,9	142,9	125,4	14.266,3
6-Exportação	183,8	538,5	893,0	0,0	1.615,3
7-Demanda total (5+6)	13.727,9	992,4	1.035,9	125,4	15.881,6
8-Estoque final (4-7)	1.076,3	972,2	274,2	0,1	2.322,8
9- Relação estoque X demanda	7,84	97,96	26,47	0,08	14,63

Fonte: USDA Jan/2006

2 – Panorama nacional

2.1 – Mercado (quadro de oferta e demanda)

Quadro III
Arroz em casca - Quadro de Suprimento do Brasil

(em mil toneladas)								
SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL	ESTOQUE / CONSUMO
1999/00	1.470,0	11.423,1	936,5	13.829,8	11.850,0	21,1	1.958,5	16,53
2000/01	1.958,5	10.386,0	951,6	13.296,1	11.950,0	24,4	1.321,7	11,06
2001/02	1.321,7	10.626,1	737,3	12.685,1	12.000,0	47,6	637,5	5,31
2002/03	637,5	10.367,1	1.601,6	12.606,2	12.250,0	23,5	332,7	2,72
2003/04	332,7	12.829,4	1.097,3	14.259,4	12.660,0	92,2	1.507,2	11,91
2004/05 ¹	1.507,2	13.227,3	700,0	15.434,5	12.900,0	400,0	2.134,5	16,55
2005/06 ²	2.134,5	11.504,4	800,0	14.438,9	13.000,0	250,0	1.188,9	9,14

Fonte: Conab – fevereiro de 2006 ¹ Estimativa ² Previsão

Em 06 de fevereiro passado, a Conab divulgou o seu terceiro levantamento da safra 2005/06. Em relação à safra passada, o Brasil deverá produzir menos 1.723,0 mil toneladas, com uma redução de 13,03% na quantidade, pois deixaram de ser plantados 782,4 mil hectares ou 19,98%. Na Região Centro-Oeste é onde deverá ocorrer a maior redução, correspondendo a 78,65% do total, ou produção a menor em 1.355,1 mil toneladas (no Mato Grosso a redução será de 1.178,6 mil toneladas e em Goiás, 157,8 mil toneladas), a Região Norte terá redução de 318,5 mil toneladas, ou 18,49% do total. Tocantins será o responsável pela perda de 9,68% do total. Na Região Sul está previsto um incremento de 33,0 mil toneladas na quantidade a ser colhida. Já o Rio Grande do Sul terá redução de 15,2 mil toneladas, enquanto que Santa Catarina irá incorporar mais 25,8 mil toneladas, o Paraná, mais 22,4 mil toneladas.

Com esse último levantamento, a Conab atualizou seu quadro de suprimento mostrado no Quadro III. A produção está estimada em 11.504,4 mil toneladas e as importações em 800,0 mil toneladas, resultando na oferta total de 14.438,9 mil toneladas. Do lado da demanda, o consumo está estimado em 13,0 milhões de toneladas e as exportações em 250,0 mil toneladas. O estoque final ficará em 1.188,9 mil toneladas, com a relação estoque x consumo calculado em 9,14%, ou pouco mais de um mês de consumo, o menor das três últimas safras, aproximando-se com a safra 2001/02. Ressalte-se que em função dos preços que serão praticados nos mercados interno e externo, as importações e exportações poderão sofrer ajustes, de modo que deverão ser avaliadas nos próximos levantamentos de safra.

Considerando que este ano a produção será menor em 1.495,6 mil toneladas do que o consumo, aparentemente não existe motivo para o mercado estar fraco como tem ocorrido recentemente. O estoque inicial é elevado, calculado em 2.134,5 mil toneladas. Entretanto, desse total, 940,5 mil toneladas são de

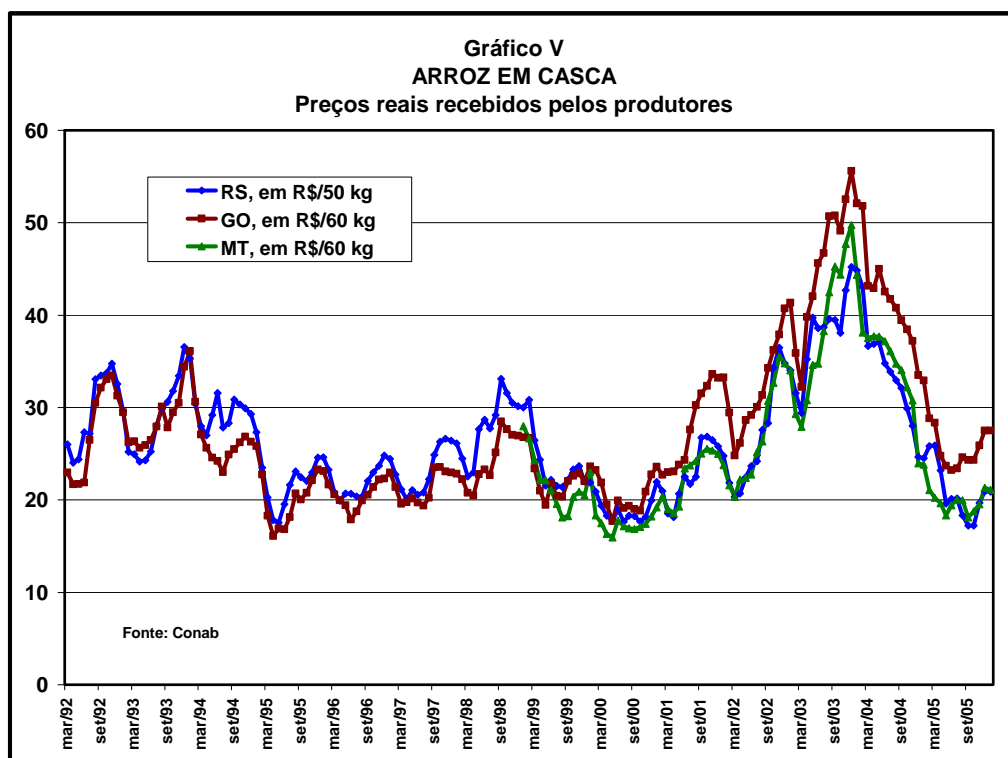
propriedade do Governo Federal, não devendo voltar ao mercado, a não ser que haja uma forte recuperação dos preços internos.

Descontando do estoque final as compras oficiais, o estoque de mercado resulta em 1.194,0 mil toneladas em mãos da iniciativa privada (parte com produtores, parte com a indústria e parte com o varejo). Deste modo, atribui-se o comportamento baixista do final da campanha comercial da safra 2004/05, a três fatores básicos: necessidade dos produtores na venda do produto em estoque, liberando, assim, os armazéns para a próxima safra; o volume previsto para a próxima safra do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; e, finalmente, o pouco interesse do varejo em formar estoques no presente momento, já que conta com abastecimento garantido.

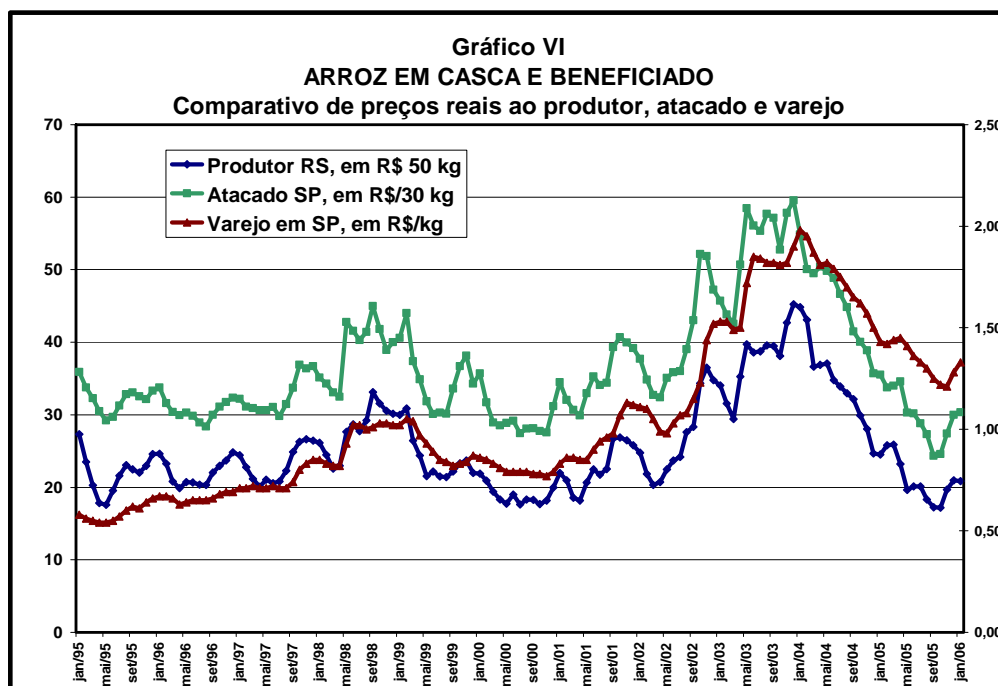
2.2 - Preços

Analisando os preços médios reais, corrigidos pelo IPCA de dezembro de 2005, como mostrada no Gráfico V, nos últimos 15 anos a pior campanha comercial para o arroz, no Rio Grande do Sul, ocorreu com a safra 1999/2000, onde em março de 2000 o preço médio foi R\$ 19,38 por 50 kg, caindo em julho para R\$ 17,62, recuperando em janeiro de 2001 para R\$ 21,97, encerrando-se em fevereiro com R\$ 20,97, com o preço médio da safra foi de R\$ 18,95 por 50 kg. Por outro lado, o melhor ano foi o da safra 2002/03, onde a comercialização iniciou-se com preços médios de R\$ 29,42 por 50 kg, atingindo R\$ 45,23 em dezembro de 2003, caindo para R\$ 43,08 em fevereiro de 2004, resultando no preço médio da campanha em R\$ 39,56. A safra 2004/05 iniciou com R\$ 25,91 por 50 kg em março de 2005, caindo para R\$ 17,22 em outubro, recuperando-se até atingir R\$ 20,95 em dezembro, voltando a cair de modo que a média de janeiro de 2006 atingiu R\$ 20,88 e a média do período de 1º de março de 2005 a 31 de janeiro de 2006, encontra-se calculada em R\$ 20,30.

No Mato Grosso o comportamento do mercado não foi diferente: em maio de 2000 a média dos preços em reais atingiu R\$ 15,94 por 60 kg, o menor da série acompanhada pela Conab. Em função das safras menores, conforme pode ser visto no Gráfico V, houve recuperação dos preços, sendo que em dezembro de 2003 atingiu R\$ 49,76 por 60 kg, o maior de todos os tempos. Entretanto, com as duas safras recordes que ocorreram a partir de então, os preços voltaram a cair, chegando em setembro de 2005, a R\$ 18,11 por 60 kg. Com a proximidade do final da safra 2004/05, suportado pelas ações do Governo e com a expectativa de redução acentuada da safra seguinte, os preços reagiram, tendo atingido R\$ 21,11 em janeiro de 2006.



É importante, também, analisar que efeitos a redução dos preços do arroz ao produtor está provocando nos demais elos da cadeia e, especialmente, ao consumidor final. No Gráfico VI é feita a comparação entre os preços que foram praticados no período de janeiro de 1995 até janeiro de 2006. O desenho das três curvas indica que existe uma certa correlação entre esses três preços, de modo



que quando o produto sofre majoração no produtor tem reflexo nos preços do atacado e do varejo. Não existe a correlação plena, pois a transmissão de preços sofre retardos, hora para iniciar hora para finalizar os efeitos de seu crescimento.

Adicionalmente considera-se o preço de paridade do arroz do Mercosul, também com pressão baixista. Com as atuais taxas de câmbio, a importação de arroz da Argentina e do Uruguai se mostra bastante competitiva. Na última semana de janeiro de 2006, a paridade de importação, calculada pela Conab, com produto de origem argentina e uruguaia, variou entre R\$ 29,17 e R\$ 29,57 o fardo de 30 kg posto no atacado em São Paulo, totalmente compatível com os preços naquele local. Esse produto está sendo utilizado como elemento de barganha para pressionar os preços no mercado interno, mesmo que não tenham volume para fazer frente ao consumo interno do Brasil.

Entretanto, como se viu pelo volume apresentado, considerando o déficit anteriormente citado (1.495,6 mil toneladas) mais as exportações estimadas em 250,0 mil toneladas, serão cobertas com o estoque privado (1.194,0 mil toneladas) necessitando, ainda, de mais 301,6 mil toneladas para complementar essa demanda. Tal complementação deverá ser feita, naturalmente, com a importação de arroz do Mercosul, de modo que das 800,0 mil toneladas previstas, 498,4 mil serão agregadas aos estoques, formando, assim, o estoque de passagem para a próxima safra.

Desta feita, tudo indica que os preços de comercialização da safra 2005/06 serão melhores do que os da safra anterior. O momento de pressão de baixa que está ocorrendo é natural, pois os agentes estão testando os pontos de resistência dos preços de mercado. Tradicionalmente, no início da safra, há um volume maior de oferta (no presente ano está sendo somado com o resíduo da safra anterior), forçando, ainda, mais a baixa.

Tendo em vista o momento atual, onde os preços estão pressionados, será necessário implementar ações que permitam aos produtores alongar a oferta. Neste sentido, o Governo Federal vem estudando várias medidas, entre elas, no dia 07 de fevereiro, foi aprovada a liberação de recursos para EGF, no valor de R\$ 350,0 milhões de reais para a realização de EGF, a implantação de PEP para o envio de 300,0 mil toneladas do RS, SC e MT aos estados onde existem déficit de produção, e PROP para mais 300,0 mil toneladas, além da análise quanto a transferência para agosto a novembro, do vencimento do custeio anteriormente referido, e a liberação de recursos para aquisições de 250,0 mil toneladas.

Com a implantação dessas medidas certamente o mercado terá o fôlego necessário para que os produtores recomponham sua capacidade de gerir seus estoques, voltando a patamares mais razoáveis. Desta feita, a expectativa é de que o mercado reaja, de maneira que os preços adquiriram o desenho da curva dos preços da safra 2001/02, mas, com médias menores não se esquecendo que o estoque inicial é de bom volume. Os preços iniciaram em baixa, mas irão se elevar com a passagem do tempo, finalizando com pequena redução, dada a aproximação da nova safra.

3. Atuação Governamental

Mesmo antes do início da comercialização da safra 2004/05, já se preconizava que não seria um ano fácil. A safra anterior teve uma produção recorde, recompondo o estoque de passagem a um volume próximo de um mês de consumo. A cada levantamento de safra que a Conab realizava, ia confirmando o novo recorde de produção. O mercado, por seu lado, mantinha políticas do menor preço possível, para compra. Assim, em dezembro de 2004, a Conab fez uma exposição sobre o

assunto, para conhecimento do Senhor Ministro da Agricultura, onde, no caso do arroz, sugeria-se a compra de 500 mil toneladas, contrato de opção privado para 800,0 mil toneladas e, EGF para mais 500,0 toneladas.

Efetivamente em março de 2005 a Conab já estava a campo para iniciar suas compras, tendo o Estado do Mato Grosso à frente, proporcionando condições para que as primeiras AGFs pudessem ser emitidas. Entretanto, em função das divergências na classificação do Cirad 141, as compras foram em pequeno volume. A medida em que o tempo passava, como as ações do Governo estavam limitadas, os preços continuavam a cair. Durante todo o ano houve um embate entre os produtores e a Conab, já que visavam forçar a Companhia a comprar o arroz dessa variedade, embora estivesse classificado no Mapa como longo fino, por algum problema agrônômico, seus grãos eram mais grossos, não passando nas medidas necessárias para a classe longo fino. Com isso, o volume de recursos colocado à disposição, quase sempre sobrava.

No Rio Grande do Sul, encontrava-se com tudo preparado para o lançamento do Contrato de Opção Privado, na 15ª Festa da Colheita do Arroz em Dom Pedrito, com o preço de exercício de R\$ 27,00 por 50 kg e prêmio de R\$ 3,00, entretanto, antes da reunião de abertura, os representantes do setor produtor informaram que só poderiam aceitar o valor de R\$ 30,00, inviabilizando, desta forma, o lançamento. Só em fins de abril se chegou a um acordo, lançando o Prêmio de Risco para Aquisição de arroz em Casca Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda – PROP para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com leilão realizado em 27/04/2005. Nesse leilão foram colocados em disputa 3.148 lotes no Rio Grande do Sul e, 556 em Santa Catarina, com o prêmio de R\$ 3,00 por 50 kg. Durante o ano de 2005, foram realizados sete leilões de PROP, com a oferta de 21.603 contratos no RS e 4.326 em SC, tendo sido arrematados, efetivamente 10.060 e 2.075 contratos, respectivamente. Nessa operação foi demandado o uso de 19,8 milhões de reais.

As aquisições iniciadas pelo Mato Grosso, a despeito de toda reação contrária e a questão do enquadramento do Cirad 141, foram sendo realizadas, sempre com recursos além da demanda. Em abril foram iniciadas as aquisições em RO, já em maio foram liberados recursos para o RS e SC, onde os produtores do primeiro Estado rejeitaram a venda do arroz pelos preços mínimos, sendo aceito, apenas, em agosto. Foram realizadas operações de aquisições diretas também em Rondônia, Tocantins e Pará, cujos dados estão formalizados no Quadro V. Com o AGF, foram investidos 215,4 milhões de reais.

Quadro V
Arroz em casca
Aquisições Governamentais em 2005, em quilogramas.

UF	AGF	Contrato de Opções	Agricultura Familiar	TOTAL
CE			3.169.490	3.169.490
GO			2.116.586	2.116.586
MA			1.690.695	1.690.695
MG			997.947	997.947
MT	203.022.689		6.755.766	209.778.455
PA	3.215.877		2.426.090	5.641.967
PB			51.120	51.120
PI			613.407	613.407
PR			2.008.801	2.008.801
RJ			322.357	322.357
RN			222.160	222.160
RO	21.128.715		2.127.347	23.256.062
RR			259.999	259.999
RS	312.690.575	286.055.334	79.168	598.825.077
SC	22.520.300	59.940.000		82.460.300
TO	4.193.853		4.874.434	9.068.287
TOTAL	566.772.009	345.995.334	27.715.367	940.482.710

No Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram colocadas operações de contrato de opção de venda. Foram colocados em leilão 10.740 contratos no RS e 2.224 em SC, sendo todos negociados ao prêmio médio de R\$ 24,00 por 50 kg. As quantidades incorporadas aos estoques públicos são mostradas no Quadro V, com o uso de R\$ 166,1 milhões.

Como forma de apoiar os produtores menos preparados, em 2005 foram realizadas muitas compras de arroz, da agricultura familiar, mostra o Quadro V. Nessa operação que totalizou 27,7 mil toneladas, houve a aplicação de 12,5 milhões de reais.

De todas as intervenções do Governo Federal, no mercado de arroz, finalizou com a aquisição de 940,5 mil toneladas e desembolso de 394,0 milhões de reais, além do apoio através do Prop em 327,6 mil toneladas com o uso de 19,8 milhões de reais, de modo que esse produto recebeu apoio total em 1.268,1 mil toneladas, ou 9,59% da safra, com o uso de 413,8 milhões de reais.

4. Proposta de Preço Mínimo

Na elaboração de presente proposta de Preços Mínimos para o Plano Safra 2006/07 foram utilizados os seguintes parâmetros:

a) Custos de produção

Na elaboração do Plano Safra 2006/07, vem se deparando com uma realidade macroeconômica desconhecida do brasileiro nos últimos anos que são custos de produção em queda. Segundo a metodologia de cálculo da Conab, na safra 2005/06 o dispêndio variável do produtor, calculado a preços de fevereiro de 2005, foi de R\$ 23,20 por 50 kg para o Rio Grande do Sul e de R\$ 23,09 por 60 kg

para o Mato Grosso, enquanto que na safra que está para ser plantada este custo, a preços de janeiro de 2006, será de R\$ 19,94 e R\$ 19,74, resultando em redução de 14,05% e 14,51%, respectivamente. Os principais itens que têm afetado a queda de preços são aqueles que são ou têm insumos importados que foram influenciados pela queda do real em relação ao dólar. Outro fator que provocou a redução dos preços foi a demanda menor por insumos modernos, dada a descapitalização e baixa expectativa de preços por parte do produtor rural. É importante ressaltar que essa tendência já tinha sido observada quando da elaboração do Plano Safra passado, pois os custos entre os anos de 2004 e 2005 subiram apenas 4,69% no RS e 1,90% no Mato Grosso, enquanto que no período entre 2003 e 2004, houve a elevação de 19,83% e 20,14%, respectivamente.

b) Preços de mercado

Como já foi analisado anteriormente, o preço do arroz, após terem tido breves momentos de reajuste positivo, voltaram a cair em janeiro de 2006, com a proximidade da colheita da nova safra. A média anual, de janeiro a dezembro de 2005 foi de R\$ 20,88 por 50 kg no Rio Grande do Sul e de R\$ 19,56 por 60 kg no Mato Grosso. No ano passado os preços médios anuais foram de R\$ 31,51 por 50 kg, no RS, e de R\$ 32,26 por 60 kg, no MT, resultando em perda nominal de 34,78% e de 39,37%, respectivamente.

A média de janeiro de 2006 esses preços foram de R\$ 20,88 por 50 kg e de R\$ 21,11 por 60 kg, no RS e no MT, respectivamente. Em janeiro de 2005, por sua vez, os preços foram de R\$ 23,33 e R\$ 22,67, dando perda nominal de 10,50% e 6,88%.

c) Preço médio no atacado em São Paulo

No atacado em São Paulo, o preço médio do ano de 2005 foi de R\$ 29,33 por fardo de 30 kg, para o produto tipo 1 e de R\$ 26,49 por fardo de 30 kg para o arroz tipo 2. No exercício passado, esses preços foram de R\$ 41,89 e R\$ 38,13, significando que houve redução de 29,98% e 30,53%, respectivamente.

Os preços vigentes em janeiro demonstram que o arroz beneficiado tipo 1 foi cotado a R\$ 30,33 o fardo de 30 kg, no atacado em São Paulo, enquanto que o produto de tipo 2, foi comercializado a R\$ 27,89. Em janeiro de 2005, os preços desses produtos foram R\$ 33,78 e R\$ 31,45, respectivamente. Em termos percentuais, houve redução de 10,21% e 11,32%, respectivamente.

d) Preços de paridade de importação

Faz-se necessário esclarecer que, para a formulação desta proposta de Preços Mínimos, foi utilizada a cotação média do arroz beneficiado argentino e uruguaio, ao invés do produto tailandês, como era feito anteriormente. A justificativa para essa mudança incorre no fato de que, praticamente a totalidade das importações brasileiras, é feita de arroz do Mercosul.

Tomando por base a taxa de câmbio de R\$ 2,20, por dólar, e, partindo dos preços médios praticados na Argentina e no Uruguai em 2005, esse produto poderá ser colocado, no atacado em São Paulo, por R\$ 29,15 para o tipo 1, e, por R\$ 26,99 para o tipo 2. No mercado, levando-se em conta os preços médios, o produto foi

cotado a R\$ 29,33 e R\$ 26,49 o fardo de 30 kg, portanto, com preços bastante similares aos do mercado, sendo, desta feita, totalmente competitivo.

Fazendo a comparação com os preços ao produtor, percebe-se que é compatível, no Rio Grande do Sul, ao preço de R\$ 19,41 por 50 kg e por R\$ 18,24 por 60 kg para o Mato Grosso. Comparando os preços médios, percebe-se, ainda, que esses produtos foram cotados a R\$ 20,55 e R\$ 19,56, respectivamente, novamente com preços competitivos.

e) Propostas para o Plano Safra 2006/07

1) para o arroz longo fino

Nos últimos tempos os custos variáveis têm sido utilizados como um dos importantes parâmetros de fixação dos preços mínimos. No presente estudo, como já foi indicado no subitem 4. a), houve redução dos custos em todos os locais do levantamento, fato este que poderia levar a intenção de redução dos preços, consubstanciado em outro fato que é o mercado se encontrar com preços em queda.

Para a tomada de decisão quanto aos preços mínimos para a próxima safra, deverá ser levado em conta dois fatores básicos:

- 1) Nos últimos anos a regra de cobrir os custos de produção não foi observada, com os preços mínimos mantidos fixos, mesmo havendo aumentos significativos nos custos de produção, como por exemplo, safra 2003/04, para o custo de R\$ 22,16, os preços foram mantidos em R\$ 20,00 por 50 kg no Rio Grande do Sul e para o custo de R\$ 22,66, os preços foram mantidos em R\$ 20,70 por 60 kg no Mato Grosso; na safra 2004/05, para o custo de R\$ 23,20, os preços mínimos foram reajustados para R\$ 22,00 por 50 kg no Rio Grande do Sul e para o custo de R\$ 23,09 os preços mínimos foram mantidos em R\$ 20,70 por 60 kg no Mato Grosso;
- 2) Os motivos que levaram à redução dos custos de produção são conjunturais e nada garante que não poderão ser recompostos na próxima campanha agrícola, já que a taxa de câmbio encontra-se em queda sob influência de ações de investidores estrangeiros. Outro motivo da redução de preços foi a queda da demanda, motivada pela redução no uso de tecnologias, vez que os produtores encontram-se descapitalizados, e com baixa expectativa de preços remuneradores para a safra que estão colhendo, o poderá ser diferente para a próxima safra.

Desta feita, a proposta que se faz é que sejam mantidos os preços mínimos atuais para o arroz longo fino, onde na Região I (Regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste exceto Mato Grosso) sejam os preços mínimos básicos de R\$ 22,00 por 50 kg para o arroz longo fino tipo 1, com renda de 58% de inteiros e 10% de quebrados; e para a Região II (Região Norte e Mato Grosso) que os preços sejam mantidos em R\$ 20,70 por 60 kg, para o arroz longo fino tipo 2, com renda de 55% de inteiros e 13% de quebrados.

2) para o arroz longo

No passado foi utilizado como argumento para o aumento dos deságios entre as classes longo fino e longo, o interesse em melhorar a qualidade do arroz

brasileiro. A aplicação desta idéia levou a um distanciamento tão grande que, com pode ser visto no Quadro V, passou de 14,16%, na safra 1987/88, para 51,11%, no Acre, 48,07%, no Mato Grosso e 57,84%, no Rio Grande do Sul, na safra 2004/05. O produto longo fino é mais bonito aos olhos, tem maior apelo comercial e a dona de casa dá preferência ao mesmo.

Quadro V
ARROZ EM CASCA
Comparativo de preços mínimos, arroz longo e arroz longo fino, por 60 kg e em percentagem

SAFRAS	ACRE			MATO GROSSO			RIO GRANDE DO SUL		
	Longo	Longo fino	%	Longo	Longo fino	%	Longo	Longo fino	%
1981/82	1.678,80	2.011,20	83,47	1.678,80	2.011,20	83,47	1.678,80	2.011,20	83,47
1982/83	3.233,40	3.873,60	83,47	3.233,40	3.873,60	83,47	3.233,40	3.873,60	83,47
1983/84	11.220,00	13.440,00	83,48	11.220,00	13.440,00	83,48	11.220,00	13.440,00	83,48
1984/85	50.460,00	60.000,00	84,10	50.460,00	60.000,00	84,10	50.460,00	60.000,00	84,10
1985/86	133,80	156,00	85,77	133,80	156,00	85,77	133,80	156,00	85,77
1986/87	214,20	250,20	85,61	214,20	250,20	85,61	214,20	250,20	85,61
1987/88	1.247,40	1.453,20	85,84	1.247,40	1.453,20	85,84	1.247,40	1.453,20	85,84
1988/89	8,88	11,58	76,68	8,88	11,58	76,68	8,88	11,58	76,68
1989/90	396,60	517,20	76,68	396,60	517,20	76,68	396,60	517,20	76,68
1990/91	1.198,80	2.346,00	51,10	1.482,60	2.346,00	63,20	1.806,00	2.346,00	76,98
1991/92	18.736,80	27.955,20	67,02	20.562,00	27.955,20	73,55	20.562,00	27.955,20	73,55
1992/93	256.529,40	382.726,80	67,03	281.499,60	382.726,80	73,55	281.499,60	382.726,80	73,55
1993/94	11.456,40	17.092,50	67,03	12.131,70	17.139,60	70,78	12.571,80	17.092,50	73,55
1994/95	8,06	12,02	67,03	8,54	12,02	71,02	8,85	12,02	73,60
1995/96	8,06	12,02	67,03	8,54	12,02	71,02	8,85	12,02	73,60
1996/97	8,46	12,64	66,95	8,97	12,64	70,99	9,30	12,64	73,60
1997/98	8,46	12,64	66,95	8,97	12,64	70,99	9,30	12,64	73,60
1998/99	8,46	12,64	66,95	8,97	12,64	70,99	9,30	12,64	73,60
1999/00	8,46	12,64	66,95	8,97	12,64	70,99	9,30	13,10	70,97
2000/01	8,46	12,64	66,95	8,97	12,64	70,97	9,30	13,10	70,97
2001/02	7,23	12,64	57,22	7,68	12,64	60,76	7,95	13,10	60,67
2002/03	7,23	14,48	49,93	7,68	14,48	53,04	7,95	16,80	47,32
2003/04	10,12	20,70	48,89	10,75	20,70	51,93	11,13	24,00	46,38
2004/05	10,12	20,70	48,89	10,75	20,70	51,93	11,13	24,00	46,38
2005/06	10,12	20,70	48,89	10,75	20,70	51,93	11,13	26,40	42,16
2006/07(**)	13,17	20,70	63,62	13,98	20,70	67,54	17,16	26,40	65,00

Fonte: Conab

(*) Considerou-se o mês de maio de cada ano.

Obs: Da safra 81/82 a 84/85: Cr\$ - da 85/86 a 87/88: Cz\$ - 88/89:NCz\$ - da 89/90 a 92/93: Cr\$ - 93/94: CR\$

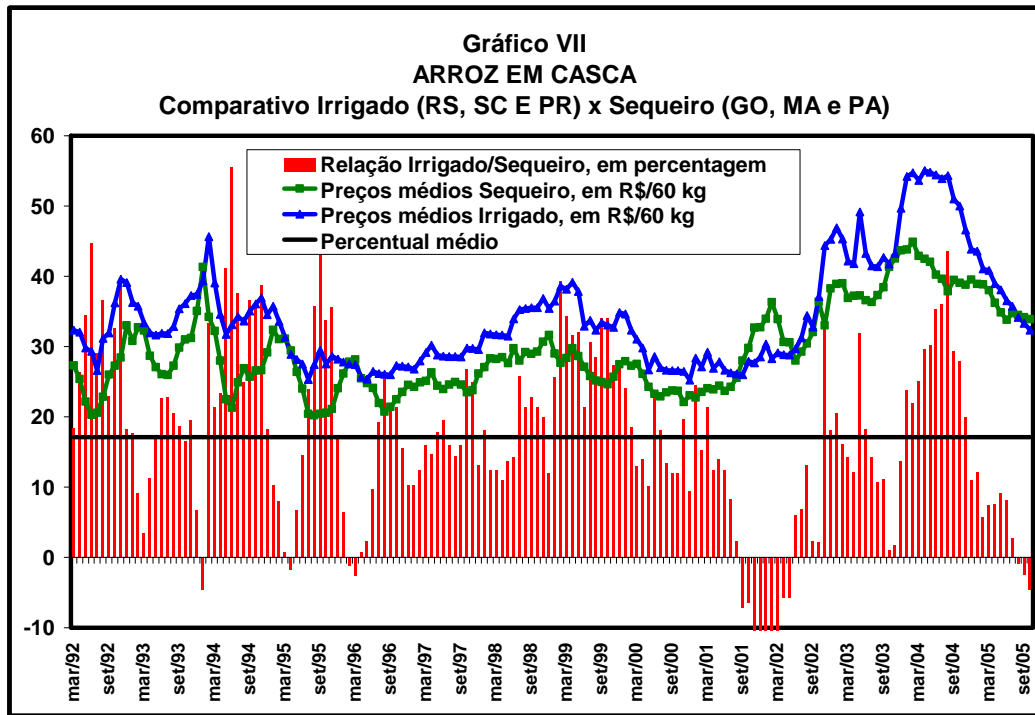
A partir da 1994/95: R\$

(**) Proposta: fazer com que o deságio médio seja 30% em relação ao longo fino

Entretanto, embora represente apenas cerca de 20% do total colhido, existem várias regiões do país que não têm, ainda, variedades de longo fino adaptado para o ecossistema local. Por outro lado, conforme mostra o Gráfico VII, comparando três estados produtores de arroz irrigado, com a maior produção de longo fino, e três estados com arroz de sequeiro, com boa participação de longo, nota-se que, na média do período de 03/1992 a 10/2005, a diferença foi de apenas 17.12%, portanto, não se justifica manter uma diferença tão grande. Desta maneira está sendo proposta a redução dos deságios, com a correção de 30% nos preços mínimos atuais para essas regiões, de modo que a diferença passaria a ser de 36,38% para o Acre, 32,46% para o Mato Grosso e 45,11% para o Rio Grande do Sul. Obviamente que são ágios ainda elevados, mas, já mais próximos do mercado.

3) Períodos de aplicação dos preços mínimos

Como forma de simplificar as operações e, tendo em vista que está ocorrendo uma certa equidade nas datas de produção, a proposta é para a modificação das datas de operações dos preços mínimos, como forma de que todas as regiões as aquisições com as regras fixadas no presente plano safra serão aplicadas no período compreendido entre os dias 1º/02/2007 a 31/01/2008.



**BORRACHA NATURAL
PPROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO
SAFRA 2006-2007**

Humberto Lobo Pennacchio¹

1 - Introdução

A *Hevea Brasiliensis*, planta originária da região Amazônica, encontrada naturalmente nas florestas dos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Pará e em áreas vizinhas do Peru e Bolívia, produz a borracha natural, que, dadas as suas características físico-químicas (elasticidade, resistência ao desgaste, impermeabilidade a líquidos e gases, isolante elétrico, plasticidade, etc.) a indústria química ainda não foi capaz de produzir um substituto apropriado. A borracha sintética, produto obtido a partir do petróleo, produzido em escala industrial pela indústria petroquímica e largamente utilizado, puro ou misturado, na produção de muitos artefatos, mas que não atende integralmente as necessidades de certas aplicações.

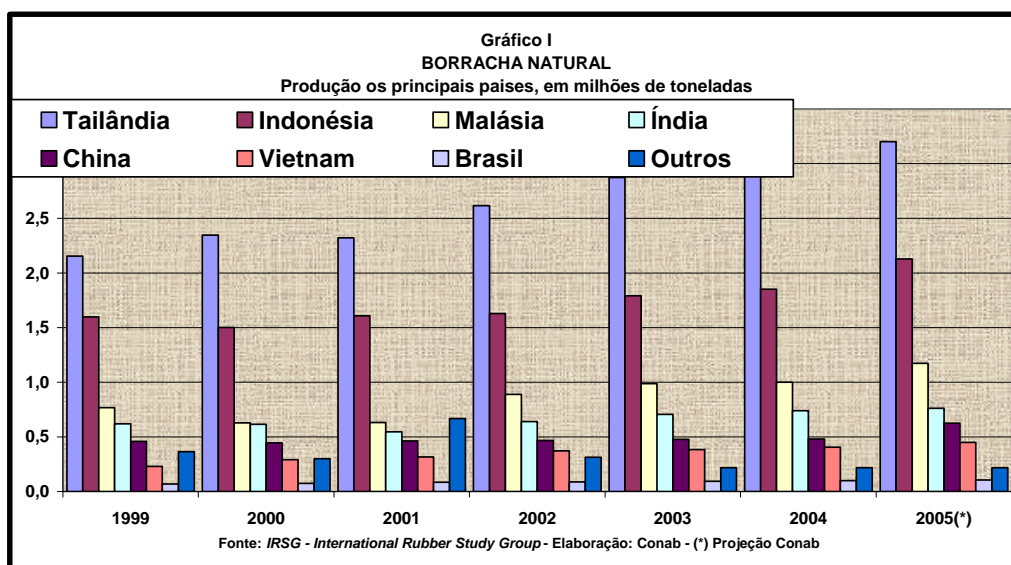
A borracha foi usada, primeiramente, como impermeabilizante de botas e mochilas do exército português, mas logo foram descobertos outros usos, elevando de forma substancial o interesse pelo produto. Em 1839, segundo Dean, já existia um comércio ativo do produto brasileiro com a Inglaterra. O interesse era tanto que foram feitos vários estudos botânicos por aquele país, culminando com *Henry Wickham* em 1876, levando cerca de 70 mil sementes de seringueira para a Inglaterra. As cerca de 2.700 mudas obtidas foram plantadas, em caráter experimental, no Ceilão, atual Sri-Lanka, na colônia inglesa do sudeste asiático onde, tendo encontrado condições ideais, desenvolveu-se de tal forma que transformou a região na maior produtora e exportadora de borracha do mundo. Além de desbancar o Brasil como maior produtor, passou a dificultar seriamente a capacidade competitiva da borracha brasileira, em razão da diferença do sistema de exploração. No Brasil prevalecia o extrativismo no meio de uma floresta inóspita, enquanto que lá eram extraídas de áreas racionalmente cultivadas.

A cadeia produtiva da borracha natural no Brasil possui três segmentos distintos: a atividade rural, subdividida em atividade extrativista e de cultivo (heveicultura), as indústrias de beneficiamento e a indústria consumidora final. O extrativismo é praticado na Região Norte, local de origem da planta, enquanto que a heveicultura está localizada nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Paraná, Rondônia e São Paulo. As indústrias de beneficiamento estão localizadas em dez estados e as indústrias de consumo final estão distribuídas em dezesseis estados.

Desde a década de 70, foram implementados vários programas de apoio à produção de borracha com recursos subsidiados pelo Tesouro Nacional. Em 2004, o Governo Federal, objetivando fomentar a cadeia produtiva propôs, através da Conab, a inclusão da borracha na Política de Garantia de Preços Mínimos, nas modalidades de EGF, sem opção de venda, para financiar a estocagem das indústrias e AGF para compra direta da produção amazônica. Nas avaliações que se

¹ Analista de Mercado Borracha Natural.

seguiram foi aprovado apenas o EGF, estendido a todo o País. O presente trabalho é o estudo para a proposição da Política para a safra 2006/07, compreendendo o período de fevereiro de 2006 a janeiro de 2007.



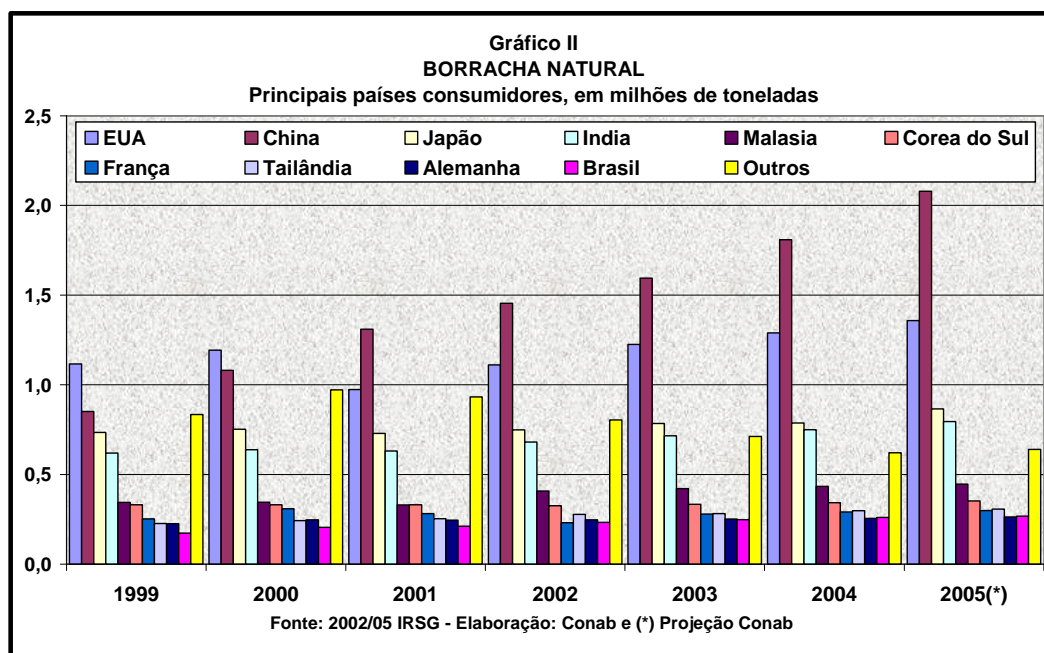
2 – Panorama internacional

A produção mundial de borracha até o terceiro trimestre de 2005, como mostrada no Gráfico I, calculada pelo *International Rubber Study Group* (IRSG) situou-se em 6,4 milhões de toneladas, com perspectivas que no balanço final alcance algo em torno de 9,0 milhões de toneladas, sendo que o principal produtor continua a ser a Tailândia, com 3,02 milhões de toneladas, em seguida vem a Indonésia com 2,13 milhão de toneladas, e após a Malásia com 1,1 milhão.

É importante observar que mais de noventa por cento de toda produção mundial está concentrada nos países da Ásia (Tailândia, Indonésia, Malásia, Índia, China, Vietnã e outros de menor expressão), não existindo a possibilidade de se reverter este quadro no médio prazo. Dois fatores foram decisivos para que isto acontecesse: os investimentos feitos, especialmente pela Inglaterra, na adaptação da *Hevea Brasiliensis* ao clima da região e os investimentos econômicos na exploração do látex. Atualmente já aparecem alguns focos importantes de produção nos países africanos banhados pelo Oceano Atlântico, tais como Libéria, Camarões e Nigéria. Em 2005, o Brasil alcançou 9ª posição como produtor mundial, contribuindo com apenas 106,4 mil toneladas, ou seja, 1,20% da previsão de produção total mundial.

O consumo de 2005, até o terceiro trimestre foi calculado em 6,5 milhões de toneladas, sendo que os principais usuários são mostrados no Gráfico II. O uso desta matéria-prima segue crescendo a taxas importantes tendo a China passado de 852,0 mil toneladas no ano de 1999 para 1.808,3 mil toneladas em 2004, com incremento de 112,24% no período. Este aumento no consumo chinês se deve ao vigoroso desempenho de sua economia. Em 2005, o PIB do país experimentou um crescimento de 9,9%, com destaque para indústria automotiva e o conseqüente aumento do consumo de borracha para fabricação de pneus.

Os Estados Unidos, que era o maior consumidor, posição perdida para a China a partir de 2001, vem mantendo a demanda em torno de 1,2 milhão de toneladas por ano, pois sua indústria atende a mercados estabilizados com pouca variação no consumo de matéria-prima. Em geral, China, Estados Unidos, Japão e Índia, nos demais países consumidores a demanda tem crescido a taxas pequenas, sendo que nesta projeção foi estimado o incremento médio do consumo de 4,5%. É importante observar que de forma geral os principais produtores não são consumidores importantes, de modo que existe um importante comércio internacional desta matéria-prima.



Na relação oferta *versus* demanda é necessário analisar os dados da Índia, já que produziu, em 2005, o total de 774,0 mil toneladas e consumiu 795,0 mil toneladas, gerando, assim um déficit de 21,0 mil toneladas. Praticamente todos os produtos feitos da borracha admitem em sua composição, a mistura com produto autêntico, muito mais barato. Enquanto, na média mundial, são utilizados entre 30 e 40% de borracha natural em relação ao total, na Índia utiliza-se 70%. Se os processos industriais daquele país forem modificados, deixará de ter déficit, ou seja, não mais importará e ainda disponibilizará para o mercado externo algo próximo a 100,0 mil toneladas.

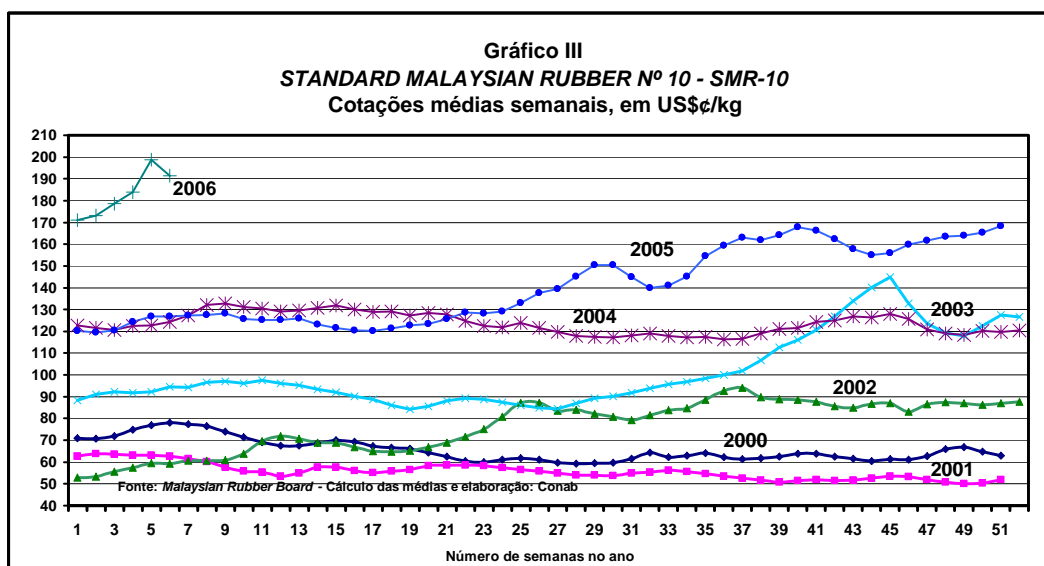
Cerca de 70% de toda borracha natural consumida no mundo é destinada a produção de pneus. A maioria das empresas pneumáticas é constituída por grandes conglomerados econômicos que têm poder de pressão na formulação dos preços de compra da matéria-prima. Por outro lado, os países produtores dependem da comercialização de látex, pois são economias subdesenvolvidas ou em desenvolvimento e qualquer fonte de renda é muito importante para ser desprezada. Este fato faz com que os preços, na maioria dos casos, fiquem ao sabor das políticas dos compradores e não dos vendedores, resultando, quase sempre, no aviltamento dos preços.

Na tentativa de superar essa situação, foi formado, em dezembro de 2001 o *International Tripartite Rubber Cooperation (ITRC)* com a finalidade de

reduzir a produção. Em 06/10/2003 foi assinado o *International Rubber Consortium Limited (IRCo)* com a finalidade de controlar os estoques, o comércio e os preços da borracha.

Conforme pode ser visto no Gráfico III, a medida foi acertada, pois a partir de então os preços iniciaram um importante processo de reação, tendo atingido a melhor cotação na semana de 17 a 21/06/2002, com a média de US\$¢ 87,16/kg. No final do ano a borracha estava cotada em US\$¢ 87,75/kg na *Malaysian Rubber Board*. A cotação média da primeira semana de 2003 foi de US\$¢ 88,39/kg, chegando a US\$¢ 94,72/kg na semana de 17 a 21/03/2003 e atingindo seu maior valor durante o ano, US\$¢ 144,96/kg, na primeira semana de novembro.

Em 2004 os preços se mantiveram estabilizados na média dos US\$¢ 125,00 por quilo. O ano de 2005 apresentou desempenho favorável para os produtores, pois os preços apresentaram uma elevação de 35,77%, considerando janeiro a dezembro, iniciando em US\$¢ 121,43 e atingindo no final US\$¢ 164,86. Vários fatores contribuíram para essa elevação, dentre eles a forte demanda por parte dos principais países consumidores, China, Estados Unidos, Índia. Os significativos aumentos verificados na cotação do petróleo funcionaram como elemento de pressão no incremento dos preços da borracha. A escalada de alta, dos preços, continuou no início de 2006, agravada com a situação climática nos principais países produtores Tailândia e Malásia, atingidos por fortes e longas chuvas, dificultando a colheita do produto e uma conseqüente retração da oferta o que levou cotações a atingirem a incrível marca de US\$¢ 200,30 na segunda semana de fevereiro/2006.



3 - Panorama nacional

Da segunda metade do século XIX até a segunda década do século XX, a borracha natural proporcionou e sustentou um dos mais importantes ciclos de desenvolvimento do Brasil, o Ciclo da Borracha. Nesse período grandes empresas e bancos instalaram-se em Manaus e Belém para operar com a cadeia produtiva. A produção amazônica cresceu anos seguidos, em 1912 o Brasil exportou 42.286 toneladas de borracha seca, ao preço de 380 libras esterlinas por tonelada (o maior preço foi obtido em 1910 com 655 libras esterlinas por tonelada quando foram exportadas 38.547 toneladas).

Os dirigentes brasileiros demoram muito na tomada de decisão, que visa ampliar a capacidade de produção do Brasil e, em muitos casos, de forma equivocada. A primeira iniciativa foi do americano *Henry Ford* que, preocupado com o abastecimento desta importante matéria utilizada como material componente na fabricação de seus carros, adquiriu uma fazenda no Estado do Pará, no final dos anos 20, do século passado, onde plantou 70 milhões de mudas com a finalidade de produzir 300 mil toneladas anuais de borracha natural, algo equivalente à metade do consumo mundial da época. Entretanto, por problemas fitossanitários, o projeto não logrou êxito e mais tarde foi abandonado, amargando pesados prejuízos.

Os japoneses, ao tomarem a Malásia, interromperam o fornecimento de 95% da borracha natural exportada e trouxeram grandes dificuldades para os países aliados. Os EUA, principal afetado, adotou várias medidas, algumas internas como: a redução da velocidade dos carros para apenas 35 milhas por hora, assim, reduzindo o desgaste de pneus, a reciclagem de toda borracha existente, a convocação de todas as indústrias químicas e profissionais da área para buscarem um substituto para o produto natural.

O Brasil, que ainda possuía suas árvores, mas com seu sistema produtivo desarticulado, foi chamado a colaborar com o esforço de guerra. Assim, em março de 1942 foi assinado o “Acordo de *Washington*” que tinha como objetivo básico estimular ao máximo a produção da borracha amazônica, visando aumentar o excedente exportável para os EUA. É desta época o grande incentivo para que brasileiros de outras regiões fossem para a Amazônia, surgindo daí, o termo “soldado da borracha”. Inicia-se o período em que o setor passa a ser controlado pelo Governo, por meio da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S.A. bem como é criada a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA), com o fito de assegurar o suprimento regular de gêneros aos seringais.

Com a chegada das indústrias automobilísticas, no Governo JK, teve início o período de escassez do produto, pois a produção era menor que o consumo, e em 1951 o Brasil é obrigado a importar 400 toneladas de borracha, ao preço de US\$ 1.250,00/tonelada, para atender a indústria local. A partir de então foram feitas várias tentativas no sentido de aumentar a produção brasileira. A mais importante foi o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal (Probor) que, em suas três versões contratou a plantação de 208.315 hectares, porém somente foram cultivados 32.811 hectares. Por terem sido concentrados os investimentos na região amazônica os resultados obtidos foram muito aquém das expectativas, pelos mais diversos motivos, desde dificuldades próprias da região, como ataque de pragas e doenças, até o mau uso dos recursos públicos.

Por puro acaso, em 1915, foram plantadas algumas mudas na fazenda do Cel. José Procópio de Araújo Ferraz, no Estado de São Paulo, que se desenvolveram muito bem. Assim, a despeito da reação contrária dos representantes do extrativismo brasileiro, foram repassadas sementes para o Instituto Agrônomo de Campinas que efetuou o plantio e fez o acompanhamento das lavouras, as plantas atingiram a idade adulta por volta de 1950. Em 1956, ao assumir o governo de São Paulo, Jânio Quadros deu maior atenção à seringueira, tendo sido criado o Serviço de Expansão da Seringueira (SES) e o Fundo de Fomento à Cultura da Seringueira, de modo que em 1957, já havia cerca de 40 viveiros de produção de mudas no Estado.

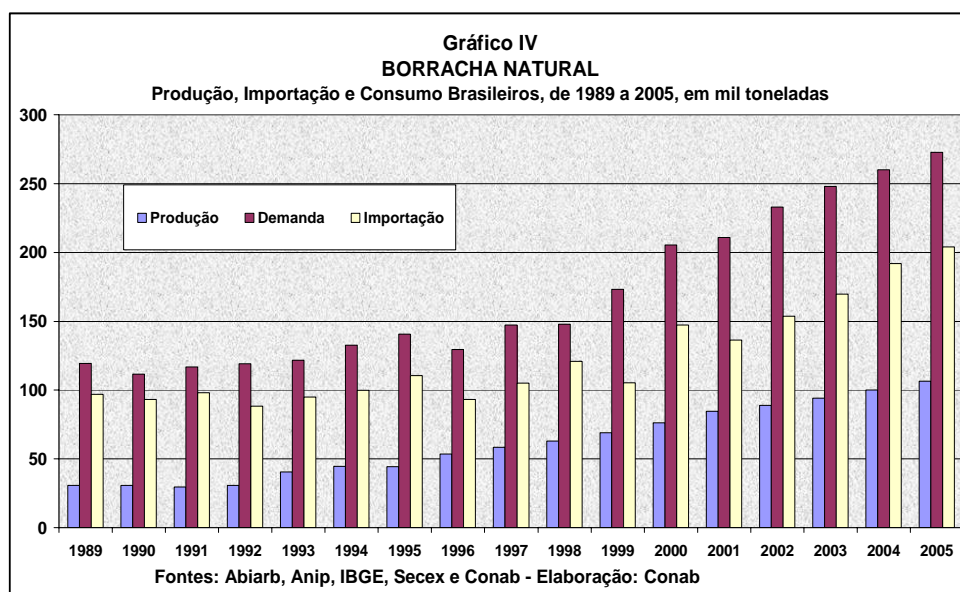
Torna-se oportuno ressaltar que, os altos e baixos das políticas do setor acabaram produzindo resultados positivos. Em 1990 o Brasil produziu 24.284

toneladas de látex coagulado, com 60% de DRC, em uma superfície de área cultivada de 63.641 hectares. O que se verificou nos anos seguintes foi uma significativa expansão da cultura no País, em 2003, a produção brasileira totalizou 156.318 toneladas, em uma área cultivada de 108.965 hectares. Na década, o crescimento da produção foi da ordem de 543,71%, e da área, apenas 71,22%. Tal fato ocorreu graças à mudança do sistema de produção da borracha no Brasil, que se concentrou na heveicultura nas chamadas zonas de escape, ou seja, regiões aptas para o plantio da *hevea*, mas não suscetíveis ao mal das folhas, e, ainda, pelo uso de clones mais produtivos e resistentes, muitas vezes importados do Sudeste Asiático.

As duas situações mostram importantes mudanças, a saber: em 1990 a Região Norte participava com 9,25% do látex produzido em 4,67% da área e o Estado de São Paulo participava com 31,66% da produção, em apenas 5,84% da área toda, com clones resistentes e produtivos. Os dados do ano de 2004 demonstram que a Região Norte detinha apenas 2,63% da produção e 4,90% da área, enquanto que São Paulo produziu 54,0% do látex com 33,04%, da área plantada.

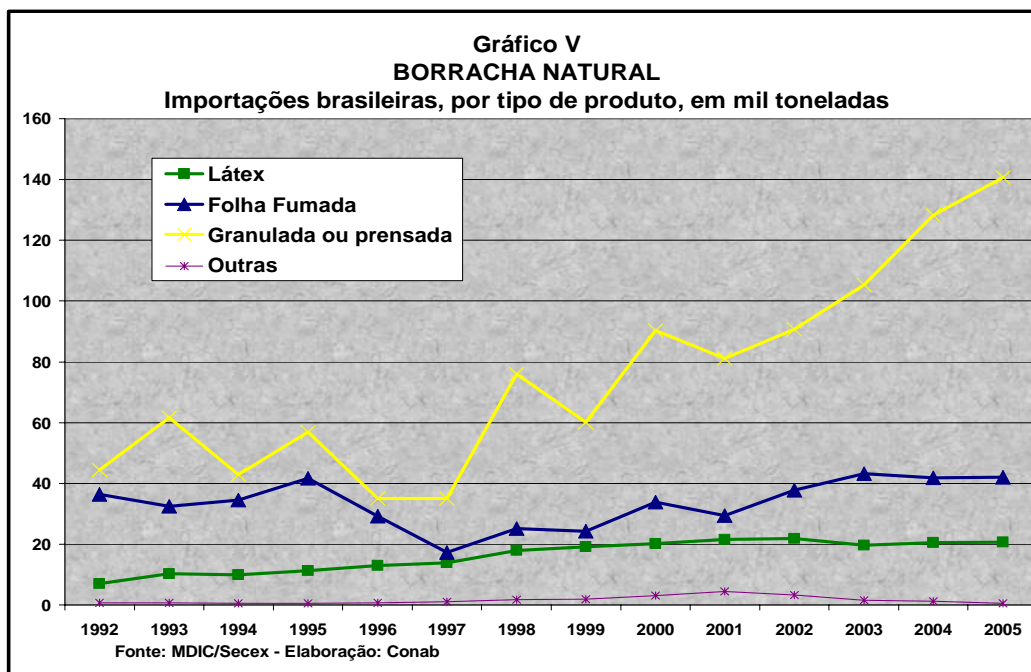
Ressalta-se, ainda, que dentro do espírito de plantar a seringueira nos locais onde correm menores riscos de ataques de pragas e doenças, destacam-se os Estados de Mato Grosso com a produção, segundo dados do IBGE de 2004, de 18,50% do total do Brasil, a Bahia com 12,62%, e o Espírito Santo com 4,87%.

O Gráfico IV indica que o Brasil é importador tradicional de borracha, fato este que vem acontecendo desde de 1951. Na última década (1995 a 2005), a produção nacional saltou de 44.297, para 106.400 toneladas, um acréscimo de 140,20%, enquanto o consumo interno obteve um crescimento de 100,53%, saindo das 154.755 para 310.327 toneladas, já as importações do produto tiveram um crescimento menor no período, 84,6%, saltando de 110.457 para 203.927 toneladas.



Apesar de o País importar 2/3 da borracha necessária ao consumo interno, nota-se que o incremento da produção nacional na última década foi superior ao crescimento tanto do consumo quanto das exportações. Tal movimento pode ser verificado quando subdividimos os diferentes tipos de borracha que foram

importadas, no período de 1990 a 2005, Gráfico V com a predominância pelas compras da matéria-prima prensada ou granulada, utilizada pela indústria de pneumáticos. Até 1998, tendo em vista uma certa estabilidade no consumo e na produção interna, as importações também eram mantidas com relativa constância. A partir de então, o consumo começa a crescer de forma acentuada, levado pelo aumento da produção interna, mas abaixo das necessidades do setor industrial, de modo que as importações são, ainda, importantes para abastecer as indústrias.

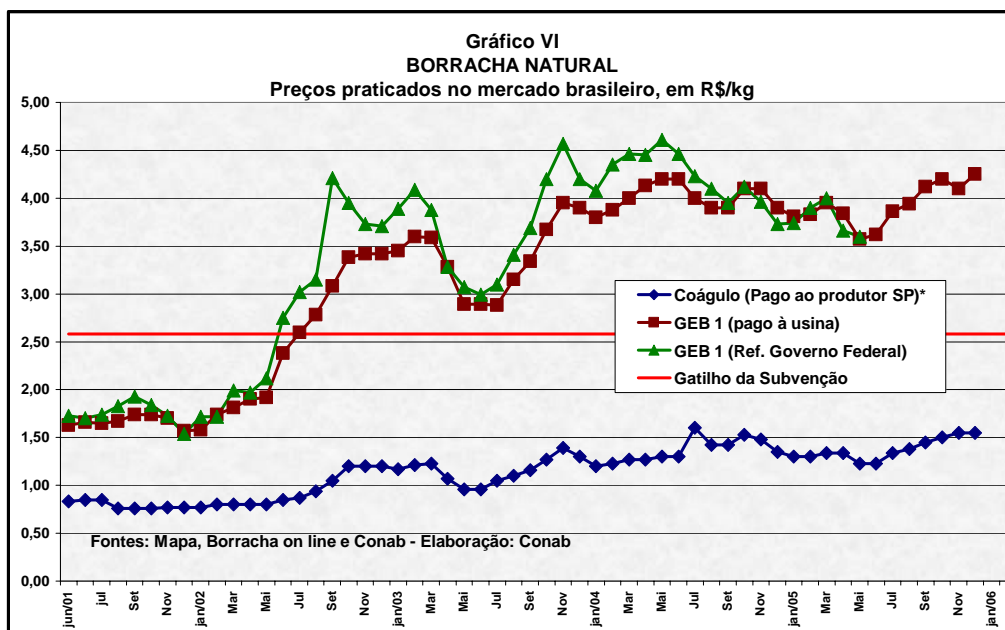


Conforme ilustrado no Gráfico III, os preços internacionais, em razão das crises asiáticas e do excesso de produção, estiveram em patamares muito baixos (a média de 1997 foi de US\$ 46,16/kg e de 1998 foi de US\$ 30,84/kg), tornando a produção interna gravosa. Isto levou a redução da produção interna com os produtores (heveicultores e extrativistas) não fazendo o “corte” das árvores, reduzindo, por consequência, os investimentos da indústria consumidora no aumento de seu parque produtivo.

Para minimizar este problema foi editada a Lei nº 9.479, em 12/08/1997, onde o Governo Federal comprometeu-se a dar uma subvenção máxima de R\$ 0,90 por quilo de borracha beneficiada do padrão Granulado Escuro Brasileiro, tipo 1 (GEB-1), adquirida pela indústria, sendo que para os demais produtos procedia-se o cálculo do valor com base nas suas especificações e seguindo o padrão fixado na Portaria MF nº 187, de 29/06/1995. A subvenção era paga em 100%, nos primeiros quatro anos, e reduzida em 20% a cada ano até o seu oitavo ano de execução.

O Gráfico VI mostra os efeitos da aplicação da subvenção durante a vigência do programa. Em julho de 2001 o produtor recebia pela borracha R\$ 0,85/kg, enquanto que as usinas comercializavam o GEB-1 por R\$ 1,66/kg e o Preço de Referência do Governo Federal foi calculado em R\$ 1,70. Nesta ocasião e até o mês de julho de 2002, os preços de Referência estavam abaixo do valor fixado de R\$ 2,58/kg, dando condições para o pagamento da subvenção econômica. Ao ter atingido o valor de R\$ 2,75/kg do GEB-1, cessou as condições para o pagamento da

subvenção, fato este que predomina até o momento atual, de modo que o pagamento da subvenção está parado desde então.



No que diz respeito aos preços recebidos pelos produtores observa-se que ao se tomar por base as cotações praticadas em São Paulo, segundo dados da Faesp, em setembro de 2001 o produto estava cotado em R\$ 0,76/kg já inclusa a subvenção econômica. Com a elevação das cotações internacionais, cujos reflexos se fizeram sentir nos preços do GEB-1, os beneficiadores passaram a remunerar melhor a matéria-prima e o coágulo virgem com 53% de DRC que passou a ser comercializado em abril de 2003, a R\$ 1,23/kg. Entretanto, esses preços não tiveram muita sustentação e, em julho de 2003, com o avanço da coleta de látex, já estava sendo cotado por R\$1,10 por quilo, mas na sequência apresentou franca recuperação passando para R\$ 1,27/kg em novembro de 2003 e R\$ 1,55 no mês de janeiro 2006.

Em vista dos fundamentos apontados, tudo indica que as cotações do SMR-10 na MRB continuaram com os movimentos típicos de uma *commodity*, com elevações e retrações, mas certamente ficaram em patamares superiores àqueles verificados anteriormente à criação do acordo, especialmente depois de ter sido fixado o preço mínimo de venda. Desta forma e sob o ponto de vista técnico, cessa a possibilidade de o Governo Federal voltar a pagar subvenção econômica para o produto. Considerando as condições atuais, o mercado está remunerando bem a produção do heveicultor.

4 - Propostas de políticas para o setor

Com o fim da aplicação da Lei nº 9.479/1997 e, considerando a importância que o setor tem assumido nos últimos anos, enquanto gerador de empregos e renda em toda a cadeia agroindustrial, e a sua capacidade de gerar divisas, pois o Brasil é hoje um importante exportador de pneus e artefatos, quer na forma de componentes avulsos, quer como componentes embarcados, é fundamental que se estruture políticas públicas de apoio à produção. É evidente que o mercado, o principal e mais importante indutor da atividade econômica, está

fazendo a sua parte. Os preços internacionais estão dando sustentação para o investimento interno e o mercado está absorvendo a produção brasileira com preços remuneradores.

Como o Brasil dispõe de dois tipos de exploração da seringueira bem distintos, as políticas públicas também têm que ser específicas. Uma destinada à exploração extrativista, neste caso haveria necessidade de aprovação do AGF para aquisição de borracha natural originária da Região Amazônica. Quanto a heveicultura o instrumento a ser utilizado continua sendo o EGF.

A presente proposta buscará, apenas, atualizar os valores do EGF sem opção de venda e será baseada nos seguintes parâmetros:

- a) Custo de produção: tomou-se por base a metodologia desenvolvida pelo Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, considerando os Custos Operacionais Efetivos (COE) para o período de produção plena da heveicultura (do 10º ao 30º ano de exploração) e aplicou-se os custos levantados junto ao setor. O resultado indica que no ano de 2005 o custo foi estimado em R\$ 1,18 por quilograma de cernambi virgem com 53% de DRC e que em 2006, as projeções indicam que esse custo ficará em R\$ 1,35.
- b) Preços de mercado: foram utilizadas as informações divulgadas pelo Projeto Borracha Natural, constando que a média dos preços praticados em São Paulo durante o ano de 2005 foi de R\$ 1,36/kg e que o preço médio de fevereiro de 2006 foi de R\$ 1,59/kg, para a borracha com 53% de DRC.
- c) Preços de paridade: tomando-se os preços médios praticados na *MRB*, em fevereiro de 2006, e os custos médios de importação, a *SMR-10* o produto chega no pátio da indústria em Campinas (SP) a um custo de R\$ 4,34 por quilograma considerando cambio projetado em R\$ 2,20 por US\$. Ao produtor no interior o preço seria de R\$ 1,40 por quilograma de coágulo virgem com 53% de DRC.

Assim, com base nos dados demonstrados, buscando apresentar uma proposição que dê condições para o setor obter recursos a juros controlados em volume que possa fazer frente a sua necessidade de capital de giro e, ao mesmo tempo, não trazer qualquer dificuldade para o setor bancário em operar esta linha de crédito, está sendo proposto o preço de referência para o cernambi virgem com 53% de DRC em R\$ 1,14 por quilograma (ou seja, incremento de 14% que corresponde à variação do custo de produção de 2006 em relação a 2005) e de R\$ 4,34 por quilograma para o GEB-1. Ressalte-se que em razão da necessidade de estocar o produto sob penhor durante o financiamento, o EGF/COV só poderá ser feito com os produtos beneficiados. Para os demais produtos os preços estão indicados na Tabela 1:

Tabela I
Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM
Proposta de preços mínimos para a Borracha Natural
Tabela de Preços Mínimo, por produto, safra 2006/07

Produtos	Sigla	Preço Mínimo (R\$/kg)
Produtos industrializados		
Granulado Escuro Brasileiro 1	GEB-1	4,34
Granulado Escuro Brasileiro 2	GEB-2	4,25
Granulado Escuro Brasileiro 3	GEB-3	4,16
Crepe Escuro Brasileiro 1	CEB-1	4,34
Crepe Escuro Brasileiro 2	CEB-2	4,25
Crepe Escuro Brasileiro 3	CEB-3	4,16
Granulado Claro Brasileiro	GCB	4,97
Folha de Defumação Líquida	FDL	4,52
Folha Fumada Brasileira 1	FFB-1	4,52
Folha Fumada Brasileira 2	FFB-2	4,34
Folha Fumada Brasileira 3	FFB-3	4,25
Folha Fumada Brasileira 4	FFB-4	4,16
Folha Clara Brasileira 1	FCB-1	4,70
Folha Clara Brasileira 2	FCB-2	4,61
Crepe Claro Brasileiro 1	CCB-1	4,97
Crepe Claro Brasileiro 2	CCB-2	4,88
Latex Natural Centrifugado a 60%		3,26
Borracha de campo		
Placa Bruta Defumada	PBD	2,41
Borracha em Bola ou Pela	BB	2,03
Cernambi Virgem Prensada 72% de DRC	CVP	1,83
Cernambi a Granel	CG	1,54
Cernambi Rama	CR	1,16
Látex de Campo 31% de DRC	LC	1,06
Cernambi 53% de DRC (*)	CV	1,35

(*) Preço base. Para calcular o preço dos demais teores de unidade, dividir o preço de R\$ 1,00 por 53 e multiplicar pelo teor de unidade em questão.

CAFÉ

PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO

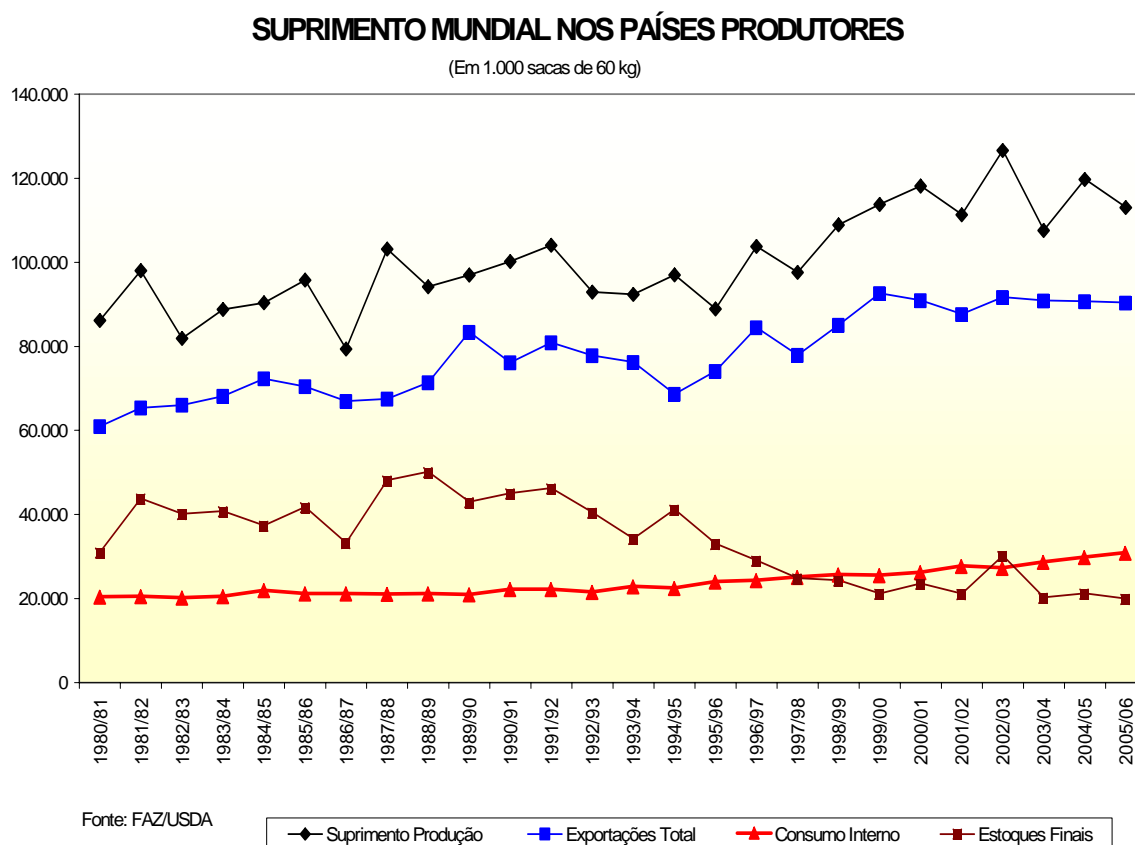
SAFRA 2006/2007

Jorge D. Queiroz

PANORAMA MUNDIAL

Nos últimos anos, não houve nenhum panorama mundial que proporcionasse tantas perspectivas francamente favoráveis com relação a preços aos países produtores de café, como este ano de 2006. E com um detalhe: com uma expectativa de que esse clima favorável se estenderá para pelo menos o próximo exercício – 2007.

Gráfico 1



Segundo a Organização Internacional do Café - OIC, a produção mundial no ano de 2005 alcançou o patamar de 108.398.000 sacas (de acordo com o USDA a produção mundial totalizou aproximadamente 113.091.000 milhões de sacas observar Gráfico I), enquanto que a demanda registrada no mesmo período, superou este número em 9.093.000 sacas, atingindo 117.491.000 sacas. Ou seja, ocorreu uma diferença entre a demanda e a oferta da ordem de 7,74%.

O número referente à demanda mundial acabou, inclusive, suplantando as expectativas do próprio mercado em 2,17%, uma vez que o mundo cafeeiro estava projetando algo em torno de 115,0 milhões de sacas.

A realidade atual do mercado de café é de uma oferta muito apertada do produto.

Numa estimativa conservadora, a demanda mundial para o ano de 2006 deverá atingir algo próximo de 120,0 milhões de sacas de 60 kg, enquanto que existe uma previsão de produção para o mesmo período, da ordem de 122,0 milhões de sacas, segundo a OIC, ou seja, um incremento de 12% em relação ao ano anterior.

Como já comentamos, a oferta está realmente muito restrita, e este fato acabou influenciando diretamente os níveis dos estoques mundiais. Para a manutenção do consumo mundial no atual patamar, os países importadores estão tendo que lançar mão dos seus estoques; e estes, já apontam para um número abaixo dos 20,0 milhões de sacas de 60 kg - e com tendência de queda -, um dos menores dos últimos 25 anos.

Para se ter uma idéia do quão reduzido está o atual nível desse estoque mundial de café – países consumidores -, cabe salientar que o mundo está consumindo em média cerca de 9,5 milhões de sacas de café/mês. O prudente seria manter um estoque mínimo que fosse suficiente para atender pelo menos à demanda de três meses de consumo, o que indicaria para algo próximo de 30,0 milhões de sacas, número bem acima do que está registrado nos dias de hoje – em torno de 20,0 milhões de sacas (vide quadro 1 e gráfico 2).

Quadro 1

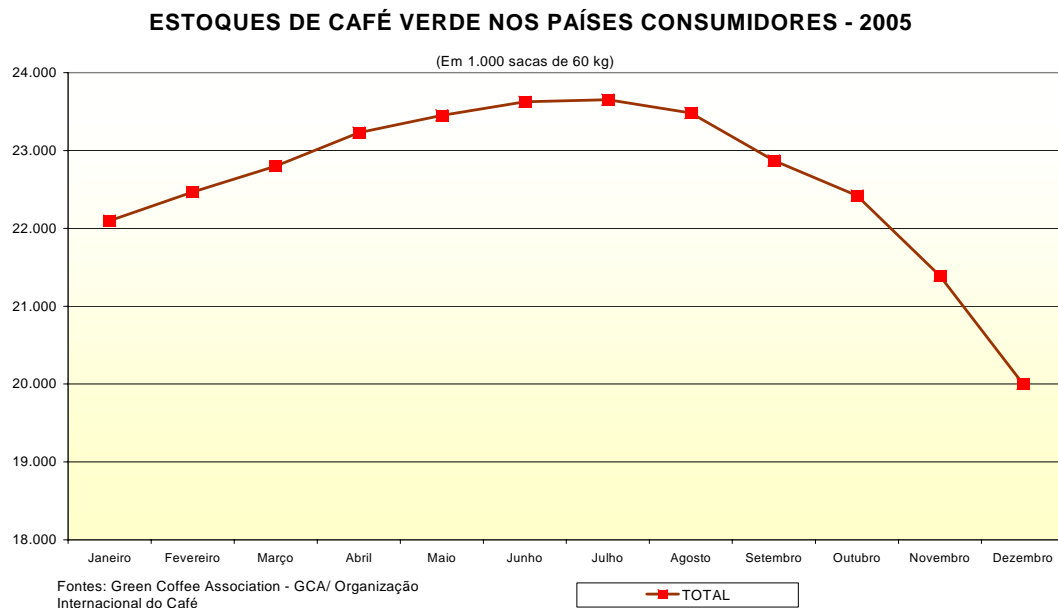
ESTOQUES DE CAFÉ VERDE NOS PAÍSES CONSUMIDORES - 2005

(Em 1.000 sacas de 60 kg)

2005	TOTAL
Janeiro	22.099
Fevereiro	22.466
Março	22.799
Abril	23.230
Maio	23.451
Junho	23.627
Julho	23.655
Agosto	23.482
Setembro	22.872
Outubro	22.421
Novembro	21.390
Dezembro	20.000

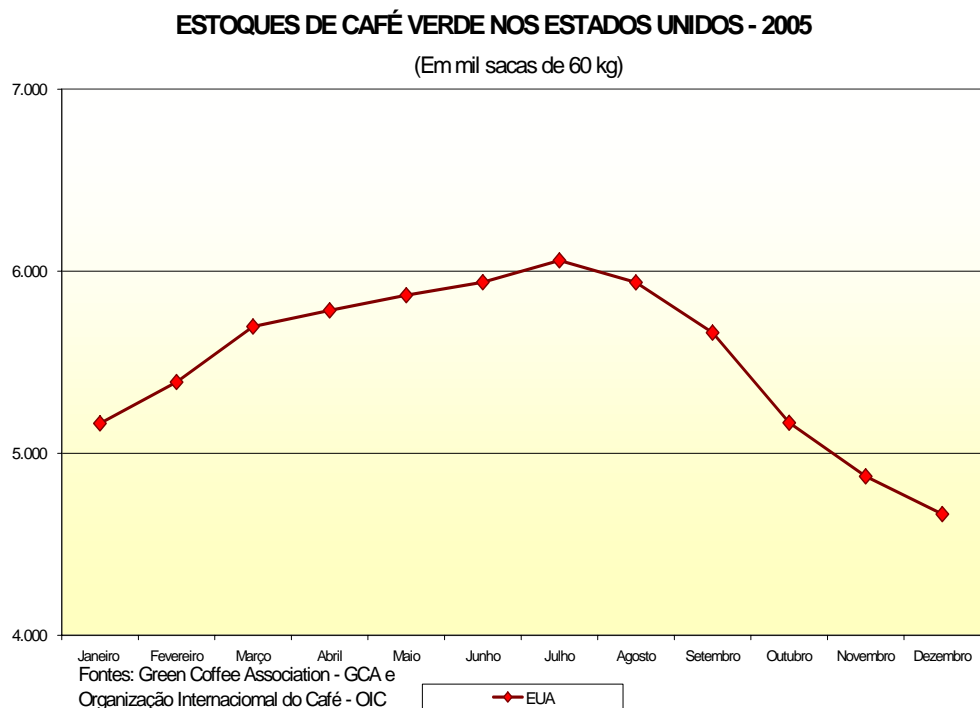
Fontes: Green Coffee Association - GCA / OIC

Gráfico 2



Num recente levantamento realizado pelo Green Coffee Association e pela Organização Internacional do Café – OIC, identificou-se que os estoques nos Estados Unidos, segundo maior importador de café do Brasil, apresentaram um saldo no final do mês de dezembro de 2005, de 4.666.000 sacas de 60 kg (vide gráfico 3), o que representou uma redução aproximada de 1.000.000 de sacas em relação ao mês de setembro do mesmo ano, o equivalente a uma queda de 17,6% em apenas três meses.

Gráfico 3



Reduções semelhantes estão sendo registradas nas principais praças importadoras do produto.

Ressalte-se que o café é uma cultura que não pode ser colhida no mesmo ano em que é plantado. Os frutos relativos às plantações que forem feitas neste ano de 2006, só poderão ser colhidos a partir de 2009. As áreas plantadas nestes últimos anos, não são nada significativas. Algumas foram feitas simplesmente para substituir espécies menos produtivas. Portanto, efetivamente, não há nada que se possa fazer de concreto e de imediato, para amenizar o efeito da atual escassez do produto.

O Brasil que tem um peso bem representativo no que tange ao abastecimento mundial, teve uma produção reduzida na última safra, a de 2005/2006 – de 32,9 milhões de sacas. Tal redução teve como fundamento a ocorrência da bi-anualidade negativa, período em que as plantas acabam sofrendo um estresse fisiológico que redundando numa baixa produção. Para o ano de 2006, alguns setores do segmento cafeeiro chegaram a prever uma safra de até 50,0 milhões de sacas. Em contrapartida, a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, na sua primeira estimativa para a safra 2006/2007, a qual foi divulgada na primeira quinzena de dezembro/05, sinalizou para um número que deverá ficar próximo dos 42,0 milhões de sacas. Esta quantia seria suficiente apenas para atender aos compromissos nacionais, no que se refere ao consumo interno e às exportações, isso, levando-se em consideração os números apresentados no ano passado, em 2005. Ressalta-se, entretanto, que as projeções de consumo interno e mundial são cada vez mais crescentes. No Brasil o crescimento do consumo deverá ficar bem acima dos 3,27%% - média registrada nos últimos 5 anos. A ABIC tem uma previsão de crescimento para o ano de 2006, entre 5,5% e 6%, o que representa um incremento de quase 1,0 milhão de sacas a mais do que foi consumido em 2005. Para o mundo, fala-se num crescimento entre 1,7% e 2%.

Para complicar ainda mais este quadro atual de oferta apertada, a EMATER/MG, entidade vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, informou no início da segunda quinzena de fevereiro de 2006, que devido à ocorrência de uma estiagem nos últimos dois meses em algumas das principais regiões produtoras do Estado, poderá ocorrer uma redução da safra mineira da ordem de 15%. Ressalte-se que Minas Gerais responde por 50% de toda a produção Brasileira, ou ainda, quase 20% da produção mundial. A previsão inicial feita pela CONAB para Minas Gerais antes da ocorrência deste veranico, era de uma colheita entre 19,4 milhões e 22,1 milhões de sacas. Comentaremos esse assunto com mais detalhes quando abordarmos sobre o Panorama Nacional.

Um outro fator que deverá influenciar para que haja um incremento no consumo mundial do produto, é o atual excesso de liquidez existente no mundo. Existe uma abundância de dinheiro no mercado mundial – cerca de US\$ 10,0 trilhões -, que andam a caça de melhores oportunidades de investimentos. E as previsões continuam otimistas. A ONU está prevendo um crescimento da ordem de 3,3% para a economia mundial durante o ano de 2006, o que não difere muito da taxa média de crescimento dos últimos dez anos que foi de 3%. Já o FMI fala num crescimento um pouco maior, de 4,3% do PIB global. Com relação aos países desenvolvidos, as Nações Unidas estão projetando um incremento médio de 2,5%, crescimento este, um pouco mais acanhado, mas mesmo assim bastante representativo, levando-se em consideração o tamanho dessas economias. A economia Americana, por exemplo, um dos “motores de grande propulsão” da

economia mundial, deverá apresentar um crescimento de 3,5% do seu PIB, apenas 0,1% abaixo daquilo que foi registrado em 2005.

Já com relação aos países em desenvolvimento, a taxa de crescimento prevista pela ONU deverá alcançar a média de 5,6%. Para a atual locomotiva do mundo - a China -, prevê-se um crescimento em torno dos 9%, número idêntico ao que foi registrado em 2005. O atual PIB Chinês já ultrapassou a casa dos US\$ 2,0 trilhões, o que a coloca na sexta posição entre as maiores economias do mundo, na frente inclusive da Itália; para a Índia é esperado um avanço de 6,3%; para a África, 5,5%; Chile e Venezuela deverão crescer a uma taxa semelhante à Africana – 5,5%. Ainda segundo previsões das Nações Unidas, o comércio mundial deverá crescer 7,2%.

Outros dois países que passaram muito tempo com as suas economias estagnadas e que deverão deixar de lado o papel de coadjuvantes para atuarem como protagonistas de destaques no crescimento da economia mundial em 2006, são o Japão e a Alemanha, segunda e terceira maiores economias do mundo, respectivamente. A Alemanha responde por um terço da economia da União Européia e é o maior importador de café do Brasil. Para o Japão, espera-se um crescimento de 2%, ante 1,4% registrado no ano passado e para a Alemanha, uma expansão de 1,6%, o dobro do que foi registrado em 2005.

Um outro fato que deverá influenciar significativamente para que haja um incremento no consumo mundial de café, é o rigoroso inverno que está ocorrendo nos países do hemisfério norte. Os residentes de Nova York, por exemplo, nunca viram tanta neve como a que caiu nesses últimos dias, pelo menos nos últimos 20 anos. Notícias idênticas são registradas nos países europeus.

Por outro lado, muitas grandes empresas que industrializam e comercializam café a nível mundial, as quais tem as suas sedes localizadas em países tradicionalmente importadores, como é o caso da Kraft Foods, Neumann Gruppe, Starbucks, etc, estão realizando maciços investimentos na área de marketing, em alguns países do Leste Europeu, com destaque para a Rússia, e em países da Ásia, neste caso com destaque para a China, tentando aumentar a sua base de consumo mundial.

A perspectiva da atuação da Starbucks no mercado internacional serve de termômetro para se avaliar o potencial de crescimento do consumo do produto a nível mundial para os próximos anos. Aquela empresa pretende quintuplicar o número de lojas fora dos Estados Unidos, saindo dos atuais 3 mil, para 15 mil. Estão nos planos da empresa para os próximos 12 a 18 meses, a abertura de lojas no Brasil e na Rússia.

Essa agressiva meta de expansão internacional da Starbucks deverá refletir em um crescimento de 20% nas suas vendas anuais, nos próximos três a cinco anos. Executivos daquela empresa prevêem como as maiores oportunidades de crescimento internacional, países como a Índia, a Rússia, o Brasil e a China. Nesse último – a China -, já existem cerca de 400 lojas em operação; ressalte-se que esses mesmos executivos destacaram que os investimentos naquele país estão ainda na fase inicial, uma vez que esperam torná-lo o seu principal foco de mercado.

Nos Estados Unidos, seu país de origem, a Starbucks já possui 7,5 mil lojas e pretende dobrar este número nos próximos anos, chegando a 15 mil, abrindo lojas de café próximas às estradas.

Até o Brasil está tentando ganhar espaço em alguns países do Oriente. A Cooxupé, maior cooperativa de café do mundo, que congrega cerca de 10.000 mil cafeicultores, os quais produzem na sua totalidade cerca de 4,2 milhões de sacas de 60 kg/ano, o que equivale à produção de café do México, se associou a uma indústria de chocolates Belga e a um sócio local, e abriu a sua primeira loja em território Chinês. A CafeChocolat, como lá naquele país ela é conhecida, foi inaugurada no segundo semestre de 2005, em um shopping na cidade de Xian, cidade muito visitada por turistas ocidentais, devido a fama dos Guerreiros Terracota, que outrora lá viveram.

A estratégia inicial daquela Cooperativa, segundo se apurou, era a de se realizar um teste piloto – um teste para saber sobre a aceitação do produto no mercado –, e tinha inclusive prazo limite de duração de um ano, caso a experiência empresarial não viesse a dar certo.

Ao contrário dessas suposições, a Cooxupé já se prepara para abrir a segunda loja da CaféChocolat, agora no centro da cidade de Xian. A inauguração da nova loja deverá ocorrer nos próximos três meses.

A China é um país tradicional consumidor de chá. Entretanto, a população mais jovem vem absorvendo com muita rapidez hábitos tipicamente ocidentais e aceitando com mais facilidade degustar o café.

Depois da abertura da sua economia, a China está se tornando mais tolerável e aceitando com mais tranquilidade as diversidades existentes no mundo. E o mundo, por sua vez, almeja “abocanhar” uma fatia daquele mercado, formado por cerca de 1,3 bilhão de habitantes, o que equivale há um pouco mais de um quinto da população da Terra.

As estatísticas ainda são precárias com relação ao consumo de café na China, entretanto, por exemplos como esses que comentamos acima, dá para sentir que existe um grande potencial de incremento naquele país.

Portanto, o cenário, em médio prazo, é de que haja um incremento do consumo de café a nível mundial, ainda maior do que os níveis registrados nos dias atuais.

Por outro lado, quando tomamos conhecimento sobre outros indicadores, como produção, estoque e exportação, de alguns países no mundo, constatamos que existe um certo descompasso, para ser mais preciso, uma certa desproporção, entre a capacidade de consumo mundial atual, e a real capacidade de oferta.

O Vietnam, por exemplo, segundo maior produtor mundial de café, está prevendo uma redução da sua safra da ordem de 30%, em função das condições climáticas inadequadas – estiagem -, para a cultura do produto, que foram registradas naquele país.

A Costa do Marfim também está prevendo uma queda de cerca de 7,6% na sua produção. Em dezembro de 2005 a posição era de uma produção de 120.000 toneladas, enquanto que no mesmo mês do ano anterior – 2004 -, essa produção alcançava 130.000 toneladas.

Por outro lado, com a perspectiva de uma oferta mais justa, e, por consequência, a ocorrência de preços mais favoráveis para os cafeicultores, tem-se notado que algum país produtor vem restringindo as suas exportações, certamente vislumbrando a possibilidade da obtenção de preços mais atraentes para o seu produto num futuro próximo.

No Brasil as exportações relativas ao mês de janeiro de 2006, alcançaram o total de 1.674.362 sacas de 60 kg. No mesmo mês do ano anterior – janeiro de 2005 -, este número atingiu 1.897.987 sacas, o que representa uma redução de embarque, da ordem de 11,78%. Com relação ao mês anterior, dezembro de 2005, o decréscimo alcançou 7,51%, uma vez que foram exportadas no último mês do exercício anterior, 1.810.551 sacas. E esses embarques já apresentam números decrescentes há algum tempo.

Na Guatemala, as exportações registradas no período de 1º de outubro de 2005 a 31 de janeiro de 2006, tiveram uma retração de 11,3%, comparadas com igual período, correspondente a 2004/2005, o que significou uma redução de 587.757 sacas.

Num comparativo entre os meses de dezembro de 2005 e dezembro de 2004, a Costa Rica apresentou um decréscimo nas suas exportações de 29%, registrando 66.074 sacas em dezembro/05 e 93.086 em dezembro/04.

Em Uganda registrou-se uma redução de 23% nas suas exportações, isto num comparativo entre dez/05 e dez/04, a diferença a menor foi de 55.062 sacas.

O que vem se notando é que o produtor, de uma maneira em geral, está aprendendo a comercializar melhor o seu produto, e principalmente agora, onde o “ambiente” lhe é francamente favorável.

Na verdade, existe um hiato muito grande entre os ganhos dos países produtores e os lucros alcançados pelos países que industrializam o produto e os reexportam.

Para uma melhor avaliação, destacamos que toda a cadeia mundial do café movimenta cerca de US\$ 90,0 bilhões, cabendo ao setor produtivo apenas 10% de todo esse bolo.

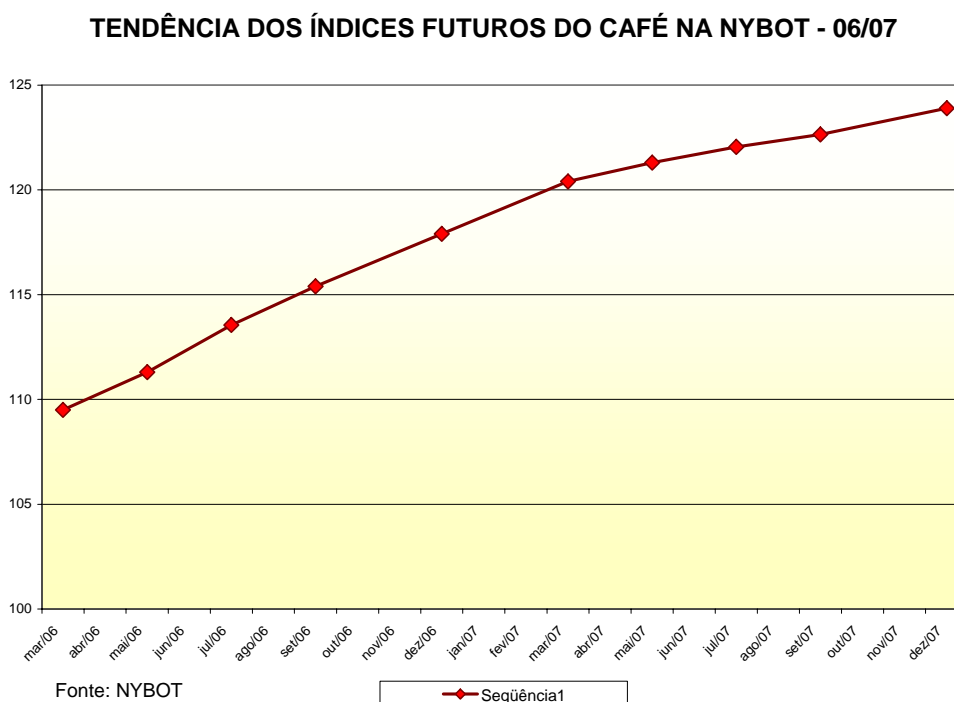
Um outro dado que teve grande destaque no mercado do café no ano de 2005, foi a volatilidade ocorrida no mercado bursátil – das bolsas de mercadorias -, na maioria das vezes, não correspondendo ao que realmente estava ocorrendo no mercado físico.

Na primeira quinzena do mês de junho/05, a NYBOT chegou a registrar para o vencimento em julho do mesmo ano, 125,75 centavos de dólar/libra peso (com o dólar cotado a R\$ 2,46) uma das marcas mais elevadas, registrada no ano. A saca de 60 kg de café arábica, tipo 6, bebida dura, nessa época, estava sendo vendida no mercado interno a R\$325,00. A partir daí diante o mercado retraiu intensamente, atingindo a cotação mínima no dia 27/09/05, oportunidade em que os contratos com vencimento em dezembro/05 foram negociados a razão de US\$ 87,65 cents/libra peso, Nessa época o dólar estava cotado em R\$ 2,25, e no mercado interno, a saca de café estava sendo comercializada a R\$ 215,00.

Logo no início do mês de outubro/05, o mercado começou a esboçar uma certa reação – e que por fim se manteve -, reação essa que se estendeu até os dias de hoje, obviamente registrando alguns períodos de volatilidade. No final de janeiro de 2006 houve registro na NYBOT – mais especificamente no dia 27/01/06 -, para o vencimento em março/06, de 124,30 cents/libra peso (com o dólar agora cotado a R\$ 2,21). O preço da saca estava sendo comercializado a R\$ 300,00.

De acordo com os dados colhidos na própria NYBOT, a tendência do preço do café para os próximos dois anos, continua de alta, conforme pode ser constatado no gráfico 4, abaixo discriminado.

Gráfico 4



Ressalte-se que para o ano de 2007, a tendência deste quadro é de ficar ainda mais crítico, uma vez que no próximo ano deverá ser colhida uma outra safra cuja bi-anualidade será também negativa, ou seja, uma safra bem menor do que aquela que será colhida neste ano.

PANORAMA NACIONAL

A realidade do café no mercado interno não difere em nada daquilo que está ocorrendo no mercado internacional. Existe uma oferta muito restrita do produto no mundo.

A produção Brasileira corresponde a quase 40% de toda a produção mundial.

Conforme já comentamos anteriormente, a safra de 2005/2006, foi bem reduzida, da ordem de 32,9 milhões de sacas. Para este ano, a safra prevista (na primeira estimativa realizada pela CONAB), é de 42,0 milhões (vide quadro 2), o que

dará para atender ao consumo interno e às exportações, isto, levando-se em consideração os números do ano anterior.

Quadro 2

CAFÉ - BENEFICIADO
SAFRA 2006/2007
PREVISÃO INICIAL DE PRODUÇÃO

dez/05

UF/ REGIÃO	PARQUE CAFEEIRO				PRODUÇÃO						PRODUTIVIDADE	
	EM FORMAÇÃO		EM PRODUÇÃO		(Mil sacas beneficiadas)							
	ÁREA (ha)	CAFEIROS (Mil covas)	ÁREA (ha)	CAFEIROS (Mil covas)	Arábica		Robusta		TOTAL		(Sacas /ha)	
					INFER.	SUPER.	INFER.	SUPER.	INFER.	SUPER.		
Minas Gerais	101.546	279.285	1.020.750	2.759.344	19.448	22.095	30	30	19.478	22.125	19,08	21,68
Sul e Centro-Oeste	50.272	125.678	510.726	1.276.815	10.148	10.900	-	-	10.148	10.900	19,87	21,34
Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	17.588	61.556	152.144	532.504	3.328	3.906	-	-	3.328	3.906	21,87	25,67
Zona da Mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Central e Norte	33.686	92.051	357.880	950.025	5.972	7.289	30	30	6.002	7.319	16,77	20,45
Espírito Santo	19.120	61.790	506.782	1.108.425	2.350	2.387	6.810	6.850	9.160	9.237	18,07	18,23
São Paulo	8.571	34.662	153.604	373.789	4.430	4.507	-	-	4.430	4.507	28,84	29,34
Paraná	3.580	21.110	104.650	335.510	1.990	2.198	-	-	1.990	2.198	19,02	21,00
Bahia	2.232	3.849	98.064	251.798	1.750	1.790	415	445	2.165	2.235	22,08	22,79
Rondônia	3.090	6.109	168.230	298.777	-	-	1.810	1.830	1.810	1.830	10,76	10,88
Mato Grosso	2.040	5.100	35.100	87.700	42	45	268	278	310	323	8,83	9,20
Pará	1.350	3.375	22.650	56.625	-	-	335	340	335	340	14,79	15,01
Rio de Janeiro	430	1.200	13.270	26.540	295	300	9	11	304	311	22,91	23,44
Outros	470	1.220	28.100	67.440	190	210	260	265	450	475	16,01	16,90
BRASIL	142.429	417.700	2.151.200	5.365.948	30.495	33.532	9.937	10.049	40.432	43.581	18,80	20,26

FONTE: CONAB

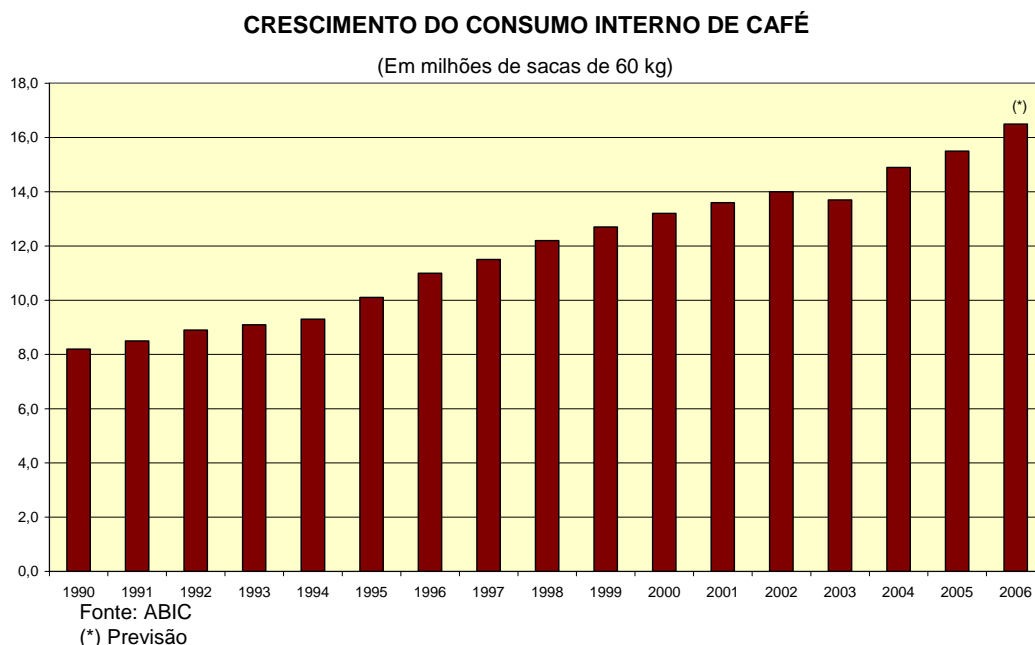
Por outro lado, segundo a ABIC, temos uma perspectiva de um incremento do consumo interno para o ano de 2006 que deverá ficar entre 5,5% e 6% em 2006 (vide gráfico 5, relativo ao crescimento do consumo interno de café). Isso representa um incremento quase quatro vezes maior do que a média prevista para o crescimento mundial.

Ainda sobre consumo, constata-se que está ocorrendo com o café no Brasil, segundo maior consumidor mundial do produto – 15,5 milhões de sacas/ano, em 2005 -, algo semelhante ao que ocorreu com o vinho, nos últimos anos, produto que teve um forte incremento no seu consumo, durante esse período. A abertura de novas cafeterias – cada vez mais sofisticadas -, onde são oferecidas uma série bem diversificada de produtos, o aparecimento de cybers cafés, a oferta de cursos para formação de baristas, dentre outras coisas, tem contribuído fortemente para estimular o crescimento do consumo do produto no país. As vendas relativas aos cafés gourmets, orgânicos e de origem determinada, tem uma participação reduzida no volume produzido, apenas 5%. Entretanto, a taxa de crescimento das vendas desses produtos tem alcançado cerca de 20% ao ano.

O crescimento das vendas de equipamentos mais sofisticados, destinados ao beneficiamento de cafés especiais em pequenas quantidades, é um outro indicador que identifica a grande aceitação por esse tipo de produto – cafés TOP de linha. Um executivo de uma empresa paranaense que trabalha neste segmento comentou que embora esses itens – maquinários mais sofisticados -, representem de 5 a 10 % dos seus negócios, este é o setor que mais cresce na sua linha de produção. Ele afirmou ainda, que em anos anteriores, a cada bimestre, vendia-se para este mercado apenas um torrador. “Em 2005 foram vendidas 25 unidades, acompanhadas de 30 moinhos e 150 expositores, para o mesmo tipo de cliente”.

Existe ainda um trabalho de marketing que vem sendo realizado pela a ABIC juntamente com os seus associados, no sentido de oferecer com o devido destaque, produtos de alta qualidade. A própria ABIC já estima que no ano de 2010 o Brasil estará consumindo cerca de 21,0 milhões de sacas de café/ano – número superior ao consumido atualmente pelos Estados Unidos (20,0 milhões de sacas), que é o líder no consumo mundial de café -, ou seja, estaríamos colocando no mercado consumidor, mais de 1,0 milhão de sacas, a cada ano, até 2010.

Gráfico 5



Nota-se que o mercado de café está bem aquecido.

O Governo Federal promoveu durante o ano de 2005, leilões de café, onde ofertou cerca de 1.030.000 sacas de 60 kg. No total chegaram a ser arrematadas 973.995 sacas, o que equivaleu a 94,56% de tudo aquilo que foi ofertado. Apurou-se com essas vendas o montante de R\$154.456.542,00, conforme pode ser observado no quadro 3.

Até o início de fevereiro/06 o Governo já tinha realizado três leilões, onde foram ofertadas 200.000 sacas de 60 kg – nos três eventos. Praticamente tudo que foi ofertado acabou sendo arrematado, a um preço médio de R\$ 172,99. No primeiro leilão do ano – 01/11/06 -, deixaram de ser arrematadas apenas 80 sacas. Nos dois leilões seguintes o arremate foi integral – 100%. No total apurou-se R\$ 34.556.330,00, conforme pode ser constatado no quadro 4 e no gráfico 6.

Nota-se que o mercado está ávido pela mercadoria.

Quadro 3

LEILÕES DE CAFÉ DOS ESTOQUES GOVERNAMENTAIS - 2005

(sacas de 60 kg)

QUANTIDADE DE SACAS		PREÇO MÉDIO	VALOR R\$
OFERTADAS	ARREMATADAS		
1.030.000	973.995	158,58	154.456.542

Fonte: DCAF

Quadro 4

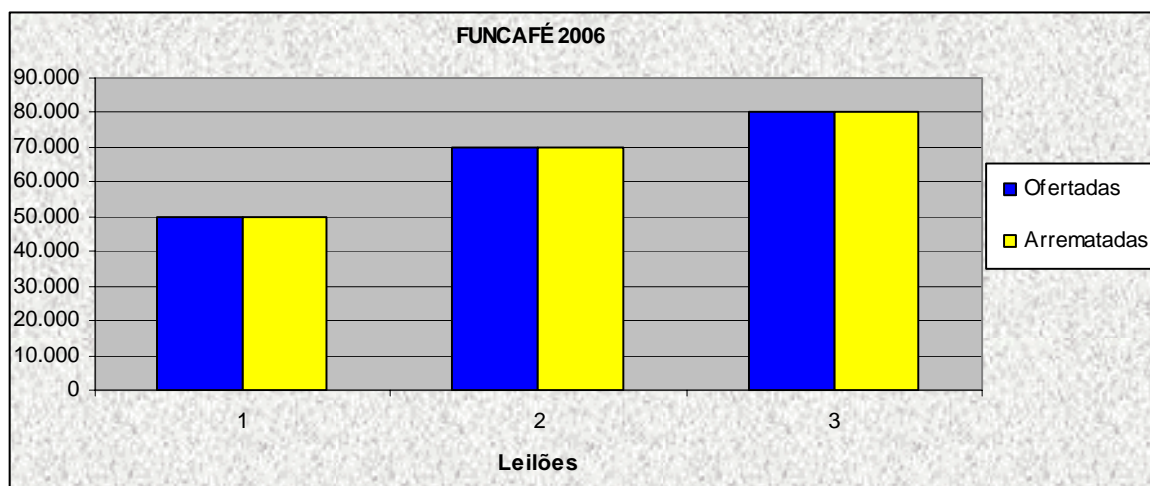
LEILÕES DE CAFÉ DOS ESTOQUES GOVERNAMENTAIS - 2006

(sacas de 60 kg)

DATA DO LEILÃO	QUANTIDADE DE SACAS		PREÇO MÉDIO	VALOR R\$
	OFERTADAS	ARREMATADAS		
11.01.2006	50.000	49.820	176,72	8.804.330
26.01.2006	70.000	70.000	178,51	12.495.500
08.02.2006	80.000	80.000	165,83	13.266.500
TOTAL FUNCAFÉ	200.000	199.820	173,69	34.566.330

Fonte: DCAF

Gráfico 6 Fonte: DCAF



No dia 15/12/05 a CONAB divulgou a sua previsão de estoque de passagem – posição em 31/03/2006. Segundo essas previsões, no final do mês de março/06 os estoques internos deverão atingir algo próximo dos 6,0 milhões de sacas de 60 kg. Esse saldo é suficiente o bastante para atender a um pouco mais de um mês de consumo interno e aos compromissos relacionados à exportação.

Como vemos, trata-se de um estoque muito reduzido para fazer frente à perspectiva de demanda interna e para atender aos compromissos com países importadores.

Se levarmos em consideração que o consumo interno de 2005 foi da ordem de 15,5 milhões de sacas e confrontarmos com a projeção de crescimento da ABIC, para o ano de 2006, que oscila entre 5,5 e 6% -, chegaremos a um incremento de quase mais 1,0 milhão de sacas neste ano.

Por outro lado, para atender à necessidade mundial com relação ao incremento do consumo de café – cuja previsão é de quase 2% -, e a uma provável necessidade de recomposição dos estoques internacionais - ainda que parcial -, teremos que nos preparar para termos em mãos alguma coisa próxima entre 2,5 milhões e 3,5 milhões de saca – na média, uma necessidade efetiva de mais 3,0 milhões de sacas.

Considerando que a safra prevista para este ano de 2006 será de 42,0 milhões de sacas, e que este número seria suficiente apenas para atender à demanda do que foi registrado no ano de 2005, que coincidentemente foi de um número próximo dos 42 milhões de sacas, constatamos que para o ano de 2006 teríamos que lançar mão dos nossos estoques em pelo menos quase 4,0 milhões de sacas – que seria a soma de 1,0 milhão de sacas destinadas a atender ao crescimento do mercado interno, e mais, 3,0 milhões para atender ao crescimento do consumo mundial, mais a recomposição dos estoques mundiais.

Por estes números dá para se ter uma idéia do “precário equilíbrio” existente entre a demanda e a oferta, no que se refere ao cenário relativo ao mercado interno para o ano de 2006.

Para complicar um pouco mais este quadro, levantamentos que foram realizados na primeira quinzena do mês de fevereiro de 2006, pela EMATER-MG, estão indicando que deverá haver uma redução da safra no Estado de Minas Gerais, da ordem de 15%, em função da estiagem que se abateu nos últimos dois meses – período em que ocorre o enchimento dos grãos -, nas principais áreas de produção cafeeira daquele Estado. Na sua primeira estimativa para a safra Mineira de 06/07, a CONAB estava prevendo uma colheita entre 19,4 milhões e 22,1 milhões. Ressalte-se que Minas é responsável por cerca de 50% de toda a produção nacional.

Segundo o escritório da EMATER-MG, no Sul do Estado de Minas, os prejuízos estão sendo causados pelos ataques constantes de cercosporiose – que em geral ocorre logo após um período de veranico -, e que está provocando a má granação dos frutos, manchas, dentre outros problemas.

Na Zona da Mata de Minas, o escritório da EMATER/MG, na cidade de Viçosa, está apontando para um déficit hídrico de 290 mm no mês de janeiro de 2006, isto, comparando com as médias históricas dos últimos 13 anos.

As maiores perdas proporcionais do Estado ocorreram, entretanto, na região das Chapadas. Segundo relatório emitido pelo escritório da EMATER-MG, localizado no município de Capelinha, no Vale do Jequitinhonha, estima-se que deverá ocorrer uma redução média de 25% em relação à safra prevista para a região.

Conforme comentários anteriores, o cenário para o ano de 2007 é ainda mais crítico, uma vez que ocorrerá novamente a bi-anualidade negativa – ano sim, ano não.

Se imaginarmos que a demanda mundial de café está na casa de 115 milhões de sacas de 60 kg/ano, e multiplicarmos esse número por três – referente aos próximos três anos -, teríamos uma demanda de 345,0 milhões de sacas para o próximo triênio.

Se levarmos em consideração que o Brasil responde por cerca de 40% da produção mundial, o nosso país teria que produzir para aquele período – o próximo triênio -, um total de 138,0 milhões de sacas, o que equivale a três safras consecutivas de 46,0 milhões de sacas, o que convenhamos, seria uma meta improvável de se materializar, face às limitações naturais com as quais conviveremos até lá – inclusive a bi-anualidade negativa que ocorrerá em 2007.

Portanto, o mercado de café estará nesses dois próximos anos, caminhando numa faixa muito estreita. Qualquer fator climático negativo que

porventura venha a ocorrer tanto no Brasil quanto em algum outro país produtor, ou ainda, alguma catástrofe – como a que foi provocada pelo furacão Katrina, em Nova Orleans, nos Estados Unidos -, que venha a comprometer os estoques internacionais, poderá ser motivo suficiente para provocar uma considerável elevação nos preços do produto.

Um outro fato que neste caso será contado como ponto negativo para os exportadores de café, é a atual valorização do real frente ao dólar que vem ocorrendo nos últimos meses. As previsões são pessimistas no sentido de que haja uma reação da moeda americana frente ao real.

As freqüentes desvalorizações da moeda americana frente ao Real, estão fazendo com que, as margens dos produtores estão fiquem cada vez mais limitadas.

Apesar da baixa cotação do dólar, as exportações brasileiras (em todos os segmentos – agronegócio, indústrias, etc), ainda continuam em patamares elevados. Vários analistas estimam que o saldo para a balança comercial em 2006 será da ordem de US\$ 40,0 bilhões, o que acabará provocando uma forte entrada da moeda na economia brasileira, contribuindo, conseqüentemente, para que haja uma perspectiva de valorização do real. Algumas empresas tiveram um incremento no preço dos produtos que exportam, como foi o caso da Vale do Rio Doce que exporta o minério de ferro. Em função disso, essas organizações não estão encontrando maiores dificuldades para se ajustarem a essa realidade de dólar reduzido.

Por outro lado, as taxas de juros praticadas no país, continuam elevadas. Na última reunião do COPOM, a taxa básica de juros – a Selic -, ficou estipulada em 17,25%. Descontando a inflação de 5,7% - referente ao exercício de 2005 -, temos uma taxa real que se aproxima dos 11,55%, ou seja, a maior do mundo – a Turquia vem em segundo lugar com 7%.

As empresas de avaliação de risco, cada vez mais indicam o Brasil como alternativa viável e segura de investimento. Em função disso, o Risco Brasil já caiu abaixo dos 230 pontos – nas vésperas da última eleição para Presidente da República, no ano 2002, esse mesmo “Risco Brasil” chegou a alcançar mais de 2.000 pontos. Num mundo onde existe uma liquidez acentuada – muito dinheiro buscando oportunidades de investimentos rentáveis -, o Brasil se apresenta como uma das melhores alternativas para os investidores estrangeiros. Tal fato tem propiciado o recebimento de aporte significativo de dólares que está contribuindo fortemente para pressionar para baixo, a moeda americana.

Para agravar mais ainda este quadro, o Governo Brasileiro, no final da primeira quinzena do mês de fevereiro de 2006, concedeu isenção total ao capital estrangeiro que vier a adquirir títulos emitidos pelo Governo. Antigamente a alíquota para esse tipo de operação era de 15%.

Tudo isso, definitivamente continuará contribuindo e de uma forma decisiva, para que essa depreciação do dólar se prolongue, prejudicando diretamente as empresas exportadoras. Os fluxos de entrada no país de moeda estrangeira continuam diários e maciços.

O dólar chegou a bater R\$ 2,11, no dia 20/02/06. As intervenções do Banco Central de pouco adiantaram para reverter essa tendência de queda;

serviram simplesmente para aumentar as reservas cambiais do país, que já atingem US\$ 57,0 bilhões.

As expectativas do cenário para os próximos três anos, estão bem nebulosas, com relação ao dólar.

Estamos discriminando a seguir – através do quadro 5 e do gráfico 7 -, uma série histórica dos preços do café, em real e em dólar, nos últimos 11 anos – de 1995 a 2005.

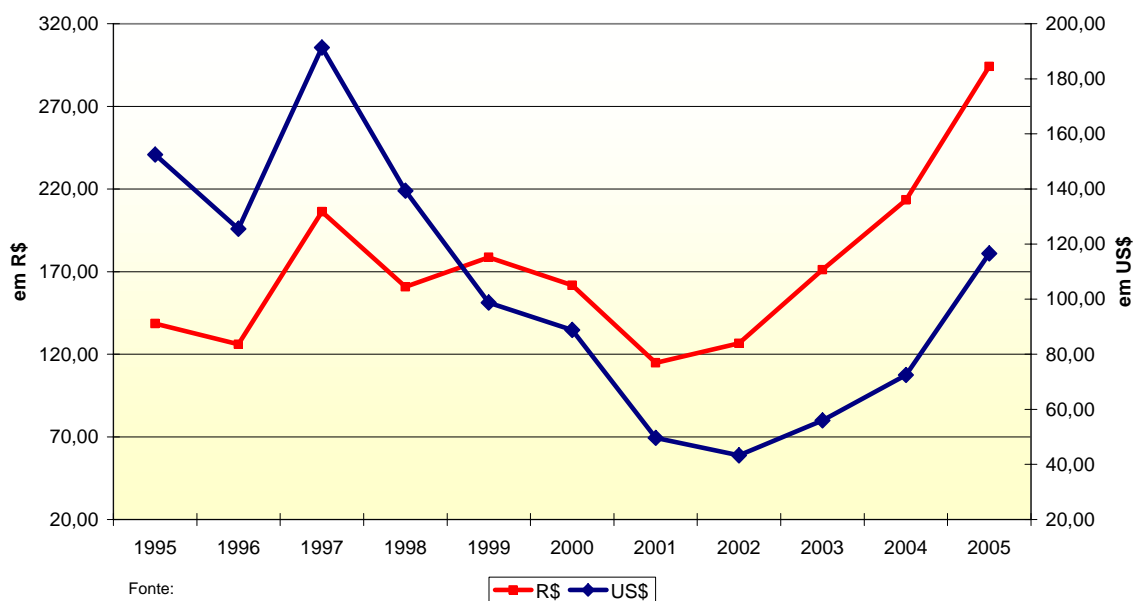
Quadro 5
DEMONSTRATIVO DE PREÇOS MÉDIOS DO CAFÉ
(Em dólar e real)

ANO	R\$	US\$
1.995	138,51	152,51
1.996	125,94	125,52
1.997	206,25	191,32
1.998	160,81	139,4
1.999	178,62	98,78
2.000	161,72	88,83
2.001	114,8	49,64
2.002	126,57	43,3
2.003	171,16	55,96
2.004	213,37	72,45
2.005	294,15	116,57

Fonte: Cooparaíso

Gráfico 7

DEMONSTRATIVO DE PREÇOS MÉDIOS DO CAFÉ - PERÍODO DE 95 A 05



Fonte: Cooparaíso

A realidade do mercado, leva a supor que a tendência do preço do café será de alta – mesmo com o dólar se desvalorizando -, e que esses preços irão alcançar ainda neste ano, um patamar um pouco mais elevado do que o praticado nos dias atuais.

Os produtores, por sua vez, sabedores de que o momento atual lhe é favorável, estão negociando a sua mercadoria a “conta-gotas”, comercializando o estritamente necessário para fazer frente as suas despesas inadiáveis e esperando uma reação mais significativa dos preços, para então colocar o seu café para a venda.

PREÇOS DE MERCADO E PREÇOS MÍNIMOS

Os preços mínimos em vigor para os cafés arábica e o conillon, são de R\$157,00 e R\$ 89,00, respectivamente.

A variação do custo variável de produção que foi levantado pela CONAB, entre os anos de 05 e 06, para o café arábica, ficou em 6,28% e de 4,10% para o café conillon.

De uma maneira em geral os itens que mais pesaram positivamente nesse incremento de custo, em todas as praças que constaram desse levantamento, foram “operação com máquinas” e “mão-de-obra temporária – (com encargos sociais)” e “mão-de-obra fixa – (com encargos sociais)” e “juros”, uma despesa de ordem financeira. Por outro lado, os custos relativos a “fertilizantes” foram decrescentes, o que já era esperado de uma certa forma, em função da representativa desvalorização do dólar frente ao real, que há algum tempo vem ocorrendo.

Para chegarmos a uma nova proposta de preço mínimo para o café arábica, resolvemos aplicar a variação percentual integral, relativa à média dos custos de produção (variáveis) – referência CONAB, custos estes que foram levantados junto às praças de Guaxupé/MG, Patrocínio/MG e Franca/SP -, ocorrida entre os anos de 2005 e 2006, que foi de 6,28%, sobre o atual valor do PM – R\$157,00 -, e chegamos à proposta de R\$ 166,86.

Com relação ao café conillon utilizamos como referência a praça de São Gabriel da Palha/ES. Apesar desta variedade ter tido um incremento do seu custo variável entre os anos de 2005 e 2006, um pouco menor do que o ocorreu com o café arábica – 4,10% -, resolvemos aplicar o mesmo percentual que sugerimos para o café arábica que foi de 6,28% - chegando a um preço mínimo de R\$ 94,59. Tal posicionamento teve como fundamento a seguinte observação: uma expressiva parcela de produtores de conillon é formada por pequenos produtores, o que evidencia a necessidade de optarmos por um tratamento um pouco diferenciado.

No caso específico do café arábica, vale destacar que o número sugerido para o preço mínimo – R\$ 166,86 -, ainda iria ficar cerca de 3% inferior à média dos preços médios registrados em reais nos últimos 11 anos – de 95 a 2005 -, que foi de R\$ 171,99 e 26,45% a menos daquilo que foi registrado em dólar – US\$ 103,11 -, no mesmo período.

Na seqüência desses próximos dois anos – caso essa queda do dólar não se torne crônica -, os preços do café deverão alcançar um patamar que cobrirá os custos de produção e deverá proporcionar ainda, uma margem razoável aos cafeicultores. Algumas dívidas antigas deverão ser quitadas e os pacotes tecnológicos possivelmente deverão ser aplicados conforme a devida orientação técnica, o que certamente se refletirá numa melhoria da produtividade para a safra de 2008/2009.

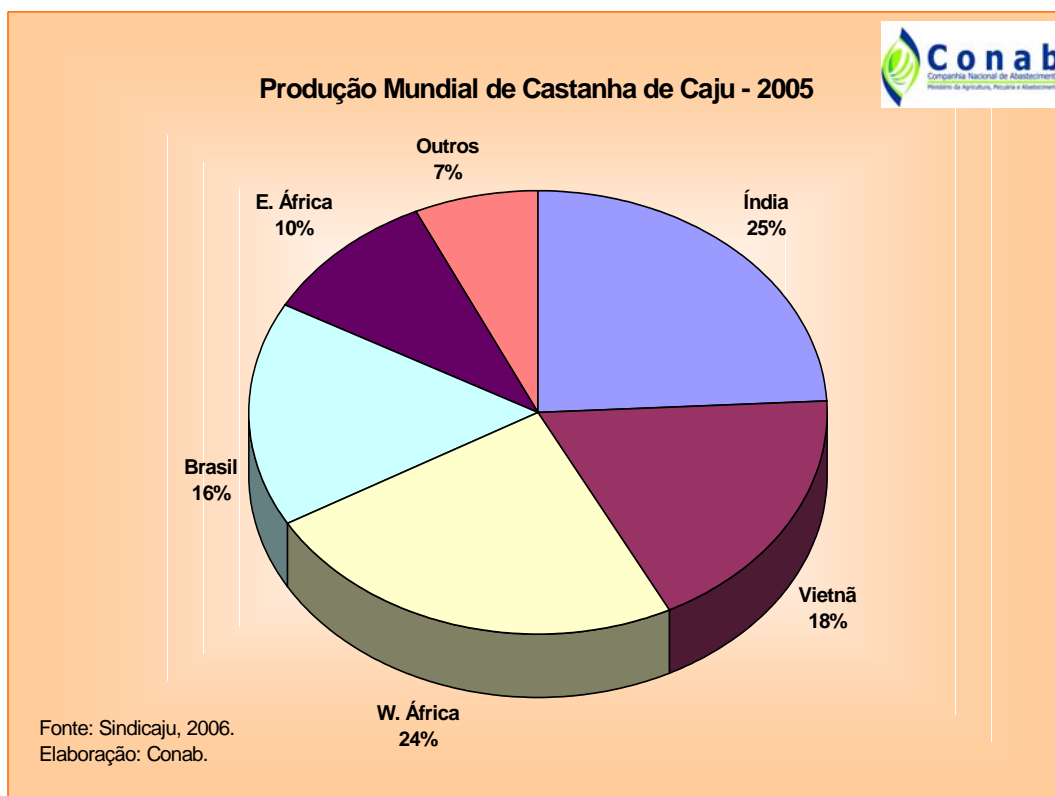
CASTANHA DE CAJU PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO SAFRA 2006/2007

Debora de Moura

1) Panorama Internacional

O mercado da castanha de caju, embora, regional no Brasil, movimentava grandes valores mundialmente. De acordo com dados do Sindicaju, em 2005 o setor movimentou no mercado internacional 1.650.000 toneladas de castanha de caju *in natura*. O gráfico 1 ilustra os principais países produtores de castanha de caju.

Gráfico 1: Produção Mundial de Castanha de Caju – 2005



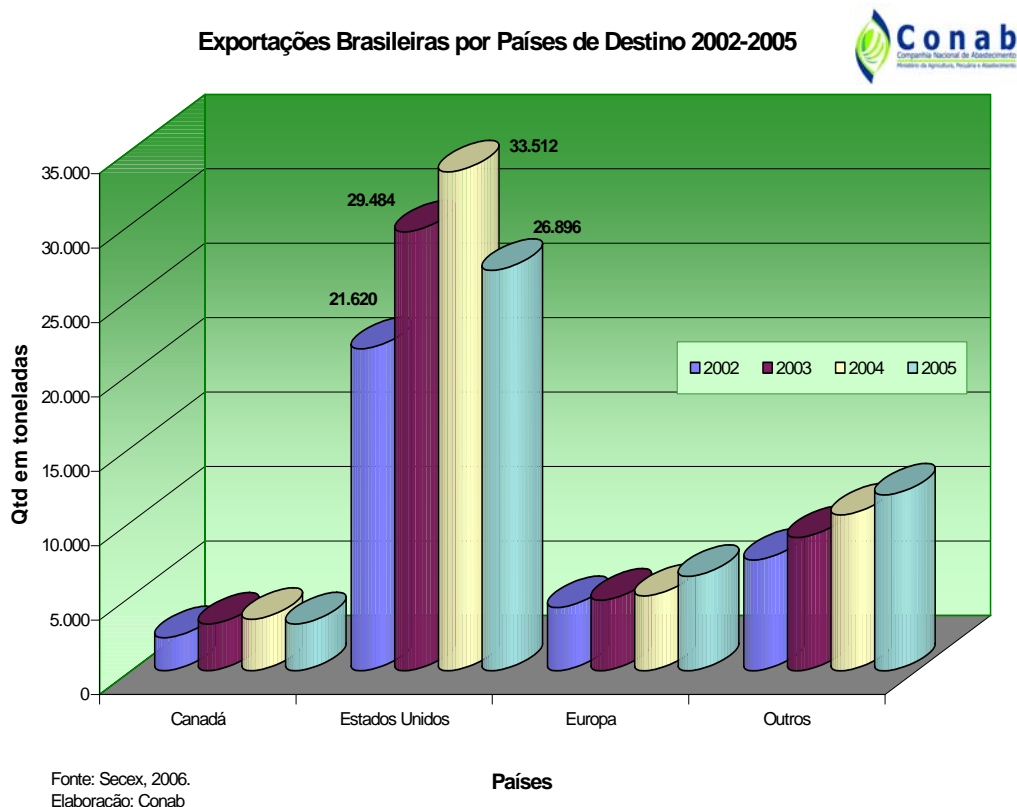
A Índia, Vietnã e o Brasil são os maiores produtores mundiais. Em 2005 eles produziram respectivamente 400, 300 e 270 mil toneladas cada. Já os países formadores da região norte da África produziram juntos 400.000 toneladas, sendo eles: Nigéria, Benin, Ghana, Costa do Marfim, Burkina Faso e Guiné Bissau. Os países da África do Sul ocuparam uma posição de destaque no cenário mundial já que a produção de Moçambique, Tanzânia e Kenia totalizaram cerca de 165 mil toneladas (Sindicaju, 2006).

Além da referência na quantidade produzida, a Índia e o Vietnã também se destacam como países exportadores da castanha de melhor qualidade. Esta característica se explica no beneficiamento do produto. Enquanto no Brasil a maior parte do processo é feita mecanicamente, prejudicando a qualidade da castanha, nos referidos países, devido ao excesso de mão de obra, todo o processamento é feito manualmente. Tal procedimento garante uma castanha

praticamente sem quebras e/ou defeitos, elevando seu padrão de classificação para os melhores níveis de exportação.

Apesar da concorrência entre os países exportadores, a maioria da produção brasileira é exportada. Segundo informações da Secex, nos últimos 4 anos, aproximadamente 90% das castanhas de melhor qualidade foram exportadas para os EUA conforme ilustra o gráfico 2.

Gráfico 2



Embora a quantidade exportada para os EUA tenha variado entre 21.000 t. a 33.000 t. no período, referido país continua sendo o principal importador da castanha brasileira. Em seguida estão os países europeus Alemanha, França, Itália e Países Baixos. O Canadá aparece em terceiro lugar. Dentre os outros países apresentados, destaca-se o Líbano, que, em três anos saltou de uma quantidade importada de 676 toneladas em 2002 para 1.403 toneladas em 2005, totalizando US\$ 5.521.000 FOB.

1.2 – Preços – evolução dos preços internacionais e cenários até 2007.

A cajucultura é uma atividade desenvolvida no nordeste brasileiro. O Estado do Ceará se destaca como maior exportador de castanha de caju devido a algumas características. A produção média do Estado representa 50% do total nacional e a capacidade instalada, atinge atualmente, um volume de processamento na ordem de 280.000 toneladas/ano, distribuídas por 14 empresas das 23 instaladas no Estado em questão. Além destas características é também no estado do Ceará que se localiza o principal porto para a exportação de toda a produção nacional.

Assim sendo, em 2005 o Estado do Ceará exportou um total de 41.856 t. Este valor, comparado a 2004 representou uma queda de

aproximadamente 12%, (tabela 1). Mesmo com a restrição do volume embarcado a receita auferida em 2005 foi 0,4% maior que em 2004. ou seja, US\$186.376 000 contra US\$187.128.000.

Tabela 1: Comparativo de exportação de amêndoa de castanha de caju, 2004-2005.

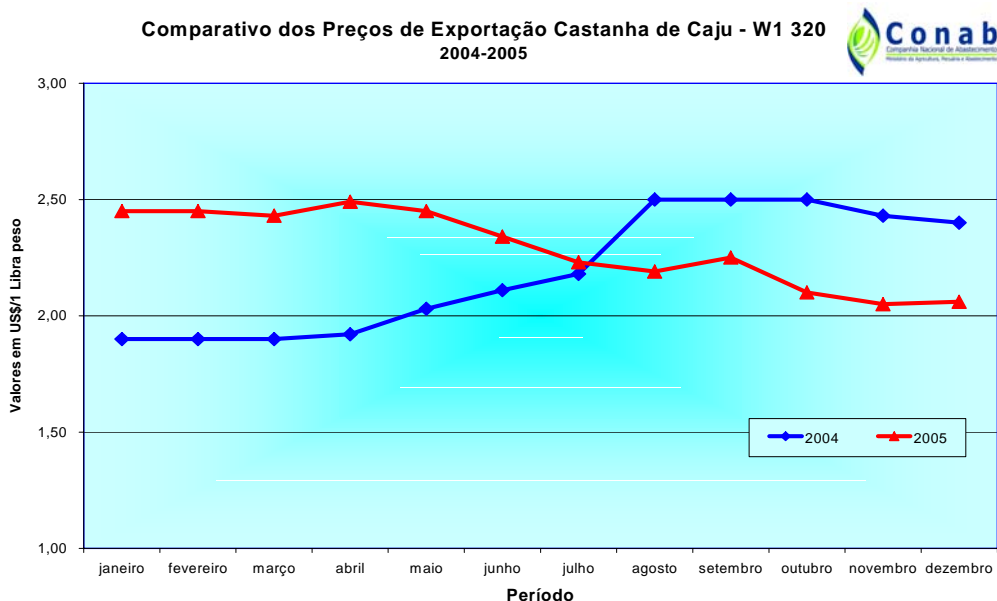
Fonte:

Mês	2004		2005	
	Quantidade (ton)	Valor (Mil US\$ FOB)	Quantidade (ton)	Valor (Mil US\$ FOB)
Janeiro	3.796	14.065	3.668	17.060
Fevereiro	3.168	11.072	3.397	16.228
Março	3.671	13.464	3.575	16.485
Abril	3.807	13.941	3.609	17.276
Maio	4.412	17.085	3.784	17.742
Junho	4.614	17.648	3.573	15.585
Julho	4.286	16.089	3.320	14.931
Agosto	4.364	16.083	3.766	16.326
Setembro	4.114	17.191	3.914	16.861
Outubro	3.493	15.094	2.644	10.897
Novembro	3.497	15.328	3.013	12.913
Dezembro	4.220	19.315	3.593	14.824
TOTAL	47.442	186.376	41.856	187.128

Secex, 2005.

A razão para a manutenção dos valores exportados ocorreu devido à indefinição da oferta mundial para 2005. Segundo informações do setor, no primeiro semestre as safras da Índia e do Vietnã ainda não estavam definidas, isto contribuiu para que os preços da castanha brasileira se elevassem. A partir de junho, quando os referidos países colocaram sua produção novamente no mercado, a oferta mundial aumentou e conseqüentemente os preços voltaram aos patamares menores. Entretanto, vale ressaltar que mesmo a valores inferiores aos observados em 2004, a média de preços se manteve superior em 2005.

Gráfico 3



Conforme comentado anteriormente e demonstrado no gráfico 3, a partir de abril/05, paulatinamente os preços foram reduzindo, atingindo o valor aproximado de US\$2,00 lb/peso em dezembro/05.

Desta feita e de acordo com o gráfico 3, em 2005 os preços se mantiveram estáveis, em média US\$2,29. Mesmo com a queda em outubro, o preço conseguiu se recuperar até dezembro. Já em 2004, o preço médio foi US\$ 2,19, assim, o início do ano foi em baixa até abril, com recuperação e manutenção do preço de maio a novembro, ao encerrar o ano em alta.

Segundo informações da Conab/CE, o valor médio de exportação da castanha de caju W1 320 em janeiro/06 foi cotado a US\$2,05 lb/peso.

2 - Panorama Nacional

O agronegócio do caju no nordeste originou-se como uma atividade econômica em atendimento a demanda americana, em meados da II Guerra Mundial. Na época, o produto demandado era o Líquido da Castanha de Caju (LCC), considerado elemento estratégico para a indústria bélica.

Passado este período, os EUA tornaram-se novamente o alvo da produção nacional. Desta vez o objetivo era a exportação da Amêndoa da Castanha de Caju (ACC). Na época o Brasil e a Índia eram os maiores exportadores mundiais, assim, o primeiro abastecia o mercado americano, enquanto o segundo era responsável pelo abastecimento do mercado soviético. Tal situação prevaleceu até 1983.

A partir desta data o mercado soviético deixou de adquirir as amêndoas da Índia, que se tornou a maior concorrente do Brasil no mercado internacional. Nos dias atuais, o agronegócio do caju ainda contribui de maneira relevante para o desenvolvimento social e econômico da região nordestina.

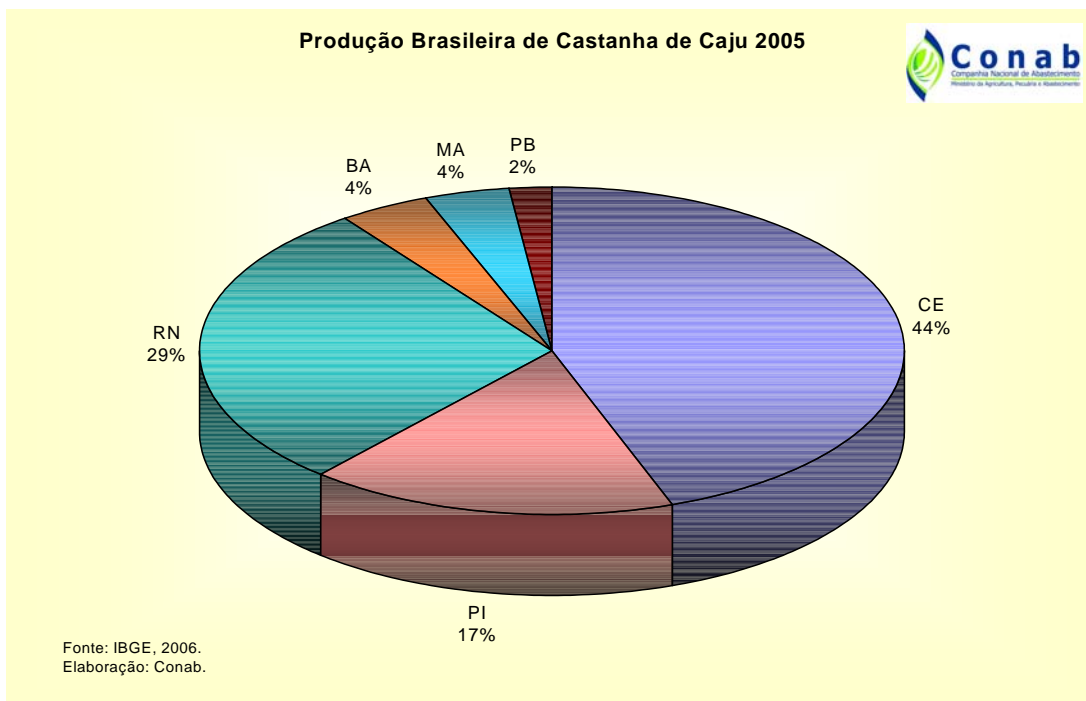
Sob o ponto de vista social, a cajucultura ainda se caracteriza como uma das principais atividades da população rural. Em quase sua totalidade ela é cultivada em regime de sequeiro e por pequenos produtores. Deste modo, a produção acontece na época da seca, justamente no período de entressafra das demais espécies cultivadas na região.

Esta peculiaridade demonstra a relevância da cultura para a manutenção da mão-de-obra e a fixação do homem no campo. No decorrer do ano, a atividade emprega cerca de 40 mil pessoas no campo e 15 mil na indústria (Leite & Pessoa, 2005).

A ocupação de mão-de-obra temporária nos trabalhos de colheita que ocorre no período de setembro a dezembro chega a 200 mil pessoas. Estratificando estes números entre os principais Estados produtores, vê-se que no Ceará são gerados 30.000 empregos diretos e 100.000 indiretos (SINDICAJU, 2005). No Piauí a atividade proporciona 28.300 trabalhadores rurais permanentes e 56.700 temporários. (EMBRAPA, 2005). E, no Rio Grande do Norte, cuja produção é um pouco inferior aos outros Estados, a cajucultura contribui para a fixação do produtor no campo devido a todo o processo produtivo ser realizado pela agricultura familiar (COSTA, 2001).

Sob a ótica econômica, a cajucultura atualmente ocupa 670 mil hectares, que representam 99% da área com cajueiro no Brasil. O Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pernambuco e Bahia são os Estados com maior participação na área plantada (gráfico 4).

Gráfico 4



Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2005 a safra total foi de 148.042 t. Desta, os referidos estados produziram um percentual de 90%, traduzidos em 133.996 toneladas. Ressalta-se que de 1000 kg de castanha de caju obtém-se 230 kg de amêndoa.

Tradicionalmente os produtos derivados do cajueiro se dividem em: líquido de castanha de caju - LCC (óleo bruto) e amêndoa de castanha de caju - ACC (semiprocessada) para o mercado externo; ACC torrada e salgada, suco integral, polpa, cajuína e doces, para o mercado interno. Face a estes produtos, o grande potencial de diversificação e agregação de valor do agronegócio do caju está alicerçado, basicamente na produção e exportação de amêndoas de castanha de caju. A tabela 2 apresenta um retrato do suprimento de amêndoa de castanha de caju no Brasil, entre os anos de 2000 a 2005.

Tabela 2 – Estimativa de Suprimento de Amêndoa de Castanha de Caju 2000-2005 (em 1000kg.).

Ano/Safra	Estoque Inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque Final
2000	25,9	37.954	11,34	37.992	4.365	33.588	38,9
2001	38,9	33.173	0,00	33.212	3.815	29.356	40,8
2002	40,8	34.029	0,00	34.070	3.913	30.114	42,6
2003	42,6	46.973	1,17	47.017	5.402	41.569	45,7
2004	45,7	53.609	0,75	53.655	6.165	47.442	48,4
2005	48,4	47.297	0,00	47.346	5.439	41.856	50,5

Fonte: IBGE, Secex, Sindicatos e Mercado.

Elaboração: Conab, 2006.

No período apresentado, a produção nacional de castanha de caju sofreu acréscimos ao sair do patamar de 37.000 t. para 53.000 t., este crescimento representou em média um aumento de 40% no total produzido. Entretanto, em 2005 devido à falta de chuva no período de produção do cajueiro, houve uma queda da ordem de 10% comparada a 2004.

O consumo doméstico do produto é pequeno, variando de 10% a 15%. Segundo informações do setor, a demanda interna é para a indústria de chocolate e para os poucos brasileiros que têm o hábito de consumir a amêndoa de castanha de caju cujo preço no varejo é elevado. A maior parte da produção vai para o mercado externo, principalmente para os EUA e Europa.

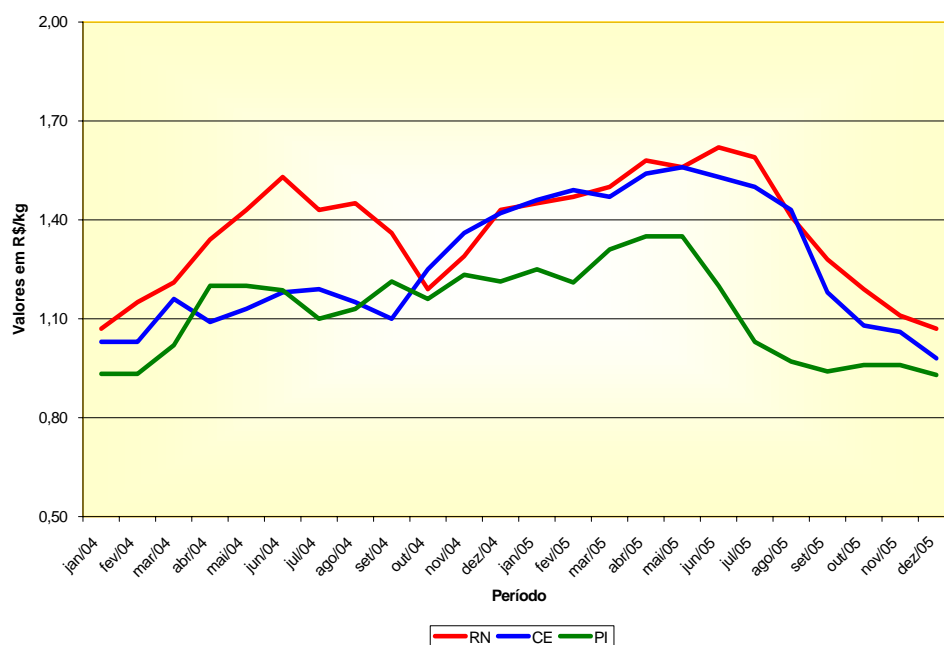
Quanto às importações, dados da Secex indicam que a quantidade importada, nos últimos cinco anos, foi praticamente irrisória. Para a próxima safra 2006/2007, o setor estima uma leve queda na produção e nos preços. A primeira é devido a questões climáticas conforme ocorreu em 2005, (falta de chuva) e o segundo, reporta-se à desvalorização da taxa cambial, conforme vem ocorrendo nos últimos meses.

2.2 - Preços

Como a castanha de caju é um produto de exportação, os preços acompanham as tendências mundiais. Conforme já mencionado, a quantidade exportada em 2005 foi menor que em 2004, entretanto, a receita auferida foi maior. Esta tendência também refletiu nos preços recebidos pelos produtores, conforme pode ser visto no gráfico 5.

Gráfico 5

Preços recebidos pelos produtores 2004-2005



A partir de junho de 2005, quando a Índia e o Vietnã tornaram oficiais os respectivos números de produção, os preços voltaram a declinar haja vista o excesso de produção países.

Apesar da queda, a média do preço recebido pelo produtor em 2005 foi de R\$1,29/kg, (Gráfico 5), ou seja, 16% maior que o preço recebido em 2004, quando o valor médio era de R\$1,17. E ainda, se comparado ao preço mínimo proposto pelo governo que era de R\$1,00, o percentual passa para 29%.

Levantamento feito pela Conab/CE indica que o preço médio recebido pelo produtor no mês de janeiro/06 foi de R\$1,00/kg de castanha *in-atura*.

3 - Atuação Governamental

As ações governamentais desenvolvidas no setor se referem à produção e à comercialização.

A primeira é um projeto do governo do Ceará, denominado de Modernização da Cajucultura no Ceará. Este projeto tem como objetivo principal fortalecer a cadeia produtiva do caju, por meio de implementações direcionadas para o aumento da produção, produtividade, melhoria da qualidade e competitividade dos produtos derivados do caju.

A coordenação está a cargo do Sebrae/CE e o Sistema FAEC/SENAR que conta com a parceria de várias instituições tais como: Sindicaju, Embrapa, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Sindicatos Rurais, Ascaju, Produtores Rurais, dentre outras.

O público alvo é os pequenos e médios produtores localizados nos pólos da cajucultura cearense. Para tanto, a estratégia é disponibilizar tecnologias, produtos e serviços, assistência técnica regular e de qualidade, por intermédio do assessoramento tecnológico, qualificação e capacitação de mão-de-obra e, principalmente, mecanismos eficientes de transferência e difusão de tecnologias, (Sebrae/CE, 2005).

A segunda atuação governamental ocorreu no Estado do Rio Grande do Norte, também via projeto denominado Revitalização das Mini Fábricas de Castanha. Segundo informações da Conab/RN, o projeto que é coordenado pela Fundação Banco do Brasil, em parceria com o Sebrae/RN, conta com o apoio da Emater, Emparn, Embrapa e Conab.

O objetivo central é revitalizar as mini fábricas do Estado que estão em funcionamento, porém abaixo da capacidade instalada. A estratégia é incentivar além do beneficiamento da castanha de caju, o processamento do caju em doces, sucos, rapaduras e alimentação animal. Espera-se para 2006/2007, que 100% das expectativas iniciais sejam alcançadas.

A partir deste projeto, os pequenos produtores do Estado, associados a Coopercaju exportaram em fevereiro, para a Itália, 15 toneladas de amêndoa de castanha de caju. Esta ação ocorreu por intermédio do Programa de Aquisição da Agricultura Familiar (PAA), na qual a Conab/RN viabilizou a compra de 330 toneladas de castanha de caju, através das associações/cooperativas, beneficiando 191 produtores rurais.

O Governo do Rio Grande do Norte atuou também na distribuição de mudas do caju, da variedade “anão precoce”, com o objetivo de aumentar a produtividade, uma vez que a área plantada no Estado foi reduzida.

4 – Proposta de Preço Mínimo

Para a safra 2006/2007 foi elaborada uma proposta de preços mínimos fundamentada no custo variável de produção e no preço de paridade de exportação.

Por ser uma atividade extrativista, o principal componente do custo de produção da castanha de caju é a mão-de-obra. Neste sentido foi considerado como parâmetro o salário mínimo de R\$350,00 que entrará em vigor a partir de abril de 2006.

Assim, considerando uma produtividade média de 260/kg/ha, os tratos culturais, a colheita e a mão-de-obra têm-se um custo de R\$1,15/kg de castanha *in natura*. Comparando-se com o custo produção da safra 2005/06 (R\$ 1,00/kg), verifica-se que houve acréscimo de 15%.

A paridade de exportação calculada com base na taxa de câmbio a R\$2,20 % apontou para o valor de R\$1,61/kg FOB Fortaleza e R\$ 1,41/ FOB recebido pelo produtor.

Preço Mínimo Proposto

Fundamentado neste contexto propõe-se para a safra 2006/2007 um preço mínimo de R\$1,15/kg. Este valor tem por objetivo aproximar o preço de paridade recebido pelo produtor do preço FOB Fortaleza e cobrir os custos variáveis de produção. Espera-se com esta proposta, manter a atividade na região, principalmente devido às ações governamentais que vêm sendo desenvolvidas nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte.

O Brasil, diferentemente da Índia e do Vietnã, beneficia a castanha de caju mecanicamente, comprometendo sua qualidade e preço. Todavia, ele ainda está entre os três maiores países produtores e exportadores do mundo. Portanto, a atividade precisa ser incentivada via preço mínimo, para que esta posição não seja comprometida.

E, finalmente, elevar a auto-estima do pequeno produtor, ao considerá-lo capaz de trabalhar, gerar sua própria renda e sustentar sua família.

**CASTANHA-DO-BRASIL
PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO
SAFRA 2006/2007**

Humberto Lobo Pennacchio¹

1 - Introdução

O cultivo da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* H.B.K.), ocorre nos Estados brasileiros do Acre, Amazonas, Pará, Roraima e Rondônia, e em boa parte do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Sua madeira é de ótima qualidade para aplicação tanto na construção civil, como na indústria naval e também em obras externas. É uma espécie encontrada em solos pobres, desestruturados, drenados e argilosos ou argilo-arenosos. Não é encontrada em áreas com drenagem deficiente nem em solos excessivamente compactados, adaptando-se bem em terras firmes e altas. Vegeta naturalmente em clima quente e úmido, em áreas com precipitação média entre 1500 a 2800 mm/ano, áreas com grandes períodos sem água. Seu fruto é um pixídio lenhoso, globoso, recebendo o nome de “ouriço” e suas sementes ou “castanhas”, que possuem no seu interior as amêndoas, são de grande utilidade e de alto valor econômico. Seu valor protéico é grande para fins alimentícios, pois a amêndoa desidratada possui em torno de 17% de proteína - cerca de cinco vezes o valor protéico do leite bovino *in natura*, rica também em gordura, possui em torno de 67%.

Originária exclusivamente da floresta amazônica, se caracteriza pelo extrativismo de coleta e com o declínio da produção extrativista da borracha, passou a ocupar papel fundamental na geração de renda para muitas famílias que se ocupam da atividade extrativista na região Amazônica, fixando-as na floresta nativa.

Nos últimos anos, os Estados que compõem a região amazônica, em especial Acre, Amazonas e Amapá, vêm desenvolvendo ações em conjunto com o Governo Federal, de políticas, com o objetivo de revitalizar e valorizar as atividades extrativistas sustentáveis na floresta.

Nesse sentido, ganha destaque a cadeia produtiva da castanha-do-brasil, em razão de sua perfeita adaptação às exigências de preservação da natureza e de seu elevado cunho social, pois representa, em conjunto com a seringueira, a base de sustentação das famílias extrativistas, ajudando a mantê-las na floresta.

Assim, a proposta, a seguir apresentada, insere-se nesse contexto, sugerindo preços (para fins de realização de operações de EGF) em patamares que procuram acompanhar esta nova realidade.

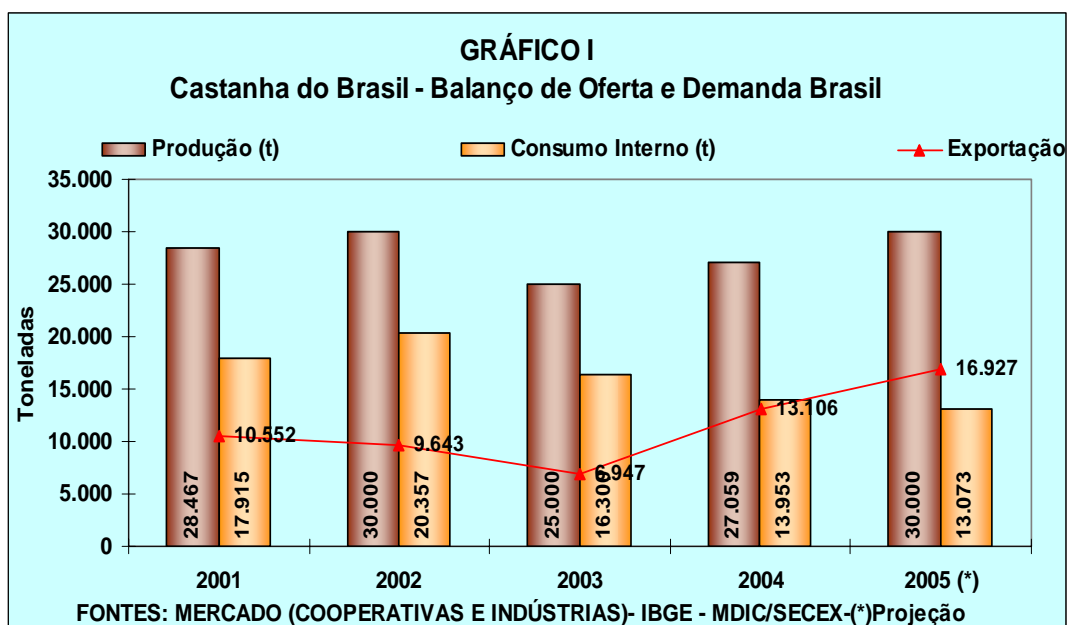
2 - Aspectos Conjunturais

A produção brasileira de castanha está distribuída entre os Estados do Pará, Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia e Mato Grosso, sendo que os três primeiros respondem por cerca de 80% do volume produzido.

¹ Analista de Mercado da Castanha-do-Brasil.

Conforme pode ser observado no Gráfico I, oferta e demanda do Brasil, a produção recuou para 25.0 mil toneladas em 2003, menor volume dos últimos quatro anos. Esse decréscimo ocorreu em razão do ciclo produtivo da cultura e da redução de castanhais produtivos (derrubadas da floresta para formação de pastagens).

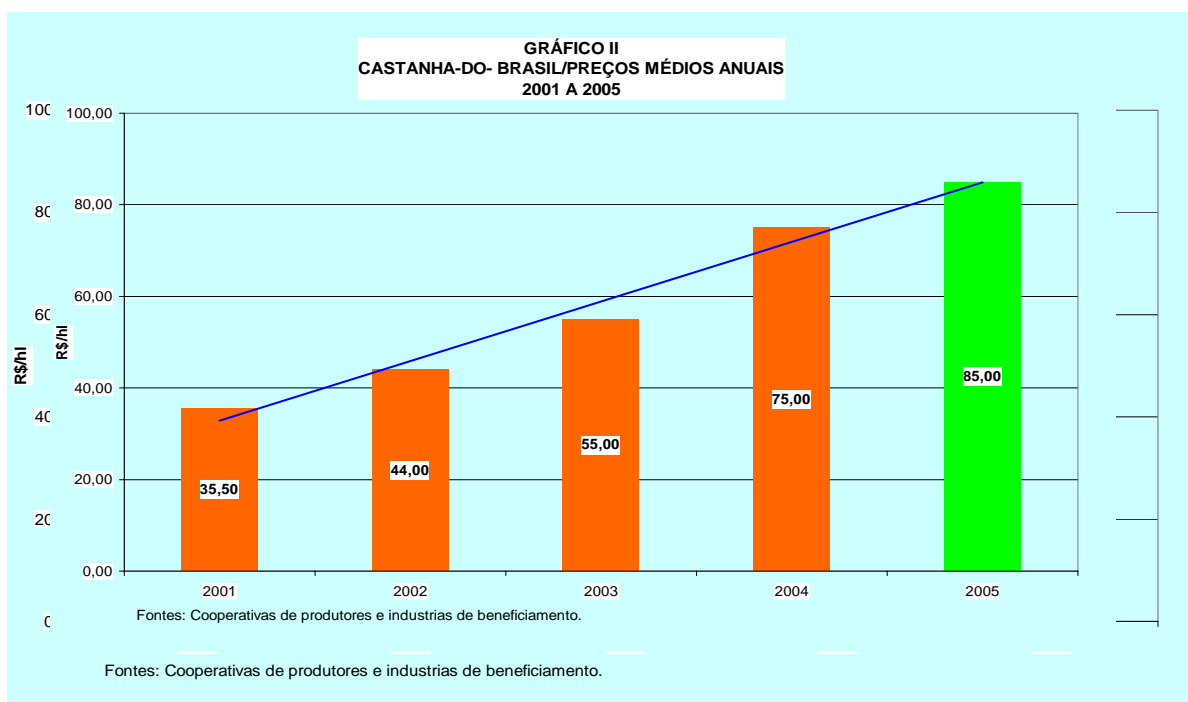
As expectativas para a safra de 2006 (atualmente em período de coleta) são de estabilização da produção mantendo os volumes de 2002 e 2005, tendo em vista o início de novo ciclo produtivo.



Quanto às exportações e ao consumo interno (que engloba produto para consumo “in natura” e direcionado à indústria), a proporcionalidade dos últimos anos, 30% a 40% (exportações) contra 60% a 70% (consumo interno), alterou-se, pois o sucesso das ações de compra da matéria-prima para beneficiamento por parte das cooperativas de produtores, que se localizam no Acre (cinco), Oeste do Amazonas (uma) e Amapá (uma), fez com que essa relação já em 2004, chegasse próxima 50% e em 2005, praticamente se inverteu com o crescimento das exportações.

3 - Comercialização

Nos últimos quatro anos, conforme demonstrado no Gráfico II, os preços médios no mercado interno apresentaram contínua elevação, com destaque para os dois últimos anos (2003 e 2004), período em que os preços mais que dobraram em relação a 2001. Tal quadro se deve aos seguintes fatos:



1. Programas estaduais de revitalização do extrativismo florestal sustentado, incluindo melhoria de renda do produtor (coletador), com destaque para o Estado do Acre, que junto ao Estado do Amazonas responde 50% da produção nacional;
- 2) Melhoria da qualidade do produto, via implantação de programas de boas práticas de manejo junto aos extrativistas, em especial no Estado do Amazonas;
- 3) Implantação pela Conab do “Programa de Compra Antecipada da Produção de Extrativistas Familiares”, dentro do PAA, junto a cooperativas localizadas no Acre e no Amazonas (região de Boca do Acre) o que elevou os preços recebidos pelos produtores de R\$ 0,80/kg em média para R\$ 1,70/kg;
- 4) Forte redução na saída de matéria-prima do Acre, por conta da tributação da castanha “in natura” em mais de 100% sobre o valor de mercado e da implantação de usinas de beneficiamento naquele Estado, medida que refletiu diretamente nos preços e na qualidade do produto;
- 5) Reação dos preços no mercado externo, que passaram de US\$ 1,20/lb peso – FOB porto origem (média dos meses de fevereiro/05 e julho/05) para US\$ 1,80/lb peso em agosto/05, alcançando US\$ 1,90/lb peso no mês de setembro.

Para o 2006, são boas as expectativas de manutenção das condições favoráveis à comercialização do produto, tendo em vista que as novas alternativas de venda, via cooperativas e as medidas tributárias para reduzir a saída de matéria-prima do Acre (responsável por quase 50% da produção nacional) sustentarão os preços aos patamares próximos aos observados neste momento.

4 – Custos de Produção

Para efeito do produto “in natura”, o custo de produção refere-se às despesas de coleta (apanha e quebra do ouriço, ensaque das castanhas, transporte mato/casa, lavagem e primeira secagem), basicamente mão-de-obra.

Segundo algumas estimativas do setor produtivo (cooperativas e Embrapa) e de algumas indústrias do setor (localizadas em Belém - PA), o custo situa-se entre R\$ 32,00/hl a R\$ 38,00/hl, correspondente a R\$ 0,58/kg a 0,69/kg ou R\$ 5,80/lata a R\$ 6,90/lata (um hectolitro corresponde a 5,5 latas de 10kg). Quanto à castanha beneficiada, informações obtidas junto ao setor de industrialização dão conta que o custo de produção deverá se situar entre R\$0,90 a R\$ 1,10/kg.

5 – Proposta de Preços Mínimos

Diante dos fatos e considerações aqui expostas, propõe-se que os novos preços mínimos da safra 2006/07 sejam estipulados com base nos valores do custo de produção. Assim para a castanha com casca o valor proposto é de R\$ 49,18/hl e para amêndoa R\$ 2,34/kg. Em relação aos atuais preços em vigor representam incrementos de 22,95% e 23,06, respectivamente.

6 – Impacto Esperado

Manter o estímulo, via EGF, ao desenvolvimento econômico e social sustentado das comunidades extrativistas, através da geração de renda melhorando assim a qualidade de vida dessas comunidades, fixando-as de maneira racional em seu habitat natural ao mesmo tempo em que ajuda a promover o desenvolvimento sustentável, evitando assim a propagação de atividades de impacto ambiental destrutivo na Amazônia.

**CASULO DE SEDA
PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO
SAFRA 2006/2007**

Humberto Lobo Pennacchio¹

I - Introdução

O bicho-da-seda é originário da China e há cerca de 5.000 anos vem sendo criado pelo homem para obtenção de fios de seda. Da China o inseto foi introduzido no Japão, no Turquestão e na Grécia. Em 1740, o bicho-da-seda passou a ser criado na Espanha, na França, na Itália e na Áustria. No Brasil, a introdução da sericicultura ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1848, e em 1922, na cidade de Campinas - SP, onde foi criada a Indústria de Seda Nacional S.A. A partir daí a sericicultura tornou-se uma importante atividade para a agroindústria brasileira e, atualmente, o Estado do Paraná é o maior produtor nacional de casulos do bicho-da-seda.

No Brasil, a sericicultura é uma importante atividade agroindustrial que contribui substancialmente para a economia rural. A atividade tem-se desenvolvido, sobretudo nas pequenas propriedades rurais, onde predomina o trabalho familiar, representando uma alternativa importante para a melhoria da renda dessas famílias e contribuindo de forma significativa para a diminuição do êxodo rural. Somando-se a essas características, a sericicultura contribui para o desenvolvimento sustentável do país, em virtude de seu relevante aspecto social e por se tratar de atividade de baixo impacto no meio ambiente.

A sericicultura é uma atividade integrada indústria-sericultor, abrangendo o cultivo da amoreira (*Morus* sp.), e a produção desde a obtenção dos ovos até o cultivo das lagartas do bicho-da-seda no campo (Manual de Sericicultura, 2000). O bicho-da-seda da amoreira, *Bombyx mori* L. (Lepidoptera:Bombycidae), contribui com 95% da produção total de fios de seda utilizada nas confecções de diferentes tipos de tecidos (Fonseca & Fonseca, 1986; Watanabe *et al.*, 2000). Para o sucesso de uma grande produção de seda com fios de qualidade é necessário a seleção de raças resistentes a doenças, que suportem as condições do campo e que tragam em seu código genético informações que possibilitem a produção de altos teores de seda. Portanto, é de suma importância caracterizar e selecionar raças de bichos da seda, que sejam boas produtoras no campo.

As raças japonesas apresentam alto teor de seda no casulo, e as raças chinesas apresentam uma maior resistência ao cultivo no campo. Desta forma, para obtenção do híbrido de alto valor comercial, que apresente elevado rendimento de casulos por grama de ovos e alto rendimento de seda, índices estes importantes para produtores e indústrias de fiação, e que sejam ao mesmo tempo resistentes no campo, procura-se misturar as características genéticas das raças japonesas e chinesas.

¹ Analista de Mercado Seda.

II - Panorama internacional

As exportações brasileiras de seda alcançaram em 2005, 1.542 toneladas a um preço médio de US\$ 22,76 por tonelada, em termos nominais uma queda de 13% em volume em relação a 2004, gerando uma receita de 35 milhões de dólares. O **Quadro I** relaciona as exportações brasileiras nos últimos seis anos.

QUADRO I
BRASIL - EXPORTAÇÃO DE FIOS DE SEDA - 2000 a 2005

PERÍODO	Quant/t	US\$ 1000 FOB	US\$/KG
2000	1.570,1	49.305,2	31,40
2001	1.337,7	39.355,5	29,42
2002	1.447,4	35.263,5	24,36
2003	1.485,9	29.313,9	19,73
2004	1.773,0	36.264,0	20,45
2005	1.542,0	35.098,0	22,76

Fonte: Decex

Elab: Conab/Digem/Sugof

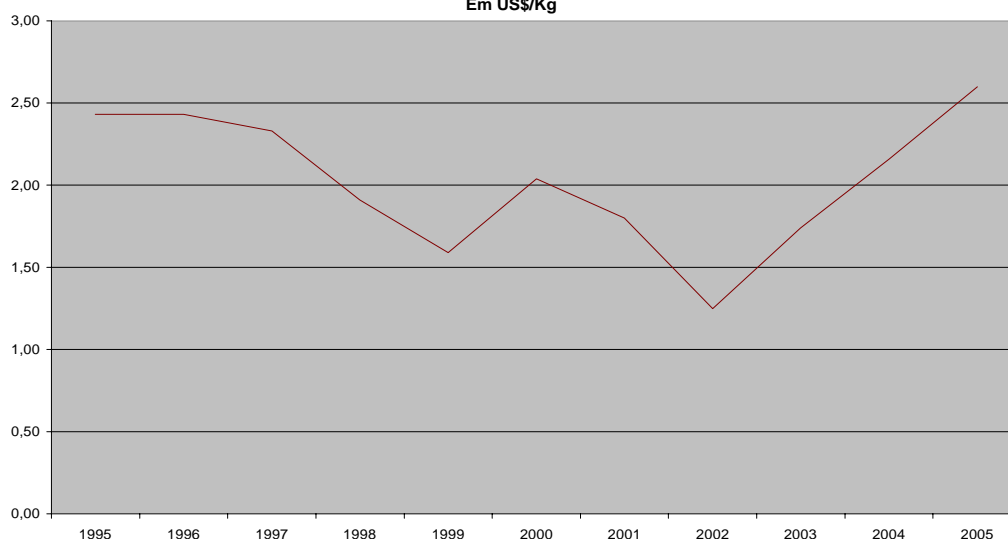
As exportações de fio de seda do Brasil têm como destino os seguintes países: Japão, responsável por cerca de 75% das aquisições, seguido pela Coréia do Sul, Índia, Estados Unidos, Turquia e Europa. A China é o maior produtor de fios de seda do mundo. Em 2005, a produção mundial totalizou cerca de 138,6 mil toneladas das quais 95 mil foram produzidas na China e 13 mil no Vietnã que é o segundo maior produtor do mundo.

III - Panorama nacional

A sericicultura é uma importante atividade da agroindústria nacional, tanto no que concerne aos seus aspectos econômicos, como sociais. A cadeia produtiva da seda apresenta um faturamento bruto anual da ordem de US\$ 129 milhões, a maior parte, na forma de divisas auferidas com exportações, uma vez que 97% da produção de fios de seda é destinado a este mercado. O Paraná é o principal Estado produtor, explorando uma área de 34 mil hectares de amoreira, que abrange cerca de 241 municípios e 7.634 criadores; permitindo a geração de mais de 35.000 empregos diretos na zona rural. Em segundo lugar vem o Estado de São Paulo.

O Gráfico I, mostra a evolução dos preços recebidos pelos produtores no Estado do Paraná nos últimos dez anos. A partir de 2002, período em que a cotação chegou a US\$ 1,15/kg (menor valor), os preços vêm se recuperando até ultrapassar a média de 1995, que foi de US\$ 2,45. Em dezembro de 2005 o produtor comercializou o produto a razão de US\$ 2,60/Kg.

Gráfico I
Preços Médios Recebidos Pelos Produtores Paraná
Em US\$/Kg



A produção nacional vem se mantendo estável, segundo dados da FAO, desde 2003, estacionada em 1.580 toneladas. Esta estabilidade tem de certa forma trazido vantagens aos produtores, tais como o aumento nos preços, mas é bem verdade que esta realidade chega a preocupar, pois com a produção estabilizada, as exportações do produto em queda, vide quadro I, é um sintoma de que o setor está necessitando de maiores cuidados, pois sendo uma atividade basicamente familiar, está muito susceptível a instabilidades de toda forma.

IV – Custo de Produção

Sendo uma atividade que é basicamente desenvolvida em pequenas propriedades rurais, onde predomina o trabalho familiar, o custo de produção do casulo da seda está muito calcado na mão de obra, que tem grande peso na composição do mesmo. Outro fator preponderante é a baixa capacidade do sericicultor em se tecnificar, o que de certo modo onera o produtor.

O Quadro II ilustra as várias etapas, itens, usados na composição do custo de produção. São 15 itens que o compõe, tomando-se como base uma produtividade média de 650 kg/ha, que em determinadas propriedades pode atingir até 850 kg/ha. Os valores usados na composição de custo tem como base o mês de Novembro de 2005. Na apuração final chegou-se ao valor do custo variável de R\$ 3.119,13, ou R\$ 4,80/kg. Levando-se em consideração que o produtor, no Estado do Paraná, recebia em novembro de 2005, R\$ 5,92/kg, pelo casulo de primeira, a margem entre o seu custo de produção e os preços recebidos situava-se em torno de 23,74%.

Quadro II
CUSTO VARÁVEL/HECTARE DE AMOREIRA/CASÚLO DE SEDA

Produtividade 650 kg/há

OPERAÇÕES	EQUIPAMENTOS / INSUMOS	QUANTIDADE
1. Operação com máquinas	trator + equipamentos	4,55 h
2. Cal Virgem		70,00 Kg
3. Lagartas 3º idade	Caixas	7,00 cx
4. Formol		100,00 Kg
5. Cal Hidratada		140,00 Kg
6. Calcário		3,00 Ton
7. Adubo Orgânico(esterco de poedeira)		10,00 Ton
8. Capinas	mão-de-obra	17,00 H.D.
9. Podas	mão-de-obra	4,00 H.D.
10. Aplicação de Adubo	mão-de-obra	4,00 H.D.
11. Transporte		
13. Outras despesas		
14. Energia Elétrica		56,00
15. Mão de Obra do Barracão	diárias	20,00 H.D.

V – Preço Mínimo

Do exposto, com base nos dados apresentados, e ainda buscando apresentar uma proposição que dê condições para os produtores e mesmo o setor sericícola, obterem recursos suficientes, via financiamento para mantê-los na atividade, está sendo proposto o novo preço mínimo de R\$ 4,24/kg para o casulo da seda, valor que representa o custo variável de produção calculado para a atual safra. Em relação ao custo da safra anterior, representa um crescimento de 11,58%.

**CERA DE CARNAÚBA
PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO
SAFRA 2006/2007**

Debora de Moura

1. Panorama Internacional

A cera de carnaúba, por ser um produto extrativista regional, tem como único país produtor e exportador o Brasil. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), em 2005 foram exportadas 14.885 toneladas do produto, perfazendo um montante de receita de US\$ 39,3 milhões. As principais movimentações no mercado internacional de cera de carnaúba, nos últimos dois anos (2004 e 2005), podem ser melhor visualizadas na tabela 1.

Tabela 1 – Exportações de Cera de Carnaúba, 2004 - 2005.

Ano Mês	2004		2005	
	Qtidade ton	Valor 1000Fob	Qtidade ton	Valor 1000Fob
Jan	1.159	2.013	1.232	3.352
Fev	1.310	2.566	924	2.509
Mar	1.711	3.738	1.285	3.376
Abr	1.366	3.234	1.440	3.841
Mai	1.204	3.002	1.396	3.826
Jun	1.019	2.012	1.028	2.919
Jul	960	2.051	1.241	3.284
Ago	1.020	1.952	958	2.417
Set	946	1.707	1.387	3.770
Out	921	1.876	1.243	3.132
Nov	1.419	3.052	1.397	3.484
Dez	1.252	3.277	1.355	3.412
Total	14.286	30.480	14.885	39.322

Fonte: Secex, 2005.

Elaboração: SUINF/GEINT

Cabe destacar que ao se comparar o quantitativo exportado em 2005 com 2004, é notório que mesmo com um aumento de apenas 4% na quantidade exportada, o valor da receita auferida em 2005 foi 28,9% maior, passando de US\$30,5 para US\$39,3 milhões dólares FOB.

Ressalta-se que do total exportado em 2005 os EUA adquiriam 3.955 toneladas, o Japão 3.577 e a Itália 779 toneladas, aos valores de US\$11,6, US\$10,5 e US\$1,95 milhões FOB, respectivamente.

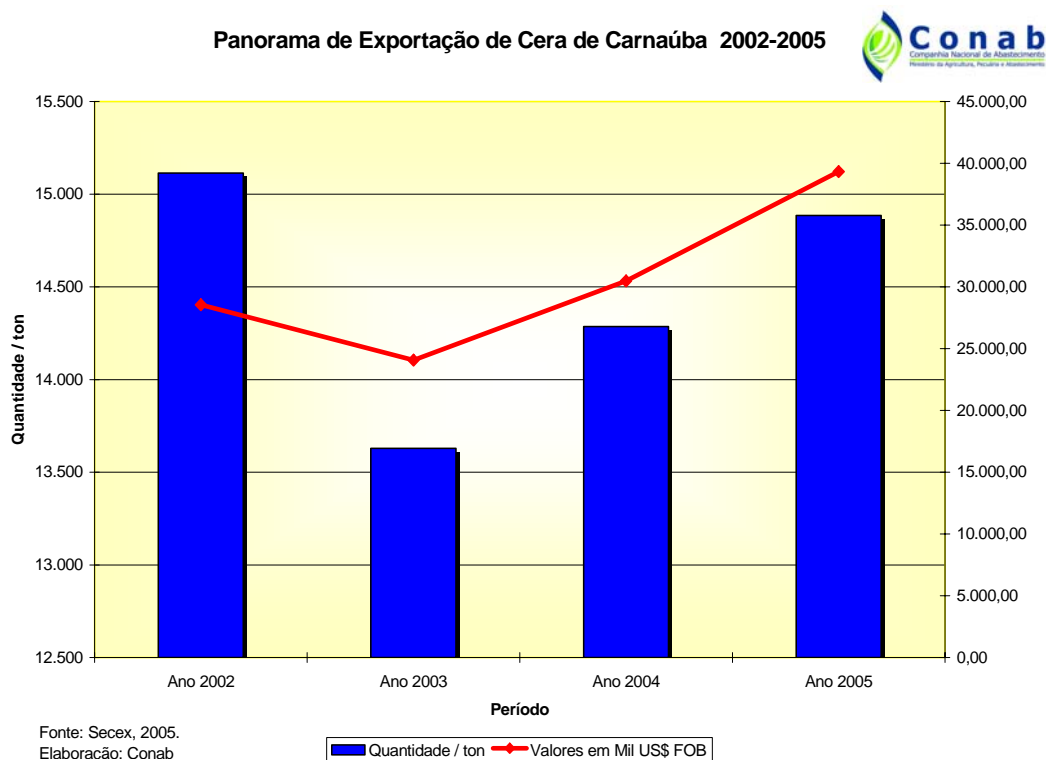
A partir dos dados apresentados no gráfico 1, tem-se que as exportações brasileiras de cera de carnaúba sofreram uma queda acentuada em 2003.

O mercado da cera de carnaúba é muito restrito, quem “dita” os preços são os compradores. Este comportamento pode ser visto no gráfico 1. Em 2003,. Segundo o setor, esta queda de 10% na exportação reflete a baixa de preços no mercado internacional o que conseqüentemente forçou a queda na produção e desestimulou a extração da cera no campo.

Como 2003 terminou com preços baixos, a expectativa para 2004 era de melhores preços e foi o que realmente aconteceu. Assim, de posse de um estoque maior e com a valorização do preço da cera no mercado internacional a quantidade exportada em 2004 aumentou em 5%.

Já em 2005 o incremento comparado a 2004 foi de 5% e a 2003 foi maior ainda, cerca de 10%. Certos de que o preço da cera fechou 2004 a melhores preços, toda a cadeia da cera se sentiu estimulada a ponto e produzirem, venderem no mercado interno e exportarem mais.

Gráfico 1



2 – Panorama Nacional

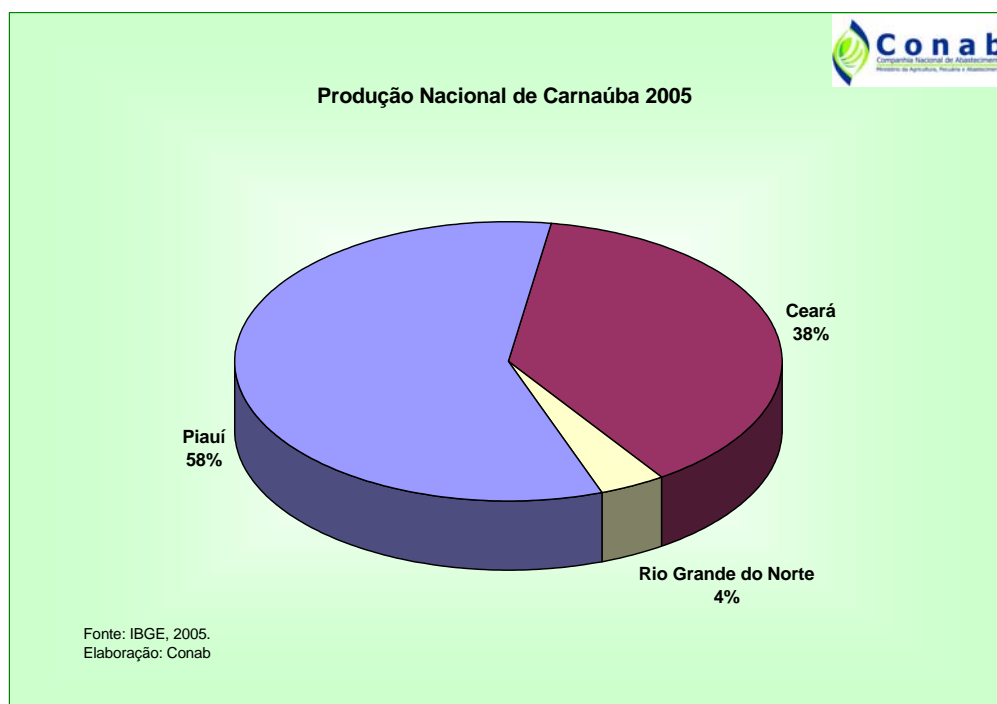
A carnaúba e seus derivados são produtos de sustentação da economia da região Nordeste, principalmente nos Estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Apesar do Brasil ser o único país produtor da cera de carnaúba, o setor ainda não conseguiu se organizar eficazmente. Nesse sentido, e mesmo com a criação da Câmara Setorial da Cera de Carnaúba, ainda não há uma instituição que atualize e divulgue os dados referentes ao produto. Oficialmente apenas o IBGE e a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), publicam informações relacionadas à exportação do produto.

De acordo com a Secex, o Brasil exportou em 2005, 14.885 toneladas de cera. O consumo interno estimado foi de aproximadamente 2.200 tonelada/ano. Quanto à produção, ressalta-se que na ausência de levantamentos específicos para quantificá-la o mercado trabalha com estimativas feitas a partir do volume exportado. Dessa forma, e preliminarmente para 2005, o setor trabalha com um montante aproximado 17.000 toneladas.

De acordo com dados do IBGE (2005), os principais Estados produtores são: Piauí 58%, Ceará 38% e Rio Grande do Norte 4% (Gráfico 2).

No Brasil a matéria-prima cera é utilizada em vários segmentos industriais, principalmente na fabricação de ceras para limpeza doméstica. Assim, do total consumido internamente, algo em torno de 13%da produção, cerca de 60% é demandado por duas grandes empresas do setor.

Gráfico 2



O remanescente é utilizado em outras aplicações tais como: na indústria farmacêutica, na fabricação de cosméticos e produtos de limpeza, filmes plásticos e fotográficos e ainda na composição de revestimentos, impermeabilizantes, lubrificantes, vernizes, revestimentos de frutas, *Cds* e *chips* de computadores.

2.2 - Preços

Acompanhando a tendência mundial de preços no mercado externo, os valores recebidos pelos produtores para as ceras tipos 1 e 4 (gráfico 3), no ano de 2005 registraram oscilações pouco significativas haja vista a regularidade da oferta do produto por parte do Brasil, igualmente correspondida pelos demandantes da matéria-prima oriundos de outros mercados.

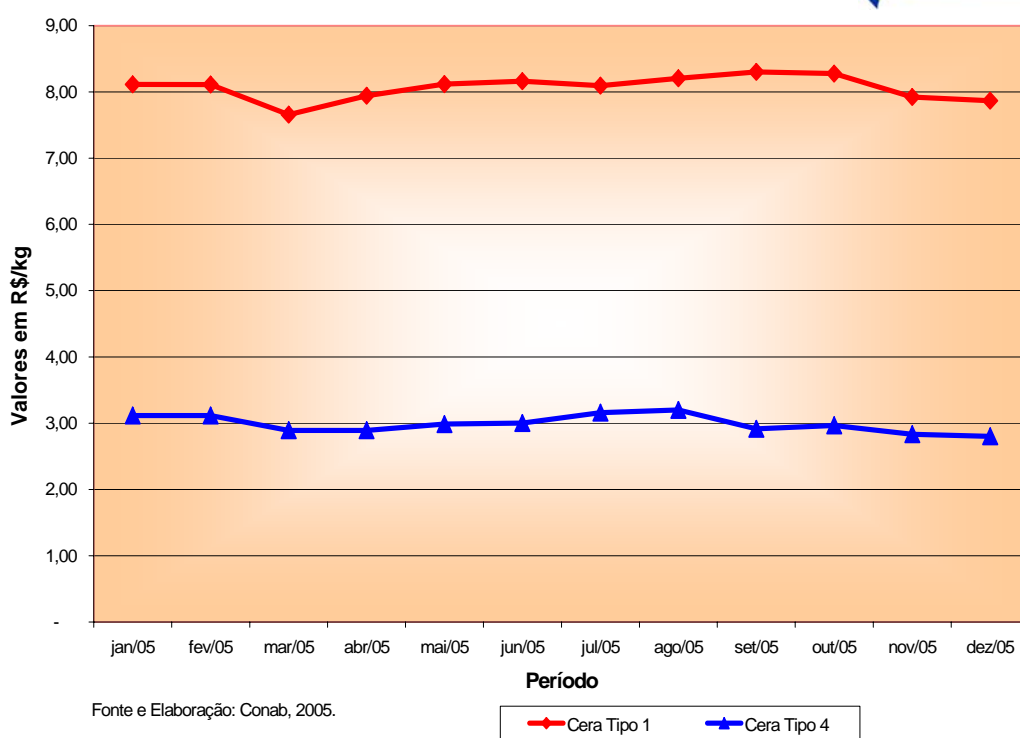
De acordo com informações da Conab/CE, o preço mínimo estabelecido pelo governo para a cera Tipo 4, está equilibrando o mercado de cera nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Isto acontece quando o preço recebido pelo produtor fica abaixo do preço mínimo.

Neste caso, a Conab é acionada para intervir no mercado, via utilização de AGF. Geralmente, a partir desta mobilização, os preços se normalizam sem que a empresa realize a compra do produto.

De acordo com a Conab/CE, os preços recebidos pelos produtores em janeiro de 2006 foram os seguintes: a) - Cera Tipo 1 R\$ 6,33/kg, b) Cera Tipo 4 R\$ 2,80/kg, c) - Pó Cerífero Tipos A R\$ 5,00 e d) Pó Cerífero Tipo B R\$ 1,50/kg. No Piauí a comercialização nas seguintes bases: a) - Cera Tipo 1 R\$7,95/kg, Tipo 4 R\$ 4,25/kg, b) - Pó Cerífero Tipo AR\$4,90/kg e Tipo B, R\$1,46/kg.

Gráfico 3

Preços Recebidos pelos Produtores - 2005



Os preços de exportação FOB Fortaleza – CE, observados em janeiro/06 foram os seguintes: Cera Tipo 1 US\$1,94 e a Tipo 4 US\$0,70/ cents/lb.

3 – Proposta de Preços Mínimos

A proposta de preço mínimo da cera de carnaúba Tipo 4 para a safra 2006/2007, está alicerçada nos custos de produção e preço de paridade de exportação.

Na composição do custo de produção o coeficiente técnico mais relevante é a mão-de-obra, devido a atividade ser extrativista. Neste sentido tomou-se como base o salário mínimo R\$ 350,00 que entrará em vigor a partir de abril/2006. Assim, o custo variável de produção obtido foi de R\$ 3,49/kg. Em relação ao custo de produção da safra anterior ocorreu um incremento de 12,58%.

No cálculo da paridade de exportação o valor encontrado foi de R\$ 3,54 FOB porto de Fortaleza e R\$ 2,82 FOB produtor. Na composição do preço foi utilizado como parâmetro a taxa de câmbio de R\$ 2,20 por US\$.

3.1 - Preço mínimo proposto

Considerando os parâmetros acima indicados a proposição de preço para a safra 2006/07 é R\$3,28/kg para a cera tipo 4. Em relação ao preço mínimo da safra anterior a correção ora proposta é de 5,8%. A proposta está de acordo com a intenção de se conceder reajustes paulatinamente de maneira que o mercado aos poucos possa absorvê-lo evitando com isto o abandono dos carnaubais, como vêm acontecendo nos últimos anos.

Espera-se a partir desta proposta, contribuir para a manutenção da atividade da região, uma vez que a extração da cera de carnaúba ocorre em períodos de seca, coincidindo com a entressafra de outros produtos.

É também esperado que a partir dos preços mínimos, os extrativistas se sintam estimulados a adotar novas tecnologias de manejo, como vem sendo proposto pelos governos estaduais, para uma melhoria na qualidade da cera e conseqüentemente maior autonomia na determinação dos preços internacionais.

FEIJÃO
PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO
SAFRA 2006/2007

João Figueiredo Ruas

1. Produção Mundial

A cultura do feijão é praticada em aproximadamente 100 países, com elevado número de espécies e variedades, o que dificulta uma análise comparativa no tocante à qualidade e aos índices de produtividade.

A pouca importância comercial do produto, no âmbito mundial, aliada à falta de real conhecimento do seu mercado, e ao pequeno consumo entre os países do primeiro mundo, limita a expansão do comércio internacional, tornando-o de pouca expressão, uma vez que quase todos os países produtores são também grandes consumidores, sendo, desta feita, pequeno o excedente exportável, fato que gera um comércio internacional bastante restrito.

Os hábitos alimentares são bastante diversificados entre os países, e mesmo entre regiões de um mesmo país, no que se refere à preferência por tipos, variedades e classes.

No Brasil, o consumo do feijão-preto se concentra nos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, sendo que, para o Rio de Janeiro se destina a maior parte das importações da Argentina. Em menor escala, o consumo também abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo. O feijão-cores, por sua vez, tem o consumo concentrado nos Estados centrais, e em parte do Paraná e de Santa Catarina, enquanto o feijão macaçar é de consumo típico da Região Nordeste.

Cerca de 3/4 da produção mundial se origina de apenas sete países. Em anos recentes, o Brasil superou a Índia, passando a ser o maior produtor mundial dessa leguminosa. Entre os maiores produtores surgem a China, o México, os EUA, Myanmar e a Indonésia.

PAÍSES	PRODUÇÃO (1000 t)						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
ÁFRICA	2.013	2.153	2.773	2.722	2.679	2.601	2.771
AMÉRICA	6.823	6.584	5.919	7.632	7.376	6.878	7.243
ÁSIA	8.027	7.984	7.271	8.323	8.270	8.561	8.265
EUROPA	566	502	589	528	507	645	662
OCEANIA	47	37	50	39	55	40	50
MUNDO	17.476	17.259	16.601	19.244	18.886	18.725	18.992

fonte: FAO

2. Produção no Mercosul

Nos últimos quatro anos, a produção média de feijão, em países que compõem o MERCOSUL, ficou em 3,3 milhões de toneladas, sendo o Brasil o principal produtor, com cerca de 3.066,8 toneladas anuais, seguido da Argentina, com cerca de 212.3 toneladas, Paraguai, com 63.5 toneladas, e Uruguai, com 3.4 toneladas.

O Brasil se destaca como o maior produtor e consumidor, com participação superior a 90% na produção e no consumo.

A Argentina, segundo maior produtor, registra consumo *per capita* em torno de 470 g/ano, com saldo exportável médio de 180.000 toneladas anuais. O feijão é produzido, principalmente na região noroeste do país, nas províncias de Salta, Sgo. del Estero, Jujuy e Tucuman.

As principais classes de feijão produzidas na Argentina são o preto e o branco, comercializados em mercados distintos. Cerca de 90% do feijão branco são destinados à exportação. A União Européia é a principal importadora dessa classe, com a Espanha sendo a sua principal consumidora, seguida de Portugal, Itália e França.

O feijão-preto é exportado em sua totalidade, pois não existe consumo na Argentina para essa cultivar, com o Brasil se destacando como o principal importador dessa variedade. Outro importante comprador é a Venezuela.

PAÍSES	PRODUÇÃO (t)							
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Argentina	303,2	340,5	297,2	270,0	278,1	270,0	130,0	171,0
Brasil	2.206,3	2.895,7	3.098,0	2.587,1	2.983,0	3.261,3	2.978,3	3.044,4
Paraguai	40,0	43,1	36,6	66,9	54,7	66,9	65,2	67,0
Uruguai	3,1	3,2	3,2	3,2	3,4	3,2	3,4	3,4
TOTAL	2.552,6	3.282,5	3.435,0	2.927,2	3.319,2	3.601,4	3.176,9	3.285,8

fonte: FAO / Conab

3. Produção Nacional

Nos últimos quatro anos, a área média cultivada no Brasil ficou em 4,2 milhões de hectares, e a produção média em torno de 3.1 milhões de toneladas.

A produção de feijão-cores representa cerca de 64% do volume produzido, a de feijão-preto, 20%, e a de macaçar, 16%. O feijão carioca está distribuído de forma uniforme nas três safras anuais, o feijão-preto concentra-se no Sul do País e 75% de sua produção é oriunda da 1ª safra. A variedade macaçar, cultivada na Região Nordeste, concentra-se na 2ª safra, à exceção da produção do Estado da Bahia.

CALENDÁRIO DE COLHEITA:

1ª Safra: colheita de novembro a abril – concentração nas Regiões Sul, Sudeste, Goiás e Bahia.

2ª safra – colheita de abril a julho – concentração nas Regiões Nordeste, Sul, Sudeste e Goiás.

3ª safra – Colheita de agosto a outubro – concentração em Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Bahia.

4. Desafios do Setor

O feijão perdeu nesses últimos 12 anos cerca de 1,7 milhão de hectares para outras culturas. Mesmo as boas cotações do produto verificadas nos últimos anos, não foram capazes de recuperar parte da área perdida pela leguminosa.

Observa-se nitidamente redução de área nas regiões tradicionais de plantio, especialmente no Sul do País e parte da Região Sudeste. Os avanços tecnológicos têm compensado, de alguma forma, essas perdas graças às pesquisas com descoberta de variedades mais produtivas e resistentes a pragas e doenças e, ainda, à profissionalização do produtor.

O mercado mundial de feijão movimenta, anualmente, cerca de 19 milhões de toneladas do grão, com o Brasil sendo o maior produtor e consumidor do produto. Um dos maiores entraves à exportação está no fato do maior volume da produção nacional, quase 70%, ser do grupo carioca, de alta perecibilidade, e apesar de contar com a preferência nacional, tem aceitação limitada em outros países do mundo.

Portanto, quando ocorre quebra de safra e o produto fica escasso no mercado, não existe alternativa de substituição e, ao contrário, quando ocorre excesso de oferta, não há como desová-lo e a mercadoria fica escurecendo nos armazéns, perdendo qualidade, onerando os custos de carregamento e sofrendo forte deságio na venda.

Assim, seria importante incentivar estudos e pesquisas no sentido de viabilizar o plantio de variedades aceitas no mercado internacional. A variedade pinto americano e chileno, de pouca expressão no mercado brasileiro, é de maior aceitação mundial. O feijão-rajado, além de já estar adaptado no Norte do Brasil, tem forte aceitação nos continentes asiáticos e africanos. Em caso de uma superoferta, o produto poderia ser facilmente exportado, sem prejuízos para o produtor, que ainda será beneficiado pela Lei Kandir.

4.1- Dinamização do Cultivo

A crescente demanda mundial está voltada para o produto de alta qualidade, e o Canadá está acompanhando o desafio, exportando feijão para mais de 70 países, pretendendo incrementar sua parcela no comércio internacional, com a excelência em três critérios-chaves: tamanho, forma e cor.

O acesso ao mercado internacional representa um salto importante nas estratégias de produção e comercialização. Produzir para o mercado externo significa atingir níveis superiores de qualidade dos produtos, tendo em vista as exigentes condições que prevalecem no comércio internacional, além da competitividade nos custos de produção. Outros benefícios advindos da exportação decorrem da diversificação dos mercados, viabilizando maiores volumes de produção, incorporação de novas tecnologias produtivas, aperfeiçoamento da qualificação da mão-de-obra, dentre outras vantagens.

No entanto, o plantio de feijão no País, é efetuado através de “sementes caseiras” ou grãos comerciais, utilizados por volta de 80% dos produtores. Essa atitude talvez seja o motivo para o insucesso de tantas lavouras, pois são inúmeros os trabalhos científicos que provam a degeneração varietal,

contaminação por patógenos e os danos mecânicos que as “sementes carregam consigo”.

Neste contexto, a utilização de cultivares com toda a genética e tecnologia, tende, além de incentivar o plantio com qualidade, aumentar a eficiência na disponibilização de sementes e na transferência dos novos cultivares.

É importante esclarecer que algumas variedades trazidas para avaliação em diversos pontos do País, apresentaram resultados surpreendentes em termos de adaptabilidade e produtividade. O desenvolvimento de novas variedades poderá contribuir para mudar o cenário nacional, com a viabilização das exportações.

A empresa Nota Mil, desde o ano anterior, está mantendo negociações com diversas cooperativas do Sul do País, visando à participação em projetos de exportação.

O Brasil apresenta grandes vantagens competitivas. Além da boa produtividade, temos 3 (três) colheitas anuais contra 1 (uma) dos demais países, o que nos permite antecipar informações fundamentais para o plantio (preço, clima, etc).

No momento, as variedades exportáveis encontram dificuldades advindas de um câmbio que supervaloriza o real, onde o maior cuidado que se deve ter é que, essas variedades tenham o primeiro consumo aqui no mercado interno a um preço justo para o consumidor, pensando depois, no mercado internacional.

Um ponto positivo que se destaca é que variedades como o feijão-preto, vermelho e outras, não têm maiores problemas para serem estocadas, desde que bem acondicionadas não perdem a qualidade.

5. Retrospectiva da Safra Brasileira 2004/2005

5.1 - 1ª Safra ou Safra das águas

Nessa primeira safra ou safra das águas cultivada na Região Centro-Sul do país e no Estado da Bahia, a área plantada registrou decréscimo de 25,2%, se comparada com a safra anterior, passando de 1.371,1 mil ha para 1.024,9 mil há. Já a produção acusou redução de 133,7 mil t, passando de 1.235,1 mil t para 1.101,2 mil t.

No Sul do País, à exceção do Rio Grande do Sul, as chuvas foram excessivas em outubro e novembro, período recomendável ao plantio, atrasando os trabalhos de campo. Já em dezembro houve registro de estiagens, em janeiro chuvas mal distribuídas. O quadro desfavorável deu-se pelo baixo rendimento das lavouras.

No Rio Grande do Sul, onde aproximadamente 90% da área é cultivada com feijão-preto, as condições climáticas foram mais severas, provocando queda de 36% na produtividade.

A colheita foi concluída em abril devido ao atraso de plantio na região de Irecê, na Bahia, que encerrou em meados de janeiro, e a semeadura na região de Campos Novos, Concórdia e Curitibanos, que terminou no início de janeiro.

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 03/04	Safra 04/05	VAR. %	Safra 03/04	Safra 04/05	VAR. %	Safra 03/04	Safra 04/05	VAR. %
NORTE	3,8	4,0	5,3	500	550	10,0	1,9	2,2	15,8
TO	3,8	4,0	6,0	500	550	10,0	1,9	2,2	15,8
NORDESTE	409,9	205,0	(50,0)	347	408	17,6	142,2	83,6	(41,2)
BA	409,9	205,0	(50,0)	347	408	17,6	142,2	83,6	(41,2)
CENTRO-OESTE	61,4	47,8	(22,1)	643	1.971	206,5	39,5	94,2	138,5
MT	2,7	1,9	(30,0)	720	1.700	136,1	1,9	3,2	68,4
MS	2,6	1,5	(42,0)	900	1.200	33,3	2,3	1,8	(21,7)
GO	45,7	34,7	(24,0)	680	1.900	179,4	31,1	65,9	111,9
DF	10,4	9,7	(6,7)	403	2.398	495,0	4,2	23,3	454,8
SUDESTE	318,4	295,5	(7,2)	1.003	1.234	23,0	319,3	364,6	14,2
MG	230,4	218,9	(5,0)	750	1.140	52,0	172,8	249,5	44,4
ES	9,8	9,8	-	739	740	0,1	7,2	7,3	1,4
RJ	3,0	2,9	(5,0)	800	830	3,8	2,4	2,4	-
SP	75,2	63,9	(15,0)	1.820	1.650	(9,3)	136,9	105,4	(23,0)
SUL	577,6	472,6	(18,2)	1.268	1.178	(7,1)	732,2	556,6	(24,0)
PR	362,8	292,1	(19,5)	1.340	1.335	(0,4)	486,2	390,0	(19,8)
SC	105,1	85,1	(19,0)	1.150	1.140	(0,9)	120,9	97,0	(19,8)
RS	109,7	95,4	(13,0)	1.140	730	(36,0)	125,1	69,6	(44,4)
NORTE/NORDESTE	413,7	209,0	(49,5)	348	411	18,1	144,1	85,8	(40,5)
CENTRO-SUL	957,4	815,9	(14,8)	1.140	1.245	9,2	1.091,0	1.015,4	(6,9)
BRASIL	1.371,1	1.024,9	(25,2)	901	1.074	19,2	1.235,1	1.101,2	(10,8)

FONTE: CONAB - Levantamento: Ago/2005.

5.2 - 2ª SAFRA OU SAFRA DA SECA

A área plantada ficou 8,4% abaixo da cultivada na safra anterior. No Centro-Sul do País onde predomina o cultivo da classe anão cores, o declínio foi de 12,8%, e na Região Nordeste, cuja semeadura é quase na totalidade de feijão macaçar, a queda foi de 0,8%.

Os baixos preços das culturas concorrentes e a menor oferta do produto em função da expressiva quebra verificada na 1ª safra, foram fatores estimulantes a incrementar o cultivo. No entanto, as poucas chuvas registradas nos meses de janeiro e fevereiro, no Sul do País, inverteram a intenção.

Nos Estados do Sul do Brasil, os períodos de estiagens durante o desenvolvimento das lavouras e o excesso de chuvas na colheita, além de prejudicarem o rendimento das lavouras, afetaram a qualidade do produto que, em muitos casos, apresentaram grãos manchados, deformados e com elevado grau de umidade.

Na Região Nordeste, o clima adverso da quadra invernal, causou atraso no plantio que teve seu início em meados de março, sofrendo, posteriormente, com prolongados veranicos durante o desenvolvimento das lavouras. Com todos os problemas, a safra nordestina, ainda ficou acima da fracassada safra de 2004.

Em função da menor área cultivada e dos problemas climáticos já mencionados, a produção desta segunda safra recuou de 1.036,8 mil toneladas para 954,6 mil toneladas, refletindo queda de 9%, ou menos 105,1 mil toneladas.

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 03/04	Safra 04/05	VAR. %	Safra 03/04	Safra 04/05	VAR. %	Safra 03/04	Safra 04/05	VAR. %
NORTE	163,0	170,4	4,5	764	746	(2,4)	124,5	127,2	2,2
RR	1,2	1,5	25,0	600	600	-	0,7	0,9	28,6
RO	60,2	64,4	7,0	730	620	(15,1)	43,9	39,9	(9,1)
AC	14,4	16,6	15,0	583	560	(3,9)	8,4	9,3	10,7
AM	5,0	5,0	-	826	900	9,0	4,1	4,5	9,8
AP	0,9	1,0	10,0	530	630	18,9	0,5	0,6	20,0
PA	76,0	73,8	(2,9)	825	852	3,3	62,7	62,9	0,3
TO	5,3	8,1	52,0	800	1.128	41,0	4,2	9,1	116,7
NORDESTE	1.351,9	1.241,1	(8,2)	254	311	22,4	342,9	385,9	12,5
MA	75,0	74,3	(1,0)	457	460	0,7	34,3	34,2	(0,3)
PI	214,2	226,0	5,5	150	233	55,3	32,1	52,7	64,2
CE	551,9	488,4	(11,5)	260	295	13,5	143,5	144,1	0,4
RN	111,8	79,2	(29,2)	385	429	11,4	43,0	34,0	(20,9)
PB	215,0	202,1	(6,0)	290	310	6,9	62,4	62,7	0,5
PE	184,0	171,1	(7,0)	150	340	126,7	27,6	58,2	110,9
CENTRO-OESTE	77,9	56,3	(27,7)	1.300	1.135	(12,7)	101,3	63,9	(36,9)
MT	25,5	23,2	(9,0)	1.000	1.000	-	25,5	23,2	(9,0)
MS	26,0	15,6	(40,0)	1.100	1.000	(9,1)	28,6	15,6	(45,5)
GO	26,3	16,8	(36,0)	1.790	1.420	(20,7)	47,1	23,9	(49,3)
DF	0,1	0,7	600,0	1.000	1.750	75,0	0,1	1,2	1.100,0
SUDESTE	241,8	227,9	(5,7)	1.079	1.129	4,6	260,8	257,4	(1,3)
MG	161,2	164,7	2,2	1.055	1.100	4,3	170,1	181,2	6,5
ES	20,0	16,8	(16,0)	680	770	13,2	13,6	12,9	(5,1)
RJ	3,5	3,6	1,5	840	850	1,2	2,9	3,1	6,9
SP	57,1	42,8	(25,0)	1.300	1.406	8,2	74,2	60,2	(18,9)
SUL	189,6	159,2	(16,0)	1.088	943	(13,3)	206,3	150,1	(27,2)
PR	120,9	113,6	(6,0)	1.380	1.107	(19,8)	166,8	125,8	(24,6)
SC	35,3	28,2	(20,0)	780	655	(16,0)	27,5	18,5	(32,7)
RS	33,4	17,4	(48,0)	360	335	(6,9)	12,0	5,8	(51,7)
NORTE/NORDESTE	1.514,9	1.411,5	(6,8)	309	364	17,8	467,4	513,1	9,8
CENTRO-SUL	509,3	443,4	(12,9)	1.116	1.063	(4,7)	568,4	471,4	(17,1)
BRASIL	2.024,2	1.854,9	(8,4)	512	531	3,7	1.035,8	984,5	(5,0)

FONTE: CONAB - Levantamento: Ago/2005.

5.3 - 3ª Safra ou Safra de Inverno

A 3ª safra foi semeada a partir do mês de maio e a colheita se estendeu até final de outubro. A área estimada para a Região Nordeste apresentou aumento de 2,9%. Já nas Regiões Centro-Oeste e Sudeste, conduzidas sob irrigação, esse incremento foi de 11,2%, motivado pelos atrativos preços de mercado.

A Bahia (região nordeste), importante pólo produtor, seguido por Goiás e Minas Geral, junto contribuíram com cerca de 654,1 mil toneladas, ou seja, quase 70% do total estimado nessa 3ª safra.

Essa safra, favorecida pelas chuvas que chegaram até ser excessiva durante a colheita nas regiões produtoras da Bahia, registrou um volume recorde de produção, 958,7 mil toneladas, 35,5% superior à registrada em 2004.

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 03/04	Safra 04/05	VAR. %	Safra 03/04	Safra 04/05	VAR. %	Safra 03/04	Safra 04/05	VAR. %
NORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NORDESTE	709,2	729,7	2,9	448	666	48,7	318,0	486,1	52,9
PI	9,5	9,5	-	680	680	-	6,5	6,5	-
CE	15,4	14,6	(5,0)	860	960	11,6	13,2	14,0	6,1
PE	120,0	123,6	3,0	551	485	(12,0)	66,1	59,9	(9,4)
AL	85,0	95,2	12,0	290	425	46,6	24,7	40,5	64,0
SE	59,0	58,1	(1,5)	526	530	0,8	31,0	30,8	(0,6)
BA	420,3	428,7	2,0	420	780	85,7	176,5	334,4	89,5
CENTRO-OESTE	64,7	84,9	31,2	2.646	2.797	5,7	171,2	237,5	38,7
MT	13,1	16,4	25,0	2.600	2.504	(3,7)	34,1	41,1	20,5
MS	2,0	1,0	(50,0)	1.600	850	(46,9)	3,2	0,9	(71,9)
GO	45,9	63,8	39,0	2.700	2.890	7,0	123,9	184,4	48,8
DF	3,7	3,7	-	2.700	3.000	11,1	10,0	11,1	11,0
SUDESTE	96,7	100,3	3,7	2.098	2.235	6,5	202,9	224,2	10,5
MG	44,7	50,1	12,0	2.480	2.700	8,9	110,9	135,3	22,0
SP	52,0	50,2	(3,5)	1.770	1.770	-	92,0	88,9	(3,4)
SUL	21,5	18,1	(15,8)	712	602	(15,4)	15,3	10,9	(28,8)
PR	21,5	18,1	(16,0)	710	600	(15,5)	15,3	10,9	(28,8)
NORTE/NORDESTE	709,2	729,7	2,9	448	666	48,7	318,0	486,1	52,9
CENTRO-SUL	182,9	203,3	11,2	2.129	2.325	9,2	389,4	472,6	21,4
BRASIL	892,1	933,0	4,6	793	1.028	29,6	707,4	958,7	35,5

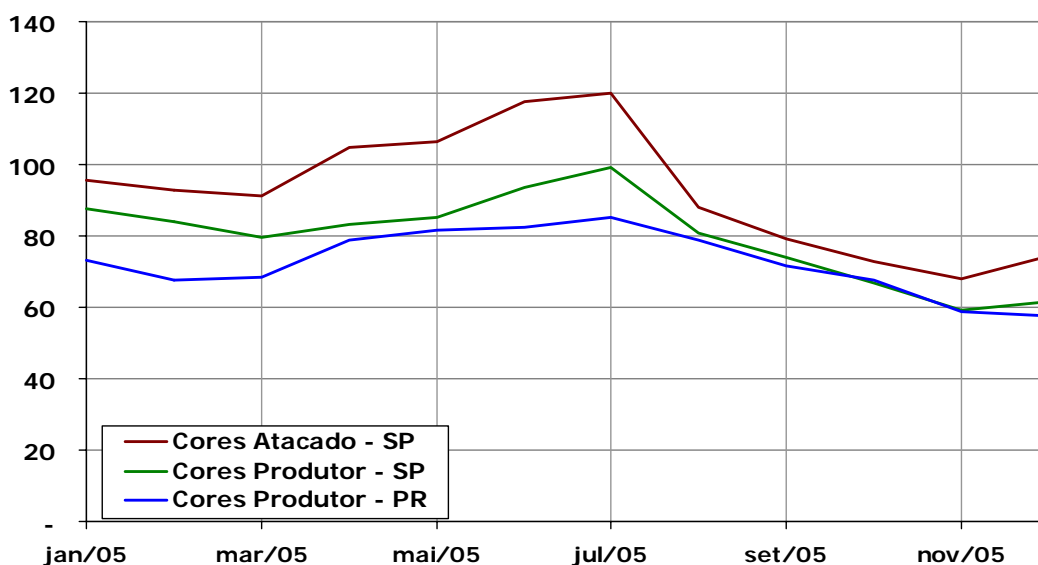
FONTE: CONAB - Levantamento: Ago/2005.

6. Retrospectiva do Mercado - Safra 2004/2005

De janeiro a julho de 2005 os preços estiveram bem valorizados, devido a menor oferta do produto, em função das frustrações ocorridas nas duas primeiras safras:

No segundo semestre de 2005 a situação inverteu. O expressivo aumento de área da 3ª safra, estimulado pelos atrativos preços de mercado, e as condições climáticas satisfatórias contribuíram para uma safra recorde. O volume registrado compensou, com sobras, as quebras observadas nas duas primeiras safras, sendo suficiente para manter o mercado bem abastecimento, causando uma trajetória de queda das cotações.

Preços – Feijão Anão Cores 2005



6.1 – Intervenção Governamental

O Governo esteve atento ao quadro instável que atravessava o mercado de feijão, adotando medidas urgentes de apoio à comercialização, como:

Compras Diretas da Agricultura Familiar

Período de 28.04 a 30.12.2005

UF	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	PRODUTORES ATENDIDOS	PRODUTO	QUANTIDADE ADQUIRIDA (KG)	Por produto no Estado (R\$)	Por Estado (R\$)
BA	7	861	Feijão	2.998.693	2.803.054,12	2.803.054,12
PE	1	38	Feijão	64.999	60.202,99	60.202,99
SE	2	244	Feijão	746.924	672.580,25	672.580,25
TOTAL BRASIL	10	1.143	1	3.810.616	3.535.837,36	3.535.837,36

6.2 – Agricultura Familiar

As ações da CONAB, entre elas a compra Direta da Agricultura familiar, contribuíram, significativamente, para a estabilização dos preços no mercado, agregando renda aos pequenos produtores que se encontravam em dificuldades com os preços aviltados da sua mercadoria.

A CONAB adquiriu, no período de 28 de abril a 30 de dezembro, 3.810,6 toneladas basicamente de feijão anão cores, beneficiando, em especial, produtores da região nordeste da Bahia.

6.3 – Compras em Leilão

Em compras específicas, no mercado atacadista, para distribuição em cestas às famílias de assentados e em situação de insegurança alimentar, obteve 5.000,0 toneladas.

6.4 – Agricultura Familiar – Considerações

Conforme já citado, um dos grandes problemas verificados no mercado de feijão está no fato de que a maior parte do volume produzido é do grupo carioca de alta perecibilidade. Mesmo em períodos de bons preços, o agricultor familiar não tem competitividade no mercado pela qualidade de sua mercadoria, pelo elevado custo de produção e, também pelas precárias condições de comercialização, que deprecia acentuadamente seu produto, ficando muitas vezes abaixo do preço mínimo oficial. Esta situação tem exigido a intervenção do Governo no mercado, adquirindo parte do excedente da produção.

No entanto, após a aquisição do produto, os preços demoram a reagir, crescem os custos de carregamento, o grão acaba escurecendo, desinteressando sua compra e onerando sobremaneira os cofres públicos.

Assim, deve-se interagir junto às entidades de pesquisas, como a EMBRAPA, detentoras de variedades como rosinha, roxinho, rajado, etc., com elevado potencial produtivo, no sentido de direcionar tais cultivares para a agricultura familiar, criando um mercado de opção diferenciado, cujos preços são mais elevados que os feijões tradicionais.

É importante o desenvolvimento de pesquisas que visem a descoberta de novas alternativas de renda para agricultores familiares. Faz-se necessário um esquema de parceria atuando no campo, incentivando as famílias de pequenos agricultores, para que desenvolvam suas atividades.

A maior parte dos estabelecimentos rurais consiste-se de pequenos agricultores familiares que encontram no feijão, dentre outros produtos de consumo interno, sua principal fonte de renda. Por isso, é importante a criação de mecanismos que possam inserir esses produtores no mercado, através da diversificação das atividades e da agregação de valor.

7. Suprimento

O quadro de suprimento evidencia queda constante no consumo *per capita* brasileiro, que saiu de cerca de 19 kg/hab/ano, em meados da década de 1990, para 15 kg no início da década atual. Tal fato se deve ao processo de urbanização que acentuou a mudança de hábitos alimentares da população brasileira, substituindo o tradicional arroz com feijão, por massas e alimentos de preparo rápido, assim como a maior participação da mulher no mercado de trabalho.

O consumo humano médio, no período 2000/2001 a 2004/05, está em torno de 2,7 milhões de toneladas, e as importações, na ordem de 99,16 mil toneladas anuais, onde a maior parte é de feijão-preto, e de origem Argentina.

TOTAL GERAL		(SOMA DE CORES, PRETO E MACAÇAR)					Em 1.000 t.
ANO- SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO NACIONAL	IMPOR- TAÇÃO	SUPRI- MENTO	CONSUMO APARENTE	EXPOR- TAÇÃO	ESTOQUE PASSAGEM
00/01	254,8	2.587,1	130,3	2.972,2	2.880,0	2,3	89,9
01/02	89,9	2.983,0	82,3	3.155,2	3.000,0	16,2	139,0
02/03	139,0	3.205,0	103,3	3.447,3	3.030,0	2,8	414,5
03/04	414,5	2.978,3	79,2	3.472,0	3.050,0	2,3	419,7
04/05 (*)	419,7	3.044,4	100,7	3.564,8	3.100,0	2,3	462,5
05/06 (*)	462,5	3.181,1	100,0	3.743,6	3.150,0	2,9	590,7

(*) dados estimados

FONTE: CONAB, SECEX

8. Estimativa da Safra 2006/2007

8.1 - 1ª Safra ou Safra das Águas

Houve um aumento de 6,8% na área plantada, estimulado pelos preços atrativos de mercado ao longo de 2005. Esta leguminosa ganhou espaço, principalmente, de áreas anteriormente ocupadas com a soja, desestimulada pela desvalorização do dólar frente ao real.

No Sul do País e, principalmente, na Bahia, os longos períodos de estiagens comprometeram o rendimento das lavouras que apresentam quebras de respectivamente, 7,6% e 38,5%, em relação à pesquisa de novembro, mas que serão avaliadas com maior precisão no próximo levantamento de campo previsto para o mês de março.

A colheita teve início em novembro, nos Estados do sul e em São Paulo, mas em vista de adversidades climáticas, o produto, na maior parte, não apresenta boa qualidade.

9. Abastecimento Nacional

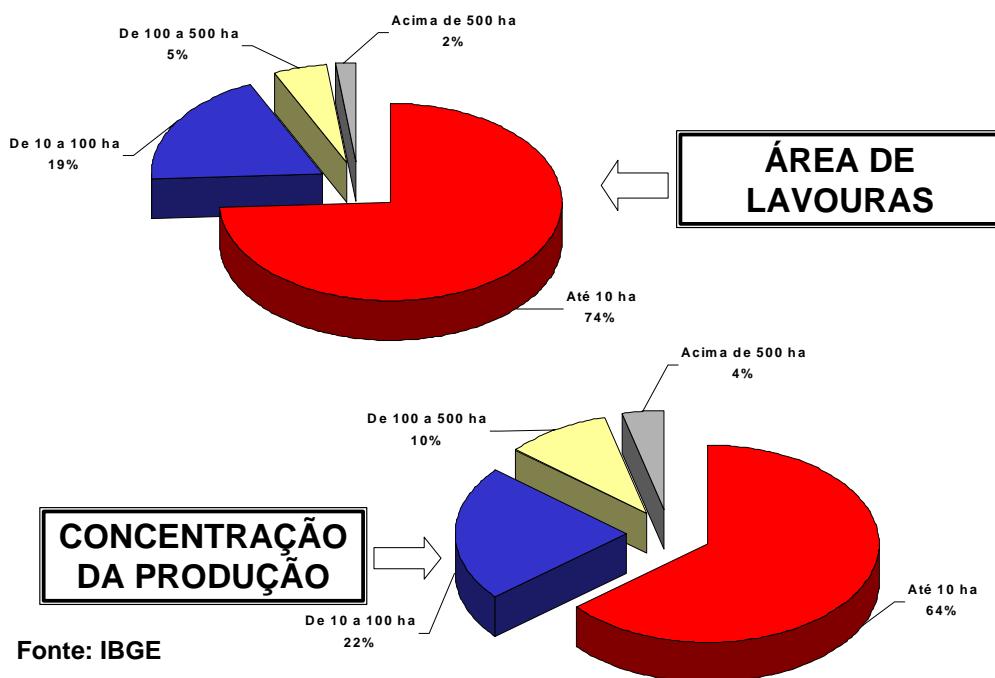
O mercado do feijão está sendo abastecido com a produção oriunda da 1ª safra e uma pequena parcela de produto importado. A partir de abril vai contar com a 2ª safra, semeada em todo o Território Nacional, cuja produção se divide entre feijão-carioca e macaçar, onde o último é para atendimento ao mercado nordestino.

A colheita da 3ª safra começa a partir de agosto, e o volume produzido complementarará o abastecimento interno até o mês de outubro, quando terá início a colheita da 1ª safra – 2006/2007, no Sul do País.

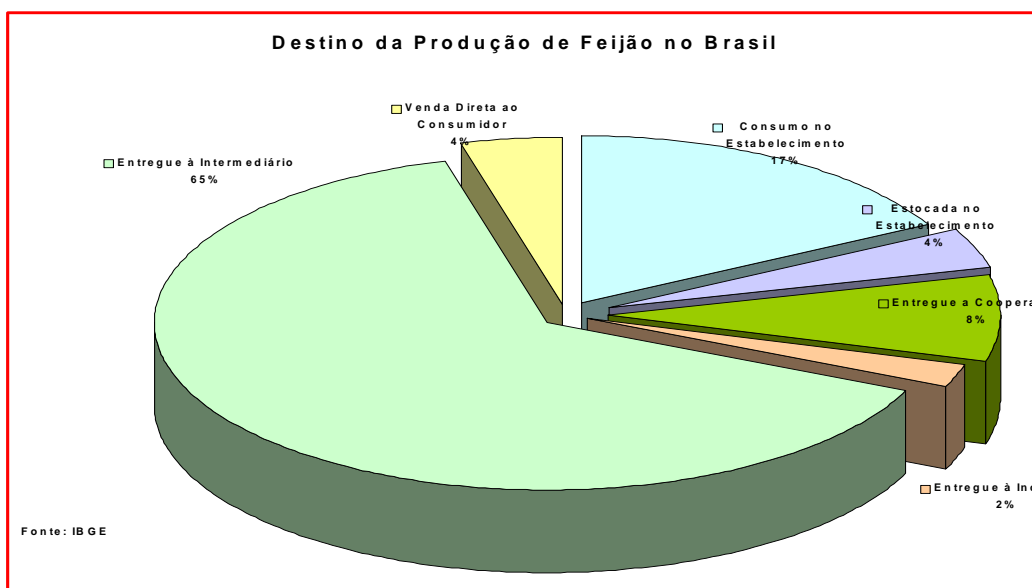
10. Proposta de Preço Mínimo

10.1 – Estrutura Produtiva

As lavouras com área abaixo de 10 hectares representam 75% do universo com 10 a menos de 100 hectares, 19% com 100 a menos de 500 hectares, 4%, e acima de 500 hectares, 2%.



Quanto ao destino do produto colhido, 65% são entregues diretamente aos intermediários, e 17% ficam retidos na propriedade, para consumo humano e reserva para o plantio.



A forte presença da intermediação na comercialização do produto evidencia a necessidade da presença governamental no mercado, na eventualidade de quedas de preços abaixo do mínimo fixado pelo Governo, que retira parte do excedente da produção, para garantia da parcela dos custos de produção e a manutenção do produtor na atividade.

10.2 - Considerações

O feijão continua sendo a base da alimentação da maioria da população que possui deficiência alimentar devido à baixa renda *per capita*. O ideal seria suprir o consumo, aumentando a produção interna, incentivando a geração de empregos e renda, conforme preconiza o Projeto Fome Zero.

O Brasil é o maior produtor e consumidor, mas depende de importações para atender ao abastecimento interno. A maior parte das importações é proveniente da Argentina, e quase a totalidade de feijão-preto, para atender ao consumo dos Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e em menor escala do Paraná, de Santa Catarina e do Espírito Santo.

A produção nacional normalmente não é suficiente para atender ao consumo interno, e o mercado internacional não terá como atender a demanda correspondente ao acréscimo do consumo.

As condições climáticas desfavoráveis e as boas alternativas de mercado para outras culturas, como o milho e a soja, que apresentam menor risco e maior liquidez de mercado, inibiram o crescimento no plantio do feijão, prejudicando, dessa forma, todos os segmentos do setor que convivem com oscilações bruscas de preços.

O mercado passa por períodos de fortes turbulências, em função de condições climáticas adversas que têm virado rotina na safra, tais como:

- 1) Chuvas excessivas na 1ª safra no Sul do País, principal região produtora de feijão-cores e preto, abastecendo o mercado com produto de qualidade regular.

- 2) Estiagens, com sucessivas quebras de safras na região sudoeste da Bahia, importante pólo produtor de feijão-cores.
- 3) Estiagens nas demais regiões do Nordeste do País, prejudicando o abastecimento de feijão-macaçar, de consumo típico nordestino.
- 4) Chuvas excessivas na colheita das Regiões Centro-Oeste e Sudeste, onde normalmente é esperado um produto de melhor qualidade para atender aos consumidores mais exigentes.

Na composição da cesta básica, o feijão se destaca pelas suas qualidades nutricionais, sendo a base da alimentação da maioria da população.

Urge, portanto, incentivar o consumo de feijão no País, que caiu da década de 70 para cá, de 27 kg/hab/ano para 15 kg/hab/ano, acrescentando ainda que a cultura perdeu, nos últimos 12 anos, mais de 1,5 milhão de hectares para outras com melhores condições de comercialização.

Assim, quando ocorre quebra da safra nordestina, o abastecimento é feito com produto oriundo de outras regiões, onerando bastante os preços, em função, principalmente, do transporte.

Com exceção do Estado da Bahia, a quase totalidade do feijão cultivado no Nordeste é o macaçar. Assim, é fundamental que o governo incentive o aumento da produção e, caso haja excedentes pontuais, esses seriam adquiridos pelo Governo para destinação a programas sociais.

Quanto ao feijão-carioca, menos perecível, caberia a formação de estoques estratégicos de abastecimento à população situada na periferia das grandes cidades, além da composição de cestas básicas para operações emergenciais.

11. Preços Mínimos em Vigor

- FEIJÃO ANÃO CORES, BRANCO E PRETO
Tipo 3 (Básico) – R\$ 47,00/60 kg
- FEIJÃO MACAÇAR
Tipo 3 (Básico) - R\$ 33,10/60 kg

11.1 – Preços Mínimos Propostos

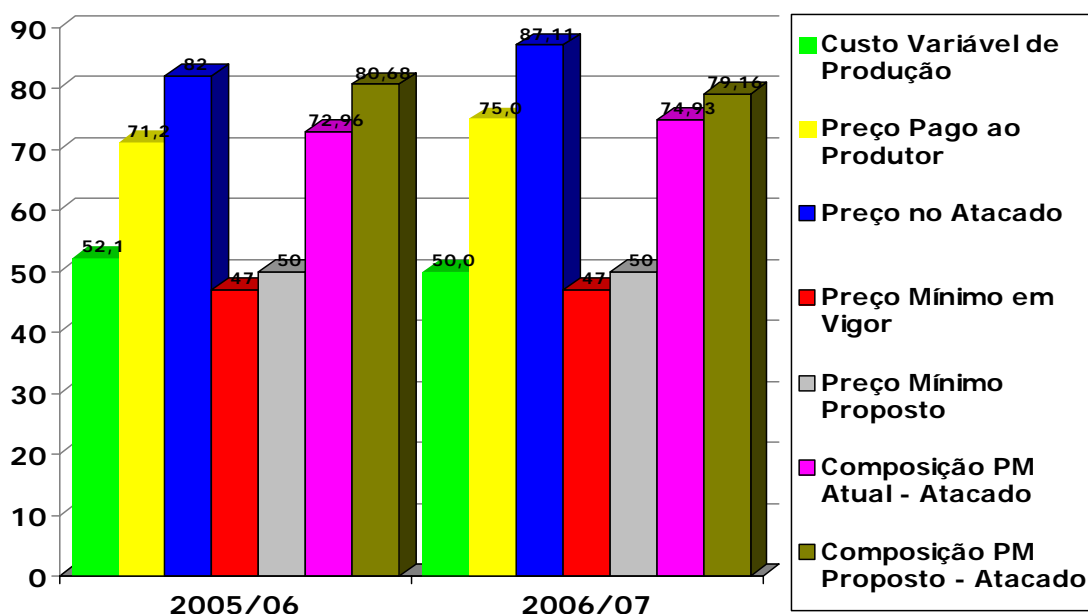
11.1.1– Feijão Anão Cores, Branco e Preto

Na proposta anterior – safra 2004/2005, sugerimos elevar o preço mínimo do feijão-anão cores, branco e preto, de R\$ 47,00/60 kg para R\$ 53,00/60 kg, o que viria a cobrir com pequena folga, os custos variáveis de produção. No entanto, essa proposta não foi acatada, como também não sofreu nenhuma alteração de preços. Agora, com a queda dos preços dos insumos estimada em 3,99%, somos favoráveis em elevar o preço mínimo para R\$ 50,00/60 kg, com o mesmo propósito de cobrir os custos variáveis de produção. Esse valor corresponde a 6,4% de majoração sobre o atual preço mínimo básico.

11.1.2 – Feijão Macaçar

A proposta é elevar o preço mínimo do feijão-macaçar, de R\$ 33,10/60 kg para R\$ 36,00/60 kg, o que corresponde a 8,8% de majoração sobre o atual preço mínimo básico.

Cabe ainda esclarecer que, os preços de referência praticados na Agricultura Familiar para o feijão anão cores e macaçar, tipo 3 (básico), são, respectivamente de até R\$ 60,00 e R\$ 50,31, para a saca de 60 kg, muito acima do que está sendo proposto para a Política de Garantia de Preços Mínimos.



12. Custo de Produção

Os custos variáveis de produção ficam em torno de R\$ 50,02/60 kg, para o feijão-anão (cores, branco e preto), e de R\$ 36,45/60 kg para o feijão macaçar, levando-se em consideração a produtividade média obtida nas principais regiões produtoras, que utilizam melhor tecnologia na condução das lavouras.

Os preços mínimos propostos para as classes de feijão anão-cores, branco, preto e macaçar cobrem apenas os custos variáveis de produção, que têm peso de aproximadamente 75% do custo total nessa atividade de alto risco.

13. Composição do Preço no Atacado de São Paulo

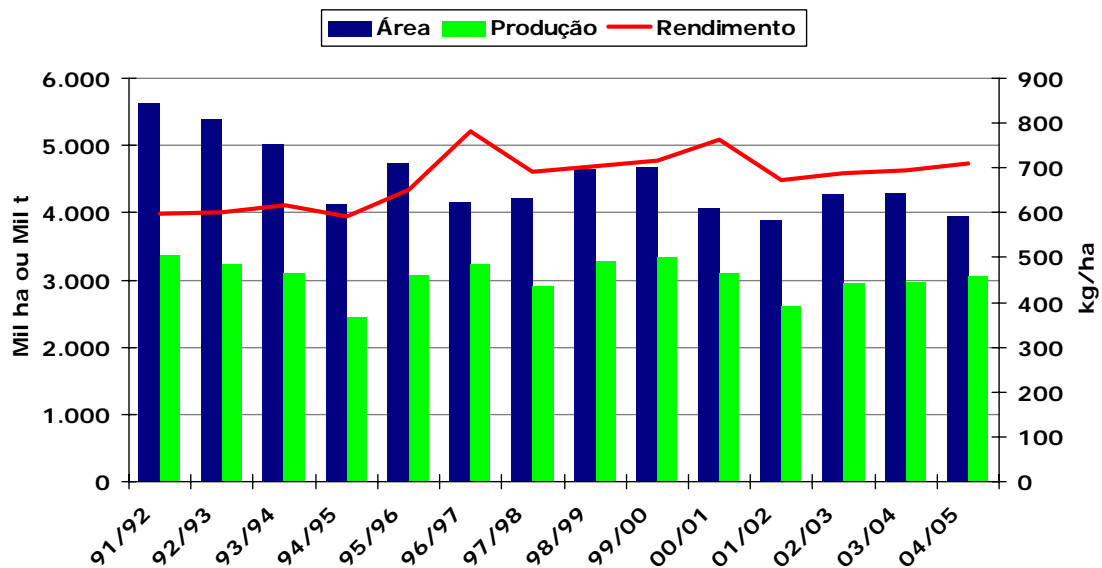
A composição dos preços mínimos propostos para o feijão anão-cores, no atacado de São Paulo (SP), resulta em R\$ 79,16/60 kg, partindo da região de Castro (PR), considerada um dos principais pólos de produção dessa cultivar. Atualmente, o preço do feijão carioca, no atacado dessa praça, é da ordem de R\$ 87,11/60 kg, para o melhor tipo.

14. Impactos Esperados

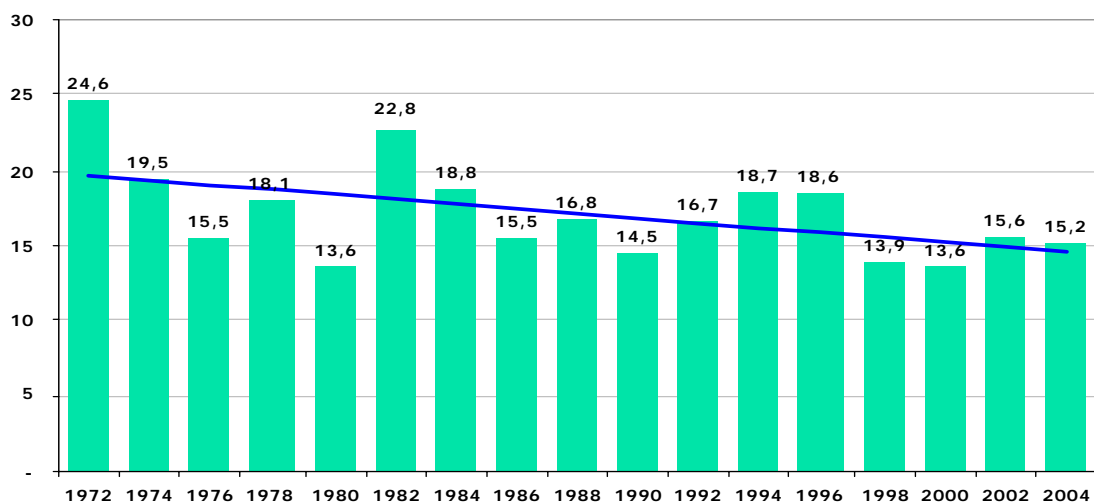
- 5) Que os preços mínimos funcionem como referencial de preços em programas de estímulo ao plantio e apoio aos produtores, notadamente na Região Nordeste.
- 6) Que sirvam de parâmetro para a concessão de financiamentos de custeio.
- 7) Que amparem os produtores contra os efeitos de acentuados declínios de preços.
- 8) Que propiciem condições mínimas necessárias para a manutenção dos pequenos produtores no campo.
- 9) Que sirvam como instrumento de sustentação de renda para os pequenos produtores que utilizam força de trabalho familiar.
- 10) Que evitem problemas no abastecimento interno, visto que atualmente a produção está muito ajustada ao consumo.

ANEXOS

Feijão no Brasil - Área, Produção e Rendimento 1990/91 a 2004/05.



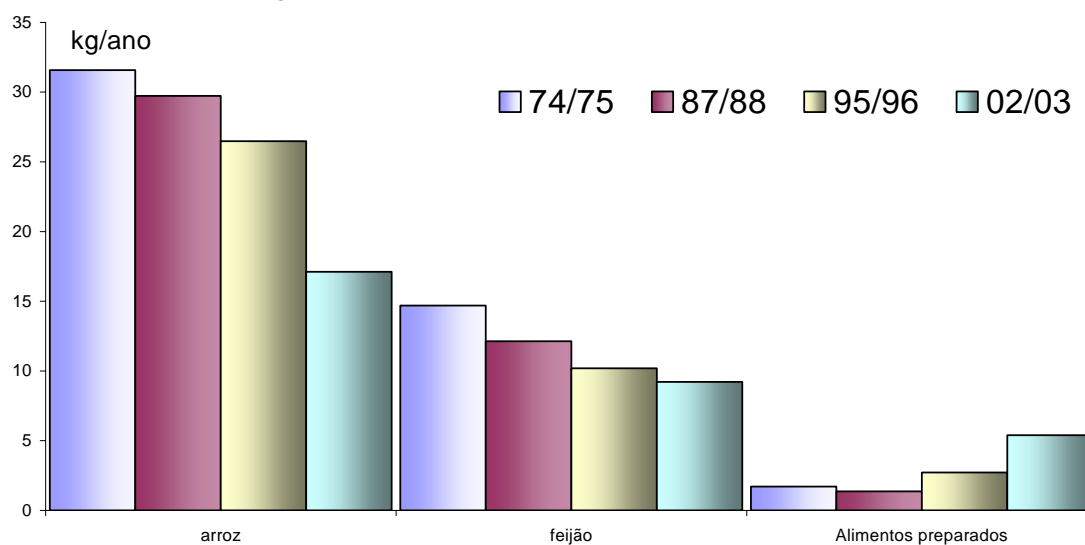
Consumo *per capita* de feijão no Brasil – 1972 a 2004



Despesa Média Familiar em Reais (POF-2002/03) Famílias com rendimento de até R\$ 400/mês

Região	Aliment. no domicílio (1)	Alimentação básica				Total/ (1)
		Arroz	Feijão	Far.man-dioca	Total	
N	157,82	13,54	7,05	9,87	30,46	19,3%
NE	135,69	13,50	10,47	5,68	29,65	21,9%
CO	113,93	16,71	6,94	0,49	24,14	21,2%
SE	119,02	11,90	5,37	0,56	17,83	15,0%
SUL	125,43	10,65	5,37	0,21	16,23	12,9%

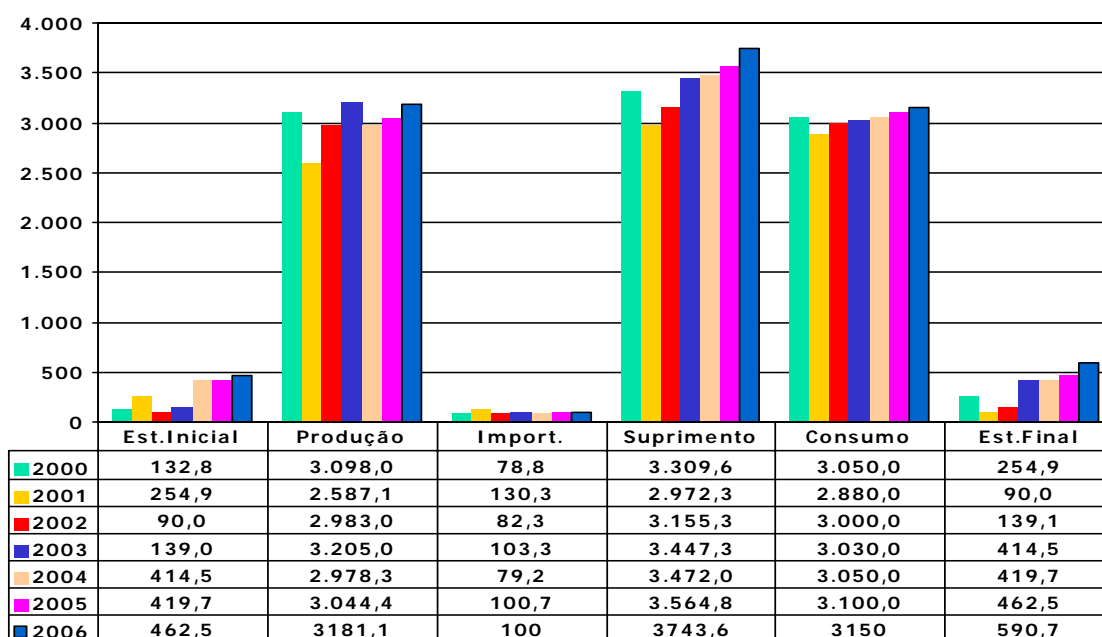
Aquisição para consumo no domicílio kg/ano (fonte: IBGE)



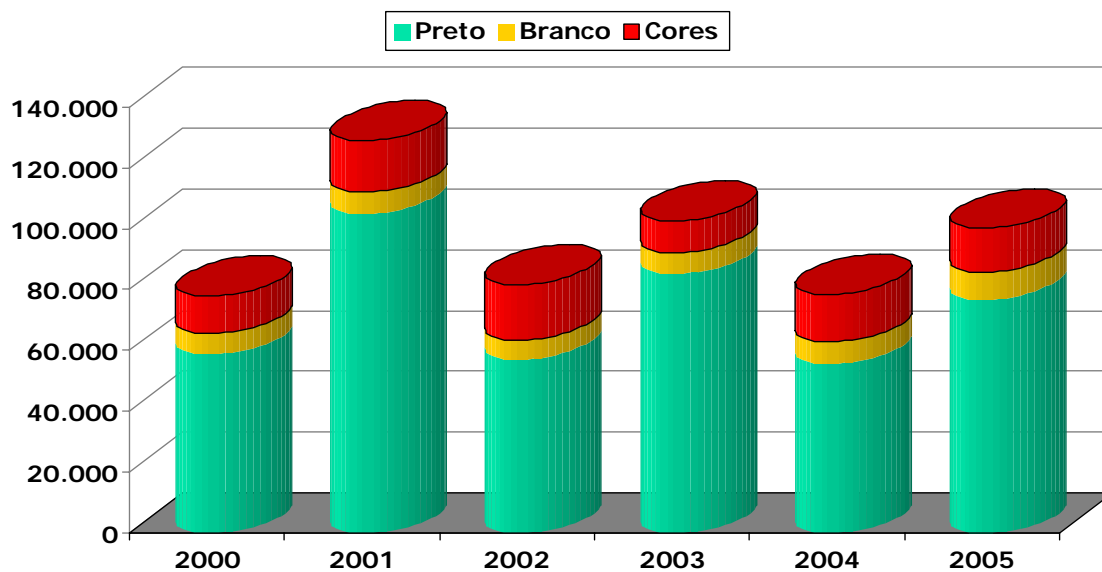
Consumo *per capita* no domicílio arroz e feijão no Brasil

Produtos selecionados	Quantidade anual <i>per capita</i> de alimentos adquiridos para consumo no domicílio (Kg)		
	Brasil	Situação do Domicílio	
		Urbana	Rural
Arroz polido	25,248	16,160	31,852
Feijão	12,769	8,566	22,890

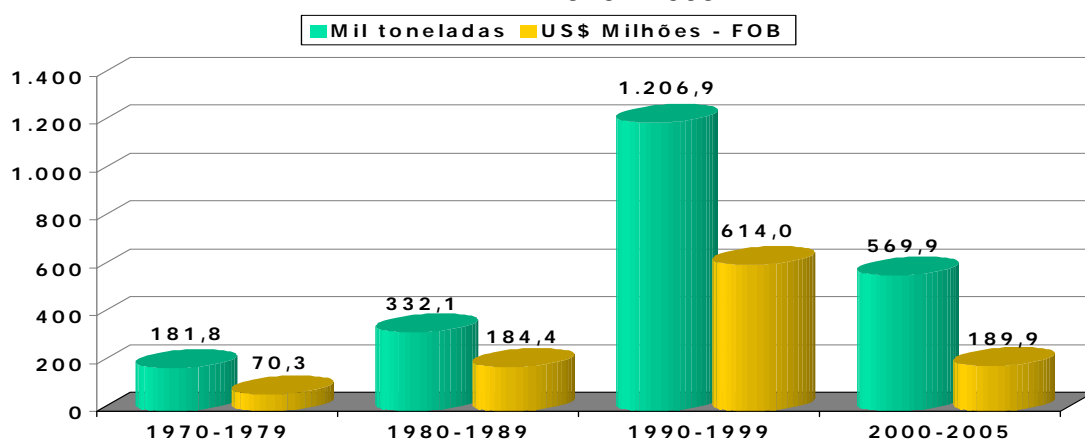
Suprimento Nacional de Feijão Em mil toneladas



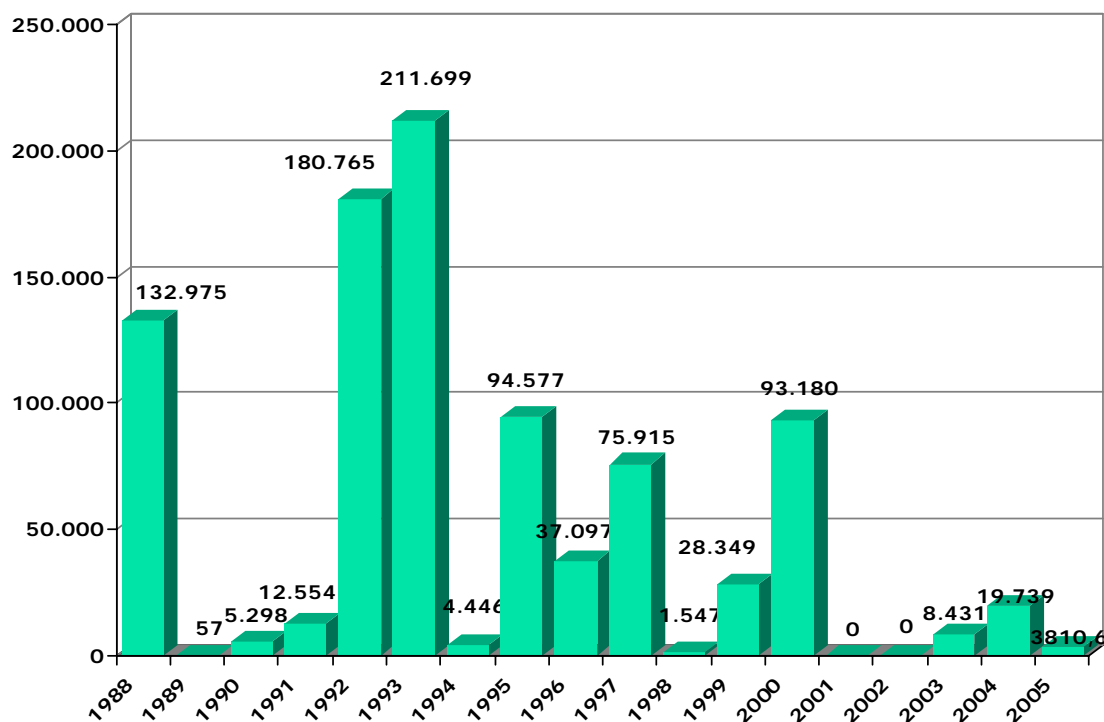
Importações Brasileiras / 2000-2005 (t)



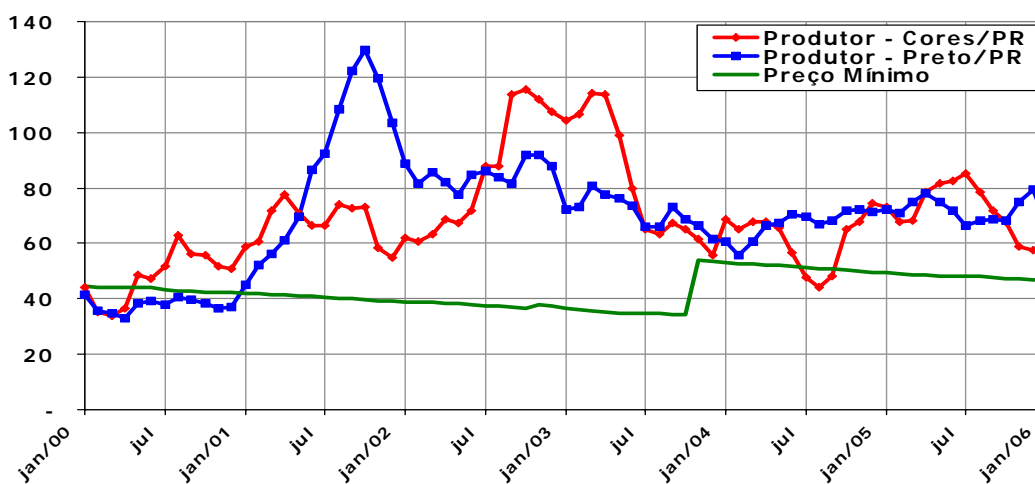
Importações Brasileiras por décadas 1970 - 2005



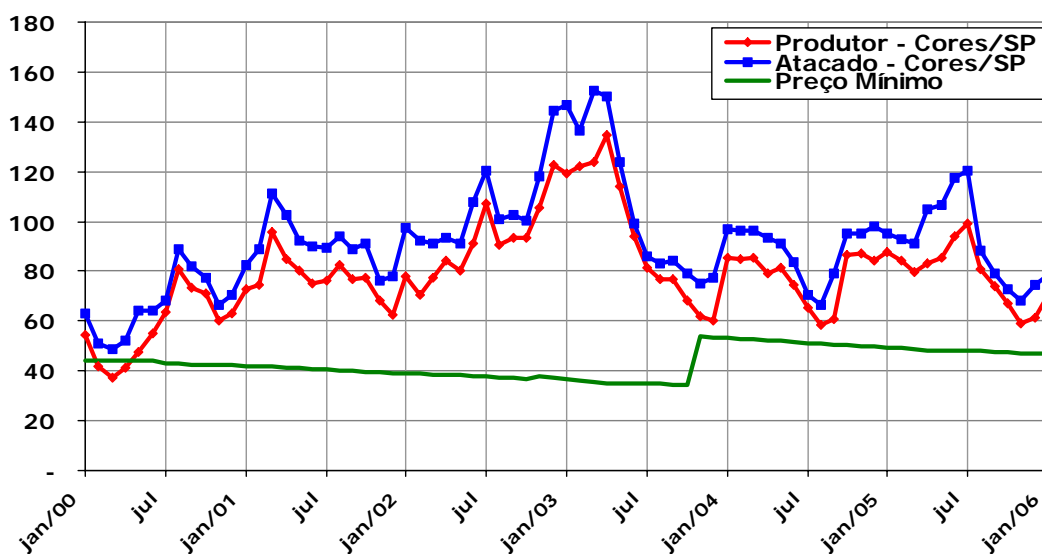
Aquisição do Governo Federal Feijão - 1988 a 2005 (toneladas)



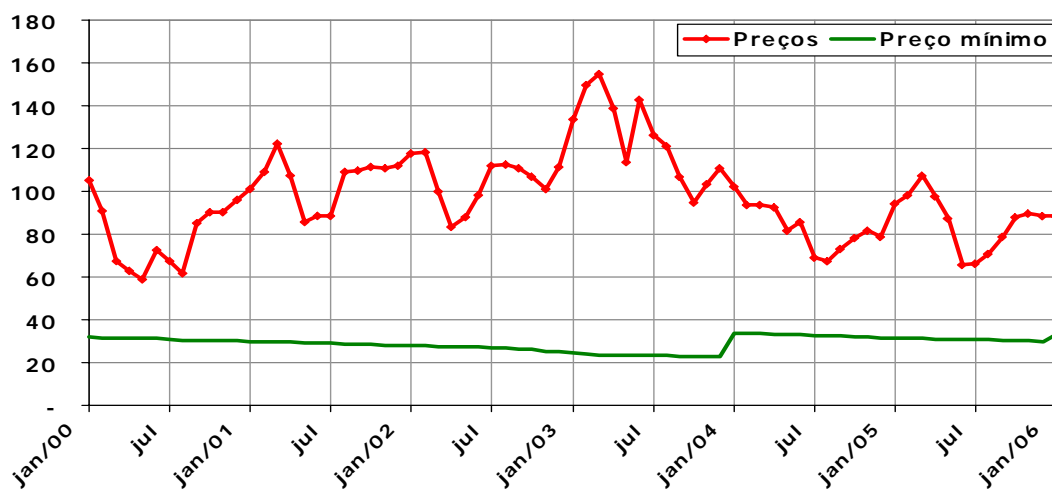
FEIJÃO – PARANÁ PREÇOS REAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES JAN/00 a JAN/06 R\$/60 kg



FEIJÃO CARIOCA - SÃO PAULO
PREÇOS REAIS – PRODUTOR E ATACADO
JAN/00 a JAN/06 - R\$/60 kg



Feijão Macaçar
Preços Reais Recebidos pelos Produtores
Jan/00 a Jan/06 – R\$ / 60 Kg



**GIRASSOL
PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO
SAFRA 2006/2007**

Manuel Araújo Carvalho

1 – INTRODUÇÃO

A cultura do girassol, em que pese ter sido introduzida no Brasil no período da colonização, nunca ocupou lugar de destaque na economia nacional, já que sempre foi vista como de pouca expressão econômica, apesar da existência de algumas áreas significantes na década de 80. Os cultivares de então, eram suscetíveis a algumas doenças como, por exemplo, a ferrugem. Apresentavam baixas produtividades, baixo teor de óleo, problemas de comercialização além do pouco conhecimento, por parte dos agricultores, quanto às tecnologias de produção.

Atualmente, graças ao trabalho de melhoramento genético e de difusão tecnológica conduzida pela EMBRAPA, CATI, IAC, algumas Universidades, e outros Institutos de Pesquisas, mais recentemente, a fundação da Associação Brasileira de Girassol, pode-se afirmar que o produto vem se consolidando como cultura de expressão no Brasil. As variedades utilizadas no plantio apresentam potenciais produtivos semelhantes aos de países produtores tradicionais, como verificamos nos ensaios de avaliação de genótipos conduzidos pela Embrapa – Londrina, em várias regiões brasileiras. A espécie tem características ímpares.

O óleo extraído do girassol é de excelente qualidade, com 70% de ácidos graxos poliinsaturados em média, principalmente o linoleico. No processo de esmagamento, dependendo da variedade utilizada, o percentual de óleo obtido oscila entre 38,0% a 48,0%. As raízes são do tipo pivotante, promovem grande reciclagem de nutrientes, exploram grandes volumes e buscam sais minerais em camadas não alcançadas por raízes de outras culturas. Portanto, aproveita muito bem a adubação residual da cultura anterior, além de proporcionar considerável quantidade de matéria orgânica deixada no solo ao final do ciclo. É, por excelência, uma planta melhoradora de solos.

Devido a maior eficiência na absorção de água e maior tolerância a baixas temperaturas, o girassol é indicado como segunda cultura proporcionando aumento de produtividades nas culturas posteriores. Estima-se que estes aumentos são de 15 a 20% para o milho e 10 a 15% para soja, porém, para que o girassol faça uso de todo esse potencial do sistema radicular, é necessário que o solo esteja bem preparado, eliminando possíveis camadas de impedimento físico e corrigindo o PH, caso este esteja abaixo de 5,2 elevando o índice de saturação de bases para 70%.

O Brasil é pouco expressivo na produção de Girassol Grão, tendo participado com aproximadamente 0,003% da produção mundial. Nos últimos dois anos a produção mundial estabilizou-se em 26 milhões de toneladas, e a brasileira em torno de 72 mil toneladas. As importações do complexo girassol, que é composto por óleo, farelo e semente, reduziram-se de US\$ 13,332 milhões e 26.607 toneladas em 2003, para US\$ 5,824 milhões e 11.756 toneladas em 2004, onde até

março/2005, foram realizadas importações da ordem de US\$ 1.754 mil e 1.989 toneladas.

Esse quadro revela um importante avanço na produção de girassol rumo à auto-suficiência de óleo comestível, principal subproduto da cadeia. Visando o abastecimento interno, e com o advento do biodiesel, provavelmente essa cultura venha a crescer dentro do cenário nacional, nos próximos anos.

2 – PANORAMA INTERNACIONAL

a) – Mercado

O girassol está entre as quatro maiores culturas oleaginosas produtoras de óleo vegetal comestível no mundo, representando 9,0% do total de óleos elaborados mundialmente em volume, ocupando o quarto lugar em volume de produção, perdendo posição pela ordem, apenas para o óleo de soja, palma e colza.

A produção mundial de girassol grão na safra 2004/2005, sofreu um decréscimo em relação à safra 2003/2004, de 4,2%, passando de 26,489 milhões de toneladas, para os atuais 25,410 milhões de toneladas. As maiores quedas nos países produtores foram constatadas na, Ucrânia, 39,4%, Estados Unidos, 30%, Comunidade Européia, 6,1% e Federação Russa, 2,1%. A retração na produção mundial de 1.079 milhões de toneladas provocou uma conseqüente redução nas importações e exportações mundiais, fato que refletiu na diminuição dos estoques finais mundiais.

Em conseqüência da queda na produção de grãos, declinaram, ainda a produção de óleo, principal subproduto e também a do farelo. O grupo dos cinco maiores esmagadores mundiais (constituído pela Comunidade Européia, Rússia, Ucrânia, Estados Unidos e Argentina), responsáveis por dois terços do processamento de girassol no mundo, promoveu cortes em suas atividades, da ordem de 5%, implicando em uma redução de 8,6 milhões de toneladas de grãos, no período de outubro/2004 a março de 2005.

2.2 - Preços

A cotação do grão de girassol nos principais mercados de referência, quais sejam: Estados Unidos, Rotterdam e Holanda, refletiram a pressão de demanda observada na safra 2004/2005 devido à pequena safra registrada no Continente Europeu e nos Estados Unidos. Os preços internacionais do girassol, no ano safra 2004/2005, alcançaram patamares elevados em relação às últimas seis safras, verificando no período, crescimento de 24,74% em Rotterdam, saindo de US\$ 15,44 para US\$ 19,26/sc de 60 Kg. Na América do Norte, o incremento foi de 36,12%, passando de US\$ 13,40 para US\$ 18,24/sc de 60 Kg.

Os preços do complexo girassol (grão, óleo e farelo), acompanham esses movimentos de forte demanda importadora, aliado a um suprimento mundial bastante apertado, resultando assim em um movimento altista, principalmente nos preços internacionais do óleo de girassol. Os preços do grão e de farelo de girassol se comportam linearmente fixando no patamar dos US\$ 100,00/t,

para o farelo e US\$ 300,00/t para o grão. Já o óleo, produto de maior valor agregado, sofre oscilações maiores.

O prêmio, que é o diferencial de preço entre o principal óleo vegetal mais negociado no mercado mundial, no caso o óleo de soja, frente ao preço do óleo de girassol, está variando entre US\$ 148,00/198,00 tonelada na Europa e US\$ 130,00/150,00 nos Estados Unidos. Nota-se que esse prêmio é sempre positiva a favor do óleo de girassol. O óleo de soja funciona apenas como referência no mercado para os outros óleos.

a. – Mercosul

A Argentina é o principal produtor, esmagador e exportador de grãos e óleo de girassol da América do Sul. Também vem se mantendo como o terceiro maior produtor mundial com cerca de 2,2 milhões de toneladas de grãos colhidas na safra 2004/2005, além de ocupar a posição de principal fornecedor de óleo e farelo para o mercado internacional. Detentora de um ótimo complexo logístico para escoamento da produção, a Argentina consegue preços competitivos para o complexo girassol.

Quadro 1
QUADRO DE SUPRIMENTO DE ÓLEO DE GIRASSOL NA ARGENTINA
Em 1.000 t

Itens/Safra	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06(1)
Produção	5.500	6.000	3.050	3.844	3.700	3.200	3.400	3.800
Importação	0	0	0	0	0	0	0	0
Exportação	453	283	79	356	213	75	200	145
Processamento	4.975	5.200	3.450	3.400	3.029	2.900	3.150	3.700
Consumo	5.035	6.255	5.260	3.492	3.447	3.086	2.961	3.202
Estoque Final	188	580	61	104	487	654	504	396

Fonte: USDA/FAZ

(1) Estimativa

Elab. CONAB/Geole

Em vista dos problemas de ordem climática e a falta de chuvas na época do plantio, muitos produtores deixaram de plantar o girassol e migraram para a cultura da soja. Tal condição fez com que o Ministério da Agricultura Argentino, (SAGPYA) revisasse os números iniciais da safra para os atuais 1,83 milhões de hectares plantados e uma produção de 3,2 milhões de toneladas, alcançando uma produtividade média de 1.830 Kg/ha.

Para a safra 2005/06, as previsões iniciais são de que a área seja elevada para cerca de 2,0 milhões de hectares, resultando em um volume de produção da ordem de 3,8 milhões de toneladas (quadro 1).

Os números do complexo girassol, na safra 2004/05, ficaram aquém da expectativa inicial. A produção de farelo totalizou 1,220 milhões de toneladas, das quais 995 mil foram destinadas à exportação, 230 mil para o consumo interno e 90 mil restantes como estoque final. Quanto ao óleo, a produção foi da ordem de 3.400 mil de toneladas cuja destinação foi a seguinte; exportação de

200 mil toneladas, consumo interno de 2.961 mil, e estoque de passagem de 504 mil toneladas.

O comportamento dos preços do complexo girassol na Argentina, de janeiro a abril/2005, indicam uma recuperação. A exceção fica por conta do farelo, que no período manteve-se em baixa. O grão e o óleo tendem a recuperar o nível de preços alcançados em janeiro de 2004. A melhora nos preços está estimulando o plantio da nova safra, inclusive com incremento de área, conforme relatado anteriormente.

3 – PANORAMA NACIONAL

– Produção

Na pesquisa realizada em janeiro/06, a Conab estimou que a área a ser cultivada com o girassol no Brasil, no ano safra 2005/2006, deverá totalizar cerca de 49,2 mil hectares. Quanto à produção, a expectativa é de que sejam colhidas cerca de 75,8 mil toneladas, levando-se em conta uma produtividade média de 1.541 Kg/ha. (gráfico 1).

Comparativamente ao ano safra 2005/06, os números de área, produção e produtividade do atual levantamento, não diferem muito dos resultados obtidos na safra anterior.

O cultivo concentra-se basicamente na região Centro-Oeste, que detém respectivamente, 82,3% da área plantada e 76,8% da produção do país. O Estado de Goiás desponta com a maior área e produção regional, com cerca de 13,8 mil hectares e 23,2 mil toneladas.

O período de plantio nos Estado de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, inicia na segunda quinzena de janeiro e termina em fevereiro, podendo se estender até março, pois sendo uma cultura de outono, ou safrinha, o seu plantio está diretamente associado à colheita da cultura principal, que no caso é a soja. Quanto à colheita, o corre tradicionalmente entre os meses de maio a julho, dependendo do ciclo da planta.

Nos demais Estados da federação, São Paulo, Rio grande do Sul e Paraná, que respondem pelos restantes 17,7% da produção nacional, o plantio ocorre entre os meses de março a agosto, sempre obedecendo ao perfil de cultura de segunda safra.

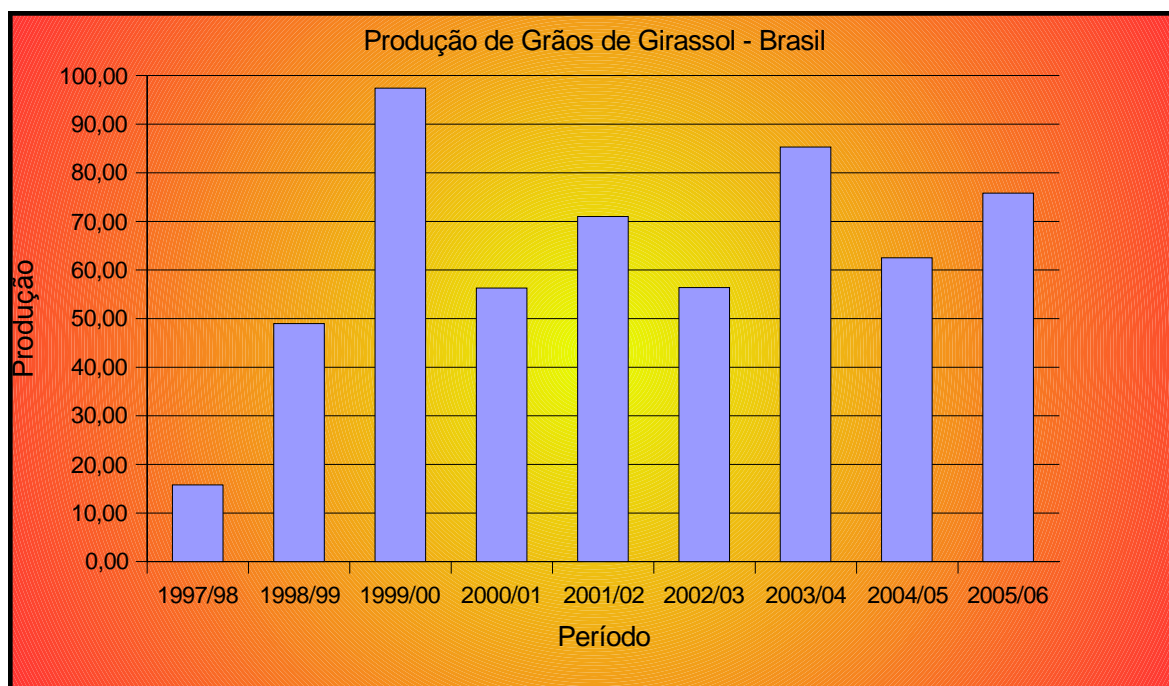
O mercado interno é de uma concepção bastante simples. A produção de grãos é basicamente direcionada ao esmagamento com a finalidade de produção de óleo, o principal subproduto, para fins de alimentação humana. Parte dessa produção de grãos é destinada ao comércio varejista, com insumo para a indústria confeitaria e também na alimentação de pássaros.

Gráfico (1)

Produção de Grão de Girassol no Brasil -mil/t

Período	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
Produção	15,80	49,00	97,40	56,30	71,00	56,40	85,30	62,50	75,80

Fonte: Conab/Geole



3.2– Suprimento de Óleo

Tradicionalmente importador de grãos, sementes destinadas ao plantio, o País vem gradativamente se tornando auto-suficiente na produção, especialmente de óleo, com vistas ao abastecimento interno. Prova disto é que nos últimos anos o Brasil vem reduzindo fortemente as operações de importações.

A título de esclarecimento registra-se que no ano de 2000 as importações de óleo bateram o recorde de 35,6 mil toneladas, nos períodos seguintes esse número foi diminuindo, até alcançar o patamar de 5,69 mil toneladas no ano de 2004, estabelecendo em termos percentuais, decréscimo da ordem de 85,96%. O quadro 2 dimensiona esta redução, fornecendo informações acerca da oferta, consumo, demanda e o saldo de estoque de passagem.

O consumo anual de óleo de girassol, segundo as quatro maiores processadoras do país, está estimado entre 35 a 45 mil toneladas anualmente, ou cerca de 3 a 4 mil toneladas mês. Nota-se que nos dois últimos anos a oferta obedeceu estes patamares, revelando um consumo em torno das 30 mil toneladas. O principal fator de deslocamento do consumo, para cima ou para baixo é o preço e essas movimentações podem ser notadas no (quadro 2), com variações anuais de consumo diferenciadas. Segundo o setor, é estimado um estoque estratégico, por parte das indústrias processadoras, em torno 800 a 1.000 toneladas cada uma, volume suficiente para o abastecimento de 30 dias.

Quadro 2
QUADRO DE SUPRIMENTO DE ÓLEO DE GIRASSOL NO BRASIL
Em 1.000 t

Ítems/Safra	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Estoque Inicial	0,00	6,26	14,94	24,85	19,00	1,62	10,58	4,61
Produção	3,08	16,77	35,64	19,60	25,35	19,65	29,64	29,64
Importação	17,78	26,89	32,56	22,25	12,43	19,07	5,69	2,10
Oferta	20,86	49,92	83,14	66,70	56,78	40,34	45,91	36,35
Consumo	14,60	34,94	58,20	46,69	39,74	28,23	32,13	25,44
Exportação	0,00	0,04	0,09	1,02	15,42	1,53	9,16	2,01
Demanda	14,60	34,98	58,29	47,70	55,16	29,76	41,30	27,45
Saldo	6,26	14,94	24,85	19,00	1,62	10,58	4,61	8,90

Fonte: SECEX/DECEX; Informações do Setor
Elab.: CONAB/Geole

4 – Preços

A composição dos preços pagos aos produtores brasileiros é obtida com base na paridade de importação e flutuação dos preços do óleo, cuja regência é o mercado argentino. Sendo assim, o valor recebido pelos produtores é diretamente atrelado às flutuações do câmbio interno, uma vez que o parâmetro para a composição do preço é o mercado internacional da principal “commoditie”, o óleo.

O preço mínimo a ser fixado para o girassol deverá funcionar como instrumento de incentivo à produção. Destinam-se, portanto, aos produtores, cooperativas de produtores e às indústrias processadoras, tendo como principal objetivo financiar o setor na aquisição do produto, uma vez que o instrumento usado é a modalidade de financiamento intitulado EGF.

Na elaboração da proposta, levou-se em consideração o custo variável de produção, elaborado pela CONAB para o Estado de Mato Grosso do Sul (quadro 3). O valor proposto, R\$ 17,61/60Kg, contempla a diferença a menor de 9,75% quando comparado ao custo de produção da safra 2005/06. O valor do preço mínimo proposto foi mantido, já que o mesmo encontra-se praticamente idêntico ao do custo variável de produção, estimado para o ano safra 2006/07.

Quadro 3
PREÇOS MÍNIMOS 2006/2007
PARÂMETROS PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS

Reais/Unidade														
PRODUTOS	Unidade	Instrumentos PGPM	Custo de Produção		Var. %	Preço ao Produtor		PREÇO DE PARIDADE				PREÇOS MÍNIMOS		Var %
			Variação			MÉDIA ANUAL	ATUAL	ATACADO		PRODUTOR				
			05/06	06/07				CIF	FOB	CIF	FOB	VIGOR	PROPOSTO	
								Import.	Export.	Import.	Export.			
GIRASSOL	60 kg	EGF	18,98	17,13	-9,75	24,35	22,79	44,30	39,20	38,46	32,97	17,61	17,61	-

Elaboração: CONAB/Geole/Sugof

Câmbio: US\$ 2,35

**GUARANÁ
PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO
SAFRA 2006/2007**

Júlio D'Aparecida dos Santos

1 – Introdução

1.1 - O produto - Uso e Importância

O Brasil é praticamente o único produtor de guaraná do mundo, à exceção de pequenas áreas plantadas na Venezuela e no Peru, onde o cultivo comercial também é praticado.

O guaraná (*Paullinia Cupana H.B.K*) é uma das espécies mais importantes da Amazônia pelo seu potencial econômico, social e ecológico. Seu cultivo data da época pré-colombiana e era praticado por diversas tribos indígenas, entre elas os Maués e Andiras, no Baixo Amazonas e no Alto Rio Negro.

A segunda espécie mais importante de guaraná é a Sorbilles, e, ao que tudo indica, foi domesticada na parte meridional do Amazonas, entre a foz dos rios Purus e Madeira.

As sementes de guaraná e os seus derivados (pó, bastões, xaropes, extratos, essências etc), em face de suas propriedades medicinais e estimulantes, tornaram-se mundialmente conhecidas e são utilizadas, em larga escala, no preparo de bebidas energéticas. Suas principais propriedades terapêuticas, segundo estudos feitos pela Embrapa, são:

- Estimulante, aconselhado para combater o cansaço e a depressão nervosa.
- Restaurador do corpo e da mente.
- Combate ao estresse.
- Estimulador da circulação sanguínea, evitando arteriosclerose, trombozes e mantendo o cérebro ativo.
- Efeito diurético, alívio às dores menstruais e dores de cabeça.
- Regulador do aparelho digestivo.
- Alívio às crises respiratórias.
- Afrodisíaco.
- Moderador de apetite - usado em fórmulas de emagrecimento.
- Fins farmacêuticos - Cosméticos e xampus, entre outros.

O guaraná e seus derivados são, em sua quase totalidade, comercializados de 4 diferentes maneiras:

1. Guaraná em Grãos - Os grãos são torrados pelos agricultores e vendidos aos intermediários e indústrias. É a forma mais usada na comercialização.
2. Guaraná em Bastão - Os grãos são torrados, moídos e misturados com água, formando uma pasta que é moldada como um bastão. Em seguida, o bastão é submetido a um processo de panificação por defumação, consolidando seu formato comercial.

3. Guaraná em Pó - Pequenas e médias indústrias moem os grãos e repassam o pó ao comércio varejista.
4. Xaropes e Essências - Usados em refrigerantes e produtos energéticos em geral. São exclusivos das indústrias, haja vista exigir domínio tecnológico e elevados investimentos com máquinas e equipamentos.

Depois do processo de domesticação, a cultura do guaraná vem assumindo importância cada vez maior no cenário econômico e social do País, especialmente na região amazônica, por demandar quantidade expressiva de mão-de-obra não especializada. A guisa de exemplo, pode ser citado o Município de Maués, onde, segundo a Embrapa, cerca de 2.600 famílias cultivam aproximadamente 3.120 ha de guaranazais.

As novas culturas, sobretudo na Amazônia, usam clones selecionados cujas vantagens em relação às mudas de sementes (pé franco) estão especificadas no quadro a seguir.

**PRINCIPAIS VANTAGENS DAS MUDAS DE CLONES SELECIONADOS (a)
EM RELAÇÃO ÀS MUDAS DE SEMENTES - PÉ FRANCO (b)**

CARACTERÍSTICAS	PÉ FRANCO (b)	CLONES (a)	VARIAÇÃO (a/b)
Tempo de formação da muda	12 meses	07 meses	5 meses
Doença (Antracnose)	Suscetíveis	Tolerantes	
Produtividade de sementes torradas	40 a 100 kg/há	400 a 600 kg/há	900% e 500%
Produtividade de cafeína	1,6 a 4 kg/há	16 a 24 kg/há	900% e 500%
Início da Produção	3 anos	1,5 anos	1,5 ano
Estabilidade da Produção Comercial	5 anos	3 anos	2 anos
Sobrevivência das mudas no campo	Abaixo de 80%	Acima de 90%	12,5%

(a) = Mudas clonadas, método estaquia - reprodução assexuada

(b) = Plantas originadas de sementes, Pé Franco - reprodução sexuada

Fonte: Embrapa Amazônia Ocidental

Elaboração: CONAB

2 - PANORAMA NACIONAL

2.1 - Produção

Segundo estimativa do IBGE, em 2005, a produção brasileira de guaraná em grãos alcançou 2.587 toneladas, contra 3.769 toneladas em 2004, registrando um crescimento negativo de 31,4%. Essa brutal queda na produção é decorrente do abandono de áreas e/ou substituição da cultura por outras mais rentáveis nos Estados da Bahia e Mato Grosso, local onde o preço de comercialização do guaraná permanece aquém do custo de produção.

Os principais Estados produtores são: Acre, 3,3%; Amazonas, 32,6%; Bahia, 47,6%; Pará, 1,2% e Mato Grosso com 15,2% (Tabela 1 e Gráfico 1).

De acordo com dados não oficiais, a produção brasileira de guaraná em grãos tem a seguinte destinação: indústrias de refrigerantes, 44%; indústrias de

extratos, xaropes e pó, 24,5%; laboratórios em geral, 21%, e exportação *in natura*, 10,5%.

2.3 – Preços de Comercialização

Na Bahia (participa com cerca de 48% da produção nacional), em 2005, o preço médio de comercialização da semente do guaraná, Tipo 1, foi de R\$ 2,13/kg. Já no Amazonas, os preços foram bem maiores, conforme se observa na tabela a seguir:

ADQUIRENTES / AM	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO - R \$ / kg
AMBEV	80% da produção	R\$ 7,00
OUTROS	20% da produção	R\$ 7,00

Essa brutal diferença nos preços entre os dois Estados se deve, em grande parte, ao fator qualidade. Grandes indústrias brasileiras, como a Coca-Cola e AMBEV, deixaram de comprar o produto da Bahia, afirmando que a maioria da produção local é seca ao sol (e não torrada em estufas, como acontece no Amazonas), perdendo parte de suas propriedades medicinais. Outro fator preponderante é o apoio do Governo do Amazonas que, através de isenção fiscal, motiva as indústrias de refrigerantes locais a consumirem matéria-prima produzida no próprio Estado.

Hoje, a produção da Bahia e do Mato Grosso está sendo redimensionada e ajustada. Muitos agricultores afirmam que o valor alcançado com a venda das sementes de guaraná não cobre o custo de produção, e as lavouras estão sendo abandonadas (os frutos não são colhidos), deixando de lado os tratos culturais e a aplicação de insumos.

No Amazonas cultiva-se o guaraná orgânico, que dispensa os chamados “químicos”, que são substituídos, por exemplo, por farinha de ossos e restos vegetais como adubos, e até por formicida orgânico. Depois de submetido à certificação, esse guaraná é exportado para vários países, alcançando preço de até US\$ 25,00/kg, FOB portos brasileiros.

3 - Exportações Brasileiras de Guaraná e derivados

Até 1996, usando a NBM específica para o guaraná, era possível acompanhar, por meio do SECEX/DECEX, o perfil das exportações do produto. A partir de 1997, com a implantação da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, o produto guaraná e seus derivados não foram contemplados com códigos específicos, o que prejudica esse acompanhamento.

Segundo o entendimento de executivos de grandes empresas do ramo de refrigerantes, hoje as exportações brasileiras giram em torno de US\$ 15 milhões/ano, alcançando 175 países (gráfico 2).

3 - PRINCIPAIS PARÂMETROS

- No Amazonas, o custo variável da produção do guaraná é de R\$ 6,03/kg, para o produto seco. Estão inclusas neste valor, de forma proporcionais, as despesas com a implantação da lavoura, tratos culturais, colheita e beneficiamento;
- Em Maués, o mais influente centro de comercialização e formação de preços do país, o guaraná tipo 1 está sendo comercializado a um preço médio de R\$ 7,00/kg.

4 - PROPOSTA DE PREÇOS MÍNIMOS (Gráfico 3)

4.1 - Preços Mínimos em Vigor

O preço mínimo em vigor é de R\$ 5,65/kg, para o guaraná tipo 1, e de R\$ 2,83/kg para o guaraná tipo 2, permitindo, apenas, operações de EGF/SOV.

4.2 - Valor proposto

A proposta é que o preço mínimo, para o guaraná tipo 1, seja alterado para R\$ 6,03/kg, e o tipo 2, para R\$ 3,02/kg, correção de 6,73% e 6,71%, respectivamente (tabela 2).

O valor ora proposto é equivalente ao custo de produção do guaraná no Amazonas, Estado este que é referência na produção e comercialização desse produto.

5 - IMPACTOS ESPERADOS

- A manutenção do preço mínimo como parâmetro de financiamento de custeio agrícola, e na comercialização do guaraná em grãos.
- O impedimento ao aviltamento de preço na comercialização do produto, em nível de produtor.
- A manutenção dos atuais postos de trabalho no campo: a cadeia envolve cerca de 200.000 pessoas.
 - A arrecadação de divisas com a exportação de guaraná em grãos e seus derivados (cerca de 16 milhões de dólares/ano).

ANEXOS

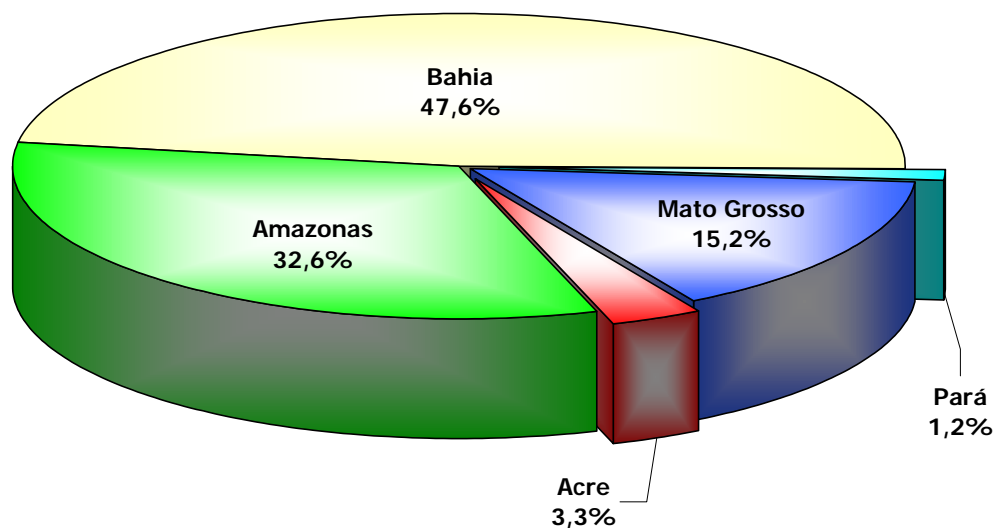
TABELA 1 - PRODUÇÃO ESTADUAL DE GUARANÁ (Semente)
(2005 X 2004)

Comparativo de Area Cultivada, Produção, Rendimento e Participação Percentual

DISCRIMINAÇÃO	ANO	UNID	ACRE	AMAZONAS	BAHIA	PARÁ	MATO GROSSO	TOTAL
ÁREA	2004	(ha)	225	5.755	5.993	60	769	12.802
	2005	(ha)	226	5.755	6.197	63	581	12.822
	Var. % 2005/2004		0,44	0,00	3,40	5,00	-24,45	0,16
RENDIMENTO	2004	(kg/ha)	400	154	392	500	537	294
	2005	(kg/ha)	398	154	209	508	492	202
	Var. % 2005/2004		-0,50	0,00	-46,68	1,60	-8,38	-31,47
PRODUÇÃO	2004	(t)	90	886	2.350	30	413	3.769
	2005	(t)	90	886	1.293	32	286	2.587
	Var. % 2005/2004		0,00	0,00	-44,98	6,67	-30,75	-31,36

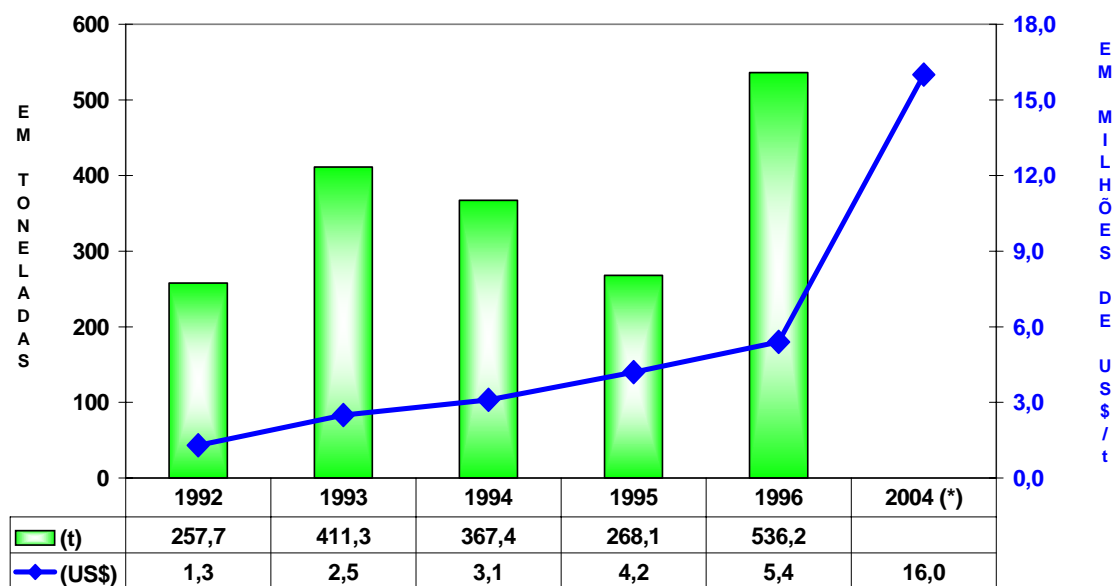
Fonte: IBGE, Elab.: CONAB

GRÁFICO 1 - GUARANÁ (semente) - PARTICIPAÇÃO ESTADUAL NA PRODUÇÃO, ANO/2005



Fonte: IBGE. Elab.: CONAB

**GRÁFICO 2 - GUARANÁ, EXPORTAÇÃO DE GRÃOS E DERIVADOS
QUANTIDADE (t) X US\$**



Fonte: SECEX/DECEX, Elab.: CONAB

(*) Fonte: Indústrias, exportadores - extra-oficial

GRÁFICO 3 – PARÂMETROS DA PROPOSTA

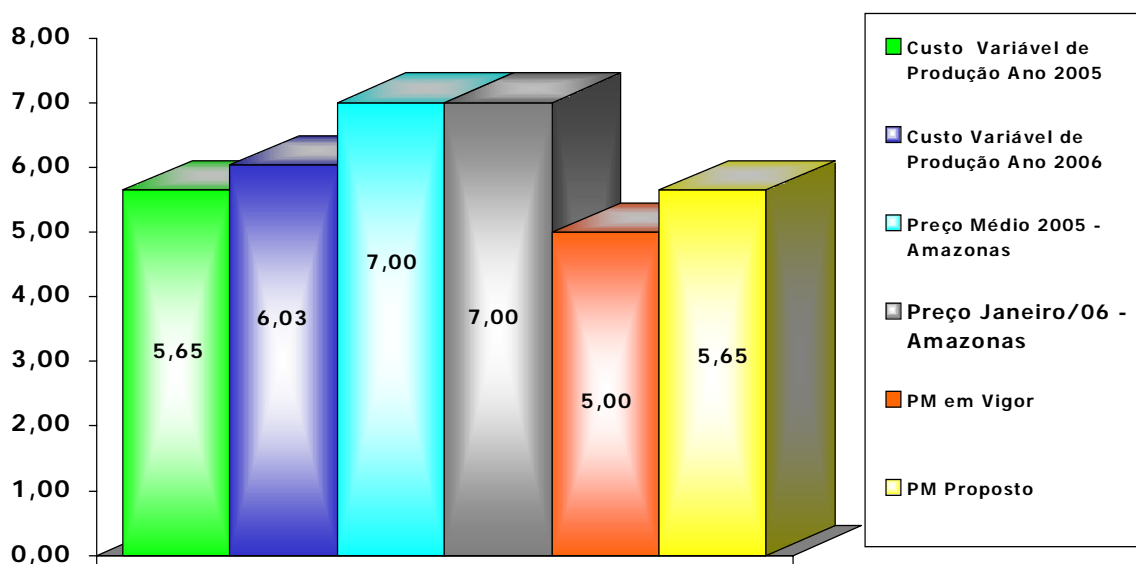


TABELA 2 - GUARANÁ TIPOS 1 E 2, PERCENTUAL DE REAJUSTE
PREÇOS MÍNIMOS, SAFRA 2005/06 X 2006/07

GUARANÁ EM GRÃOS	Preço Mínimo Atual (a)	Preço Mínimo Proposto (b)	Variação em R\$ (b/a)
Guaraná T1	5,65	6,03	6,73%
Guaraná T2	2,83	3,02	6,71%

Fonte e Elaboração: CONAB

**FIBRAS DE JUTA/MALVA
PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO
SAFRA 2006/2007**

Júlio D'Aparecida dos Santos¹

1 – INTRODUÇÃO

1.1 – O produto - uso e importância

A juta e a malva produzem fibras têxteis similares, tradicionalmente usadas na fabricação de papel, vestuário, barbantes, cordas, cortinas, fios, forração de estofados, fundo de tapetes, lonas, telas para artesanatos etc. e, sobretudo, na confecção de sacaria para acondicionamento de produtos agrícolas, inclusive das *commodities*, como o café, o açúcar, a castanha-de-caju e o cacau.

Não obstante as grandes adversidades enfrentadas pelo setor, a juta e a malva são consideradas fibras do futuro, por se tratarem de produto biodegradável e pelas possibilidades alternativas de uso, como fins geofísicos - contenção de encostas das estradas e elevados, evitando a erosão.

Em função das pesquisas já realizadas, a médio e longo prazo, seu uso poderá ser ampliado, pois, misturada às resinas sintéticas, ela se torna extremamente resistente, sendo possível usá-la como isolante térmico na fabricação de peças para a indústria automotiva (carrocerias, painéis e molas) e aeronáutica, de barcos, de construções residenciais (caixas d'água, telhas), entre outros.

A juticultura já foi considerada uma das principais riquezas da economia agrícola da região amazônica, sobretudo no Amazonas e Pará, e assume grande relevância, não apenas pela geração de renda, mas por demandar quantidade expressiva de mão-de-obra e contribuir para a fixação do homem no campo, além de induzir a criação de novos empregos nos processos de comercialização e industrialização.

O setor de aniagem brasileiro é atualmente composto por quatro indústrias distribuídas da seguinte forma: duas no Amazonas e duas no Pará.

2 – Panorama Internacional

2.1 – Produção Mundial de fibras

Segundo estimativa da FAO, para a safra 2004/2005², a produção mundial de fibras de juta alcançou cerca de 2,52 milhões de toneladas, contra 2,80 milhões de toneladas colhidas em 2004/2003.

O declínio de 10% ocorrido na safra 2004/05 confirma a tendência de queda na produção de fibras nos principais países produtores, notadamente a partir da safra 1997/98, quando foram alcançados 3,0 milhões de toneladas – quantia

¹ Técnico de Planejamento da Companhia Nacional de Abastecimento.

² de julho/2004 a junho/2005.

19,0% superior a safra de 2005/2004 (Gráfico 1). Essa queda constatada é decorrente dos baixos preços alcançados na comercialização da fibra no mercado internacional, na última década, da concorrência com os fios sintéticos e da existência de fatores climáticos desfavoráveis nas áreas de produção – principalmente excesso ou falta de chuvas.

Para a safra 2006/07, caso não ocorram problemas climáticos e as cotações da fibra no mercado internacional permaneçam compensadoras, a produção deverá retornar aos patamares das safras de 2002/03 e 2003/004 – cerca de 2,75 milhões de toneladas, quantia suficiente para atender à demanda mundial.

Os principais países produtores são Índia, Bangladesh, Myanmar e Nepal, os quais respondem, na atual safra, por 62,0%, 35,7%, 1,7% e 0,7%, respectivamente (Gráfico 2), da produção mundial.

2.2 – Consumo, exportações, preços e estoque final (Gráfico 3).

Para a safra 2004/2005, o consumo mundial de fibras de juta permaneceu em cerca de 2,4 milhões toneladas – a mesma quantia da safra anterior. Para a safra 2005/06, existe a tendência de crescimento em face da elevação do preço do polipropileno³ no mercado internacional.

As exportações declinaram 7,0%, passando de 340,9 mil toneladas na safra 2003/04, para 316,9 mil toneladas na safra seguinte. O estoque de passagem, no mesmo período, declinou 6,5%, passando de 878,9 mil toneladas para 821,7 mil toneladas - quantia considerada, historicamente, pequena.

Vale ressaltar que a Índia – maior produtor mundial de juta –, precisará importar cerca de 97,6 mil toneladas dessa fibra na atual temporada para complementar sua demanda industrial.

Esses indicativos são prenúncios de que os preços de comercialização dessa fibra, no mercado internacional, tendem a permanecer firmes, com possibilidade de elevação.

3 – Panorama Nacional

3.1 – Produção

O cultivo ocorre na Região Norte, de forma extremamente pulverizada, em terras firmes do Pará e nas calhas dos rios da Região Amazônica, representando, na maioria das vezes, a única alternativa econômica para muitos ribeirinhos. Os principais Estados produtores são: Amazonas, com 66,6%; Maranhão, com 0,3% e Pará, com 32,6% (tabela 1).

Em 2005, a produção nacional de fibras de juta/malva alcançou 10.421 toneladas, contra 15.045 colhidas em 2004, registrando uma queda de 30,7%, no período, em decorrência dos seguintes fatores:

- condições climáticas desfavoráveis, com ocorrência de enchentes nas bacias hidrográficas da região amazônica e conseqüente perdas de lavouras;

³ produto sintético derivado do petróleo e concorrente das fibras naturais.

- demora das empresas de aniagem em sinalizar que atuariam no mercado adquirindo fibras (estavam abastecidas de matéria-prima), bem como a que preço;
- dificuldade do produtor em comercializar sua fibra pós-colheita;
- perdas de produtividade decorrente do corte prematuro das plantas e qualidade das sementes;

Para 2006, a produção de fibras está estimada em 18.217 toneladas – 74,8% maior que a de 2005. Essa rápida recuperação na produção é decorrente do retorno dos fatores climáticos à normalidade, propiciando a volta da cultura nas várzeas, aumentando, desta forma, sensivelmente a área disponível para plantio, bem como da disponibilidade de sementes em quantidade suficiente para atender aos agricultores (cerca de 163 toneladas).

3.2 - Preços de comercialização da fibra

Ao longo de 2005, na maior região produtora do País (Manacapuru), o preço médio de comercialização da fibra T.2 foi de R\$ 1,15/kg, colocada nos postos de compras das indústrias. No Pará, a mesma fibra, em condições idênticas, foi comercializada a R\$ 1,24kg, ou seja, 7,8% a mais.

3.3 - Aquisição e estoque de fibras

Em 2006, ao que tudo indica, o Governo Federal não deverá interferir no mercado fazendo aquisições, uma vez que a produção deverá ser totalmente absorvida pelas indústrias de aniagem que necessitam repor seus estoques de matéria-prima.

Inexiste estoque de fibras em poder do Governo Federal. A partir de 1999, foram adquiridas apenas 1.094 toneladas em 2004, cuja comercialização ocorreu em dezembro do mesmo ano e em janeiro de 2005.

3.4 - Consumo industrial e importações

Para 2006, estima-se uma produção de cerca de 18.000 toneladas de fibras, quantia insuficiente para atender a um consumo industrial e artesanal de cerca de 21.000 toneladas. Se essa produção e o consumo industrial forem confirmados, a diferença entre a produção esperada e o consumo industrial será complementado com a importação de cerca de 8.000 toneladas⁴ (Gráfico 4).

Em 2005, as importações de fibras e manufaturados efetuados pelas indústrias nacionais alcançaram 2,6 mil toneladas, ao custo de 2,1 milhões de dólares/FOB (Gráfico 5). Os produtos internalizados foram os seguintes: fios, 86,9%; tecidos, 9,2% e sacos, 3,9% (Gráfico 6).

O declínio de cerca de 41%, registrado nas importações em 2005, se comparado com 2004, deve-se ao excelente desempenho da produção nacional de fibras em 2003 e 2004, que alcançou cerca de 17,2 mil toneladas e 15,0 mil toneladas, respectivamente, permitindo que as indústrias de aniagem recompossem seus estoques de matéria-prima.

⁴ As indústrias trabalham com um estoque elevado de matéria-prima em função da demora para a internalização, por ocasião da importação – até 90 dias.

4 – Principais Parâmetros (Gráfico 7)

Foram considerados os seguintes aspectos:

- O novo valor do preço mínimo proposto de R\$ 0,97/kg é equivalente ao custo de produção;
- O valor do custo de prensagem permanece em R\$ 0,16/kg;
- A fibra de juta, tipo “BWC”, está sendo comercializada a US\$ 350,00/t no mercado internacional, FOB Bangladesh, porto de Mongla. Decompondo-se até a região de produção, chega-se ao valor de R\$ 1,05/kg com o dólar cotado a 2,20 e a R\$ 1,14/kg com o dólar cotado a 2,35, quantias superiores em 8,7% e 17,5%, respectivamente, ao novo Preço Mínimo proposto;
- A variação final no preço mínimo proposto, sobre o do ano anterior, para a fibra prensada - T.2, é de 4,63%, lembrando que as aquisições, quando ocorrem, são na sua maioria de fibras prensadas;

5 – Preço Mínimo em Vigor (Tabela 2)

O preço mínimo básico, em vigor, é de R\$0,92/kg para a fibra T.2, embonecada (seca e solta), e de R\$ 1,08 para a fibra T.2, prensada.

6 – Proposta de Preço Mínimo

A proposta é de R\$ 0,97/kg, para a fibra T.2 (seca e solta), e de R\$ 1.13 para a fibra T.2, prensada, correção de 5,43% e 4,63%, respectivamente.

7 – Justificativa da Proposta

Aumentar a produção interna que ainda é insuficiente para atender a demanda nacional (industrial e artesanal) de cerca de 21.000 toneladas/ano.

8 – Impactos Esperados

- Manter o preço mínimo como referência na comercialização da fibra de juta/malva;
- Impedir o aviltamento do preço ao produtor na comercialização da fibra;
- Alavancar a produção de fibras, rumo a auto-suficiência;
- Aumentar o número de vagas de trabalho no campo e na cidade – cerca de 7.000 famílias dependem da atividade para complementar seu orçamento doméstico;

TABELA 2 - PROPOSTA DE PREÇOS MÍNIMOS, SAFRA 2006/07
PERCENTUAL DE REAJUSTE / KG, FIBRA TIPO 2

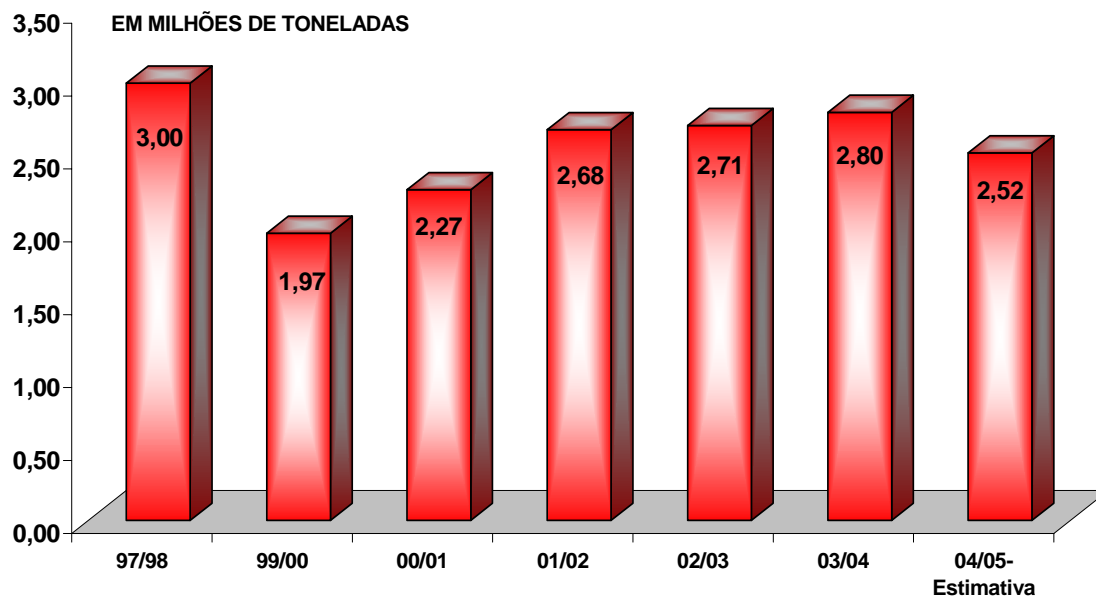
FIBRA DE JUTA/MALVA	PREÇO MÍNIMO A T U A L (a)	PREÇO MÍNIMO PROPOSTO (b)	VARIAÇÃO EM R\$ (b/a)
EMBONECADA - T.2	0,9200	0,9700	5,43%
PRENSADA - T.2	1,0800	1,1300	4,63%

Fonte e Elaboração: CONAB

- Economizar divisas com importações de fibras e manufaturados. A média de gastos nos últimos quatro anos foi US\$ 3,8 milhões de dólares.

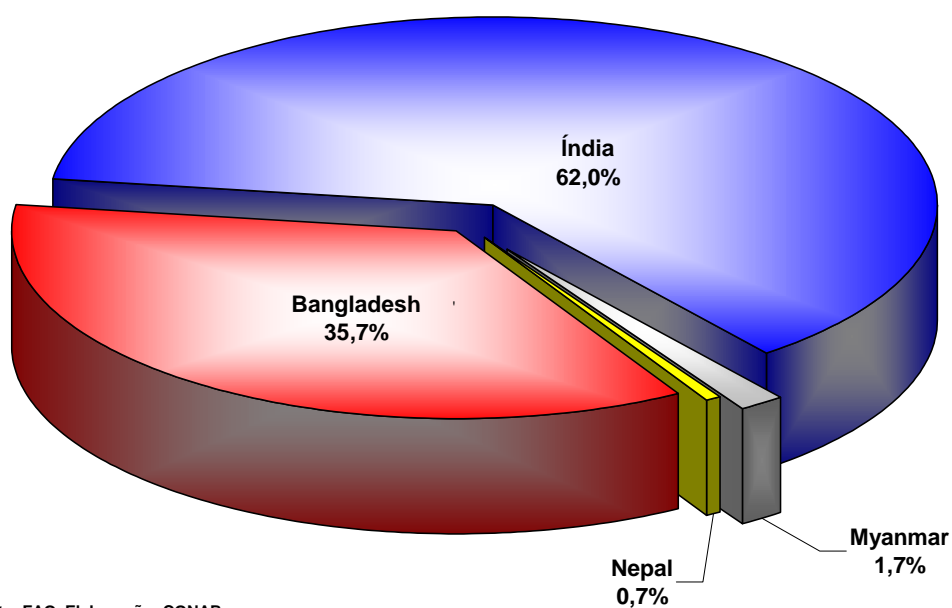
ANEXOS

GRÁFICO 1 - PRODUÇÃO MUNDIAL DE FIBRAS DE JUTA



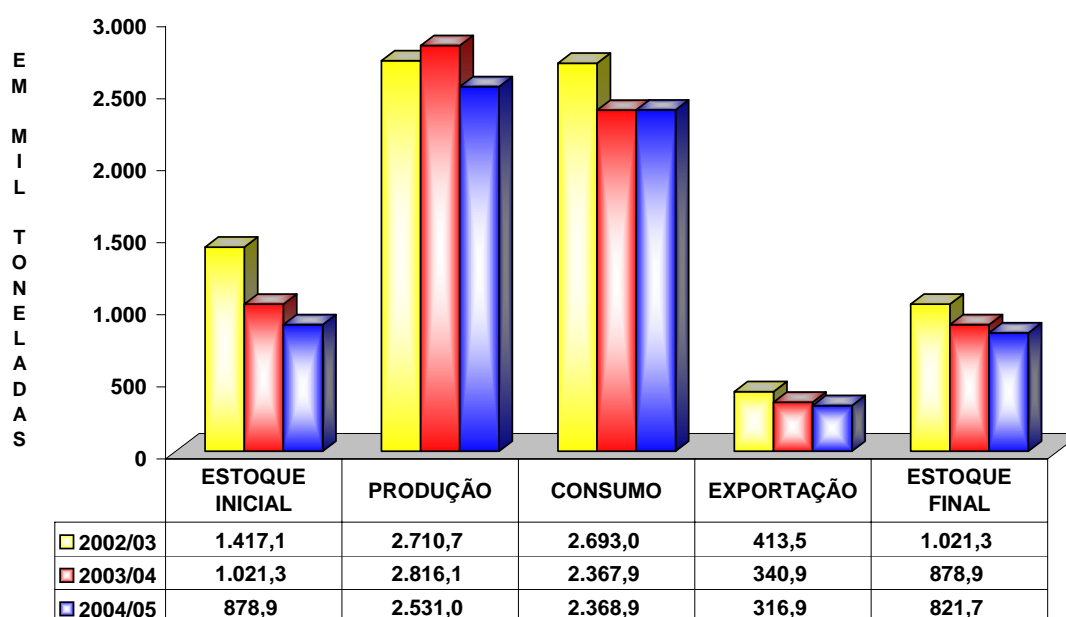
Fonte: FAO. Elaboração: CONAB

**GRÁFICO 2 - FIBRA DE JUTA, PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES
SAFRA 2004/2005 (Julho/04 a junho/05)**



Fonte: FAO, Elaboração: CONAB
Produção Mundial = 2.522,100 toneladas

GRÁFICO 3 - FIBRA DE JUTA - QUADRO DE OFERTA E DEMANDA MUNDIAL



Fonte: FAO. Elab.: CONAB

TABELA 1 - PRODUÇÃO ESTADUAL DE JUTA/MALVA

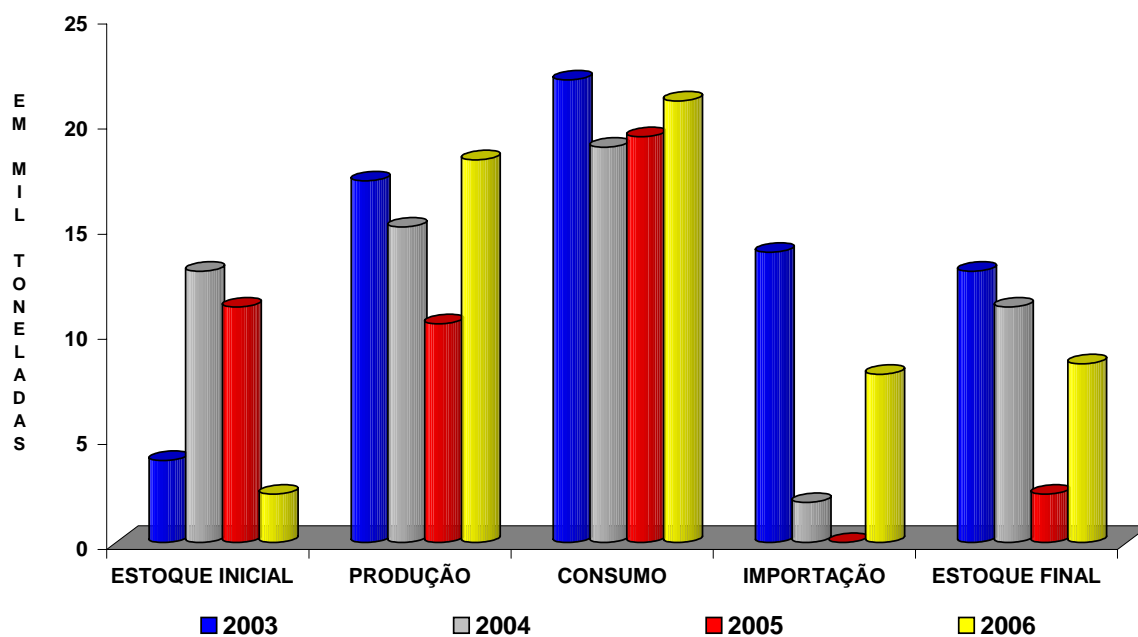
Comparativo de Área Cultivada e Produção, Variações e Participação percentual

U F	2 0 0 4			2 0 0 5			V A R I A Ç Ã O			Participação
	Área	Produção	Rend.	Área	Produção	Rend.	Área	Produção	Rendimento	% por UF
	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)	(2005/04)	(2005/04)	(2005/04)	(2005)
Amazonas	7.011	12.619	1.800	4.888	6.941	1.420	-30,3	-45,0	-21,1	66,6
Maranhão	50	50	1.000	80	80	1.000	60,0	60,0	0,0	0,8
Pará	2.700	2.376	880	3.778	3.400	900	39,9	43,1	2,3	32,6
TOTAL	9.761	15.045	1.541	8.746	10.421	1.192	-10,4	-30,7	-22,7	100,0

Fonte: Conab, Ifibram, Indústrias, Cooperativas.

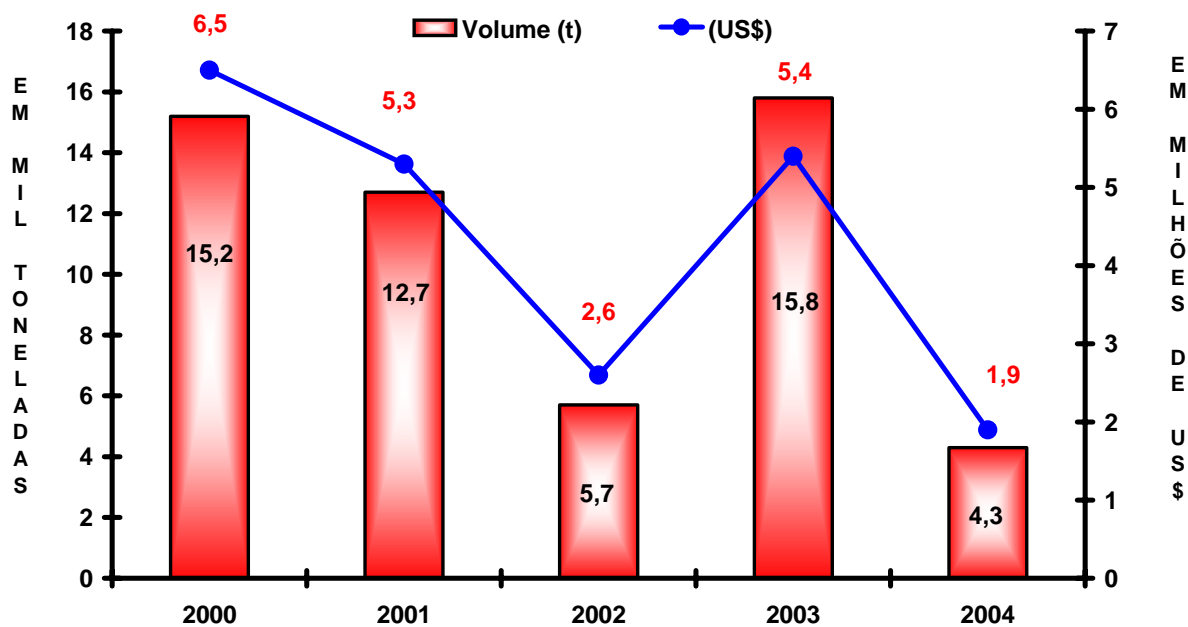
Elaboração: CONAB.

GRÁFICO 4 - FIBRA DE JUTA/MALVA - QUADRO DE SUPRIMENTO BRASILEIRO



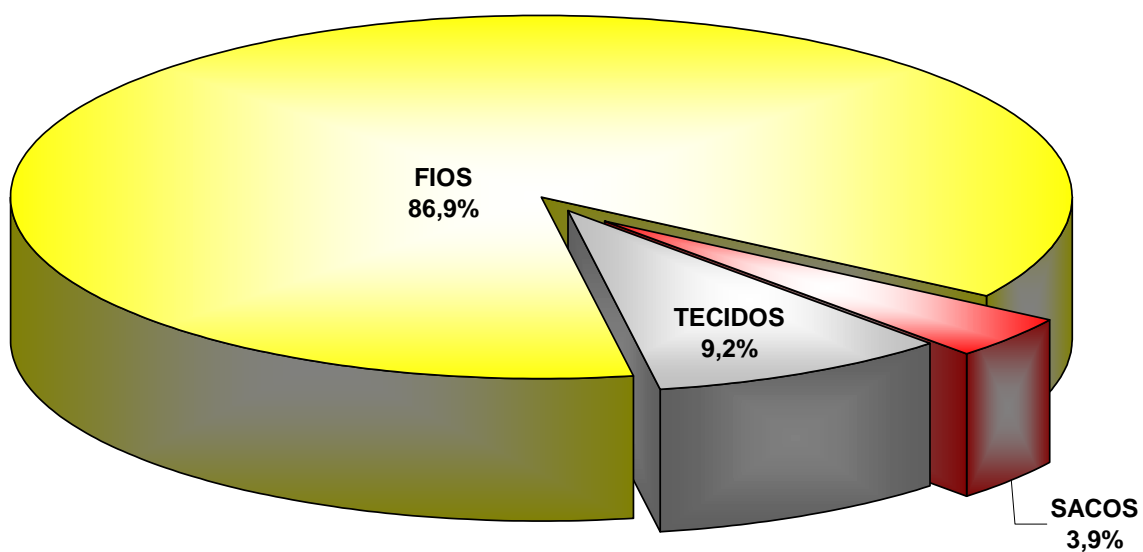
Fonte: CONAB, SECEX, Indústrias e Beneficiadores - Elab. CONAB

GRÁFICO 5 - JUTA, IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE FIBRA E MANUFATURADOS, QUANTIDADE (t) X US\$



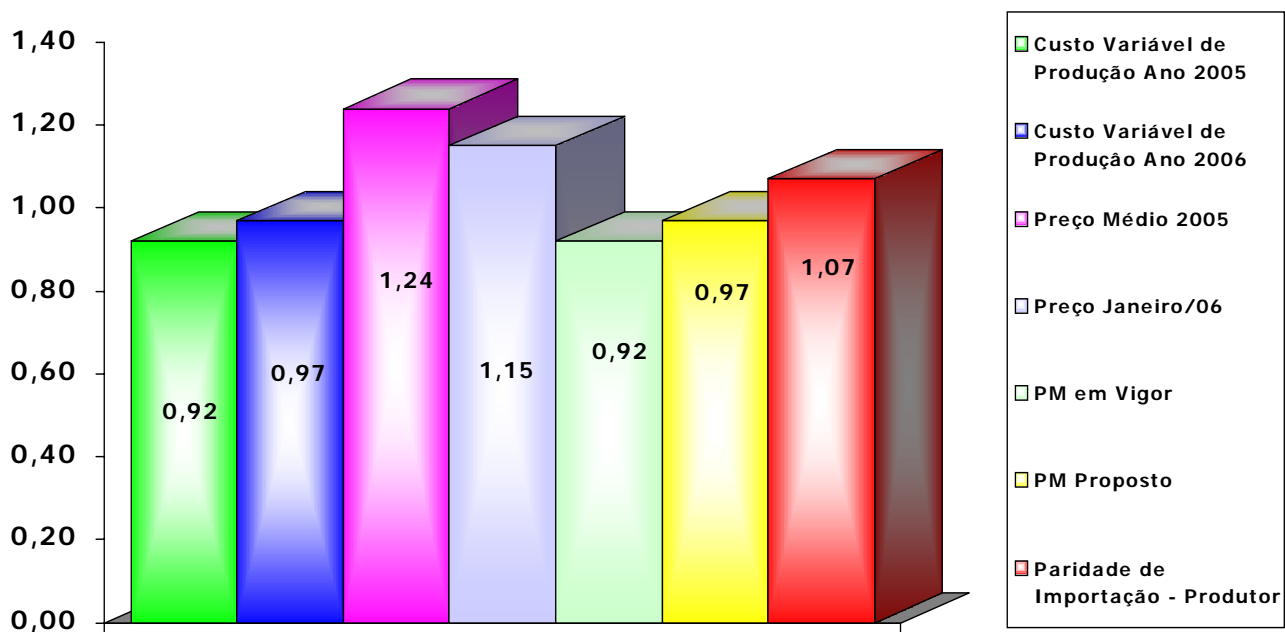
Fonte: Secex, Elaboração: CONAB

**GRÁFICO 6 - FIBRA DE JUTA E MANUFATURADOS - IMPORTAÇÕES
BRASILEIRAS EM 2005**



Fonte: Secex, Elaboração: CONAB
Total Importado = 2.105,8 toneladas

**GRÁFICO 7 - PARÂMETROS DA PROPOSTA DE PREÇO
MÍNIMO**



LEITE PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO SAFRA 2006/2007

Maria Helena Fagundes

1 Introdução

A seguir são apresentados alguns aspectos do setor lácteo, no país e no mercado mundial, que poderão contribuir para a formatação dos instrumentos e normativos a constarem do *Plano Agrícola e Pecuário 2006/07*, entre eles os novos preços mínimos para o leite.

O setor lácteo nacional experimentou, pelo segundo ano consecutivo em 2005, um saldo positivo na sua balança comercial com os demais países. Isso se deveu a que, apesar de um aumento nas importações, houve um aumento ainda maior das exportações, resultando num *superávit* de US\$ 8,9 milhões.

Nos primeiros meses de 2005, houve aumento expressivo dos preços pagos ao produtor de +12,33% entre janeiro e junho, passando então a enfrentar uma redução de -17,51% entre junho e janeiro/2006, quando foi cotado a R\$ 0,4179/litro, na média dos sete principais estados produtores da região Centro-Sul, responsável por aproximadamente 90% da produção de leite no país. A redução de preços deveu-se tanto ao expressivo aumento da produção interna como à valorização do real frente ao dólar com reflexos nos preços pagos pela matéria-prima.

Estimativas em relação à produção total de leite no país indicam um crescimento de 6,0% em 2005 em relação a 2004, atingindo 24,8 bilhões de litros, sendo que as previsões para 2006 apontam um crescimento de 5,0%, devendo alcançar 26,1 bilhões de litros. A produção formal continua a crescer em relação à produção total de leite, sendo hoje de cerca de 61% do total produzido, o equivalente a 15,3 bilhões de litros em 2005 e sendo estimada em 16,1 bilhões de litros em 2006.

2 Mercado Internacional

2.1 Principais países produtores

A produção mundial de leite tem aumentado a uma taxa de +1,63% aa entre 2001 e 2005, sendo que, nos principais países/blocos exportadores essa taxa foi: União Européia (+0,32% aa), Nova Zelândia (+2,27% aa); Austrália (-1,02% aa); Estados Unidos (+1,68% aa); Argentina (+0,91% aa). No Brasil, a produção tem aumentado, nesse período, a uma taxa de 4,95% aa.

Se for considerada a taxa de crescimento para os dez principais países produtores, essa taxa média anual para o mesmo período foi de + 0,93% aa (ver quadro a seguir).

Leite : Produção mundial e dos principais países produtores

2001 a 2006 ¹

Em 1000 t

País/Região	2001	2002	2003	2004	2005 (prel)	2006 (est)	Prod.média no período 2001-05	Part.média na prod. mundial (%)	Tx.cresc.		
									2005/04 %	2001/05 % ao ano	2006/05 % (est.)
União Européia (25)	130.069	131.040	131.847	130.812	131.750	132.250	131.104	25,41%	0,72%	0,32%	0,38%
Estados Unidos	74.994	77.140	77.290	77.477	80.150	82.250	77.410	15,00%	3,45%	1,68%	2,62%
Índia	36.400	36.200	36.500	37.500	38.500	39.450	37.020	7,17%	2,67%	1,41%	2,47%
Rússia	33.000	33.500	33.000	32.000	31.200	32.000	32.540	6,31%	-2,50%	-1,39%	2,56%
Brasil	21.166	22.336	22.966	24.226	25.679	26.963	23.275	4,51%	6,00%	4,95%	5,00%
Nova Zelândia ²	13.162	13.925	14.346	15.000	14.400	14.100	14.167	2,75%	-4,00%	2,27%	-2,08%
Austrália³	10.864	11.608	10.636	10.377	10.428	10.750	10.783	2,09%	0,49%	-1,02%	3,09%
México	9.501	9.560	9.784	9.874	10.063	10.285	9.756	1,89%	1,91%	1,45%	2,21%
Argentina	9.500	8.500	7.950	9.250	9.850	10.300	9.010	1,75%	6,49%	0,91%	4,57%
Canadá	8.106	7.964	7.734	7.885	7.800	7.750	7.898	1,53%	-1,08%	-0,96%	-0,64%
Países acima	346.762	351.773	352.053	354.401	359.820	366.098	352.962	68,40%	1,53%	0,93%	1,74%
Outros	150.811	158.291	166.390	168.827	170.899	172.901	163.044	31,60%	1,23%	3,18%	1,17%
Total Mundial	497.573	510.064	518.443	523.228	530.720	538.999	516.006	100,00%	1,43%	1,63%	1,56%

Notas:

¹ 2005 (dados preliminares); 2006 (estimativa).

² Ano/safra encerrando em 31/maio do ano apresentado.

³ Ano/safra encerrando em 30/junho do ano apresentado.

Fonte: IBGE (p/o Brasil), USDA/dez 2005 (p/demais países), FAO (Total Mundial).

Elaboração: MHF/MAPA/Conab.

Para 2006 espera-se um crescimento da produção mundial de leite de 1,56% e para os dez principais países produtores de 1,74%.

Na União Européia, houve um aumento de +0,72% na produção de leite em 2005, em comparação com 2004, havendo sido aplicadas severas multas à Alemanha e Itália por excederem suas cotas de produção.

Para 2006, espera-se um crescimento de +0,38% na produção dessa região, atingindo 132,2 milhões de toneladas, devido ao aumento de quota de 0,5 ponto percentual concedido aos principais países produtores da EU-15. Apesar do aumento da produção, espera-se um forte aumento da demanda interna, o que deverá absorver o acréscimo de produção, reduzindo a oferta de excedentes exportáveis, que deverá ser similar a 2005. Novos países membros, como Polônia e República Tcheca, deverão expandir suas produções devido aos maiores preços praticados dentro desse bloco.

A produção na Austrália deverá crescer +3,09% em 2006, tendo havido um aumento de +0,49% entre 2004 e 2005, revertendo uma tendência de redução na produção de -1,02% verificada entre 2001 e 2005. Essa recuperação, no entanto, não deverá alcançar os níveis de 2001/02.

Na Nova Zelândia, espera-se uma redução de - 2,08% da produção em 2006, prosseguindo uma tendência de diminuição de - 4,0% ocorrida entre 2004 e 2005. Temperaturas inferiores ao normal e chuvas persistentes continuam a afetar adversamente a produção nesse país. Adicionalmente, a valorização do dólar neozelandês frente ao dólar americano colaborou para uma pressão adicional baixista no preço pago ao produtor, forçando uma redução na produção.

Nos Estados Unidos espera-se um aumento de + 2,62% na produção de leite em 2006, após um aumento de +3,45% em 2005 relativamente a 2004. Apesar do expressivo aumento da demanda interna, o aumento superior da oferta tem forçado uma redução nos preços pagos ao produtor.

O Brasil, quinto maior produtor mundial, tem experimentado um crescimento contínuo da produção de leite de 4,95% aa entre 2001 e 2005. Entre 2004 e 2005, números preliminares indicam um aumento de 6%, com uma produção de 25,6 milhões de toneladas, e espera-se para 2006 um aumento de 5%, atingindo 26,9 milhões de toneladas (26,1 bilhões de litros).

O insuficiente crescimento da demanda interna fez com que o país se direcionasse aos mercados externos tendo conseguido, em 2005, pelo segundo ano consecutivo, um *superávit* na balança comercial de lácteos.

2.2 Mercosul

No Mercosul, Argentina e Uruguai, após apresentarem queda significativa na produção de leite, principalmente devido à redução dos preços relativos do leite *vis-à-vis* grãos, pressionando a rentabilidade, e da redução do consumo devido à queda do crescimento econômico, recuperaram as taxas de crescimento a partir de 2004 e 2002, respectivamente.

A recuperação deveu-se à forte demanda interna e à alta rentabilidade das exportações, devido à recuperação dos preços internacionais. Recentemente, o Governo argentino estabeleceu imposto às exportações de 15% no caso do leite em pó integral e de 10% no caso de queijos, visando o aumento da oferta interna e a diminuição da pressão inflacionária sobre os preços.

Na Argentina o crescimento da produção foi de +17,9% em 2004 comparado a 2003 e de +8,3% em 2005 comparado a 2004, e, no Uruguai, de +11,6% em 2004 e de +6,5% em 2005. Para 2006, essa região deverá continuar o crescimento na produção de leite, sendo estimadas as taxas de +5,01% para a Argentina e de +5,0% para o Uruguai.

Os dois países são grandes exportadores, e representaram, nos últimos anos, a origem de aproximadamente 80% de todas as importações brasileiras de lácteos.

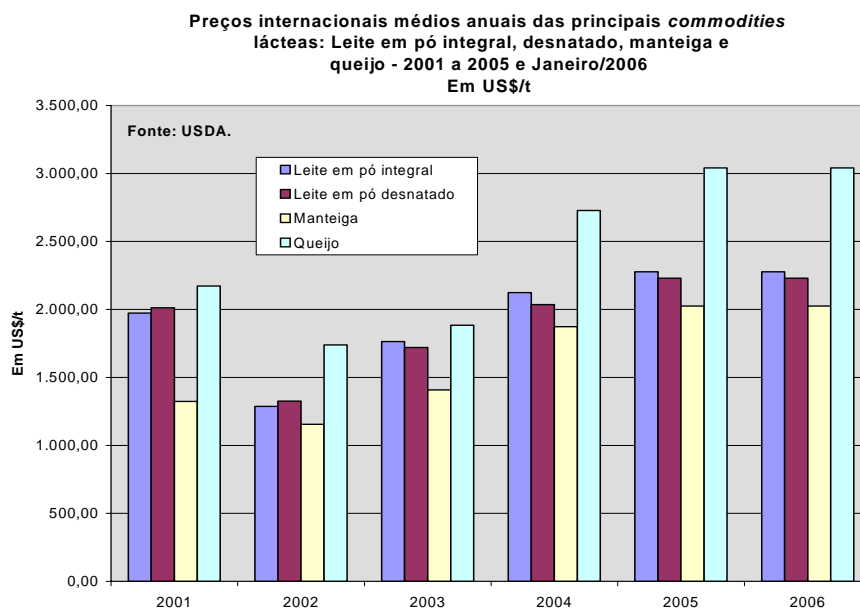
2.3 Preços internacionais

Os preços internacionais das principais *commodities* lácteas continuaram sua tendência ascendente em 2005. Esse movimento, iniciado em 2003, deve-se à existência de mercados equilibrados em termos de oferta e demanda, à desvalorização do dólar e ao crescimento da economia mundial, com aumento de demanda, não só dos países asiáticos, como de importantes mercados de países produtores de petróleo, como Argélia, México, Venezuela, Iraque e Rússia.

Para 2006, existem aspectos negativos e positivos que influenciarão a manutenção ou não desse nível de preços. Os altos preços do petróleo, impactando negativamente os países importadores dessa *commodity*, e o recente movimento de valorização do dólar impulsionado pelo aumento das taxas de juros da economia americana, poderão afetar negativamente os preços dos produtos lácteos.

Por outro lado, o crescimento esperado de 3% da economia mundial, a previsão de redução da produção de leite na Nova Zelândia; a queda nos estoques mundiais de lácteos; e países grandes demandadores de lácteos que são também

exportadores de petróleo, são fatores que irão atuar para a manutenção dos atuais níveis de preços.



Para as quatro principais *commodities* lácteas, os preços médios atuais (janeiro/2006), FOB Norte da Europa, são: leite em pó integral (US\$ 2.277,10/t); leite em pó desnatado (US\$ 2.230,20/t); manteiga (US\$ 2.025,00/t); e queijo (US\$ 3.041,70/t). Esses valores representam, comparados com os observados em janeiro/2004, aumentos de +17,5% para o leite em pó integral; de +23,0% para o leite em pó desnatado; de +28,6% para a manteiga; e de +26,7% para o queijo.

Argentina e Uruguai: Leite adquirido pelos laticínios ¹
2001 a 2006
Em milhões de litros

Ano	2001	2002	2003	2004	2005* (prel)	2006* (est)	Variação		
							2005/04 %	2001/05 % aa	2006/05 %
Argentina	5.699	4.877	4.437	5.232	5.671	5.955	8,39%	-0,12%	5,01%
Uruguai	1.145	1.109	1.144	1.277	1.360	1.428	6,50%	4,40%	5,00%
Total	6.844	5.986	5.581	6.509	7.031	7.383	8,02%	0,68%	5,01%

¹ A recepção de leite pelos 15 maiores laticínios representa em torno de 60% a 65% do total de leite produzido na Argentina. Esse percentual sobe para 80% no caso do Uruguai.

* 2005 (dados preliminares), 2006 (estimativa).

Fonte: SAGPyA/Mecon e MGAP/DIEA/OPYPA.

Elaboração: MHF/MAPA/Conab.

3. Mercado nacional

3.1 Produção

A produção nacional de leite cresceu a uma taxa média de 3,66% no período 1997 a 2005, passando a crescer 4,95% aa nos últimos cinco anos, entre 2001 e 2005 (estimativa para 2005).

Para 2006 espera-se uma produção de 26,1 bilhões de litros, o que deverá significar uma taxa de crescimento de 5,0% em relação ao ano anterior, e para 2007 estima-se um crescimento de 4%.

No mesmo período, o consumo *per capita* aparente (produção + importações - exportações) aumentou 2,72% aa, passando de 123,18 kg/*per capita*/ano para 137,14 kg/*per capita* ano.

Para 2006 espera-se um acréscimo de 3,3% no consumo *per capita*, (141,73 kg/*per capita*/ano) passando, em 2007, para 144,03 kg/*per capita*/ano, um acréscimo de 1,6%.

Brasil: Quadro de oferta e demanda de leite fluido *in natura* (equivalente)
1991 a 2007 (estimativa)
Em milhões de litros

Ano	Produção total		Produção sob inspeção			Produção informal			Importações ¹			Exportações ¹		Consumo <i>per capita</i>	
	Total	Var. %	Total	Var. %	Sob insp./ total (%)	Total	Var. %	Informal/ total (%)	Total	Var. %	Imp./prod. %	Total	Var. %	Litros/hab.	Var.%
1991	15.079								1.313,0		8,7%			109,33	
1992	15.784	4,7%							276,0	-79,0%	1,7%			105,50	-3,5%
1993	15.591	-1,2%							632,0	129,0%	4,1%			104,99	-0,5%
1994	15.784	1,2%							1.250,0	97,8%	7,9%			108,65	3,5%
1995	16.474	4,4%							3.200,0	156,0%	19,4%			123,73	13,9%
1996	18.515	12,4%							2.450,0	-23,4%	13,2%			130,02	5,1%
1997	18.666	0,8%	10.688,28		57,3%	7.978		42,7%	1.930,0	-21,2%	10,3%			125,99	-3,1%
1998	18.694	0,1%	10.995,37	2,9%	58,8%	7.699	-3,50%	41,2%	2.270,0	17,6%	12,1%			126,53	0,4%
1999	19.070	2,0%	11.138,93	1,3%	58,4%	7.931	3,02%	41,6%	2.410,0	6,2%	12,6%			127,93	1,1%
2000	19.767	3,7%	12.107,74	8,7%	61,3%	7.659	-3,43%	38,7%	1.800,0	-25,3%	9,1%	42,08		126,51	-1,1%
2001	20.510	3,8%	13.212,71	9,1%	64,4%	7.297	-4,73%	35,6%	808,0	-55,1%	3,9%	84,27	100,3%	123,18	-2,6%
2002	21.644	5,5%	13.221,31	0,1%	61,1%	8.422	15,42%	38,9%	1.468,0	81,7%	6,8%	142,34	68,9%	131,53	6,8%
2003	22.254	2,8%	13.627,21	3,1%	61,2%	8.627	2,42%	38,8%	554,0	-62,3%	2,5%	173,36	21,8%	127,97	-2,7%
2004	23.475	5,5%	14.502,57	6,4%	61,8%	8.972	4,00%	38,2%	350,0	-36,8%	1,5%	385,00	122,1%	130,88	2,3%
2005*	24.883	6,0%	15.372,72	6,0%	61,8%	9.510	6,00%	38,2%	480,0	37,1%	1,9%	492,00	27,8%	137,14	4,8%
2006*	26.127	5,0%	16.141,36	5,0%	61,8%	9.986	5,00%	38,2%	500,0	4,2%	1,9%	600,00	22,0%	141,73	3,3%
2007*	27.172	4,0%	16.948,42	5,0%	62,4%	10.224	2,38%	37,6%	450,0	-10,0%	1,7%	840,00	40,0%	144,03	1,6%

Fonte: IBGE(dez/2005) e MDIC/Alice.

Elaboração: MHF/MAPA/Conab.

* Estimativa de produção total e formal para 2005 e 2006 (MHF/MAPA/Conab).

A produção de leite sob inspeção (federal, estadual e municipal), medido pelo leite adquirido pelos laticínios, chegou a 15,3 bilhões de litros em 2005, ou 61,8% da produção do país. A estimativa para 2006 é que o leite formal atinja a quantidade de 16,1 bilhões de litros e em 2007, de 16,9 bilhões de litros.

O percentual de leite sob inspeção tem aumentado, revelando uma progressiva preocupação com a melhoria da qualidade do leite, principalmente após a entrada em vigência da Instrução Normativa 51 em julho/2005 na região Centro-Sul, com os laticínios iniciando a prática de pagamento por qualidade (além do pagamento por volume).

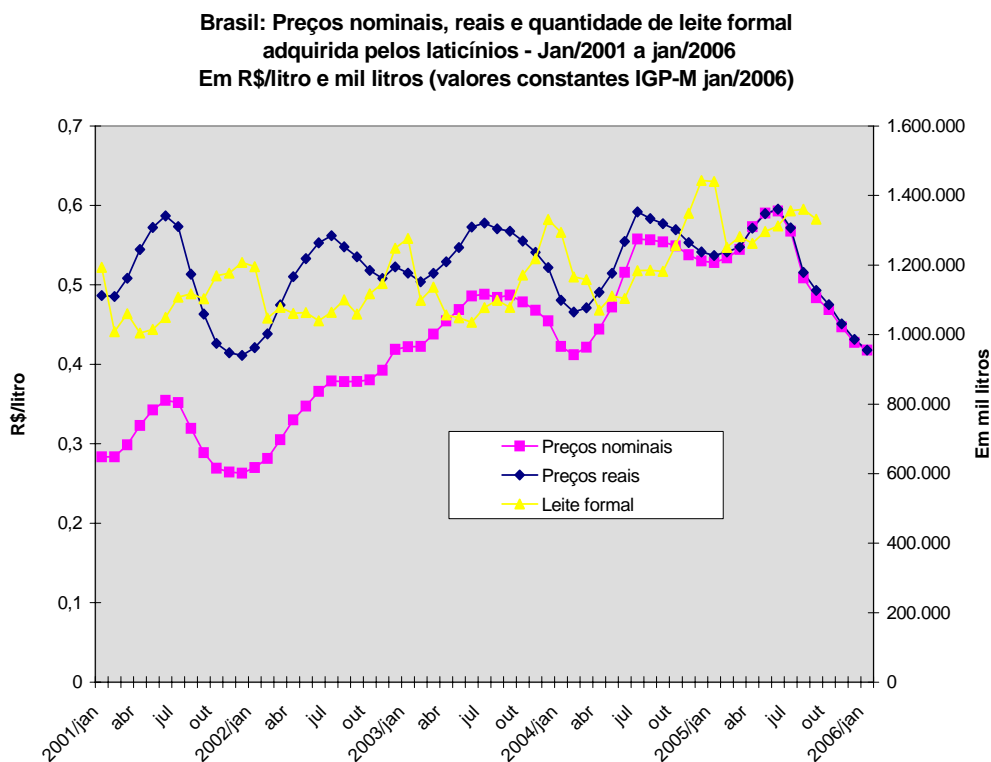
As importações, principalmente de leite em pó, têm diminuído devido à instalação de diversas fábricas nos principais estados produtores.

As importações representaram, em 2005, 480 milhões de litros, ou 1,9% da produção nacional. Já as exportações, representaram 492,0 milhões de litros, ou 2,0% da produção nacional. Como será comentado a seguir, essas exportações representaram a continuidade de saldos positivos na balança de lácteos, que encerrou 2005, com um saldo positivo de US\$ 8,9 milhões.

Para 2006 são esperadas exportações de 600 milhões de litros e importações de 500 milhões de litros.

3.2 Preços pagos ao produtor

O gráfico a seguir mostra o comportamento dos preços reais e nominais mensais pagos ao produtor pelo leite *in natura* e as quantidades adquiridas pelos laticínios, entre janeiro/2001 e janeiro/2006.



Nos primeiros meses de 2005, houve um aumento expressivo dos preços pagos ao produtor de +12,33% entre janeiro e junho, atingindo um máximo de R\$ 0,5930/litro na média dos sete principais estados produtores da região Centro-Sul, responsável por aproximadamente 90% da produção de leite formal no país (em junho/2005, o leite atingiu a cotação de R\$ 0,6232/litro em São Paulo).

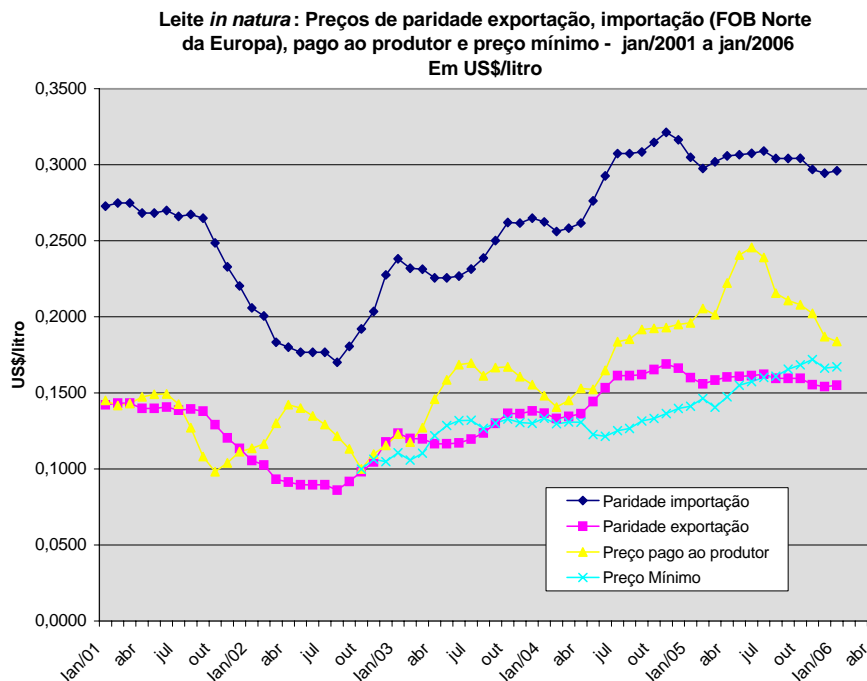
No entanto, os produtores passam, a partir de junho, a enfrentar uma redução de -17,51% entre junho e janeiro/2006, quando foi cotado a R\$ 0,4179/litro. A redução de preços deveu-se tanto ao expressivo aumento da produção interna como à valorização do real frente ao dólar com reflexos nos preços pagos pela matéria-prima derivado da redução expressiva do preço de paridade de exportação.

O gráfico a seguir mostra os preços de paridade de importação, de exportação, pago ao produtor (média Brasil) e preço mínimo, todos cotados em US\$/litro.

Devido à valorização do real frente ao dólar, o preço pago ao produtor situa-se em patamares superiores a US\$ 0,20/litro a partir de fevereiro/2005 quando inicia uma redução, atingindo em janeiro/2006 o valor de US\$ 0,1838/litro. Apesar do aumento das cotações das *commodities* lácteas no mercado internacional, a

desvalorização do dólar manteve a paridade de exportação em patamares em torno de US\$ 0,15/litro, a partir de junho/2004.

O preço mínimo, cotado em dólar, supera a paridade de exportação a partir de agosto/2005, situando-se, em janeiro/2006, em US\$ 0,1671/litro.



3.3 Preços dos derivados lácteos no atacado e varejo em São Paulo

O quadro e o gráfico a seguir mostram o preço da manteiga, do queijo prato e do preço pago ao produtor em São Paulo, médias anuais, a preços constantes de janeiro/2006 (corrigidos pelo IGP-M), no atacado, no varejo e em nível de produtor.¹

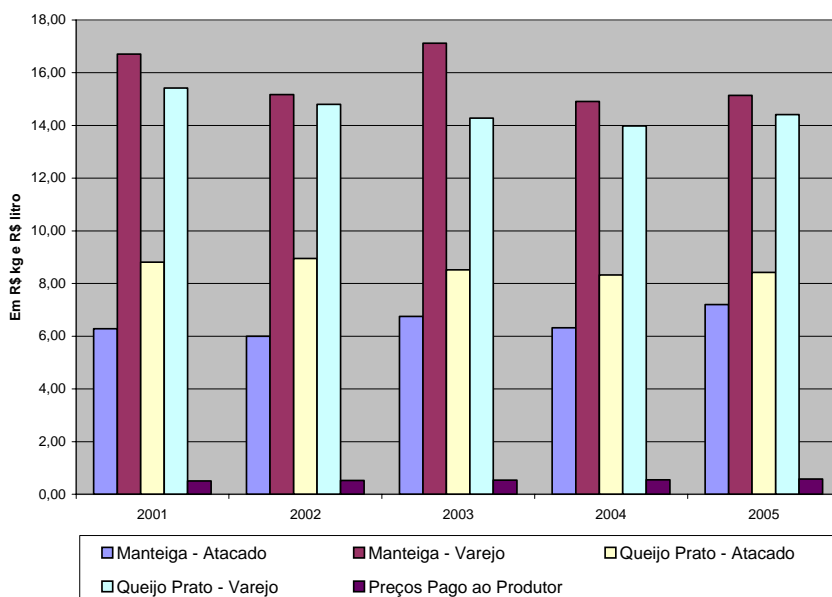
São Paulo: Preços pagos pela manteiga, queijo prato e leite *in natura*
Níveis de comercialização: atacado, varejo e produtor
Em R\$/kg e R\$ litro constantes (Base IGP-M jan/2006)
2001 a 2005

Produto	Nível de comercialização	2001	2002	2003	2004	2005	Var. (%) 2005/01
Manteiga	Atacado	6,28	6,00	6,75	6,32	7,20	14,6%
	Varejo	16,71	15,17	17,12	14,91	15,14	-9,4%
	Margem	166,08%	152,83%	153,63%	135,92%	110,28%	
Queijo Prato	Atacado	8,81	8,95	8,52	8,33	8,42	-4,4%
	Varejo	15,42	14,80	14,28	13,98	14,41	-6,5%
	Margem	75,03%	65,36%	67,61%	67,83%	71,14%	
Pago ao produtor	Produtor	0,5100	0,5233	0,5388	0,5434	0,5763	13,0%

Fonte: IEA.

¹ A produção de manteiga utiliza, em média, doze litros de leite para a produção de um quilo enquanto o queijo prato, necessita em torno de dez litros.

São Paulo: Preços médios anuais pagos pela manteiga, queijo prato e leite *in natura* - 2001 a 2005
Em R\$/kg e R\$/litro (Base IGP-M jan/2006)



Para a manteiga, os preços no atacado aumentam, em termos reais, em +14,6%, entre 2001 e 2005. No varejo os preços caem -9,4%. Esses dois movimentos mostram uma redução das margens entre varejo e atacado, de 166,08% para 110,28% no período.

No caso de queijo prato, os preços no atacado se reduzem em -4,4% e no varejo em -6,5%, entre 2001 e 2005, mantendo-se as margens de comercialização relativamente estáveis, evoluindo de 75,03% em 2001 para 71,14% em 2005.

A diferença de comportamento das margens nos dois níveis de preços para os dois produtos mostra que os produtores de queijo prato detêm um poder de mercado muito menor do que o dos produtores de manteiga, ocasionando não só margens mais reduzidas como a sua maior estabilidade. No varejo, os dois produtos mostram um comportamento similar de preços ao consumidor.

Os preços pagos ao produtor pela matéria-prima aumentam, considerados em valores reais, em + 13,0%, de R\$ 0,5100/litro em 2001 para R\$ 0,5763/litro em 2005. São Paulo é um grande consumidor de lácteos, em torno de 30% de toda a produção nacional, e importa matéria-prima dos estados vizinhos para suprir as necessidades dos laticínios, o que se reflete na valorização do preço pago ao produtor.

A cadeia produtiva de lácteos caracteriza-se por uma concentração do setor produtivo, principalmente nas grandes regiões consumidoras, organizadas muitas vezes em oligopsônios, vis-à-vis um grande número de produtores de matéria-prima, desorganizados e sem poder de negociação para estabelecer o preço de seu produto, o que os caracteriza como o elo mais frágil da cadeia. A extrema concentração do setor varejista, por sua vez, acrescenta um novo desequilíbrio de poder de negociação de preços dentro da cadeia produtiva.

As iniciativas do CONSELEITE (Conselho Paritário de Produtores e Indústrias de Leite), em atuação no Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, são uma tentativa de melhor distribuir os ganhos entre os diversos elos da cadeia produtiva Láctea no país, evitando abusos de poder de mercado.

3.4 Balança comercial do setor

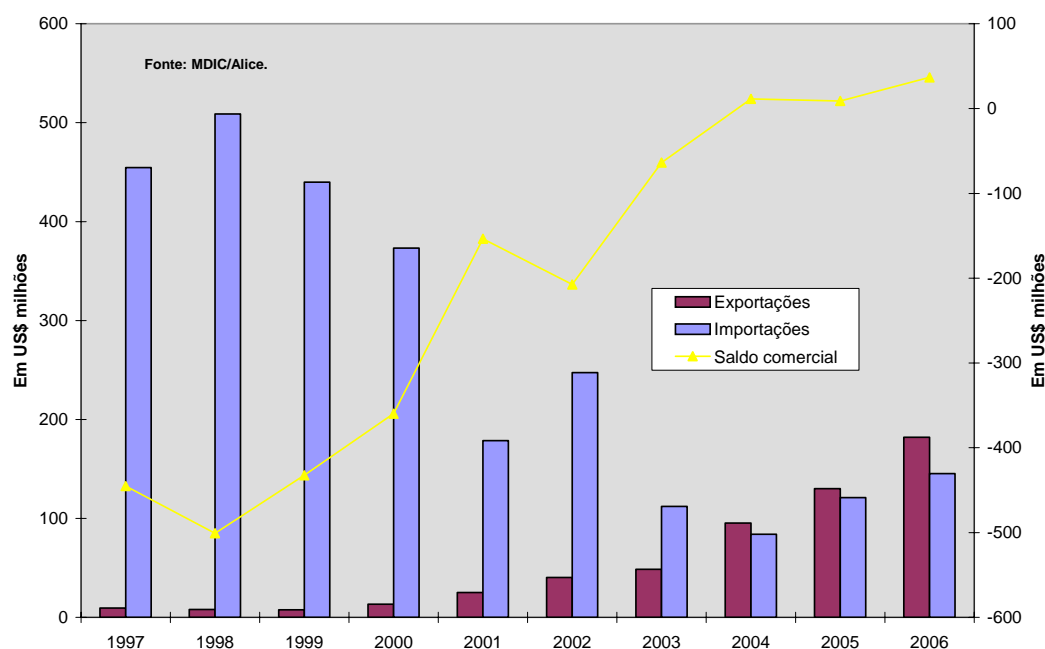
O país, em 2005, posicionou-se, pelo segundo ano consecutivo, e de maneira inédita, como um exportador líquido de lácteos (ver quadro abaixo). O país poderá tornar-se um exportador constante no mercado mundial, mas essa possibilidade é restringida pela necessidade de acesso a mercados e a formalização de acordos sanitários e fitossanitários.

**Brasil: Balança comercial de lácteos
1997 a 2006 (estimativa para 2006)**

Em US\$ milhões					
Ano	Exp	Var. %	Imp	Var. %	Saldo
1997	9,4		454,7		-445,3
1998	8,1	-13,86%	508,9	11,93%	-500,8
1999	7,5	-7,22%	440,0	-13,55%	-432,4
2000	13,4	77,67%	373,1	-15,19%	-359,7
2001	25,0	87,34%	178,6	-52,13%	-153,6
2002	40,2	60,79%	247,6	38,60%	-207,3
2003	48,5	20,53%	112,3	-54,64%	-63,8
2004	95,4	96,63%	83,9	-25,26%	11,5
2005	130,1	36,40%	121,2	44,42%	8,9
2006	160,0	22,98%	145,4	20,00%	14,6

Fonte: MDIC.

Brasil: Balança comercial de lácteos, 1997 a 2006 (estimativa para 2006)
Em US\$ milhões



Em 2005, apesar de um aumento nas importações (+44,42%) devido à desvalorização do dólar, houve um aumento também nas exportações (+36,4%), resultando num *superavit* de US\$ 8,9 milhões.

A previsão para 2006 é também de um *superávit* comercial, em torno de US\$ 14 milhões, vinculado, no entanto, à evolução da cotação do dólar, dos preços internacionais e de uma eventual recuperação da demanda interna.

3 Preço mínimo (Empréstimo do Governo Federal/Sem Opção de Venda - EGF/SOV) e Compra Direta da Agricultura Familiar

Os valores de referência para o Empréstimo do Governo Federal/Sem Opção de Venda (EGF/SOV) são objeto de discussão anualmente e entram em vigência, na rede de bancos públicos e privados, nos meses de outubro (Regiões Sul, Sudeste, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Goiás), dezembro (Região Norte e Mato Grosso), e março (Região Nordeste).

O EGF/SOV visa a concessão aos laticínios de recursos a juros favorecidos de 8,75% aa, desde que a indústria pague ao produtor pelo menos o preço mínimo, assegurando um piso para a remuneração da matéria-prima.

O *Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar*, entre eles a *Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF)*, operado pela CONAB, tem como objetivo a compra de leite em pó integral de pequenos produtores familiares para fornecimento a grupos carentes, viabilizando um canal de comercialização para esse tipo de produtor. Os produtores deverão, necessariamente, estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Aquisições de Leite em Pó			
Em R\$ mil			
Ano	Leite (CDAF*)	Total de aquisições/ todos os programas	%
2003	830,60	610.431,30	0,14%
2004	899,29	1.237.551,34	0,07%
2005 (até jul)	1.359,06	751.510,74	0,18%

Fonte: Conab.

* Compra Direta da Agricultura Familiar.

Desde o início desse programa, as aquisições de leite em pó pela CONAB, no âmbito do CDAF, foram de: R\$ 830,6 mil em 2003 (0,14% do total de aquisições de produtos agropecuários); R\$ 899,29 mil em 2004 (0,07% do total); e R\$ 1.359,06 mil em 2005 (até julho) ou 0,18% do total de aquisições. Entre os produtos adquiridos, nos diversos programas, constam: açúcar, arroz, farinha de mandioca, feijão, leite em pó, mel, milho, farinha de trigo e trigo.

4 Proposta de Preços Mínimos (valores de referência para o EGF/SOV) para a Safra 2006/07

O quadro a seguir apresenta os principais parâmetros utilizados na elaboração da proposta de preços mínimos para o leite.

O custo de produção variável médio, critério de desembolso, na região Centro-Sul, base dezembro/2005, situou-se em R\$ 0,3474/litro. As demais regiões

apresentam custos de produção mais elevados, em seus diversos sistemas de produção, devido às suas características de pastagens e clima, existência de laticínios e mercados consumidores.

Os preços nominais, média dos estados da região Centro-Sul, em janeiro/2006, foi de R\$ 0,4179/litro, com redução de -20,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior, -18,5% inferior à média dos últimos doze meses, e com tendência de estabilização e alguma recuperação das cotações nos próximos meses. Esses valores, corrigidos pelo IGP-M, mostram redução de -22,2% na comparação janeiro/2006 (R\$ 0,4179/litro) com o mesmo mês do ano anterior (R\$ 0,5371/litro).

Tanto o preço mínimo atual como aquele proposto para a safra 2006/07,

LEITE: Proposta de Valor de Referência para EGF - Safra 2006/07
Parâmetros para a elaboração da proposta
Em R\$/LITRO
Fevereiro/2006

fevereiro/2006																				
LEITE	Custo de Produção ²			Preço pago ao produtor				Preço Mínimo ¹			Preço no atacado (dez/2005)				Preços de paridade					
	Variável 2005/ 06	2006/ 07	Var. %	JAN 2005	Últimos 12 meses	JAN 2006	JAN 06/ JAN/05 %	2005/06 Em Vigência	2006/07 Proposto	Var. %	Principal praça (São Paulo)				Tx. Câmbio R\$/US\$	Atacado		Produtor		
											P.Mínimo	Composto	Média mercado	Anual		Atual	IMP. CIF	EXP. FOB	IMP. CIF	EXP. FOB
Regiões Sul e Sudeste	0,3386	0,3474	2,60%	Nominais				0,3800	0,4200	10,53%	0,6138	0,6771	1,1271	1,1410	2,27 (jan 06)	0,5856	0,3545	0,5132	0,3103	
				Reais (Base jan/2006)											2,20	0,5666	0,3431	0,4965	0,3003	
				0,5371 0,5168 0,4179 -22,2%											2,35	0,6052	0,3665	0,5304	0,3208	
DF, MS e GO	Goiás GO4-10 0,4021	0,4126	2,60%	Goiás				0,3600	0,4000	11,11%										
				Nominais																
				0,5283 0,5147 0,3785 -28,4%																
				Reais																
	0,4021	0,4126	2,60%	0,5375 0,5185 0,3785 -29,6%																
				Bahia																
				Nominais																
				0,4764 0,4642 0,4070 -14,6%																
Nordeste	Pernambuco PE2-30 0,5044	0,5175	2,60%	Reais				0,3800	0,4200	10,53%										
				0,4847 0,4677 0,4070 -16,0%																
				Pernambuco																
				Bahia																
	0,4134	0,4241	2,60%	out/04 12 meses out/05																
				0,5700 0,5575 0,5700 0,0%																
Norte e MT	Pará PA1-64 0,3307	0,3393	2,60%	Rondônia				0,3300	0,3600	9,09%										
				Nominais																
				out/04 12 meses out/05																
				0,4200 0,3975 0,3600 -14,3%																
	Rondônia RO0-40 0,2655	0,2724	2,60%																	

Notas:

¹ Início de vigência: Outubro/2006 (Regiões Sul e Sudeste e DF, MS e GO); Dezembro/2006 (Região Norte e MT); e Março/2007 (Região Nordeste).

² Atualização do Custo de Produção pelo IPP dez/04 a out/05 + 1,2%

IGP-M out/05 a jan/06 + 1,32% TOTAL: + 2,6%.

representam valores, posto no atacado cidade de São Paulo, bastante inferiores aos praticados no mercado, revelando a inexistência de pressões altistas com origem no preço mínimo.

No que se refere aos preços internacionais, o preço de paridade de importação (conceito composição de preços), posto atacado São Paulo, para o produto com origem no Mercosul, situou-se, em janeiro/2006, em R\$ 0,5856/litro e o preço de paridade de exportação, FOB Santos, em R\$ 0,3545/litro. No produtor, esses valores são de R\$ 0,5132/litro e R\$ 0,3103/litro, respectivamente.

Considerando: (i) o contínuo crescimento da produção nacional; (ii) a competitividade do país no mercado externo com *superávit* em 2005 na balança comercial de lácteos; (iii) o custo de produção médio para o Centro-Sul, origem de aproximadamente 90% da produção formal de leite no país; (iv) a margem existente entre a paridade de importação (R\$ 0,5132/litro) e o preço mínimo proposto; (v) o

preço de paridade de exportação em nível do produtor de R\$ 0,3103/litro em janeiro/2006, muito reduzido devido à extrema desvalorização do dólar frente à moeda nacional, tendência que mostra sinais de estar sendo revertida; (vi) a necessidade de apoiar o produtor para que se enquadre nos novos normativos de qualidade do leite derivados da implantação da Instrução Normativa nº 51 na região Centro-Sul; e, principalmente (vii) a necessidade de corrigir o preço mínimo que estará, em outubro/2006, há trinta e seis meses no mesmo nível enquanto o IGP-M evoluiu, entre outubro/2003 e janeiro/2006, em + 16,08%.

Optou-se por propor o valor de R\$ 0,42/litro como preço mínimo, referência para o EGF/SOV nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Para o Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Goiás o valor proposto é de R\$ 0,40/litro; e para a região Norte e Mato Grosso, de R\$ 0,3600/litro.

Maria Helena Fagundes
E-mail: mh.fagundes@conab.gov.br
Tel.: (61) 3312 6375

**MAMONA
PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO
SAFRA 2006/2007**

Martha Helena Gama de Macedo*

1 - Introdução

A mamona, também conhecida como carrapateira ou rícino, é uma planta de origem afro-asiática. O óleo é o mais importante constituinte da semente de mamona, sendo o ácido ricinoléico o seu maior componente, tendo ligação insaturada e pertencente ao grupo dos hidroxiácidos caracterizando-se por seu alto peso molecular (298) e baixo ponto de fusão (5°C). O grupo hidroxila presente na ricinoleína confere, ao óleo de mamona, a propriedade exclusiva de solubilidade em álcool. Além disso, é um óleo bastante estável em variadas condições de pressão e temperatura.

Praticamente toda a produção da mamona é industrializada, obtendo-se como produto principal o óleo e, como subproduto, a torta de mamona, que tem grande capacidade de restauração de terras esgotadas.

O método utilizado para extrair o óleo pode ser a prensagem, a frio ou a quente, ou a extração por solvente. No caso do óleo medicinal, a prensagem das amêndoas é feita a frio, obtendo-se o óleo límpido, incolor e brilhante, livre do alcalóide tóxico ricina, com baixo teor de acidez e impurezas. O óleo medicinal ainda deve passar pelos processos de refinação e neutralização, para que seja absolutamente isento de acidez e de impurezas. Para a extração do óleo industrial pode ser utilizada a prensagem a frio, ou a quente, preferencialmente esta última, das sementes completas, obtendo-se óleo tipo standard límpido, brilhante, que pode ter, no máximo, 1% de acidez e 0,5% de impurezas e umidade, depois de refinado. O óleo industrial também pode ser obtido da torta resultante da extração do óleo medicinal.

As tortas gordas, obtidas após a primeira prensagem, tanto do óleo medicinal como do industrial, são trituradas com solvente, aquecidas e novamente prensadas, obtendo-se óleo tipo comercial, cujos teores de acidez e de impurezas, depois do refino, não devem ultrapassar a 3% e 1%, respectivamente. Esse óleo contém, ainda, remanescentes do solvente utilizado na extração.

Já o óleo bruto, obtido da prensagem das sementes, contém impurezas que devem ser eliminadas pela refinação, através de filtros-prensa. A torta resultante da última prensagem deve ser moída e transformada em farelo, rico em nitrogênio, que possui, como fertilizante, a capacidade de restauração de terras esgotadas. Como ração animal, a torta da mamona, apesar de seu alto teor de proteínas (32 a 40%), só

*Técnica da Companhia Nacional de Abastecimento – martha.macedo@conab.gov.br (61)312.6254

pode ser utilizada depois de destoxicada, por ser muito venenosa, principalmente na presença da ricina (alcalóide tóxico). Sendo o processo de destoxicação bastante complexo e, muitas vezes, caro, as usinas de óleo preferem vender a torta apenas como fertilizante.

A amêndoa representa 75% em peso da baga e contém entre 43% e 48% de óleo. No Brasil pode atingir até 70% da baga, dependendo da variedade e da região. Da mamona se aproveita tudo, já que as folhas servem de alimento para o bicho-da-seda e, misturadas à forragem, aumentam a secreção Láctea das vacas. A haste, além de celulose própria para fabricação do papel, fornece matéria-prima para a produção de tecidos grosseiros.

2 – Panorama Internacional

Os maiores produtores de baga e óleo de mamona são a Índia e a China que ditam os preços do produto no mercado internacional. A China consome toda sua produção internamente, não participando do mercado internacional, ao contrário da Índia que se coloca como grande concorrente do Brasil nesse mercado.

A Índia está ofertando óleo de mamona entre US\$ 670 a US\$ 700 por tonelada FOB, com uma safra melhor este ano (estimada em 850 mil toneladas), que será colhida em fevereiro, se prolongando até maio.

Em Roterdã/Holanda, o preço FOB do óleo bruto de mamona está sendo cotado a US\$ 850,00/tonelada, 1,17% menor que na semana anterior e 3,40%, em relação ao ano passado.

Gráfico 1



Os preços dos óleos vegetais comestíveis no mercado internacional aumentaram desde meados do ano de 2004 devido à redução da safra americana de soja e a importação de volume maior de oleaginosas pela China. O óleo de mamona acompanhou esta alta, chegou a mais de US\$ 1.100 por tonelada FOB (Brasil/Índia). Estima-se para 2005/06 que os preços oscilem entre de US\$ 730 a US\$ 900 por tonelada FOB. (vide Gráfico 1 acima).

Alguns fatores deverão influenciar o mercado, quais sejam:

- as chuvas de monção de junho a setembro na Índia (muita chuva é visto como incentivo ao plantio de outras culturas e não mamona, poucas chuvas são interpretadas como incentivo ao plantio da mamona, pelo fato de que ela é resistente as condições mais secas).
- os preços das oleaginosas na Índia que impactam a área de plantio de mamona;
- o aumento de importação de óleo de mamona pela China;
- as condições climáticas, em geral, sobretudo nos E.U. A, para o plantio das oleaginosas em 2005;
- variação da taxa de câmbio.

Gráfico 2

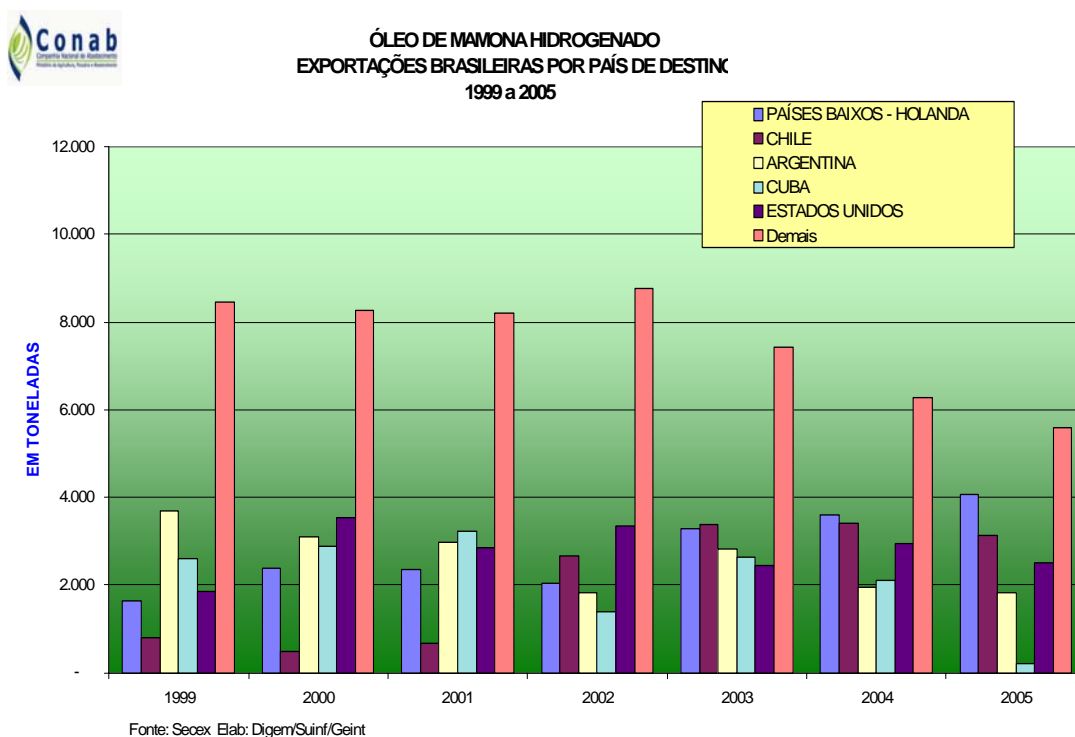
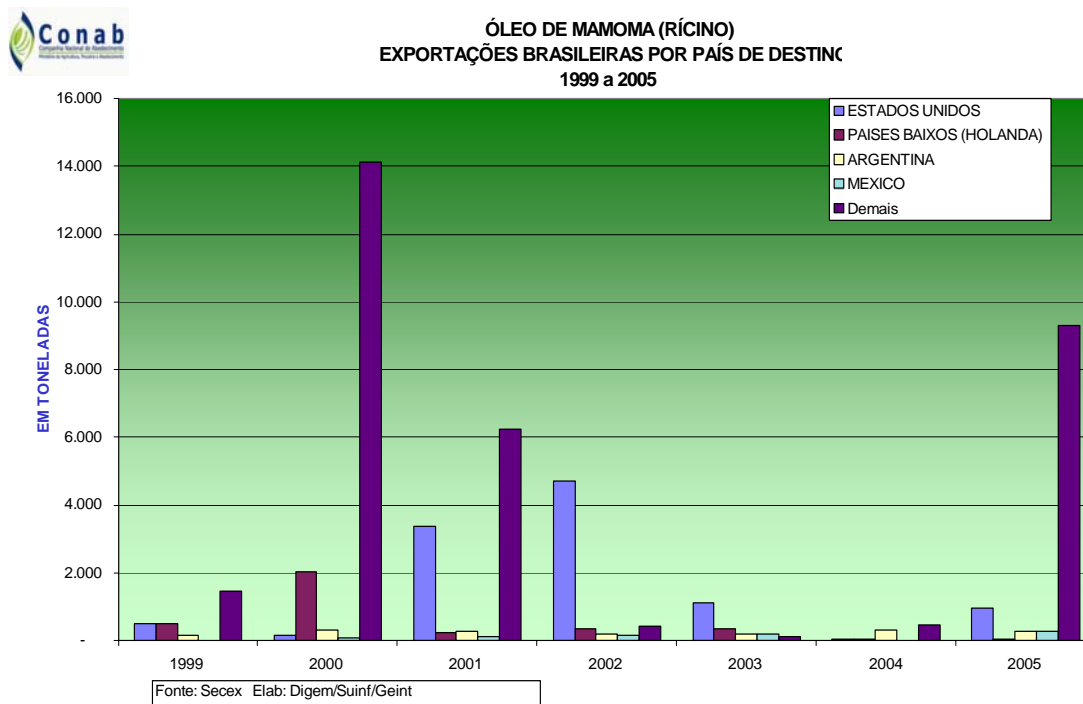


Gráfico 3



3 – Panorama Nacional

No Brasil a produção para a safra 2005/2006, está estimada em 110,2 mil toneladas em decorrência da redução da área plantada de 39,8% e da produtividade de 12,6%. (Gráfico 4 e Tabela 1).

Os preços baixos do ano passado desmotivaram bastante os agricultores a plantarem mamona. A CONAB, no seu último levantamento, aponta uma redução de área no Brasil de 39,8% (vide tabela 1), cuja produção com redução de 58,9% na Bahia (vide tabela 1), agravada pela situação climática, em vista de veranico prolongado, quase dois meses de seca, se por ventura virem a ocorrer chuvas significativas para a cultura, poderá, ainda resultar em plantios de mamona até março, principalmente devido à perda do feijão e milho nesta região.

Na década de 90, o Brasil foi o maior produtor mundial de baga e óleo de mamona, seguido pela Índia. Hoje são a Índia, a China, o Paquistão, a Tailândia e o Brasil, em 5º lugar.

Gráfico 4



PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAMONA
1995/96 a 2005/06
(Produção: 1000 t - Área: 1000 ha - Produtiv: kg/ha)

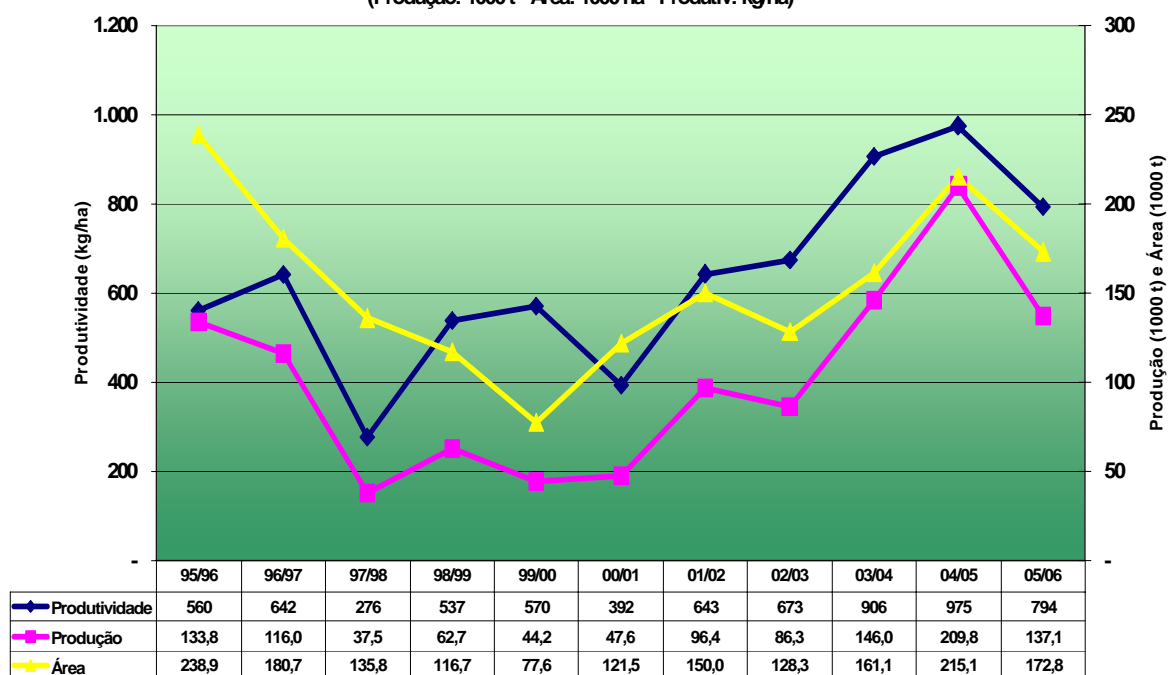


Tabela 1

MAMONA
COMPARATIVO DE ÁREA, PRODUTIVIDADE E PRODUÇÃO
SAFRAS 2004/2005 E 2005/2006

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 04/05	Safra 05/06	VAR. %	Safra 04/05	Safra 05/06	VAR. %	Safra 04/05	Safra 05/06	VAR. %
NORTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NORDESTE	209,8	125,1	(40,4)	963	833	(13,5)	202,0	104,2	(48,4)
MA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PI	12,0	12,0	-	830	900	8,4	10,0	10,8	8,0
CE	18,0	18,0	-	840	900	7,1	15,1	16,2	7,3
RN	2,2	2,2	-	630	630	-	1,4	1,4	-
PB	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PE	8,2	8,2	-	740	755	2,0	6,1	6,2	1,6
AL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BA	169,4	84,7	(50,0)	1.000	822	(17,8)	169,4	69,6	(58,9)
CENTRO-OESTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUDESTE	4,3	3,8	(11,6)	1.558	1.342	(13,9)	6,7	5,1	(23,9)
MG	3,0	3,0	-	1.400	1.155	(17,5)	4,2	3,5	(16,7)
ES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tendência de alta para a mamona, em função da escassez normal para esta época (entressafra) já que janeiro, a ocorrência de chuvas diminui, em que pese ocorrer um veranico prolongado, estando cotado hoje, o preço ao produtor, em R\$ 28,00 a saca de 60 kg. (Tabela 2 e Gráfico 5)

Tabela 2

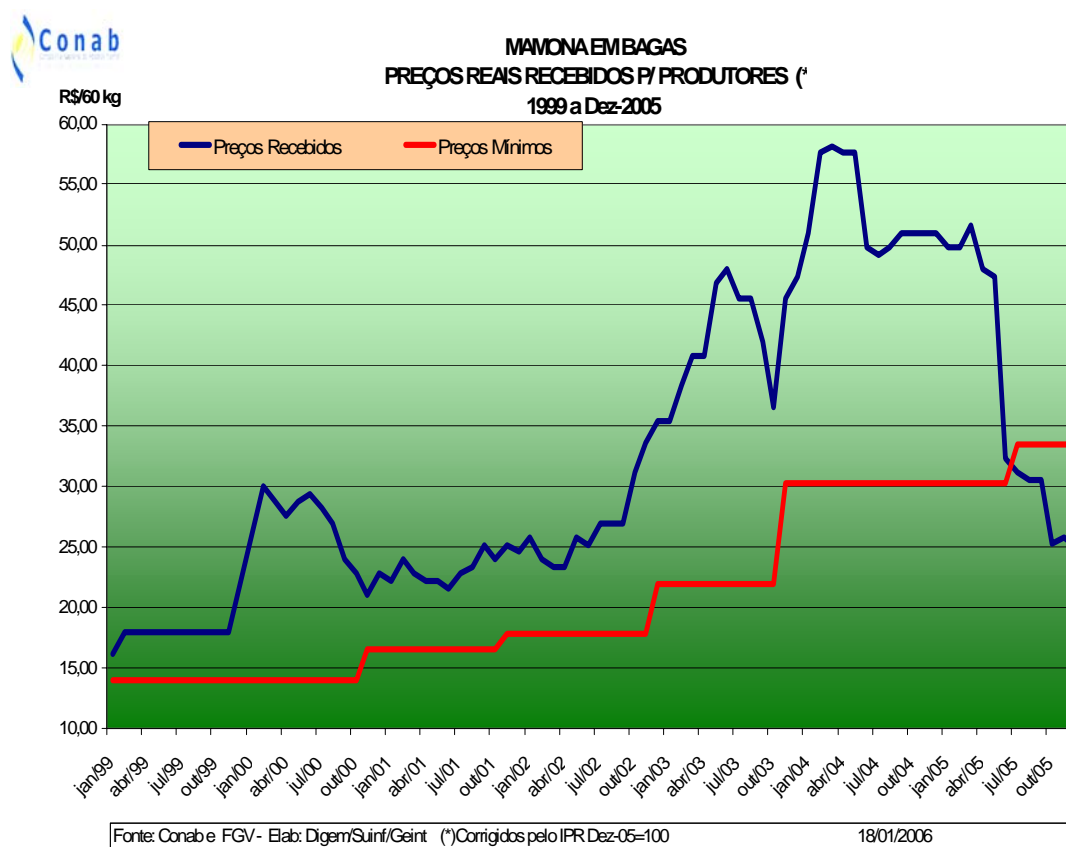
PREÇO PAGO AO PRODUTOR – BAGAS (em R\$)

Centro de Produção	Un.	Períodos anteriores			Semana atual		
		12 meses	1 mês	1 semana	Média atual	Composto atacado	Preço Mínimo
Irecê	60kg	49,00	25,00	25,00	28,00	31,95(1)	33,56

Notas: (1) Salvador/BA

Fonte: CONAB

Gráfico 5

**4 – Análise Prospectiva**

Com o lançamento do Programa de Biodiesel, certamente haverá tendência de elevação nacional de produção de bagas de mamona. Mas o índice de crescimento vai depender do apoio à comercialização e o valor do produto a ser pago ao produtor. Ainda são poucas as empresas que industrializam a mamona e

produzem derivados que possam substituir o diesel. Portanto, a instalação de novas indústrias possibilitará a elevação do mercado e, conseqüentemente, melhoria de preço ao produtor, fazendo com que o mercado não dependa tanto do Governo Federal.

Hoje os preços do atacado na principal região produtora de Irecê/BA, encontram-se em R\$ 30,00/saca de 60 kg, posto indústria na Bahia, com tendência a alta devido à escassez do produto. como foi mencionado na página 7.

4.1 – Sementes de Mamona

Atualmente há poucas empresas vendendo semente classificada, em consequência do elevado preço que não chega a atrair o habitual produtor a adotar sementes de qualidade. Boa parte da semente da mamona, utilizada para o plantio, tem sido originada de pura classificação de bagas para esta finalidade.

Vários comerciantes no interior da Bahia, inclusive, têm feito trabalho de classificação para revenda, vendendo variedades como Preta Pernambucana, Sangue de Boi, IAC-80, Mirante-10 a preços entre R\$ 5,00 à R\$ 7,00/kg.

Sementes classificadas são produzidas/vendidas por:

CATI/Bauru (Campinas/SP) / Guarani AL e Guarani 2000

Embrapa Algodão (Campina Grande/PB) / Paraguassu e Nordestina

Santana Sementes (RN) / Paraguassu

5 – Proposta de Preço Mínimo

A cultura da mamona sempre foi considerada atividade de pequenos produtores, especialmente no semi-árido Nordestino. É no Estado da Bahia que essa lavoura possui maior representação econômica, sobretudo na região de Irecê, onde a mamona é grande empregadora de mão-de-obra, no período de entressafra das culturas de grãos. Com a elevação dos preços internacionais do óleo de mamona e com a evolução da ricinoquímica, a cultura dessa oleaginosa passou a despertar grande interesse dos produtores, exportadores e industriais. A ampla gama de produtos industriais, obtidas a partir do óleo de mamona, desde os óleos lubrificantes até próteses e produtos medicinais, movimentam vários seguimentos industriais.

A cultura da mamoneira é de grande importância para a economia do semi-árido do Nordeste por ser resistente à seca, utilizando muita mão-de-obra e produzindo matéria prima para a indústria.

Os restos culturais da mamoneira podem devolver ao solo até 20 toneladas de biomassa e suas folhas podem servir de alimento para o bicho-da-seda. A haste (caule) fornece celulose para fabricação de papel além de ser matéria-prima para a fabricação de tecidos grosseiros. Da semente extrai-se óleo - óleo de rícino tido como um dos mais versáteis - que é produto renovável e barato, tendo mais de 400 aplicações industriais. Resultante do esmagamento da semente, a torta de mamona tem uso agrícola por certa riqueza em nitrogênio.

Recentemente, a ricinocultura começou a ser explorada no Cerrado das Regiões Nordeste (Barreiras/BA, Piauí, Maranhão, Ceará, Pernambuco), e Centro-Oeste, em sistemas totalmente mecanizados. Existe perspectiva dessa cultura ser expandida para todas as regiões do Cerrado, reduzindo a dependência externa no abastecimento das indústrias nacionais.

O Brasil conta com capacidade instalada de esmagamento de cerca de 160 mil toneladas/ano, de bagas nas principais empresas, considerando 200 dias úteis de processamento industrial.

O consumo interno de óleo de mamona é relativamente pequeno, entre 10 e 15 mil toneladas/ano, o que gera um excedente exportável da ordem de 45 a 50 mil toneladas, volume próximo do nível de exportação de 1990, que foi de 43 mil toneladas. O óleo de mamona brasileiro atende à qualidade exigida pelo mercado internacional que é, no mínimo, o óleo industrial tipo 1. O Brasil é o segundo exportador mundial.

Para atender a demanda das indústrias de esmagamento, torna-se essencial que sejam estabelecidos relacionamentos entre os produtores da matéria-prima e os empresários da indústria de esmagamento, de modo que sejam respeitadas as necessidades de continuação de existência de cada um deles. Também é fundamental o comprometimento governamental (Federal, Estadual e Municipal) por meio de políticas agrícolas e industriais adequadas, dada a importância social do agronegócio da mamona no Brasil.

A proposta é a permanência do preço mínimo da mamona em R\$ 33,56 por saca 60 kg de baga de mamona. Esse valor é baseado no custo de produção variável, calculado pela CONAB em julho de 2004, e atualizado em janeiro de 2006, preços de paridade de exportação e preço de mercado. (vide Tabela 2).

Tabela 3

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

PREÇOS MÍNIMOS 2006/2007 - PRODUTOS REGIONAIS
PARÂMETROS PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS, em Reais/unidade

PRODUTOS	UNIDADE	INSTRUMENTOS PGM	CUSTO DE PRODUÇÃO		Var. %	PREÇO PRODUTOR		PREÇOS DE PARIDADE				PREÇO MÍNIMO		Var. %
			VARIÁVEL			MÉDIA ANUAL		ATACADO		PRODUTOR		VIGOR	PROPOSTO	
								CIF	FOB	CIF	FOB			
MAMONA Brasil	60 kg	AGF/EGF	40,54	43,08	6,27	34,92	33,00	-	34,78	-	27,67	33,56	33,56	0,00

Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF

Câmbio: R\$2,35/US\$

(*) (1) Cernambi virgem com 53% de DRC (2) Refere-se ao GEB-1 (3) Cernambi virgem com 85% de DRC.

(**) Custo de Beneficiamento (1) Fibra (2) Fios

Tendo em vista a difusão da cultura em todo o Nordeste Brasileiro, está sendo proposta a **AGF – Aquisição do Governo Federal** para todo o Brasil. Com relação ao **EGF – Empréstimo do Governo Federal**, propõe-se mudar o período de contratação de 01/11/2006 até 30/06/2007, para 01/07/2007 até 31/01/2008, em função do ajustes a real cronologia da produção.

5.1 – Impactos Esperados. Que os preços mínimos funcionem como referencial de preços em programas de estímulo ao plantio e apoio dos produtores.

. Que sirvam de parâmetro para a concessão de financiamentos de custeio.

. Que amparem os produtores contra os efeitos de acentuados declínios de preços.

. Que propiciem condições mínimas necessárias para manutenção dos pequenos produtores no campo.

. Que sirvam como instrumento de sustentação de renda para os pequenos produtores que utilizam força de trabalho familiar.

. Que evitem problemas no abastecimento interno, visto que atualmente a produção está muito ajustada ao consumo.

6 – Biodiesel

A real e irreversível diminuição das reservas de petróleo, a significativa dependência de importações e a urgência em se manter o equilíbrio ambiental, fazem com que governos e corporações invistam, cada vez mais na pesquisa e desenvolvimento de combustíveis alternativos mais limpos e renováveis. Todos esses fatos fazem com que seja o momento oportuno e inadiável para o Brasil assumir esse desafio e, de forma semelhante ao que vem sendo feito há mais de duas décadas com o uso do álcool etílico, como substituto para a gasolina, tendo como alavanca seu programa de substituição do óleo diesel de petróleo pelos óleos vegetais combustíveis.

Considerado mundialmente o combustível do futuro, o biodiesel apresenta as seguintes vantagens:

1– Não é poluente como o petróleo, pois é ecologicamente correto;

2 – O biodiesel é uma fonte de energia renovável, ao contrário do diesel, nunca esgota, uma vez que é feito de um vegetal. É só plantar que depois de alguns meses a produção se renova.

3 – Outro ponto importante é a possibilidade do Brasil exportar o biodiesel, num futuro eminente. Sendo assim, a balança comercial brasileira será beneficiada pela exportação.

4 – A produção de biodiesel de mamona propiciará a que o Brasil se torne grande produtor de biodiesel, gerando grande quantidade de empregos no campo, com um grande salto na economia regional.

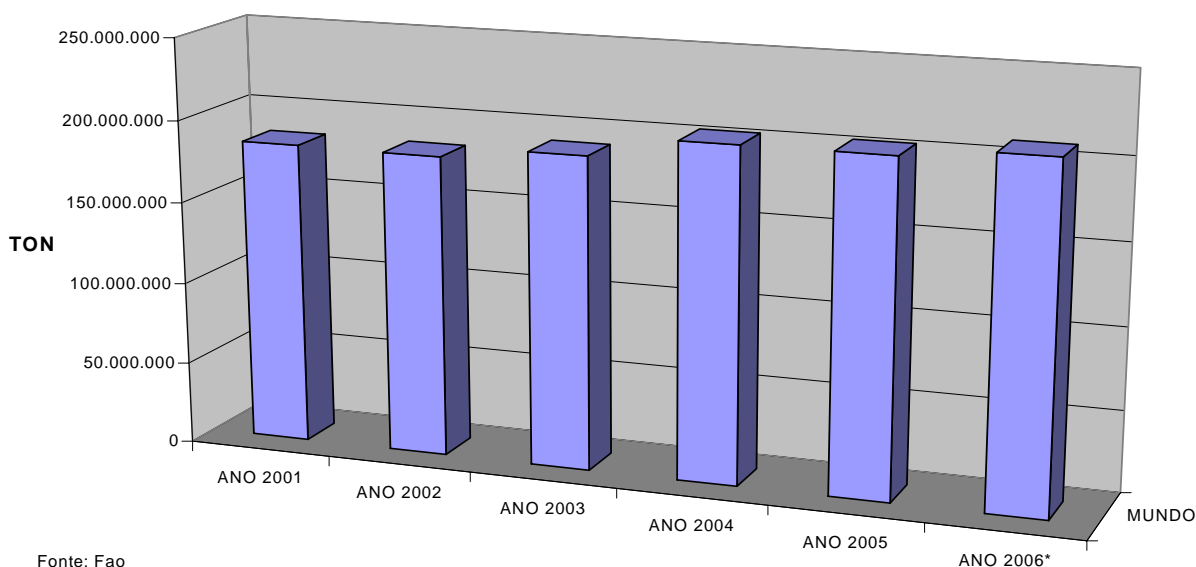
MANDIOCA E DERIVADOS PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO SAFRA 2006/2007

Karina Ladeira G. Vilar de Melo

A mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) é uma planta típica das regiões tropicais, originária do Brasil, e pode ser cultivada com ótima produtividade numa faixa que vai de 30° na latitude norte a 30 ° na latitude sul do planeta, onde ocorre condição climática favorável para desenvolver-se. Foi espalhada pelo mundo por europeus colonizadores no século XVIII, e é considerada, nos dias de hoje, um alimento importante para os países produtores (Michels, 2004).

A produção Mundial tem evoluído substancialmente. Nos últimos 10 anos cresceu em média 2,86% ao ano, sendo as projeções de produção para 2006 estimadas em 209,7 milhões de toneladas de raiz.

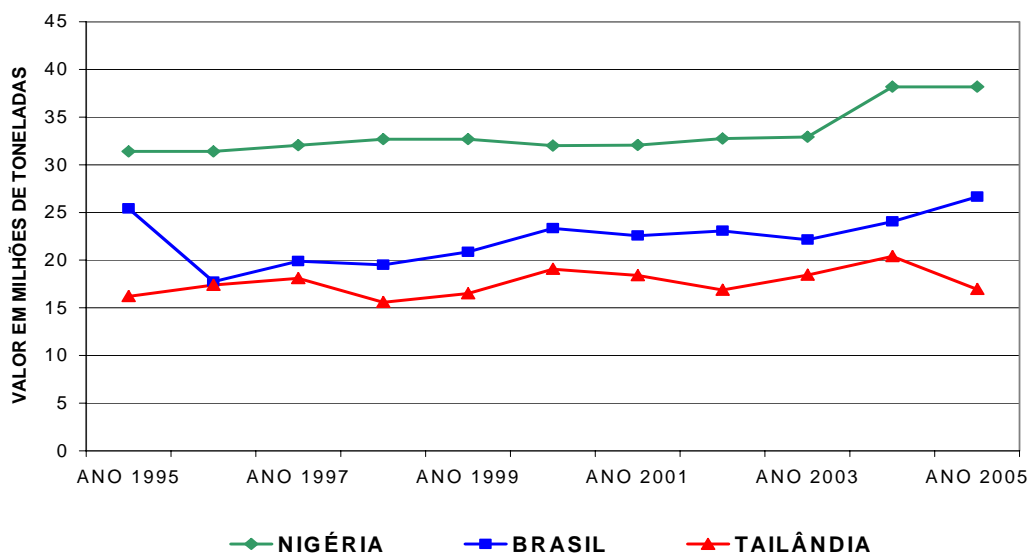
GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO MUNDIAL



1. Panorama Internacional

A Nigéria ainda predomina como o maior produtor mundial de mandioca (ver Gráfico 2), com sua produção exclusivamente voltada para o consumo interno. (A Tailândia, mesmo apresentando números inferiores à quantidade de raiz produzida no Brasil, tem sua produção voltada predominantemente para exportação, tornando-se a primeira no ranking mundial de produção e exportação de derivados de mandioca, com destaque para a fécula de mandioca (Cardoso et al, 2003)).

GRÁFICO 2
HISTÓRICO COMPARATIVO DE PRODUÇÃO DE RAIZ NOS
PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES



Fonte: Fao e Ibge
Elaboração: Conab

Em 2004, uma comitiva brasileira da ABAM (Associação Brasileira dos Produtores de Amido de Mandioca) em visita a Tailândia verificou que dos 22 milhões de toneladas de raiz produzidas naquele País, 12 milhões foram destinadas às indústrias de amido de mandioca, que produziram em torno de 3 milhões de toneladas de amido, onde 60% foram exportados e 40% destinados ao mercado interno. Sendo assim o mercado, na Tailândia, é regulado pelos preços do mercado externo, tornando-se estáveis em relação ao comportamento dos preços verificado no Brasil (Pasquini, 2004).

Adversidades climáticas ocorridas em 2005 na Tailândia provocaram um decréscimo de quase 17% no volume produzido de raiz de mandioca, em relação ao montante de 2004. Para 2006 a expectativa é de recuperação no volume de raízes colhidas, onde o setor desse País aposta no acréscimo de 11% em relação a 2005.

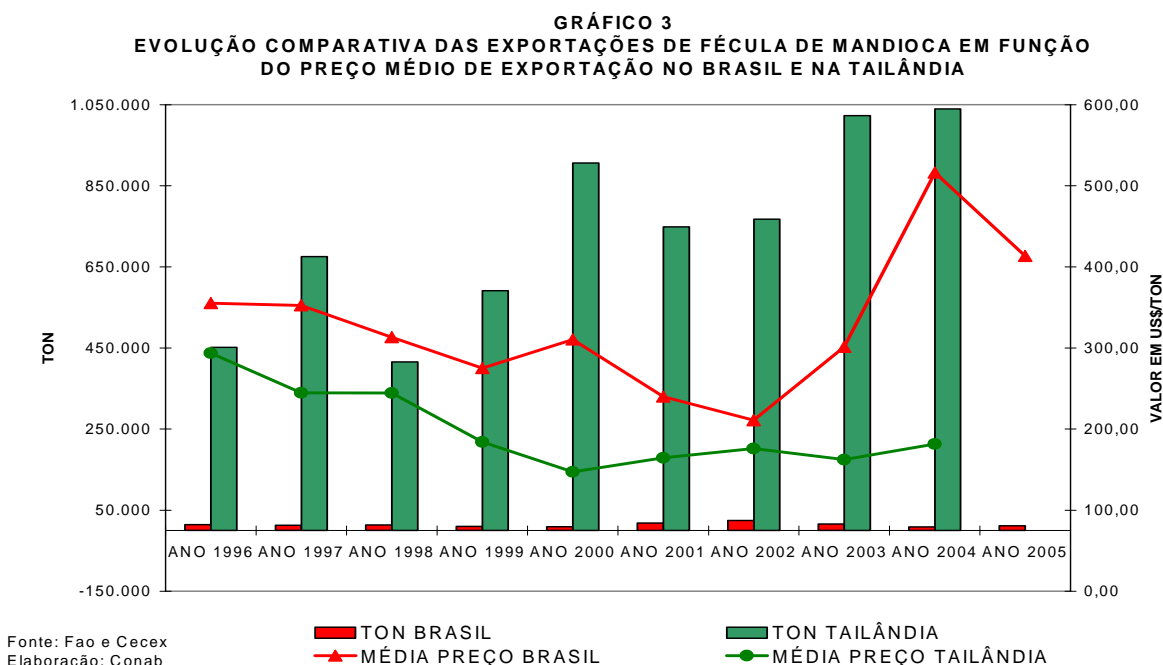
Os preços médios de exportação estão bem abaixo dos praticados no Brasil (ver Gráfico 3). Além da mão de obra substancialmente barata, os preços da energia e combustíveis são inferiores aos observados no Brasil, e o Governo Tailandês, no processo de exportação, subsidia as despesas de transporte, inclusive portuárias, para colocar os derivados de mandioca no mercado externo. Isto explica o fato de que mesmo apresentando qualidade do produto final e tecnologia de produção inferior às do Brasil, consegue exportar 2/3 do que produz.

Porém, ressalta-se que o País vem, sistematicamente sofrendo algumas limitações para expandir a produção de raiz. Com dimensões geográficas bastante reduzidas, correspondendo a 6% de todo o Território Brasileiro, a Tailândia depende exclusivamente de tecnologias avançadas para aumentar a produção de raiz via incremento de produtividade, hoje estimada em cerca de 18 t/ha. Este índice poderá sofrer elevações, porém chegará a limites não superáveis, estagnando, assim, a produção local.

Sendo o segundo maior exportador de açúcar, ficando atrás somente do Brasil, houve, nos últimos anos, redução da área de plantio da mandioca em favor da cana. Além do mais, há interesse dos industriais tailandeses em produzir álcool de mandioca utilizando tecnologia já disponível no Brasil; ou seja, parte da produção de raiz, fatalmente será destinada às indústrias alcooleiras.

Diante desse quadro, e a pressão iminente de camponeses por melhores remunerações, torna-se previsível um aumento nas cotações internacionais dos derivados de mandioca, nos próximos 3 anos contados a partir de 2007, em especial da fécula, podendo tornar o mercado competitivo para o amido de mandioca produzido no Brasil.

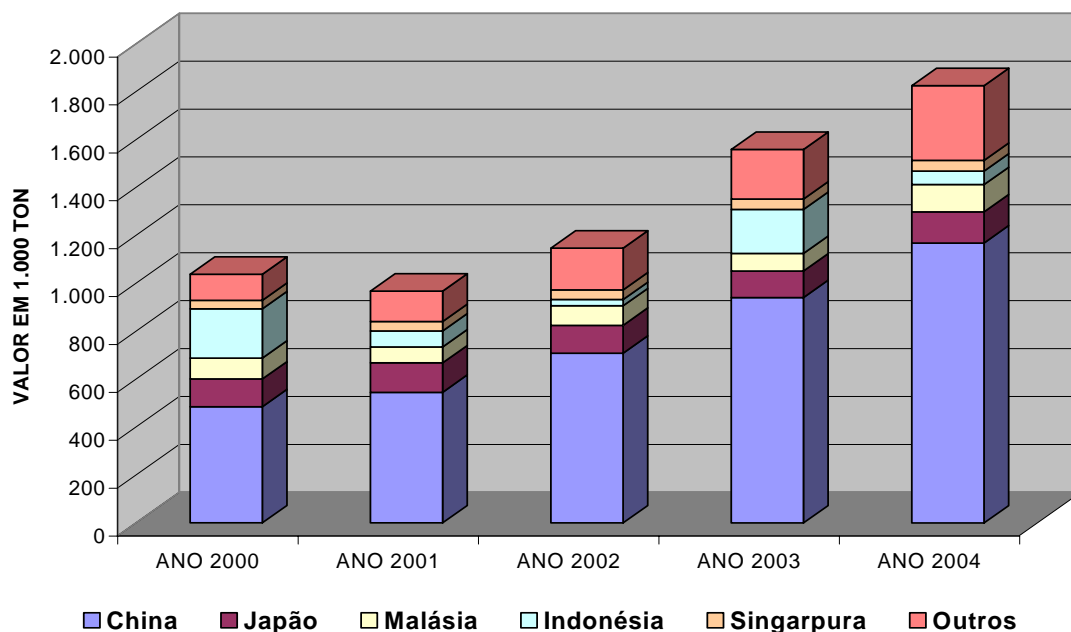
Hoje as cotações no mercado internacional, FOB Bangkok, estão girando em torno de US\$ 220,00 a 250,00 por tonelada de fécula, correspondendo a um valor médio de R\$ 517,00.



Entre os principais importadores de fécula do Mundo estão a China, Japão e Indonésia (ver gráfico 4). Portanto o principal mercado da Tailândia é a Ásia, que, segundo Olivier Vilpoux (Ceteagro), é mais perto. Afirma ainda que o grande nicho de mercado para o Brasil é a Europa, com a entrada dos amidos modificados, pois possui características melhores que as do amido de milho, e são muito demandados pelas indústrias alimentícias, auxiliando na conservação de produtos alimentícios pré-prontos.

Segundo Cereda (2005), "o uso de amidos modificados na Europa representa um mercado muito grande. Em 1994, o setor alimentar absorveu 55% da produção continental de amido, 22% apenas para alimentos processados".

GRÁFICO 4
AMIDO DE MANDIOCA - PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES



2. Panorama Nacional

2.1 Mercado

A produção de mandioca é predominantemente realizada por agricultores familiares e camponeses, segundo dados do IBGE 74,5% do plantio é efetuado em áreas inferiores a 10 hectares.

Na Região Norte é cultura típica das comunidades ribeirinhas indígenas e não indígenas, significa uma das principais fontes de alimento dos povos amazônicos, como também a principal fonte de renda de inúmeros povoados dessa região. O Estado do Pará responde com 18% da produção nacional de raiz. Em 2005, tal produção alcançou 4,8 milhões de toneladas.

No Nordeste, além do uso constante para consumo humano (*in natura*, farinha e goma/polvilho) a raiz é largamente utilizada na alimentação animal. Destaca-se por ser uma cultura resistente às intempéries de clima, pela rusticidade e boa adaptabilidade. A Bahia é o principal Estado produtor com 4,5 milhões de toneladas, ficando em segundo lugar, a nível nacional.

Nessas duas regiões há predomínio de sistemas que utilizam baixa tecnologia no plantio, principalmente na região norte onde o plantio de toco (em áreas de capoeira velha não mecanizada) é considerado o sistema padrão adotado.

A Região Centro-Sul apresenta um caráter produtivo mais industrial. Os plantios são voltados basicamente para um mercado consumidor formado por farinhas e fecularias. A limitação das unidades produtivas familiares traz a necessidade constante de elevação dos níveis de produtividade, atingindo médias de 17 t/ha contra 13 t/ha obtidas nas regiões Norte e Nordeste. O uso de variedades mais resistentes e com melhores teores de amido são um dos principais focos dos agricultores do Centro-sul, já que o mercado do amido tem sido o grande

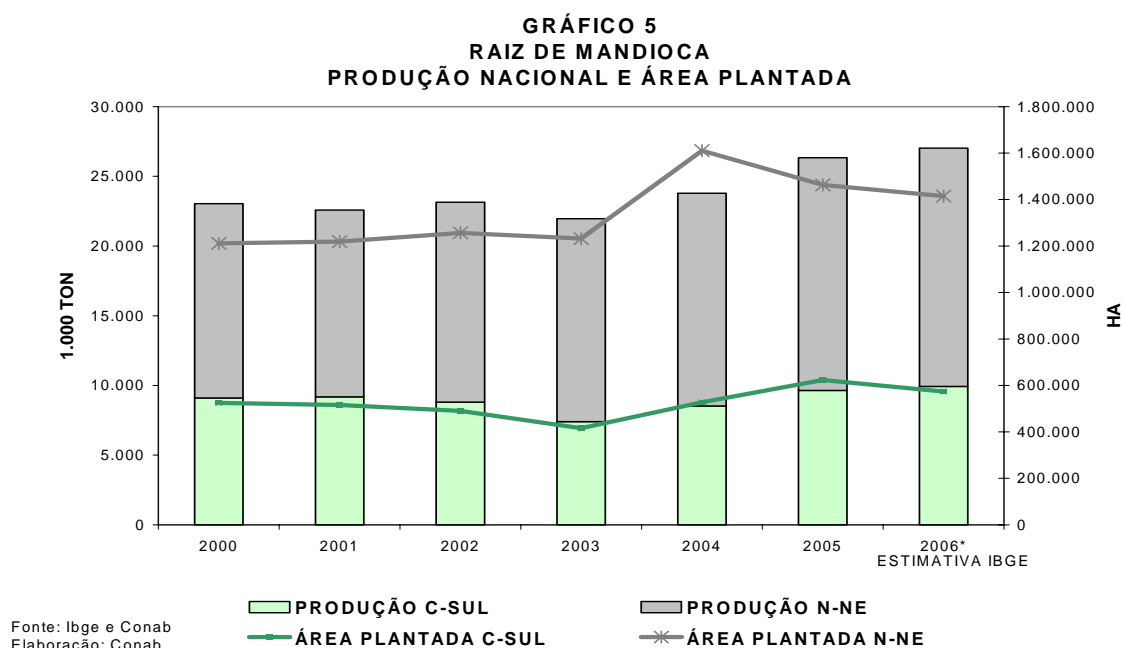
incentivador da expansão do plantio. O Paraná participa com 40% da produção de raiz do Centro-Sul, atingindo 3,9 milhões de toneladas em 2005.

Segundo dados do IBGE a produção de raiz em 2005 girou em torno de 26,3 milhões de toneladas, 10,7% acima da safra de 2004, com redução de 2,4% na área plantada e incremento de 9,9% na área colhida.

O Prognóstico para 2006, devido a instabilidade de preços pagos ao produtor de raiz é de redução da área plantada em 4,68%, com a produção tendo um incremento de 2,66%, em virtude da colheita de raízes de segundo ciclo.

Considerando que a produção brasileira de raiz de mandioca apresenta uma curva típica oscilatória, registrando períodos de queda na produção, e de recuperação estimulada pela alta dos preços, e utilizando a estimativa do Ibge de 2006 para a projeção de cenários futuros, com base no comportamento de mercado, podemos aferir uma produção média de 25 milhões de toneladas para o ano de 2007.

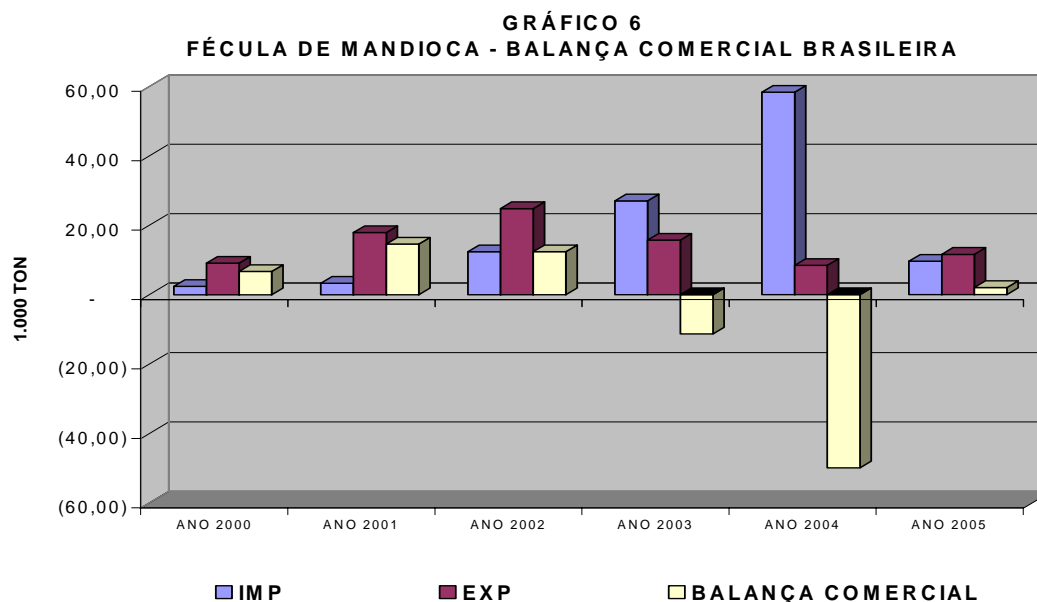
O Gráfico 5 retrata o histórico da produção nacional, acompanhado da quantidade de área plantada a cada ano. Na safra 2002/2003 ocorreu uma queda de 16% na produção no Centro-Sul, ocasionando um déficit na oferta de matéria prima, causando uma super valorização do produto no período seguinte (2003 e 2004) com altas substanciais e influenciando, também, os preços no Norte e Nordeste, conforme ilustrado nos gráficos 8 e 9.



A baixa registrada na produção nacional em 2003, acompanhada da demanda crescente por amido de mandioca no mercado interno e externo, levou a uma necessidade iminente de importação, totalizando em 2004 quase 60 mil toneladas de fécula oriundas do Paraguai e Tailândia.

Em 2005, segundo pesquisadores do Cepea/Esalq, “o mercado externo passou a ser para as indústrias de amido de mandioca uma opção a mais de

escoamento, uma vez que problemas climáticos na Tailândia elevaram os valores do produto”. Porém as taxas de câmbio inviabilizaram essas operações. Mesmo assim a quantidade exportada tanto de fécula como de raízes congeladas tiveram acréscimo de 58% em relação a 2004 (ver Gráfico 6).



Fonte: cecex
Elaboração: Conab

Até 2001 o número de indústrias produtoras de amido de mandioca, localizadas na Região Centro-Sul, chegou a um total de 71 plantas com capacidade média de processamento de 300 toneladas de raiz por dia. Informações do setor indicam um estoque de passagem, para o ano safra de 2005/2006, de 30 mil toneladas.

Tabela 1

PRODUÇÃO DE AMIDO DE MANDIOCA - CENTRO-SUL (TON)					
PERÍODO	TOTAL	FÉCULA E AMIDOS MODIFICADOS (TOTAL)	FÉCULA ALIMENTÍCIA	FÉC. IND. NÃO ALIM. E AMIDOS MOD.	GOMA/ POLVILHO
2000	400.000	350.160	201.760	148.400	49.840
2001	575.000	503.355	290.030	213.325	71.645
2002	667.000	583.892	336.435	247.457	83.108
2003	428.000	374.671	215.883	158.788	53.329
2004	395.000	345.783	199.238	146.545	49.217
2005	600.000	525.240	302.640	222.600	74.760

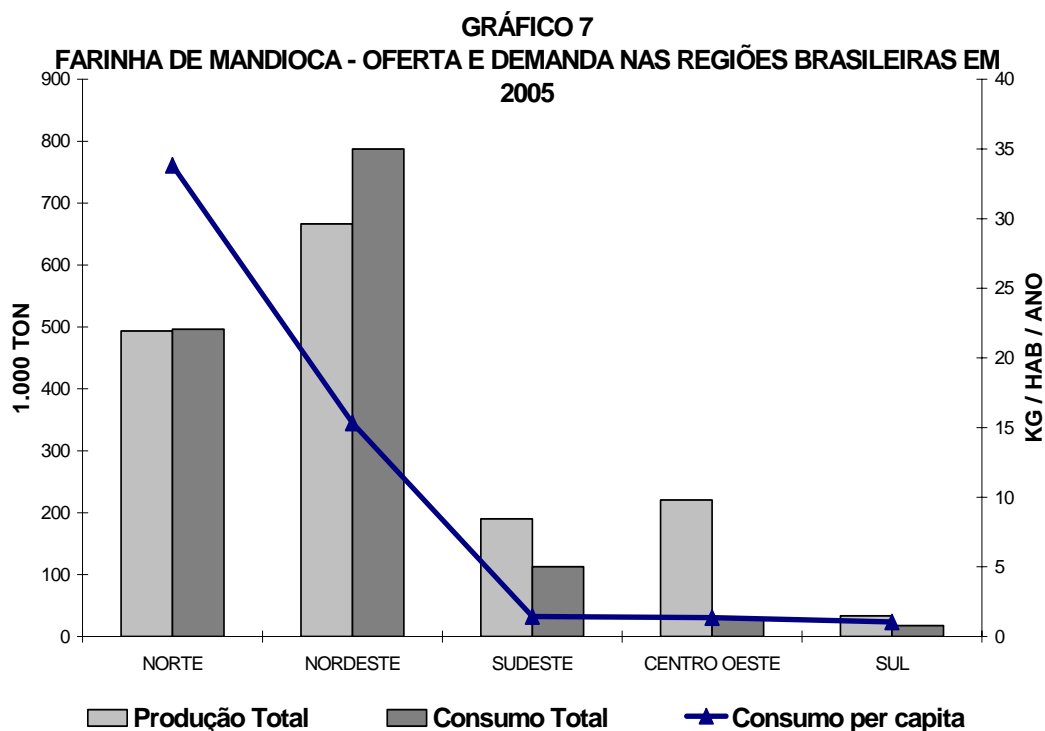
Fonte: Abam e Embrapa

A quantidade real de farinha produzida é uma incógnita para os industriais, pesquisadores e técnicos do setor, já que apresenta produção pulverizada em todo o Brasil.

Geralmente trabalha-se com estimativas, buscando aproximar-se da realidade para mensurar comportamentos de mercado e até estabelecer políticas públicas para os produtores, visualizando o comportamento da cadeia como um todo.

Segundo índices da FAO, 33,90% da raiz de mandioca produzida no Brasil é destinada para o consumo humano, do restante, 50,2% é utilizado como ração animal, 0,2% é exportado, 10% consideradas perdas e 5,7% utilizado para outros fins, podendo ser considerada, em parte, a fécula industrial não alimentícia.

Respeitando estes índices, confirma-se que a produção de farinha no Norte e Nordeste está aquém do consumo per capita calculado pelo Ibge (ver Gráfico 7). Do total de 16,7 milhões de toneladas de raiz colhidas em 2005, nessas 2 regiões, cerca de 5,7 milhões foram destinadas para o consumo humano. Se excluirmos deste montante a raiz que foi consumida *in natura*, cerca de 130 mil toneladas (Ibge-2003) e, do restante considerarmos que 70% é utilizado na fabricação de farinha, com rendimento de 30%, chega-se a um total de 1,2 milhões de toneladas de farinha produzidas, contra 1,3 milhões de toneladas consumidas (Ibge-2003).



Fonte: Ibge e Fao
Elaboração: Conab

Para o Centro-Sul o cálculo foi realizado também a partir dos índices da FAO, porém partindo da produção de amido. Ou seja, do total de raiz produzida e destinada ao consumo humano, aquela que não foi consumida *in natura* e não foi destinada para a produção de amido para fins alimentícios, foi utilizada na produção de farinha com rendimento de 30%.

Percebe-se no gráfico 7 que, apesar da demanda nordestina, existe um excedente de produção no Centro-sul para o ano de 2005. As estimativas chegam a quase 300 mil toneladas de farinha não consumidas (ver Tabela 2).

Seguindo os mesmos critérios, foi estimada a produção e o consumo total de farinha no Brasil, nos anos de 2004 e 2005, com projeção para 2006, ilustrados na tabela 2.

Tabela 2
ESTIMATIVA DO ESTOQUE DE FARINHA DE MANDIOCA NO BRASIL - HISTÓRICO

(t)

ANO	EST. INICIAL	PRODUÇÃO	IMP	EXP	CONSUMO	ESTOQUE FINAL	RELAÇÃO ESTOQUE X CONSUMO
2004		1.544.498	450,3	1771,4	1.418.993	124.184	0,09
2005	124.184	1.603.107	6,0	1387,2	1.441.838	284.072	0,20
2006	284.072	1.598.980			1.447.110	435.941	0,30

Fonte: Fao e Ibge
Elaboração: Conab

Tabela 3
ESTIMATIVAS DE PRODUÇÃO
ANO 2006

(t)

REGIÕES	RAIZ	FARINHA	FÉCULA
N-NE	17.124.370	1.191.666	85.119
C-SUL	9.895.598	407.314	680.000
TOTAL	27.019.967	1.598.980	765.119

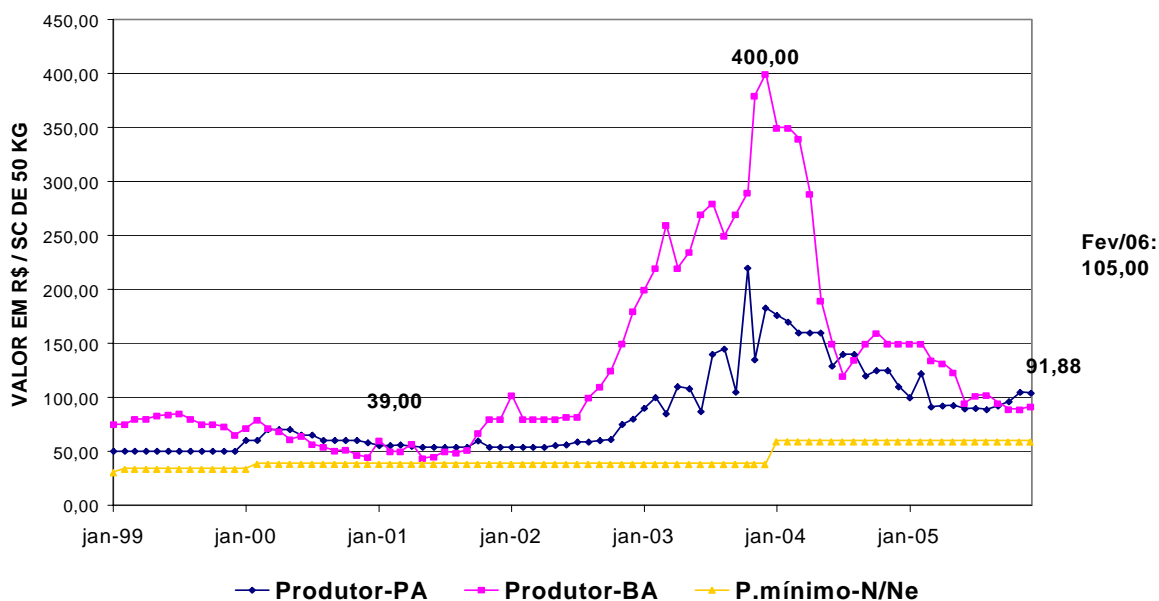
Fonte: Fao, Ibge e Conab

2.2 – Preços

As oscilações de preços da raiz e derivados, na Região Norte, são menos acentuadas que as observadas no Nordeste e Centro-Sul do País.

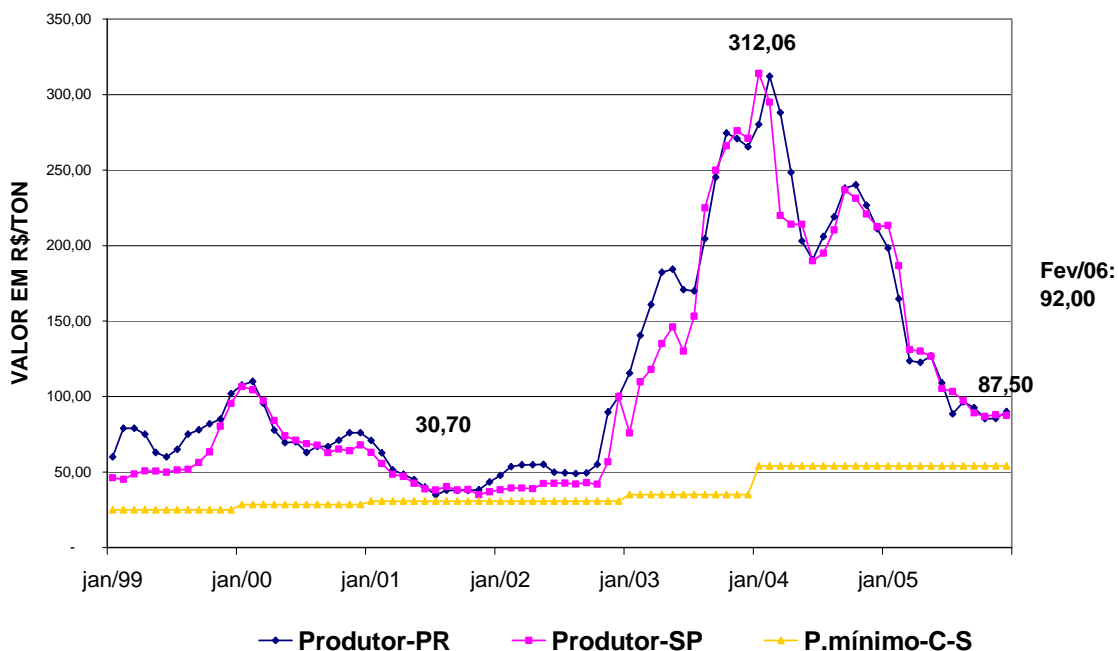
Já a Região Nordeste, por apresentar um mercado potencialmente demandante, sofre influência quase que direta das oscilações de preços no Centro-Sul. Fato explicado pelo caráter consumidor que aquela região possui em relação aos produtos adquiridos no Centro-Sul (fécula em pequeno volume e farinha em grandes quantidades).

GRÁFICO 8
RAIZ DE MANDIOCA - NORTE E NORDESTE PREÇOS PAGO AO PRODUTOR
JANEIRO DE 1999 A DEZEMBRO DE 2005



Fonte e elaboração: Conab

GRÁFICO 9
RAIZ DE MANDIOCA - CENTRO SUL
PREÇOS PAGO AO PRODUTOR
JANEIRO DE 1999 A DEZEMBRO DE 2005



Fonte e elaboração: Conab

Ressalta-se que os processos de fabricação são distintos, conferindo à farinha de mandioca do Norte e Nordeste (produzida artesanalmente) sabores específicos, atraindo a preferência da população dessas duas regiões. A farinha

produzida nas outras regiões geralmente entra nesse mercado quando há escassez de produtos nordestinos por entressafras prolongadas.

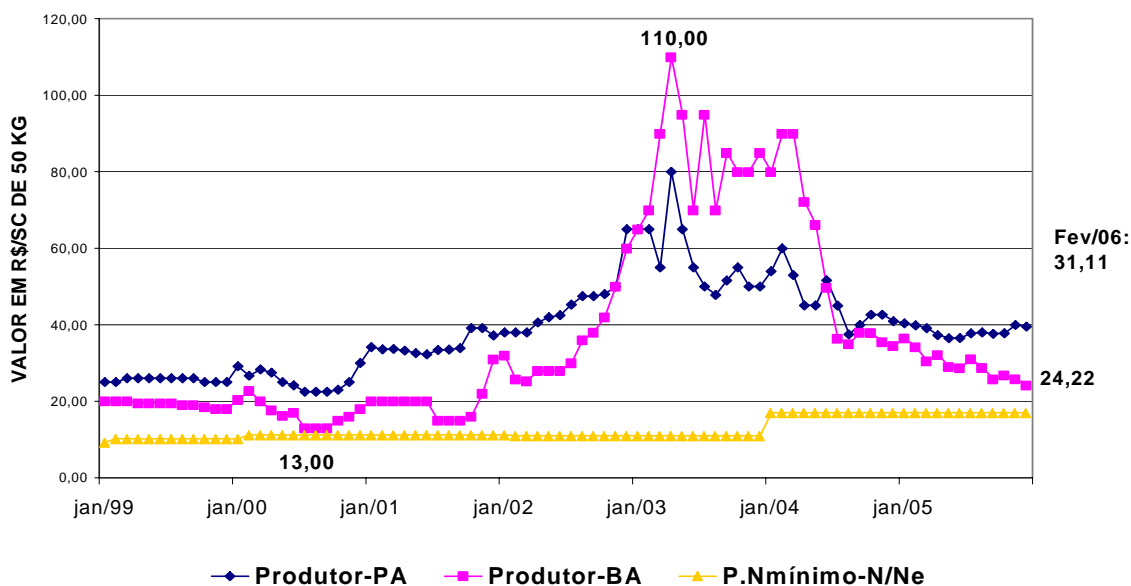
Observa-se no gráfico 10 que em abril de 2003 as cotações da farinha, na Bahia, atingiram o patamar de R\$ 110,00/sc de 50 kg. Esta ocorrência explica-se pelo fato de que a produção de farinha no centro-sul ficou desfalcada pela baixa oferta de matéria prima, não conseguindo suprir a demanda nordestina na entressafra (setembro a fevereiro).

Desde então, a curva de preços declinou até os valores de R\$ 24,22 no final do ano de 2005. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2006 houve recuperação das cotações, atingindo um valor de R\$ 31,11/sc de 50 kg (preço pago ao produtor).

No Centro Sul a maior alta registrada nos preços da farinha ocorreu em fevereiro de 2004 com cotações de R\$ 64,24 /sc de 50 kg, sendo ainda, seqüela dos baixos índices de produção da safra de 2003.

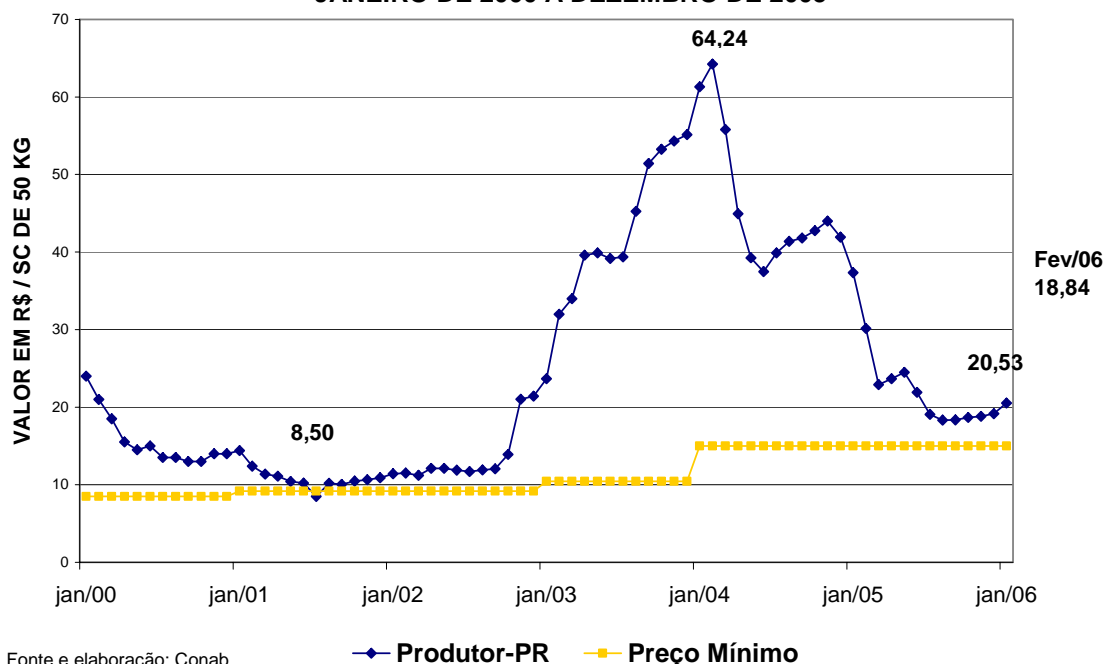
A partir de então as cotações declinaram até os patamares de R\$ 18,33 a saca de 50 kg em agosto de 2005. A proximidade do final de ano, quando é comum o incremento na demanda por derivados da mandioca, contribuiu para a elevação nas cotações, atingindo valores médios de R\$ 20,53. Em janeiro e fevereiro de 2006 os preços voltaram a recuar ao nível de R\$ 18,84 a saca de 50 kg (observar Gráfico 11).

GRÁFICO 10
FARINHA DE MANDIOCA - NORTE E NORDESTE
PREÇOS PAGO AO PRODUTOR
JANEIRO DE 1999 A DEZEMBRO DE 2005



Fonte e elaboração: Conab

GRÁFICO 11
FARINHA DE MANDIOCA - CENTRO SUL
PREÇOS PAGO AO PRODUTOR
JANEIRO DE 2000 A DEZEMBRO DE 2005



Cardoso *et al* (2003), analisando os dados do Ibge entre 87 e 96, constataram que o consumo per capita de farinha de mandioca apresentou redução de 18,6%, no período mencionado.

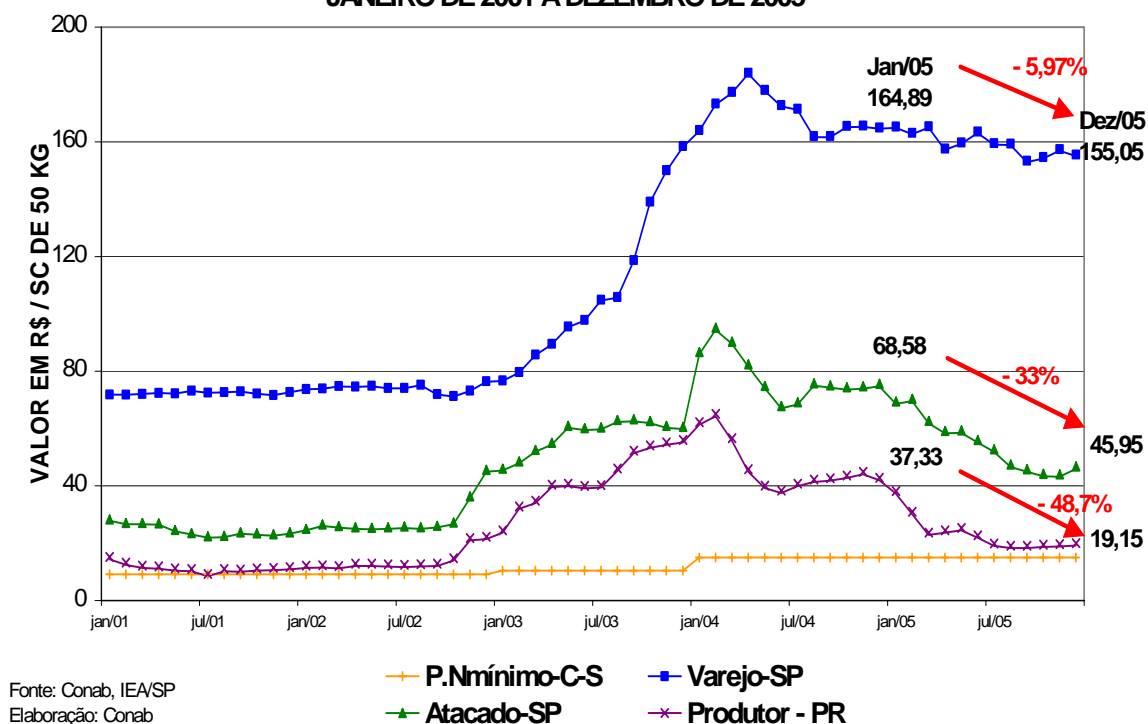
A nova pesquisa de orçamentos familiares do Ibge, realizada em 2003, não nos possibilita estabelecer um comparativo, visto que desta vez o consumo per capita foi levantado a nível estadual e não mais nas cidades metropolitanas. Mesmo assim, observou-se em 2003, uma média de consumo no Estado de São Paulo, na ordem de 0,913 kg/habitante/ano. Em 1996, o consumo na capital era de 1,23 kg/hab/ano, considerando que apenas 5,5% da população do Estado é rural, onde o consumo é maior, pode ser aferida uma redução, porém sem precisão para quantificar.

No entanto, São Paulo ainda é considerado uma praça formadora de preço, já que em quantidade de habitantes, participa com uma fatia substancial no mercado consumidor do Centro Sul, onde o consumo anual estimado é de aproximadamente, 40 mil toneladas de farinha de mandioca.

O comportamento do preço da farinha, no atacado, em São Paulo, tem acompanhado as oscilações sofridas pelo setor produtivo, porém o mesmo não se observa no mercado varejista (ver Gráfico 12) já que respondeu com um percentual de queda de quase 6% em 2005, contra 33% e 48,7%, no mercado atacadista e produtivo no mesmo período. Cabe ainda observar a grande diferença de valores existentes entre o mercado varejista e os outros dois mercados a saber:

- a) Variação de preços do Mercado Varejista em relação ao Atacado = 66%
- b) Variação de preços do Mercado Varejista em relação ao produtor = 85,7%

GRÁFICO 12
FARINHA DE MANDIOCA - COMPARATIVO DE PREÇOS PAGO AO PRODUTOR - PR E
NO ATACADO E VAREJO - SP
JANEIRO DE 2001 A DEZEMBRO DE 2005

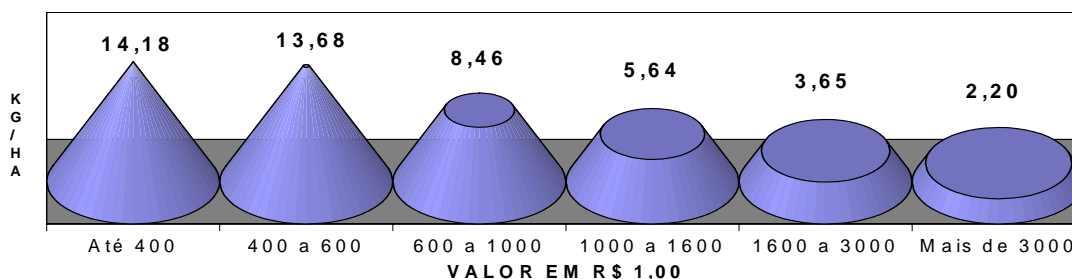


Os preços recebidos pelos produtores da Região Centro-Sul (FOB farinheiras) não têm coberto os custos variáveis de produção, orçados em R\$24,34 por saca de 50 kg produzida.

Considerando que a maior demanda por farinha vem da fatia da população de baixa renda, que representa a maior parte da população brasileira (ver gráfico 13), deduz-se que o consumo pode estar comprometido, desde a alta substancial dos preços em 2003 e 2004. No ano 2005 os preços de comercialização no mercado atacadista e os recebidos pelos produtores declinaram fortemente. Contudo o mercado consumidor não foi agraciado com esta redução, a prova disto é que não houve diminuição significativa do valor deste produto na cesta básica (ver gráfico 12).

Os trabalhos de acompanhamento do setor, realizados semanalmente pelo Cedia/Esalq, confirmam os estoques elevados de farinha no mercado atacadista em função de uma estocagem do produto, também significativa, no mercado varejista.

GRÁFICO 13
FARINHA DE MANDIOCA - CONSUMO PER CAPITA SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO



Fonte: Ibge
Elaboração: Conab

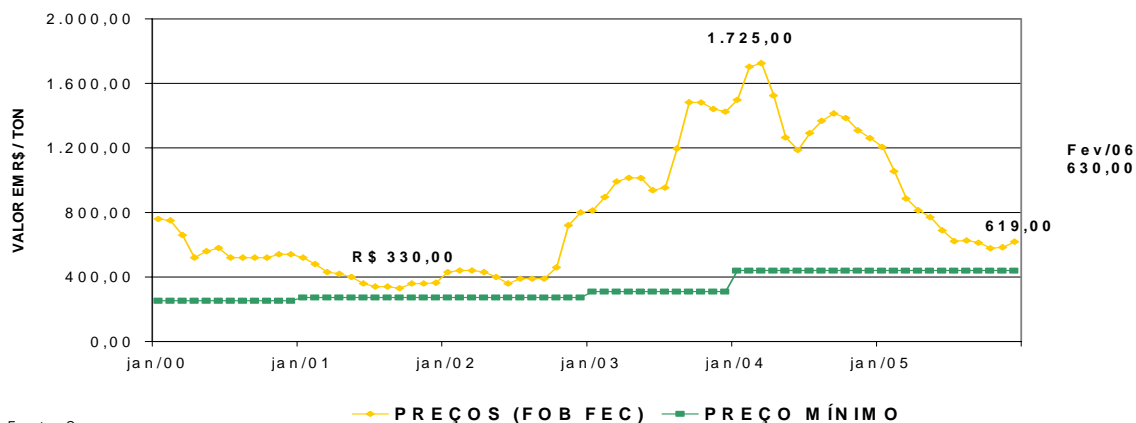
Já os preços do amido de mandioca sofreram grandes alterações não aferindo bons resultados posteriores aos produtores de fécula. Os preços em fevereiro de 2004 chegaram a patamares de R\$ 1.725,00 a tonelada, perdendo mercado para o amido de milho. Em seguida começou a declinar, e em outubro de 2005 chegou a patamares muito próximos do preço mínimo, por volta de R\$ 550,00 a tonelada, mas vem recuperando as cotações, com preços atuais em torno de R\$ 630,00.

Segundo Alves & Vedovoto (2003), assim como São Paulo é praça formadora de preços da farinha, que determina o preço da raiz, no Paraná o preço da raiz é influenciado pela fécula de mandioca.

“A indústria de fécula é recente, mas os preços podem ser analisados num período maior. A tendência com o tempo é que a formação dos preços sofra mais influência da fécula, já que é um setor em mudança”.

Em 2001 a capacidade total para produção de fécula era de 5 milhões de toneladas, porém as indústrias chegaram a processar 62% desse total.

GRÁFICO 14
FÉCULA DE MANDIOCA - CENTRO SUL
FOB FECULARIA
JANEIRO DE 2000 A DEZEMBRO DE 2005



Fonte: Cepea
Elaboração: Conab

3 - Atuação Governamental

O Governo tem buscado incentivar a ampliação de Programas voltados à Agricultura Familiar. No Plano Safra 2005/2006, houve incremento nos recursos destinados ao financiamento rural de agricultores familiares na ordem de 134%, passando de R\$ 2,4 bilhões em 2002, para R\$ 5,6 bilhões em 2004. Crescimento significativo foi observado nas operações do Pronaf Grupo B, com o micro crédito rural nas Regiões Norte e Nordeste, onde muitos agricultores passaram a ter acesso ao crédito pela primeira vez.

Como resultado, os estabelecimentos familiares foram responsáveis por quase 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional. Na produção de feijão, leite, milho, mandioca, suínos, cebola, banana e fumo, essa proporção foi superior ou próxima a 50%.

A meta para o ano safra 2005/06 (julho de 2005 a junho de 2006) é de 2 milhões de contratos efetivado, por meio do Pronaf, com a aplicação de R\$ 9,0 bilhões de reais.

Dentre os objetivos do Plano Safra destacam-se:

- “a) Ampliar a aplicação de financiamentos para os agricultores de menor renda mediante instituição do micro crédito rural, prioritariamente nas regiões mais pobres do País e em bolsões de pobreza existentes nas demais regiões;*
- b) Fortalecer e ampliar o Programa de Garantia de Compra da Agricultura Familiar, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).”*

Tabela 3

Financiamentos Rurais Concedidos no País para a Lavoura de Mandioca (PRONAF)

ANO	Nº DE CONTRATOS	TOTAL FINANCIADO (R\$)
2001	29.530,00	37.977.217,76
2002	33.394,00	43.388.495,71
2003	65.396,00	133.687.696,09

Fonte: Banco Central

3.1 – Aquisições do Governo Federal - AGF

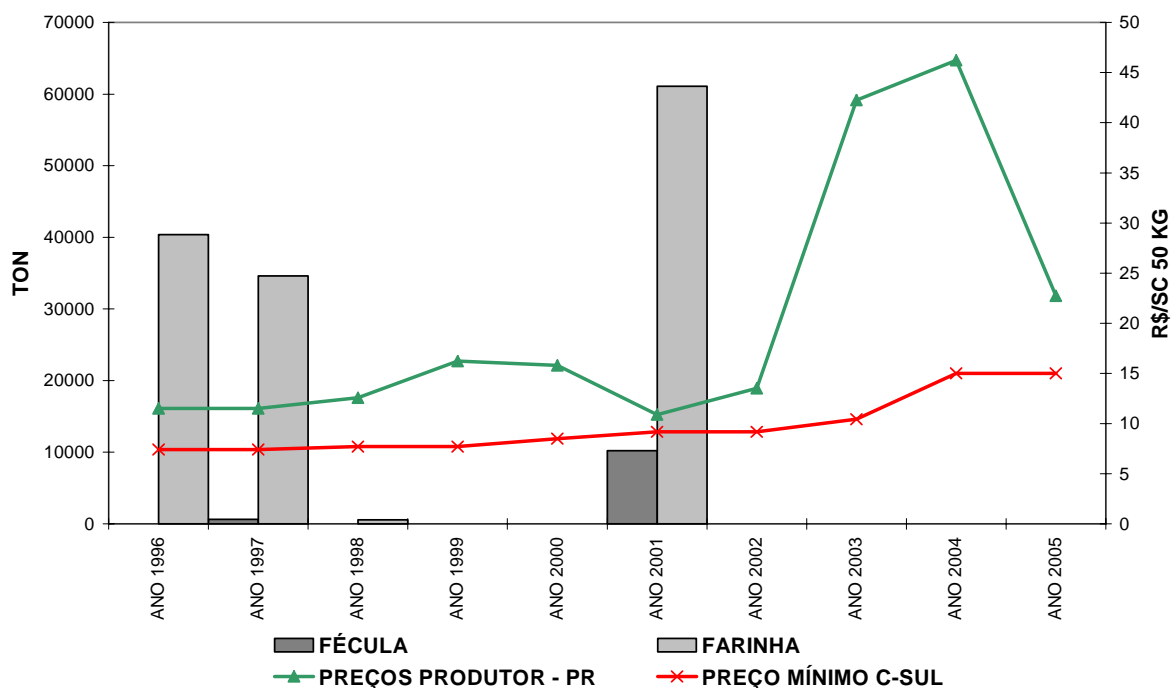
Historicamente as aquisições de farinha de mandioca foram efetuadas predominantemente na Região Centro-Sul do País. Desde 1990 não há registro de compras efetuadas pelo Governo Federal nas Regiões Norte e Nordeste, via AGF. Uma das intervenções mais significativas do Governo Federal ocorreu em 2001, quando foram compradas mais de 60 mil toneladas de farinha no Centro-Sul (ver gráfico 15).

Esta quantidade ficou estocada por um período superior a 1 ano, sendo comercializada quando os preços estavam bastante elevados, conferindo certa estabilidade momentânea ao mercado, no entanto não conseguindo reduzir as cotações.

No final de 2005 o Governo disponibilizou no orçamento 14 milhões para AGF's de farinha e fécula de mandioca. As operações acabaram não acontecendo, pois logo após o anúncio, os preços reagiram e o mercado, ao tomar

conhecimento que o Governo iria intervir, passou a operar em bases mais elevadas, assim as aquisições não foram mais demandadas pelo setor (ver gráficos 11 e 14).

GRÁFICO 15
FARINHA DE MANDIOCA - HISTÓRICO DE AQUISIÇÕES
PGPM



Fonte e Elaboração: Conab

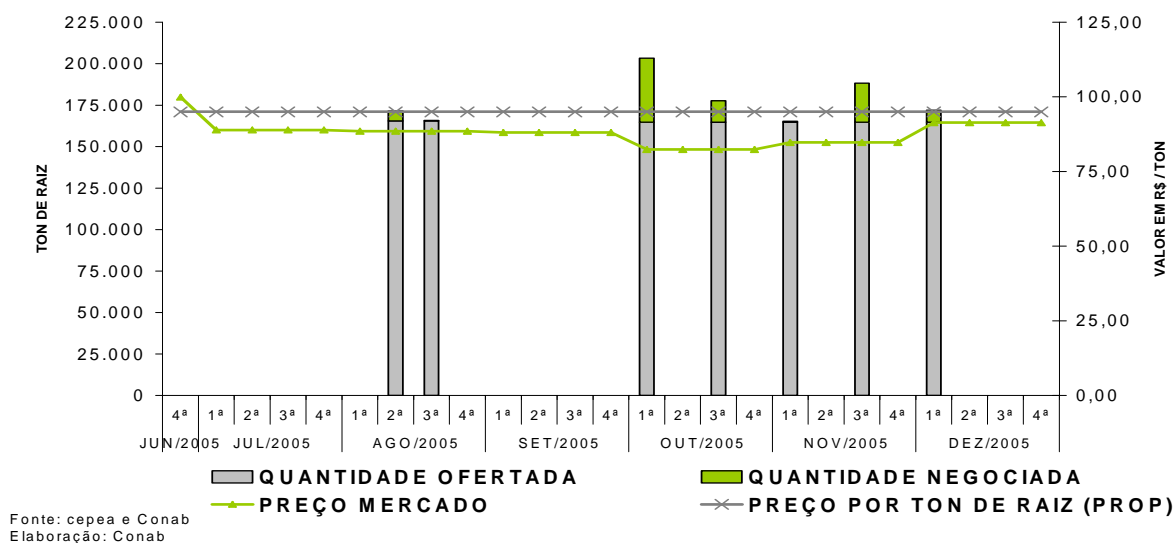
3.2 – Contrato Privado de Opção de Venda - PROP

O Governo Federal lançou o em 2005 o Contrato Privado de Opção de Venda (PROP), garantindo ao produtor um preço de R\$95,00 a tonelada de raiz, com subsídio para os industriais de R\$ 15,00/t. Ao todo foram ofertados 42.760 contratos, totalizando mais de 1 milhão de toneladas de raiz, porém, foram negociadas cerca de 103 mil toneladas, correspondendo a 8,9%.

Observa-se no gráfico a seguir que as quantidades negociadas não foram suficiente para influenciar as cotações do mercado de matéria prima em vista de que muitas empresas efetuaram contratos diretos com produtores, estabelecendo preços médios de R\$110,00 a tonelada de raiz.

Para o ano de 2006 o setor reivindicou aumento nos preços de exercício para a raiz, passando de R\$95,00 para R\$ 105,00 a tonelada, permanecendo o mesmo valor para o prêmio de risco.

GRÁFICO 16
HISTÓRICO DAS OPERAÇÕES DE PROP DE RAIZ DE MANDIOCA EM 2005



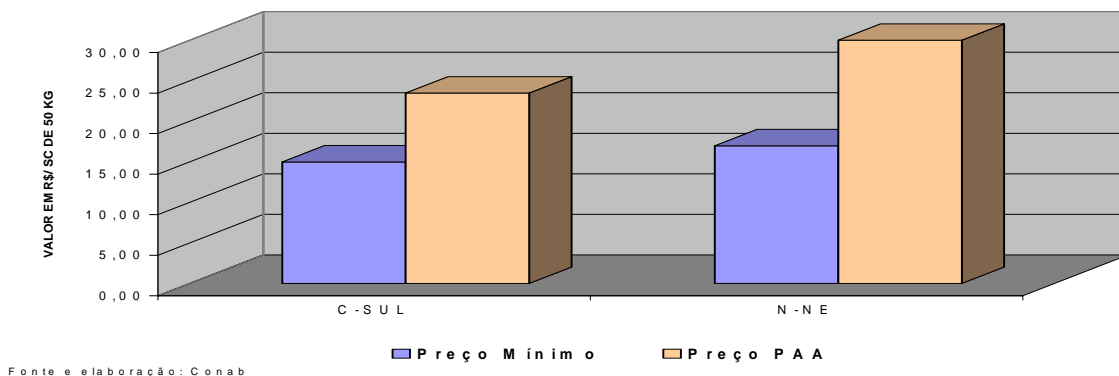
3.3 – Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Através do PAA, o Governo viabilizou a Compra Direta de 12,4 mil toneladas de farinha de mandioca no ano de 2005, sendo 5,3 mil na Região Centro-Sul e 7,1 mil toneladas nas Regiões Norte e Nordeste, perfazendo um montante de R\$ 6,7 milhões pagos diretamente aos agricultores familiares.

Na Compra Antecipada Especial (CAEAF) realizada nos exercícios de 2003 e 2004, foram adquiridas 874 toneladas de farinha de mandioca, mas ainda há um saldo devedor (CPR's) de 103 mil toneladas de farinha a ser pago ao governo, até o final de 2006, cuja finalidade é de doação simultânea ou para composição de estoques públicos.

Os preços praticados pelo PAA são baseados na média anual do mercado, despertando o interesse venda de muitos produtores que muitas vezes estão na mão de atravessadores, diminuindo, substancialmente, a margem de lucro no processo de comercialização.

GRÁFICO 17
COMPARATIVO DOS PREÇOS MÍNIMOS E PREÇOS MÉDIOS PAGOS PELO PAA



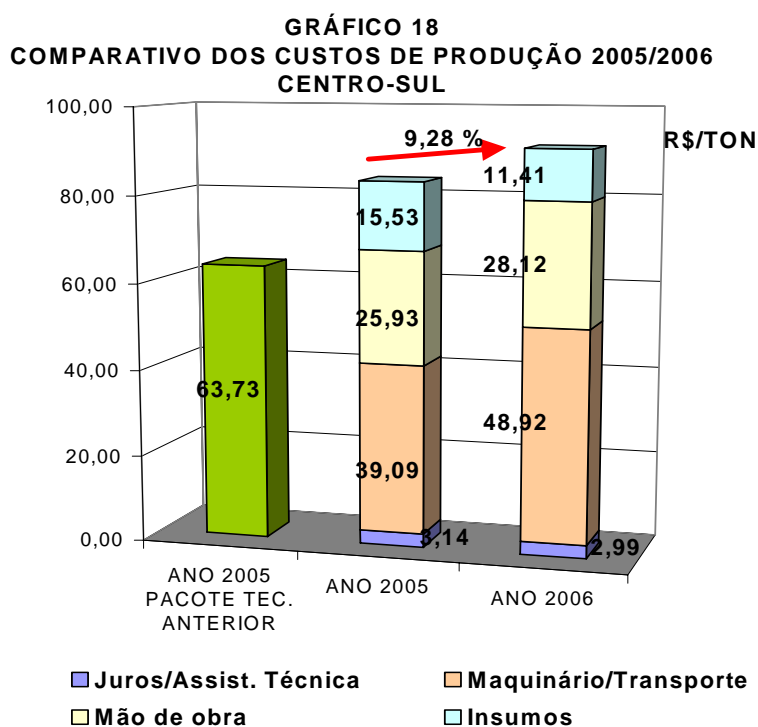
4. Proposta de Preços Mínimos

1.1 Custos de Produção

Raiz

Para as Regiões Norte e Nordeste foram utilizados os custos de produção da Conab nos Estados do Maranhão e do Pará, e os custos de produção elaborados pelo EBDA no Estado da Bahia.

No Centro-Sul foram utilizados os custos de produção da raiz, levantados pela Conab no Paraná (Municípios de Marechal Cândido Rondon e Paranavaí). Foi verificada a utilização de um novo pacote tecnológico, impossibilitando a comparação com os custos de 2005. O gráfico 18, ilustra uma situação hipotética onde foram utilizados os coeficientes técnicos do novo pacote tecnológico atribuindo-lhe preços praticados há 1 ano, para possibilitar uma análise comparativa de variação de custos.



4.2 – Valorização das terras no Paraná

Na composição do custo total da Região Centro-Sul, vale salientar um fator que vem prejudicando o desenvolvimento da cadeia produtiva no Paraná: a perda de competitividade da mandioca em relação à cana-de-açúcar, quanto ao acesso a terra.

A necessidade de arrendamento de terras para o plantio da mandioca está presente na maioria das famílias do Estado. O Paraná é o terceiro maior produtor de raiz do Brasil, além de comportar o maior parque industrial do setor com mais de 40 indústrias instaladas, e responde com mais de 65% da produção total de Amido de Mandioca do Centro-Sul.

Vale ressaltar que os arrendamentos não são efetuados pelas indústrias (farinheiras e fecularias), mas pelos agricultores familiares. Portanto, só na área de produção de raiz totalizamos mais de 50 mil trabalhadores envolvidos no Estado, entre diaristas e produtores. Fora os empregos gerados no setor industrial e de transporte.

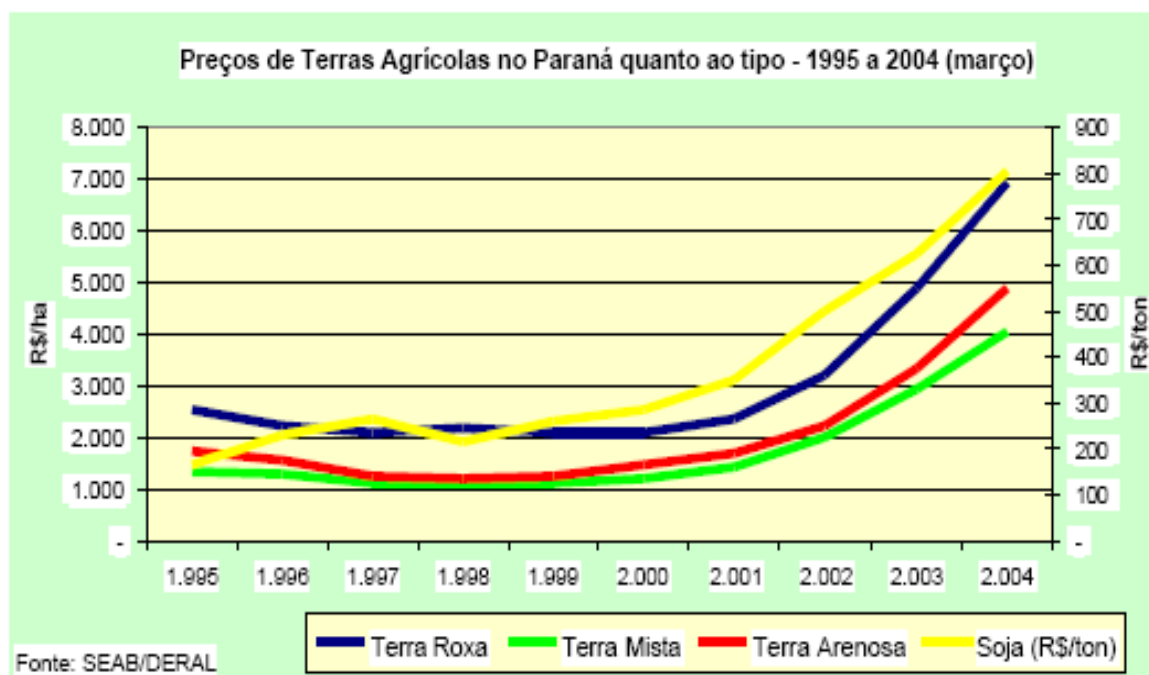
Com a construção de Usinas de Cana nos principais Municípios produtores de raiz, o preço das terras tiveram um acréscimo de mais de 50% nos últimos 2 anos. Os valores de arrendamento que antes eram efetuados a R\$500 – 600,00 por alqueire (2,4 hectares), agora são acordados a valores não inferiores a R\$1.000,00 o alqueire por um período de 1 ano. Neste caso, a mandioca que normalmente é colhida com 2 ciclos, dispensa aos proprietários das terras cerca de R\$2.000,00 /alq/ciclo.

Sob o ponto de vista do risco social, este cenário é preocupante, já que ao mesmo tempo em que a cadeia da mandioca assegura maior número de mão de obra por unidade de área, a cana passa a utilizar sistemas de produção mecanizados, com a preocupação de aumentar produtividade e diminuir riscos ambientais, reduzindo o número de empregos diretos ao longo dos anos.

Em São Paulo, a redução de empregos diretos no setor canavieiro no período de 1991/2001, foi atribuída, segundo publicação no site da UNICA, “principalmente a terceirização, aumento de produtividade e mecanização/automação”.

Estes números não contradizem o grande potencial produtivo do setor canavieiro no Brasil, apenas, dentro do panorama vivido pelo setor mandioqueiro no Centro Sul, nos faz abrir um parêntese para apontar o risco de uma quebra da cadeia produtiva da mandioca na região pelas limitações no acesso a terras para o plantio.

GRÁFICO 19



Fonte e elaboração: Seab/Deral-PR

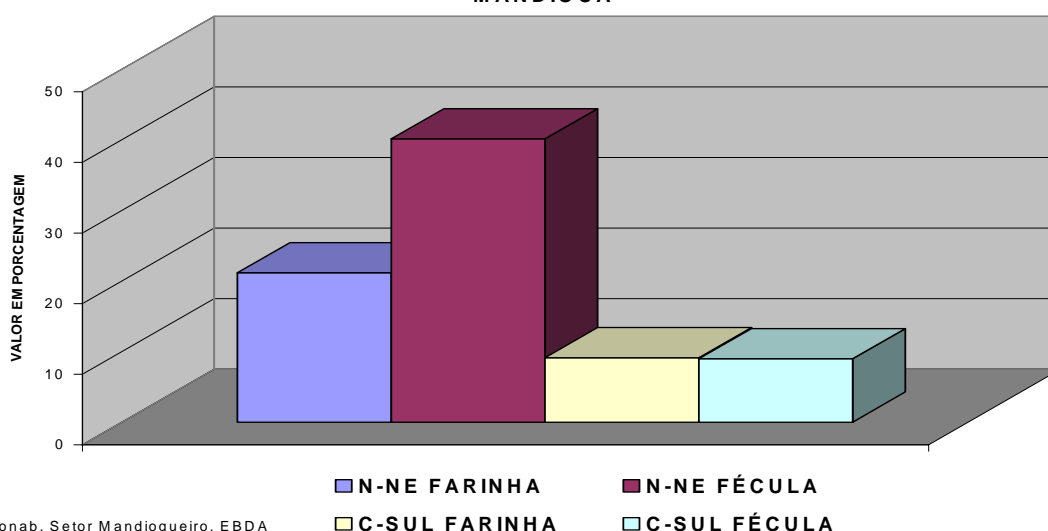
4.3 – Farinha e Fécula

Os custos de fabricação da farinha e da fécula de mandioca no Norte e Nordeste foram levantados junto ao setor, com apoio do EBDA, na Bahia.

No Centro-Sul foi realizada uma reunião com a participação de produtores de farinha e de industriais do setor de amido dos Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

No Norte e Nordeste a utilização de mão de obra no processamento chega a 21% do total do custo na produção de farinha e 40% na fécula. No Centro-Sul não há diferença significativa nos dois processos quanto ao emprego de mão de obra, chegando a uma média de 9% do total (ver gráfico 20).

GRÁFICO 20
UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA NA FABRICAÇÃO DOS DERIVADOS DA MANDIOCA



Fonte: Conab, Setor Mandioqueiro, EBDA
Elaboração: Conab

5. Preços Mínimos Propostos

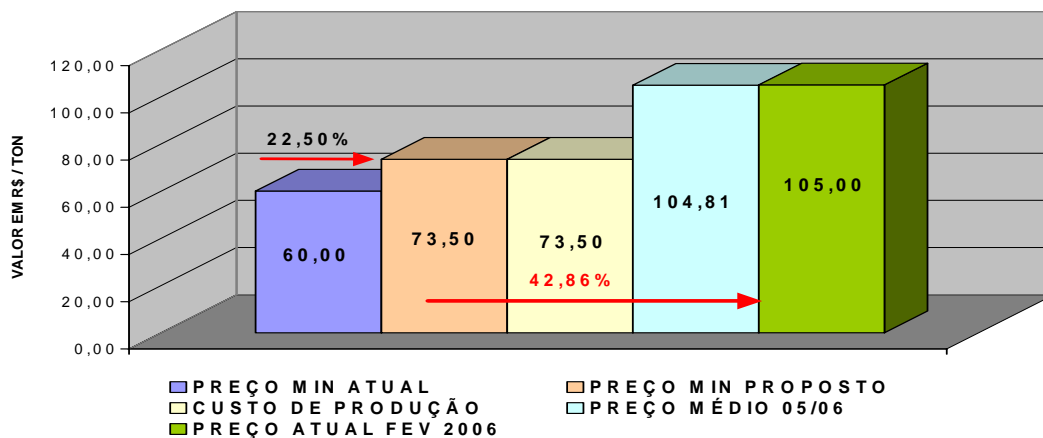
Após análise dos cenários onde está inserida a cadeia produtiva da mandioca, em ambas as Regiões, o cálculo para atualização do preço mínimo seguiu metodologias diferenciadas para cada realidade:

5.1– Norte e Nordeste:

A proposta de preço mínimo para a raiz e farinha de mandioca foi baseada no custo de produção variável, buscando equiparação na íntegra, aos valores obtidos. A atualização chegará a valores percentuais de 22,5% e 29,82% para a raiz e farinha respectivamente, em relação aos preços mínimos vigentes (ver gráficos 21 e 22).

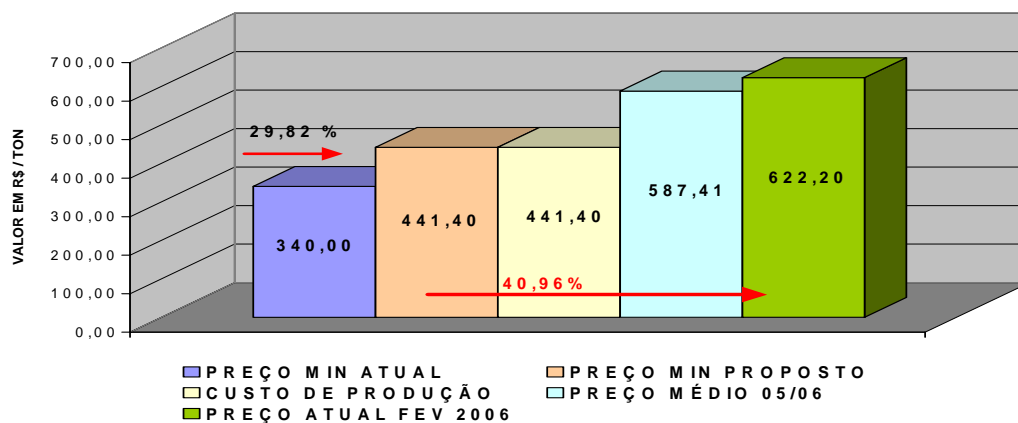
Para a fécula de mandioca (goma/polvilho), a proposta segue defendendo o mesmo valor proposto do ano passado, conferindo, ainda assim, um aumento de 36,36% (ver gráfico 23).

GRÁFICO 21
RAIZ DE MANDIOCA - NORTE E NORDESTE
COMPARATIVO DE PREÇOS



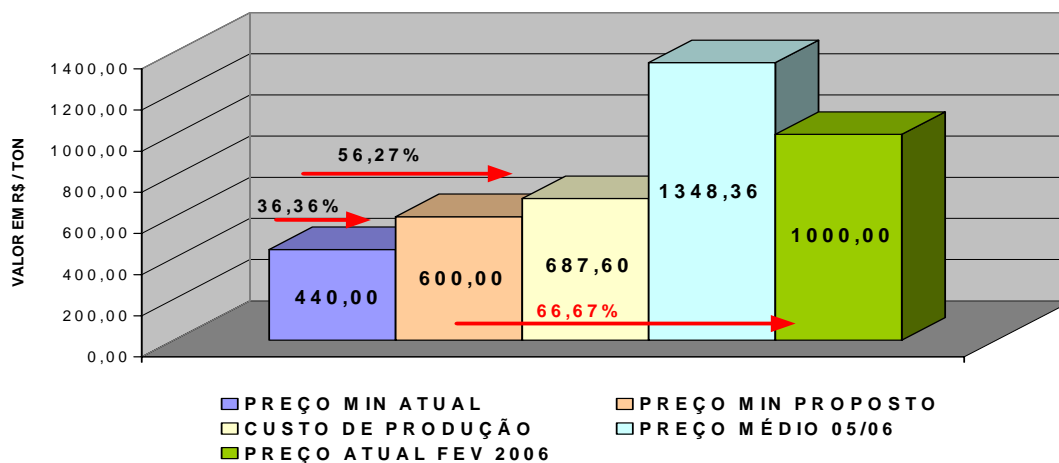
Fonte e elaboração: Conab

GRÁFICO 22
FARINHA DE MANDIOCA - NORTE NORDESTE
COMPARATIVO DE PREÇOS



Fonte: Conab e EBDA

GRÁFICO 23
AMIDO DE MANDIOCA - NORTE NORDESTE
COMPARATIVO DE PREÇOS



Fonte: Conab e EBDA

PREÇO MÍNIMO NORTE E NORDESTE - SAFRA 2006/2007
PARÂMETROS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

ITENS	REFERÊNCIA	MANDIOCA		
		RAIZ	FARINHA	FÉCULA
		R\$/tonelada	R\$/50 kg	R\$/kg
CUSTO VARIÁVEL DE PRODUÇÃO	Sf 05/06	70,50	22,66	0,600
	Sf 06/07	73,50	22,07	0,688
	Var. %	4,26	-2,60	14,667
PREÇO AO PRODUTOR - N/NE	Média Anual	104,99	29,37	1,347
	Jan/06	105,00	31,11	1,000
PREÇO MÍNIMO	VIGENTE	60,00	17,00	0,440
	PROPOSTO	73,50	22,07	0,600
	Var.%	22,50	29,82	36,36
PREÇO NO ATACADO - BA/PI	Média Anual	-	34,70	1,837
	Jan/06	-	34,44	1,572
PREÇO MÍNIMO COMPOSTO	VIGENTE	-	22,92	0,608
	PROPOSTO	-	28,96	0,798
	Var. %	-	26,35	31,25

Fonte e elaboração: Conab

Tabela 4

5.2 Centro - Sul:

A proposição de atualização dos preços mínimos da raiz, farinha e fécula, na Região Centro-Sul, em função dos elevados custos de produção, está pautada em uma recomposição dos valores atuais, utilizando o Índice de Preços Pago ao Produtor – IPP.

A necessidade de recomposição dos preços sem equipará-los aos custos variáveis de produção, atende a uma instabilidade atual do mercado, sinalizando ao produtor que o governo está incentivando a produção, ao passo que não interfere bruscamente nas cotações dos preços praticados para a raiz de mandioca e derivados.

Os reajustes estão propostos com valores percentuais de 20,37%, 20% e 19,32% para a raiz, farinha e fécula respectivamente, em relação aos preços mínimos vigentes (ver gráficos 24, 25 e 26).

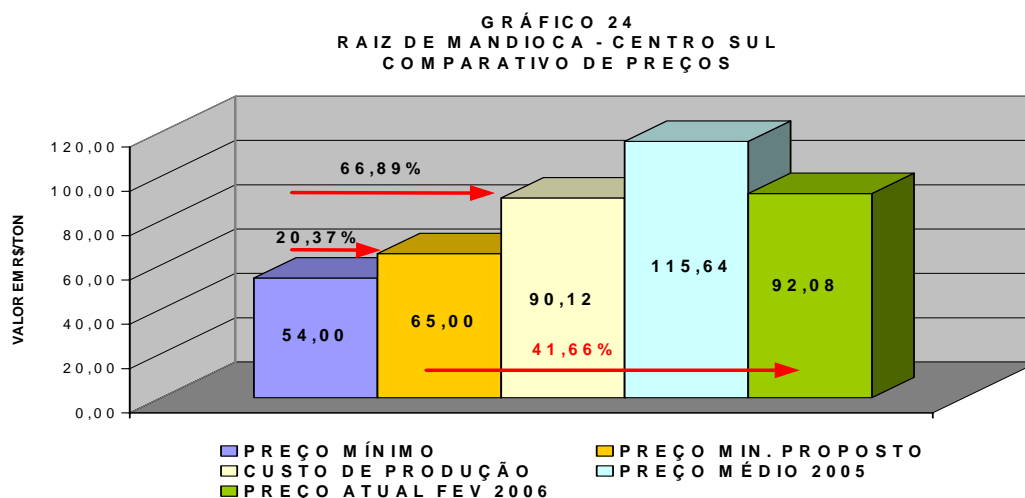


GRÁFICO 25
FARINHA DE MANDIOCA - CENTRO SUL
COMPARATIVO DE PREÇOS

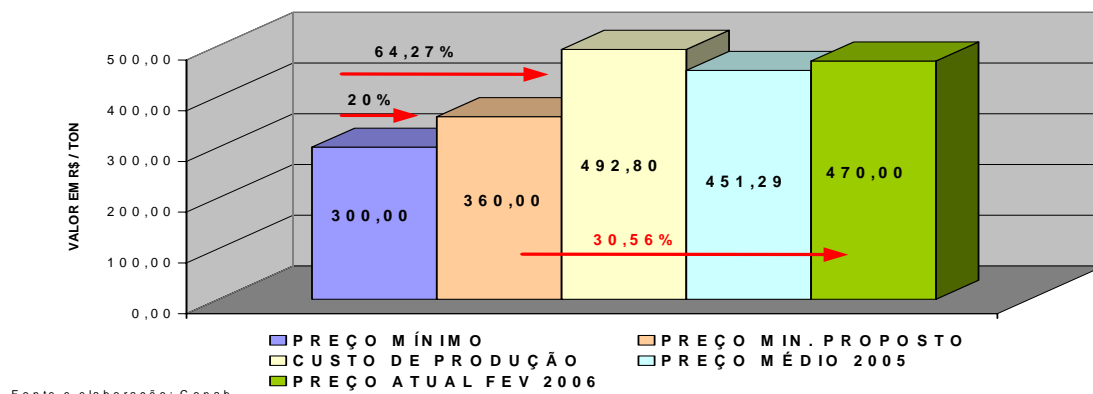


GRÁFICO 26
FÉCULA DE MANDIOCA - CENTRO SUL
COMPARATIVO DE PREÇOS

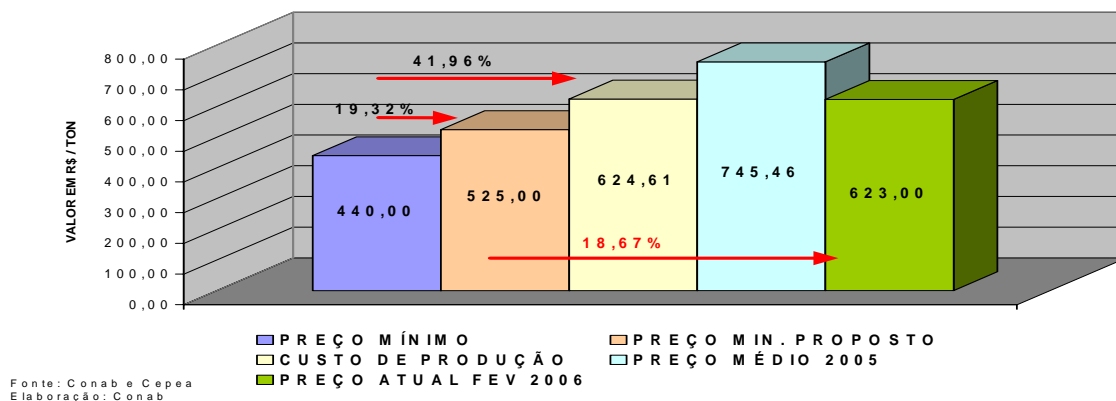


Tabela 5

PREÇO MÍNIMO CENTRO SUL - SAFRA 2006/2007
PARÂMETROS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

ITENS	REFERÊNCIA	MANDIOCA		
		RAIZ	FARINHA	FÉCULA
		R\$/tonelada	R\$/50 kg	R\$/kg
CUSTO VARIÁVEL DE PRODUÇÃO	Sf 05/06	63,73	20,00	0,600
	Sf 06/07	90,12	24,64	0,625
	Var. %	41,41	23,20	4,167
PREÇO AO PRODUTOR - C/SUL	Média Anual	115,51	25,61	0,746
	Jan/2006	93,24	23,58	0,623
PREÇO MÍNIMO	VIGENTE	54,00	15,00	0,440
	PROPOSTO	65,00	18,00	0,525
	Var.%	20,37	20,00	19,32
PREÇO NO ATACADO - SP/PR	Média Anual	-	29,38	0,806
	Jan/2006	-	33,00	0,860
PREÇO MÍNIMO COMPOSTO	VIGENTE	-	25,75	0,673
	PROPOSTO	-	29,79	0,818
	Var. %	-	15,69	21,55

Fonte e elaboração: Conab

6. Resultados Esperados

O ajustamento e recomposição dos preços da mandioca e derivados, além de proporcionar benefícios sociais, que a cadeia produtiva da mandioca sustenta como cultura regional e tradicional dos agricultores familiares, enumera-se benefícios econômicos, de ordem estrutural, que corroboram para construção de uma política agrícola sustentável e de acesso a todos:

- Estabilidade na produção, possibilitando a constância no fornecimento de matéria prima para indústrias processadoras;
- Minimizar as oscilações de preços, sentidas principalmente pelo consumidor final quando altos, e pelo produtor quando em cotações baixas no mercado.
- Melhorar a garantia financeira para o setor produtivo no acesso ao crédito rural;
- Colocar o Brasil em lugar de destaque no ramo das exportações, pela credibilidade do mercado externo na estabilidade de preços e de produção;
- Permitir planejamento de médio e longo prazos do setor.

MILHO
PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO
SAFRA 2006/2007

João Paulo de Moraes Filho

1. Introdução

O presente estudo visa subsidiar a proposta de Preço Mínimo para o milho, safra 2006/07. A Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM é o instrumento essencial para orientar os produtores em sua tomada de decisão sobre qual cultura plantar.

Fazem parte do trabalho, informações sobre suprimento (oferta e demanda) mundial e brasileira, cotações e preços internacionais e nacionais, situação da comercialização, valores de paridade e estruturas de custos, de modo a mostrar a realidade do mercado, sinalizando para a cadeia como um todo, e, em especial aos produtores, perspectivas e cenários para o produto, durante a próxima temporada.

O trabalho apresenta tendências sobre o comércio internacional e nacional, destacando a crescente correlação entre as cadeias produtivas do milho e de carnes, assim como efeitos da elevação da produção nos principais produtores mundiais, bem como o aumento da demanda mundial por alimentos protéicos.

2- Panorama Internacional

2.1. Mercado Mundial

Nas últimas cinco safras a elevação da produção mundial de milho foi em números absolutos, superior ao aumento da demanda. Já para a safra 2005/06, mesmo com projeção de aumento na produção da China, devido a problemas climáticos (seca prolongada) nos Estados Unidos, União Européia – 25 e Argentina, a safra projetada deverá sofrer redução de 24,62 milhões de toneladas em relação à safra de 2004/05. O consumo total continua apresentando crescimento, embora em ritmo mais lento que o verificado em anos recentes, pois o consumo de milho para alimentação animal (rações) deveria ser ligeiramente menor na temporada 2005/06 devido a problemas sanitários, especialmente a influenza aviária que ocorreu inicialmente na Ásia e vem se alastrando para outras regiões produtoras do planeta. (Tabela - 1). O atual quadro indica redução no volume das exportações mundiais e tendência de manutenção de estoques finais elevados.

Os Estados Unidos, maior produtor mundial com mais de 280,0 milhões de toneladas, encontra-se desenvolvendo programa de Bioenergia e o faz necessitar, nos próximos anos de 30 milhões de toneladas anuais de milho para ser utilizado como matéria-prima no processamento de etanol. A China, onde é colhida a segunda maior quantidade de milho, em torno de 135,0 milhões de toneladas, destina a quase totalidade de sua produção para o mercado interno de modo a atender a avicultura nacional, tradicional exportadora de frangos aos países asiáticos e europeus. Contudo, em consequência da gripe aviária (influenza), tem havido redução do seu plantel de aves, o que, no curto prazo, resultará em redução do consumo, estancará a redução nos seus estoques finais que foi significativa nas últimas três safras.

Tabela - 1
MILHO
Quadro de Suprimento Mundial

Milhões de toneladas

Posição: Fevereiro/06

Safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque final	Relação Est. Final / Consumo
1997/98	92,9	575,2	62,9	578,4	62,9	146,2	25,3
1998/99	146,2	605,8	68,7	582,7	68,7	169,6	29,1
1999/00	169,6	607,4	73,4	605,7	73,4	171,7	28,4
2000/01	171,7	590,0	76,4	609,8	76,4	171,5	28,1
2001/02	171,5	598,9	74,5	622,5	74,5	148,8	23,9
2002/03	148,8	601,9	79,0	625,6	79,0	125,1	20,0
2003/04	125,1	623,0	76,5	644,4	76,6	103,7	16,1
2004/05 ¹	103,7	708,4	75,6	680,6	77,3	129,8	19,1
2005/06 ²	129,8	683,8	73,3	687,0	72,7	127,1	18,5

Fonte: USDA (www.usda.gov).

Notas:

¹ Estimativa.

² Previsão.

2.2. Preços Internacionais

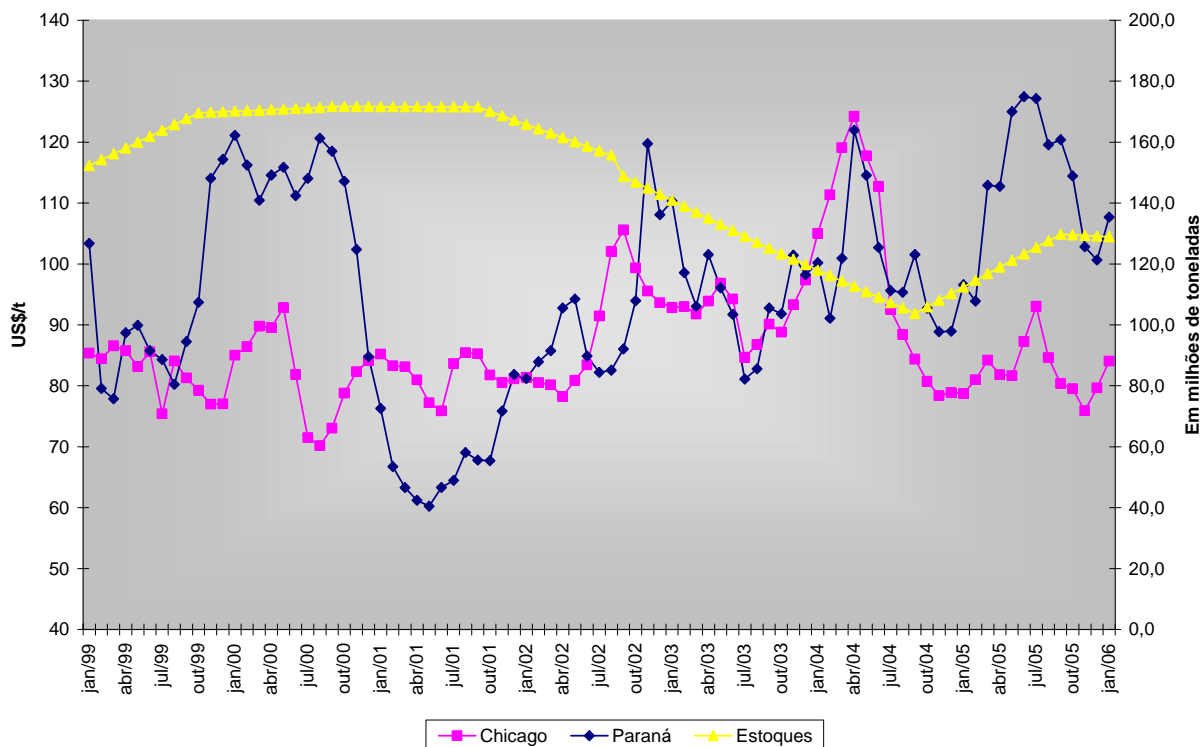
A redução gradativa e contínua dos estoques finais mundiais, entre as safras de 2000/01 e 2003/04, fez as cotações internacionais do milho se elevarem no mercado internacional, conforme demonstrado no Gráfico- 01. Quando confirmaram as estimativas de elevação na produção, a partir da safra de 2004/05, com conseqüente elevação do estoque final, os preços internacionais voltaram a cair. Durante o ano de 2005 foram registrados picos de preços em função o mercado ter atravessado por período altamente especulativo quanto ao tamanho da quebra de safra nos E.U.A.

A quebra na produção americana realmente ocorreu e não foi desprezível, mas não atingiu a proporção que se especulava em meados de 2005, o que fez com que as cotações recuassem.

As primeiras projeções do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – USDA, para a próxima safra de milho naquele País, indicam possibilidade de leve retração na área plantada, o que já tem pressionado as cotações no mercado internacional.

Gráfico - 1

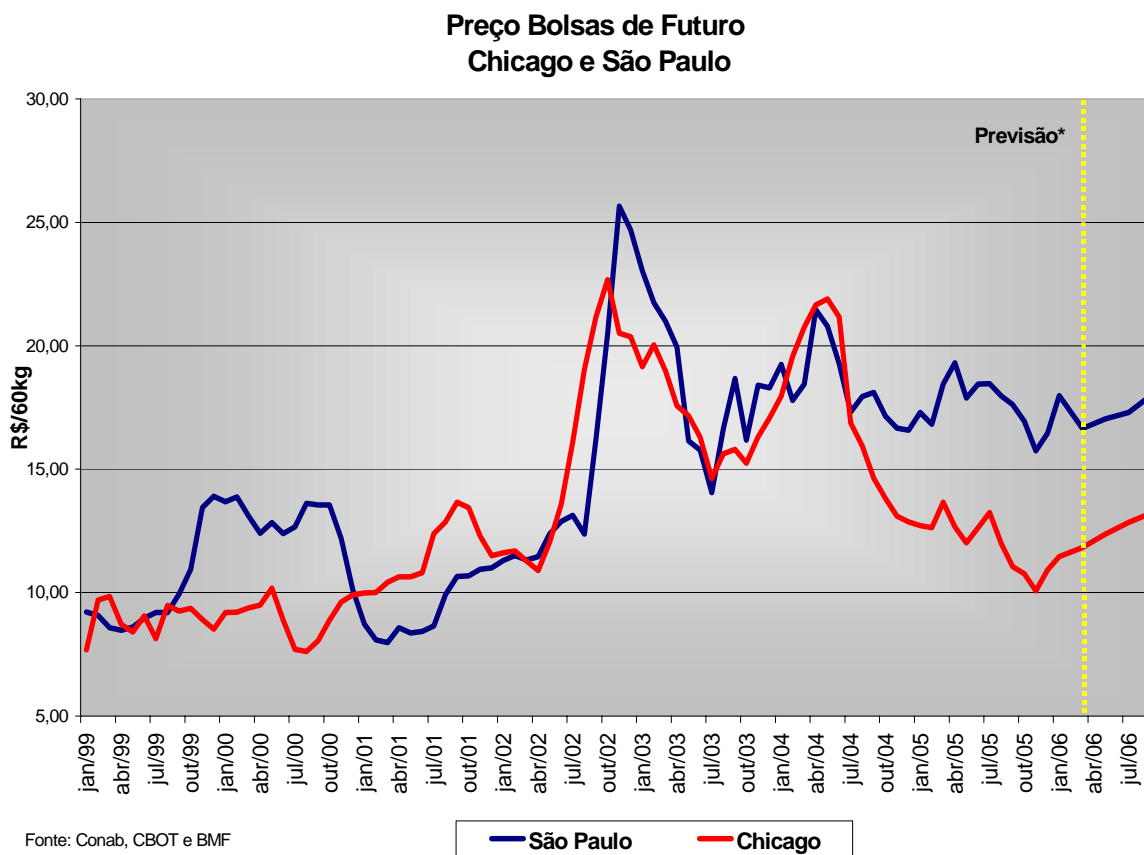
**Comparativo Estoques Mundiais x Preços Chicago e Paraná
1999 a 2005**



Na Argentina, o clima foi bastante favorável ao desenvolvimento da cultura, na safra de 2004/05. Na safra de 2005/06, as áreas cultivadas com milho têm sofrido com a irregularidade das precipitações, com redução na produtividade das lavouras e conseqüentemente na produção.

Existe, portanto, perspectiva favorável para que ocorra leve recuperação das cotações no mercado internacional. A Bolsa de Chicago sinaliza para negociações no mercado futuro, com valores que variam entre US\$ 100,00 e US\$ 105,00 por tonelada, contra a cotação atual de US\$ 89,00. No Brasil, a BM&F, também projeta preços ligeiramente superiores aos atualmente praticados. (Gráfico – 2).

Gráfico - 2



Mercosul

O quadro de oferta e demanda do Mercosul, no que se refere aos estoques finais para as safras de 2004/05 e 2005/06, apresenta resultado ligeiramente diferente em comparação com o mundial. Na safra 2004/05, a produção diminuiu em mais de 4% em relação à anterior devido a quebra de safra no Brasil, enquanto o consumo cresceu em aproximadamente 3%. Estima-se que para a safra de 2005/06 o consumo deverá crescer 2,4%, com a produção permanecendo praticamente estável (com aumento no Brasil e redução na Argentina). As exportações do Bloco econômico devem ser menores, com projeção de redução tanto para o Brasil quanto para a Argentina. Esta conjugação de fatores fará com que o estoque de passagem se eleve ao final da temporada.(Tabela – 2).

Tabela - 2

MILHO**OFERTA E DEMANDA MERCOSUL**

fev/06		(Em mil toneladas)					
SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
1999/00	5.090,2	50.390,9	2.023,5	57.504,6	41.206,0	11.979,7	4.318,9
2000/01	4.318,9	58.568,2	677,0	63.564,1	42.454,5	15.374,0	5.735,6
2001/02	5.735,6	51.199,7	431,0	57.366,3	40.899,0	14.029,0	2.438,3
2002/03	2.438,3	63.627,9	940,6	67.006,8	42.464,0	14.949,2	9.593,6
2003/04	9.593,6	58.368,4	466,5	68.428,5	43.820,0	16.334,9	8.273,6
2004/05	8.273,6	56.026,9	737,0	65.037,5	45.123,0	15.976,0	3.938,5
2005/06 (*)	3.938,5	56.014,7	540,0	60.493,2	46.150,0	9.500,0	4.843,2

Fonte: CONAB, CAS/REDPA

(*) Estimativa

3- Panorama Nacional**3.1. Mercado Brasileiro**

A previsão para a safra de milho 2005/06 (levantamento de janeiro de 2006) é de 41,66 milhões de toneladas e deverá ser superior a do ano passado em 19,1%, consequência do aumento da área plantada em 4,4%, e da recuperação da produtividade em nível nacional em mais de 14%. Na safra de 2004/05, vários Estados foram severamente afetados por longo período de estiagem, tanto na safra de verão como na safrinha, e o resultado foi a menor produção de milho no Brasil em 5 anos.

Com relação à estimativa de incremento de área, esta foi em decorrência da perspectiva de rentabilidade melhor para o milho em comparação com a soja, especialmente nos Estados da Região Sul, São Paulo e Minas Gerais na Região Sudeste e Goiás na Região Centro Oeste, no momento da decisão de plantio da safra de verão em meados de 2005 e da expectativa de incremento da demanda interna para atender à avicultura e suinocultura.

Nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, o incremento de área é o mais significativo. Para o Paraná, a estimativa é de crescimento de 11,9% e no Rio Grande do Sul de 12,5%.

Cabe ressaltar que os atuais números estão pressupondo a manutenção de área plantada e recuperação de produtividade com indicativo de produção de 8,80 milhões de toneladas para a safrinha. Dados mais concretos sobre o comportamento da safrinha estarão disponíveis a partir de meados do mês de março/06, quando a Conab realizará seu levantamento de campo.

A tabela - 3 a seguir, mostra a situação de oferta e demanda brasileira para o milho.

Tabela - 3

MLHO-BRASIL
QUADRO de OFERTA & DEMANDA

(em mil t)

SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
1999/00	4666,1	31.640,9	1.770,5	38.077,5	34.480,0	67	3.590,8
2000/01	3.590,8	42.289,3	624,0	46.504,1	36.135,5	5.629,0	4.739,6
2001/02	4.739,6	35.280,7	345,0	40.365,3	36.410,0	2.747,0	1.208,3
2002/03	1.208,3	47.410,9	800,6	49.419,8	37.300,0	3.566,2	8.553,6
2003/04	8.553,6	42.128,5	330,5	51.012,6	38.180,0	5.030,9	7.801,7
2004/05 ⁽¹⁾	7.801,7	34.976,9	597,0	43.375,6	39.100,0	1.070,0	3.205,6
2005/06 ⁽²⁾	3.205,6	41.664,7	400,0	45.270,3	40.000,0	800,0	4.470,3

Fontes: Conab, Saece e Cooperativas

(1)- Estimativa

Elaboração: Conab/Digam

(2)- Projeção

No quadro de oferta e demanda, cabe destacar o contínuo aumento do consumo interno. Este aumento se deve a maior demanda do setor de ração, em especial o setor de avicultura e suinocultura. A produção, tanto de frango como de suínos, tem apresentado significativo aumento nos últimos anos, proporcionando garantia do abastecimento interno, aliado a expressivo incremento nas exportações dessas carnes. As exportações brasileiras do setor de carnes (avicultura, suinocultura e bovinocultura) vêm a cada ano tendo maior participação no total das exportações do País (Tabela -4). O complexo carne é atualmente o segundo item da pauta de comércio exterior, ficando atrás somente das exportações do complexo soja.

Tabela - 4

COMPLEXO CARNES
COMPARATIVO COM EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

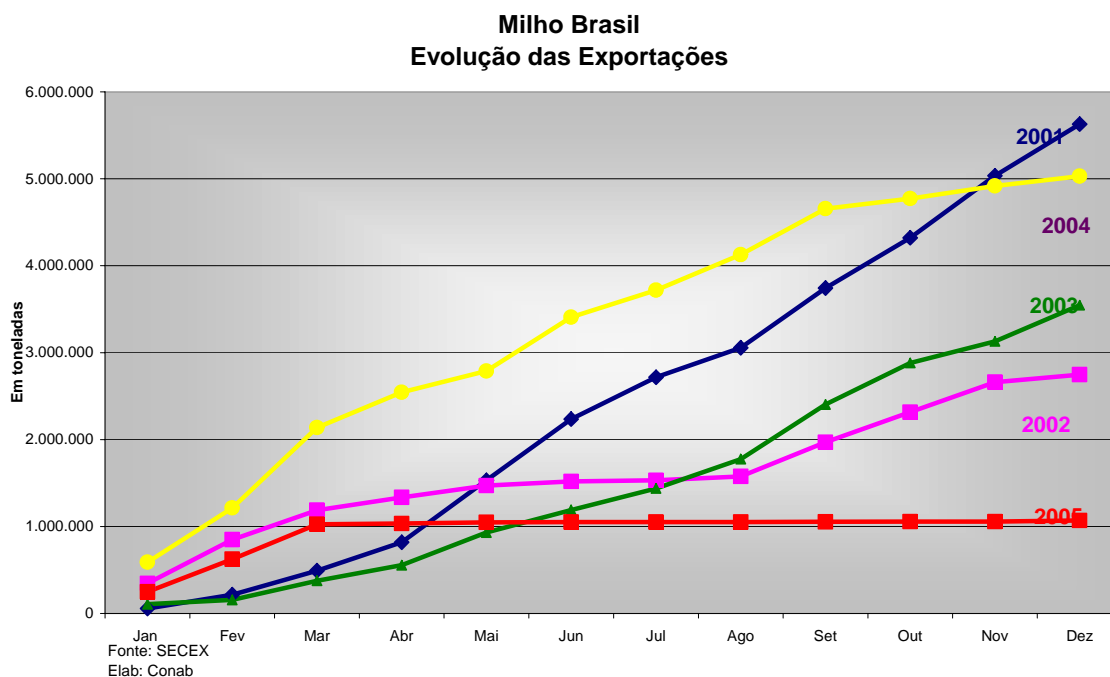
US\$ 1000

Discriminação	2000	2001	2002	2003	2004	2005
a - Exportações Brasileiras	55.085.595	58.222.642	60.361.786	73.084.140	96.475.220	118.308.269
b - Balança do Agronegócio	20.610.249	23.882.858	24.838.912	30.638.985	39.015.695	43.600.959
c - Exportações Carnes Bovinas	786.045	972.336	1.106.613	1.545.303	2.487.470	3.014.376
d - Exportações Carnes Frango	828.754	1.333.840	1.392.878	1.799.236	2.595.426	3.509.073
e - Exportações Carnes Suína	178.965	369.995	482.004	543.301	766.441	1.154.169
Participação Carnes - TOTAL (%)						
- Bovinas (c/a)	1,43	1,67	1,83	2,11	2,58	2,55
- Frango (d/a)	1,50	2,29	2,31	2,46	2,69	2,97
- Suína (e/a)	0,32	0,64	0,80	0,74	0,79	0,98
Participação Carnes - AGRO (%)						
- Bovinas (c/b)	3,81	4,07	4,46	5,04	6,38	6,91
- Frango (d/b)	4,02	5,58	5,61	5,87	6,65	8,05
- Suína (e/b)	0,87	1,55	1,94	1,77	1,96	2,65

Fonte: SECEX
Elab: CONAB

3.2. Importação e Exportação

As exportações chegaram a alcançar pouco mais de 5 milhões de toneladas na safra 2003/04, tendo elevação significativa quando comparada às remessas do ano anterior. Em 2005, devido a quebra de safra, aumento no consumo interno e redução nas cotações internacionais, as quantidades exportadas decresceram significativamente (Gráfico – 3 abaixo). Do lado das importações, a questão legal relativa a dificuldade de compras de produtos geneticamente modificados não permitiu maior avanço das compras externas.



Atualmente, as cotações internacionais e a relação cambial não estão oferecendo condições para novos negócios de exportação. A paridade nas diversas regiões produtoras (Tabela – 5) está inferior ao preço atual do mercado interno. Isto demonstra que o milho nacional está menos competitivo. Como a perspectiva é de relativa estabilidade ou de pequeno incremento nos preços internacionais, não se vislumbrando no curto prazo, possibilidade de alteração na atual relação Real/Dólar. As exportações projetadas para 2006 devem continuar a decrescer.

Para a voltar de melhores resultados nas exportações, além da necessidade de melhor produtividade das lavouras, deverão ser tomadas providências para sanar os gargalos da logística do milho que estão relacionados à infra-estrutura operacional, de modo a promover alternativas de rotas para o escoamento da produção e a melhoria da capacidade das plataformas exportadoras.

Tabela - 5

MILHO
PARIDADE DE EXPORTAÇÃO

	Câmbio: 2,2000					
Discriminação	GO - Rio Verde		MT - Primavera		PR - Londrina	
	(US\$/t)	(R\$/t)	(US\$/t)	(R\$/t)	(US\$/t)	(R\$/t)
I - Preço FOB	120,00	264,00	120,00	264,00	120,00	264,00
II - Despesas no Porto	6,60	14,52	6,60	14,52	6,60	14,52
1 - Despesas Portuárias	6,00	13,20	6,00	13,20	6,00	13,20
2 - ISS (5% s/ item II. 1)	0,30	0,66	0,30	0,66	0,30	0,66
3 - Quebra (0,25% s/l)	0,30	0,66	0,30	0,66	0,30	0,66
III - Custo Desestivado s/ Rodas (I-II)	113,40	249,48	113,40	249,48	113,40	249,48
IV - Custo Desestivado s/ Rodas (60kg)	6,80	14,97	6,80	14,97	6,80	14,97
V - Frete - Porto - Região Produção	51,00	112,20	59,00	129,80	21,00	46,20
VI - SUB-TOTAL	62,40	137,28	54,40	119,68	92,40	203,28
VII - Despesas Administrativas (1% s/VII)	0,62	1,36	0,54	1,18	0,91	2,01
IX - Paridade Região Produção (I-II)	61,78	135,92	53,86	118,50	91,49	201,27
X - Paridade Região Produção (60kg)	3,71	8,16	3,23	7,11	5,49	12,08

Elaboração: CONAB/SUGOF/GEOLE

Com relação às importações, as mais recentemente realizadas tiveram como destino a Região Nordeste, especialmente para suprir o setor de avicultura. Comparada com a alternativa de suprimento de milho a partir das Regiões Centro Oeste e Sul, as importações de milho da Argentina são, no aspecto econômico, mais vantajosas (Tabela – 6).

Tabela - 6

COMPOSIÇÃO DO PREÇO DO MILHO IMPORTADO

País de Origem: Argentina e Estados Unidos
Destino: Portos do Nordeste - CE e PE

Imposto de Importação: Argentina: 0%
EUA: 11%

Câmbio: R\$ 2,2000

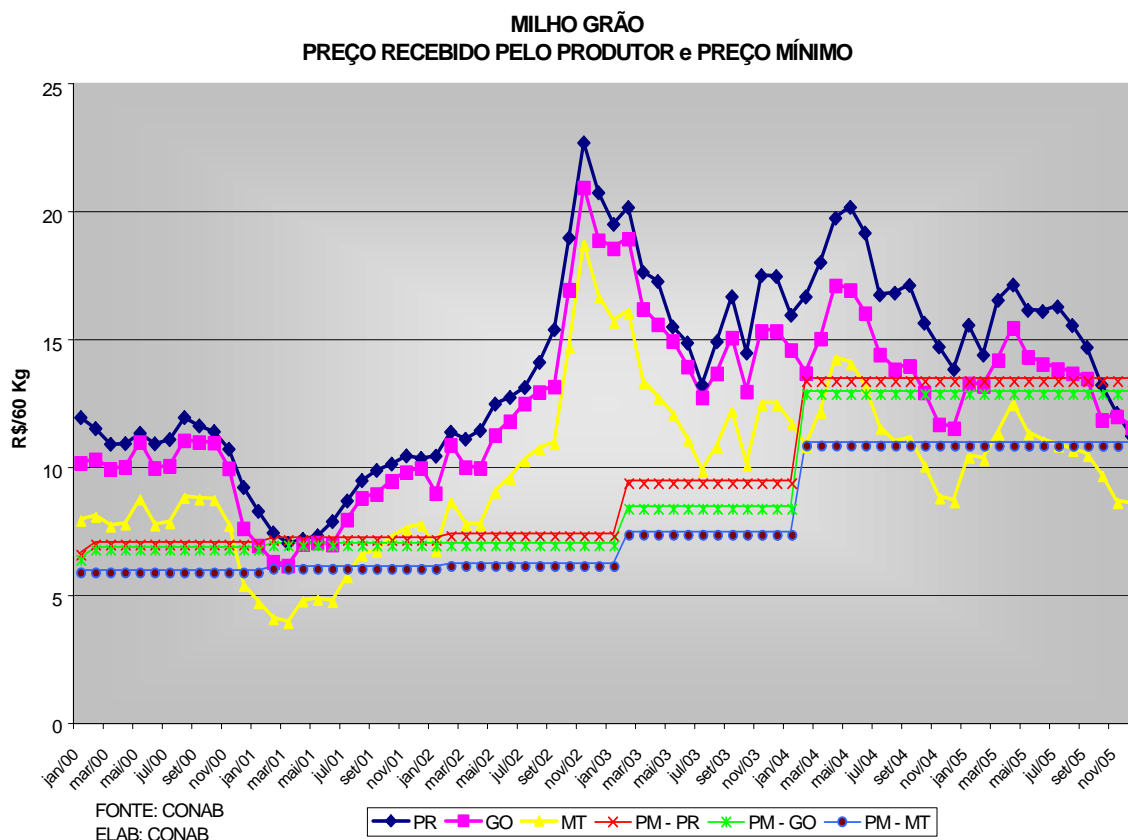
Discriminação	Cotação		Projeção: dez-06	
	ARGENTINA		ESTADOS UNIDOS	
	(US\$/t)	(R\$/t)	(US\$/t)	(R\$/t)
I - Preço FOB Origem	115,00	253,00	101,00	222,20
II - Prêmio Golfo	-	-	15,00	33,00
III - Frete Internacional	25,00	55,00	28,00	61,60
IV - C&F (I + II + III)	140,00	308,00	144,00	316,80
V - Seguro Internacional (0,6% s/ IV)	0,84	1,85	0,86	1,90
VI - Custo CIF (IV + V)	140,84	309,85	144,86	318,70
VII - Despesas	1,95	4,28	24,94	54,86
1 - Imposto de Importação (% s/ VI)			15,94	35,06
2 - Despachante (0,2% s/ VI)	0,28	0,62	0,29	0,64
3 - ICMS				
4 - Corretagem Câmbio (0,1875% s/ VI)	0,26	0,58	0,27	0,60
5 - Carta de Crédito (1% s/ IV)	1,40	3,08	1,44	3,17
6 - AFRMM (25% s/ III)			7,00	15,40
VIII - Despesas no Porto	7,70	16,94	7,71	16,97
1 - Despesas Portuárias	7,00	15,40	7,00	15,40
2 - ISS (5% s/ item VIII. 1)	0,35	0,77	0,35	0,77
3 - Quebra (0,25% s/VI)	0,35	0,77	0,36	0,80
IX - Custo Desestivado s/ Rodas (VI+VII+VIII)	150,49	331,07	177,51	390,53
X - Custo Desestivado s/ Rodas (60 kg)	9,03	19,86	10,65	23,43
XI - Frete - Porto - Fábrica (US\$/t)	5,00	11,00	5,00	11,00
XII - Custo Posto Fábrica (US\$/t)	155,49	342,07	182,51	401,53
XIII - Custo Posto Fábrica (60 kg)	9,33	20,52	10,95	24,09

Elaboração: CONAB/SUGOF/GEOLE

Preços Internos

O Gráfico – 4 a seguir mostra o comportamento dos preços pagos aos produtores e dos Preços Mínimos no período de 2000 a 2005. A tendência verificada a partir do final de 2002 é de queda contínua para todos os estados produtores.

Gráfico - 4



As principais baixas de preço ocorreram no período de colheita da safra 2000/01, quando houve um incremento substancial na produção interna de milho e dos estoques de passagem, que para a conjuntura da época, eram muitos elevados. As maiores altas foram verificadas nos períodos entre julho e dezembro de 2002, quando houve quebra acentuada na produção da 1ª safra, e safrinha e entre março e junho de 2004, devido a quebra da primeira safra (safra de verão), ficando o suprimento interno dependente da safrinha.

4. Atuação Governamental

4.1. Ações do Governo

Nos anos de 2004 e 2005 com preços de mercado em vários momentos inferiores aos Preços Mínimos, o Governo Federal realizou várias ações visando a sustentação de renda do produtor e o abastecimento das regiões que normalmente são deficitárias na produção de milho (Tabelas – 7). Os diversos instrumentos de sustentação de renda e abastecimento vêm sendo utilizados pela Conab de modo a propiciar à cadeia produtiva do milho, maior segurança no planejamento de suas atividades.

Tabela - 7
Operações CONAB - 2005

OPÇÕES¹	(em mil toneladas)	(em milhões de R\$)
Ofertado	230,58	46,12
Negociado	94,36	23,50
Efetivado	57,50	3,30
AGF		
CDAF ²	21,00	38,43
PGPM	637,00	526,61
VEP		
Ofertado	1724,70	409,70
Negociado	455,60	108,20
PEP		
Ofertado	1199,00	94,40
Negociado	689,00	54,20
VENDAS		
Ofertado	20,66	2,75
Negociado	0,98	0,13

(1) Contratos Privados de Opção de Venda

(2) Compra Direta da Agricultura Familiar

4.2. Reflexos no Mercado e no Abastecimento

As operações da Conab evitaram maiores quedas nos preços de mercado e serviram para garantir um patamar de preço ao produtor que possibilitasse obtenção de renda e sua permanência no negócio. Os instrumentos serviram, ainda, para sinalizar preço para a comercialização da safra.

As ações da Conab também garantiram o abastecimento da avicultura e suinocultura da Região Nordeste, através da utilização de instrumentos de subvenção que permitiram o escoamento da produção, principalmente da Região Centro Oeste onde os preços se apresentaram mais aviltados.

5. Análise Prospectiva

Alguns aspectos importantes devem ser considerados quando se pensa no futuro da cultura de milho no Brasil:

1- A nossa produtividade média é a menor quando comparada com as produtividades obtidas pelos principais Países produtores e exportadores;

2- Com o avanço da fronteira agrícola, significativa parcela de nossa produção se deslocou para a Região Centro Oeste, distante dos principais centros de consumo e das plataformas exportadoras;

3- O risco climático na produção de milho de segunda safra ou milho safrinha e da produção na Região Nordeste;

4- A competição por área com outras culturas, principalmente com a soja que ao longo dos anos tem mostrado maior rentabilidade (Gráfico – 5);

5- O consumo de milho no Brasil apresenta tendência de crescimento principalmente para atender a fabricação de ração, visando a alimentação do crescente plantel de aves e suínos.

Com relação à melhoria do rendimento por unidade de área (produtividade), a pesquisa é de fundamental importância. Novas variedades mais adaptadas aos diversos ecossistemas produtivos e às diferentes épocas de plantio aliadas à tecnologia de manejo adequadas podem, em médio prazo, mudar o patamar da produtividade no Brasil, reduzindo o custo unitário de produção e tornando o milho mais atrativo e competitivo em termos de rentabilidade ao produtor.

A logística e a infra-estrutura têm peso significativo na rentabilidade do produtor de milho. Devido a seu baixo valor, o transporte onera demasiadamente o custo de comercialização do produto. Nos estados mais próximos aos centros consumidores, o preço aos produtores é bem melhor que nos estados mais distantes. Como sua comercialização é mais alongada durante o ano, existe necessidade de armazenagem adequada para preservação da qualidade do produto, sendo que em vários estados esta é deficiente.

O investimento na conservação da infra-estrutura existente, na melhoria e construção de novos portos, e em alternativas de modais de transporte para reduzir os custos de comercialização são fatores fundamentais para possibilitar o aumento da produção de milho. Caso os investimentos necessários para melhorar a logística não sejam realizados no curto prazo, o necessário incremento da produção, com o mínimo de rentabilidade para o produtor, estará comprometido.

É necessária a busca de maior integração entre a cadeia produtiva de milho e as cadeias de aves e suínos, que na realidade não devem sobreviver separadamente. O aumento da produção de frangos e suínos no Brasil tem sido vertiginoso nos últimos anos, enquanto a produção de milho está praticamente estagnada e ainda sofre grandes oscilações de ano para ano (Gráfico – 6).

Gráfico - 5

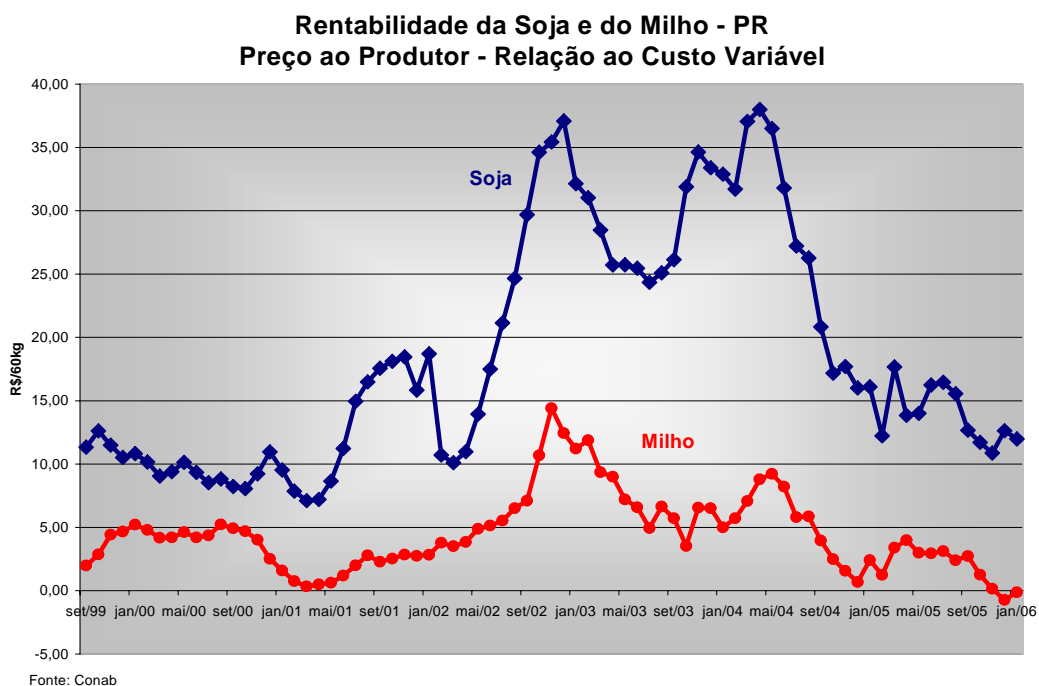
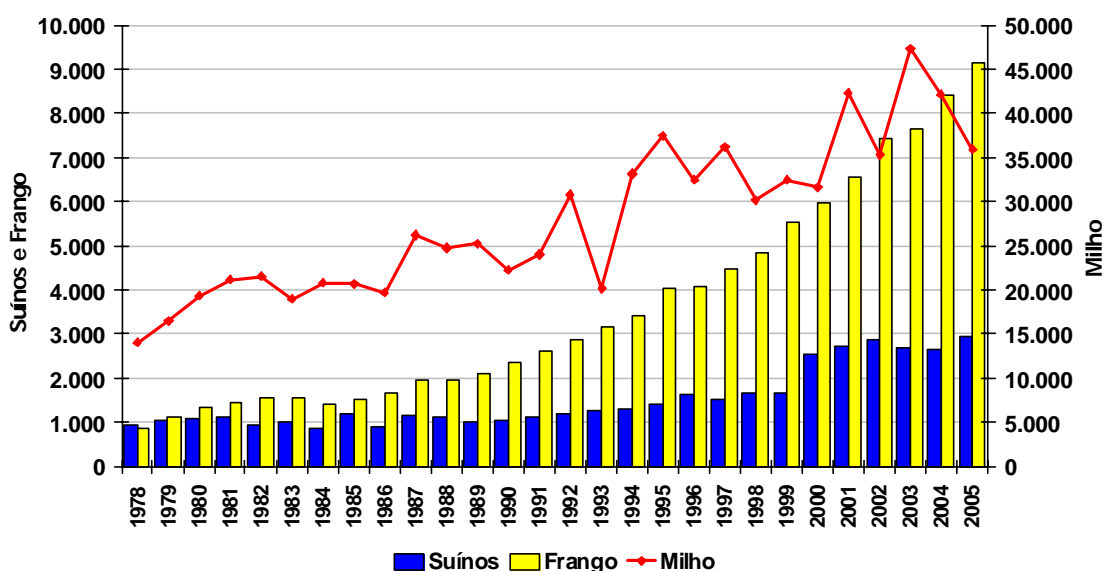


Gráfico – 6

BRASIL – Evolução Produção – Frango – Suíno e Milho



Deve existir maior preocupação dos segmentos da produção de aves e suínos com a necessidade de melhor performance na produção de milho no Brasil. A produção e exportações crescentes a cada ano podem tornar a avicultura e suinocultura brasileira muito dependente da produção externa de milho. Embora atualmente não exista dificuldade de fornecimento externa, os maiores exportadores mundiais, Estados Unidos e Argentina, são produtores, na quase sua totalidade, de milho geneticamente modificado, o que pode ser fator restritivo às importações dessas origens.

1. Custo de Produção

As Tabelas 8, 9 e 10, apresentam os custos totais de produção do milho para o Paraná, Goiás e Mato Grosso, respectivamente. Após anos de sucessivos aumentos, para a safra 2006/07, os custos calculados pela Conab apresentam redução em todos os estados produtores.

Tabela - 8

MILHO 1ª SAFRA - PLANTIO DIRETO (80%)
COMPARATIVO DE CUSTO DE PRODUÇÃO ESTIMADO
SAFRAS 2005 E 2006/07
LOCAL: LONDRINA - PR

Produtividade média: 6.000 kg/ha

DISCRIMINAÇÃO	R\$/ha		R\$/60 kg		VAR. % (b/a)
	2005/2006 (a)	2006/2007 (b)	2005/2006 (a)	2006/2007 (b)	
I - DESPESAS DE CUSTEIO DA LAVOURA					
1 - Operação com avião	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2 - Operação com máquinas	226,71	219,17	2,27	2,19	-3,5%
3 - Aluguel de máquinas	0,00	0,00	0,00	0,00	-
4 - Mão-de-obra temporária	8,24	7,83	0,08	0,08	0,0%
5 - Mão-de-obra fixa	15,60	15,60	0,16	0,16	0,0%
6 - Sementes	247,60	193,00	2,48	1,93	-22,2%
7 - Fertilizantes	398,06	376,80	3,98	3,77	-5,3%
8 - Defensivos	200,69	160,49	2,01	1,60	-20,4%
TOTAL DAS DESPESAS DE CUSTEIO DA LAVOURA	1.096,90	972,89	10,98	9,73	-11,4%
II - DESPESAS PÓS-COLHEITA					
1 - Transporte externo	88,38	64,50	0,88	0,65	-26,1%
2 - Recepção, limpeza, secagem e armazenagem 30	60,01	60,01	0,60	0,60	0,0%
3 - PROAGRO	42,78	37,94	0,43	0,38	-11,6%
4 - Assistência Técnica	21,94	19,46	0,22	0,19	-13,6%
Total das Despesas Pós-Colheita (B)	213,11	181,91	2,13	1,82	-14,6%
III - DESPESAS FINANCEIRAS					
1 - Juros	50,86	43,99	0,51	0,44	-13,7%
Total das Despesas Financeiras (C)	50,86	43,99	0,51	0,44	-13,7%
CUSTO VARIÁVEL (A+B+C = D)	1.360,87	1.198,79	13,62	11,99	-12,0%
IV - DEPRECIAÇÕES					
1 - Depreciação de benfeitorias/instalações	83,12	86,30	0,83	0,86	3,6%
2 - Depreciação de implementos	27,34	27,76	0,27	0,28	3,7%
3 - Depreciação de máquinas	162,25	146,93	1,62	1,47	-9,3%
Total de Depreciações (E)	272,71	260,99	2,72	2,61	-4,0%
V - OUTROS CUSTOS FIXOS					
1 - Manutenção periódica de máquinas	54,08	49,00	0,54	0,49	-9,3%
2 - Encargos sociais	9,20	9,20	0,09	0,09	0,0%
3 - Seguro do capital fixo	10,84	10,25	0,11	0,10	-9,1%
Total de Outros Custos Fixos (F)	74,12	68,45	0,74	0,68	-8,1%
Custo Fixo (E+F = G)	346,83	329,44	3,46	3,29	-4,9%
CUSTO OPERACIONAL (D+G = H)	1.707,70	1.528,23	17,08	15,28	-10,5%
VI - RENDA DE FATORES					
1 - Remuneração esperada sobre capital fixo	173,62	164,26	1,74	1,64	-5,7%
2 - Terra	122,68	141,00	1,23	1,41	14,6%
Total de Renda de Fatores (I)	296,30	305,26	2,96	3,05	3,0%
CUSTO TOTAL (H+I = J)	2.004,00	1.833,49	20,04	18,33	-8,5%

ELABORAÇÃO: CONAB/DIGEM/SUINF/GECUP

Tabela – 9
CUSTO DE PRODUÇÃO ESTIMADO
MILHO 1ª SAFRA - PLANTIO DIRETO (80%)
SAFRA DE VERÃO - 2006/2007
LOCAL: RIO VERDE - GO

Produtividade média: **6.000** kg/ha

DISCRIMINAÇÃO	R\$/ha		R\$/saco 60 kg		VAR %
	Fev/2005	Jan/2006	Fev/2005	Jan/2006	
I - DESPESAS DE CUSTEIO DA LAVOURA					
1 - Operação com avião	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2 - Operação com máquinas	141,72	153,77	1,42	1,54	8,5%
3 - Aluguel de máquinas	27,20	27,20	0,27	0,27	0,0%
4 - Mão-de-obra temporária	21,13	21,13	0,21	0,21	0,0%
5 - Mão-de-obra fixa	18,00	21,00	0,18	0,21	16,7%
6 - Sementes	169,02	158,94	1,69	1,59	-6,0%
7 - Fertilizantes	529,07	467,50	5,29	4,68	-11,6%
8 - Defensivos	284,77	220,15	2,85	2,20	-22,7%
TOTAL DAS DESPESAS DE CUSTEIO DA LAVOURA	1.190,91	1.069,69	11,91	10,70	-10,2%
II - OUTRAS DESPESAS					
1 - Transporte externo	78,36	81,00	0,78	0,81	3,4%
2 - Recepção, limpeza, secagem, armazenagem 30-	68,23	68,23	0,68	0,68	0,0%
3 - PROAGRO	46,45	41,72	0,46	0,42	-10,2%
4 - Assistência Técnica	23,82	21,39	0,24	0,21	-10,2%
Total das Despesas Pós-Colheita (B)	216,86	212,34	2,16	2,12	-2,1%
III - DESPESAS FINANCEIRAS					
1 - Juros	37,75	33,42	0,38	0,33	-11,5%
Total das Despesas Financeiras (C)	37,75	33,42	0,38	0,33	-11,5%
CUSTO VARIÁVEL (A+B+C = D)	1.445,52	1.315,45	14,45	13,15	-9,0%
IV - DEPRECIAÇÕES					
1 - Depreciação de benfeitorias/instalações	26,79	25,00	0,27	0,25	-6,7%
2 - Depreciação de implementos	32,55	30,28	0,33	0,30	-7,0%
3 - Depreciação de máquinas	105,23	81,89	1,05	0,82	-22,2%
Total de Depreciações (E)	164,57	137,17	1,65	1,37	-16,6%
V - OUTROS CUSTOS FIXOS					
1 - Manutenção periódica de máquinas	29,82	27,30	0,30	0,27	-8,5%
2 - Encargos sociais	10,62	12,39	0,11	0,12	16,7%
3 - Seguro do capital fixo	7,46	6,31	0,07	0,06	-15,4%
Total de Outros Custos Fixos (F)	47,90	46,00	0,48	0,45	-4,0%
Custo Fixo (E+F = G)	212,47	183,17	2,13	1,82	-13,8%
CUSTO OPERACIONAL (D+G = H)	1.657,99	1.498,62	16,58	14,97	-9,6%
VI - RENDA DE FATORES					
1 - Remuneração esperada sobre capital fixo	108,84	91,80	1,09	0,92	-15,7%
2 - Terra	59,11	59,11	0,59	0,59	0,0%
Total de Renda de Fatores (I)	167,95	150,91	1,68	1,51	-10,1%
CUSTO TOTAL (H+I = J)	1.825,94	1.649,53	18,26	16,48	-9,7%

ELABORAÇÃO: CONAB/DIGEM/SUINF/GECUP

Tabela 10

CUSTO DE PRODUÇÃO ESTIMADO
MILHO 1ª SAFRA - PLANTIO DIRETO (50%)
SAFRA DE VERÃO - 2006/2007
LOCAL: PRIMAVERA DO LESTE - MT

Produtividade média: **6.000** kg/ha

DISCRIMINAÇÃO	R\$/ha		R\$/sc-60kg		Var (%)
	fev-05	jan-06	fev-05	jan-06	
I - DESPESAS DE CUSTEIO DA LAVOURA					
1 - Operação com avião	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2 - Operação com máquinas	162,93	157,03	1,63	1,57	-3,6%
3 - Aluguel de máquinas	0,00	0,00	0,00	0,00	-
4 - Mão-de-obra temporária	21,85	22,24	0,22	0,22	1,8%
5 - Mão-de-obra fixa	15,60	18,00	0,16	0,18	15,4%
6 - Sementes	232,41	188,00	2,32	1,88	-19,1%
7 - Fertilizantes	491,85	440,55	4,92	4,41	-10,4%
8 - Defensivos	201,64	248,50	2,02	2,49	23,2%
TOTAL DAS DESPESAS DE CUSTEIO DA LAVOURA (A)	1.125,08	1.074,32	11,25	10,75	-4,5%
II - DESPESAS PÓS-COLHEITA					
1 - Transporte externo	98,57	98,57	0,99	0,99	0,0%
2 - Recepção, limpeza, secagem, armazenagem 30-d	60,01	60,01	0,60	0,60	0,0%
3 - PROAGRO	43,88	41,90	0,44	0,42	-4,5%
4 - Assistência Técnica	22,50	21,49	0,23	0,21	-4,5%
Total das Despesas Pós-Colheita (B)	224,96	221,97	2,26	2,22	-1,3%
III - DESPESAS FINANCEIRAS					
1 - Juros	44,16	41,68	0,44	0,42	-5,6%
Total das Despesas Financeiras (C)	44,16	41,68	0,44	0,42	-5,6%
CUSTO VARIÁVEL (A+B+C = D)	1.394,20	1.337,97	13,95	13,39	-4,0%
IV - DEPRECIACIONES					
1 - Depreciação de benfeitorias/instalações	24,94	31,08	0,25	0,31	24,6%
2 - Depreciação de implementos	17,79	24,72	0,18	0,25	39,0%
3 - Depreciação de máquinas	97,12	108,64	0,97	1,09	11,9%
Total de Depreciações (E)	139,85	164,44	1,40	1,65	17,6%
V - OUTROS CUSTOS FIXOS					
1 - Manutenção periódica de máquinas	34,94	36,22	0,35	0,36	3,7%
2 - Encargos sociais	8,50	10,62	0,09	0,11	24,9%
3 - Seguro do capital fixo	6,37	7,55	0,06	0,08	18,5%
Total de Outros Custos Fixos (F)	49,81	54,39	0,50	0,55	9,2%
Custo Fixo (E+F = G)	189,66	218,83	1,90	2,20	15,4%
CUSTO OPERACIONAL (D+G = H)	1.583,86	1.556,80	15,85	15,59	-1,7%
VI - RENDA DE FATORES					
1 - Remuneração esperada sobre capital fixo	102,12	120,87	1,02	1,21	18,4%
2 - Terra	23,36	23,36	0,23	0,23	0,0%
Total de Renda de Fatores (I)	125,48	144,23	1,25	1,44	14,9%
CUSTO TOTAL (H+I = J)	1.709,34	1.701,03	17,10	17,03	-0,5%

ELABORAÇÃO: CONAB/DIGEM/SUINF/GECUP

Proposta de Preço Mínimo

Nos estudos para decisão do preço mínimo, leva-se em consideração basicamente o seguinte: (i) o custo variável de produção, (ii) preços de paridade (exportação e importação), (iii) preços de mercado aos produtores, (iv) quadro de oferta e demanda e (v) rentabilidade da cultura.

Nos últimos anos o custo variável de produção tem sido o principal fator considerado para definição do preço mínimo do milho. Como visto no item específico, os custos de produção tiveram queda em todos os Estados. Os custos variáveis, safra 2006/07, calculados para os do Paraná, Goiás e Mato Grosso são de R\$ 11,99/60kg, 13,15/60kg e 13,39/60kg respectivamente, enquanto os Preços Mínimos vigentes para a safra de 2005/06, são de R\$ 14,00/60kg para as Regiões Sul, Sudeste, BA – Sul, Sul do MA e Sul do PI, GO, MS e DF, de R\$ 11,00/60kg para MT, RO e AC e de R\$ 16,00, para os demais Estados da Região Nordeste.

Observa-se que o custo variável de produção, que é um dos parâmetros de referência na proposta de Preço Mínimo, está inferior ao atual Preço Mínimo em vigor para a maioria dos Estados brasileiros, o que a princípio, indicaria possibilidade de proposta de redução dos atuais valores para a próxima safra. Mas como dito anteriormente, o custo de produção sendo um dos fatores considerados nos estudos para proposição, e na atual situação estrutural da produção de milho no Brasil, não pode ser considerado o de maior relevância, mesmo porque, em safras anteriores o Preço Mínimo para diversas Regiões ficou abaixo do valor do custo variável, o que se observa este ano no caso do Mato Grosso.

O fator mais importante a ser considerado na atual conjuntura é o fortalecimento da estrutura das cadeias produtivas de milho e de carnes de frango e suínos. A incidência da gripe aviária, principalmente na Ásia e Comunidade Européia, deve resultar, num primeiro momento, em redução no consumo de frango. Em uma segunda etapa, a demanda por carnes de frango oriunda de Países livres da incidência da gripe aviária e de carnes alternativas como a de suínos voltará a crescer, fazendo com que os Países daquelas Regiões afetadas, procurem mercados fornecedores que possam suprir suas necessidades.

Neste contexto, o Brasil se apresenta como uma das alternativas mais viáveis de fornecimento, pois já é tradicional exportador e competitivo no mercado internacional.

Desta forma, o suprimento interno de milho torna-se fator de fundamental importância para manutenção da produção, competitividade da cadeia e incremento das exportações do setor de carnes de aves e suína.

É importante ressaltar que, as ações tempestivas do Governo, por intermédio da Conab, utilizando mecanismos de intervenção previamente definidos, quando os preços de mercado se situarem abaixo do Preço Mínimo e na existência da necessidade de abastecimento, são essenciais para fornecer ao produtor e ao mercado, parâmetros claros no planejamento de suas atividades.

A proposta de Preço Mínimo para a safra de 2006/07 é de manutenção dos atuais valores, o que possibilitaria certo grau de equilíbrio na rentabilidade comparativa com a de outras culturas, em especial com a soja.

Preços Mínimos atuais ajudaria também, a evitar, na próxima safra, redução expressiva na área plantada, contribuindo para minimizar a dependência do fornecimento externo.

Para o sorgo e milho pipoca, a proposta também é de manutenção dos atuais Preços Mínimos.

Gráfico 9

MILHO - Safra 2006/07
Proposta de Preço Mínimo - Sul e Sudeste

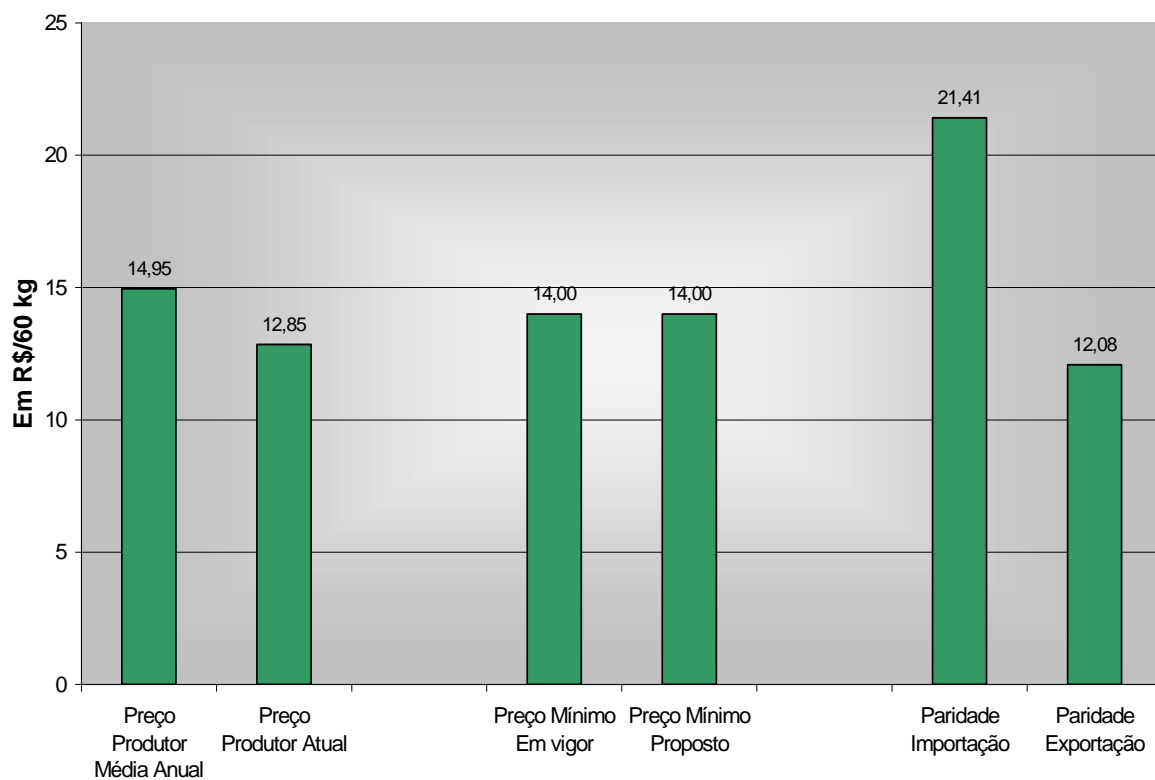
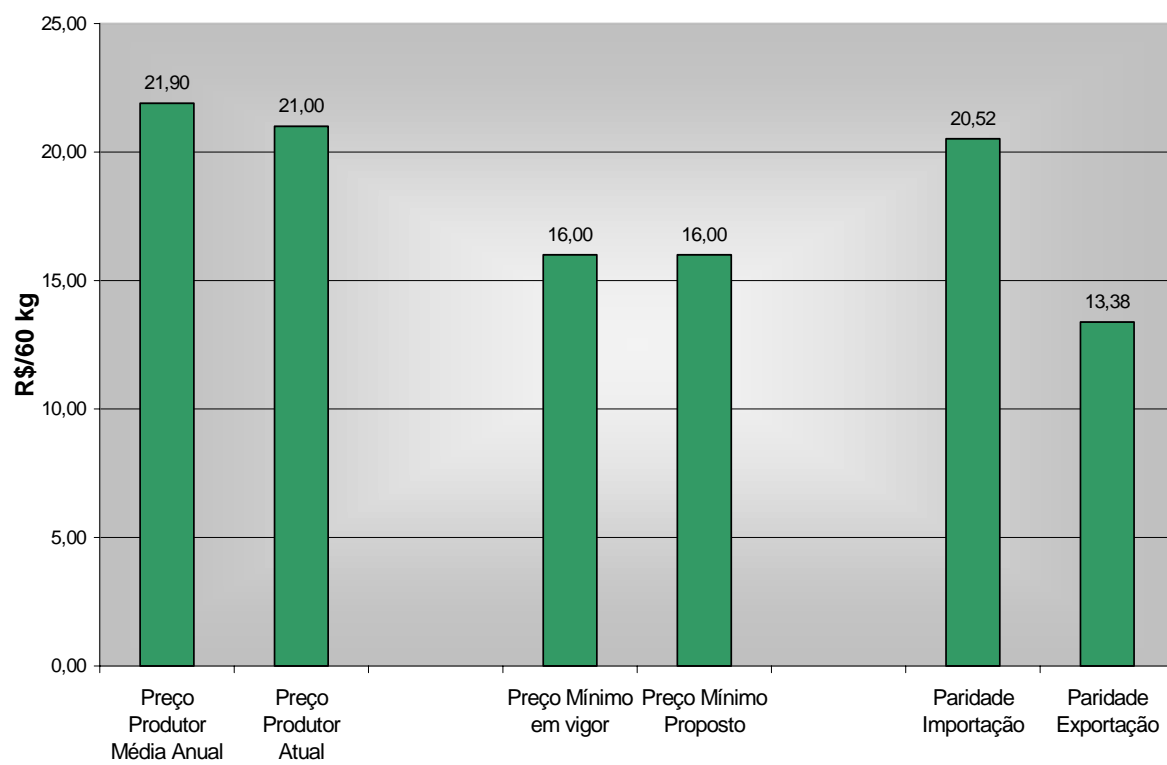


Gráfico 10

MILHO - Safra 2006/07
Proposta de Preço Mínimo Norte e Nordeste



FIBRAS DE SISAL PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO SAFRA 2006/2007

Júlio D'Aparecida dos Santos¹

1 – INTRODUÇÃO

1.1 - O produto – Uso e Importância

O sisal, ou agave é uma planta originária do México que gera a mais importante fibra dura do mundo. Trata-se de uma planta xerófita², de cultura perene, muito resistente e capaz de se desenvolver em regiões de baixa precipitação pluviométrica e de temperaturas elevadas.

As folhas do sisal fornecem fibras de grande resistência e buchas residuais, que são empregadas na produção de barbantes, cordas, cordões, cabos marítimos e elevadores, nas indústrias alimentícias, automotivas e farmacêuticas, para fins geotêxteis, artesanais, no endurecimento e na colocação de placas de gesso nas construções, na confecção de tapetes, tecidos, carpetes, papéis, mantas para estofados, em adubos orgânicos e químicos, cosméticos, cera, álcool industrial, forragem animal e fios agrícolas (*baler twines*) utilizados para amarrar feno e cereais para o consumo animal, em países de inverno rigoroso, notadamente nos Estados Unidos e na Europa.

A real importância da cultura do sisal na economia nordestina é sua capacidade de tornar produtivas regiões semi-áridas, sem alternativas econômicas e de baixo índice de IDH, sendo fator de sobrevivência para a população rural. Exige grande volume de mão-de-obra e contribui para a fixação do homem no campo, envolvendo na atividade mais de 600.000 pessoas, em cerca de 112 municípios, nos Estados da Bahia, da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

2 – PANORAMA INTERNACIONAL

Segundo estimativa da FAO, em 2005, a produção mundial de fibras de sisal alcançou 204,2 mil toneladas, contra 251,8 mil toneladas em 2004, registrando um crescimento negativo de 18,9%. Cabe ressaltar que grande parte desse resultado é atribuído ao Brasil que, nesse período, teve sua produção de fibras reduzida em 14,8%, devido a falta de chuva nas principais regiões produtoras,

A partir de 1990 a produção mundial de fibras de sisal declinou cerca de 42,7%, passando de 356,9 mil toneladas para 204,6 mil toneladas em 2005. Essa realidade decorre de fatores como, os baixos preços alcançados na comercialização da fibra no mercado internacional, a existência de fatores climáticos desfavoráveis nos principais países produtores, e a concorrência dos sintéticos (Gráfico 1).

O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de fibras e manufaturados de sisal, participando com 55,9% da produção em 2005 e 56,8% da exportação em 2004. Além do Brasil, os principais países produtores são: China,

¹ Técnico de Planejamento da Companhia Nacional de Abastecimento.

(²) Possui abundância de fibras que resistem bem às condições de seca.

16,0%; Tanzânia e Quênia, 9,6%; Venezuela, 4,3%; e outros países (seis) 2,5%. Cabe registrar que a Europa, apesar de não produzir sisal, responde por cerca de 15,3% do comércio mundial de manufaturados (Gráfico 2).

Mesmo com o início da recuperação dos preços da fibra e manufaturados, a partir do último trimestre de 2002, a perspectiva é de que a produção mundial fique abaixo de 220,0 mil toneladas/ano em 2006, visto que países como Quênia e Tanzânia – 2º e 3º produtores mundiais, respectivamente, ainda enfrentam secas e, a recuperação das áreas perdidas, se ocorrer, levará de 4 a 5 anos.

Em 2005, segundo a FAO, os preços médios dos fardos de fios agrícolas³ nos EUA – Sisal X Polipropileno, aumentaram cerca de 21,0% e 2,3%, respectivamente. (Gráfico 3).

Como os preços do polímero⁴ encontram-se em ascensão no mercado internacional, ao que tudo indica, os preços dos fios agrícolas sintéticos se manterão firmes no decorrer de 2006, com possibilidade de elevação das cotações da fibra e dos manufaturados de sisal, no mercado internacional.

3 – PANORAMA NACIONAL

3.1 – Produção

Segundo dados colhidos junto a produtores, cooperativas, exportadores e beneficiadores, a produção de fibras de sisal alcançou 119.605 toneladas em 2005, declinando 14,8%, se comparada com as 139.708 toneladas colhidas em 2004.

Essa queda decorre da falta de chuvas nas áreas de produção e do corte excessivo de folhas efetuado nos pés do agave, a partir do segundo trimestre de 2002, uma vez que os excelentes preços de comercialização da fibra têm motivado essa prática até os dias atuais, inibindo a recuperação das lavouras que, no período, foram favorecidas pela regularidade das chuvas.

Para 2006, a produção estimada é de cerca de 105.1 mil toneladas, menor em 11,8% que as 119,1 mil toneladas, obtidas em 2005⁵ (Gráfico 4). Registra-se que não existe inserção de novas áreas de produção no corrente ano, mas, plantações antes abandonadas estão sendo recuperadas porque os preços de comercialização da fibra são considerados compensadores pelos produtores.

Os principais Estados produtores de fibra de sisal são: Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, os quais respondem por cerca de 88,1%, 7,3% e 4,2%, respectivamente, desta produção (Tabela 1).

3.2 – Exportação

As exportações brasileiras de fibras de sisal e manufaturados ocorridas em 2005 e 2004 estão detalhadas no quadro a seguir:

³ Possuem aplicação equivalente, ou seja, enfardam quantidades equivalentes de feno.

⁴ Derivado do petróleo e utilizado na confecção de fios agrícolas.

⁵ Dados parciais.

PRODUTOS / DIVISAS	ANO 2004 (a)	ANO 2005 (b)	VARIAÇÃO % (b/a)
Produtos (t)	126,9	104,0	(18,0)
Em milhões de US\$	77,7	83,2	16,5
Preço Médio - US\$/t	612,3	799,8	30,6

Vê-se que em 2005 houve uma queda de 18,0% na quantidade de produtos exportados, um aumento de 16,5% na geração de divisas e aumento de 30,6% no preço médio dos produtos comercializados. O incremento na geração de divisas foi possível graças à recuperação de preços das fibras naturais e manufaturados no mercado internacional e aos exportadores brasileiros que souberam aproveitar esta oportunidade.

Em 2005, comparativamente a 2004, os preços médios dos diversos produtos exportados pelo Brasil tiveram a seguinte performance: fibras⁶, 22,6%; fios diversos, 13,5%; cabos, cordas e cordéis, 21,8%, e tapetes 1,2%.

O preço médio das exportações brasileiras alcançou, em 2005, US\$ 799,8/t contra os US\$ 612,3/t, registrado em 2004. Esse crescimento de 30,6% é um forte indicativo de que os preços de comercialização permanecerão firmes e ascendentes no decorrer de 2005 (Gráfico 5).

3.3 – Preços No Mercado Interno

Como o consumo mundial de fios agrícolas (naturais e sintéticos) permanece aquecido e a produção não deverá registrar crescimento, a tendência é que a comercialização desses produtos, no mercado brasileiro, ocorra em bases mais elevadas. Estima-se, também, ligeiro aumento nas exportações caso a cotação do fio agrícola de polipropileno – principal concorrente do fio agrícola natural feito com fibra de sisal, nos EUA e Europa, permaneçam ascendentes.

A fibra tipo 2 está sendo comercializada a R\$ 0,96/kg nas cidades de Valente e Conceição do Coité/BA - os mais influentes centros de formação de preços daquele Estado.

3.4 – Estoques

O Governo Federal, em 2005, a exemplo de 2004, não efetuou nenhuma aquisição de fibras e o estoque permanece zerado. No ano em curso, uma vez que as exportações brasileiras permanecem nos atuais patamares – cerca de 104 mil toneladas ano, e a produção estabilizada, provavelmente o Governo Federal não será chamado a intervir no mercado com aquisições (Gráfico 6).

4 – PARÂMETROS (Gráfico 7).

Foram considerados os seguintes aspectos:

- O preço mínimo sugerido, mesmo sendo 2,9% inferior ao custo variável de produção, cobrirá os custos da lavoura porque o ganho de produtividade

⁶ Representando todos os tipos de fibras exportadas, inclusive bucha e refugo.

previsto para 2006, provavelmente será superior a este percentual. Outro fator favorável é que os preços de comercialização da fibra em 2005 foram considerados compensadores pelos agricultores, podendo se repetir no corrente ano;

- Os preços no mercado internacional são balizadores⁷ na formação de preços no mercado interno. A partir do último trimestre de 2002, tais preços têm sido ascendentes, permitindo aos exportadores brasileiros pagarem mais pela fibra;
- Os preços médios dos produtos de sisal, exportados pelo Brasil, cresceram 30,6% em 2005, e para 2006, ao que tudo indica, continuarão firmes.
- A perspectiva é de que a produção mundial de fibras de sisal continue declinando em 2006, permitindo que o Brasil mantenha e/ou amplie suas exportações, que 2005 alcançaram 62 países.
- A fibra T.2, está sendo exportada a US\$ 620,00/t, FOB portos brasileiros. Decomposto ao nível de produtor, esse valor indica que os exportadores podem pagar até R\$ 1,07/kg, para o dólar cotado a US\$ 2,20 e até a R\$ 1,15 para um dólar cotado a US\$ 2,35.

5 – PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO (Tabela 2).

O preço mínimo vigente é de R\$0,96/kg para a fibra bruta, longa e extra longa, e de 1,05/kg para a fibra beneficiada.

A proposta é de R\$ 0,99/kg para a fibra bruta longa e extra longa, e de R\$ 1,10/kg para a fibra prensada, correção de 3,13% e 4,76%, respectivamente.

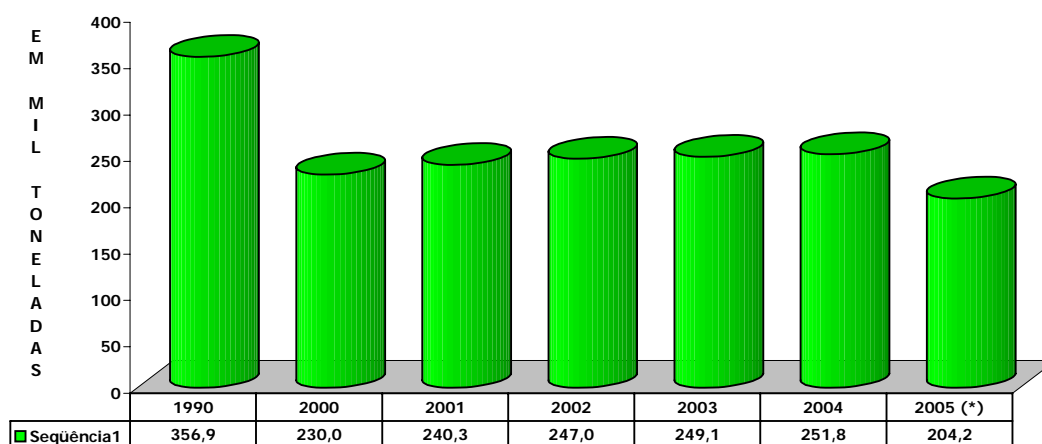
6 – IMPACTOS ESPERADOS

- Manter o preço mínimo como parâmetro mínimo na comercialização da fibra de sisal.
- Impedir o aviltamento do preço ao produtor na comercialização da fibra.
- Aumentar o número de vagas de trabalho no campo e na cidade - a cadeia do sisal emprega cerca de 600.000 pessoas.
- Incentivar a melhora da qualidade da fibra brasileira, por meio da prática de tratamentos culturais nas lavouras de sisal.
- Ampliar, em 2006, a entrada de divisas com a exportação de fibras e manufaturados de sisal – 83,2 milhões de dólares em 2004.

⁷ O Brasil exportou, em 2005, 89% de sua produção.

ANEXOS

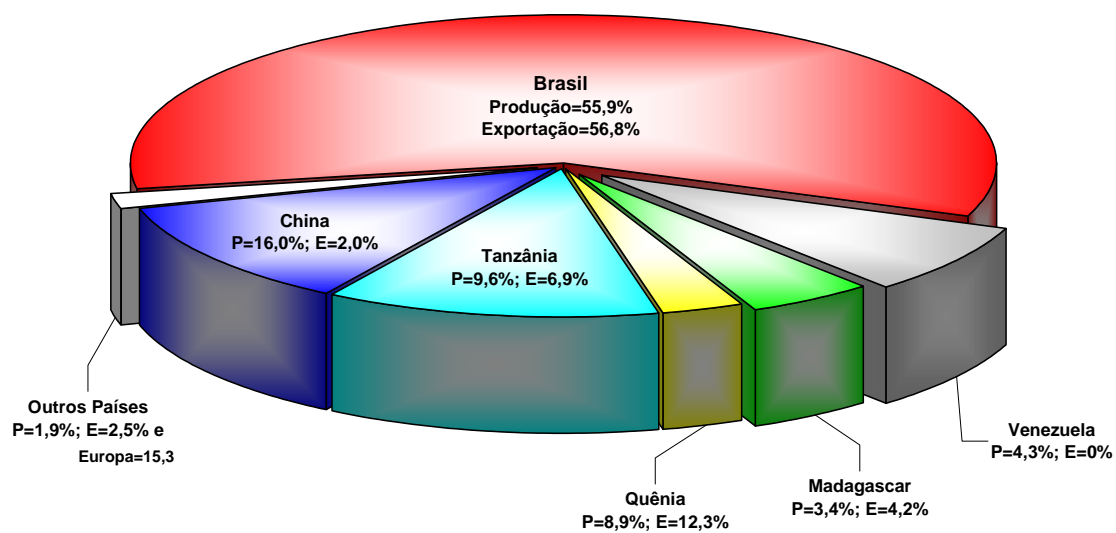
GRÁFICO 1 - PRODUÇÃO MUNDIAL DE SISAL



Fonte: FAO, Elab.: CONAB/Sugof

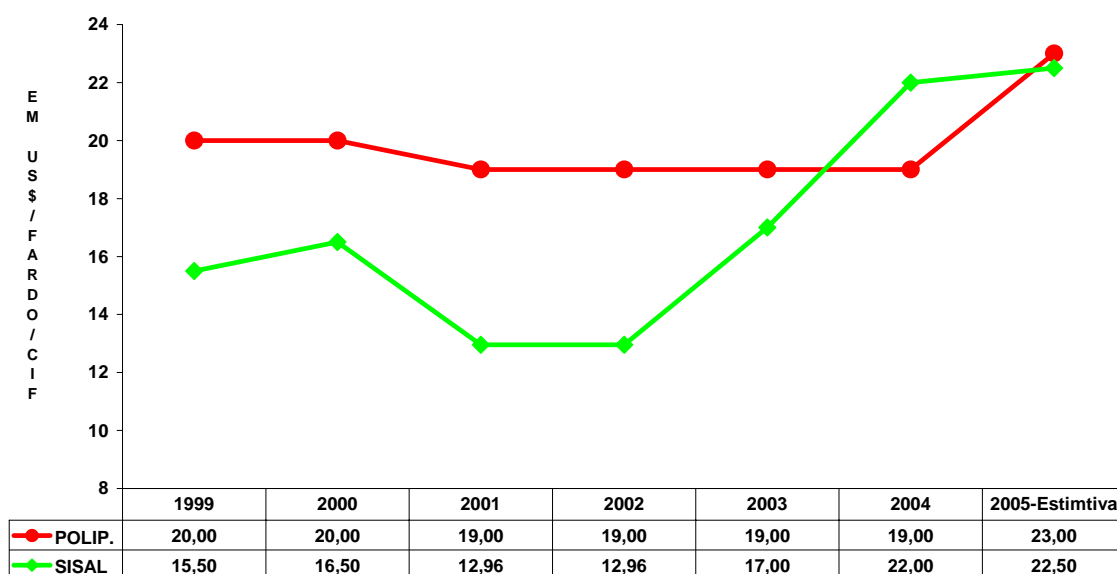
(*) = Dados Parciais

GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO % DOS PAÍSES PRODUTORES (2005) E EXPORTADORES (2004) DE SISAL E MANUFATURADOS



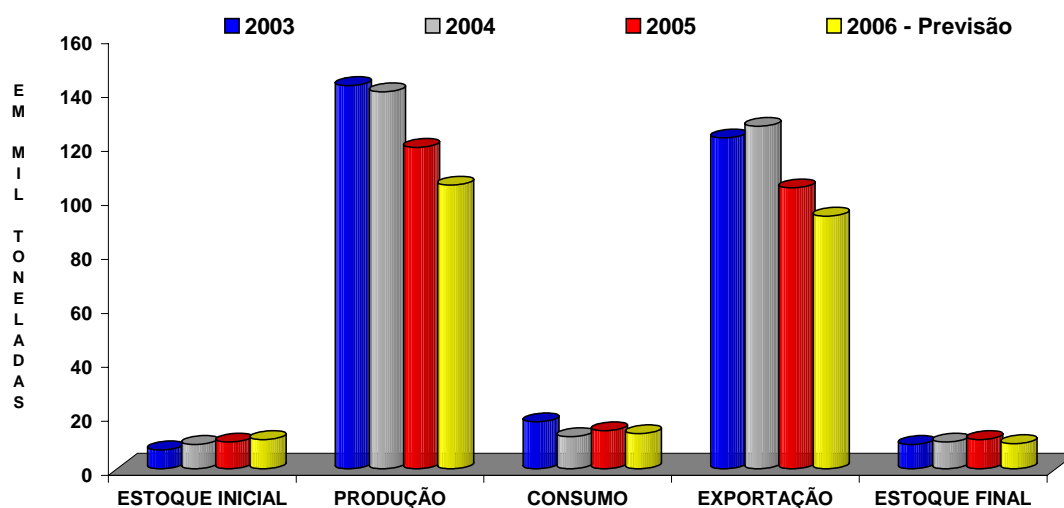
Fonte: SECEX, Elab.: CONAB.

**GRÁFICO 3 - PREÇOS DOS FIOS AGRÍCOLAS NOS EUA,
SISAL (fardos 18 kg) X POLIPROPILENO (fardos 10kg)**



Fonte: FAO, Elab.: CONAB.

**GRÁFICO 4 - FIBRA DE SISAL, QUADRO DE
SUPRIMENTO BRASILEIRO**



Fonte: CONAB, SECEX, IBGE, Indústrias e Beneficiadores - Elab. CONAB

TABELA 1 - PRODUÇÃO ESTADUAL DE FIBRA DE SISAL

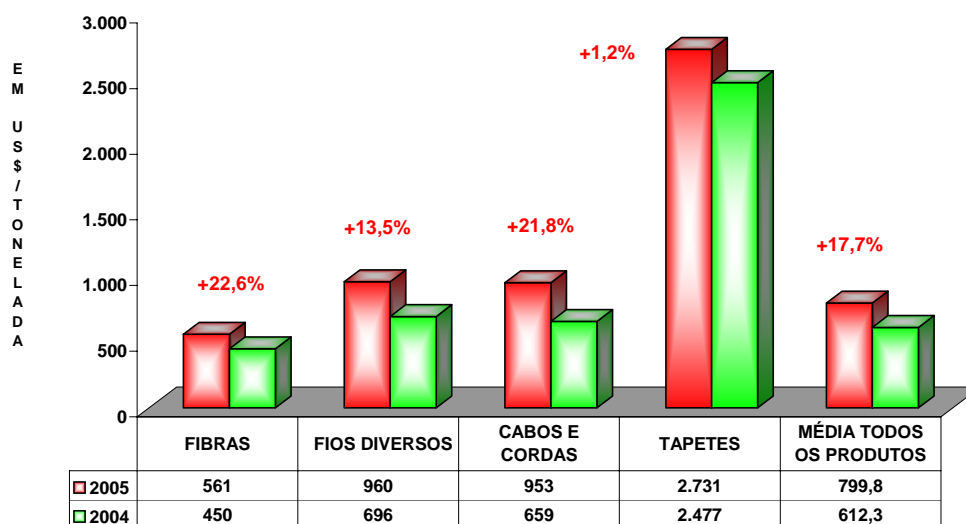
Comparativo de Área Cultivada e Produção, Variações e Participação percentual

U F	2 0 0 4			2 0 0 5			V A R I A Ç Ã O			Participação
	Área	Produção	Rend.	Área	Produção	Rend.	Área	Produção	Rendimento	% por UF
	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)	(2005/04)	(2005/04)	(2005/04)	(2005)
Bahia	141.216	121.587	861	118.123	104.893	888	-16,4	-13,7	3,1	88,1
Ceará	370	457	1.235	294	530	1.803	-20,5	16,0	46,0	0,4
Paraíba	12.497	10.360	829	10.073	8.673	861	-19,4	-16,3	3,9	7,3
Pernabumco	10	8	800	13	10	769	30,0	25,0	-3,8	0,0
Rio Grande do Norte	11.825	7.296	617	7.752	5.000	645	-34,4	-31,5	4,5	4,2
TOTAL	165.918	139.708	842	136.255	119.106	874	-17,9	-14,7	3,8	100,0

Fonte: Conab, IBGE, Indústrias e Cooperativas.

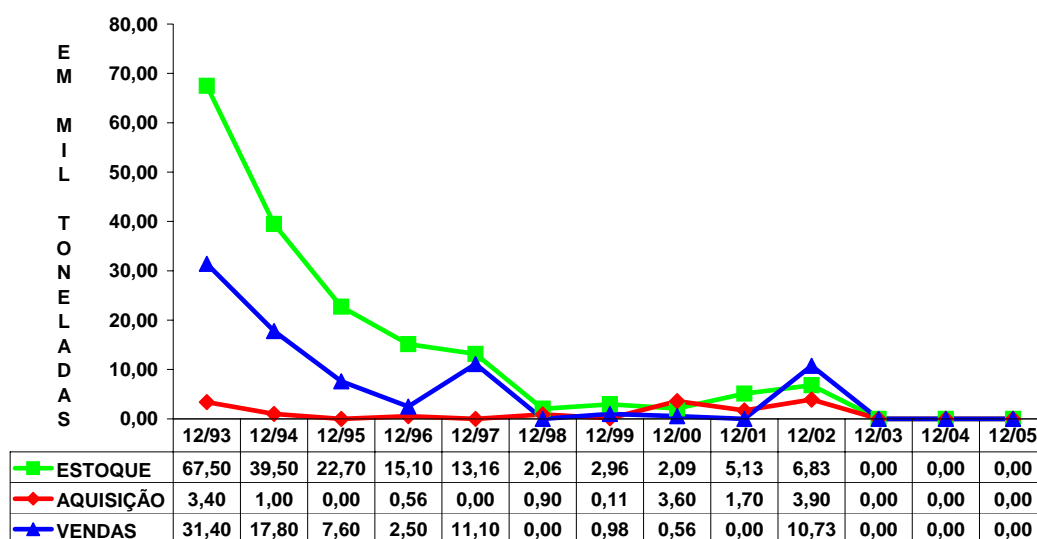
Elaboração: CONAB.

GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FIBRAS E MANUFATURADOS - 2005 X 2004



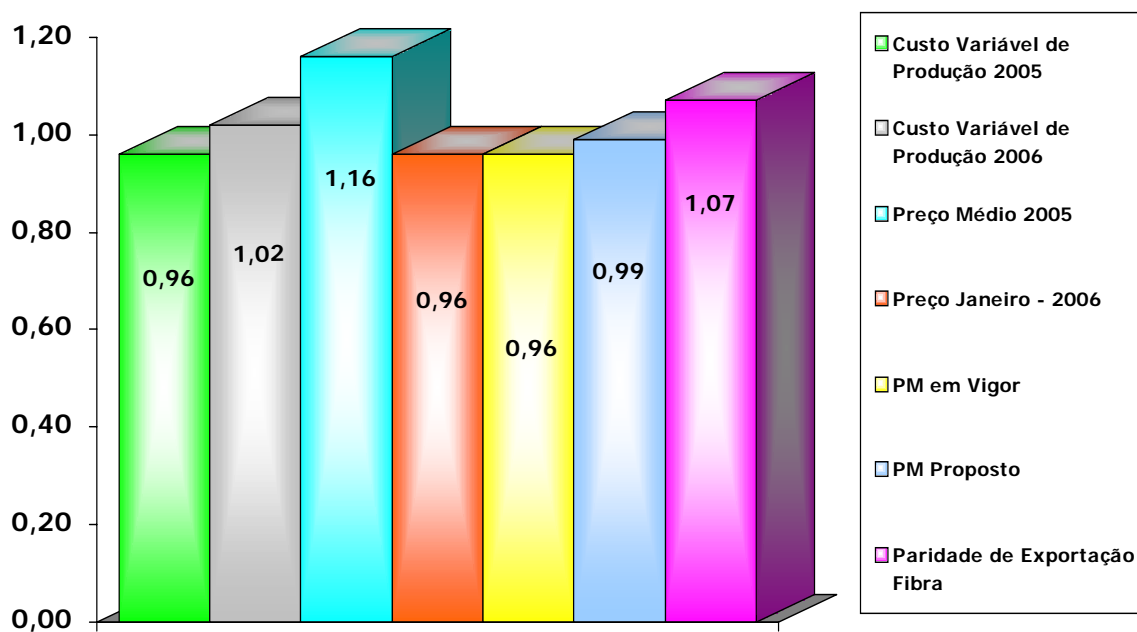
Fonte: CECEX/DECEX, Elab.: CONAB.

GRÁFICO 6 - SISAL, ESTOQUE GOVERNAMENTAL DE PASSAGEM, AQUISIÇÕES E VENDAS



Fonte e elab.: CONAB.

GRÁFICO 7 - PARÂMETROS



**TABELA 2 - PREÇOS MÍNIMOS DE AQUISIÇÃO, SAFRA 2005/2006
PERCENTUAL DE REAJUSTE/KG, FIBRA LONGA (SLG)**

F I B R A D E S I S A L	PREÇO MÍNIMO A T U A L (a)	PREÇO MÍNIMO PROPOSTO (b)	VARIAÇÃO EM R\$ (b/a)
LONGA (SLG)	0,8500	0,9600	12,94%
CUSTO PRENSAGEM	0,0800	0,0900	12,50%
PRENSADA SLG	0,9300	1,0500	12,90%

Fonte e Elaboração: CONAB.

SOJA
PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO
SAFRA 2006/2007

João Paulo de Moraes Filho¹

1. Introdução

O presente trabalho visa subsidiar a proposta de preço mínimo da soja, safra 2006/07. A Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM é instrumento essencial para orientar os produtores em sua tomada de decisão sobre qual cultura plantar.

Constam do trabalho informações sobre suprimento (oferta e demanda) mundial e brasileira, cotações e preços internacionais e nacionais, situação da comercialização e valores de paridade, de modo a mostrar a realidade do mercado e sinalizar para a cadeia como um todo e em especial aos produtores, perspectivas e cenário para o produto, durante a próxima temporada.

O trabalho apresenta tendências sobre o comércio internacional da soja, assim como efeitos da elevação da produção nos principais produtores mundiais (E.U.A, Brasil e Argentina), gerando elevação dos estoques internacionais e as baixas cotações para o ano safra de 2005/06.

É de notar o crescimento do *market share* do Brasil nas últimas safras, o que foi ocasionado pela redução da produção norte-americana e pelo aumento das exportações do Brasil, com destaque às destinadas ao continente asiático com ênfase para a China. Na temporada de 2005/06, pela primeira vez na história, as exportações brasileiras de grãos de soja devem superar as exportações dos Estados Unidos.

A continuidade do crescimento do comércio mundial e como consequência das exportações brasileiras de soja e seus derivados, estará, no curto e médio prazos, diretamente relacionada ao desempenho daquele país asiático e à questão sanitária relacionada ao grave problema da incidência de gripe aviária que poderá acarretar redução no consumo de farelo. O Continente Europeu, que ainda se mantém como o maior importador de soja nacional, não apresenta perspectiva de aumento de consumo.

2. Suprimento Nacional e Mundial

A estimativa realizada pela Conab, para a safra brasileira de 2005/06 (levantamento de março/06), aponta produção de 58,18 milhões de toneladas com crescimento de 13,1% em relação à produção obtida na safra de 2004/05.

Cabe salientar que este número divulgado já contabiliza quebra no potencial da safra nacional em decorrência de irregularidades climáticas no início do desenvolvimento das lavouras (escassez de chuva no Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do sul). Mesmo assim, a safra de 2005/06, caso as condições climáticas permaneçam estáveis, será a maior registrada na história do País. Desta forma, o quadro de suprimento nacional (Quadro 01) projeta aumento nos estoques de passagem para a próxima safra, mesmo com a estimativa de incremento nas exportações de grãos.

¹ Eng.Agrônomo da Companhia Nacional de Abastecimento – joao.paulo@conab.gov.br

QUADRO 01

OFERTA & DEMANDA

BRASIL

Em mil toneladas - Fev/06

SOJA EM GRÃOS:						
Descrição/Safra	00/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06 (*)
Estoque Inicial	1.461,8	688,2	230,3	3.396,5	3.306,7	1.031,1
Produção	38.431,8	41.916,9	52.017,5	49.988,9	51.451,5	58.175,0
Importação	849,6	1.045,2	1.189,2	349,0	368,0	300,0
Suprimento	40.743,2	43.650,3	53.437,0	53.734,4	55.126,2	59.506,1
Esmagamento	22.850,0	25.650,0	27.800,0	28.700,0	29.050,0	29.500,0
Semente e outras	1.530,0	1.800,0	2.350,0	2.480,0	2.610,0	2.600,0
Consumo total	24.380,0	27.450,0	30.150,0	31.180,0	31.660,0	32.100,0
Exportação	15.675,0	15.970,0	19.890,5	19.247,7	22.435,1	24.600,0
Estoque Final	688,2	230,3	3.396,5	3.306,7	1.031,1	2.806,1

FARELO DE SOJA:						
Descrição/Safra	00/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06 (*)
Estoque Inicial	1.256,9	1.056,4	1.590,2	2.155,4	2.030,6	1.356,6
Produção	18.051,5	20.263,5	21.962,0	22.673,0	22.659,0	23.010,0
Importação	218,7	367,5	305,4	187,8	188,7	100,0
Suprimento	19.527,1	21.687,4	23.857,6	25.016,2	24.878,3	24.466,6
Consumo Interno	7.200,0	7.580,0	8.100,0	8.500,0	9.100,0	9.700,0
Exportação	11.270,7	12.517,2	13.602,2	14.485,6	14.421,7	13.500,0
Estoque Final	1.056,4	1.590,2	2.155,4	2.030,6	1.356,6	1.266,6

ÓLEO DE SOJA BRUTO:						
Descrição/Safra	00/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06 (*)
Estoque Inicial	357,1	184,1	327,8	199,9	517,1	675,9
Produção	4.341,5	4.873,5	5.282,0	5.453,0	5.519,5	5.605,0
Importação	72,0	135,0	36,0	27,0	3,2	10,0
Suprimento	4.770,6	5.192,6	5.645,8	5.679,9	6.039,8	6.290,9
Consumo Interno	2.935,0	2.930,0	2.960,0	3.040,0	3.150,0	3.200,0
Exportação	1.651,5	1.934,8	2.485,9	2.122,8	2.213,9	2.400,0
Estoque Final	184,1	327,8	199,9	517,1	675,9	690,9

Fontes: CONAB, SECEX e ABIOVE

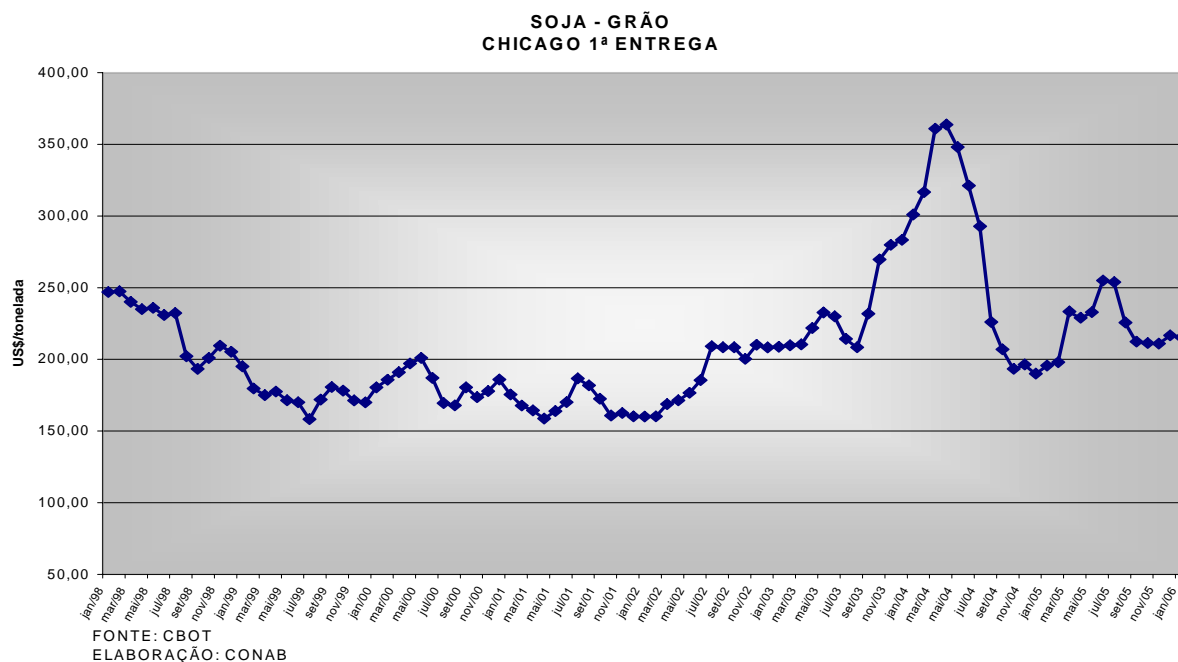
Elaboração: CONAB

(*) - Projeção

Observa-se, ainda, no Quadro 01, o aumento no consumo brasileiro e a continuidade de bom desempenho nas exportações de farelo e óleo, o que deverá resultar em estoque final menor para o farelo e praticamente estável para o óleo ao final da atual temporada.

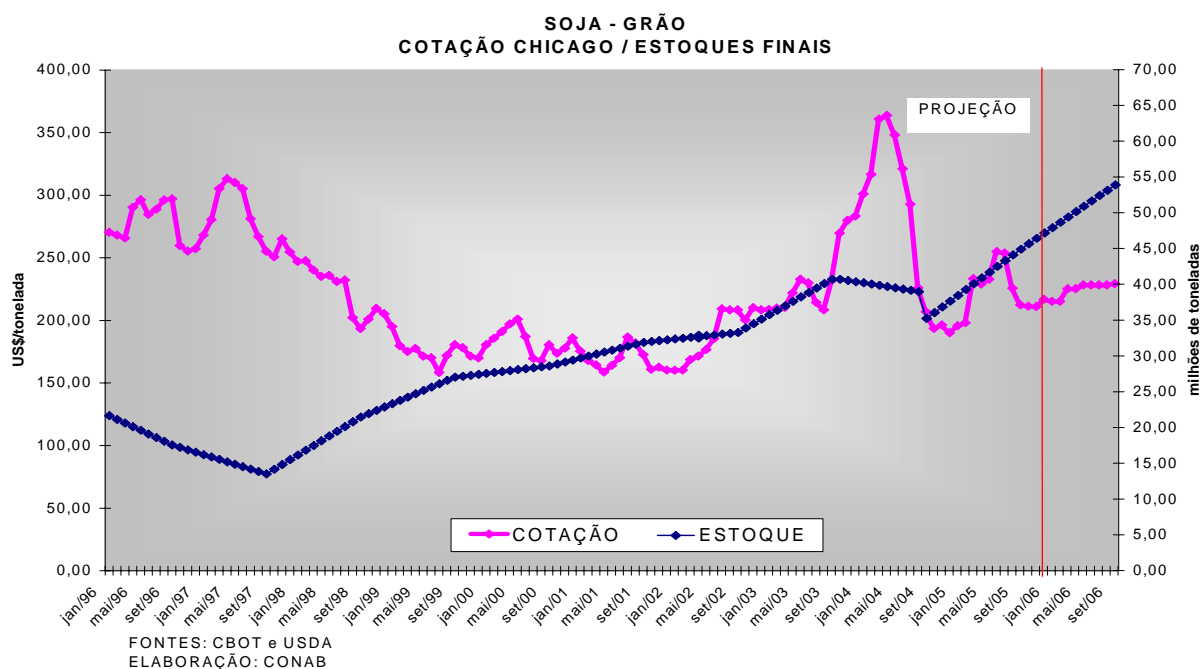
Quanto ao quadro de suprimento mundial (Quadro 02), nota-se o crescimento contínuo da produção, em consequência, principalmente, do aumento das safras nos principais Países produtores (EUA, Brasil e Argentina). Os EUA, maior produtor mundial de soja, obteve na safra 2004/05 produção histórica recorde e na temporada de 2005/06 a sua segunda maior safra. Para o Brasil e Argentina, a safra histórica recorde é a projetada para 2005/06.

Gráfico - 01



Não deverá ocorrer no curto e médio prazos reação significativa nas cotações internacionais, pois o elevado estoque de passagem, em nível mundial, ao final da temporada 2005/06, (outubro/setembro) continuará a ser fator a pressionar negativamente os preços internacionais, conforme se observa no Gráfico 02 a seguir.

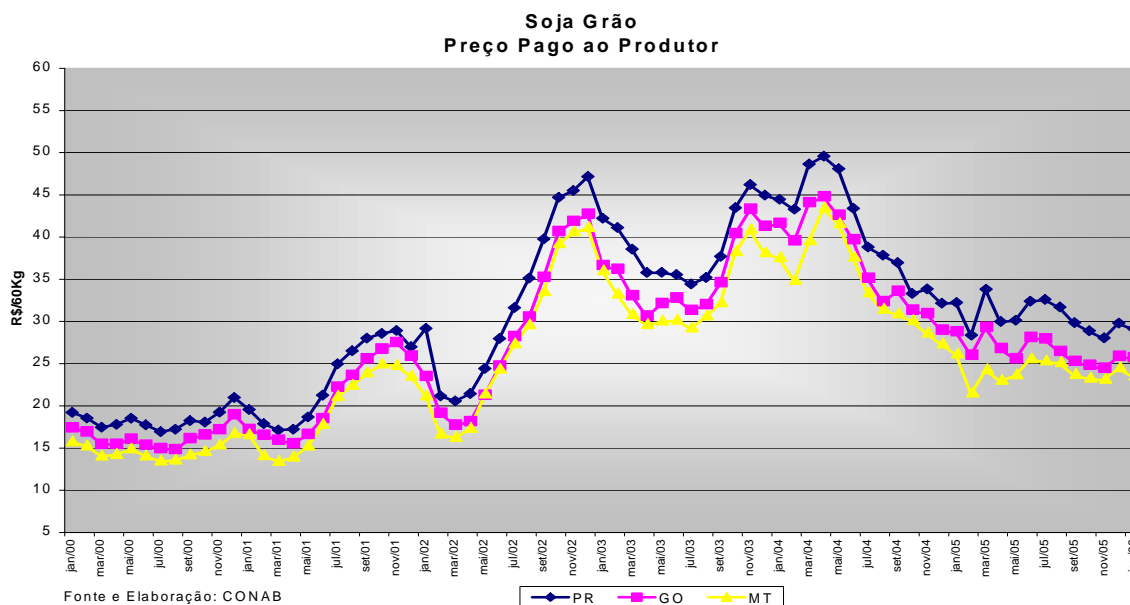
Gráfico - 02



O Gráfico 03 apresenta a evolução das cotações para o produtor brasileiro nos Estados do Paraná, Goiás e Mato Grosso. O comportamento tem

estrito relacionamento as variações nas cotações internacionais e à relação cambial Real/Dólar. Com as constantes valorizações de nossa moeda frente a moeda americana, os produtores nacionais vêm a cada dia, recebendo menos Reais por sua produção, o que reduz significativamente, a rentabilidade do produtor.

Gráfico - 03



4. Comercialização.

Levantamento realizado junto às cooperativas que agregam médios produtores de soja de Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Minas Gerais e Maranhão, demonstram que a comercialização da safra 2004/05 ocorreu de forma mais lenta que a verificada em 2003/04, principalmente no que se refere às vendas antecipadas (soja verde). Com este perfil de comercialização, o produtor ficou por mais tempo com quantidades maiores do produto. Também com este perfil, os mecanismos de apoio e auxílio a comercialização são de fundamental importância para minimizar perdas por parte dos produtores.

Para a próxima safra, face ao volume estimado, produção e baixas cotações, a perspectiva é de que a comercialização seja mais alongada, com o produtor devendo carregar o produto por um período maior que o observado em safras passadas.

Quanto às exportações de grãos o Brasil vem a cada ano aumentando sua participação no mercado internacional. Mesmo com a redução nas cotações internacionais, o volume exportado vem crescendo, significativamente, e para 2006 a previsão é de que o Brasil ultrapasse os Estados Unidos no total de grãos de soja exportado, passando a assumir a colocação de maior fornecedor da oleaginosa para o mercado internacional.

No caso do óleo e do farelo o desempenho das exportações em 2005 também foi significativo. A soma da receita obtida com os dois subprodutos ultrapassou os US\$ 4,70 bilhões.

O complexo soja, nos últimos anos, tem sido o principal item da pauta de exportação do País. Com relação às exportações específicas do agronegócio, a soja em grãos e seus derivados representam mais de 20%. (QUADRO 03).

A manutenção de tal posição é de fundamental importância para a economia nacional como um todo, o que poderá ser conseguido com a utilização correta e tempestiva dos instrumentos de Política Agrícola.

Quadro - 03

COMPLEXO SOJA COMPARATIVO COM EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

US\$ 1000						
Discriminação	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Balança do Agronegócio	20.610.249	23.882.858	24.838.912	30.638.985	39.015.695	43.600.959
Exportações Complexo Soja	4.197.420	5.296.581	6.008.903	8.125.367	10.047.891	9.476.727
Balança do Agronegócio, exceto Soja	16.412.829	18.586.277	18.830.009	22.513.618	28.967.804	34.124.232
Exportações Brasileiras	55.085.595	58.222.642	60.361.786	73.084.140	96.475.220	118.308.269
Participação Complexo Soja (%)						
- Na Balança do Agronegócio	20,37	22,18	24,19	26,52	25,75	21,74
- No Total Exportações Brasileiras	7,62	9,10	9,95	11,12	10,41	8,01

Fonte: SECEX

Elab: CONAB

5. Custos de Produção/Rentabilidade

A rentabilidade do produtor nacional de soja esteve severamente comprometida nas duas últimas safras. Os principais fatores que contribuíram para tal desempenho foram a queda das cotações, aliada ao expressivo aumento nos custos de produção de formação das lavouras, agravado com o surgimento da ferrugem asiática.

No período do final de 2004, e durante todo o ano de 2005, quando se calculava a expectativa de rentabilidade para o produtor (preço de venda X custo variável de produção), em alguns casos, especialmente para as Regiões produtoras mais distantes das plataformas exportadoras e centros de consumo, o resultado era de rentabilidade negativa (Quadro 04).

Quadro - 04

BRASIL - SOJA
ESTIMATIVA DE MARGEM - R\$/60kg

UF	2002/03			2003/04		
	CUSTO VARIÁVEL	PREÇO PRODUTOR	MARGEM	CUSTO VARIÁVEL	PREÇO PRODUTOR	MARGEM
GO	12,80	35,29	22,49	18,65	36,27	17,62
MT	12,88	33,18	20,30	20,83	34,31	13,48
PR	12,20	39,22	27,02	16,60	40,21	23,61
UF	2004/05			2005/06		
	CUSTO VARIÁVEL	PREÇO PRODUTOR	MARGEM	CUSTO VARIÁVEL	PREÇO PRODUTOR	MARGEM
GO	19,66	26,39	6,73	22,66	23,00	0,34
MT	21,11	23,76	2,65	21,80	20,00	(1,80)
PR	17,49	30,52	13,03	18,53	25,50	6,97

FONTE: CONAB

ELAB: CONAB

Para a safra de 2006/07, devido principalmente à queda do Dólar ante o Real, o que provocou a redução nos preços dos adubos e defensivos, o valor do custo variável, calculado pela Conab, para a soja apresentou pouca variação no Paraná e redução no Mato Grosso em relação ao da safra 2005/06 (Tabelas 01 e 02). A redução dos custos não foi mais significativa porque houve aumento na utilização da quantidade de fungicida para o controle da ferrugem asiática.

Tabela - 01

SOJA - PLANTIO DIRETO (90%)
COMPARATIVO DE CUSTO DE PRODUÇÃO ESTIMADO
SAFRAS 2005 E 2006/07
LOCAL: CAMPO MOURÃO-PR

Produtividade média: **2.700** kg/ha

DISCRIMINAÇÃO	R\$/ha		R\$/60 kg		VAR.% (b/a)
	FEV/2005	JAN/2006	FEV/2005	JAN/2006	
	(a)	(b)	(a)	(b)	
I - DESPESAS DE CUSTEIO DA LAVOURA					
1 - Operação com avião	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2 - Operação com máquinas	121,43	123,58	2,70	2,75	1,9%
3 - Aluguel de máquinas	1,68	1,73	0,04	0,04	0,0%
4 - Mão-de-obra temporária	29,57	27,68	0,66	0,62	-6,1%
5 - Mão-de-obra fixa	15,60	18,00	0,35	0,40	14,3%
6 - Sementes	92,40	82,20	2,05	1,83	-10,7%
7 - Fertilizantes	183,57	146,45	4,08	3,25	-20,3%
8 - Defensivos	233,45	291,96	5,19	6,49	25,0%
TOTAL DAS DESPESAS DE CUSTEIO DA LAVOURA	677,70	691,60	15,07	15,38	2,1%
II - DESPESAS PÓS-COLHEITA					
1 - Transporte externo	39,77	29,03	0,88	0,65	-26,1%
2 - Recepção, limpeza, secagem e armazenagem	28,11	28,11	0,62	0,62	0,0%
3 - PROAGRO	26,43	26,97	0,59	0,60	1,7%
4 - Assistência Técnica	13,55	13,83	0,30	0,31	3,3%
Total das Despesas Pós-Colheita (B)	107,86	97,94	2,39	2,18	-8,8%
III - DESPESAS FINANCEIRAS					
1 - Juros	48,20	45,34	1,07	1,01	-5,6%
Total das Despesas Financeiras (C)	48,20	45,34	1,07	1,01	-5,6%
CUSTO VARIÁVEL (A+B+C = D)	833,76	834,88	18,53	18,57	0,2%
IV - DEPRECIAÇÕES					
1 - Depreciação de benfeitorias/instalações	39,96	40,22	0,89	0,89	0,0%
2 - Depreciação de implementos	31,12	34,84	0,69	0,77	11,6%
3 - Depreciação de máquinas	83,35	91,25	1,85	2,03	9,7%
Total de Depreciações (E)	154,43	166,31	3,43	3,69	7,6%
V - OUTROS CUSTOS FIXOS					
1 - Manutenção periódica de máquinas	30,43	30,41	0,68	0,68	0,0%
2 - Encargos sociais	9,20	10,62	0,20	0,24	20,0%
3 - Seguro do capital fixo	6,38	7,09	0,14	0,16	14,3%
Total de Outros Custos Fixos (F)	46,01	48,12	1,02	1,08	5,9%
Custo Fixo (E+F = G)	200,44	214,43	4,45	4,77	7,2%
CUSTO OPERACIONAL (D+G = H)	1.034,20	1.049,31	22,98	23,34	1,6%
VI - RENDA DE FATORES					
1 - Remuneração esperada sobre capital fixo	102,04	113,63	2,27	2,53	11,5%
2 - Terra	122,68	122,68	2,73	2,73	0,0%
Total de Renda de Fatores (I)	224,72	236,31	4,99	5,25	5,2%
CUSTO TOTAL (H+I = J)	1.258,92	1.285,62	27,97	28,59	2,2%

ELABORAÇÃO: CONAB/GEAME/CUSTOS

Tabela - 02

COMPARATIVO
CUSTO DE PRODUÇÃO ESTIMADO
SOJA - PLANTIO DIRETO (80%)
SAFRA DE VERÃO - 2006/2007
LOCAL: PRIMAVERA DO LESTE-MT

FAIXA DE PRODUTIVIDADE: 2.700 a 3.300kg/ha

Média: 3.000,00

kg/ha

DISCRIMINAÇÃO	R\$/ha		R\$/sc-60kg		Var (%)
	FEV/2005	JAN/2006	FEV/2005	JAN/2006	
I - DESPESAS DE CUSTEIO DA LAVOURA					
1 - Operação com aviões	35,50	48,60	0,71	0,97	36,9%
2 - Operação com máquinas	74,28	71,99	1,49	1,44	-3,1%
3 - Aluguel de máquinas	0,00	0,00	0,00	0,00	-
4 - Mão-de-obra temporária	6,20	8,62	0,12	0,17	39,0%
5 - Mão-de-obra fixa	15,60	18,00	0,31	0,36	15,4%
6 - Sementes	121,00	82,50	2,42	1,65	-31,8%
7 - Fertilizantes	379,57	320,21	7,59	6,40	-15,6%
8 - Defensivos	259,33	301,45	5,19	6,03	16,2%
TOTAL DAS DESPESAS DE CUSTEIO DA LAVOURA (A)	891,48	851,37	17,83	17,02	-4,5%
II - DESPESAS PÓS-COLHEITA					
1 - Transporte externo	49,29	49,29	0,99	0,99	0,0%
2 - Recepção, limpeza, secagem, armazenagem 30-d	31,24	31,24	0,62	0,62	0,0%
3 - Seguro da Produção	34,77	33,20	0,70	0,66	-4,5%
4 - Assistência Técnica	17,83	17,03	0,36	0,34	-4,5%
Total das Despesas Pós-Colheita (B)	133,13	130,76	2,67	2,61	-1,8%
III - DESPESAS FINANCEIRAS					
1 - Juros	64,87	56,85	1,30	1,14	-12,4%
Total das Despesas Financeiras (C)	64,87	56,85	1,30	1,14	-12,4%
CUSTO VARIÁVEL (A+B+C = D)	1.089,48	1.038,98	21,80	20,77	-4,6%
IV - DEPRECIACÕES					
1 - Depreciação de benfeitorias/instalações	154,42	103,91	3,09	2,08	-32,7%
2 - Depreciação de implementos	26,45	24,97	0,53	0,50	-5,6%
3 - Depreciação de máquinas	54,76	55,72	1,10	1,11	1,8%
Total de Depreciações (E)	235,63	184,60	4,72	3,69	-21,7%
V - OUTROS CUSTOS FIXOS					
1 - Manutenção periódica de máquinas	17,27	18,58	0,35	0,37	7,6%
2 - Encargos sociais	9,20	10,62	0,18	0,21	15,4%
3 - Seguro do capital fixo	4,58	4,61	0,09	0,09	0,7%
Total de Outros Custos Fixos (F)	31,05	33,81	0,62	0,67	8,9%
Custo Fixo (E+F = G)	266,68	218,41	5,34	4,36	-18,1%
CUSTO OPERACIONAL (D+G = H)	1.356,16	1.257,39	27,14	25,13	-7,3%
VI - RENDA DE FATORES					
1 - Remuneração esperada sobre capital fixo	73,26	73,54	1,47	1,47	0,4%
2 - Terra	28,30	28,30	0,57	0,57	0,0%
Total de Renda de Fatores (I)	101,56	101,84	2,03	2,04	0,3%
CUSTO TOTAL (H+I = J)	1.457,72	1.359,23	29,17	27,17	-6,8%

ELABORAÇÃO: CONAB/DIGEM/SUINF/GECUP

Mesmo com a manutenção do custo variável no Paraná e redução no Mato Grosso, a rentabilidade do produtor de soja, para a próxima safra, não apresentará melhoria significativa, pois como citado anteriormente, os preços

internacionais continuarão sendo pressionados negativamente pelo elevado estoque ao final da temporada, e internamente, o Real valorizado e a infra-estrutura deficiente serão fatores limitantes para a reação dos preços pagos aos produtores.

A Tabela 03 a seguir projeta a paridade de exportação e conseqüentemente os preços que deverão vigorar aos produtores brasileiros no início da colheita da safra 2006/07 (março de 2007), considerando as atuais projeções da Bolsa de Chicago e relação cambial de US\$ 1,00 = R\$ 2,20.

Tabela – 03

SOJA- GRÃO
PARIDADE EXPORTAÇÃO

ITENS DE CÁLCULO	GRÃO	
1- Cotação CBOT - US\$/cents/bushel	630,00	MARÇO/2007
2- Prêmio-Paranaguá	0,00	
3- Preço FOB	630,00	
3.1- FOB- Equivalente US\$/t	231,50	
3.2- FOB- Equivalente R\$/t	509,29	
3.3- FOB- Equivalente R\$/60kg	30,56	
4- Despesas Porto- R\$/t	13,20	
5- Taxas-Comissões	2,64	
6- Corretagem Câmbio (0,1875%/s/3.2)	0,95	
7- Preço- Portos/rodas R\$/t	492,50	
7.1- Equivalente R\$/60kg- Porto	29,55	
Câmbio	2,2000	

Praca Produção	Pon. Grossa PR	Cascavel PR	Rondonópolis MT	Sorriso MT	Dourados MS	Rio Verde GO
8- Frete Porto- Produção (R\$/t)	22,00	45,00	130,00	182,00	89,00	92,00
9- Quebratônica (0,25%/s/7)	1,23	1,23	1,23	1,23	1,23	1,23
10- Sub-total	469,27	446,27	361,27	309,27	402,27	399,27
11- Despesas Administrativas (1%)	4,65	4,42	3,58	3,06	3,98	3,95
12- Paridade em R\$/t	464,62	441,85	357,69	306,20	398,28	395,31
12.1- Equivalente em R\$/60kg	27,88	26,51	21,46	18,37	23,90	23,72

FONTES: CBOT, PORTO PRGA, ECe OUTROS
ELAB: CONAB

6. Proposta de Preço Mínimo

Nas últimas safras a rentabilidade do produtor brasileiro de soja vem apresentando redução significativa, sendo que em algumas regiões ela já se mostra negativa. Este fator tem reduzido a capacidade de auto financiamento. Observa-se também, grande redução nos contratos de compra antecipada por parte das *trading companies*, conhecidas como soja verde. Nesta modalidade de contrato, as companhias garantem a compra da produção a um preço pré-fixado, e adiantam para o produtor de insumos para realização do plantio, com maior destaque para os fertilizantes.

O reflexo da conjunção dos fatores acima citados com a tendência de manutenção nas cotações do produto, já foram sentidos na atual safra de 2005/06. Após sete anos de crescimento contínuo na área plantada, verificou-se redução de mais de 1,2 milhão de hectares no Brasil.

A questão da logística e infra-estrutura também será de fundamental importância para a manutenção de rentabilidade mínima, na próxima safra. Os produtores das regiões mais distantes dos centros de comercialização e das plataformas exportadoras só conseguirão manter-se na atividade com a obtenção de produtividades elevadas e racionalização no uso dos fatores de produção. Investimentos que permitam a utilização de modais alternativos de transporte, novas plataformas de exportação e recuperação das estruturas já existentes, são exigências para a manutenção e expansão da produção brasileira, nos próximos anos.

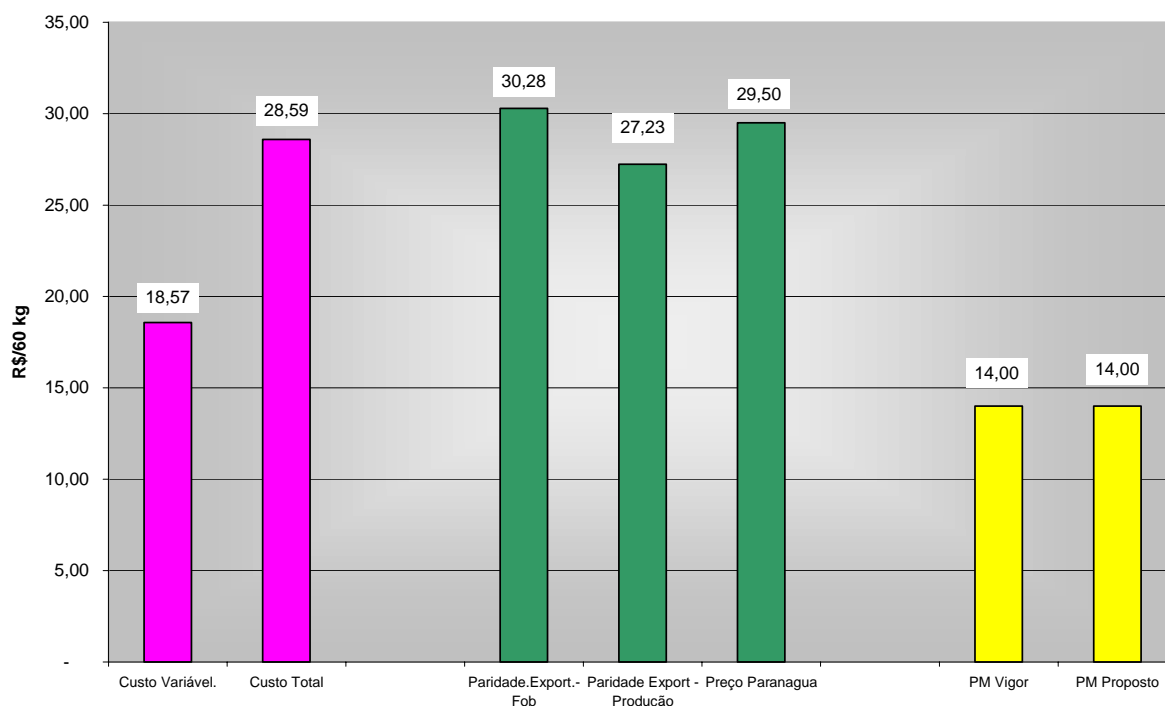
Para que o produtor possa plantar sua safra e posteriormente carregar estoques via instrumentos oferecidos pelo Estado, tais como o Crédito de Custeio e os Empréstimos do Governo Federal – EGF, são necessários valores condizentes com os custos de produção e armazenagem do produto por período que mais atendam aos requisitos teóricos de recuperação dos preços, considerando o momento da safra até a entressafra. Neste período, os custos mais representativos para as despesas de carregamento são: o seguro do financiamento e o *ad valorem* na armazenagem, em função da diferença entre o valor do preço mínimo e as despesas pagas à preços de mercado.

Nesse sentido, a sugestão de preço mínimo é de manutenção dos atuais valores vigentes de R\$ 14,00/60 kg para as Regiões Sul, Sudeste, Centro Oeste e RO e de R\$ 13,00/60kg, para as demais Regiões.

Cabe destacar que mesmo com a redução dos custos variáveis de produção para determinadas regiões e manutenção em outras, os atuais valores do Preço Mínimo estão inferiores aos valores do custo variável. Existe, também, limite de valores para a concessão de crédito de custeio a juros favorecidos de 8,75% a.a. aos produtores de soja, o que obriga a tomada de crédito complementar a juros de mercado, que têm variado entre 18% a 21% a.a.

Gráfico - 04

Soja - Proposta Preço Mínimo
Regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste



7. Conclusão

Os atuais níveis de preços no mercado internacional somada à expectativa de manutenção ou de até pequena redução para o início do período comercial da próxima safra continuará mantendo reduzida a margem líquida de ganho dos produtores e para as Regiões mais distantes dos centros formadores de preço, a tendência é de margem negativa quando comparada ao custo variável de produção.

Melhores condições na obtenção de financiamento para o custeio das lavouras e na realização de Empréstimo do Governo Federal - EGF, deverá incentivar o produtor mais eficiente a manter a área plantada, e a “carregar” estoques para comercializá-los na entressafra, de forma possibilitar melhor rentabilidade na base da cadeia produtiva, além de criar condições para um perfil de distribuição, ao longo do ano mais adequado para exportações, mantendo a posição brasileira de maior exportador mundial, considerando o complexo soja como um todo.

Brasília, Fevereiro de 2006.

TRIGO PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO SAFRA 2006/2007

Gustavo Bracale

1. Panorama Internacional (2005/06)

1.1 Mercado

O clima ao redor do mundo tem apresentado modificações nos últimos anos em relação às condições consideradas normais, fato que tem impactado a produção agrícola. A cultura do trigo é muito suscetível às condições climáticas, fator predominante nas oscilações da produção mundial nesta última safra. Após a safra recorde em 2004/05 de 626,63 milhões de toneladas, o USDA estima um recuo de 1,6%, para as 616,42 milhões de toneladas em 2005/2006, ainda assim, a segunda maior safra da história.

A queda projetada ocorre entre os principais produtores como União Européia, com variação negativa de 10,2%, EUA (-2,5%) e Argentina (-24,4%). A redução desses três países representou 19,27 milhões de toneladas a menos no volume mundial. Em compensação, alguns países como China, Ex-URSS¹, Canadá e Austrália, contribuíram para o incremento da oferta global, respectivamente com, 5,5%, 6,4%, 3,6% e 6,2%. O ganho na oferta correspondente a esses produtores constituiu-se em 12,9 milhões de toneladas. Em resumo, o cenário mundial de oferta para a safra 2005/06 (já colhida) é de ligeira queda, com poucos impactos sobre os preços. O maior fator de pressão sobre as cotações deu-se em função da queda de disponibilidade de trigo *hard*, de qualidade superior, no âmbito do mercado global.

Produção Mundial de Trigo

									Mil toneladas
Safra	Argentina	Austrália	Canadá	China	EU-15	ex-URSS*	EUA	Mundo	Outros
1995/96	8.600	16.504	24.989	102.215	86.161	59.434	59.404	537.927	180.620
1996/97	15.900	22.925	29.801	110.570	98.506	62.990	61.980	582.609	179.937
1997/98	15.740	19.224	24.280	123.289	94.181	80.516	67.534	609.958	185.194
1998/99	13.300	21.465	24.082	109.726	103.085	56.030	69.327	589.960	192.945
1999/00	16.400	24.757	26.941	113.880	114.741	64.758	62.475	585.813	161.861
2000/01	16.230	22.108	26.519	99.640	124.197	63.123	60.641	581.500	169.042
2001/02	15.500	24.299	20.568	93.873	113.553	91.294	53.001	581.131	169.043
2002/03	12.300	10.132	16.198	90.290	124.830	96.949	43.705	567.689	173.285
2003/04	14.500	26.132	23.552	86.490	106.878	60.910	63.814	554.593	172.317
2004/05	16.000	22.600	25.860	91.950	136.761	86.430	58.738	626.629	188.290
2005/06	12.100	24.000	26.800	97.000	122.845	91.955	57.280	616.427	184.447

									%/total
Safra	Argentina	Austrália	Canadá	China	EU-15	ex-URSS*	EUA	Mundo	Outros
1995/96	1,6%	3,1%	4,6%	19,0%	16,0%	11,0%	11,0%	100,0%	33,6%
1996/97	2,7%	3,9%	5,1%	19,0%	16,9%	10,8%	10,6%	100,0%	30,9%
1997/98	2,6%	3,2%	4,0%	20,2%	15,4%	13,2%	11,1%	100,0%	30,4%
1998/99	2,3%	3,6%	4,1%	18,6%	17,5%	9,5%	11,8%	100,0%	32,7%
1999/00	2,8%	4,2%	4,6%	19,4%	19,6%	11,1%	10,7%	100,0%	27,6%
2000/01	2,8%	3,8%	4,6%	17,1%	21,4%	10,9%	10,4%	100,0%	29,1%
2001/02	2,7%	4,2%	3,5%	16,2%	19,5%	15,7%	9,1%	100,0%	29,1%
2002/03	2,2%	1,8%	2,9%	15,9%	22,0%	17,1%	7,7%	100,0%	30,5%
2003/04	2,6%	4,7%	4,2%	15,6%	19,3%	11,0%	11,5%	100,0%	31,1%
2004/05	2,6%	3,6%	4,1%	14,7%	21,8%	13,8%	9,4%	100,0%	30,0%
2005/06	2,0%	3,9%	4,3%	15,7%	19,9%	14,9%	9,3%	100,0%	29,9%

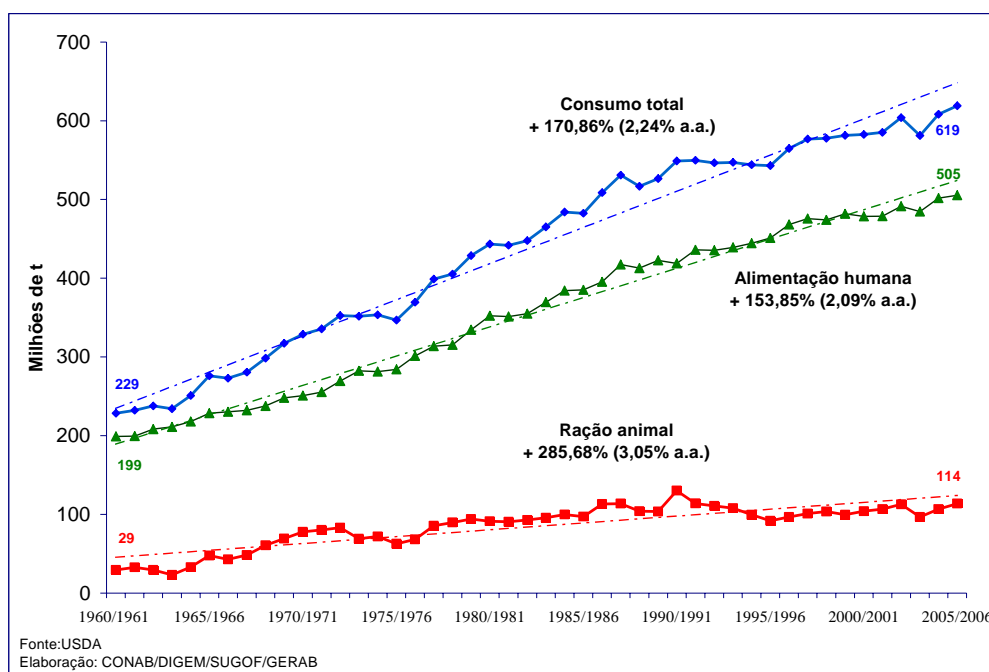
¹ Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Georgia, Cazaquistão, Quirjistão, Moldávia, Rússia, Tajiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

Ao analisar-se o aspecto do consumo mundial, o crescimento médio anual tem ocorrido de forma linear, a uma taxa média anual de 2,24% a.a.², enquanto que a produção cresce no mesmo período a 2,18% a.a. Porém, quando se analisa separadamente o consumo, segmentando-o entre consumo humano (farinha) e consumo animal (ração), nota-se comportamento bastante distinto. O crescimento médio anual do consumo de ração atinge a marca de 3,05% a.a., enquanto que o segmento para alimentação humana não passa de 2,09% a.a., embora na última década, o consumo de ração tenha se mantido estável. Nas últimas safras, o consumo para ração correspondeu em média a um quinto do consumo mundial total.

Para a safra 2005/06, a estimativa do USDA é de 619,1 milhões de toneladas, o que representa incremento de 1,8% em relação à temporada anterior, sendo que o aumento relativo no consumo humano deve ser de 0,7% e para o segmento ração, de 6,7%.

Portanto, a tendência é de baixo impacto sobre preços, observando a tendência histórica de relativa estabilidade no consumo, excetuando-se os países que apresentam taxa de crescimento da economia mais elevada.

Consumo Mundial de Trigo



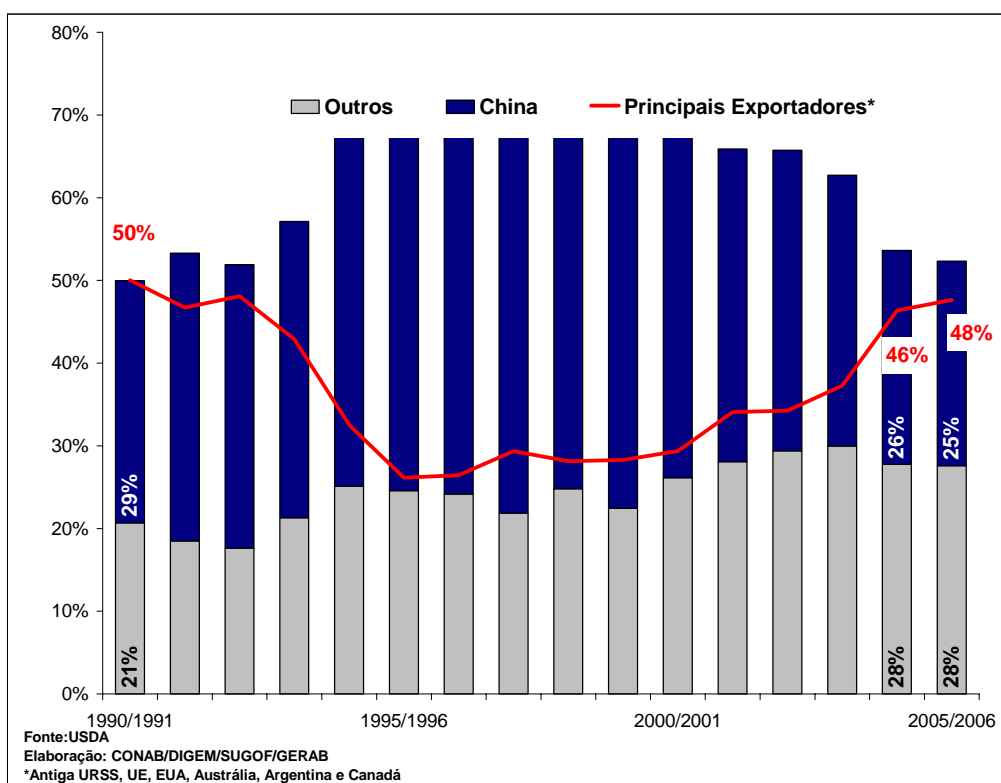
O nível de estoques mundiais tem-se mantido relativamente estagnado nos últimos quatro períodos. Caso se confirme a estimativa do USDA, o mundo deve encerrar a temporada 2005/06 com 144,69 milhões de toneladas em estoque, ou seja, queda de 3,6% em relação à 2004/05. Esse montante representa 23,4% do consumo mundial, segundo menor valor em uma década. O efeito sobre preço teria sido maior caso a produção das duas últimas safras não tivesse sido recorde.

É interessante notar nos últimos anos a mudança de perfil nos estoques mundiais. A China, que já chegou a deter quase 50% dos estoques no mundo,

²Considerando-se o período que compreende a safra de 1960/61 a 2005/06. Dados do USDA. Elaboração CONAB.

reduziu essa participação no último quinquênio para cerca de 25%, com a utilização de parte dos estoques estratégicos do governo. Concomitantemente a este fato, ocorreu uma concentração proporcional dos estoques nas mãos dos principais países exportadores (EUA, Ex-URSS, Canadá, Austrália, UE e Argentina). Nessa situação, os preços internacionais tendem a reduzir sua volatilidade, em virtude de potencial de aumento de comércio por parte desses países no caso de incremento acentuado nas cotações.

Estoque Mundial de Trigo



Vale ressaltar que no caso do trigo, diferentemente de outras *commodities*, a oferta no comércio mundial é menos concentrada. Os cinco maiores exportadores de trigo, tomando-se por base a safra 2005/06, somam 77% do total negociado no mundo, sendo que nenhum deles possui *market share* superior a 30%, individualmente. Já no caso de soja, a participação relativa dos cinco maiores chega a marca de 98% do mercado, com predominância de dois exportadores (Brasil e EUA), assim como no milho, o grupo dos cinco maiores controla 93% do comércio total, com predomínio dos EUA. A pulverização na oferta representa outro fator de redução da volatilidade de preço nos mercados.

O volume comercializado no mundo atinge a marca de 110 milhões de toneladas, ou seja, 18% da produção global de trigo. Dentre os principais agentes do mercado de trigo, na safra 2005/06, percebe-se redução nas exportações de EUA (-5,9%, ou 1,7 milhão de toneladas a menos) e Argentina (-39,1% ou 4,5 milhões de toneladas). Já a ex-URSS, Canadá, Austrália e UE devem apresentar incremento de 26,7%, 10,2%, 11,9% e 0,9%, respectivamente.

Assim como nas exportações, os importadores no mercado do cereal são muitos, fato demonstrado na tabela que se segue. As regiões que mais importam

atualmente, a União Européia e o Egito, não respondem a 10%, individualmente, do volume mundial. Para se alcançar 50% das importações mundiais, são necessários cerca de dez países. A pulverização na demanda é mais um fator que dificulta preços abusivos no mercado.

Importação Mundial de Trigo

País	Participação nas importações (%)
UE-25	7,04%
Egito	7,04%
Japão	5,35%
Brasil	5,35%
Argélia	5,16%
Indonésia	4,32%
Nigéria	3,66%
Coréia do Sul	3,66%
Iraque	3,56%
México	3,38%
Outros	51,50%

Fonte: USDA

Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF/GERAB

Quadro de Suprimento Mundial de Trigo

(Em milhões de t)								
SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL	ESTOQUE / CONSUMO
1999/00	202,4	585,2	112,7	900,3	584,4	112,7	203,2	34,8%
2000/01	203,2	581,4	104,0	888,6	583,8	104,0	206,5	35,4%
2001/02	206,5	581,1	110,7	898,4	585,2	110,7	202,5	34,6%
2002/03	202,5	567,4	109,9	879,7	604,0	109,9	166,1	27,5%
2003/04	166,1	554,6	102,3	823,0	588,5	109,4	132,2	22,5%
2004/05	132,2	626,6	110,0	868,8	608,7	110,5	150,1	24,7%
2005/06 (*)	150,1	616,4	107,5	874,1	619,1	110,3	144,7	23,4%

Fonte: USDA, em 12/jan/05

Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF/GERAB

Panorama Internacional (2006/07)

A safra 2006/07 já está em fase de desenvolvimento. De acordo com o calendário agrícola no hemisfério norte, o plantio do trigo de inverno, que corresponde a cerca de 70% do trigo mundial, já foi realizado nos meses de agosto a novembro de 2005.

Embora ainda seja muito cedo para se fazer estimativas de produção, pode-se ressaltar alguns aspectos, que podem vir a influenciar o cenário de preços ao longo de 2006. Os países da antiga União Soviética, em particular Rússia e Ucrânia reduziram a área de plantio em torno de 15 a 20%, devido às condições climáticas pouco favoráveis e preços domésticos pouco atrativos. Atualmente o rigoroso inverno que atinge essas regiões também é fonte de preocupações quanto ao bom andamento das lavouras. Nos EUA, houve redução da área de trigo *hard*, em 1%, e

o clima seco também tem prejudicado as condições da cultura em algumas regiões produtoras norte-americanas.

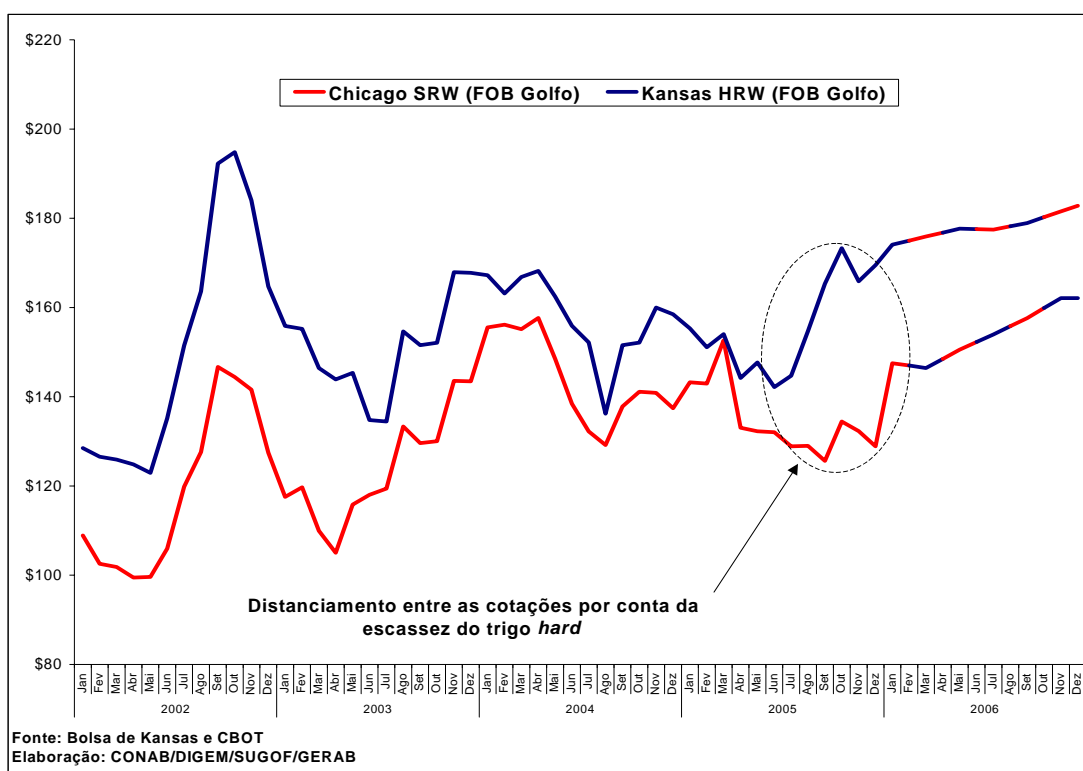
A manter-se esse cenário de pequena retração na oferta e alguma perda qualitativa, os estoques devem se reduzir, impactando positivamente os preços em proporções ainda indefinidas.

1.2 Preços

Os fatores tradicionais que exercem influência na formação de preços, como produção, estoques, comércio e consumo, ao longo de 2005, não exerceram grandes impactos, na medida em que as variações relativas à safra anterior não foram representativas. Além disso, como detalhado anteriormente, o mercado de trigo tem-se demonstrado ao longo do tempo, um mercado menos volátil, por conta da maior pulverização da oferta e demanda internacional.

O mais relevante aspecto no comportamento dos preços tem sido as condições climáticas. No ano de 2005 ocorreram perdas pontuais em algumas regiões de produção do chamado trigo *hard*, como no Canadá, tradicional fornecedor desse tipo específico. Tal fato impactou as cotações no mercado de Kansas, onde é cotado esse produto.

Evolução dos Preços Internacionais de Trigo



Ao longo de 2005, o preço médio do trigo *hard* de inverno, cotado na Bolsa de Kansas (EUA) ficou em US\$ 155,66/t (jan-dez), enquanto que em Chicago, a

cotação do trigo *soft* de inverno esteve, na média anual, em US\$ 134,61/t. Esses valores correspondem ao produto colocado dentro do navio no Golfo do México (FOB).

Como analisado anteriormente, caso permaneçam as condições climáticas desfavoráveis para a safra de inverno no hemisfério norte e as reduções de área, é possível inferir que os preços para o período que se segue devem estar em patamares mais elevados. Tal fato é corroborado pelas cotações futuras nas bolsas.

1.3 Mercosul (2005/06)

A produção do bloco alcançou, na presente safra, a cifra de 17,9 milhões de toneladas, o que representa uma redução de 21,9% em relação à temporada anterior.

Os países mais representativos no total do cereal produzido são Argentina e Brasil, com respectivamente, 12,1 milhões de toneladas produzidas (-24% em relação à 2004/05) e 4,7 milhões de toneladas (-19%). Os demais países não exercem grande influência no quadro de suprimento deste bloco econômico. Dessa forma, deve-se analisar com maior cuidado os dados de oferta argentinos, uma vez que participa com mais de 90% das importações brasileiras.

A grande mudança no cenário do Mercosul para a safra atual ocorreu devido à redução de área plantada de trigo na Argentina. No período de implantação da cultura (inverno), as precipitações ficaram abaixo do normal e as condições de umidade do solo não permitiram a concretização da intenção de plantio inicial. Com isso, a produção deve se confirmar em 12,1 milhões de toneladas, contra 16 milhões de toneladas da safra 2004/05 (-24%). Já o excedente exportável, descontando-se o consumo doméstico, deve ser 39% inferior ao período anterior, reduzindo-se a 7 milhões de toneladas. Tal informação leva a crer que a procura pelo produto argentino deva ser mais acirrada este ano, pressionando as cotações nos próximos meses.

Segundo informações da Secretaria de Agricultura Argentina (SAGPyA), os compromissos de venda do trigo local já chegam a 4,11 milhões de toneladas, ou 59% sobre o total a ser exportado. O Brasil, até a primeira quinzena de janeiro já havia negociado cerca de 2,5 milhões de toneladas desse total. Restam, portanto, pouco menos de 3 milhões de toneladas a serem comercializadas. Caso o suprimento argentino não seja suficiente para abastecer o mercado brasileiro, os moinhos deverão procurar novas fontes, como EUA, Canadá e países do Mar Negro. O custo de importação desses países, porém é muito mais elevado, levando-se em conta o frete internacional e o imposto de importação. Assim sendo, o produto brasileiro ganhará competitividade frente ao importado, com possibilidade de aumento real nos preços domésticos.

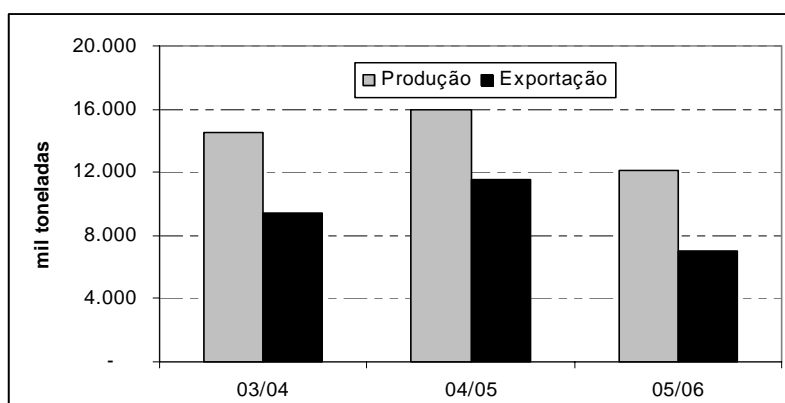
Quadro de Suprimento Argentino de Trigo

(Em mil t)								
SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL	ESTOQUE / CONSUMO
1999/00	720	16.400	12	17.132	4.928	11.589	615	12,5%
2000/01	615	16.230	7	16.852	4.991	11.272	589	11,8%
2001/02	589	15.500	12	16.101	4.887	10.075	1.139	23,3%
2002/03	1.139	12.300	7	13.446	5.157	6.759	1.530	29,7%
2003/04	1.530	14.500	4	16.034	5.232	9.407	1.395	26,7%
2004/05 (*)	1.395	16.000	10	17.405	5.200	11.500	710	13,7%
2005/06 (**)	710	12.100	10	12.820	5.200	7.000	620	11,9%

Fonte: USDA, em 12/jan/05

Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF/GERAB

Produção e Exportação Argentina de Trigo



Fonte: SAGPyA

Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF/GERAB

2. Panorama Nacional (2005/06)

2.1 Mercado

Quanto ao clima, no princípio de 2005 houve, principalmente no Paraná, grande incentivo à semeadura do milho de 2ª safra. No entanto, as condições climáticas registradas à época não foram propícias à efetivação, em parte, das áreas destinadas à cultura. Em outras áreas ocorreram inclusive desistências após a semeadura, por conta da escassez de chuvas. Com isso, alguns produtores procederam à semeadura do trigo com algum atraso no calendário agrícola nessas áreas. Esse primeiro dado leva a crer que tenham ocorrido prejuízos ao bom desenvolvimento do cereal de inverno em parte da região, assim como aumentado o risco de ocorrência de chuvas na colheita. Mais à frente, nos meses de setembro e outubro, o cenário concretizou-se, e as condições de pluviosidade muito acima da média agravaram ainda mais a situação, fazendo com que as perdas fossem tanto quantitativas como qualitativas.

Os trabalhos de colheita do cereal na Região Sul tiveram início ainda em agosto, sendo concluídos no mês de dezembro de 2005. O volume de trigo produzido, de acordo com levantamento da CONAB, totaliza 4,87 milhões de toneladas, o que representa um recuo de 16,6% em comparação com a temporada anterior. Houve um recuo na área plantada de 14,3%, ou quase 400 mil hectares, sendo que 64% desse total deixou de ser cultivado no Estado do Rio Grande do Sul (250 mil hectares a menos). A produtividade média da lavoura alcançou 2.000 kg/ha, sendo que perdas consideráveis de rendimento foram registradas no RS e PR, com média de 1.850 kg/ha (-4,6%) e 2.195 kg/ha (-2,4%), respectivamente.

A despeito da queda de produção, o montante ainda representa a terceira maior safra da história do país. Espera-se para a próxima temporada uma produção equivalente a cinco milhões de toneladas, com a recuperação da produtividade, e ligeiro recuo na área de cultivo.

SAFRA	Área	Produtividade	Produção
2003/04	2.464	2.375	5.851
2004/05	2.756	2.121	5.846
2005/06 - a	2.362	2.063	4.873
2006/07 (*) - b	2.200	2.273	5.000
b/a	-7%	10%	3%

O consumo industrial em 2005, segundo a ABITRIGO, atingiu cerca de 9,8 milhões de toneladas, o equivalente a 207,5% da produção nacional. O consumo de trigo para ração, sementes e perdas é estimado em 1,01 milhão de toneladas para 2005/06. Para a safra seguinte, espera-se um consumo total ao redor de 10,75 milhões de toneladas, que deve ser suprido em 45% com produção nacional e o restante com importações e estoques remanescentes.

Entre as *commodities*, o trigo é o segundo item de maior participação na pauta de importações brasileiras, sendo menor apenas que a importação de petróleo. Em termos de comércio externo, as importações brasileiras podem chegar a 5,9 milhões de toneladas, considerando-se o período de agosto de 2005 a julho de 2006. Isso ocorre principalmente em decorrência da perda de qualidade de parte da produção nacional e da valorização contínua da moeda nacional frente ao dólar. Espera-se, da mesma forma, exportações de parcela do trigo de qualidade inferior, algo em torno de 400 mil toneladas.

Importações de Trigo (Jan-Dez)

	Trigo Grão		Farinha Total*		Trigo equivalente total**		Preço US\$/t
	1000 t	US\$ mil	1000 t	US\$ mil	1000 t	US\$ mil	
1996	1.607	351	174	59	1.743	410	235,25
1997	4.230	698	400	100	4.542	798	175,70
1998	6.331	804	328	75	6.587	879	133,44
1999	6.856	826	196	41	7.008	867	123,74
2000	7.448	855	210	40	7.612	895	117,62
2001	6.992	869	177	36	7.130	905	126,94
2002	6.532	873	203	40	6.691	913	136,41
2003	6.585	1.006	281	60	6.804	1.066	156,65
2004	4.838	729	238	48	5.024	777	154,60
2005	4.974	655	279	51	5.192	706	135,94

Fonte: SECEX

Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF/GERAB

*Farinha + pré-mistura

**Trigo + farinha (78% de rendimento)

Em relação às exportações, de acordo com dados preliminares da SECEX, até fevereiro já haviam sido exportadas cerca de 236 mil toneladas de trigo em grão, com receita correspondente a R\$ 21,82 milhões (preço médio de venda de US\$ 92,00/t).

Estoques iniciais de trigo da safra 2005/06 foram bastante elevados, considerando-se os padrões brasileiros, algo em torno de 1,24 milhão de toneladas. No encerramento da safra, em julho próximo, espera-se que os estoques estejam em níveis um pouco inferiores, próximos a 800 mil toneladas, o que representa pouco mais de 7% do consumo interno.

2.2 Preços

Os riscos de preço estão intimamente ligados às incertezas intrínsecas da *commodity*, quais sejam, o risco de quebra de safra, qualidade do grão e margens estreitas na comercialização. No Brasil, as chuvas no período de colheita são relativamente comuns, levando à germinação da espiga. Esses grãos apresentam alta atividade enzimática, com prejuízos à utilização da farinha para panificação. As chuvas durante a safra atual comprometeram em parte a qualidade do grão colhido. A região tritícola mais afetada pelas chuvas foi o Paraná, responsável por 60% da safra nacional. O montante de trigo sem qualidade de panificação está ao redor de 500 a 600 mil toneladas. Nesse caso, o produto está sendo direcionado para uso de ração animal, haja vista a grande qualidade nutricional do cereal, com preços competitivos ao milho, inferiores a R\$ 250,00/t.

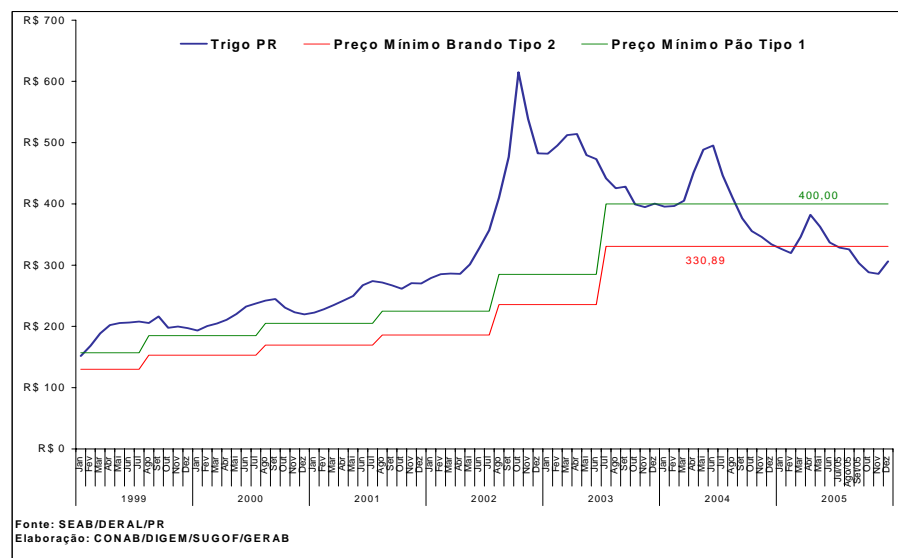
O mercado brasileiro de trigo apresentou, em especial na presente safra, baixos padrões de regularidade e uniformidade, o que tornou o risco para os compradores extremamente elevados. Como consequência, um número maior de operações passou a ocorrer com origem na Argentina.

Os preços no mercado interno recuaram de maneira constante desde o início da colheita em agosto até final de outubro. A partir de então, observou-se alguma recuperação nas cotações, que pode ser explicada, em parte, pela valorização do dólar e pela ação do governo por meio de instrumentos de apoio à comercialização.

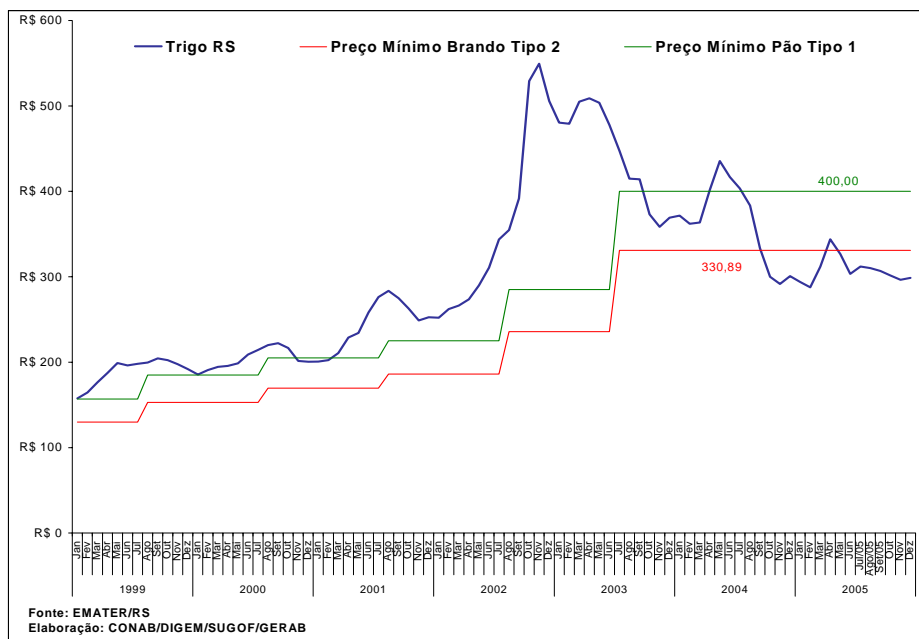
No Paraná, o preço médio pago aos produtores, considerado-se o período de janeiro a dezembro, foi de R\$ 19,57/60Kg³, ou R\$ 326,13/t, enquanto que no Rio Grande do Sul a cotação média ficou em R\$ 18,46/60Kg, ou R\$ 307,74. O principal fator de pressão, ao longo da safra, sobre as cotações internas foi a taxa cambial, uma vez que a paridade de importação do produto argentino balizou os preços no Brasil.

³Preços deflacionados pelo IPR (dez/05=100).

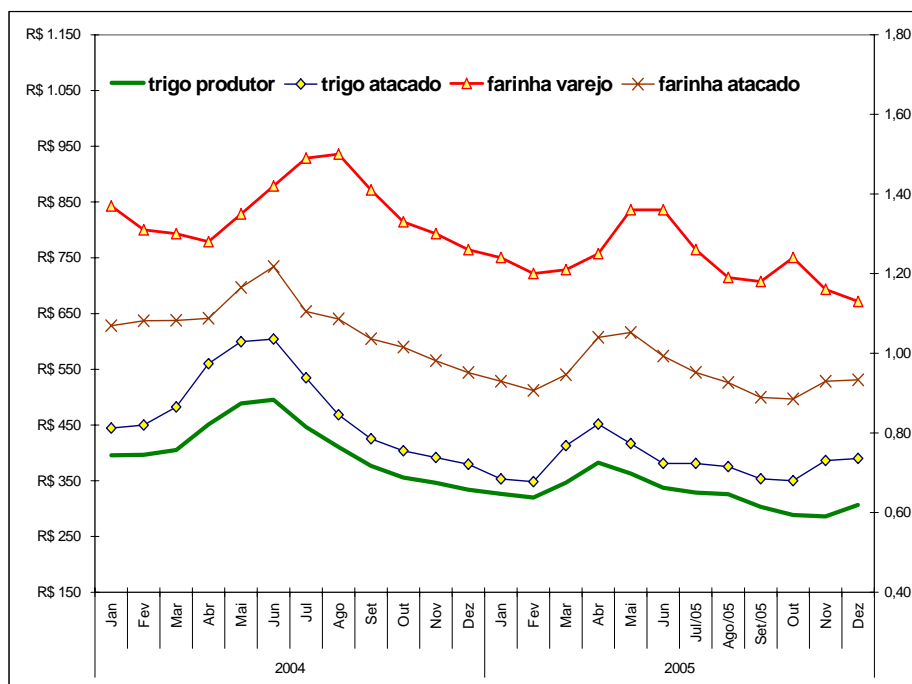
Evolução dos Preços ao Produtor do Trigo no Paraná



Evolução dos Preços ao Produtor do Trigo no Rio Grande do Sul



Evolução dos Preços do Trigo e da Farinha no Paraná (Produtor, Atacado e Varejo)



3. Atuação Governamental

3.1 Ações do Governo

O governo colaborou para a maior liquidez no fluxo de comercialização já a partir do início de setembro, por meio de instrumentos de apoio à comercialização. As principais medidas de apoio estão listadas abaixo:

3.1.1 Prêmio de Escoamento do Produto (PEP)

Foram realizados doze leilões, de agosto a dezembro, contemplando os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e São Paulo. O montante das operações é apresentado na tabela abaixo:

Tabela 1. Resultado dos leilões de PEP

UF	(mil toneladas)	(R\$ milhões)
PR	658,65	R\$ 139,45
RS	276,00	R\$ 55,74
SP	-	-
MS	10,00	R\$ 2,68
TOTAL	944,65	R\$ 197,88

Fonte: CONAB

Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF/GERAB

Em termos de volume, o Estado do Paraná movimentou 69,7% sobre o total adquirido nos leilões de PEP, seguido do Rio Grande do Sul, com 29,2%. Quanto às respectivas safras estaduais, no Paraná as operações representaram 23,5% da safra e no Rio Grande do Sul, 19,5%.

Os leilões apresentaram alguma concorrência, como demonstrado pelos deságios no prêmio oferecido. Em termos de recursos, o valor das operações somou R\$ 197,88 milhões.

Tabela 2. Prêmio e valor das operações de PEP

		PR			RS			MS			TOTAL
		prêmio		valor	prêmio		valor	prêmio		valor	
data	aviso	abertura	fechamento		abertura	fechamento		abertura	fechamento		
08/set	295	0,169	0,169	R\$ 2.535.000			-			-	R\$ 2.535.000
15/set	304	0,169		-			-	0,247	-	-	R\$ 0
22/set	311	0,169		-			-	0,247	-	-	R\$ 0
29/set	323	0,182		-			-	0,259	-	-	R\$ 0
06/out	335	0,190		-			-	0,266	0,266	R\$ 1.862.000	R\$ 1.862.000
14/out	348	0,190		-			-	0,266	-	R\$ 0	R\$ 0
20/out	355	0,208		-	0,208	0,203	R\$ 6.090.000	0,226	-	R\$ 0	R\$ 6.090.000
27/out	359	0,222	0,222	R\$ 24.331.200	0,208	0,208	R\$ 5.408.000	0,274	0,274	R\$ 822.000	R\$ 30.561.200
03/nov	367	0,222	0,201	R\$ 24.120.000	0,208	0,208	R\$ 10.400.000	0,274	-	R\$ 0	R\$ 34.520.000
10/nov	392	0,222	0,196	R\$ 26.019.000	0,208	0,188	R\$ 9.400.000	0,274	-	R\$ 0	R\$ 35.419.000
18/nov	414	0,222	0,222	R\$ 32.345.400	0,208	0,199	R\$ 9.950.000	0,274	-	R\$ 0	R\$ 42.295.400
25/nov	425	0,222	0,222	R\$ 30.103.200	0,208	0,207	R\$ 14.490.000	0,274	-	R\$ 0	R\$ 44.593.200
TOTAL				R\$ 139.453.800			R\$ 55.738.000			R\$ 2.684.000	R\$ 197.875.800

Fonte: CONAB

Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF/GERAB

3.1.2 Contrato de opção privado (PROP)

Esse instrumento foi utilizado pela primeira vez para o trigo, no dia 4 de novembro, quando ocorreu o primeiro leilão, onde foram negociados 346 contratos (27 toneladas cada) no Paraná, 741 no Rio Grande do Sul, 371 em Santa Catarina e 150 em Mato Grosso do Sul. O governo pretende disponibilizar recursos suficientes para operacionalizar até 850 mil toneladas com o PROP (17,4% da produção nacional). Até o momento, a estimativa de gastos com tal instrumento está ao redor de R\$ 15 milhões.

Tabela 3. Resultado dos leilões de PROP

<i>Origem</i>	<i>Ofertado (t)</i>	<i>Negociado (t)</i>		
		<i>1o. leilão</i>	<i>2o. leilão</i>	<i>%</i>
PR	150.012	70.875	70.875	100,00%
RS	60.021	60.021	59.616	99,33%
SC	10.017	18.441	15.444	83,75%
SP	30.051	-	-	-
MS	30.051	4.050	4.050	100,00%
TOTAL	280.152	153.387	149.985	97,78%

Fonte: CONAB

Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF/GERAB

3.1.3 Aquisições do Governo Federal (AGF)

No início de novembro foram liberados recursos financeiros para as operações de Aquisição do Governo Federal (AGF), de forma tempestiva à necessidade do mercado. A necessidade de recursos para o AGF havia sido estipulada em torno de R\$ 160 milhões, o que possibilitaria a aquisição de cerca de 440 mil toneladas (9,3% da safra). Ao final de dezembro, com o término das operações, o resultado foi o seguinte:

Tabela 4. Resultado das operações de AGF

<i>UF</i>	<i>(mil toneladas)</i>	<i>(R\$ milhões)</i>
PR	289,00	R\$ 114,43
RS	87,77	R\$ 34,00
SC	12,54	R\$ 4,70
SP	13,23	R\$ 5,95
MG	3,49	R\$ 1,92
MS	3,71	R\$ 1,64
TOTAL	409,74	R\$ 162,64

Fonte: CONAB

Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF/GERAB

Ocorreram alguns entraves em relação ao credenciamento de armazéns no Rio Grande do Sul, impedindo a aquisição do volume programado para o Estado (63,1% das operações efetivadas).

3.1.4 Estoques Públicos

Ao longo dos primeiros seis meses de safra, os estoques governamentais, que somavam 895,4 mil toneladas em agosto, chegaram a 1,09 milhão de toneladas em janeiro, devido às aquisições realizadas. Tal volume hoje representa 26,8% sobre todos os produtos em armazéns do governo. Os estoques públicos de trigo estão distribuídos da seguinte forma:

<i>UF</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>
MG	3.491.705	0,32%
MS	25.103.494	2,28%
PR	558.485.561	50,82%
RS	450.228.864	40,97%
SC	48.509.000	4,41%
SP	13.227.817	1,20%
Total	1.099.046.441	100%

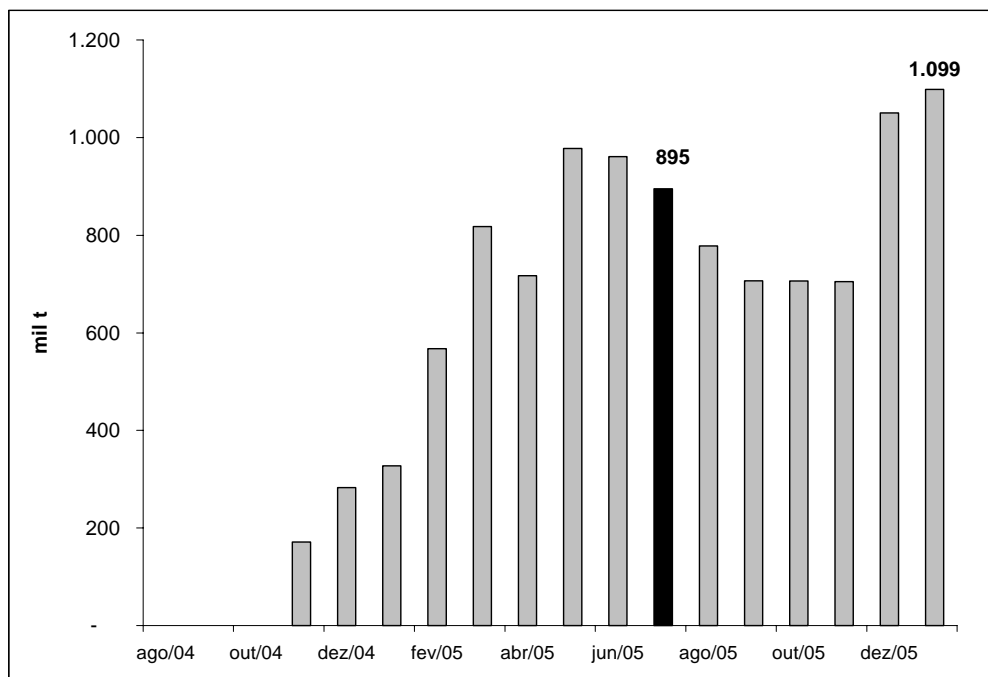
Posição em: 17/01/2006

Fonte: CONAB

Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF/GERAB

Os estoques governamentais já representam 23,3% do montante produzido no país. No encerramento da safra anterior, o estoque de carregamento total do setor chegou a 1,2 milhão de toneladas, valor elevado (12% sobre o consumo), considerado o consumo de 10,3 milhões de toneladas.

Gráfico 9. Evolução dos estoques públicos de trigo.



Fonte: CONAB

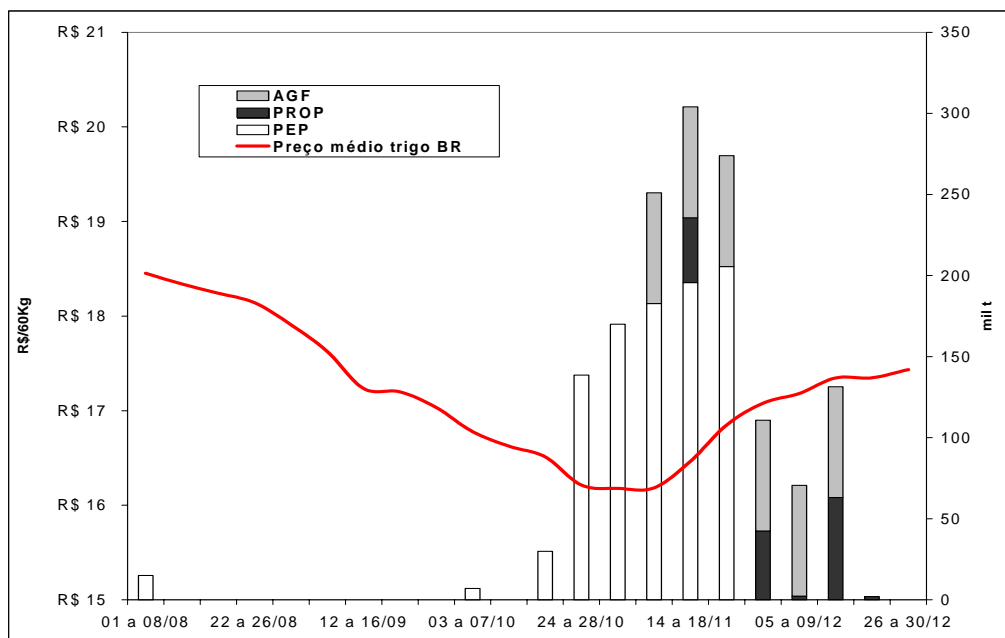
Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF/GERAB

3.2 Resultados da intervenção no mercado e ao abastecimento

A existência de produto de baixa qualidade nas regiões produtoras, sobretudo do Paraná, os estoques elevados da safra anterior e os altos prêmios oferecidos pelo governo, viabilizou algumas operações de exportação do trigo para ração. Boa parte dos negócios nos leilões foi realizada por cooperativas que enfrentam maior dificuldade no fluxo da safra. Os moinhos, em função dos estoques elevados (60 dias) e do dólar desvalorizado, não apresentaram grande interesse nos leilões, e mesmo no mercado disponível não têm realizado grandes operações. O que se supõe é que, com os problemas de qualidade da safra nacional e com o aumento das importações no início do ano, o movimento dos compradores no mercado interno permaneça retraído. A principal empresa adquirente foi a Coimbra, com 24,5% do volume, seguida da Coamo, com 12,8%.

Ao analisar o comportamento dos preços médios nas principais regiões de produção, nota-se que houve recuperação destes preços, com o governo atuando no mercado com instrumentos de apoio à comercialização. Contudo, deve-se ressaltar que tal evolução das cotações deu-se por uma conjunção positiva de fatores que incluem, além dos instrumentos citados, a valorização do dólar frente ao real e a expectativa de quebra da safra Argentina. A seguir, alguns gráficos que permitem a verificação dos fatores citados.

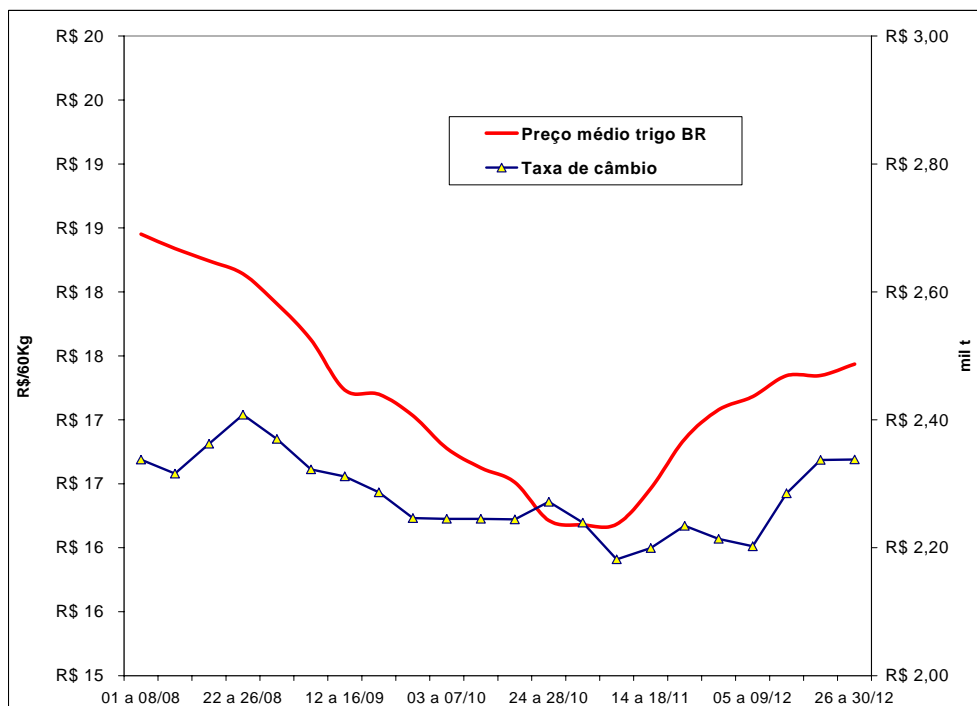
Gráfico 4. Operações de apoio à comercialização e preços médios pagos ao produtor BRASIL



Fonte: SEAB/PR, EMATER/RS, ICEPA/SC e IEA/SP

Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF/GERAB

Gráfico 5. Preços médios pagos ao produtor e taxa de câmbio



Fonte: SEAB/PR, EMATER/RS, ICEPA/SC, IEA/SP e BACEN

Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF/GERAB

3.3 Propostas de políticas para o setor

Neste primeiro semestre de 2006 há uma tendência de alta nas cotações na Argentina, com reflexos no Brasil. Os estoques públicos estão elevados e será possível efetuar vendas, via VEP ou mesmo por contratos de opção de compra, de parte desse volume para os moinhos da Região Nordeste. Outra medida que deverá ser necessária será a aquisição de um volume suplementar no Estado do Rio Grande do Sul e talvez no Paraná, haja vista a dificuldade de negociação por parte dos produtores dessas regiões.

Vale lembrar que é fundamental a sinalização com antecedência aos agentes do sistema das políticas a serem adotadas, para que haja a redução da assimetria de informações no mercado. Seria interessante a elaboração de um calendário para os instrumentos de apoio existentes.

Em relação à estratégia de longo prazo, seria interessante readequar o sistema de classificação de trigo, de maneira a atender melhor os atributos exigidos pela indústria. Hoje, segundo relatos do segmento industrial, a classificação existente acaba por nivelar por baixo a qualidade dos produtos disponíveis para venda, ao se homogeneizar os lotes, já que se baseia em poucos atributos.

O trigo, como toda *commodity*, é um produto de baixa especificidade, na medida em que nas operações de classificação e armazenagem não ocorra segregação. Assim, o mecanismo de comercialização clássico entre os agentes a ser empregado continua sendo o chamado mercado *spot*, ou físico. Na medida em que se diferencie o padrão de trigo, é possível que se criem novos padrões de comercialização, como o caso dos contratos a termo. No entanto, para que o comprador possa utilizar-se desse mecanismo é fundamental que exista maior confiabilidade entre os agentes, bem como a redução de incertezas das operações de mercado, garantido, desta forma, as variedades demandadas pelo comprador.

É preciso que haja uma clara sinalização dos atributos do cereal e para isso a contribuição do governo viria sob a forma de revisão das normas de classificação do trigo. A reestruturação serviria também para balizar e diferenciar as políticas, de acordo com a qualidade do produto, com conseqüente estímulo ao plantio com destinação específica. No mercado externo são muitos os exemplos de êxito na padronização do trigo, como nos EUA, Canadá, Austrália e Argentina.

4. Proposta de Preços Mínimos

4.1 Custo de Produção

O **custo variável** médio por tonelada da safra anterior, realizando-se uma ponderação para a Região Sul⁴, estava estimado em R\$ 410,92/t⁵. Ao se analisar a mesma planilha, a estimativa para o próximo plantio dos custos variáveis, ponderados para região, é de R\$ 348,98/t⁶, o que indica uma redução de 15% nos custos.

Como a cotação atual de mercado, ponderada para a região, está em R\$

⁴Considerando-se o Paraná com fator correspondente a 65% da formação do valor e o Rio Grande do Sul com 35%.

⁵Preços dos insumos em fevereiro de 2005.

⁶Preços dos insumos em fevereiro de 2006.

314,73/t, depreende-se que o lucro do produtor estaria comprometido em 10%, ou o equivalente a R\$ 2,05 por saca de 60 Kg. Ao longo da safra anterior, esse prejuízo alcançou R\$ 5,47/saca.

No caso do trigo cultivado com sistema de irrigação, tomando-se por base os custos variáveis da região de Unaí/MG, a redução estimada dos custos é da ordem de 4%, passando de R\$ 498,18/t para R\$ 480,58/t.

Portanto, a rentabilidade do produtor de trigo está negativa, em razão dos elevados custos de produção frente ao cenário pouco remunerador do mercado interno. A esses custos devem ser ainda acrescentadas a questão logística da produção, extremamente concentrada no sul do país e as dificuldades de escoamento, que dificultam ainda mais a sustentabilidade da cultura.

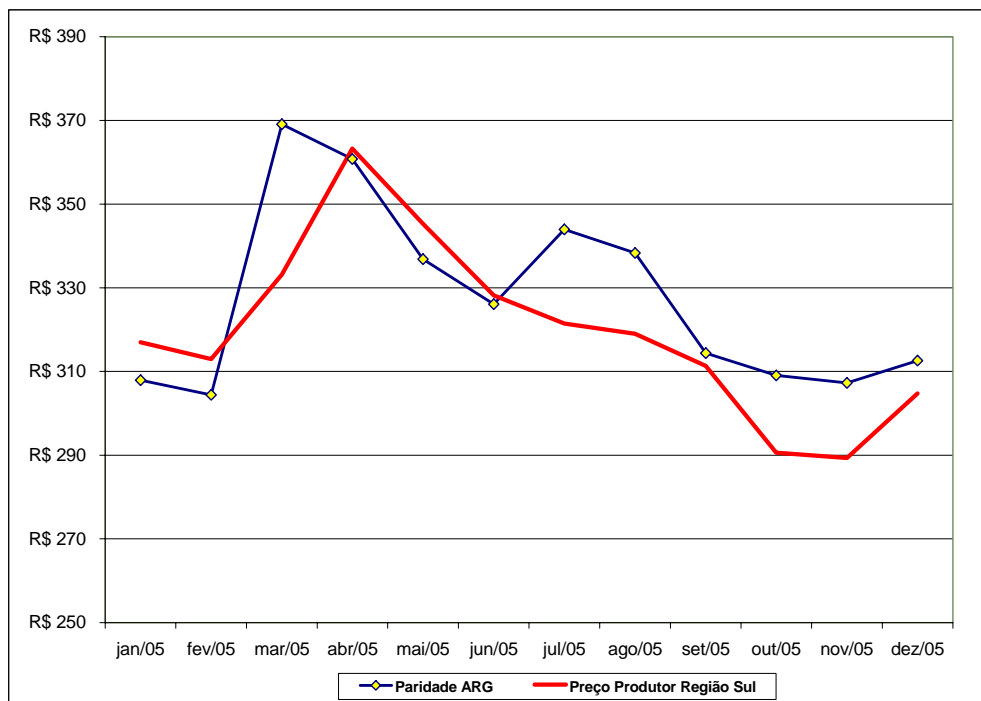
4.2 Preços de Paridade

O câmbio no mercado de trigo brasileiro desempenhou papel relevante na formação dos preços domésticos à medida que a valorização expressiva e contínua em 2005 facultou maior competitividade ao cereal importado, em especial o argentino e paraguaio, que, por conta do Mercosul, não são onerados com impostos de importação.

A cotação média anual do trigo argentino esteve na faixa de US\$ 133,00/t FOB, ou R\$ 322,64/t⁷. A paridade média Argentina ponderada para a região produtora de Paraná e Rio Grande do Sul, no ano, fixou-se em R\$ 327,56/t, ao passo que o preço médio ponderado ao produtor nacional na região ficou em R\$ 319,70.

⁷Câmbio médio anual de R\$2,43/US\$.

Evolução dos Preços e Paridade de Importação do Trigo Argentino na Região Sul do Brasil



Fonte: CONAB, BACEN e SAGPyA.

Elaboração: CONAB/DIGEM/SUGOF/GERAB

4.3 Avaliação dos Preços Mínimos Anteriores

Como se pode notar, nas três últimas safras, a produção doméstica esteve no patamar de 50% sobre o consumo, fato este estimulado em parte pela ação do governo. No ano de 2003 foi concedido um reajuste de 41% nos valores dos preços mínimos fixados, o que de certa forma contribuiu para atingir as metas da política de governo para o setor, estimulando a produção tritícola interna e com isso, reduzindo a participação do produto importado no consumo nacional.

As importações, que até 2003 representavam algo entre 70% e 75% do consumo, hoje representam 50%, gerando uma economia de divisas, nas últimas três safras, estimada em US\$ 630 milhões, ou R\$ 1,4 bilhão. Esse valor das importações que deixou de ocorrer é certamente superior ao montante gasto com os instrumentos de política agrícola no período, sem contar os benefícios indiretos decorrentes do aumento de produção, como geração de emprego e renda no território nacional.

4.4 Preços Mínimos Propostos

Como demonstrado acima, a realidade de preços de mercado ao longo do último período não esteve muito próxima dos custos de produção, fator que frustrou as expectativas de ganho por parte dos produtores, gerando insatisfação generalizada.

Todavia, a safra anterior foi em grande parte condicionada por fatores exógenos à atuação governamental, que poderiam ser minimizados por uso dos

instrumentos de apoio à comercialização disponível. Entre esses fatores, destacam-se, primeiro o comportamento da taxa cambial e em segundo, o clima.

Concomitantemente, a atuação governamental, como já discutida anteriormente, foi correta, eficiente e tempestiva, dentro das possibilidades financeiras e instrumentais disponíveis. O apoio ao fluxo de comercialização, via PEP e PROP, bem como a formação de estoques públicos, via AGF, foram medidas necessárias e contribuíram para a sustentação dos preços de mercado, em queda vertiginosa até então.

Para o plantio que se avizinha, há uma tendência de redução de área para o trigo, no entanto existem algumas variáveis que ainda podem interferir na decisão do agricultor, como a perspectiva de preços para o segundo semestre, que se dará em função das condições de oferta e demanda mundiais, ainda não definidas.

Assim sendo, não se faz necessário, tendo em vista os instrumentos de apoio do governo existentes e as condições de mercado, o reajuste dos preços mínimos vigentes. Dessa forma, são mantidos na presente Proposta de Preços Mínimos para 2006-2007, os mesmos preços praticados na safra anterior. É válido ressaltar que, por tratar-se de produto alimentar estratégico, e levando-se em conta a meta governamental de manter, pelo menos 50% do consumo com origem nacional, a manutenção dos patamares atuais dos preços mínimos, embora ainda baixos ao se comparar com os custos, evitam a sinalização de desestímulo à produção por parte do governo.

Recomenda-se, no entanto, a inclusão de mais uma distinção de classe de trigo, em total conformidade com tabela oficial de classificação do MAPA⁸, o chamado trigo melhorador/durum. Visto que as indústrias são extremamente demandantes desse tipo de produto de qualidade superior, tal inclusão não implicaria em dispêndio adicional para o governo, à medida que os preços seriam regrados pelo mercado.

A alteração em tela encontra-se em linha com as metas de substituição de importações ao contemplar uma distinção de preços por maior qualidade, ao tempo em que sinaliza um incentivo à expansão de área de produção dessa classe. Deve-se ressaltar que se trata de classe do cereal muito procurada pela indústria moageira nacional, possuindo mercado potencial de exportação.

CLASSES - R\$/KG LIQUIDO					
ESTADOS	PH (+) MINIMO	TIPO	BRANDO	PAO	MELHORADOR/DURUM
PR, RS e SC	78	1	0,34817	0,4000	0,42000
	75	2	0,33088 (++)	0,37954	0,39852
	70	3	0,29627	0,34817	-
BA, ES, GO, MG, MS, MT, RJ, SP e DF	78	1	0,3915	0,4500	0,47250
	75	2	0,37205 (++)	0,42675	0,44809
	70	3	0,33314	0,3915	-

(+) peso hectolitro;

(++) preço mínimo básico

Para os demais produtos de inverno, quais sejam, aveia, canola, cevada e tritcale, tendo em vista que o trigo é tomado como parâmetro na formação de preços

⁸Instrução Normativa SARC Nº 7, DE 15 DE AGOSTO DE 2001.

pelo mercado, propõe-se a manutenção dos valores anteriores, em linha com aquele cereal.

PRODUTO	ESTADOS	TIPO	R\$/Kg
AVEIA	PR, RS e SC	1	0,20209
		2	0,18184
		3	0,16353
CANOLA	ES, GO, MG, MS, MT, PR, RJ, RS, SC, SP e DF	Canola	0,34672
		Óleo	0,77014
CEVADA	ES, GO, MG, MS, MT, PR, RJ, RS, SC, SP e DF	-	0,28125
TRITICALE			0,21507

UVA E VINHO

PROPOSTA DE PREÇO MÍNIMO

SAFRA 2006/2007

Mariano César Marques

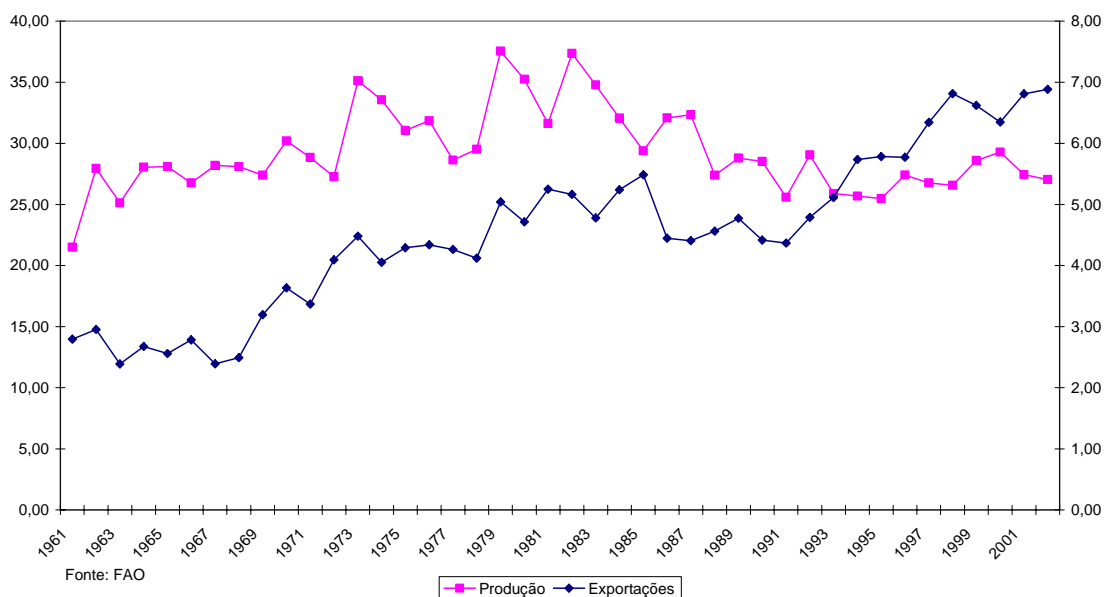
Introdução

O trabalho está dividido da forma que se segue: na primeira parte tem-se uma visão geral da evolução mundial da produção, comércio e consumo do vinho; a segunda parte comenta o vinho nacional. A última está dividida em produção nacional, comercialização, estoques e preços, comércio exterior, quadro de suprimento, proposta de preço-mínimo e os impactos esperados.

1 - Panorama Internacional

O vinho está numa situação estrutural em que há uma diminuição na produção mundial, que por sua vez é reflexo da diminuição do consumo nos principais países produtores, e um aumento nas exportações. Isto pode ser observado no gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 - Evolução da produção e exportação de vinho no mundo
(milhões de toneladas)



Quando mais de 25% da produção de vinhos é exportada, a disputa pelos mercados internacionais de um modo geral é forte. Um ponto a favor dos países produtores tradicionais é que o vinho, por não ser propriamente uma “commodity”, isto é, não é padronizável como um grão ou uma oleaginosa, tem nichos de mercado, que são tradicionalmente ocupados pelos países da Europa – notadamente França, Itália e Espanha – que, juntos, perfazem mais de 50% da produção mundial.

Como se verá adiante, os efeitos de uma estratégia agressiva por parte dos principais países exportadores são sentidos de forma atenuada no mercado nacional, pois o vinho importado é basicamente proveniente de uvas viníferas. O forte da produção e do mercado brasileiro é o chamado vinho de mesa, que é proveniente de uvas americanas e híbridas.

2 - Panorama Nacional

A produção de uvas para uso industrial no Rio Grande do Sul – responsável por aproximadamente 95% da produção nacional para este fim – vem crescendo a uma taxa geométrica de 5,82% ao ano entre 1998 e 2005. Nota-se na tabela 1 que o forte da produção são as uvas comuns, isto é, uvas americanas e híbridas. O auge da produção foi a safra de 2004 para as uvas comuns e a de 2000 para as uvas viníferas.

Tabela 1 - Evolução da produção de uva no RS

período	Produção (milhões de litros)			Participação %		Crescimento %	
	Viníferas	Comuns	Total	Viníferas	Comuns	Viníferas	Comuns
1998	45.8	267.9	313.7	14.59%	85.41%	-	-
1999	58.7	368.6	427.3	13.73%	86.27%	28.20%	37.58%
2000	74.3	447.5	521.8	14.23%	85.77%	26.55%	21.41%
2001	49.8	386.3	436.1	11.42%	88.58%	-32.93%	-13.68%
2002	47.8	426.6	474.4	10.07%	89.93%	-4.10%	10.44%
2003	43.4	339.7	383.1	11.32%	88.68%	-9.21%	-20.37%
2004	62.6	516.4	579.0	10.81%	89.19%	44.33%	52.00%
2005	70.6	422.6	493.2	14.32%	85.68%	12.81%	-18.16%

Fonte: UVIBRA

Como todo o cultivo, este também está sujeito às incertezas climáticas. Sendo uma cultura permanente, os efeitos de uma seca em uma safra podem se estender à outra. A estiagem prolongada observada na safra de 2005 levou a um decréscimo de 18,16% na produção de uvas comuns e a um aumento de 12,81% na viníferas. Espera-se uma queda de pelo menos 15% na safra de 2006. Assim, projeta-se uma produção de 360 milhões de quilos de uva comum e 60 milhões de uva vinífera.

No que se refere ao vinho, está havendo uma melhora no consumo médio per capita no país, conforme mostra a tabela 2; provavelmente é efeito das campanhas de degustação por parte do setor produtor. A maior parte do consumo é do vinho de mesa, isto é, vinho obtido a partir de uvas americanas e híbridas. Por seu turno, as campanhas de incentivo ao consumo tendem a promover os vinhos obtidos de uvas viníferas, que competem com os vinhos importados. Nota-se então uma externalidade positiva, no sentido que os efeitos se irradiam também para os outros tipos de vinho, incrementando de forma efetiva o consumo por habitante. Também deve ser levado em conta o aumento da qualidade do vinho produzido: esta última safra (2004/2005) foi considerada a melhor dos últimos tempos.

Tabela 2 - Evolução do consumo aparente per capita de vinho no Brasil

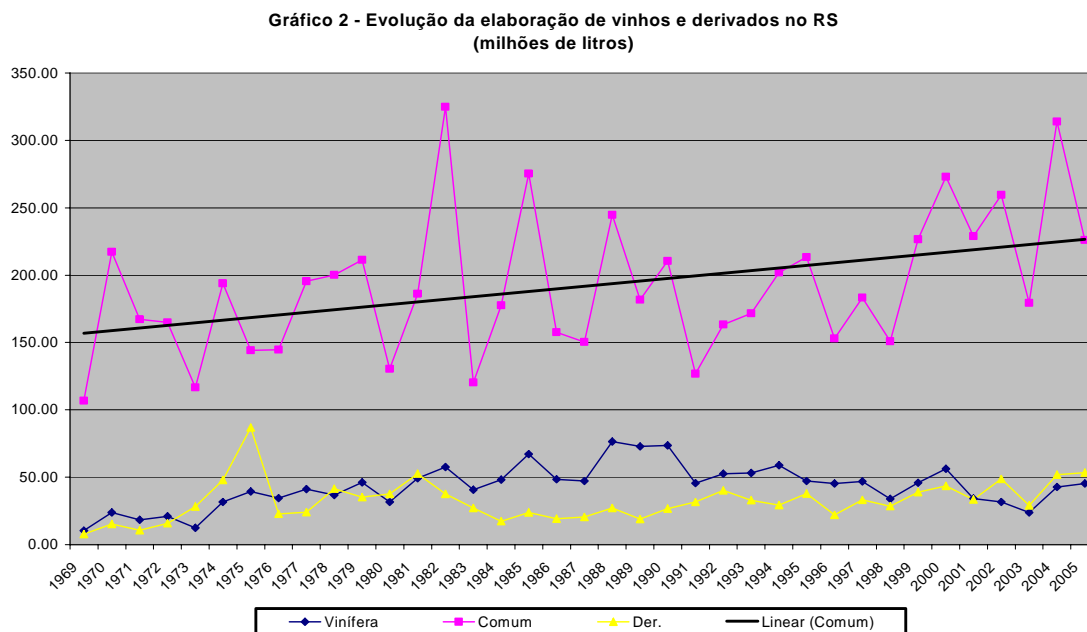
período	população (habitantes)	consumo aparente (litros)	consumo per capita (litros/habitante)
1998	166,252,088	228,120,103	1.37
1999	168,753,552	256,365,250	1.52
2000	171,279,882	279,116,566	1.63
2001	173,821,934	274,212,010	1.58
2002	176,391,015	293,912,424	1.67
2003	178,985,306	284,574,739	1.59
2004	181,586,030	293,205,157	1.61
2005	184,184,264	353,339,329	1.92

Fontes: População - IBGE; Consumo aparente - UVIBRA e MDICT

2.1 - Produção Nacional

A série histórica (de 1969 a 2005) da industrialização de vinhos no Rio Grande do Sul é objeto da tabela 4, que está anexa. Nesta série histórica longa tem-se quase que toda a história recente do setor; observa-se o apogeu e queda do plantio de uvas viníferas e a conseqüente elaboração dos vinhos advindos deste tipo de uva. Isto se deve à erradicação dos parreirais de variedades (viníferas) a partir de 1993 em função do desestímulo de preços, pois as cantinas não estariam pagando pelas uvas variedades o suficiente. Em relação ao início da série, a elaboração de vinhos foi aumentada em 132,02%, isto é, mais do que dobrou. A taxa geométrica de crescimento é de 2,05% ao ano. Há uma pequena recuperação nos vinhos variedades, que tem uma taxa de crescimento de 4,09% ao ano. A elaboração dos derivados de uva tem uma taxa de crescimento de 5,33% ao ano, mas o forte continua sendo o vinho comum que ao longo de toda a série, respondeu por mais de 80% do total da produção do setor.

O gráfico 2 espelha a evolução da produção de vinhos e derivados. Há uma ligeira tendência de manutenção no longo prazo nos vinhos variedades e derivados de uva e de aumento nos comuns, mesmo com este salto na produção no último ano. Note-se que a linha de tendência passa em cima da produção observada em 2005.



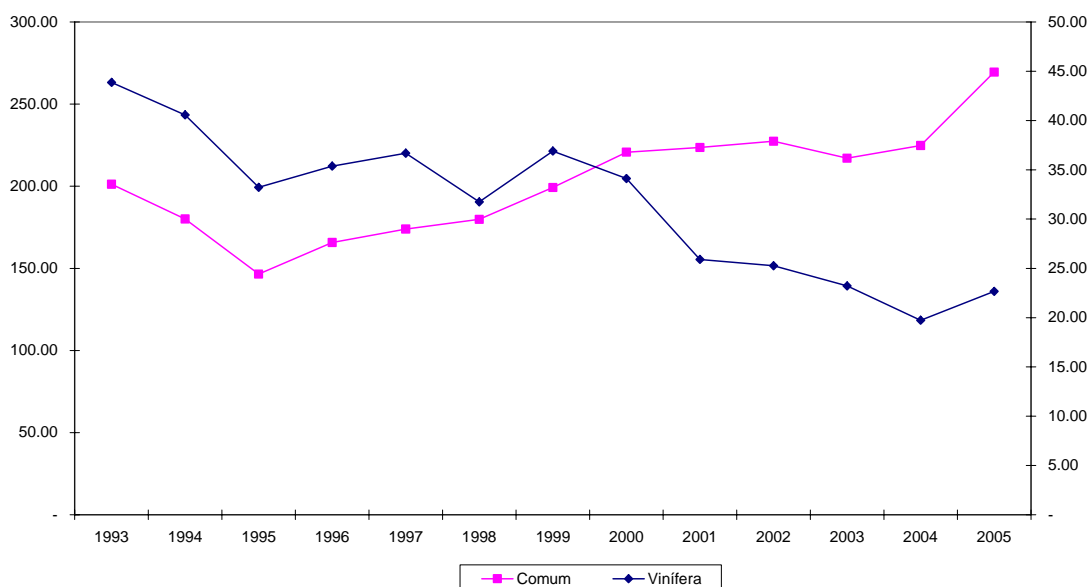
2.2 – Comercialização

A comercialização refere-se ao efetivamente registrado na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul, entre 1993 e 2005 (dados de 2005, acumulados até setembro). Na tabela 4 estão os dados propriamente ditos e na 5 a participação percentual de cada item. Ambas as tabelas, por serem de tamanho considerável, estão anexas ao texto.

Nestas tabelas confirma-se a maior participação na comercialização do vinho comum, com uma média de 70,35% do total comercializado; os vinhos especial e vinífera têm, respectivamente, média de 0,25 e 11,40%. Os vinhos têm um peso de mais de 80% do total, o que significa uma média de 225 milhões de litros de vinho comercializados por ano. No gráfico 3 a seguir, tem-se a evolução da

comercialização dos vinhos, desde 1993. Observe-se a tendência de alta na comercialização de vinhos comuns e a de baixa nos vinhos varietais (elaborados a partir de uvas viníferas). Esse tipo de vinho é o que concorre diretamente com os importados; certamente esta é a principal causa da diminuição das suas vendas.

Gráfico 3 - Evolução da comercialização dos vinhos
(milhões de litros)



Os espumantes aumentaram sua comercialização no período, mantendo uma participação média de 5% no total comercializado (deve ser levado em conta que os dados referentes a 2005 são previsões). O total vendido previsto para 2005, cerca de dezessete milhões de litros, é inferior ao auge do período – 1999 – que foram vinte milhões de litros. Os sucessivos prêmios internacionais que os espumantes brasileiros receberam têm agido como estímulo ao consumo.

Os sucos de uvas estão numa forte trajetória ascendente, puxado pelo suco concentrado. No início da série (1993) foram comercializados 5,35 milhões de litros de suco, sendo que em 2005 prevê-se a comercialização de 41,15 milhões de suco de uva, um aumento de 669,16%.

O mesmo se aplica ao vinagre, que em 1993 teve 1,5 milhão de litros comercializados e 9,8 milhões em 2004 (o que dá um aumento de 544,4%). Observe-se que o agrin (um vinagre que quase não leva uva, pois na sua composição entra mais álcool de cana), basicamente substituiu o vinagre simples a partir do ano 2000.

Dos destilados, o conhaque é que tem o peso maior na comercialização, com uma média de 2 milhões de litros vendidos por ano. A graspa ou bagaceira vinha perdendo terreno, com cerca de 100 mil litros vendidos no meio da série, isto é, de 1998 a 2000; mas está se recuperando, tendo comercializado 300 mil litros em 2003 e 2004. Mesmo assim, ainda está longe dos 500 mil litros que se comercializou em 1993.

No que se refere aos outros derivados, o cooler teve o seu pico de comercialização em 2001, quando se venderam mais de 11 milhões de litros; sua

trajetória é descendente desde então. Os outros derivados tiveram uma comercialização relativamente tímida, exceção feita à sangria, que iniciou suas vendas em 2001 e em 2004 vendeu cerca de um milhão e cem mil litros.

Prevê-se um aumento geral na comercialização de vinhos e derivados; a maior parte das vendas advém dos vinhos e, dentro destes, do vinho comum.

2.3 – Estoques e preços

Para ser elaborado, o vinho demora algum tempo nos tonéis maturando até ser colocado à venda, a depender de seu tipo. O vinho de mesa fica de seis meses a um ano e meio. Os vinhos finos despendem mais tempo no processo, maturando em média dois anos. Nesse sentido, é de se esperar um volume alto de estoques. Na tabela 6 estão relacionados os estoques e a elaboração de vinhos do ano, numa série que vai de 1996 a 2005. Os estoques são do início do ano em curso e efetivamente observa-se que o nível é alto principalmente no que se refere aos vinhos varietais, havendo anos em que o nível de estoques é maior do que a elaboração do produto.

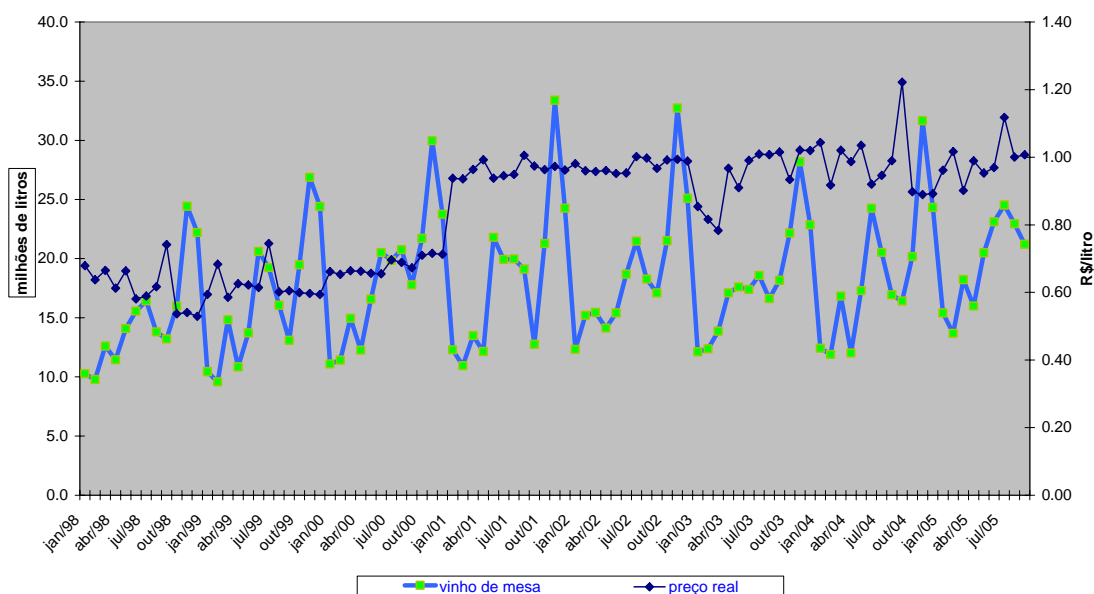
Tabela 6 - Estoques iniciais de vinho e elaboração (milhões de litros)									
Posição de estoques				Elaboração			Part. %		
anos	mesa	vinífera	total	mesa	vinífera	total	mesa	vinífera	total
1996	135.1	39.0	174.1	152.9	45.3	198.2	88.36%	85.94%	87.81%
1997	121.2	37.2	158.3	183.3	47.0	230.3	66.12%	79.09%	68.77%
1998	73.0	32.3	105.2	150.8	33.9	184.7	48.38%	95.18%	56.97%
1999	90.7	31.7	122.4	226.5	45.8	272.4	40.03%	69.19%	44.94%
2000	143.2	53.3	196.5	273.0	56.2	329.2	52.46%	94.84%	59.69%
2001	116.6	37.4	154.1	228.9	34.2	263.1	50.95%	109.55%	58.56%
2002	116.6	37.4	154.8	259.6	31.7	291.3	53.51%	118.89%	60.61%
2003	138.9	37.6	177.5	179.3	23.9	203.2	63.91%	150.58%	74.12%
2004	114.6	36.0	152.5	314.0	42.9	356.9	58.45%	116.92%	65.48%
2005	188.9	50.3	239.2	45.5	226.1	271.5	58.45%	116.92%	65.48%

Fonte: UVIBRA

A consequência principal é uma pressão baixista nos preços, notadamente porque algumas empresas processadoras de vinho – cantinas – são cooperativas, o que quer dizer que têm de receber a uva dos seus cooperados. Se os tonéis estiverem cheios, as cooperativas fazem uma “liquidação”, diminuindo o preço do vinho de modo a diminuir os estoques em seus tonéis e receber a nova safra.

Isto faz com que a trajetória dos preços não acompanhe a sazonalidade da quantidade vendida. No gráfico 4 a seguir estão os preços reais e as quantidades comercializadas de uva entre janeiro de 1998 e agosto de 2005. O preço é do vinho de mesa a granel, sem ICMS, posto na cantina.

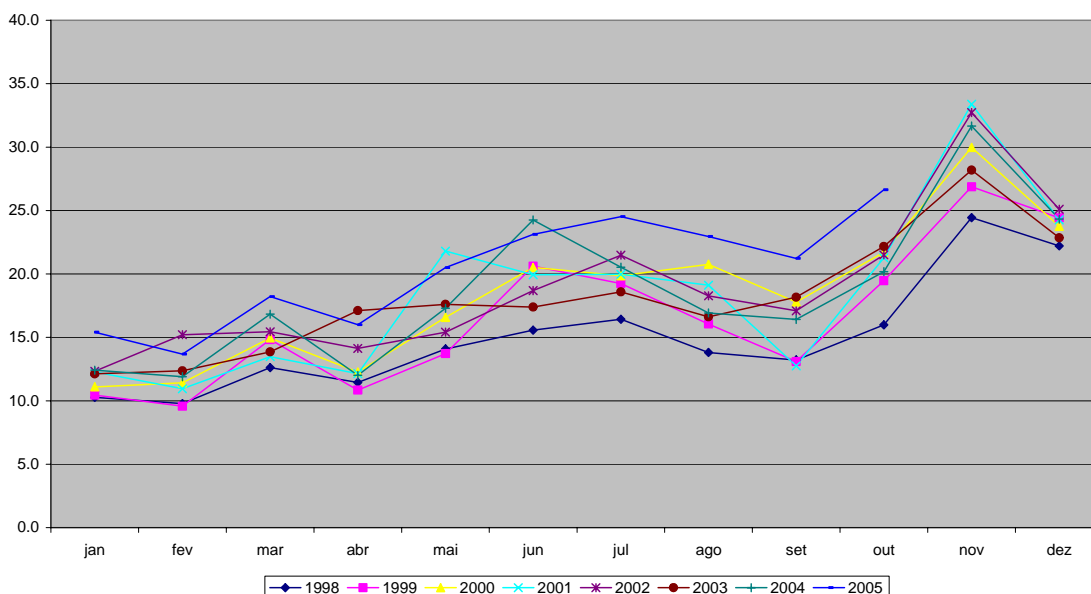
Gráfico 4 - Evolução dos preços reais (R\$/litro) e da quantidade comercializada (milhões de litros) de vinho de mesa



Nota-se uma sazonalidade acentuada nas quantidades vendidas e que o mesmo não acontece com os preços. Em alguns pontos é que uma queda nos preços equivale a um aumento na quantidade comercializada. A partir de outubro de 2004, os preços entraram em queda, principalmente em função de uma liquidação ocorrida em uma grande cooperativa, que é líder no setor. Houve aumento nas quantidades vendidas em novembro e dezembro, que são meses tradicionais de venda, mas a um preço abaixo do de setembro do mesmo ano.

A partir de janeiro, voltou a falar mais alto a sazonalidade das quantidades vendidas, mesmo que em um patamar mais elevado do que nos anos anteriores. Até agora, apesar do aumento nas quantidades comercializadas, o que está explícito no gráfico 5, não houve uma recuperação, mesmo que nominal, nos preços, no sentido de se voltar ao patamar de setembro de 2004.

Gráfico 5 - Evolução da comercialização dos vinhos de mesa (milhões de litros)



Segue-se de um modo geral os preços do vinho a granel. Isso porque ele é responsável por mais da metade do total comercializado, conforme se observa na tabela 7, a seguir.

Embalagem	Produto	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%
Engarrafado	Vinho de Mesa	50.7	20.31%	48.0	19.04%	47.1	19.59%	49.0	20.13%	43.0	19.57%
	Vinho Fino	19.5	7.80%	18.7	7.40%	20.9	8.70%	17.4	7.13%	15.1	6.90%
	Total	70.1	28.11%	66.7	26.44%	68.0	28.29%	66.4	27.26%	58.1	26.47%
Garrafão	Vinho de Mesa	38.3	15.35%	36.3	14.39%	29.5	12.27%	23.8	9.79%	18.7	8.54%
	Vinho Fino	3.2	1.26%	2.0	0.79%	1.4	0.59%	1.0	0.42%	0.9	0.39%
	Total	41.5	16.62%	38.3	15.18%	30.9	12.86%	24.9	10.21%	19.6	8.93%
Barril	Vinho de Mesa	4.1	1.63%	3.9	1.56%	3.7	1.53%	3.2	1.33%	2.9	1.33%
	Vinho Fino	0.1	0.05%	0.1	0.05%	0.1	0.03%	0.1	0.02%	0.1	0.03%
	Total	4.2	1.68%	4.1	1.61%	3.8	1.57%	3.3	1.36%	3.0	1.36%
Granel	Vinho de Mesa	130.6	52.33%	138.6	54.98%	136.8	56.95%	147.8	60.72%	138.0	62.82%
	Vinho Fino	3.2	1.27%	4.5	1.79%	0.8	0.34%	1.1	0.46%	0.9	0.42%
	Total	133.7	53.59%	143.1	56.77%	137.6	57.29%	148.9	61.18%	138.9	63.24%
Total	Vinho de Mesa	223.6	89.62%	226.8	89.97%	217.0	90.34%	223.9	91.97%	202.6	92.25%
	Vinho Fino	25.9	10.38%	25.3	10.03%	23.2	9.66%	19.6	8.03%	17.0	7.75%
	Total Geral	249.5	100.0%	252.1	100.0%	240.3	100.0%	243.4	100.0%	219.6	100.0%

Fonte: IBRAVIN

A menor participação é a do barril; o setor está procurando comercializar mais o vinho engarrafado na origem. O vinho fino, ou elaborado a partir de uvas viníferas, é vendido pouco na modalidade granel, garrafão e barril. Isso reforça a idéia do vinho comum se assemelhar a uma “commodity”.

2.4 - Comércio Exterior

Na tabela 8 tem-se a evolução da balança comercial do vinho e seus derivados entre 1996 e 2005 (os valores de 2005 são previsões), no aspecto quantitativo, isto é, em milhões de litros. Observa-se que, no que se refere aos vinhos, só se importam os advindos de uvas viníferas; assim, a concorrência dos importados se faz diretamente com os vinhos chamados de varietais. O saldo é devedor, como se percebe na coluna denominada saldo, dentro de vinho, esperando-se uma importação de quase quarenta milhões de litros; espera-se também um aumento nas importações de espumantes, que seria em torno de 1,7 milhão de litros. Quanto aos sucos, nota-se uma diminuição do total exportado, sendo o saldo final praticamente zero.

O Brasil é um importador líquido de uva passa; quando exporta, na realidade estaria reexportando. Desde o ano 2000 o país é exportador líquido de uvas frescas, mormente as uvas sem semente advindas do Vale do Rio São Francisco, que chegam a atingir a cifra de US\$3,00 por quilo.

anos	espumante			vinhos			sucos			uva passa			uva fresca		
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo
1996	0.0	0.1	-0.1	15.5	23.4	-7.9	5.4	1.8	3.6	32	14,986	-14,954	4,516	35,884	-31,368
1997	0.0	0.7	-0.7	16.3	24.1	-7.8	9.3	3.4	6.0	61	16,373	-16,312	3,705	23,138	-19,433
1998	0.0	0.7	-0.7	8.5	24.2	-15.7	6.1	4.1	1.9	23	15,447	-15,423	4,405	26,492	-22,087
1999	0.8	1.0	-0.2	7.8	27.6	-19.8	7.3	2.3	5.0	0	16,017	-16,016	8,083	8,599	-516
2000	0.3	0.9	-0.6	7.1	30.6	-23.4	8.2	1.9	6.3	2	15,017	-15,015	14,344	9,903	4,440
2001	0.1	0.6	-0.5	6.4	29.6	-23.2	7.4	2.6	4.8	16	16,408	-16,392	20,660	7,457	13,204
2002	0.0	0.6	-0.6	2.6	25.6	-23.0	6.4	2.0	4.4	100	13,758	-13,658	12,788	11,039	1,749
2003	0.1	0.7	-0.7	1.7	24.3	-22.6	4.9	2.1	2.8	0	15,023	-15,023	37,601	7,612	29,988
2004	0.2	1.5	-1.3	3.5	37.8	-34.3	7.2	0.8	6.4	36	16,656	-16,621	28,815	6,072	22,744
2005	0.1	1.7	-1.6	4.6	41.6	-37.0	1.2	0.9	0.4	0	17,234	-17,233	31,017	6,671	24,346

Fonte: SECEX

Nota: Espumante, vinhos e sucos em milhões de litros; uvas em toneladas

A tabela 9 repete a tabela anterior, só que agora com valores expressos em milhões de dólares. O Brasil é um importador líquido na cadeia; em função disso, o saldo é devedor. Espera-se um déficit de quase 80 milhões de dólares para 2005; um aumento no dispêndio em praticamente todas as rubricas, exceção feita às uvas frescas, que somos exportadores líquidos. O maior dispêndio fica por conta das importações de vinho, seguido da uva passa.

Tabela 9 - Balança Comercial da Cadeia da Uva e do Vinho (US\$ milhões)

anos	espumante			vinhos			sucos			uva passa			uva fresca			Saldo Geral
	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	Exp	Imp	Saldo	
1996	0.0	2.0	-2.0	16.0	41.0	-25.0	7.9	1.4	6.5	0.05	19.24	-19.2	6.30	32.04	-25.7	-65.5
1997	0.0	7.7	-7.7	16.8	48.6	-31.8	16.0	3.1	12.8	0.11	23.56	-23.4	4.78	25.85	-21.1	-71.2
1998	0.0	8.8	-8.8	6.3	57.9	-51.5	12.4	3.2	9.2	0.03	20.76	-20.7	5.82	28.73	-22.9	-94.8
1999	0.3	1.1	-0.8	4.9	66.1	-61.2	15.1	2.1	13.0	0.00	20.08	-20.1	8.61	8.46	0.2	-68.9
2000	0.2	8.5	-8.3	4.1	68.6	-64.5	13.8	1.7	12.1	0.00	16.31	-16.3	14.60	9.07	5.5	-71.5
2001	0.1	6.0	-5.9	3.2	67.0	-63.8	12.4	2.4	10.0	0.02	12.24	-12.2	21.56	6.08	15.5	-56.6
2002	0.1	5.8	-5.8	1.3	54.0	-52.7	10.9	0.9	9.9	0.05	9.93	-9.9	33.79	7.17	26.6	-31.8
2003	0.1	6.7	-6.6	0.9	52.3	-51.4	7.8	1.0	6.8	0.00	13.55	-13.6	59.94	5.08	54.9	-9.8
2004	0.2	9.0	-8.8	2.0	79.9	-77.9	10.8	0.7	10.1	0.05	18.97	-18.9	52.76	4.05	48.7	-46.7
2005	0.2	11.3	-11.2	3.4	104.6	-101.1	0.9	0.8	0.0	0.00	19.17	-19.2	62.33	8.48	53.9	-77.6

Fonte: SECEX

O preço médio, em dólares por litro, dos vinhos e dos sucos está na tabela 10.

Tabela 10 - Preço Médio do Comércio Internacional da Cadeia da Uva e do Vinho

anos	espumante		vinhos		sucos		uva passa		uva fresca	
	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp	Exp	Imp
1996	3.60	14.25	1.06	1.73	1.48	0.80	1.54	1.28	1.54	0.89
1997	2.04	11.23	1.05	1.99	1.71	0.93	1.84	1.44	1.84	1.12
1998	2.31	12.93	0.76	2.38	2.03	0.77	1.42	1.34	1.42	1.08
1999	0.41	1.12	0.67	2.35	2.06	0.90	2.81	1.25	2.81	0.98
2000	0.84	9.41	0.86	2.22	1.67	0.88	1.75	1.09	1.75	0.92
2001	1.20	9.84	0.49	2.25	1.66	0.91	1.50	0.75	1.50	0.82
2002	1.26	9.40	0.51	2.11	1.70	0.47	0.54	0.72	0.54	0.65
2003	1.42	9.02	0.58	2.16	1.61	0.47	1.75	0.90	1.75	0.67
2004	1.12	5.98	0.58	2.10	1.50	0.83	1.34	1.14	1.34	0.67
2005	3.11	6.78	0.77	2.28	0.70	0.96	3.89	1.11	2.01	1.27

Fonte: SECEX

Nota: Espumante, vinhos e sucos em US\$/l; uvas em US\$/kg

Há um aumento nos preços médios, tanto de exportação, como de importação nos espumantes; o aumento nos preços brasileiros de exportação reflete a melhor qualidade dos nossos espumantes; o mesmo raciocínio se aplica aos vinhos, mesmo que o preço médio de exportação de 2005 dos vinhos ainda seja menor do que o verificado no início da série. Quanto aos sucos, é a primeira vez que os preços médios de importação são maiores do que os de exportação, o que significa a entrada de sucos de qualidade melhor.

Também é notado um acréscimo nos preços médios de exportação (ou reexportação) de uva passa e uma diminuição no seu preço médio de importação. Note-se que o Brasil só deverá exportar cerca de quatrocentos quilos de uva passa, o que faz com que seu preço aumente; por outro lado, deverão ser importadas mais de dezessete mil toneladas de uvas passas, o que diminui o seu preço médio.

A volta de um bom preço médio de exportação de uvas é devido à exportação de uvas sem semente, que alcançam um preço superior ao do mercado internacional à da uva com semente que, aliás, é o que o Brasil importa a um preço médio que é menor do que o de exportação.

2.4 - Quadro de Suprimento

A tabela 11 retrata o balanço de oferta e demanda de vinhos e seus derivados entre 2002 e 2005. O estoque de vinhos tende a aumentar quase 50% entre os dois últimos anos da série. Note-se que o estoque presumível de vinho e de derivados ainda é grande, equivalendo, no caso do vinho, a 64,39% do consumo aparente, isto é, a cerca de 8 meses de consumo. A produção de vinhos e derivados em 2004 foi a maior do período; também a importação de vinhos vem seguindo um ritmo crescente. Como o aumento relativo do consumo não foi suficiente para compensar o aumento na produção e da importação, o que se observa é a elevação no suprimento de vinhos e derivados, com a conseqüente pressão baixista nos preços, o que já foi objeto de comentário. O consumo de derivados de uva está esboçando agora um movimento de reação, voltando aos níveis do início da série, encabeçado pelo suco concentrado de uva.

Tabela 11: quadro de suprimento - 2002/2005 (milhões de litros) e evolução percentual- Brasil

Discriminação	2002	2003	2004	2005	2002/03	2003/04	2004/05
1 - Estoques iniciais de Vinhos	163.0	186.8	160.5	251.8	14.64%	-14.08%	56.84%
2 - Estoques iniciais de Derivados	18.2	15.7	17.0	32.9	-13.36%	8.15%	93.53%
3 - Produção de Vinhos	306.6	244.4	375.5	285.8	-20.30%	53.65%	-23.90%
4 - Produção de Derivados	51.3	38.4	57.9	56.4	-25.22%	50.90%	-2.65%
5 - Importação de Vinhos *	26.3	29.9	34.0	43.3	13.62%	13.75%	27.38%
6 - Importação de Derivados*	1.9	0.5	0.5	0.9	-72.32%	-4.57%	70.72%
7 - Suprimento de vinhos	495.9	461.1	570.0	580.9	-7.02%	23.62%	1.90%
8 - Suprimento de derivados	71.4	54.6	75.4	90.2	-23.49%	38.04%	19.55%
9 - Consumo de Vinhos	293.9	284.6	293.2	353.3	-4.92%	1.70%	18.95%
10 - Consumo de Derivados	66.2	63.3	69.8	84.8	-4.39%	10.22%	21.63%
11 - Outras Transformações Vinhos	12.4	14.3	21.2	42.1	13.92%	24.66%	-26.12%
13 - Exportação de vinhos*	2.7	1.8	3.9	4.7	-35.32%	119.10%	20.96%
14 - Exportação de Derivados*	6.2	5.9	7.6	1.2	-5.60%	28.96%	-83.74%
15 - Saldo de estoque de vinhos	186.8	160.5	251.8	227.5	-14.08%	56.84%	9.10%
16 - Saldo de estoque de derivados	15.7	17.0	34.8	5.4	8.15%	104.28%	-84.89%

Fonte: União Brasileira de Vitivinicultura - UVIBRA (Nacionais)

* Fonte: Secex - Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior

Pressupõe-se que as campanhas de incentivo ao consumo continuem ao longo do ano de 2006, o que deve pelo menos mantê-lo no patamar esperado em 2005, isto é, de mais de dois litros por habitante/ano. Isto pode fazer com que os estoques de passagem de fim de ano em 2006 sejam menores do que o esperado em 2005 e que os preços finalmente reajam; é claro que esta reação dos preços também dependerá do tamanho e da qualidade da safra de uva em 2005/2006.

2.5 - Proposta de Preço-Mínimo

O preço-mínimo básico proposto para a safra 2005/2006 é de R\$0,42/kg para a uva comum com 15º, o que representa a manutenção do preço-mínimo em vigor. Observe-se que este preço excede em 5% o custo variável de produção. Na tabela 12 estão os parâmetros para a definição dos preços-mínimos.

Tabela 12: Parâmetros para a definição dos preços-mínimos da uva

Produto:	Unidade	Custo Variável	Preço-mínimo		Variação %	Preço no RS granel (atacado)
			Em vigor	Proposto		
Uva Comum Industrial	kg	0.40	0.42	0.42	0.00%	0.62

Fonte: CONAB

2.6 - Impactos Esperados

- Manutenção dos empregos gerados pela cadeia; e

- Estímulo à busca de métodos mais racionais de plantio, controle na oferta, renovação de parreirais e o uso de variedades vinícolas de boa aceitação por parte do consumidor.